

MIGRAÇÕES E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

SABERES, PRÁTICAS E INSTITUIÇÕES, UM OLHAR TRANSNACIONAL

Terciane Ângela Luchese • Alberto Barausse

Roberto Sani • Anna Ascenzi (Orgs.)



**MIGRAÇÕES E
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:
saberes, práticas e instituições,
um olhar transnacional**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

José Quadros dos Santos

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor:

Odacir Deonisio Graciolli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica:

Flávia Fernanda Costa

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenadora da Educs:

Simone Côrte Real Barbieri

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldo Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS) – presidente

Cleide Calgaro (UCS)

Gelson Leonardo Rech (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Juliano Rodrigues Gimenez (UCS)

Nilda Stecanelo (UCS)

Simone Côrte Real Barbieri (UCS)

Terciane Ângela Luchese (UCS)

Vania Elisabete Schneider (UCS)

MIGRAÇÕES E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: saberes, práticas e instituições, um olhar transnacional

Terciane Ângela Luchese
Alberto Barausse
Roberto Sani
Anna Ascenzi

[organizadores]

© dos organizadores
1^a edição: 2021

Capa: Alexandre Remonato
Revisão: Izabete Libra Polidoro Lima
Projeto gráfico e editoração eletrônica: Traço Diferencial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

M636 Migrações e história da educação : saberes, práticas e instituições, um
um olhar transnacional / organizado por Terciane Ângela Luchese
... [et al.]. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.
452 p.; il.: 16 x 23cm.

Apresenta bibliografia.
ISBN 978-65-5807-083-2
ISBN 978-65-5807-084-9 (online)

1. Educação – História. 2. Migração – Educação. 3. Italianos –
Brasil, Sul – Educação. I. Luchese, Terciane Ângela.

CDU 2.ed.: 37(091)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Educação – História	37(091)
2. Migração – Educação	314.5:37
3. Italianos – Brasil, Sul – Educação	314.15:37(450:816)

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460



EDUCA – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR: (54) 3218 2197
Home page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br



EDITORIA AFILIADA

Sumário

Prefácio / 7

Emilio Franzina

Introdução: História da educação e migrações: olhares cruzados entre o local e o transnacional / 21

Terciane Ângela Luchese – Alberto Barausse – Roberto Sani – Anna Ascenzi

1 Catolicismo, educação e emigração: *La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sud*, do sacerdote scalabriniano Pietro Colbacchini / 65

Roberto Sani

2 Missionários católicos e o processo de escolarização da infância imigrante nas colônias italianas do Paraná / 91

Elaine Cátia Falcade Maschio

3 Desamparo das crianças e a crucial concepção do Orfanato Scalabriniano na cidade de São Paulo / 111

Eliane Mimesse Prado

4 Entre religião e pátria: a *Italica Gens* e o desenvolvimento das escolas étnicas e a Língua Italiana no Brasil meridional nas primeiras décadas do século XX / 133

Alberto Barausse

5 A educação escolar dos imigrantes italianos nas páginas do *Stella d'Italia* (1902-1908) / 173

Maria Helena Camara Bastos – Alberto Barausse

6 “Missão civilizadora” entre penas, tintas e tipos: imigrantes italianos e o jornal *La Tribuna* – (Florianópolis/SC – 1932) / 215

Maria Teresa Santos Cunha – Cristiani Bereta da Silva

7 Imprensa católico-étnica na Região Colonial Italiana (RCI), RS: embates e consensos em prol da educação (1898-1927) / 241

Terciane Ângela Luchese

8 *Scuole italiane all'estero*: um estudo sobre os livros de leitura que circularam nas escolas étnico-italianas no Brasil (fins do século XIX e início do século XX) / 281

Claudia Panizzolo

9 “*Libriccini com amore per l'infanzia.*” Silabários escritos e impressos no Brasil para as escolas étnico-italianas (1906-1907) / 307

Terciane Ângela Luchese

10 Revistas para a juventude italiana no exterior no vintênia fascista: de *Aquilotti d'Italia* (1928-1930) a *il Tamburino della Gioventù Italiana All'estero* (1931-1943) / 337

Anna Ascenzi

11 Escolarização de imigrantes italianos em Porto Alegre, RS (1928-1938) / 357

Alberto Barausse – Gelson Leonardo Rech

12 Os italianos nas cidades do Rio Grande do Sul: redes de sociabilidade e associativismo étnico (1870-1914) / 395

Antonio de Ruggiero

13 Os cursos de preparação para os professores “especiais” dos emigrantes na Itália do início dos Novecentos / 425

Michela D'Alessio

Sobre os autores / 449

Prefácio

Se a tarefa de intitular uma obra coletiva como esta, que reúne historiadores italianos e brasileiros e outros estudiosos dos processos educativos de algumas universidades de Marche e Molise e Rio Grande do Sul, fosse confiada a um jornalista, o final do resultado poderia ter sido diferente. O livro poderia facilmente ter sido chamado, arrisco apenas um exemplo, de *Escolas e jornais na sombra da Igreja: o caso ítalo-brasileiro*. Entre outras coisas, teria simplificado pelo menos parte da tarefa daqueles que foram nomeados, como eu, agora, para fornecer-lhe um prefácio presumivelmente, em todo o caso, exigente.

Os prefácios, de fato, vêm sempre acompanhando especialistas designados para ilustrar de antemão ao leitor as linhas essenciais de discursos muito mais amplos. Assim, acabam cumprindo funções *a priori* que, em essência e mesmo sem incomodar Gérard Genette, poderíamos afirmar que coincidem com aqueles, em retrospecto, cobertos pelas críticas “sem espinhos” mais clássicas: eles não visam criticar nem esgotar todo o quadro dos problemas enfrentados e das questões tratadas, mas sim apreender ou, pelo menos, sugerir nos pontos-chave, também sacrificando passagens e aspectos importantes, talvez prefigurados pelo título.

Com uma fórmula semelhante à jornalística hipotetizada acima e jogando em apenas três elementos fundamentais, no entanto, a ênfase colocada pelos editores em sua extensa introdução sobre a complexidade da abordagem e sobre a necessidade cada vez mais sentida de cruzar as fronteiras dos Estados-nação, em muitos sentidos envolvidos na pesquisa, objetivou melhor avaliar e descrever as relações culturais e as conexões espaciais ditadas por fenômenos migratórios geradores de diásporas, como as que preocuparam a Itália, como área de partida e o Brasil como país de chegada, nos séculos XIX e XX. Consequentemente, não será por acaso que serão levados em consideração então, na perspectiva que hoje se define como transnacional, as peculiaridades territoriais, a destinação e os destinos de homens e mulheres migrantes, dos quais é necessário saber em que período e de onde é, ou de que parte da Itália

(e de quais condições sociais, de trabalho, *status* e gênero, etc.) saíram, para chegar aos atuais estados do Brasil, onde seus descendentes são ainda mais numerosos em áreas rurais, ou em metrópoles, cidades ou em localidades menores, e assim por diante. Atentar para o contexto do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e, por último, mas não menos importante, Rio Grande do Sul.

A maior parte dos estudos aqui reunidos (aliás, mas sem descuidar de outros paulistas ou paranaenses) gira justamente em torno das experiências escolásticas e da circulação jornalística das notícias amadurecidas neste último espaço, ou para ser mais preciso em sua porção denominada Região Colonial Italiana (RCI), e em cidades vizinhas, como Pelotas ou a capital, Porto Alegre.

Na verdade, alertam os curadores, a reconstrução dos processos educativos é afetada por essas circunstâncias do “ambiente local”, que envolvem diferentes níveis de análise e leitura e que, portanto, exigem a contribuição de vários tipos de habilidades historiográficas, porém, convém reconhecer a incidência de microcosmos locais que enquadram os principais esforços empreendidos (na “colônia”, nas aldeias ou nos bairros, de diversos centros urbanos) para oferecer um mínimo de educação às crianças e também aos muitos adultos analfabetos, que vieram da Itália para o Brasil. Creio que isso também levou à opção de recorrer a periódicos e, mais raramente, a jornais, que saíam em italiano em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em outros lugares, ou seja, um verdadeiro “entre-lugar, na história da imprensa, abordado e explorado em várias vertentes” por diversos especialistas (incluindo Angelo Trento, Vera Chalmers, Teresa Malatian e a própria Terciane Ângela Luchese). Foi bem apontado por Luciana Francisco,¹ em comentário a um recente volume da Transfopress Brasil editado por De Luca e Guimarães: os jornais étnicos, enfim, como elementos de apoio indispensáveis nas investigações históricas sobre o modesto sistema de escolas e escolas construídas no Brasil para a alfabetização de filhos e descendentes de imigrantes (ou, na RCI gaúcha, especialmente de imigrantes lombardos, vênetos e trentinos), bem como, em áreas urbanas e, especialmente em Porto Alegre, estudadas por Antonio De Ruggiero, a título de extensão, e em todo caso, em apoio a seus propósitos estatutários, de associações culturais, recreativas ou mutualísticas diversas. As redes em processo

¹ FRANCISCO, Luciana. Um “entre-lugar” na história da imprensa: periódicos estrangeiros publicados no Brasil. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 447-452, maio/ago. 2019. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017. 512 p.

de formação, no final do século XIX e, posteriormente, bastante consolidadas (e reforçadas por algumas seções da “Dante Alighieri”), foram escolhidas como ponto de referência desde a década de 20, do século XX, pelas autoridades do governo italiano, quando não, de acordo com o Capitão Luigi Seghetti, toda a confiança na realização de escolas “paroquiais” italianas ainda estava perdida e quando, como explicam Alberto Barausse e Gelson Leonardo Rech, também pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, inicialmente através da Direção Geral de Escolas no Exterior liderada pelo estudioso de grego antigo, Ciro Trabalza, muito trabalho havia sido feito para revitalizar uma rede de institutos sobre os quais a influência e vigilância do fascismo deveria ter exercido. Porém, enfraqueceram, de certa forma, também as funções originárias dos lençóis étnicos “independentes”.

Confirma-se a utilização de jornais como fonte para a história da escola no exterior, mas, em vez disso, em qualquer caso, uma carta a ser jogada inteiramente, dada a falta de outras fontes e apesar da consciência de um “facto” incontornável, a saber, que a imprensa é opinião e informação, sobretudo quando “étnica”. Ela é ao mesmo tempo fonte, mas também produtora e “objecto” primordial das notícias que veicula e que o historiador vá, encontre e retrabalhe para dar sentido. Na verdade, ele terá que fazer uso da maioria deles, em particular nas reconstruções em cujo centro se destacam, como no nosso caso, as necessidades e exigências educacionais das famílias de pessoas em sua maioria pobres e rurais, que vieram do Exterior, para se estabelecer em um contexto pouco conhecido, como o da hospitalidade brasileira. O Brasil não foi equipado, aproximadamente até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, de um sistema escolar digno desse nome e teria permanecido por muito tempo diferente, desde então, daquele, embora efêmero, preparado na Itália, durante a era *giolittiana*, pela Societá Umanitaria de Milão e suas filiais, mas também pelo Commissariato Generale per l’Emigrazione (CGE) criado por uma lei de 1901 para o benefício daqueles que estavam prestes a emigrar para a Europa, fornecendo-lhes – como teria acontecido até a metade da década de 20, do século XX – uma formação profissional adequada, com cursos específicos aos quais Michela D’Alessio dá amplo espaço, em sua intervenção, útil aqui também para fins comparativos.

Em vez disso, as escolas italianas, rurais, noturnas ou normais foram abertas e organizadas no Exterior, as duas primeiras não raro “de baixo”, para suprir as lacunas da oferta educacional pública no Brasil monárquico e depois na República Velha, contando apenas com parte

do apoio oferecido pelo governo de Roma e por suas representações consulares, cujos despachos e relatórios, como as crônicas e reportagens das etnias, são frequentemente questionados neste volume, resultando quase apenas em segundo lugar para as informações obtidas de alguns dos seus autores ao grande reservatório de fontes institucionais ou ordens religiosas mais ativas e engajadas no trabalho de formação e assistência aos imigrantes.

Os mesmos jornais de extração eclesiástica aparecem assim em primeiro plano na dupla ação de serviço e proselitismo clerical-patriótico com o que se encontra nos arquivos de algumas congregações de que emanaram e expressaram, sobretudo em São Paulo e no Rio Grande do Sul, o dos carlistas ou dos missionários de São Carlos Borromeo.² Leão XIII, como é sabido, havia incumbido, em 1888, a este, então famoso bispo de Piacenza, Mons. Giovanbattista Scalabrini, de coordenar a atividade pastoral entre os emigrantes “americanos” com “seus” sacerdotes, dando-lhes privilégios e direitos ligados à “apostolicidade” de papel incluindo a livre-circulação através de diferentes paróquias e dioceses estrangeiras, sem ter que se submeter, para jurisdição, ao controle dos bispos locais.

Além disso, a nova pastoral do emigrante envolveu inicialmente a mistura entre a manutenção (e o fortalecimento) da fé “ultramontana” dos emigrantes e os sentimentos de pertença à “nacionalidade” de origem, como ficou imediatamente claro no desenvolvimento do “magistério” dos padres pioneiros, como o Pe. Pietro Colbacchini.³ Roberto Sani lembra isso em sua contribuição sobre Colbacchini, extensor de um sintomático *La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sud*, escrito em 1896 e já objeto de numerosas análises aprofundadas em sintonia com o que surge também na edição que ele também editou na Itália, em o editor Franco Angeli “*Per conservare la fede dei padri*” (MILÃO, 2020).

Ao assumir as funções e os propósitos desse renascimento da homilética clerical, na realidade endividada sob o perfil religioso aos ambientes da ala mais intransigente do movimento católico contemporâneo⁴ (surge uma primeira contradição porque se muitas

² Eles são chamados de scalabrinianos na Itália por conta do nome de seu fundador, Mons. Giovanbattista Scalabrini.

³ O padre Pietro Cobalchini era bassanês e junto com outro vicentino, padre Domenico Mantese, e Pe. Giuseppe Molinari de Piacenza, deu luz, em 1888, ao “primeiro núcleo da congregação missionária Scalabriniana no Brasil”.

⁴ Importante considerar que na Itália, mas sobretudo no Vêneto de onde muitos missionários,

vezes prevalecem, à margem, as costuras do homem em contraste frequente com o clero brasileiro e com o “napolitano” (incluindo os padres no cuidado das almas), porém, algumas preocupações nacionais e liberalizantes que Colbacchini se viu (tendo de?) compartilhar com o prelado de Piacenza e outros autores do livro, também não deixa de destacar, examinando as iniciativas pastorais e jornalísticas scalabrinianas entre 1895 e, pelo menos, meados da década de 30, do século XX.

Considerando grandes personalidades como Colbacchini, segundo Fábio Luiz Machioski,⁵ eles tinham maior preocupação com o plano espiritual e, portanto, com o ensino, do que com a observância dos preceitos e princípios do mais rígido tradicionalismo ultramontano, cumpre notar – aqui também confirma Elaine Cádia Falcade Maschio, examinando a dialética entre missionários e o processo de escolarização dos “pequenos migrantes” nas colônias italianas do Paraná, alcançada primeiro pelo bassanês, um dos fundadores então, na RCI e pouco antes de sua morte, pela localidade de Encantado – que, em documentos e na própria literatura sobre o missionário, pode-se localizar que o padre era conhecido como “o feroz Jesuíta” e não como um missionário scalabriniano, que buscava conciliar a italianidade e fé católica na assistência aos emigrados. País e a fé constituem, tanto como é, a síntese mais evidente, especialmente na escola. Aliás, a frase já caracteriza o trabalho de Colbacchini no Paraná, que, nos sete anos vividos entre Curitiba e as colônias italianas locais, conseguiu exercer inúmeras funções escolhendo ele mesmo os professores, interagindo com as autoridades provinciais e mantendo uma linha enérgica e intransigente em todos os lugares, isso é “estilo veneziano e, portanto, completamente hostil a qualquer um que se desviasse da ortodoxia doutrinária, a ponto de ganhar a estima e o apoio das contrapartes políticas brasileiras por isso também”. Nem é preciso dizer que a historiografia internacional pode ter prestado pouca atenção aqui e ali, mas essa figura na Itália, desde os anos 70 até os dias atuais, já havia sido incorporada à vasta série de investigações promovidas ou realizadas por historiadores scalabrinianos⁶ (e não foi totalmente esquecido até mesmo pelos estudiosos da direita protonacionalista pós-unificação: citando também

muitas vezes conterrâneos de Colbacchini vieram e chegaram ao Brasil, sem falar do primeiro deles, o padre Francesco Bonato, natural de Oliero em Valsugana, estavam marcados por essas funções e propósitos do renascimento da homilética clerical.

⁵ MAKIOSKI, Fábio Luiz. Uma luta ultramontana: o discurso do Padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba, no final do século XIX (1886-1901). 2018. 201fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: UFPR, 2018.

⁶ Como exemplo, os estudos de Francesconi, Rosoli, Favero, Terragni, etc.

um de seus sobrinhos, o salesiano Antonio Colbacchini, muito estimado por Levi Strauss por suas pesquisas sobre o brasileiros “ameríndios” (Bororo, Carajá e Xavante). Eu também tinha mencionado isso, por exemplo, numa história da emigração veneziana, há quase quarenta anos e que só foi traduzida no Brasil, em 2006.

Não por mero regionalismo, portanto, gostaria de sublinhar o detalhe também destacado por outra iniciativa em grande parte “veneziana”, porque foi apoiada pelos senadores de Vicenza, Rossi e Lampertico, em conexão com os conservatórios nacionais de Florença ou Torino, nos anos em que Colbacchini foi encontrado operando no Brasil. A iniciativa fôra a que levara, precisamente em 1886, ano da sua primeira chegada ao País, ao nascimento da “Associazione Nazionale per Soccorrere i Missionari Italiani” (ANMI), criação do grande egiptólogo Ernesto Schiapparelli, por sua vez do *Italica Gens* (IG), em cujos arquivos Alberto Barausse “mergulhou”. Barausse obteve uma grande riqueza de ideias e dados justamente sobre escolas para filhos de emigrantes até as primeiras décadas dos anos 1900 e fortalecendo tudo com um levantamento preciso da gravura contemporânea ítalo-gaúcha (quase 50 publicações entre 1884 e 1937) realizada em conjunto com Maria Helena Camara Bastos, mas em particular com a análise dos sete anos de vida (de 1902 a 1908) na direção do “Stella d’Italia” por Adelchi Colnaghi (e mais tarde por Benvenuto Crocetta). Barausse não foi o único a fazê-lo e no livro muitas reconstruções são perseguidas e seguidas uma após a outra, centradas na “atividade didática” de professores e professoras peninsulares, graças ao *feedback* que lhe dá e aos mesmos fins profissionais de professores e conferencistas encontrados, principalmente, em jornais de língua italiana, apesar do fato de que por muito tempo seus jovens alunos, como suas famílias, continuaram a falar, principalmente, ou quase apenas em dialeto (esperando para assumir, mais cedo ou mais tarde, como faria regularmente acontecer, o Português).

O apelo das folhas católicas ou missionárias publicadas no Brasil, falta no livro apenas algumas publicações periódicas, mas nenhuma em particular, talvez por ter sido publicada na Itália, uma que, após três anos consecutivos, entre 1903 e 1906, foi usada por muitos anos como um boletim trimestral do Instituto de S. Carlo Borromeo para a assistência aos emigrantes italianos. Chamava-se *O emigrante italiano na América* e teve seu período de maior esplendor entre o final da era Giolitti e a Primeira Guerra Mundial, como recentemente relembrado por mim e Matteo Sanfilippo, mas é recomendado, sobretudo, para os jornais

e revistas-minuto – uma versão dos livros cronológicos prescritos aos párocos pelo Concílio de Trento – do scalabriniano, no cuidado das almas e muitas vezes coincidindo, no interior de São Paulo, no Paraná e na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, com as figuras dos principais animadores e gestores de muitas escolas para filhos de colonos italianos, confirmado a combinação ou, se preferir, a convergência, persistente nos votos, entre “religião e nação” (isto é, como escreveu liricamente a imprensa amiga em 1918, pelo simples “facto” de a publicação constituir uma “doce mina de dados para a história da preservação da fé e do sentimento de pátria”).

A articulação leiga Crispina – mas sempre pró-católica e contígua, além das altas esferas do Vaticano e do Sagrado Colégio – bem representada, primeiramente pela ANMI e, depois, em continuidade com ela, por *Italica Gens* – cujo dinamismo escolar de emissários no Brasil, como, até 1930, o já citado Seghetti ou, ainda mais, como Cesare Bompard, relato das notas de Barausse – ele certamente lutou para decolar, ficando atolado no início, na época da guerra da Abissínia, em uma aventura colonial africana que foi errante e oprimida pelo desastre de Adua, traçada por alguns antigos estudos “rossianos” para o papel desempenhado pelo grande industrial protecionista da lá de Schio.

E, ainda assim, a ANMI havia se recuperado e reconstruído prontamente na América Latina, especialmente no Brasil, justamente no campo escolar e, também, segundo nos fala Eliane Mimesse Prado, a partir do ativismo scalabriniano do Pe. Giuseppe Marchetti, também graças a uma rica série de iniciativas de bem-estar e ajuda a crianças e jovens desamparados ou abandonados em grandes metrópoles, como São Paulo (onde, aliás, no início de 1900 eles também teriam emprestado seu lado a episódios polêmicos e escândalos sensacionalistas alimentados pela imprensa anticlerical e libertária, campanhas de Oreste Ristori, como aconteceu com o tristemente célebre caso no Orfanato Cristóvão Colombo da pequena Idalina Stamato e dos padres: Corrado Stefani e Faustino Consoni, seguida ao pormenor, há vinte anos, por Wlaumir Doniseti de Souza⁷ (no seu livro *Anarquismo, Igreja e pastoral do imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem*).

⁷ SOUZA, Wlaumir Doniseti. *Anarquismo, estado e pastoral do imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

Talvez objeto de algumas investigações direcionadas (desde as “antigas” de Ornella Confessore⁸ e a minha até as mais próximas de nós na época de Anna Nuzzaci),⁹ para agora dar maior importância à união escolar / jornalística entre pátria e fé e, portanto, para iluminar a convergência dos moderados com o componente missionário para os emigrantes, em particular do povo scalabriniano (ainda que, no livro, outras ordens sejam justamente mencionadas: palotinos, franciscanos, capuchinhos, salesianos, etc.), porém, também contribuíram com muitos outros fatores e uma panóplia de fatos bastante concretos. Todos aqueles que neste livro o levaram justamente em consideração para realizar investigações tanto nos arquivos (para a Itália, especialmente no do Ministério das Relações Exteriores da Farnesina) e, como já foi dito, em grande parte da imprensa italiana máxima a rio-grandense e da área católica ou eclesiástica, das quais fornece um quadro-síntese exaustivo, com particular atenção aos problemas educacionais como apresenta Terciane Ângela Luchese. Sulcada por diferenças e contrastes nem sempre de pouca importância e que se tornaram mais amargos, se possível durante a Primeira Guerra Mundial, o conjunto de jornais clericais ítalo-gaúchos (*Il Colono Italiano*, *La Libertà*, o *Corriere d’Italia*, o *Staffetta Riograndense*, etc.) não foi totalmente monopolizado pelo clero missionário, nem se viu agindo sozinho em uma espécie de vácuo étnico-pneumático, se você pensar nas controvérsias e confrontos de longa distância com jornais italianos semelhantes, mas secular e “maçônica” como a lembrada *Stella di Italia* de Porto Alegre. Tanto para os jornais de Língua Italiana, como para as escolas italianas no Brasil, entretanto, encontra-se um evidente paradoxo, quando se descobre que, especialmente, os primeiros raramente deixaram vestígios coerentes de si, devido à tendência errática e aleatória das já escassas “recuperações”, no que diz respeito às suas “coleções” e também ao funcionamento destas estamos essencialmente privados. Salvo raras exceções, de testemunhos “directos” e “de dentro” isto é, de primeira mão (de professores, ex-alunos, familiares, etc.). Quanto aos jornais, como Angelo

⁸ CONFESSORE, O. L’Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani, tra spinte civilizzatrici e interesse migratorio (1887-1908). In: ROSOLI, G. *Scalabrinì tra vecchio e nuovo mondo: convegno storico internazionale. Atti del convegno storico internazionale*, 12, 1987, Piacenza – Roma, Centro Studi Emigrazione, 1989. p. 519-536. CONFESSORE, O. Origini e motivazioni dell’Associazione Nazionale per Soccorrere i Missionari Cattolici Italiani: una interpretazione della politica estera dei conciliatoristi nel quadro dell’espansionismo crispino (*Bollettino dell’Archivio per la storia del movimento cattolico sociale in Italia*, v. XI, n. 2, p. 239-267, 1976).

⁹ GODOLLI, Ezio; NUZZACI, Anna. *L’Associazione Nazionale per soccorrere i Missionari Italiani e i suoi Ingegneri*. Firenze: Maschietto Editore, 2009.

Trento nos explicou, em um de seus ensaios para o volume *Trasnfopress Italia*, editado por Sergi e Dechamps e a ser lançado no final de 2021 (*Carta canta: jornalismo em italiano no Brasil, 1854-1975*), se excluindo o *Fanfulla* paulista, do qual se preservam algumas “coleções” quase completas, existem muito poucas folhas da mais variada periodicidade (normalmente duas ou três semanas) das quais alguma coisa se guardou ou um número significativo de exemplares, para que o sortudo *Trouvaille*, de Alberto Barausse, na Biblioteca Sormani em Milão, que colocou de volta em circulação mais de 1.200 edições do *Stella d'Italia*. Apareceu entre 1902 e 1913, trazendo com outras adições a 1.500 cópias desta publicação disponíveis para o período 1902-1917, sempre líquido dos diferentes prazos, da própria foliação ou da mesma extensão das tiragens, dá uma ideia de quanto de um patrimônio jornalístico se perdeu, com toda probabilidade, sem sombra de dúvida. A base de análise assegurada por muitas centenas de exemplares do *Stella d'Italia*, se então comparada com o que possibilitou a obtenção dos 17 números salvos do *Tribuna*, santa-catarinense de 1932 e que passou ao escrutínio crítico de Maria Teresa Santos Cunha e de Cristiani Bereta da Silva, por outro lado, nos confirma e, em todo o caso, lança muito mais luz sobre o nó central de toda a experiência didática e jornalística dos italianos no Brasil que, até o limiar da Segunda Guerra Mundial, aconteceu sob a bandeira de um uso ostensivo, não raro, da língua da antiga pátria-mãe. A principal batalha orquestrada, por assim dizer, pela Itália a favor de suas próprias escolas no Exterior, inclusive no Brasil, não foi por acaso confundida, por muito tempo, com a extenuante defesa do italiano, falado e escrito, sobrecarregado, principalmente, entre as duas guerras fascistas, de tarefas e intenções político-patrióticas não ocultas, mas destinadas a conflitar, inexoravelmente, apesar de qualquer afinidade ideológica, com os interesses quase análogos em matéria linguística do país anfitrião.

Embora setenta tornado evidente, a certa altura, quão profundamente os filhos e netos dos antigos emigrantes se debatiam com os mecanismos de uma integração linguística e cultural em curso, já nos primeiros anos do século XX, esses interesses sofreram uma reviravolta irreversível com o advento do Estado Novo no Brasil, que traduziu na prática os efeitos das doutrinas nacionalistas que o fascismo e o varguismo tinham em comum. Por parte do Brasil, aliás, as primeiras medidas de “ contenção” visavam desestimular, em nome de um primado do uso nacional, o florescimento de escolas italianas de toda espécie – impondo que iniciativas étnicas, por exemplo, teriam sido mais difíceis ou impossíveis de pedir (ou seja, o uso exclusivo do Português) – datavam do final de

1917, quando várias medidas de fechamento unilateral foram tomadas contra as escolas italianas do Rio de Janeiro, de Curitiba e Florianópolis, a fim de estimular a “expansão” da educação pública nacional gratuita. Embora o aperto definitivo viesse, como já dissemos, apenas no final da década de 30, do século XX, após uma prolongada e contraditória “coexistência forçada” em todo o país, de três ideologias autoritárias um tanto semelhantes e que é, precisamente, do fascismo, do integralismo e do getulismo. Nesse sentido, tomando como certo o alinhamento às diretrizes duplas romanas (ou seja, após 1929, tanto do Estado quanto da Igreja), a favor de um conservadorismo político-tradicionalista e anticomunista pouco oposto em si, até 1937, também pelo Brasil de Plínio Salgado e do primeiro Vargas, as incursões de Anna Ascenzi no território até então inexplorado da imprensa italiana para menores ou dos órgãos da *Fasci italiani all'Estero*, dedicadas às crianças e a jovens gerações através de artigos, imagens e iniciativas de mobilização em as Casas da Itália, ou em reuniões de escotismo e paramilitares. Dentro os vários aspectos dessa mobilização, promovida sob a égide de Piero Parini por proeminentes diplomatas e cônsules gerais, como Mario Carli e Guglielmo Barbarisi, e que começou também no Brasil, justamente nas salas de aula com uma imprensa pobre, na realidade, com assinaturas, como as *Aquilotti d'Italia* (1928-1930) e *Il Tamburino della gioventù italiana all'estero* (1931-1943), “irmãos mais novos” de *Il Legionario* de Parini. As figuras de seus animadores evocadas por Ascenzi observando como, rapidamente, embora um fascista convicto, mais de um deles, como Giuseppe Fanciulli, um escritor conceituado e conhecido estudioso da literatura infantil, por exemplo, deveria dar lugar a obscuros intelectuais de segunda categoria ou a modestos “funcionários” do regime, nas palavras de Mario Isnenghi, como Carlo Bonciani, ou a jornalistas de passagem como Attilio Frescura, famoso por ter inaugurado, na sua época, em 1919, com seu *Diário de uma emboscada*, o “rio” das memórias italianas da Grande Guerra ou, finalmente, como a tradutora e pintora Liana Ferri situou há apenas trinta anos, antigo pelos hierarcas romanos à frente do *Tamburino*.

Até 1937, por um lado, prático e organizacional, ao lado do ensino e da propaganda jornalística, não foram poucos no Rio Grande do Sul, de onde veio Getúlio Vargas, herdeiro de uma corrente política positivista e republicana, as intervenções, coordenadas em particular, como *factotum*, do Prof. Luigi Ledda, para dar um novo polimento à habitual exaltação da grande Itália fascista e, a partir de 1936, também imperial (campos desportivos, serviços médicos de saúde, patrocínios

escolares, “acampamentos de Mussolini”, etc.). Mas o trabalho de reorganização e centralização didática, aplicada às realidades existentes e rebatizado a partir de 1933 de “escolas ítalo-brasileiras”, ainda que em nome do proclamado “apostolado civil e patriótico” de que fala a maioria dos autores do livro, não conseguiu se conter, nem mesmo a competição frenética e fútil à distância com as contrapartes francesas (e com a língua e a cultura da França que por muito tempo permaneceram hegemônicas no Brasil), ou com o mesmo nacionalismo feroz luso-brasileiro professado pelos integralistas e por seu líder Plínio Salgado. No coração da década de 30, gozou de grande consideração e reuniu as mais amplas adesões nas áreas rurais do País onde, do Espírito Santo a Santa Catarina, não menos que no Rio Grande do Sul, foram, muitas vezes, os primeiros a se associarem os de origem alemã e italiana. Resultado de um vistoso apreço exibido, quase no limiar do Golpe de Estado de 1937, também de Salgado, pela “contradição que ele não permite”, então medida por hábeis latino-americanistas, como Trento e Mugnaini (mas não para a média dos historiadores italianos, a julgar pelo silêncio sob o qual as relações de Getúlio com o *Duce* ainda hoje passam nas páginas exaustivas sobre o fascismo no Exterior, de Giulia Albanese). A relação entre Mussolini – um modelo a imitar – e Vargas – um aluno livre e feliz, até que a guerra e as pressões estadunidenses em tom pan-americano-, se manteve em equilíbrio precário por muito tempo. Vargas, mesmo sozinho, buscou criar potenciais convergências políticas e culturais de que a organização escolar já havia mostrado sofrer os efeitos, a partir de meados da década de 20. A situação em Santa Catarina parecia emblemática a esse respeito, pois a presença peninsular era certamente reduzida, numericamente, e inferior tanto ao Rio Grande do Sul quanto a São Paulo ou ao Rio de Janeiro, mas onde o governo de Roma parece ter feito igualmente em certo ponto – não sem antes despertar ressentimentos e ressentimentos cariocas e paulistas – um de seus maiores investimentos para criar e fortalecer uma pequena rede de instituições educacionais nacionais, chegando mesmo a estabelecer, por algum tempo, em Urussanga, uma Inspetoria Central de escolas italianas no Exterior, da qual é um traço nas obras de alguns historiadores de escolas locais (Dallabridda, Vendramini, Baldin, Zanellato, etc.).

Hoje, depois do lançamento na Itália, trinta anos depois de *Pioneiros: os italianos no Brasil e o mito da fronteira*, de uma nova pesquisa de Piero Brunello, como o “inquietante” livro de 2020 *Troféus e prisioneiros*, há uma foto para lembrança da colonização no

Brasil, focada nas relações conflituosas “entretidas” com os indígenas botocudos e *shokleng* pelos venezianos dos arredores de Urussanga, palco das incursões de implacáveis bugreiros – às vezes até italianos –, da mesma forma que escolas étnicas foram reorganizadas para os filhos dos colonos. Assim, seria útil conhecer melhor a dinâmica das disputas que surgiram no local, em relação à identidade nacional já “em questão”, conforme relatado em outro lugar por Claricia Otto, mas também em relação à presença do clero missionário italiano (o primeiro cronista dos sangrentos confrontos interétnicos foi o Pe. Luigi Marzano, de Turim e primeiro pároco de Urussanga, encorajado por seu irmão alemão Francisco Xavier Topp e “enviado” para lá pelo então Bispo de Curitiba, José de Camargo Barros, o mesmo prelado com quem tivera boas relações também Colbacchini e especialista, recentemente bispo de São Paulo, no trágico naufrágio da embarcação de emigrantes Sirius, em 1906).

Como não me foi possível acompanhar, em dezembro de 2020, ainda que em *streaming*, os trabalhos de uma conferência promovida pela Universidade de Torino sobre “Migração, escola e educação”, na qual estavam agendados relatórios para “fontes, pesquisas e metodologias”, pelo menos tocaram nesse tema – e, principalmente, o de Circe Maria Fernandes Bittencourt e de Paulo Mello sobre as imagens dos povos indígenas nos livros didático-brasileiros da República Velha – fiquei, por assim dizer, com vontade de resolver várias questões, nem tanto sobre uma improvável “diversidade didática” nas escolas italianas do Brasil, no início do século XX, mas com relação ao papel nelas desempenhado pelo clero secular e missionário ou pelo ensino elementar “na colônia”. E a curiosidade não diz respeito apenas a isso, visto que vários especialistas já o haviam abordado em outro lugar, anos atrás, inclusive mais uma vez uma estudiosa em história escolar como Claricia Otto (em 2006, por exemplo, com a tese “Catolicidades e italianidades: tramas do poder em Santa Catarina 1875-1930”) observando, entre outras coisas, as diferenças entre as escolas paroquiais e as escolas Dante Alighieri.

Pessoalmente, gostaria muito de poder aprofundar tanto o que provavelmente terá sido o objeto específico de algumas lições (ou em algumas lições), em ambos os tipos de escola étnica, sobre os “selvagens” e, de forma mais geral, o conhecimento de muitos outros aspectos do ensino (e aprendizagem) cotidianos, além do que nos permite adivinhar ou imaginar “livrinhos” e silabários para crianças em idade escolar do tipo daqueles merecidamente “desenterrados e examinados” aqui por Terciane Ângela Luchese. Só assim, creio, seria possível dar forma e corpo

àquela “história molecular” dos processos educativos almejada a princípio pelos editores e que “mesmo partindo da análise do microcosmo local, não se feche dentro, mas se reconecte ao mais amplo contexto político, social, cultural e econômico”. Uma meta extremamente ambiciosa, como pode entender, a ser alcançada e que remete por um lado à variação local de problemas de maior alcance (no campo educacional, por exemplo, também a “romanização”, feita à custa e ao invés do luso-brasileiro, do catolicismo “standard” hegemônico, nas escolas étnicas e induzido, após a chegada dos imigrantes europeus, por missionários e padres, inclusive não italianos como, em Santa Catarina, o já citado Pe. Topp), ou, por outro, aos depoimentos diretos de alunos e professores dos quais, sim, às vezes, nomes, perfis e carreiras são conhecidos, mas dos quais não há nenhuma evidência memorialística particular, retirada tão logo dos casos de Giulio Lorenzoni, em Bento Gonçalves, ou de Antonio Ceretta, em Vale Vêneto e São João do Polêsine, ambos tidos em consideração na sua época, por Alberto Barausse. Talvez também por “patriotismo regional / provincial” Barausse já havia nos informado em outras vezes sobre o mestre Isidoro Cavedon de Vicenza e sobre Sante Bolzoni de Treviso ou, como eles atuaram nas primeiras escolas particulares fundadas em meados da década de 80, do século XIX, na RCI, sobre o Prof. Pietro Cecconello de Belluno e seu colega – ainda de Vicenza, mas de Dueville – Antonio Moretto. De alguns outros professores, como Giacinto Targa ou Camilla Roncoroni nem é preciso dizer que falamos em algum momento do livro, mas não com a mesma vivacidade, ou seja, como acontece (por exemplo, para o segundo) no livro *Lembranças da colonia*, escrito em “talian” por Alice Gasperin,¹⁰ filha de imigrantes da primeira leva que chegaram do Vêneto na futura RCI, apenas na metade dos anos 70, do século XIX.

Sobre o “talian” sabe-se que, no Rio Grande do Sul, há toda uma veia retórica – incentivada sobretudo pelo Vêneto – que exalta desproporcionalmente seus méritos ao imputar o desaparecimento das línguas italianas, na chamada de “lei do silêncio”, em vigor devido às interdições getulistas, nos anos em que o Brasil esteve em guerra com a Itália, de 1942 a 1945. Mas esta não foi, na realidade, a principal causa do declínio progressivo do italiano ou da longa sobrevivência atrofiada do Talian, na RCI do pós-guerra, bem como da sua substituição ou do veneziano e de outros dialetos do Norte, com o Português, gerando por muito tempo, segundo Florence Carboni, uma conspícuia discrepância

¹⁰ GASPERIN, Alice. *Vão simbora: relatos de imigrantes italianos da Colônia Dona Isabel-RS*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST, 1984.

“entre as representações linguísticas e reais práticas linguísticas”. Na maioria dos casos, todas as antigas escolas étnicas desapareceram, desde o pós-guerra até o início dos anos 90, do século XX, essa discrasia acabou produzindo “verdadeiras situações diglóssicas familiares, com crianças monolíngues em português e pais que se comunicavam em formas dialetais já deterioradas entre eles e seus filhos, em português áspero”.¹¹

A julgar pela maneira como Alice Gasperin escreveu suas próprias memórias “coloniais”, não foi exatamente assim que aconteceu em seu caso e, talvez, seu perfil e sua biografia como professora nos ofereçam uma explicação. Alice, nascida em Bento Gonçalves em 1906, primeiro colegial e depois professora desde 1920 – estreou aos 14 anos como “professora subvencionada na Linha Sertorina de Nova Vicenza, atual Farroupilha” e mais tarde na qualidade, sempre aqui, como professora permanente e diretora – até 1966, ano em que se aposentou. Foi autora de vários livros de memórias, sem jamais desprezar o uso de *talian*, mas acima de tudo deixou um pequeno tesouro de notícias e considerações sobre escolas brasileiras e ítalo-brasileiras, especialmente nestes *Ricordi de la colonia*.¹² Foram publicados, há cerca de vinte anos em Porto Alegre, por impulso, e editados por Mário Gardelin, com a tradução para o Português como edição comemorativa dos 125 anos da imigração peninsular no Rio Grande do Sul (1875-2000), mas têm pouca retórica ou comemoração e, no mínimo, uma crônica franca. Alice, que morreu então com 96 anos em 2002, completou esta última obra autobiográfica com a bela idade de 93 anos, mencionando, além de Roncoroni (em sua definição “a maestrona”), vários outros mestres então esquecidos (de Luigi Casanova a Fanny Loss), sugestivamente falando deles e de si mesma quando criança, de seus companheiros, mas também na perspectiva de seus alunos, cuidados com paixão por quase meio século. Ao deixar, assim, as primeiras escolas, as escolas noturnas e, em geral, a escola dos imigrantes no Brasil e a humanidade delas herdadas e que foram um testemunho de primeira linha, até o limiar dos dias atuais. Gostaria de dizer algo para concluir, nem que fosse para atrair aqueles que querem confiar num simples prefácio para ler.

Emilio Franzina
Asiago, 5 set. 2021.

¹¹ CARBONI, Florence. “Eppur si parlano!” Étude diachronique d’un cas de contact linguistique dans le Rio Grande do Sul (Brésil). Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2002.

¹² GASPERIN, Alice. *Ricordi de la colônia*: lembranças da colônia. Porto Alegre: EST, 2000.

Introdução

História da educação e migrações: olhares cruzados entre o local e o transnacional

*Terciane Ângela Luchese
Alberto Barausse
Roberto Sani
Anna Ascenzi*

Palavras iniciais

O conjunto de textos¹ desta obra reúne pesquisadores de diferentes instituições, os quais apresentam análises sobre migrantes, migrações e mobilidade humana relacionadas com a História da Educação. O intuito deste livro é contribuir, de modo significativo, com o aprofundamento científico sobre as iniciativas de educação entre imigrantes e filhos de (e/i)migrantes italianos no Brasil, iniciadas por instituições religiosas, público-estatais e da sociedade civil, nos séculos XIX e XX. Os processos educativos e escolares, os modelos educacionais e as ferramentas para a circulação do conhecimento, as práticas de ensino e aprendizagem, em espaços e tempos culturalmente distintos; as práticas de promoção da identidade étnico-cultural, relacionada ao pertencimento à italianidade, constituem campo de pesquisa inédita em torno do qual, numa perspectiva transnacional, os estudiosos aqui reunidos apresentam

¹ As versões preliminares dos textos que agora compõem a presente obra foram apresentadas num evento organizado pelo Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória na Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM), em setembro de 2018, com o apoio financeiro do CNPq e da Fapergs. A iniciativa foi apoiada pelo Centro di ricerca e documentazione per la storia delle istituzioni scolastiche, del libro scolastico e della letteratura per l'infanzia (CeSIS), do Dipartimento di Scienze Umanistiche, Sociali e della Formazione dell'Università degli Studi del Molise, Itália. Posteriormente, agrupados, os artigos foram publicados em inglês, em número monográfico, na *History of Education & Children's Literature* da Università di Macerata, Itália.

perspectivas de investigação, que se abrem para o campo da História da Educação e para sua relação com as migrações.

Mapeando a produção historiográfica italiana e brasileira sobre o tema *Migrações e História da Educação*

O interesse histórico nos processos educativos e de identidade dos emigrantes italianos manifestou-se na Itália durante os anos 90, do século XX, e partiu do impulso que os historiadores da emigração e da educação tentaram dar à dinâmica que envolvia a sociedade italiana. As contribuições, no entanto, a este tema permaneceram bastante esporádicas e pioneiras. Iniciativas de carácter transnacional, promovidas por historiadores e antropólogos italianos e brasileiros, na década de 1990, apoiadas pela Fundação Agnelli, estavam destinadas a enriquecer o quadro de conhecimentos sobre a história da (e/i)migração italiana no Brasil. O espaço dedicado ao tema dos processos educacionais que envolviam os (e/i)migrantes italianos no Brasil estava à margem, em especial, considerando que outros temas foram vistos como prioritários. Sobre educação temos as intervenções esporádicas de Ribeiro (1990) e Petrone (1990), orientadas para apoiar a compreensão de que havia desinteresse, por parte dos migrantes na educação e na escolaridade. Na mesma década, outras pesquisas, como as dos estudiosos Ambrosoli (1995) e Rosoli (1999), pensaram de modo diverso e contribuiram para a análise dos processos educacionais dos migrantes, durante os séculos XIX e XX, em especial para os países de destino da América do Sul e dos Estados Unidos. Essas investigações lembraram, sobretudo, a importância do fenômeno migratório para a conscientização dos migrantes italianos sobre a relevância do papel da educação. Outras pesquisas ofereceram o primeiro quadro geral, sintético, das políticas adotadas pelo governo italiano, na promoção da escolarização dos italianos emigrados, caso de Salvetti (2009) e Ciampi (1998). Outros estímulos para aprofundar a esfera dos processos culturais e educacionais vieram de pesquisas relacionadas à história de três associações, que assumiram o compromisso de disseminar a educação e a cultura italiana no Exterior, tanto de caráter laico como religioso: Associação de Inspiração Laica Dante Alighieri, estudada por Salvetti (1995); Associação Nacional para Socorrer Imigrantes e Missionários Italianos no Mundo e a Itálica Gens, pesquisadas por Confessore (1976, 1989) e Rosoli (1990).

Consideramos que foram as pesquisas de historiadores das migrações que lançaram luz sobre à necessidade de aprofundar as

questões históricas, relacionadas ao conjunto de iniciativas e espaços educacionais voltados aos migrantes. Trento (1989), em seu livro clássico, *Do outro lado do Atlântico*, chamou a atenção ao papel das escolas italianas no Brasil. Mais recentemente, informações detalhadas sobre iniciativas de caráter educativo e escolar foram oferecidas pelas pesquisas de Pretelli (2011) sobre a migração de italianos para os Estados Unidos, ou voltadas a investigar as orientações adotadas em nível ministerial, para o lançamento de políticas em defesa da italianidade em contextos históricos específicos, como o fascismo (PRETELLI, 2010).

De maneira semelhante ao que aconteceu na Itália, no Brasil – um contexto também caracterizado por diferentes especificidades étnicas e grupos migratórios – a atenção à história dos processos educacionais, nos diferentes contextos étnico-culturais dos migrantes, foi pouco investigada. Os primeiros estudos mencionavam, de modo superficial, a questão educacional e quando o faziam, de certo modo reproduziam o estigma da falta de interesse que a massa de analfabetos tinha com a escola. Após os primeiros estudos iniciados por Kreutz (1991), orientados a investigar os processos de escolarização étnica de migrantes alemães, no Estado do Rio Grande do Sul, a atenção à história dos processos educacionais, em diferentes contextos étnicos e culturais, no entanto aumentou de modo exponencial, nos últimos vinte anos.

Na investigação das escolas étnico-italianas no contexto brasileiro, seis teses de doutoramento foram defendidas: Luchese (2007) e Rech (2015) sobre o Rio Grande do Sul; Maschio (2012) referente ao Paraná; Rodriguez (2009) sobre Minas Gerais; Corrêa (2000) sobre São Paulo, e Otto (2005) relativo à Santa Catarina. Além destes, destacam-se outros estudos em nível de mestrado: Mimesse (2010) e Franchini (2015) sobre São Paulo; Pagani (2012), relativos ao Rio de Janeiro, e de Santos para Santa Catarina (2008). Algumas pesquisas foram conduzidas para o contexto de Santa Catarina também por Dallabrida (1997, 2001, 2005, 2012, 2015), dentre outras.

É relevante destacar que, desde 2008, o “Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória” (Grupheim), vinculado ao CNPq e à Universidade de Caxias do Sul, liderado por Terciane Ângela Luchese, desenvolve pesquisas articuladas com investigadores de diversas filiações institucionais, em estudos relativos ao tema, de diferentes unidades federativas do Brasil e também da Itália. No conjunto, essas investigações lançam luz sobre as diversas formas pelas quais a escolarização foi sendo constituída pelas iniciativas étnico-italianas italianas, na configuração do fenômeno migratório, nos diferentes estados

brasileiros.² Esse levantamento, mesmo que não exaustivo, demonstra o estado do conhecimento e dos percursos investigativos da temática da história da educação entre imigrantes saídos da Península Itálica e estabelecidos no Brasil, e sinaliza para as “brechas” e potencialidades a serem tratadas nas pesquisas.

A educação dos migrantes e as tendências da historiografia internacional

O encontro da história da educação com a história dos processos de migração abre novas oportunidades no contexto da pesquisa histórico-educativa, e permite elaborar noções ampliadas dos processos singulares de educação e, também, de escolarização. A história dos processos educacionais em contextos migratórios implica uma abordagem complexa e articulada, que permite diferentes níveis de análise e leitura; portanto, precisa da contribuição de múltiplas competências historiográficas, em uma perspectiva interdisciplinar, que inclui as da história social, da história das instituições e das práticas educacionais; da história dos processos culturais, apenas para citar alguns. Além disso, a renovação dos estudos sobre migração está situada no contexto das novas tendências historiográficas, que se referem à história global, às histórias conectadas ou, também, à história transnacional.³ Não é possível ignorar o fato de que, nas últimas décadas, surgiram várias possibilidades de abordagem das migrações, que as quais renovaram as pesquisas, apontando para outras facetas do passado dos migrantes a serem consideradas.

Uma definição mais ampla do conceito de migração foi gradualmente estabelecida, o que favoreceu a expansão dos tópicos em investigação. Os estímulos oferecidos pelos estudos que se referem à história global levaram a definir algumas experiências migratórias, como importantes agências de conexões e interações transnacionais. A historiografia sobre migrações começou a considerar cada vez mais um estereótipo real, a identificação de migrações com o modelo unidirecional, segundo o qual *one-way-move-and-settle* e, cada vez mais, foi introduzido o uso, dentre outros, de categorias analíticas como aquelas de *return migration*, *sojourning*, *transnationalism*, *diaspora* (MANNING, 2005; LUCASSEN;

² Alguns dos resultados destas pesquisas foram publicados em periódicos e livros, destacando-se em especial: Luchese e Kreutz (2011); Luchese (2014); Luchese (2018); Rech e Luchese (2018) e Luchese, Fernandes e Belusso (2018).

³ Para uma introdução relativa à renovação dos estudos dos fenômenos migratórios, no quadro da *Global history*, consultar Conrad (2015) e Manning (2005).

SMIT, 2014). Precisamente, a partir de novas abordagens e reflexões sobre o caso italiano, o conceito de emigração foi substituído pelo conceito de diáspora, para indicar fenômenos migratórios que não eram da via única ou que não se estabeleciam em um único país (GABACCIA, 2003a, 2003b).

Novas investigações, realizadas tanto nas áreas rurais do Brasil quanto nas urbanas, destacaram a introdução e o papel exercido por novas culturas políticas importadas, diretamente, dos países de proveniência dos migrantes. Além da influência já conhecida, delineada pelos elementos político-liberais das primeiras décadas do século XIX, com o aprofundamento das investigações, emergem dimensões da participação, organização e disseminação, por exemplo, do movimento grevista entre operários, do anarquismo e mesmo do fascismo. São questões que foram negligenciadas ou pouco aprofundadas, no que tange às práticas educativas decorrentes das culturas políticas, que grupos migrantes residentes no Brasil promoveram.⁴

A partir de pesquisas focadas nas migrações de massa marginais, camponesas e operárias, passamos também à análise das experiências migratórias de sujeitos, grupos sociais e profissionais pouco contemplados em análises do passado, como a mobilidade de soldados ou de “migrantes organizacionais” altamente qualificados, como aqueles vinculados ao corpo diplomático, de empresas, missionários, estudiosos e professores, além de funcionários de empresas. Outras áreas de pesquisa são as relativas: à formação e gestão de redes sociais, à construção da etnicidade, à circularidade da cultura italiana e de suas diferentes formas de representação, apropriação e recepção, bem como às formas de lazer praticadas por imigrantes, aos circuitos de impressos, ao associacionismo e à inserção de mão de obra qualificada.⁵ A pesquisa histórica sobre migração internacional, como lembrou Franzina (2015), produziu estudos consideráveis até abordar áreas como literatura, cinema e música.⁶ No entanto, as pesquisas parecem menos precisas ou profundas, quando o ângulo de investigação se move para questões educacionais (BARAUSSE; LUCHESE, 2017). O tema da educação dos migrantes, por outro lado, visa enriquecer o panorama da pesquisa, no campo da história da educação que, desde a última década do século passado, vem experimentando, por sua vez, potencial fermentação,

⁴ Sobre tais temas consultar Biondi (2011), Bertonha (2001, 2017) e Franzina e Sanfilippo (2003).

⁵ Com relação à historiografia italiana, voltada para a história da emigração, são importantes os aportes fornecidos por Bevilacqua, De Clementi e Franzina (2002).

⁶ Consultar sobre o tema Franzina (2015, 2014, 2009).

significativa em relação ao tema da dimensão transnacional desses processos históricos.

Ampliando o olhar para a produção historiográfica europeia e norte-americana, aponta-se que, das manifestações de interesse, para a história da relação entre migração e educação, boa parte se situa em meados dos anos 90, do século XX e na primeira década do novo milênio, em um contexto histórico completamente novo. Após a queda do Muro de Berlim e no contexto dos processos de globalização, intensificado pelas tecnologias de comunicação e informação, em andamento nas últimas décadas, as pesquisas histórico-educacionais, interessadas em analisar a relação entre mobilidade ou processos migratórios e processos culturais, apoiaram-se em várias tendências historiográficas, bem como na acentuação dos processos de internacionalização da pesquisa. Na sequência, do *post-colonial studies* com as considerações expressas por Nóvoa,⁷ uma série de intervenções, seguidas pela historiografia da educação ibérica, anglo-saxônica e norte-americana, foi destinada a aprofundar e desenvolver o ponto de vista pós-colonial e adotar uma abordagem transnacional, com a escolha de temas e a realização de análises historiográficas.⁸ Assim, a busca por verificar, no lado histórico-educacional, alguns aspectos do que é considerada a principal preocupação desta linha de pesquisa, a saber, a interpretação da história, em termos de movimento, refluxo e circulação, com perspectivas ou pontos de vista e como um quadro analítico complexo, que intenta constituir novo discurso histórico.⁹

Dentro dessas linhas de pesquisas, muito recentemente, Fuchs e Roldan (2019) ampliaram e produziram uma primeira classificação do conceito de transnacional e seu uso, no campo da história da educação. Mas, ao longo dos últimos anos, juntamente com o uso de conceitos ou categorias analíticas, como os do “transnacionalismo”, outros pesquisadores tentaram explorar as possibilidades oferecidas pela adoção de novas categorias de análise, que pertencem à história global.

⁷ Nóvoa (1995, 1998); Nóvoa, Depaepe e Johanningmeier (1995).

⁸ Dentre as pesquisas que mobilizam a categoria de transnacional, pode-se ver Steiner-Khamsi (2000); Trethewey e Whitehead (2003); Brehony (2004); Campbell, Sherington e White (2007); Fuchs (2007); Caruso (2007); Allender e Spencer (2009); Andrés (2009); Fuchs (2012); Popkewitz (2013); Mayer (2014); Fontaine (2015), Fontaine e Masoni (2016).

⁹ Não é possível, na extensão desta introdução, realizar uma análise crítica do uso da categoria transnacional nas pesquisas histórico-educativas. Limitamo-nos a sinalizar que para a categoria transnacional é importante consultar Ossenbach e Andrés (2011). Mais recentemente, um primeiro movimento, no campo da história da educação, a estabelecer uma análise importante são os autores reunidos na obra organizada por Fuchs e Roldan (2019).

Contribuições foram propostas,¹⁰ entre outras, como aquelas de Droit (2007), Bagchi (2014), Sobe (2013) ou de Droux e Hofstetter (2014, 2015), que visavam uma história global da educação ou verificavam, no lado histórico-educativo a *histoire croisée*, delineadas como campo de investigação por historiadores franco-alemães como: Werner e Zimmermann (2006, 2003), ou de *connected histories*, como sugerem Gruzinsky (2001) e Subrahmanyam (1977).

Por vezes, em alguns contextos, de certo modo um pouco pretensiosos, estas perspectivas são apresentadas como novos paradigmas historiográficos. Acreditamos que há potencialidade, mas também alguns limites. O uso de conceitos não muito precisos e ambíguos merece cuidado. A aspiração por produzir uma nova história com outras perspectivas de análise, propondo exercitar uma história da globalização em vez de na globalização,¹¹ é uma dimensão a ser pensada. O convite para olhar além das fronteiras nacionais não significa abandonar perspectivas e dinâmicas nacionais ou mesmo locais, mas colocar a nação e os fenômenos sociais que as caracterizaram, como a migração e a educação, em quadro mais amplo, não somente de comparação, mas de interconexões. Ou, como refere Revel (1998), de exercitar o jogo de escalas na análise. Igualmente aceitáveis são as preocupações daqueles que veem o risco interpretativo, de produzir generalizações fáceis, através do recurso acrítico às categorias da sociologia histórica (LEVI, 2018). Essa tendência e esses riscos afetaram e também afetam o contexto histórico-educacional, como Ossenbach e Andrés (2011) já haviam enfatizado há alguns anos.

Nesse quadro de pesquisas, foram feitas contribuições, embora quantitativamente menos significativas, com o objetivo de analisar o tema da educação em contextos migratórios por outros autores. Entre eles, destacamos as intervenções de Braster e Andrés (2001), relacionadas à história da educação e a imigração no contexto holandês, ou as de Myers e Grosvenor (2009), em relação, especificamente, ao contexto inglês. Não menos significativas foram as trajetórias de pesquisa publicadas em espanhol por Gutiérrez (2000, 2003, 2005, 2010, 2011, 2019), Rico (2008, 2012) e Frago (1986), orientadas para investigar iniciativas educacionais promovidas em favor de emigrantes galegos na América. São importantes as considerações de Ramsey que, embora permaneça ancorado, principalmente, em uma produção

¹⁰ Ver, por exemplo, Schriewer (1996); Myers, Grosvenor e Watts (2008); Pineau (2008); Caruso (2008).

¹¹ Sugerimos consultar Giovagnoli (2003), Conrad (2015), neste, especialmente, o capítulo que trata dos limites e da crítica da história global.

anglo-saxônica e norte-americana, identificou a urgência de estender a pesquisa sobre o tema da relação entre educação e migração, para ampliar a estrutura do conhecimento em nosso poder.¹² Sobre esta perspectiva, parecem convergir também as reflexões do mesmo Ramsey (2019) que, com Myers, Ramsey e Proctor (2018), solicitam o início de novos caminhos de pesquisa na área, capazes de ir além dos limites de uma historiografia e de abordagens metodológicas consideradas muito estreitas e vinculadas às fronteiras nacionais.

A História da Educação como disciplina, muitas vezes, deixou de lado as referências da perspectiva narrativa ou de investigação, e considerou as conexões transnacionais ou internacionais, incluindo aquelas ligadas aos movimentos migratórios. Segundo Lawn (2014), essa dificuldade está ligada à condição de “nacionalismo metodológico” que acompanhou o trabalho de pesquisadores das ciências sociais. Uma abordagem segundo a qual o Estado-Nação e suas fronteiras são tratados como *naturais* e como uma escala de magnitude muito vinculativa (WIMMER; SCHILLER, 2002). Uma abordagem que para Lawn também caracterizaria a história da educação que, frequentemente, trata seu objeto de estudo como se fosse “naturalmente nacional”, como se tivesse fronteiras impermeáveis. E, na direção de uma perspectiva transnacional, está a recente publicação de *Special Issue* publicada na revista *Paedagogica Historica*, organizada por historiadores britânicos, estadunidenses e australianos,¹³ que apresentaram os primeiros resultados de uma reunião entre acadêmicos e grupos de pesquisa, para se constituírem lugares de aprofundamento internacional no *Small Working Group* do *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE).

Migração e processos educacionais entre Itália e Brasil. Uma agenda de pesquisa para uma história complexa, multidimensional e transnacional

Dentro dessa perspectiva internacional de pesquisa, há também o encontro entre grupos de pesquisa italianos e brasileiros. É no contexto do crescimento da internacionalização dos estudos dos últimos dez

¹² Ver Ramsey (2019). No contexto norte-americano, o tema foi estudado por Bravo-Moreno (2009). Na maioria das vezes, as análises anglo-saxônicas são bastante desatentas à produção científica da Europa Mediterrânea ou da América Latina.

¹³ Consultar Myers, Ramsey e Proctor (2018). O número da *Paedagogica Historica* conta com várias contribuições de diferentes autores de países e realidades distintas, como exemplo Ramsey (2018) e Barausse e Luchese (2018) sobre a imigração italiana e as memórias escolares no Brasil.-

anos, que se multiplicam as oportunidades de maior aproximação entre os estudiosos dos dois espaços geográficos. A participação com a apresentação de painéis em eventos da área, como o Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (Colubhe), o Congreso Iberoamericano de *Historia de la Educación Latinoamericana* (CIHELA) e do já citado *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE) com o Standing Working Groups (SWG) sobre o tema Educação e Migração, são exemplos de espaços em eventos relevantes da área, em que a produção científica, derivada dos estudos que estamos realizando, foi apresentada.

Nos últimos anos tem se fortalecido um grupo de trabalho transnacional e bilateral ítalo-brasileiro, reunindo pesquisadores do CeSIS¹⁴ da Universidade de Molise e do Cesco¹⁵ da Universidade de Macerata, juntamente com pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul, por meio do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Imigração e Memória (Grupheim), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS),¹⁶ da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outras instituições brasileiras. O grupo de pesquisadores desenvolveu uma ampla agenda de trabalho de pesquisa, a partir da suposição de que o estudo dos processos educacionais e escolares, no contexto migratório brasileiro, não pode se limitar à preparação de contribuições ocasionais e isoladas, por ocasião de eventos internacionais, mas deve prosseguir por meio de um programa bilateral – ou ainda mais amplo – de

¹⁴ O centro de documentação e pesquisa denominado CeSIS foi criado em 2006, com o objetivo de realizar pesquisas no campo da história das instituições educacionais, livros escolares e literatura infantil. É dirigido por Alberto Barausse acompanhado por Rossella Andreassi, funcionária pesquisadora técnica e um grupo de professores e pesquisadores especialistas, constituído por: Michela D'Alessio, Valeria Viola, Valeria Miceli, Florindo Palladino. Os programas e as iniciativas do CeSIS são assistidos por um comitê científico-internacional composto por vários professores de história da educação, incluindo Roberto Sani, Anna Ascenzi, Giorgio Chiosso, Maria Helena Camara Bastos e Joaquim Pintassilgo. A equipe de pesquisa reúne várias publicações, a exemplo de Barausse e Andreassi (2018).

¹⁵ O Centro de Documentação e Pesquisa denominado Cesco foi criado em 2004, na Universidade de Macerata, com o objetivo de promover pesquisas no campo da história de livros escolares e da literatura para a infância. Apoiado por um comitê científico-internacional, o centro é dirigido por Roberto Sani e reúne um grande grupo de professores e pesquisadores, entre os quais: Anna Ascenzi, Edoardo Bressan, Dorena Caroli, Marta Brunelli, Luigiaurelio Pomante, Juri Meda e Elisabetta Patrizi. A intensa atividade de pesquisa realizada pelo grupo de Macerata é evidenciada por várias publicações científicas que, além disso, encontram expressão na publicação da revista internacional *History of Education and Children's Literature*. Mais dados sobre o centro podem ser encontrados em: – <https://www.unimc.it/cescom/it>

¹⁶ Um dos resultados parciais publicados do trabalho conjunto desses pesquisadores é o dossiê “Da Itália ao Brasil: processos educativos e formativos” publicado pela *Revista de História da Educação* (2017).

“escavações” mais profundas, capazes de restaurar a complexidade do fenômeno. Ao mesmo tempo, o que pretende coordenar este projeto é uma constatação apresentada por Sani (2003) há alguns anos, no campo da história da escola italiana, quando advertiu: “a ausência de uma organização de pesquisa séria e os problemas decorrentes de uma presença escassa de ferramentas indispensáveis para uma investigação histórica capaz de ir além das sínteses superficiais e apressadas e de fornecer contribuições abrangentes” (SANI, 2003, p. 8).

Os itinerários de pesquisa escolhidos e as abordagens metodológicas adotadas buscam garantir um conhecimento mais profundo de vários aspectos relacionados ao papel e à função dos processos educacionais em grupos de migrantes e descendentes de italianos, que vivem em contextos migratórios no Brasil, no quadro mais geral da migração transoceânica da segunda metade do século XIX, até primeiras décadas do século XX. Dentro dessa perspectiva, o foco dos itinerários está em um conhecimento mais profundo das agências e iniciativas educacionais, religiosas ou civis – estatais ou associativas –, que afetaram a realização de itinerários educacionais e formativos. É importante verificar o papel da Igreja Católica, no âmbito dos processos educativos e das instituições escolares que foram fundadas, a partir do final do século XIX. A pesquisa começou a investigar o papel da Igreja, no âmbito da História da Educação dos imigrantes italianos no Brasil. Pela cooperação dos pesquisadores italianos, foi possível aprofundar o processo e as mudanças nas diretrizes pontifícias sobre a emigração e o nascimento da Congregação Scalabriniana para os migrantes.¹⁷ Mas, precisamos casos de estudo significativos no âmbito da história das instituições escolares, que envolvem pesquisadores que aprofundaram ou começaram a aprofundar o perfil das congregações religiosas no âmbito educacional, nas primeiras décadas do século XX. Outro caso de estudo é representado pelas investigações das Congregações: Carlista, Salesiana, Marista, Jesuítica, ou a Capuchinha, para entender melhor seu papel educativo no período de interesse. Ao mesmo tempo, percebemos a importância de aprofundar o papel desenvolvido pelas associações laicas de natureza religiosa, como a *Itálica Gens*, em relação ao contexto após a Grande Guerra e o final da década de 30, do século XX.

Por outro lado, ainda estamos longe, por exemplo, de reconstruir um mapa geral de iniciativas de escolarização étnica e da dinâmica que acompanhou seu desenvolvimento em todo o Brasil. Algumas pesquisas

¹⁷ Recomendamos a consulta ao número monográfico de *Studi emigrazione* com o tema *Chiesa ed emigrazione, italiana tra '800 e '900*, de 1982. Ainda Rosoli (1999) e Sani (2017).

revelaram um interessante desenvolvimento quantitativo do fenômeno da educação étnico-italiana no Estado de São Paulo, através dos estudos pioneiros como o de Mimesse (2010, 2014), os quais foram seguidos por Franchini (2015) e de Dell'Aira (2012); na área colonial italiana e urbana no Rio Grande do Sul, lugar do estudo de Luchese (2007, 2012, 2010, 2014, 2015, 2018), Rech (2016), Rech e Luchese (2018), Barausse (2016, 2017), Barausse e Castro (2018); no Paraná, as pesquisas de Maschio (2011, 2014, 2013) sobre a colônia Colombo; no Espírito Santo o estudo de Simões e Franco (2014); em Santa Catarina, pelas pesquisas de Otto (2014), Dallabrida (1997, 2005, 2001, 2015) e de Virtuoso (2008). Estudos sobre as escolas de imigrantes italianos em Minas Gerais foram realizados por Rodrigues (2014), bem como no Rio de Janeiro por Pagani (2014). No conjunto, estes estudos lançam luz sobre as diversas formas pelas quais a escolarização foi sendo constituída pelas iniciativas étnico-italianas na configuração do fenômeno migratório, nos diferentes estados brasileiros. O processo da imigração italiana em Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, foi muito diferente daquele vivenciado no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, seja pela dimensão quantitativa, seja pela qualitativa, bem como pelas condições dos espaços que ocuparam. Assim como os diferentes tipos de escolas promovidas e organizadas em diferentes contextos, que ainda não estão totalmente esclarecidos. As investigações iniciadas permitiram identificar uma pluralidade de agências educativas e formas de escolarização em torno das quais, no entanto, é necessário desenvolver investigações adicionais e novos aprofundamentos.

Sabemos que as escolas italianas foram organizadas dada ausência de um sistema escolar público no Brasil, ou seja, como resposta a uma necessidade das famílias de imigrantes e descendentes, de um lado, de outro, como decorrência das políticas italianas de acompanhamento dos seus emigrados que, em diferentes formas, marcaram alguma presença. As formas de organização dessas escolas variaram no tempo e no espaço e, reunindo pesquisas em diferentes frentes arquivísticas, é possível localizar indícios que foram preservados. É possível compreender essas histórias considerando uma diversificação da base documental constituída por documentos preservados em acervos brasileiros e italianos. A categoria “escola étnico-italiana” precisa ser acompanhada por uma análise rigorosa sobre as diferentes tipologias das escolas promovidas, durante o período entre 1875 e 1942. Precisamente, através de uma leitura mais atenta das fontes consulares, foi possível identificar a existência de escolas subsidiadas pelo Estado italiano e que eram “escolas coloniais” assim definidas pela legislação italiana e, depois de

1894, passaram a ser denominadas “escolas italianas no Exterior” e que, posteriormente, foram chamadas “escolas ítalo-brasileiras”. Todavia, precisamos aprofundar um mapa das escolas étnico-italianas, que se compõem de escolas heterogêneas como as primeiras investigações revelaram: escolas coloniais, escolas italianas no Exterior, escolas rurais, escolas particulares promovidas e mantidas pelas associações de mútuo socorro, pelas famílias ou por professores particulares, escolas confessionais paroquiais ou de ordem religiosa, escolas subsidiadas.

Há ainda que se fazer uma necessária crítica aos documentos, comparando os registros entre o que informavam, por exemplo, as autoridades consulares italianas e os registros locais, dos próprios professores e das autoridades brasileiras. Dissonâncias, negociações e possíveis diferenças entre a documentação permitem perceber o emaranhado processo escolar vivido naqueles anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Uma heterogeneidade tanto na natureza (associativa, comunitária e/ou privada) quanto nas características (articulação e composição das turmas mistas ou por gênero, número de inscritos e dos efetivos frequentadores, taxas de inscrição e formas de custo); os módulos organizativos e conteúdos didático-pedagógicos (escola diurna e escola noturna, articulação por graus, didática mnemônica ou didática intuitiva, conteúdos curriculares inclusivos de história e geografia ou orientados pela doutrina cristã), bem como o nível qualitativo das escolas e dos professores.

Com a documentação disponível podemos construir um mapa das instituições escolares de base étnica e perceber seu impacto sob o ponto de vista quantitativo. As pesquisas realizadas, de fato, começaram a identificar a relevância do fenômeno das “escolas italianas” do ponto de vista de sua quantidade e distribuição territorial. Em relação ao desenvolvimento dos processos escolares, os grupos de pesquisa pretendem investigar as culturas e as práticas escolares desenvolvidas no tempo, bem como os modelos educacionais pelos quais a identidade dos alunos foi construída. Algumas pesquisas iniciais conduzidas por Barausse (2016, 2015), Luchese et al. (2007), Bastos (2017) tanto nos anos da primeira colonização quanto nos anos 20 e 30, do século XX, lançam luz sobre a produção de livros didáticos utilizados nas experiências de educação étnica, na circulação transnacional de textos, na dinâmica adaptação desses produtos ou não. Além disso, essas investigações analisam o papel da educação e das escolas, como espaços na definição dos modelos de identidade, de recepção e/ou de inclusão dos (e/i)migrantes e, portanto, as características do desenvolvimento das

sociedades multiculturais, na época da afirmação dos Estados nacionais (BARAUSSE; LUCHESE, 2018).

O renovado interesse de historiadores brasileiros e italianos pela pesquisa de processos educativos e identitários entre migrantes e seus descendentes permite o aprofundamento comum e a renovação de perspectivas histórico-educativas, que amadureceram e ganharam profundidade nas duas últimas décadas do século XXI. É neste contexto que se construíram os pilares para a promoção de uma investigação histórico-educativa que pudesse ultrapassar as perspectivas oferecidas pela tradicional história das ideias, história das instituições ou história social quantitativa e, mesmo, pela história da educação numa dimensão nacional. Pelos aportes da historiografia da educação europeia francesa,¹⁸ belga, anglo-saxã¹⁹ e, depois, ibérica,²⁰ foi possível vislumbrar também na Itália²¹ e no Brasil uma história dos processos educacionais e da cultura escolar, capazes de iluminar as dimensões pouco aprofundadas.

Afinal, os processos educacionais adquirem considerável relevância, na medida em que as pesquisas relacionadas ao fenômeno migratório levam em consideração ou tomam como referência a análise investigativa da formação da identidade étnica. E o fazem por meio do uso de categorias e conceitos como invenção e construção da identidade, definindo a identidade étnica como uma construção cultural desenvolvida em um período histórico (HALL, 2011; WOODWARD, 2000). Nesse sentido, o quadro geral da pesquisa é baseado nas contribuições ou deve levar em consideração a historiografia, que tem sido renovada pelos estudos do conceito de etnicidade. Os fenômenos migratórios se ligam diretamente à história das relações étnicas, pois dão origem a situações de convivência interétnica e ao nascimento inevitável de minorias étnicas. A introdução deste conceito-chave para a análise dos fenômenos migratórios pressupõe uma abordagem crítica. No específico, precisamos verificar em quais formas a dimensão étnica foi expressa, que características, processos de nominação e pertença foram negociados, atribuídos ou negados.

Fala-se a este respeito de “revival étnico” (SMITH, 1984), para indicar o fenômeno de uma solidariedade étnica perdida ou deixada de lado, de reivindicação de pertencimento a uma história e a uma memória coletiva, ou até de uma invenção de etnicidade. Assim, grupos étnicos

¹⁸ Nos referimos, em especial, às contribuições de Julia (1995, 1996).

¹⁹ Centrais são as obras de Depaepe e Simon (1995) e Grosvenor e Rousmaniere (1999).

²⁰ Nóvoa (1997), Benito (2000, 2007), Berrio (2000) e Frago (1998).

²¹ Sani (2018) em especial.

recriam-se constantemente, e a etnicidade é reinventada para confrontar realidades que mudam e para construir uma comunidade imaginada (CONSTANTINO, 2002). Os estudos de Anderson (2018) assim como aqueles de Conzen (1992), de Hobsbawm e de Ranger (2002) consideram que esta lente conceitual oferece a visão para a análise do fenômeno de *italianidade* (Italianess), que definem como construção cultural que se realiza em determinado período de tempo histórico. Além disto, tais estudos permitem pensar a invenção da tradição como o processo que envolve pertencimento, marcações simbólicas, estabelecimento de diferenças e caracterizações entre o que é e o que não é próprio daquele grupo, definido por meio de tal nominação que não é fixa. Tais processos caracterizam os (e/i)migrantes e, entre eles, os (e/i)migrantes italianos que se relacionaram com a *italianidade*.

Para os historiadores é fundamental a compreensão deste fenômeno sociocultural, utilizando-se o termo *italianidade* como definidor de uma organização social, com fronteiras delimitadas e relações entre grupos sociais estabelecidas. Sabe-se que a *identidade cultural* dos grupos de imigrantes italianos não apareceu do nada, resultou de processos de construção, negociação e diferenciação; foi construída, coletivamente, sobre as bases da experiência, da memória, da tradição – construída e inventada – e com variedades de práticas e expressões culturais, políticas e sociais. A utilização de símbolos e práticas para afirmar a *italianidade* é perceptível por grupos de italianos no Brasil e afeta, diretamente, as escolas. Mas, na investigação da história dos processos educativos, com atenção para os de escolarização de (e/i)migrantes e descendentes italianos no contexto do Brasil, consideramos que os contatos e a convivência com outros grupos étnico-culturais produziram apropriações de novas culturas e práticas. Seus processos identitários são forjados entre as experiências e modos de pensar e viver de um país para outro: nem italianos nem brasileiros. Tornaram-se outros. Sujeitos híbridos em seus processos identitários, os quais, no processo de transferência cultural (*cultural transfer*), recriam as tradições, adaptando-se e reinventando modos de viver, em meio a jogos de poder. E investigar a complexidade desse processo educativo e cultural exige que os historiadores atentem para a diversidade documental e para além do que foi preservado no contorno das fronteiras nacionais.

Esse processo de análise raramente enfatizou o estudo dos processos educacionais promovidos nas áreas de colonização ou migração e, especificamente, o papel e a função das escolas e instituições de ensino, como espaço de construção de identidades e exercício de práticas de

memória (POLLAK, 1992, 1989; MYERS, 2009), como mostrou uma primeira sondagem realizada no contexto do Rio Grande do Sul por Barausse e Luchese (2018). Neste sentido, as propostas e os itinerários de investigação, promovidos pelo grupo de pesquisa, pretendem chamar a atenção e analisar o papel dos espaços educacionais, assim como da imprensa étnica na formação do imaginário ítalo-brasileiro e os mecanismos de construção da memória nos grupos dos imigrantes, seja nos contextos urbanos, seja naqueles rurais. Neste sentido, a proposta pretende aprofundar os mecanismos de nacionalização, pela ideia da italianidade, os quais caracterizaram os grupos urbanos e rurais dos imigrantes italianos, em relação à disputa com a brasiliidade. As pesquisas que pretendemos desenvolver, como as que integram a presente obra, buscam e tentam conciliar diferentes jogos de escala. O plano no qual o quadro de pesquisa foi desenvolvido mira para a global e, por vezes, move a lupa para a dimensão local dos processos educativos.

Na dimensão da análise, referências foram compartilhadas; modelos educacionais, textos e saberes, que circulavam em uma escala muito mais ampla que a nacional, foram cruzados e adequados para “fazer sentido em uma hora e local específicos” (CHARTIER, 2011, 30). Quando nos referimos a uma escala global, pretendemos nos referir, acima de tudo, a uma perspectiva de construção histórica, a uma estrutura de pesquisa que possa destacar as experiências de *connected histories*, ou seja, que no passado, como Chartier nos lembra, relacionou intercâmbios, processos e práticas educacionais de diferentes populações, com diferentes culturas, economias e poderes (CHARTIER, 2011, p. 29). As histórias conectadas também revelam a presença, mesmo que não generalizável, de uma dimensão significativa e conscientização transnacional, nas comunidades e nos sujeitos migrantes.

É uma perspectiva que, no entanto, não pretende renunciar às abordagens microanalíticas dos casos em estudo, a fim de não correr o risco de descontextualizar alguns elementos, perdendo de vista a importância do contexto que constitui o “sistema simbólico que lhe dá significado e os usos locais e específicos que compõem seus próprios significados” (CHARTIER, 2011, p. 30). A dimensão local da investigação histórico-educacional continua heuristicamente rica e complexa, mesmo no contexto de perspectivas de escala mais ampla, como mencionado recentemente por Barausse, Ghizzoni e Meda (2018). Essa abordagem amadureceu à luz de algumas considerações gerais propostas, nos últimos anos, por historiadores da educação italiana e também brasileira, que, como Sani (2003), Montino (2011),

Luchese (2014) e outros examinaram o valor heurístico dessa dimensão na história da educação. Em particular, é útil recordar o que foi dito por Montino (2011), em um estudo publicado, postumamente, em relação à história da escola, que poderia ser reconduzida para a história dos processos educacionais mais amplos:

[...] Uma história da escola e das instituições de ensino, hoje, que quer ser complexa, ao mesmo tempo atenta tanto às dinâmicas políticas e institucionais, quanto às culturas escolares que se entrelaçam e se sobrepõem ao longo do tempo, com todas as suas implicações sociais e antropológicas, não pode não levar também em conta um ponto de vista mais próximo da (micro)realidade, em que se desdobra a realização concreta do processo de escolarização italiana, na época contemporânea [...] Se considerarmos todos os atores no processo de escolarização, temos uma história que não é simples nem direta. Ao contrário, revela uma história de conflitos e resistências, principalmente entre o centro e a periferia, depois entre espaço público (Estado) e espaço comunitário, entre interesse coletivo e interesse privado (família) e entre modernidade e tradição (MONTINO, 2011, p. 126).

É possível questionar o pressuposto que acompanhou, durante décadas, as construções dos processos educacionais e histórico-escolares, decorrentes de um preconceito ideológico segundo o qual a dimensão nacional da educação pública implicaria que os eventos escolares só pudessem ser lidos em escala nacional. Ao contrário, do ponto de vista estritamente epistemológico, as construções focalizadas sobre a dimensão local resultaram ser extremamente potentes, em relação à compreensão de fenômenos históricos mais amplos. Não há dúvida – de fato – que o aprofundamento dos processos escolares locais pode contribuir para a confirmação ou não das premissas elaboradas pela historiografia nacional, bem como para identificar continuidade ou descontinuidade, revelando composições sociais, interesses econômicos e resistências culturais, que não podem ser conciliados com esquemas e periodizações gerais. O exame da dimensão local é, portanto, fundamental para verificar a tendência de fenômenos mais gerais no campo, em nível da comunidade e do território.

Para muitos contextos, o processo de nacionalização passou por diferentes fases e, na Itália, como Sani (2018, p.12) lembrou, durante a segunda metade do século XIX, é enganoso falar de uma escola nacional. Desse modo, o assunto da dimensão local da pesquisa histórico-

educativa caracteriza uma abordagem e um exercício historiográfico realizados em outros contextos nacionais, também brasileiros e portugueses, especificamente pelas pesquisas regionais que se limitam a investigar processos educativos “em um espaço geográfico delimitado, produzido pelas relações de poder, pelas práticas culturais e históricas reinventadas por grupos humanos que ali vivem e viveram” (LUCHESE, 2014, p. 147).

A centralidade da dimensão local parece ainda mais relevante, pois os recentes processos de internacionalização da pesquisa histórico-educativa evidenciam os riscos decorrentes ou a necessidade da superação de recortes que privilegiam o nacional. Daí a proposta de expandir a abordagem local em escala global para a análise de fenômenos como os processos de escolarização, específicos da contemporaneidade, que não podem ser separados de seus respectivos contextos nacionais e que são, por sua vez, os contextos microgeográficos, em que o processo de escolarização é articulado em escala global. Em torno da necessidade de encontrar um equilíbrio entre a dimensão local e a transnacional, se expressaram, também, Fuchs e Roldan (2019). O objetivo é alcançar uma “história molecular” dos processos educativos, que – mesmo partindo da análise do microcosmo local – não se feche dentro dos limites estreitos da erudição local, mas se reconecte ao mais amplo contexto político, social, cultural e econômico, embasando-se em um espectro de fontes diversificadas e pesquisadas pela historiografia educacional, nas duas últimas décadas.

As contribuições dos capítulos para os itinerários de pesquisa

Dentro dessa efervescência e do quadro historiográfico estão as contribuições apresentadas nos 12 textos aqui reunidos, que abarcam o arco temporal da segunda metade do século XIX até a década de 30, do século XX. Os capítulos não têm a intenção de ser estudos exaustivos, no que diz respeito ao âmbito da investigação sobre as relações entre imigração italiana e educação, mas, muito mais, buscam estimular a compreensão da necessidade de uma maior articulação dos caminhos investigativos e também do aprofundamento do que, até o presente momento, foi realizado. Com tal intento, as contribuições refletem os campos de pesquisa que podem ser, posteriormente, enriquecidos. Esses se colocam em diferentes contextos do desenvolvimento dos Estados-nação para os dois países, Itália e Brasil, mas ricos em interconexões.

Para a Itália, os artigos cobrem o momento em que o então recente Estado nacional, com a liderança das elites liberais, tenta com Crispi reavivar as políticas coloniais em uma perspectiva capaz de combinar a necessidade de um Estado forte com o projeto de expansão colonial, política ou comercial, uma fase marcada por planos de reforma, em relação ao governo da emigração e o papel das escolas italianas no Exterior – período seguido pelo crescimento da intervenção estatal na regulação do fenômeno migratório, durante a primeira década do século XX, até o impulso do fascismo por projetos de “italianos no Exterior”.

No caso do Brasil, as contribuições referem-se a um período distinto da história do espaço latino-americano, caracterizado pelas últimas décadas da experiência imperial e pelo início da República, período marcado pelo fim da escravidão e pelos projetos governados pelos centros de poder, primeiro imperiais e depois federais ou estaduais, de colonização e imigração. Um contexto que continua com a consolidação da República, no início do século XX até o período em que o Brasil experimenta a crise da Primeira República e a fase de transição para a ascensão do longo governo de Getúlio Vargas. São contextos em que as *comunidades imaginadas* ou *inventadas* amadurecem e são definidas de acordo com a proposição dos historiadores mencionados, em especial Anderson (2018) e Hobsbawm (2002); contextos em que foram feitas tentativas de introduzir itinerários e iniciativas, para apoiar as respectivas características étnico-nacionais, até alcançar fortes momentos de tensão. Processos realizados por meio de práticas de *transfer cultural*,²² que se tornaram instrumentos e instituições diversificadas, como aquelas religiosas e/ou estatais, que se qualificavam como verdadeiras agency e que geravam interconexões significativas e constantes entre diferentes realidades, bem como favoreciam a circulação de bens como livros, mas também de pessoas e de outros produtos culturais. Precisamente nessa perspectiva, a contribuição de Sani aprofunda uma seção pouco conhecida sobre iniciativas, para facilitar as tarefas pastorais e educacionais de uma instituição complexa como a Igreja católica. A necessidade de implantar, disseminar e distribuir ferramentas adaptadas às necessidades pastorais dos missionários scalabrinianos e dos párocos que se estabeleceram nas comunidades de imigrantes italianas no Brasil foi a base da iniciativa original e moderna do bispo Scalabrin, para promover a redação de um texto educacional. Trata-se de guia espiritual produzido pelo missionário Padre Colbacchini e intitulado

²² Aqui nos referimos ao conceito de transferência cultural como indicado por Ossenbach e Andrés (2011), mas também por Fontaine (2015) e Fontaine e Masoni (2016).

Guia espiritual para o emigrante italiano na América. A análise de Sani nos permite entender não apenas as dinâmicas específicas que caracterizaram o compromisso religioso do missionário, como aquelas relacionadas ao conflito com o clero e o episcopado local, além das características de seu compromisso pastoral, com base no modelo tridentino. A análise indica aspectos da espiritualidade que se pretendia apoiar, por meio da atividade pastoral, e o impacto em um contexto muito diferente daquele das áreas geográfico-regionais do Norte da Itália, Lombardia, ou Vêneto. Além disso, Sani nos ajuda a entender o papel de produtos culturais, como o Guia e a mesma ação pastoral para o amadurecimento de uma ideia de cidadania, não orientada à reivindicação extenuante das características étnico-culturais originais. A experiência scalabriniana, o conteúdo da opereta e de manuais devocionais, amplamente difundidos no território brasileiro, ajudam a esclarecer as rotas de integração e as muitas ideias italianas que foram difundidas nas comunidades de colonos e entre os imigrantes italianos, em estados brasileiros. As interdependências entre a pátria de origem e o novo espaço geográfico encontram-se precisamente na preservação dos traços étnico-culturais, que é a ideia da italianidade, que permite ainda muitos roteiros de pesquisa frutíferos.

Reconhecemos que o caso de Colbacchini é apenas um dos muitos perfis dos missionários scalabrinianos, mas não apenas dos missionários, em torno dos quais as pesquisas históricas parecem manifestar um novo interesse, ao que foi identificado como uma verdadeira *agency* educacional (LUCASSEN; SMIT, 2014). A contribuição de Maschio aprofunda o papel de agência educacional desempenhada pelo grupo de missionários scalabrinianos que chegaram e se estabeleceram, nas colônias italianas do Paraná. A estudiosa destaca o perfil dos padres scalabrinianos, a exemplo de Giovanni Battista Bergia, Francesco Bonato, Silvano Giuliani, Giuseppe Adamo, Francesco Brescianini e Claudio Morelli. Aqui, a pesquisa de Maschio nos permite lançar mais luz sobre o estabelecimento de uma rede de escolas católicas, na área colonial italiana do Paraná, para apoiar os processos escolares diante da fragilidade da escolaridade implementada pelas elites brasileiras e a disseminação e circulação de modelos e programas educacionais baseados em princípios cristãos. Capelas e escolas foram os primeiros edifícios a serem estabelecidos pelos missionários scalabrinianos no Paraná que, além de assumir o papel de professores, passaram a exercer, com o Pe. Colbacchini, o de inspetor para monitorar o funcionamento das escolas governamentais caracterizadas por um fraco desempenho. Maschio concentra-se em ilustrar não apenas o trabalho de catequese

realizado pelos missionários, mas também a atenção específica dada ao desenvolvimento dos processos de escolarização dos imigrantes, a definição dos saberes e dos comportamentos que deveriam nutrir os modelos de educação cristã, adotados para a educação religiosa, moral e social da infância migrante.

A construção do orfanato Cristovão Colombo é abordada por Mimesse em seu capítulo. A autora indica que a obra resulta da ação promovida pelo Pe. Giuseppe Marchetti, revelando a extensão das intervenções educacionais das congregações religiosas – e da Scalabriniana em particular – no contexto brasileiro destinado a crianças abandonadas, que ainda merecem ser estudadas em profundidade. São temas potentes para perceber as transformações produzidas pela modernidade e a preservação de características étnico-culturais, como no caso do orfanato Cristovão Colombo. Diante das transformações vivenciadas pela cidade de São Paulo no final do século XIX, cada vez mais uma metrópole multicultural, capaz de atrair milhões de trabalhadores em busca de emprego, em que muitas famílias adoeciam, após as longas viagens e seus filhos ficaram órfãos. Assim, muitos orfanatos, creches e escolas profissionalizantes foram criados para acolher essas crianças e jovens. A particularidade do orfanato, fundado pelo Pe. Marchetti, era para ser uma instituição de assistência e educação, mesmo que o objetivo fosse salvaguardar as características étnico-culturais da origem das crianças aceitas.

A atenção àqueles que, seguindo as sugestões de Lucassen e Smit (2014) poderíamos definir como *organizational migrants*, que também inspira a contribuição de Barausse, que se concentra na análise de iniciativas e atividades conduzidas por outra organização do catolicismo italiano que, no entanto, desde sua constituição tinha claras ambições transnacionais. O trabalho da Federação Itálica Gens, de fato, se constitui um estudo de caso adicional, para aprofundar e entender melhor as ferramentas usadas pelo governo italiano e pelo catolicismo italiano, para desenvolver o projeto cultural, especificamente para proteger e defender caracteres étnicos. Foram instituições culturais nacionais intimamente associadas à promoção da identidade religiosa no sentido católico. A análise de correspondência entre o inspetor enviado ao Rio Grande do Sul, Cesare Bompard e a de Ernesto Schiaparelli, a partir da sede romana da organização católica, permite uma compreensão mais profunda do projeto que tentou apoiar o desenvolvimento das escolas, em alguns estados brasileiros; a circulação de uma imprensa periódica de orientação católica e nacional, bem como a realização

de uma série de iniciativas culturais, para apoiar a difusão da cultura italiana.

A relação entre as temáticas educativas, os processos educativos e os da escolaridade e da imprensa étnica é objeto de estudos adicionais de outro conjunto das pesquisas desenvolvidas. O tema da imprensa étnica constitui um campo de estudo recente, que abre uma nova frente de investigação em múltiplos contextos. O tema, abordado em termos mais gerais, é agora objeto de estudo de acadêmicos que, a partir da pesquisa de Trento (2013, 2002), alimentaram uma rede de pesquisa transnacional; os grupos ítalo-brasileiros puderam se identificar e se focar na circulação, na disseminação de questões pedagógico-educacionais. Um plano muito relevante, especialmente para a imprensa produzida no Exterior, em locais de destino de imigrantes, onde jornais e revistas, como demonstraram as pesquisas, desempenharam um papel e uma função de *agency*, extremamente significativos, em relação à defesa de identidade de características étnico-culturais. A salvaguarda e a promoção do caráter italiano têm sido o ponto de referência constante para um projeto cultural e editorial dos jornais analisados.

O jornal periódico quinzenal *Stella d'Italia*, publicado na capital do Estado do Rio Grande do Sul, ou *La Tribuna* produziam e circulavam em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina e o periódico católico *Corriere d'Italia*, produzido e promovido pelos padres Scalabrinianos, no contexto da colonização italiana no Rio Grande do Sul, são três exemplos, dentre os muitos ainda a serem investigados. Faziam parte do rico repertório de jornais e periódicos que os grupos de migrantes italianos produziram e divulgaram nos séculos XIX e XX, no vasto contexto brasileiro. O objetivo era serem instrumento de um projeto pedagógico de massa, destinado a salvaguardar as características étnico-culturais, com fortes traços de pertencimento italiano – feliz expressão de um estudioso apaixonado pela imprensa étnica: Sergi (2010). Uma italianidade que não é homogênea, mas com traços distintos em relação à matriz cultural de pertença, secular ou católica, dos promotores de jornais.

Em relação à circulação de produtos culturais e modelos educacionais, destinados a crianças migrantes, uma área extremamente importante é a relativa à produção e circulação de livros didáticos e periódicos, produzidos na Itália e transportados para o Exterior. Este é um campo de estudo particularmente importante e sem precedentes, para verificar as características e o papel exercido pelas culturas introduzidas no contexto dos processos de escolarização para a construção de

caminhos de identidade de imigrantes ou descendentes. A análise do conteúdo e das leituras propostas pelos periódicos e pelos livros didáticos é extremamente significativa, no momento em que as pesquisas identificam melhor sua circulação transnacional. As contribuições de Panizzolo e Luchese avançam precisamente no sentido de identificar a circulação de livros didáticos e aprofundar os modelos educacionais propostos por alguns textos; no caso de Luchese, é a produção da análise singular de livros escolares publicados no Brasil, mas em italiano. O contexto de São Paulo e do Sul do Brasil prestou-se a investigar questões como as interconexões entre a produção de livros escolares italianos e brasileiros, as necessidades levantadas pela adaptação das produções editoriais aos contextos locais e a identificação e análise de tais bens para a transferência cultural, como os tradutores e as traduções.

Precisamente para apreender mais profundamente as propostas de leitura e os modelos educacionais oferecidos à infância e adolescência italianas no Exterior, no contexto italiano do fascismo, é interessante também a contribuição de Ascenzi que narra a história sobre dois periódicos para crianças e jovens – *Aquilotti d'Italia* (1928-1930) e *Il Tamburino della gioventù italiana all'estero* (1931-1943), editado pela Secretaria Geral dos fasci italianos no Exterior (*Segreteria Generale dei Fasci Italiani All'Estero*). Ambos destinados, principalmente, a crianças de comunidades italianas que residiam fora das fronteiras nacionais. Ascenzi após analisar a abordagem e as diferentes características dos dois periódicos, examina com mais detalhes o papel exercido pela primeira vez no lado da educação nacional e patriótica e, depois, principalmente desde meados da década de 30, do século XX, para à fascistização da juventude italiana no Exterior.

As instituições escolares e educacionais, juntamente com as redes sociais constituídas pelo mundo difundido das associações étnicas, constituem o campo de análise adicional e frutífero ao qual foram dedicadas as contribuições de Rech e Barausse e De Ruggiero. A contribuição de Rech e Barausse traz elementos em relação ao desenvolvimento das escolas étnicas italianas em Porto Alegre. No campo das pesquisas realizadas na última década, o foco no desenvolvimento das escolas étnicas foi, inicialmente, naquelas promovidas na área colonial rural do Rio Grande do Sul, ou naquelas de contextos rurais semelhantes, no Estado de Santa Catarina e, em seguida, voltadas para a análise do desenvolvimento dos processos de escolarização em áreas urbanas. A pesquisa de Rech e Barausse se focou no contexto urbano de Porto Alegre, nas décadas de 20 e 30.

As redes de sociabilidade étnica, objeto do estudo de De Ruggiero, foram os primeiros movimentos migratórios italianos no Exterior, entre os principais veículos, não apenas para a salvaguarda da identidade, mas também para sua progressiva transformação, a partir do encontro com características étnico-culturais brasileiras. As redes de sociabilidade foram favorecidas pela progressiva inserção profissional dos peninsulares nos contextos urbanos, assim como a organização da educação, cultura e do lazer entre eles, desde a chegada dos primeiros italianos no século XIX, até as primeiras décadas do século sucessivo. De Ruggiero dirige o esforço da pesquisa à análise do associativismo étnico nas realidades territoriais que permaneceram alheias aos processos de colonização organizada pelas autoridades, incluindo as cidades da fronteira argentina e uruguaia, que se tornaram lugares de acolhimento para grupos numerosos de italianos, já no período anterior à “grande migração” para o Brasil.

A história dos processos de escolarização étnica no Brasil ainda tem muitos pontos obscuros, pouco investigados. Já foi lembrada a importância de conhecer os níveis de alfabetização dos migrantes e aprofundar o perfil cultural e as características do corpo docente, que promoveu ou acompanhou o desenvolvimento das escolas. Até a experiência de muitos professores, caracterizada por uma acentuada mobilidade internacional e por manter fortes relações com o contexto de origem, poderia revelar a presença de profundas interconexões entre a Itália e o Brasil. A relevante contribuição de D’Alessio, que propõe examinar algumas páginas pouco conhecidas da política de migração adotada pelo Estado italiano, para o aprimoramento do emigrante no início do século XX: aquelas relacionadas aos cursos de alfabetização obrigatória, oferecidas a quem expatriava-se, mais especificamente, a formação de um corpo especializado de professores. O artigo oferece uma visão reveladora do tipo de cultura magisterial expressa pelos professores chamados à tarefa de “alta proteção social” dos emigrantes; e o tipo de iniciativas registradas para maior compromisso do Estado italiano no início do século XX, para a gestão das políticas de emigração. Um compromisso que, como é sabido, resultou no estabelecimento do *Commissariato Generale dell’Emigrazione* para a gestão de uma série de intervenções destinadas a proteger e auxiliar os emigrantes antes de deixar o Reino em sua defesa, e ao longo da jornada e na sua proteção, nos países de chegada.

Fontes múltiplas e olhares cruzados sobre documentos para pensar os processos educativos entre e/imigrantes

Que documentos elegemos para a pesquisa que desenvolvemos? Como organizamos e interpelamos esses documentos com nossas questões de pesquisa? Pensamos com Certeau (2002, p. 81) que “fazer História” é uma prática e, por entendê-la assim, consideramos que as investigações que temos conduzido ganham contornos distintos, quando historiadores com formações e tradições peculiares e, ao mesmo tempo, distintas, elegem um mesmo objeto de análise, no caso específico, a educação entre (e/i)migrantes e descendentes saídos da Península Itálica e estabelecidos no Brasil, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX – objeto investigativo transnacional. Os grupos de pesquisa prestaram atenção a fontes e materiais documentais pouco utilizados, se não completamente ignorados pela pesquisa histórico-pedagógica, até alguns anos atrás. E fizeram referência a um conjunto documental e a uma historiografia, a um referencial teórico-metodológico ligado tanto ao contexto italiano quanto ao brasileiro e, em específico, aquele do Rio Grande do Sul. É com o intuito de compartilhar essa dimensão teórico-metodológica, que parte da contribuição dos pesquisadores se reflete sobre os documentos e suas tipologias, que vem a lume na presente obra.

Entendemos que ao migrar, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, aqueles sujeitos promoveram transferências culturais, pois, ao contatarem outros grupos sociais, precisaram negociar sentidos, modos de vida e de pensamento. No aprofundamento historiográfico, pensamos o entrecruzamento dos itinerários dos investigadores e o *corpus* documental por eles mobilizado, para adensar a narrativa histórica sobre tal objeto.

Os processos culturais e os de escolarização variaram no tempo e no espaço e perseguiram os indícios que foram preservados; para compreender essas histórias, é possível considerando-se uma diversificação da base documental constituída por documentos preservados em acervos brasileiros e italianos. Esse *corpus* documental é analisado à luz dos referenciais da História Cultural e da História da Educação, com categorias analíticas como etnia, cultura escolar, transnacional, histórias conectadas, memória e tantas outras. Assim, desejamos desenhar a arquitetura do programa de pesquisa que estamos desenvolvendo. Como afirma Chartier (2012, p. 168), “o ponto fundamental é encontrar, construir um objeto histórico, se possível um que ainda não tenha sido realmente analisado ou, se foi analisá-lo de

forma diferente, ou seja, mobilizar recursos, a começar pelas fontes e pelas abordagens que permitam explicá-lo". E é o que temos feito e pretendemos seguir, no desenvolvimento deste programa de pesquisa.

Para Hartog (2017, p. 15) são os humanos que contribuem para fazer história, "uma história que por certo lhe escapa, mas que não por isso precisa menos de seu concurso para realizar. E, no fundo, quanto mais ele sabe disso, melhor ele a faz, pois assim está devidamente advertido de seus limites e de suas ignorâncias". Nesse sentido, compreendemos os muitos limites que existem, independentemente dos esforços invitados na pesquisa histórico-educacional que realizada, a despeito das potencialidades e muitas possibilidades analíticas.

Os documentos podem ser pensados como registros das práticas culturais humanas no tempo, que "traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é o seu" (CHARTIER, 2004, p. 18). Assim, na diversidade de tipologias documentais, compreendemos que "os objetos e as imagens, as escritas e as vozes, todos os testemunhos que transmitem o legado do passado da educação são materiais semióticos, que emitem sinais e simbologias, construindo solidariedade entre os praticantes do ofício e entre as gerações de cidadãos que os utilizaram" (BENITO, 2017, p. 275-276). São inúmeras as fontes arquivísticas, impressas ou orais que o historiador da educação pode mobilizar, para buscar as evidências, localizar os indícios que lhes são significativos em sua investigação, bem como os locais acessados. Podemos mencionar, considerando o conjunto documental que temos mobilizado em nossa pesquisa:

1. documentos arquivísticos preservados em espaços públicos nacionais, estaduais ou municipais como: livros de Atas, relatórios de cônsules e de outras autoridades, de inspetores escolares, de autoridades políticas; correspondências diversas. Alguns deles preservam também livros de Atas de associações, em especial as de Mútuo Socorro;
2. documentos impressos como jornais, revistas e/ou impressos pedagógicos que tratavam ou noticiavam temas relacionados à pesquisa e que foram preservados e guardados nas hemerotecas ou em arquivos públicos e particulares;
3. documentos arquivísticos provenientes de acervos mantidos nas instituições escolares ou arquivadas em espaços públicos, em que localizamos documentos como cadernos escolares, diários de professores, livros didáticos, fotografias, correspondências, registros escolares;

4. bancos de memória com acervos de história oral ou a realização de entrevistas são outro caminho potente para a investigação;
5. não podemos deixar de considerar os importantes acervos familiares ou pessoais com diários, cadernos, cartas, fotografias, livros escolares, objetos e lembranças do tempo de escola. O acréscimo das contribuições de biografias, autobiografias e narrativas memorialísticas representa enriquecimento para a narrativa da história da educação. Este tipo de documentos de *ego-história*, como referiu Frago (2005), há alguns anos, permite aproximar o historiador das representações cotidianas vividas e registradas por diferentes sujeitos;
6. ainda documentos como Livro de Tombo, cartas, relatórios, publicações e outros documentos vinculados a acervos religiosos, como aqueles mantidos nas paróquias pela Igreja católica e/ou por congregações ou, ainda, por associações leigas de relevância nacional ou local;
7. documentos oficiais produzidos pelo governo brasileiro ou italiano. No caso específico do italiano, podemos mencionar as fontes estatísticas ou séries históricas, apresentadas nos Anuários das escolas italianas no Exterior, que mostram mapas estatísticos da escolarização entre essas comunidades, ou boletins oficiais publicados pelo Ministério das Relações Exteriores. São riquezas documentais para a História da Educação. E, ainda, os repertórios que coletam circulares produzidas pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, úteis para melhor identificar o desenvolvimento das diretrizes relativas às políticas das escolas italianas no Exterior.

Assim, dentre as fontes que constituem um interessantíssimo campo de pesquisa e verificação sobre a escola e a educação, os consulares merecem menção especial. Essas fontes têm sido usadas no contexto historiográfico, principalmente, para destacar aspectos da história da diplomacia ou da história da emigração italiana. Nessa direção, os estudos realizados há alguns anos permitiram construir as características fundamentais do corpo diplomático italiano, durante os anos entre a unidade e a Grande Guerra (UNIVERSITÀ DI LECCE, 1987). Por sua parte, a historiografia brasileira utilizou essas pesquisas para aprofundar a abordagem dos cônsules sobre a questão da imigração italiana no Rio Grande do Sul, por exemplo. A atenção foi direcionada especialmente aos aspectos econômicos e políticos e não aos temas relacionados à

escola e aos processos educativos (IOTTI, 2001). Vale a pena registrar, no entanto, que pesquisas recentes, desenvolvidas por colegas da Universidade de Caxias do Sul e da Universidade de Pádua, após amplo projeto de digitalização, resultaram na publicação da maioria dos relatórios consulares produzidos entre 1877 e 1915 sobre o Rio Grande do Sul (ROMANATO; HERÉDIA, 2018).

Os processos educacionais são documentos que permitem perceber, em geral, a imigração italiana no Brasil – e no Rio Grande do Sul em particular –, e isso contribuiu para influenciar os mecanismos de formação de uma memória coletiva. Cabe mencionar que, dentre os fundos escassamente utilizados pelos historiadores de História Contemporânea, ou mesmo os da Educação, encontram-se os documentos relacionados às escolas italianas no Exterior, existentes no arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Eles constituem uma parte significativa de evidências do que a historiografia classificou como escolas étnicas. A documentação preservada cobre um período amplo – do período pós-unificação até meados do século XX. Parte disso, infelizmente, tem fácil acesso, em virtude das dificuldades encontradas pelo arquivo histórico-diplomático, que está procedendo ao inventário do material relativo ao “Arquivo Escolas”, em um contexto de escassez de recursos. A documentação é extremamente variada e permite perceber o processo de organização escolar e as várias tipologias de escolas constituídas no Exterior, e que foram genericamente denominadas *escolas italianas no Exterior* ou, mesmo, como escolas coloniais. No entanto, essa categoria, como os estudos têm evidenciado, precisa ser melhor trabalhada e compreendida. A inclusão das experiências de escolarização nas áreas coloniais e de imigração, no interior desta categoria: “escolas étnicas italianas”, começou a partir de uma leitura do fenômeno migratório como produtor de contextos socioculturais multiétnicos. No entanto, com o aprofundamento investigativo e uso de um repertório documental mais rico, temos percebido a diversidade de formas de organizar a escola entre os grupos de imigrantes, bem como a coexistência de propostas semelhantes, mas não necessariamente iguais de escolarização.²³

O *corpus* documental, conservado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, decorre da função exercida pelos serviços consulares italianos no Exterior. Como é sabido, os consulados alcançaram um peso considerável também para o desenvolvimento da rede de escolas italianas no exterior. A lei com a qual o governo Crispi reorganizou

²³ A exemplo do que foi publicado em Luchese (2014) e Barausse (2017).

todo o sistema de escolas italianas no Exterior, subdividindo-as entre escolas governamentais e escolas subsidiadas (SALVETTI, 2009), responsabilizou os cônsules pela inspeção destas escolas italianas.²⁴ Os regulamentos estabelecidos para as escolas italianas no Exterior, após as reformas adotadas por Crisp, atribuíram um papel particularmente importante às autoridades consulares. Em particular, o regulamento especificou com clareza que o cônsul tinha autoridade sobre todas as escolas do distrito consular pelo qual era responsável e por todas as pessoas de administração, ensino e exercício nas escolas.

Como parte de suas funções, o cônsul devia trabalhar para manter “vivo o interesse da colônia nas escolas” e aumentar seu crédito, promovendo festas de caridade, assinaturas a seu favor e implementar todas as iniciativas para que as famílias enviassem seus filhos para a escola, estimulando que as escolas fossem frequentadas por maior número de estudantes. O cônsul não foi apenas chamado a presidir os órgãos essenciais para a gestão das escolas ou o comitê de supervisão, mas administrou os fundos alocados para a manutenção de cada escola, pagando o estipêndio e a remuneração ao pessoal dirigente, professor e de serviço, bem como as demais despesas necessárias. No caso em que os bens de uma escola fossem administrados por uma comissão especial, o cônsul devia supervisionar a regularidade dos documentos. Portanto, o cônsul examinava e transmitia ao ministro os balanços com possíveis observações, propunha a entidade do subsídio; ele teria que fornecer à escola um local adequado, tanto do ponto de vista higiênico como pedagógico e, ainda, teria que levar em conta as observações que o diretor-central das escolas apresentava. Ainda, era tarefa do cônsul apresentar as mudanças na ordem das escolas, cuidar do inventário, monitorar a conduta moral e civil dos professores e diretores das escolas individuais (arts. 2 a 17 do capítulo I do regulamento). Seguindo as tarefas específicas que lhe eram atribuídas pelas disposições legislativas, as autoridades consulares enviavam regularmente relatórios ao Ministério sobre as condições das escolas italianas estabelecidas no Exterior.

Portanto, o uso dos relatórios das autoridades consulares guardados no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, como os impressos no Boletim do Ministério das Relações Exteriores e, mais tarde, da emigração, representam fontes imprescindíveis para ampliar a perspectiva e o conhecimento de um fenômeno, o dos

²⁴ As medidas de 8 de dezembro de 1889, isto é, o *Decreto Organico per le Scuole Italiane all'Estero* n. 6.566 e o *Regolamento Sulle Scuole Italiane all'Estero* encontram-se no MINISTÉRIO... (1890, p. 201-207, – 211-238). Ver também Floriani (1974).

processos de escolarização étnico-italianos, em maior profundidade. Fontes que demandam análise crítica, contextualização da sua produção e, ainda, é preciso acrescentar os relatórios de viajantes e jornalistas que circularam nas comunidades de imigrantes, produzindo intervenções em revistas ou na imprensa étnica; fontes que somente foram parcialmente utilizadas pelos historiadores da educação, tanto italianos como brasileiros, em especial, nas pesquisas produzidas, nos últimos anos. Fontes documentais que, junto a outras de diferentes tipologias, têm propiciado colocar em evidência os processos culturais de construção de uma memória coletiva.

Considerações finais ou pensando para além das fronteiras nacionais como possibilidade investigativa

No programa de pesquisa que construímos, é relevante reconhecer que muitos documentos se conservam inéditos e podem ser inovadores, bem como os cruzamentos documentais que consideram – não apenas a diversidade de tipologias, mas para além delas – os diferentes contextos de sua produção e preservação. O desejo é inquirir tais documentos e, ao questioná-los, perscrutar evidências, contrapor discursos, enriquecer as narrativas históricas sobre as escolas. Como afirmou Luchese,

na análise documental considero relevante perguntarmo-nos: Qual o contexto social, cultural, econômico e político em que esse documento foi produzido? Quem o escreveu? De que lugar social? Para quem escreveu? Quem foram os seus interlocutores? Quais opiniões, informações e discursos são colocados? Que indícios discursivos são reforçados? No atravessamento dos documentos, perceber as recorrências, os indícios como formas de pensar a educação e as múltiplas relações sócio-político-econômicas, que produzem os discursos (2014, p.151).

Desse modo, na construção dos contornos metodológicos da prática de pesquisa, os documentos não são dados *a priori*, mas no fazer é que são tecidos, constituídos e pensados. E como sugere Rogers (2014), ao tratar das congregações femininas francesas, numa abordagem transnacional, é no diálogo entre historiadores provenientes de diferentes comunidades e percursos formativos, que podemos constituir narrativas potentes, para pensar objetos de investigação que superem as fronteiras nacionais. É o caso do nosso objeto investigativo – não é suficiente pensá-lo pelo que pensavam os cônsules ou viajantes italianos,

mas é preciso confrontar essas narrativas com os registros locais, com a diversidade documental produzida por aqueles que viveram, em diferentes papéis, a escolarização e demais processos educativos. Não se trata de estabelecer comparações, mas de confrontar documentos, cruzá-los e mostrar as diferentes representações que circularam sobre o processo e/ou projeto educativo entre imigrantes italianos no contexto do Brasil, da Itália e mesmo de outros países que receberam migrantes.

Na perspectiva de Seigel (2005), a comparação impõe limites; assim é preciso compreender a necessidade de superar as fronteiras do Estado-Nação, para pensar as relações, as conexões e outras espacialidades/temporalidades no jogo de análise histórica; é um caminho potencializador para o objeto de investigação no qual estamos trabalhando; uma história conectada, que supere fronteiras nacionais e coloque, em um quadro mais amplo, as diferentes experiências migratórias, as culturas próprias e suas relações com as dinâmicas local, regional, nacional, no contexto italiano e brasileiro, assim como os processos educacionais e os fenômenos sociais relacionados. Uma história que pense a circulação de pessoas nos processos migratórios; que carregue consigo modelos educativos e que, nos contatos com outros grupos sociais, com outros contextos culturais, negocie, se aproprie e tensione modos de ser e viver. Entendemos que, quando os emigrantes saem da Península Itálica carregam discursos, muitos deles experiências escolares que demarcavam modos de pensar currículo, organização do tempo e espaço escolar, bem como memórias de práticas pedagógicas vividas como estudantes ou, mesmo, em alguns casos, também como professores. A complexidade dos contatos culturais internacionais a serem perscrutados por pesquisadores exige a ampliação de nossas trocas como investigadores. Assim, considerar o contexto em que as trocas culturais se constituem é fundamental: de quais territorialidades saíram os emigrantes e para onde se dirigiram no caso do Brasil, se para áreas urbanas ou rurais, para colonizar e tornarem-se proprietário de pequena gleba de terras ou para trabalhar em parceria, em fazendas de café; para as cidades ou para o interior. Diferenças que, marcadamente, distinguem itinerários. Questões de classe social, geração, gênero e grupos étnicos, também precisam ser consideradas, ao se analisar os documentos mobilizados na pesquisa.

Uma história transnacional dos processos educacionais e de escolarização entre e/imigrantes italianos no Rio Grande do Sul sugere pensar em conexões, interações, no uso de chaves interpretativas mais complexas e aprofundadas, um exercício interpretativo que produz uma

narrativa histórica que considera, para além da diversidade documental, o acúmulo de experiências que cada pesquisador²⁵ possui, a partir de suas especificidades e da bagagem cultural. Para Gruzinski (2001, p. 178), “o processo de globalização está mudando inelutavelmente os quadros do nosso pensamento e, por conseguinte, as nossas maneiras de revisituar o passado”; deste modo, o diálogo entre historiadores da educação, provenientes de comunidades distintas, é potencializador de olhares e narrativas que, conectadas, podem narrar o processo histórico. Para Hartog, em sua prática, é o

trabalho de identificar as regularidades, apreender as continuidades ou atualizar as fendas, as roturas, de enfatizar, de acordo com os momentos, uma história mais atenta às séries e às continuidades ou mais interessada pelas rupturas e o descontínuo; de privilegiar os modelos socioeconômicos ou a abordagem biográfica; e de colocar e recolocar, de novo e de novo, a questão da mudança na história e em história (2017, p. 24).

São muitas as rupturas, as fendas, o contínuo e o descontínuo que podemos identificar ao perscrutar nosso objeto investigativo, a partir da diversidade tipológica de itinerários e de documentos que sinalizamos anteriormente, mas também dos modos de ler e interpretá-los. Assim, a análise dos documentos é enriquecida e complexificada, quando a interpretação considera as experiências acumuladas pelos pesquisadores. Ou seja, ao operar com o documento histórico fica claro, como procedimento metodológico, que “do mesmo conjunto de textos, com efeito, várias leituras podem ser propostas e nenhuma delas pode pretender esgotar a totalidade de suas compreensões possíveis” (CHARTIER, 2004, p. 381). Afinal pensamos a história como uma “escritura desdobrada que tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor” (CHARTIER, 2009a, p. 15).

Como historiadores da educação, munidos de nossas formações teórico-metodológicas, da construção de um conjunto documental, ensejamos, com o rigor necessário para a construção de uma versão interpretativa plausível, possível, com certezas provisórias e que

²⁵ Vale retomar, neste caso, o que afirmou Chartier (2009b, p. 20) “[...] uma vez que cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais e sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria”.

estabeleçam relações de verossimilhança, contribuir, efetivamente, para narrar, no presente, a história das escolas italianas no contexto brasileiro e para além dele.

Referências

- ALLENDER, T.; SPENCER, S. Travelling across national, paradigmatic and archival divides: New Work for the historian of education. **History of Education**, v. 38, n. 6, p. 721-727, 2009.
- AMBROSOLI, L. L'istruzione degli emigrante nella lotta contro l'analfabetismo in Italia tra Ottocento e Novecento. In: BRUSA, C. E.; GHIRINGHELLI, R. (a cura di). **Emigrazione e territorio**: tra bisogno e ideale. Varese: Lativa, 1995. p. 63-74.
- ANDERSON, B. **Comunità immaginate**: origini e fortuna dei nazionalismi. Bari: Editori Laterza, 2018.
- ANDRÉS, María del Mar del Pozo. The transnational and national dimensions of pedagogical ideas: the case of the project method, 1918-1939. **Paedagogica Historica**, v. 45, n. 4-5, p. 561-584, 2009.
- BAGCHI, B. Connected and entangled histories: writing histories of education in the Indian context. **Paedagogica Histórica**, v. 50, n. 6, p. 813-821, 2014.
- BAGCHI, B.; FUCHS, E.; ROUSMANIERE, K. (ed.). **Connecting histories of education**: transnational and cross-cultural exchanges in pos-colonial education. New York/ Oxford: Berghahn, 2014.
- BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. Â. Apresentação do dossiê. Da Itália ao Brasil: processos educativos e formativos. Século XIX e XX. **História da Educação**, v. 21, n. 51, 2017, p. 33-40, 2017.
- BARAUSSE, A.; ANDREASSI, R. Il Centro di Documentazione e Ricerca sulla Storia delle Istituzioni Scolastiche, del Libro Scolastico e della Letteratura per l'Infanzia dell'Università del Molise tra dimensione locale e scenari internazionali. In: GONZÁLEZ, S.; MEDA, J.; MOTILLA, X.; POMANTE, L. (ed.). **La práctica educativa: historia, memoria y patrimonio**. Salamanca: Fahren House, 2018. p. 1083-1096.
- BARAUSSE, A. Chamas da educação nacional e do sentimento pátrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul da colonização ao final do século 19 (1875-1898). **História da Educação**, v. 21, p. 41-85, 2017.
- BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. Â. Education, ethnic identity, and memory in the Italian ethnic schools of South Rio Grande (1875-1902). **Paedagogica Historica**, v. 54, n. 6, p. 720-735, 2018.
- BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. Â. Nationalism and schooling: between italianness and braziliinity. Dispute in education of italian gaucho people (RS, 1930-1945). **History of Education and Children's Literature**, v. XII, n. 2, p. 443-475, 2017.

BARAUSSE, A. From the mediterranean to the Americas. Italian ethnic schools in Rio Grande do Sul between emigration, colonialism and nationalism (1875-1925). **Sisyphus- Journal of Education**, p. 144-172, 2016.

BARAUSSE, A. Le scuole italiane nel Rio Grande do Sul attraverso le carte consolari tra la fine dell'Impero e l'inizio della Repubblica (1875-1893). In: RUGGIERO, A. de; HEREDIA, V. B. M.; BARAUSSE, A. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 195-248. v.1.

BARAUSSE, A. Os livros escolares como instrumentos para a promoção da identidade nacional italiana no Brasil durante os primeiros anos do fascismo (1922-1925). **História da Educação**, v. 20, n. 49, p. 81-94, 2016.

BARAUSSE, A. The construction of national identity in textbooks for italian schools abroad: the case of Brazil between the two World Wars. **History of Education & Children's Literature**, v. X, n. 2, p. 425-461, 2015.

BARAUSSE, A.; GHIZZONI, C.; MEDA, J. Il campanile scolastico. Ripensando la dimensione locale nella ricerca storico-educativa. **Rivista di Storia dell'educazione**, v. 5, n. 1, p. 7-14, 2018.

BASTOS, M. H. C.; BARAUSSE, A. Le vicende della patria: os manuais de formação moral e cívica nas escolas elementares italianas no exterior (Rio Grande do Sul/RS – décadas de 1920-1930). In: RUGGIERO, A. de; HERÉDIA, V. B. M.; BARAUSSE, A. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 249-276. v.1.

BENITO, A. Escolano. **La cultura material de la escuela**. Berlanga de Duero: Ceince, 2007.

BENITO, A. scolano. **Tiempos y espacios para la escuela**: ensayos históricos. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

BENITO. A. Scolano. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas, SP: Alínea, 2017.

BERRIO, J. R. (org.). **La cultura escolar de Europa**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

BERTONHA, J. F. **Fascismo e antifascismo italianos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

BERTONHA, J. F. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

BEVILACQUA, P. DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. **Storia dell'emigrazione italiana**: arrivi. Roma: Donzelli Editore, 2009. v. 1.

BIONDI, L. **Classe e nação**. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

BRASTER, J. F. A.; ANDRÉS, M. del M. del P. Educating immigrants in the Netherlands: migration flows and educational policy in the twentieth century. **Paedagogica Historica**, v. 37, n. 1, 2001.

BRAVO-MORENA, A. Transnational mobilities: migrants and education. **Comparative Education**, v. 45, n. 3, 2009, p. 419-433, 2009.

BREHONY, K. J. A New education for a new era: creating international fellowship through conferences 1921-1938. **Paedagogica Historica**, 40, n. 5-6, p. 733-55, 2004.

CAMPBELL, C.; SHERINGTON, G.; WHITE, M. Borders and boundaries in the history of education. **Paedagogica Historica**, v. 43, n. 1, p. 1-6, 2007.

CARUSO, M. Disruptive dynamics: the spatial dimensions of the spanish networks in the spread of monitorial schooling (1815-1825). **Paedagogica Historica**, v. 43, n. 2, p. 271-282, 2007.

CARUSO, M. World systems, world society, world polity: theoretical insights for a global history of education. **History of Education**, v. 37, n. 6, p. 825-840, 2008.

CASTRO, R. B. de; BARAUSSE, A. Algumas considerações sobre as escolas italianas em Pelotas (RS) entre o final do século XIX e o início do XX. In: ENCONTRO DA ASPHE, 34., 2018, Unisinos, São Leopoldo. **Anais** [...], São Leopoldo, 2018. p. 341-359.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

CHARTIER, R. **La mano dell'autore, la mente dello stampatore**: cultura e scrittura nell'Europa moderna. Roma: Carocci Editore, 2011.

CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, R. Prefácio. In: CHARTIER, R. (org.). **Práticas da leitura**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHARTIER, R. Roger. Chartier entrevistado por Robert Darnton. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 159-177, 2012.

COLUCCI, M.; SANFILIPPO, M. **Le migrazioni**: una introduzione storica. Roma: Carocci, 2009.

CONFESSORE, O. L'Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani, tra spinte civilizzatrici e interesse migratorio (1887-1908). In: ROSOLI, G. **Scalabrini tra vecchio e nuovo mondo**: convegno storico internazionale. Atti del convegno storico internazionale, 12, 1987, Piacenza- Roma, Centro Studi Emigrazione, 1989. p. 519-536.

CONFESSORE, O. Origini e motivazioni dell'Associazione Nazionale per Soccorrere i Missionari Cattolici Italiani: una interpretazione della politica estera dei conciliatoristi nel quadro dell'espansionismo crispino. **Bollettino dell'Archivio per la storia del movimento cattolico sociale in Italia**, v. XI, n. 2, p. 239-267, 1976.

- CONRAD, S. **Storia globale:** un'introduzione. Roma: Carocci Editore, 2015.
- CONSTANTINO, N. S. de. Italiani a Porto Alegre: l'invenzione di un'identità. **Altreitalie**, n. 25, lug./dic. 2002.
- CONZEN, K. N. et al. (ed.). The invention of ethnicity in the United States. **Journal of American Ethnic History**, v. I, p. 3-41, 1992.
- CORNEJO, M. Z. C. **Escuelas de indígenas en La Rioja.** Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2007.
- CORRÊA, R. L. T. **Conviver e sobreviver:** estratégias educativas de imigrantes italianos (1880 a 1920). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – São Paulo: USP, 2000.
- CUENCA, C.; FERNÁNDEZ, M. F.; HEVIA, J. **Escuelas de indígenas y emigrantes en Asturias.** Rehabilitación de las escuelas de Vidiago. Gijón: Trea, 2003.
- DALLABRIDA, N. Escolas Dante Alighieri: resistência e italianidade. In: RADIN, José Carlos Radin (org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil:** algumas abordagens. Joaçaba, SC: Unoesc, 2005. p. 109-120.
- DALLABRIDA, N. As escolas paroquiais entre os imigrantes italianos. **Blumenau Em Cadernos**, Blumenau – SC, v. 38, n. 9, p. 7-19, 1997.
- DALLABRIDA, N. Imigração e colonização de trentinos e de italianos na Colônia Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, v. 56, p. 6-22, 2015.
- DALLABRIDA, N. Le scuole Dante Alighieri e l'italianità (Santa Catarina – Brasil, 1906-1917). **Nuovo Bollettino CIRSE**, v. 1, p. 71-77, 2012.
- DALLABRIDA, N. Trentinos e italianos na Colônia Blumenau e a sociedade da capela. In: PIAZZA, Walter Fernando (org.). **Italianos em Santa Catarina.** Florianópolis, SC: Lunardelli, 2001. p. 97-129.
- DELL'AIRA, A. **Lungo studio grande amore.** Soveria Mannelli: Rubbettino, 2012.
- DEPAEPE, M.; SIMON, F. Is there any place for the history of education in the history of education? A plea for the history of everyday educational reality in and outside Schools. **Paedagogica Historica**, v. 31, n. 1, p. 9-16, 1995.
- DESCHAMPS, B. Echi d'Italia: la stampa dell'emigrazione. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A. E FRANZINA, E. **Storia dell'emigrazione italiana:** arrivi. Roma: Donzell, 2002, p. 313-334. v. I.
- DROIT, E. Entre histoire croisée et histoire dénationalisée: le manuel franco-allemand d'histoire. **Histoire de l'éducation.** Lyon, França: Université de Lyon, 2007. p. 151-162. v. 114.
- DROUX, J.; HOFFSTETTER, R. Going international: the history of education stepping beyond borders. **Paedagogica Historica**, v. 50, n. 5, p. 1-9, 2014.
- DROUX, J.; HOFSTETTER, R. (dir.). **Globalisation des mondes de l'éducation: circulations, connexions, réfracti ons, XIXe-XXe siècles.** Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

FLORIANI, G. **Scuole italiane all'estero cento anni di storia.** Roma: Armando Editore, 1974.

FONTAINE, A. **Aux heures suisses de l'école républicaine:** un siècle de transfert culturel et de déclinaisons pédagogiques dans l'espace franco-romand. Paris: Demopolis, 2015.

FONTAINE, A.; MASONI, G. Circolazioni transnazionali di letture morali nell'Europa del secolo lungo: una storia di transferti culturali. **Annali di storia dell'educazione**, v. 23, p. 20-37, 2016.

FRAGO, A. Viñao. Filantropía y educación: fundaciones docentes y enseñanza elemental (siglos XVIII-XIX). In: GUEREÑA, J. L.; FELL, E. M.; AYMES, J. R. (ed.). **L'enseignement primaire in Espagne et en Amérique Latine du XVIII siècle à nos jours.** Tours: Université de Tours, 1986. p. 65-79.

FRAGO, A. Viñao. La memoria escolar: restos y huellas, recuerdos y holvidos. **Annali di Storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche**, v. 12, p. 19-33, 2005.

FRAGO, A. Viñao. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: ALMUIÑA, C. J. Fernandez (ed.). **Culturas y civilizaciones.** Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998. p. 165-184.

FRANCHINI, F. **Entre Vargas e Mussolini:** a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri, São Paulo, USP, 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

FRANZINA, E. **La terra ritrovata: storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile.** Genova: Stefano Termanini Editore, 2014.

FRANZINA, E.; SANFILIPPO, M. **Il fascismo e gli emigrati.** Roma: Editori Laterza, 2003.

FRANZINA, E. Fonti storiche e storiografia. In: RADUNZ, R.; HERÉDIA, V. B. M. (org.). **Imigração e sociedade:** fontes e acervos da imigração italiana no Brasil. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 15-30.

FUCHS, E. (ed.). Transnational perspectives in historical educational research. Special Issue. **Comparativ**, v. 22, n. 1, p. 7-14, 2012.

FUCHS, E.; ROLDAN, V. **The transnational in the history of education: concepts and perspectives.** New York: Palgrave MacMillan, 2019.

FUCHS, E. Networks and the history of education. **Paedagogica historica**, v. 43, n. 2, p. 185-197, 2007.

GABACCIA, D. R. **Italy's many diasporas.** London-New York: Routledge, 2003a.

GABACCIA, D. R. **Emigranti:** le diasporre degli italiani dal medioevo ad oggi. Torino: Einaudi, 2003b.

GIAMPI, G. Le scuole italiane all'estero. In: PELLEGRINI, V. (ed.).

Amministrazione centrale e diplomazia italiana (1919-1943): fonti e problemi.
Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998. p. 115-122.

GIOVAGNOLI, A. Storia e globalizzazione. Roma-Bari: Laterza, 2003.

GOMES, M. R. Sob o céu de outra pátria: imigração e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, MG, 1888 – 1912. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009.

GRUZINSKY, S. Les mondes mélés de la monarchie catholique et autres “connected histories”. **Annales, histoire, sciences sociales**, v. 56, n. 1, p. 85-117, 2001.

GUTIÉRREZ, X. M. M. Herdanza da emigración ultramarina: catálogo fotográfico da arquitectura escolar india na provincia de Pontevedra. Pontevedra: Diputación Provincial, 2005.

GUTIÉRREZ, X. M. M. (ed.). Actas do Congreso Emigración e Educación (1900-1936). I Centenario das Escolas da Unión Hispano Americana Valle Miñor (1909-2009). Gondomar: Instituto de Estudos Miñoranos, 2010.

GUTIÉRREZ, X. M. M. A escola da Bandeira: unha nova escola en Galicia (1909-1936). Bandeira: Asociación Cultural Vista Alegre, 2000.

GUTIÉRREZ, X. M. M. El Quijote en Asturias: la escuela india de Sama de Grado. Gijón: Asociación Cultural La Castañar, 2005.

GUTIÉRREZ, X. M. M. (coord.). Emigración e educación (1900-1936). Iº Centenario das Escolas da Unión Hispano-American Valley Miñor (1909-2009). Gondomar: Instituto de Estudos Miñoranos/Consello da Cultura Galega, 2011. p. 179-201.

GUTIÉRREZ, X. M. M. Emigration and education: Galician emigration to America and its impact on the processes of literacy, schooling and civic education amongst the rural and seafaring popular classes. **History of Education**, v. 47, n. 6, p.741-762, 2019.

HALL, S. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HARTOG, F. Crer em história. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOBSBAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, R. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-23.

IOTTI, L. H. O Olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul de 1875 a 1914. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JULIA, D. La culture scolaire comme objet historique. In: NÓVOA, A.; DEPAEPE, M. JOHANNIMGMEIER, E.W. (ed.). The colonial experience in education: Historical Issues and Perspectives. **Paedagogica Historica**. Supplementary Series, v. I, p. 353 -382, 1995.

JULIA, D. Riflessioni sulla recente storiografia dell’educazione in Europa: per una storia comparata delle culture scolastiche. **Annali di storia dell’educazione e delle istituzioni scolastiche**, v. 3, n. 3, p. 119-147, 1996.

KREUTZ, L. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LAWN, M.; RABELO, S. R. Um conhecimento complexo: o historiador da educação e as circulações transfronteiriças. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 14, n. 34, p. 127-144, 2014.

LEVI, G. Microhistoria e historia global. **Historia Crítica**, n. 69, p. 21-35, 2018.

LUCASSEN, L.; SMIT, A. X. The repugnant others: soldiers, missionaries, and aid workers as organizational migrants. **Journal of World History**, v. 25, n. 4, p. 1-39, 2014.

LUCHESE, T. Â.; KREUTZ, L. (org.). **Imigração e educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2011.

LUCHESE, T. Â.; KREUTZ, L. Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos consules e agentes consulares. **Historia da Educação**, v. 14, n. 30, p. 227-258, 2010.

LUCHESE, T. Â. Em busca da Escola pública, tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na região colonial italiana Rio Grande do Sul Brasil. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, p. 667-679, 2012.

LUCHESE, T. Â. Luchese (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014.

LUCHESE, T. Â. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, v. 18, n. 43, p.145-161, 2014.

LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2015.

LUCHESE, T. Â. **Escalarização, culturas e instituições**: escolas étnicas italianas em terras brasileiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2018. .

LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930**: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. 2007. 496 fl. Tese (Doutorado em Educação) – Unisinos, São Leopoldo, 2007.

LUCHESE, T. Â.; FERNANDES, C. C.; BELUSSO, G. (org.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

MAGALHÃES, J. A instituição educativa na modernização do local: perspectiva histórico-pedagógica. **Rivista di Storia dell'Educazione**, v. 5, n. 1, p. 41-55, 2018.

MANNING, P. **Migration in world history**. New York: Routledge, 2005.

MASCHIO, E. C. F. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875-1930)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – UFPR, Curitiba, PR, 2012.

MASCHIO, E. C. F. A infância contadina nas colônias italianas de Curitiba no

Paraná. In: PRADO, E. M. (org.). **Bambini brasiliani**: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras. Jundiaí: Paco, 2013. p. 55-92.

MASCHIO, E. C. F. **Escolarização pública e imigração italiana**: a constituição do ensino elementar das colônias ao município (1882-1912). São Paulo: Paco Editorial, 2014.

MASCHIO, E. C. F. Iniciativas escolares públicas entre imigrantes italianos no Paraná do século XIX. In: LUCHESE, T. Â.; KREUTZ, L. (org.). **Imigração e educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2011. p. 221-238.

MAYER, C. Circulation and internationalization of pedagogical concepts and practices in the discourse of education: the Hamburg school reform experiment (1919-1933). Special issue. **Paedagogica Historica**, v. 50, n. 5, 2014, p. 580-598, 2014.

MIMESSE, E. **A educação e os imigrantes italianos**: da escola de primeiras letras ao grupo escolar, 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

MONTINO, D. La storia della scuola e delle istituzioni educative in una prospettiva locale. In: MONTINO, D.; SAVONA, M. **La storia dietro l'angolo**: luoghi e percorsi della ricerca locale. Savona, Itália: Istituto Internazionale di Studi Liguri Società Savonese di Storia Patria, 2011. p. 121-148.

MYERS, K. Immigrant and ethnic minorities in the history of education. **Paedagogica Historica**, v. 45, n. 6, p. 801-816, 2019.

MYERS, K.; GROSVENOR, I.; WATTS, R. Education and globalisation. **History of Education**, v. 37, n. 6, p. 737-741, 2008.

MYERS, K.; RAMSEY, P. J.; PROCTOR, H. Rethinking borders and boundaries for a mobile history of education. **Paedagogica histórica**, v. 54, n. 6, p. 677-690, 2018.

NÓVOA, A. L'histoire et l'histoire de l'éducation: refléxions à propos de l'historiographie américaine. In: **Histoire & Comparaison**: essais sur l'éducation. Lisboa: Educa, 1998. p. 13-50.

NÓVOA, A. On history, history of education and history of colonial education. In: DEPAEPE, M.; NÓVOA, A.; JOHANNINGMEIER, E. V. **The colonial experience in education**: historical issues and perspectives. Ghent: CHSP, 1995. p. 23-61. v. I.

OSSENBACH, G.; POZO ANDRÉS, M. M. Del. Postcolonial models, cultural transfers and transnational perspective in Latin America: a research agenda. **Paedagogica Historica**, v. 47, n. 5, p. 579-600, 2011.

OTTO, C. **Catolicidades e italianidades**: jogos de poder no Médio Vale do Itajaí-Açu e no Sul de Santa Catarina. 2005. 270fs. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, 2005.

OTTO, C. Escolas italianas em Santa Catarina: disputas na construção da identidade. In: LUCHESE, T. Â. (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 233-253.

PAGANI, C. A formação das escolas italianas no Estado do Rio de Janeiro (1875-1920). In: LUCHESE, T. Â. (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 147-183.

PAGANI, C. **A imigração italiana no Rio de Janeiro e em Petrópolis e a educação para os filhos dos imigrantes, 1875-1920**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Petrópolis, RJ: UCP, 2012.

PINEAU, P. Education and globalisation: a latin American perspective. **History of Education**, v. 37, n. 6, p. 743-755, 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POPKEWITZ, T. **Rethinking the history of education**: transnational perspectives on its questions, methods, and knowledge. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2013.

PRADO, E. M. Acondicionamento das escolas de primeiras letras paulistas no período que compreende os anos de 1877 e 1910. In: LUCHESE, T. Â. (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014., p. 185-211.

PRETELLI, M. **Il fascismo e gli italiani all'estero**. Bologna: Clueb, 2010.

PRETELLI, M. **L'emigrazione italiana negli Stati Uniti**. Bologna: Il Mulino, 2011.

RAMSEY, P. J. Education and migration in history. In: RURY, J. L.; TAMURA, E. H. **The Oxford handbook of the history of education**. New York: Oxford University Press, 2019. p. 372-384.

RAMSEY, P. J. Migration and common schooling in urban America: educating newcomers in Boston and Cincinnati, 1820-1860. **Paedagogica Historica**, v. 54, n. 6, 2018.

RECH, G. L.; LUCHESE, T. Â. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

RECH, G. L. **Escolas étnicas em Porto Alegre/RS (1877-1938)**: a formação de uma rede escolar e o fascismo. 2015. 449 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, RS, 2015.

REVEL, J. (org.). **Jogo de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.

RIBEIRO, L. B. Moretto. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. p. 603-626. v. II.

RICO, A. C. Emigrantes, escuelas y regeneración social: los emigrantes gallegos a América y el impulso de la educación (1879-1936). **Revista Brasileira da Educação**, v. 8, n. 16, p. 13-45, 2008.

RODRIGUES, M. G. Imigração e educação em Minas Gerais: histórias de escolas e escolas italianas. In: LUCHESE, T. Â. (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 101-146.

ROGERS, R. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. **Pro-positões**, v. 25, n. 1, ano 73, p. 55-74, 2014.

ROMANATO, G.; HERÉDIA, V. B. M. **L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914):** fonti diplomatiche: Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editore, 2018.

ROSOLI, G. Alfabetizzazione e iniziative educative per gli emigrati tra Otto e Novecento. In: PAZZAGLIA, L. **Cattolici, educazione e trasformazioni socio-culturali in Italia tra Otto e Novecento**. Brescia: Editricce La Scuola, 1999. p. 119-144.

ROSOLI, G. La Federazione Italica Gens e l'emigrazione italiana oltreoceano 1909-1920. **Il Veltro**, n. 1-2, p. 87-100, 1990.

SAAVEDRA, V. P. Éxodo, organización comunitaria e intervención escolar. la impronta educativa de la emigración transoceánica en Galicia. La Coruña: Xunta de Galicia, 1991. 2. v.

SAAVEDRA, V. P. Panorámica de la intervención escolar de los emigrantes gallegos a América (siglos XVII-XXI). In: MIÑMBRES, M. L.; VISO, J. M. P. F. Del. (coord). **El asociacionismo y la promoción escolar de los emigrantes del Norte Peninsular a América**. Boal-Asturias: Ayuntamiento de Boal, 2012. p. 35-69.

SALVETTI, P. **Immagine nazionale ed emigrazione nella Società Dante Alighieri**. Roma: Bonacci, 1995.

SALVETTI, P. Le scuole italiane all'estero. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. **Storia dell'emigrazione italiana: arrivi**. Roma: Donzelli Editore, 2009. p. 535-549. v. 1.

SANI, R.; TEDDE, A. **Maestri e istruzione popolare in Italia tra Otto e Novecento:** interpretazioni, prospettive di ricerca, esperienze in Sardegna. Milano: Vita e Pensiero, 2003.

SANI, R. **Education, school and cultural processes in contemporary Italy**. Macerata: EUM, 2018.

SANI, R. Tra esigenze pastorali e impegno per la preservazione dell'identità nazionale: la Santa Sede e l'emigrazione italiana all'estero tra Otto e Novecento. **História da Educação**, v. 21, n. 51, p. 143-185, 2017.

SCHRIEWER, J. Sistema mundial y redes de interrelación: La internacionalización de la educación y el papel de la investigación comparada. In: PEREYRA,

M. A.; MÍNGUEZ, J. G.; BEAS, M.; GÓMEZ, A. J. (ed.). **globalización y descentralización de los sistemas educativos**: fundamentos para un nuevo programa de la educación comparada. Barcelona: Pomares-Corredor, 1996. p. 17-58.

SEIGEL, M. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. **Radical History Review**, n. 91, p. 62-90, 2005.

SERGI, P. **Stampa migrante**: giornali della diaspora italiana e dell'emigrazione in Italia. Calabria: Rubbettino, 2010.

SIMÕES, R. H.; FRANCO, S. P. Instrução pública e imigração italiana no Estado do Espírito Santo, no século XIX e início do século XX. In: LUCHESE, T. Â. (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 79-99.

SMITH, A. D. **Il revival etnico**. Bologna: Il Mulino, 1984.

SOBE, N. W. Entanglement and transnationalism in the history of American education. In: POPKEWITZ, T. S. (ed.). **Rethinking the history of education**: transnational perspectives on its. Questions, methods and knowledge. New York: Palgrave MacMillan, 2013. p. 93-107.

STEINER-KHAMSI, G. Transferring education, displacing reforms. In: SCHRIEWER, J. (ed.). **Discourse formation in comparative education**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2000. p. 155-87.

SUBRAHMANYAM, S. Connected histories: note towards a reconfiguration of early modern eurasia. In: LIBERMAN, V. (ed.). **Beyond binary histories**: re-imagining eurasia to c. 1830. Michigan: University of Michigan Press, Ann Arbor (MI), 1977. p. 289-315.

TRENTO, A. **Imprensa italiana no Brasil séculos XIX e XX**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2013.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

TRETHEWEY, L.; WHITEHEAD, K. Beyond centre and periphery: transnationalism in two teacher/suffragettes' work. **History of Education**, v. 32, n. 5, p. 547-559, 2003.

UNIVERSITÀ di Lecce. **La formazione della diplomazia nazionale (1861-1915)**: repertorio bio bibliográfico dei funzionari del Ministero degli Affari Esteri. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1987.

VIRTUOSO, T. dos Santos. **Disputas de identidades**: a nacionalização do ensino em meio aos ítalo-brasileiros (1900-1930). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. **History and Theory**, v. 45, n. 1, p. 30-50, 2006.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de História**, v. 11, n. 1-2, p. 89-127, 2003.

WIMMER, A.; SCHILLER, N. G. Methodological nationalism and beyond: nation state formation, migration and the social sciences. **Global Networks: Journal of Transnational Affairs**, Oxford, v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Editora. Vozes, 2000. p. 7-72.





Catolicismo, educação e emigração: *La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sud*, do sacerdote scalabriniano Pietro Colbacchini

Roberto Sani

O missionário scalabriniano Pe. Pietro Colbacchini e o cuidado pastoral nas comunidades de imigrantes italianos, nos estados brasileiros de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (1845-1901)

Em uma relação enviada em 12 de agosto de 1900 ao Cardeal Mieczyslaw Ledòchowski, prefeito da Sagrada Congregação para a Propagação da Fé, na qual percorria as origens e os primeiros desenvolvimentos da Congregação dos Missionários de São Carlos e fornecia um quadro sintético das iniciativas realizadas pelas religiosas e pelos religiosos dos seus institutos, tanto no porto de Gênova e nos navios que partiam para o Novo Mundo quanto nas missões do Norte da África e do Brasil, Mons. Giovanni Battista Scalabrini fazia notar o êxito de um concurso lançado por ele próprio, algum tempo antes, para a realização de um “manual ou guia espiritual do imigrante italiano na América”, que deveria constituir um eficaz auxílio para a obra pastoral e religiosa exercida pelos scalabrinianos no continente americano e “contribuir para o bem-estar material e, ainda mais, para o benefício espiritual dos nossos compatriotas emigrados”:

Publiquei um concurso – escrevia o Bispo de Piacenza – para um “manual ou guia espiritual” do emigrante italiano, na América, com um prêmio de 1500 Liras. Concorreram 24 distintos eclesiásticos de diferentes regiões da Itália. Uma comissão, presidida pelo

falecido Cardeal Alimonda de Turim, concedeu o prêmio aos escritos do sacerdote Pietro Colbacchini, nosso missionário. Assim, a Providência, que conhece a nossa pobreza, não permitiu que saísse da mísera caixa a soma estabelecida. Mando uma cópia deste Guia, impresso em grande número de exemplares, à essa Santa Congregação (TERRAGNI, 2014, p. 252).¹

Mas quem era o missionário scalabriniano que resultou vencedor do concurso? Pietro Colbacchini que nasceu em Bassano, na província de Vicenza, em 11 de setembro de 1845, em uma família de proprietários de terras.² Ingressado em 1857 no seminário episcopal de Vicenza, foi ordenado sacerdote em 19 de dezembro de 1868, com 23 anos. Desde o início da sua experiência sacerdotal, Dom Pietro Colbacchini chamou a atenção pela sua intensa espiritualidade e pelo seu vigoroso empenho, no âmbito pastoral e do cuidado das almas.

Em 1874 empreende a atividade de missionário apostólico, dedicando-se à predicação das missões populares, em diferentes localidades da diocese de Vicenza. Depois de ser nomeado, dois anos mais tarde, reitor da Igreja de Santa Corona em Vicenza, em 1879 foi chamado a desempenhar o cargo de arcipreste de Cereda, um pequeno vilarejo do Vale do Agno na província de Vicenza, onde permaneceu até 1883.

Quando tudo pressagiava uma ordinária e tranquila carreira para o jovem sacerdote como pastor de almas, em uma das tantas paróquias da diocese, ocorre uma reviravolta destinada a mudar radicalmente seu itinerário humano e religioso e a colocá-lo diante de um inédito e árduo desafio, no plano do testemunho da fé e do empenho pastoral.

É o próprio Dom Pietro Colbacchini que percorre a origem da sua “conversão”, isto é, a assistência e o cuidado religioso dos italianos emigrados na América, em um memorial enviado alguns anos depois,

¹ Relação sobre a Congregação a M. Ledòchowski, Piacenza 12 de agosto de 1900.

² Na biografia e nas obras do missionário scalabriniano Pe. Pietro Colbacchini (1845-1901) se observa, sobretudo, a coleção fundamental de documentos recentemente impressos por Terragni (2014) e, principalmente: COLBACCHINI, P. Pietro. Le condizioni degli emigrati nello Stato di Paraná in Brasile. In: TERRAGNI, G. (Org.). *Con gli emigrati negli Stati di S. Paolo, Paraná e Rio Grande do Sul 1884-1901*. Napoli: Autorinediti, 2016. Quem escreveu a eles recorreu, amplamente, para a elaboração do presente trabalho. Referências úteis encontram-se também em: ROSOLI, G. L'opera di assistenza tra gli emigrati dei missionari scalabriniani in America Latina. In: L'EMIGRAZIONE ITALIANA 1870-1970. Atti dei colloqui di Roma 19-20 settembre 1989; 29-31 ottobre 1990; 28-30 ottobre 1991; 28-30 ottobre 1993. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2002.

em junho de 1889, ao emissário apostólico para o Brasil, Mons. Francesco Spolverini:³

No mês de maio de 1884 – ele escrevia – me encontrava em Feltre a pregar naquela Catedral. Um bom sacerdote de Campo di Quero, localidade vizinha, me mostrou diversas cartas que ele havia recebido dos seus compatriotas que se encontravam nas províncias brasileiras de Rio Grande e Santa Catarina, que o exortavam vivamente a ajudá-los, a partir do seu ministério. Me despedaçaram o coração os lamentos que naquelas cartas se faziam sobre o abandono no qual se encontravam tantos desgraçados italianos, e sobre o perigo que corriam de perder a sua fé. Por muitos anos eu aspirava às missões italianas no Brasil, mas, por um lado, as dificuldades que eram previstas me faziam suspender a realização do meu desejo, e as contínuas ocupações das missões na Itália me tiravam, por outro lado, o tempo e a capacidade de pensar nisso. Aquelas cartas acabaram por afastar de mim, por tirar de mim, cada dúvida quanto à minha decisão de partir, e o mais rápido possível (DE MARCHI, 1957, p. 78-79).

Amadurecida definitivamente a decisão de não deixar cair no esquecimento os apelos que chegavam de ultramar, e de se empenhar pessoalmente na assistência religiosa e nos cuidados pastorais dos italianos emigrados para o Exterior, Dom Pietro Colbacchini estabelecia os necessários contatos e colocava em marcha os preparativos para sua transferência para o continente americano. Como ele próprio recordava no memorial supracitado:

Terminada a pregação do Mês de Maio, eu não me preocupava com mais nada que a preparação à empresa. Fui a Torino para me aconselhar com Dom Bosco, de santa memória, e ele me teria inserido nas suas santas redes e agregado à sua Congregação o objetivo da Missão no Brasil, se uma grande repugnância que eu sentia em abraçar um Instituto que já não correspondia aos meus velhos hábitos e aspirações não tivesse me forçado a resistir a seu desejo. O Cardeal Patriarca de Veneza [card. Domenico Agostini,

³ Sobre a figura e o trabalho de Mons. Francesco Spolverini (São Martinho de Cimino (Viterbo), 26 de janeiro de 1838 – Roma, 13 de outubro de 1918), de julho de 1887 a novembro de 1891 emissário apostólico e enviado especial da Santa Sé no Brasil, veja-se: DE MARCHI, G. *Le nunziature apostoliche dal 1800 al 1956*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1957; e, FANTAPPIÈ, C. *Chiesa romana e modernità giuridica*. Tomo I: Il Codex Iuris Canonici (1917). Milano: Giuffrè, 2008.

1877-1891] que me significava com a mais íntima confidênciame encorajava no meu projeto, e me dava, na verdade, os meios para que eu pudesse tratar do assunto com o Prefeito da Propagação da Fé e com o próprio Sumo Pontífice. O meu projeto foi aprovado, e abençoado pelo Santo Padre em uma audiência especial obtida no mês de outubro daquele ano. Me concederam muitas faculdades, a fim de me facilitar o exercício do meu ministério, e depois de dois meses de permanência em Roma, cessada a cólera em Nápoles [em 1884] que impedia a partida dos vapores [navios] para a América, no Postal da Companhia Piaggio "Umberto I", em primeiro de novembro zarpei de Gênova para o Brasil (COLBACCHINI, 2016, p. 6).

Desembarcado nas costas americanas, ao fim de uma longa e agitada viagem por mar, Dom Pietro Colbacchini deslocou-se imediatamente em visita ao bispo de São Paulo, Mons. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894), para apresentar suas credenciais e obter a autorização para exercer o ministério pastoral na diocese, e aqui teve a oportunidade de vivenciar, pela primeira vez, as crescentes desconfianças e contrariedades nutritas por uma parte relevante da hierarquia episcopal e do clero brasileiro, no que diz respeito aos sacerdotes provenientes da Europa, e em particular da Itália, para ocuparem-se dos imigrantes:

Em 14 de fevereiro [1885], partido do Rio por volta das 5 da manhã, cheguei por volta das 6 da noite em São Paulo (sem ter comido durante a viagem). Fui diretamente até o Bispo, que não estava em casa. Estava no Seminário, participando da abertura das escolas. [...] Depois de três horas de espera, ele chega. Me apresentei para [...] [beijar-lhe] o anel. Não me deu atenção, e quando me anunciei, respondeu-me que aquela não era hora para visitas. Expliquei-lhe a situação da minha chegada e o objetivo; replicou-me que retornasse no dia seguinte, às 11 horas. Perguntei-lhe se eu poderia ficar em um quarto no Seminário, respondeu-me que o Seminário não era hotel dos padres, e que na cidade não faltavam hotéis (COLBACCHINI, 2016, p. 7).

No dia seguinte, ainda que perdurasse o clima de marcada hostilidade apurada no fugaz e frio encontro do dia precedente, o sacerdote italiano consegue, finalmente, ser recebido em audiência pelo ordenado local e ver-se empenhado com a sua primeira missão pastoral:

Às 11 horas – escrevia ainda Dom Pietro Colbacchini – me encontrava no local. O Bispo me acolheu de modo suspeito; entreguei-lhe as muitas cartas de recomendação que tinha de outras proveniências: três eram de Cardeais – do cardeal Vigário de Roma, do cardeal Prefeito da Propagação da Fé, e do cardeal Patriarca de Veneza. Todas em latim; esta última me fazia tantos elogios que teria sido suficiente vinte por cento dela para me fazer ser aceito em qualquer lugar. Depois outras cartas, do meu Bispo de Vicenza com o “*discessum ad beneplacitum*” de Mons. Cagliero, Vigário Apostólico e Sup. dos Salesianos na América, etc. Eram muitas! O Bispo as recebeu. Abriu uma, não teve nem mesmo a paciência de lê-la, e começou a me dizer não sei o quê, pois devido a sua pronúncia pouco correta, não entendi palavra alguma. [...] Soube que me destinava ao serviço em uma Colônia Italiana em Monserrate, na Paróquia de Jundhiay. O mesmo Bispo me deu uma carta que eu deveria entregar ao Pároco, e com poucas palavras tudo ficou decidido (COLBACCHINI, 2016, p. 145-146).

Na realidade, longe de representar um fato atribuível à motivação de natureza pessoal ou a dificuldades de caráter, o comportamento do bispo de São Paulo, com relação a Dom Pietro Colbacchini, refletia plenamente, como já foi acenado, o forte desconforto e a crescente desconfiança nutrida pela hierarquia episcopal pelo clero brasileiro, no que diz respeito aos sacerdotes e religiosos chegados ao Brasil, sucessivamente, aos imigrantes italianos e dos demais países do Velho Continente.

Um desconforto e uma desconfiança que tinham suas raízes na proposição de dois modelos de Igreja e duas concessões da prática pastoral e do exercício da *cura animarum* radicalmente diferentes, sobre as quais pesavam as peculiares experiências que haviam caracterizado o enraizamento e o desenvolvimento do catolicismo nos territórios coloniais da América Latina, a partir do século XV e, da mesma forma, as particulares condições geopolíticas e socioeconômicas que caracterizavam o enorme território do Brasil e da Argentina.

Diante, de fato, da concepção tipicamente tridentina do ministério sacerdotal, que abrigava grande parte dos eclesiásticos e religiosos provenientes da Itália e de outros países do Velho Continente, e refletia um ideal pastoral, que tinha seu lugar designado na paróquia; os cardeais a tinham na prática litúrgica e devocional, na dispensa dos sacramentos e na catequese e educação cristã do povo de Deus. Assim

se colocava o diferente ideal sacerdotal e modelo de vida eclesiástica, que o *patronato régio*, instituído nos séculos precedentes, nos domínios coloniais portugueses e espanhóis da América Latina,⁴ o que havia contribuído para radicar no Brasil e na Argentina.⁵

Destinado a ministrar a própria obra na Colônia Italiana de Monserrate, na paróquia de Jundhiay, Dom Pietro Colbacchini transferiu-se, nas semanas seguintes, para sua nova sede, e lá conseguiu estabelecer os primeiros contatos com a comunidade dos imigrados e observar o clima de desconfiança e hostilidade gerado entre eles pelos sacerdotes que, anteriormente, estavam encarregados do cuidado pastoral.

Logo, todavia, foi encarregado pelo bispo de ocupar-se das colônias italianas do Estado do Paraná, que há tempos solicitava o envio de um sacerdote. Em 24 de maio de 1886, o sacerdote vêneto chegava a Curitiba, a capital daquela que era então a Província do Paraná e, no arco de poucos meses, dava vida a uma série de iniciativas destinadas a suscitar amplo consenso entre as populações italianas nela residentes, originárias em grande medida do Vêneto, e a dar um novo rumo na vida religiosa e nas práticas pastorais da colônia.⁶

Ciente da notícia de que na Itália o bispo de Piacenza, Mons. Giovanni Battista Scalabrini, estava trabalhando para fundar um “instituto de eclesiásticos” que mostrasse “sua decidida intenção de transferirem-se para territórios distantes, especialmente da América, para levar a assistência do sagrado ministério a multidões de católicos italianos que, motivados pela necessidade de emigrar da sua pátria, se estabeleceram naquelas regiões”,⁷ Colbacchini decide aderir ao

⁴ EGANA de, A. *La teoría del Regio Vicariato Español en Indias*. Romae: Apud aedes Universitatis Gregorianae, 1958. SORGE, G. *Il Padroado regio e la S. Congregazione De Propaganda Fide nei secoli XIV-XVII*. Bologna: CLUEB, 1985.

⁵ FAVERO, L. *Gli Scalabriniani e gli emigrati italiani nel Sud America*. In: ROSOLI, G.(ed.), *Scalabrini tra vecchio e nuovo mondo*. Atti del Convegno Storico Internazionale (Piacenza, 3-5 dicembre 1987), cit., p. 395-396. Mas ver, também ZAGONEL, C. A. *Igreja e imigração italiana*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975; GONZÁLES, R. *Iglesia e immigración en la Argentina, 1810-1914*. In: *La immigración en la Argentina*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1979; AZZI, R. A. *Igreja e os Migrantes. I: A migração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1987; e AUZA, N.T. *La Iglesia y la evangelización de la inmigración*, in «Estudios Migratorios Latinoamericanos», 14, 1990, p. 104-137.

⁶ COLBACCHINI, P.P. *Cinque anni di Missione agli Italiani nella Diocesi di S. Paulo e Paraná in Brasile*, memoria allegata alla lettera di padre Pietro Colbacchini a mons. Francesco Spolverini, Itu 20 giugno 1889. In: TERRAGNI, G. (Org.). *Con gli emigrati negli Stati di S. Paolo, Paraná e Rio Grande do Sul 1884-1901*. Napoli: Autorinediti, 2016.

⁷ Leo PP. XIII, *Litterae ad Episcopum Placentinum [I.B. Scalabrini]* de Instituto sacrorum virorum qui in Americam proficentes, opem s. ministerii ferant Italis illuc rerum necessitate compulsi, Romae XXV Novembris MDCCCLXXXVII. In *Actae Sanctae Sedis*, XX, 1887, p. 305. Trata-se, como se sabe, do breve *Libenter agnoverimus* (25 novembro 1887) enviado por Leão XIII a mons. Giovanni Battista Scalabrini, com o qual o pontífice aprovava a instituição, a cargo do bispo de Piacenza, da

nascente instituto religioso promovido pelo bispo piacentino e, alguns meses mais tarde, em agosto de 1888, passou a fazer parte oficialmente do Instituto dos Missionários de São Carlos para a assistência religiosa dos emigrados italianos na América. Constituiu, juntamente com o Pe. Domenico Mantese de Vicenza, e o Pe. Giuseppe Molinari de Piacenza, o primeiro núcleo da congregação missionária scalabriniana no Brasil.⁸

Na metade dos anos de 90, do século XIX, após uma longa e trabalhosa atividade missionária no Brasil, Pe. Pietro Colbacchini, “extenuado pela fatiga física”, obtinha do Mons. Scalabrinii a permissão de voltar à Itália para reestabelecer-se e levar a cabo uma série de iniciativas aviadas com o governo italiano e com a Santa Sé.

Na península, o religioso permaneceu de agosto de 1895 a outubro de 1896, estabelecendo-se em Bassano, na casa paterna, e empenhando-se na “pregação dos exercícios espirituais nos seminários e nas comunidades religiosas do Vêneto”.⁹

Foi naquele período que ele se dedicou a elaborar o original do *Manual de Misericórdia*, destinado essencialmente aos italianos emigrados ultramar, ao qual se fez referência anteriormente: *La Guida spirituale per l’emigrato italiano nella America del Sud*, que virá à luz no final de 1896 em Milão, através dos tipos da Officine Tipografiche A. Bertarelli, e que, como já foi lembrado, foi o vencedor de um concurso lançado pelo bispo de Piacenza, Mons. Giovanni Battista Scalabrinii, “para um “manual ou guia espiritual” do emigrante italiano na América”, a ser “impresso em grande número de exemplares”, e que conhacerá, nos anos seguintes, uma notável difusão no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos, e em diversos outros países do Novo Continente.¹⁰

Congregação dos Missionários de São Carlos para a assistência religiosa dos emigrantes italianos na América.

⁸ FRANCESCONI, M. (Org.) *Storia della Congregazione Scalabriniana. Volume III: Le prime missioni nel Brasile (1888-1905)*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 6 voll., III, 1973.

⁹ COLBACCHINI, P.P. Le condizioni degli emigrati nello Stato di Paraná in Brasile. In: TERRAGNI, G. (Org.). *Con gli emigrati negli Stati di S. Paolo, Paraná e Rio Grande do Sul 1884-1901*. Napoli: Autorinediti, 2016, p. 10.

¹⁰ *Guida spirituale per l’emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Cobacchini Miss. Apost.* Milano: Officine Tip.-Lit. A. Bertarelli, 1896, in-32°, pp. 416, Lire 2,00. A obra, editada com a “aprovação eclesiástica” do mons. Giambattista Gobbi, censor eclesiástico da diocese de Vicenza (9 de março de 1896), e com a “admittitur et imprimatur” de Dom Giuseppe del Corno, censor eclesiástico da arquidiocese de Milão (14 de julho de 1896), iniciava com uma carta contendo uma dedicação do autor ao bispo de Piacenza, Mons. Giovanni Battista Scalabrinii, a qual vinha seguida pela resposta do bispo lombardo e superior-geral dos Missionários de São Carlos Borromeo (scalabrinianos).

Gênese e aspectos principais de um manual de misericórdia e de moral cristã para as comunidades italianas imigradas no continente americano

A primeira referência direta sobre a elaboração do *La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sud* está em uma carta enviada pelo Pe. Colbacchini ao Mons. Giovanni Battista Scalabrini, em março de 1895, na qual, apenas retornado à Itália para cuidar-se e recuperar as energias depois da longa e árdua experiência missionária realizada, primeiramente, em São Paulo e depois no Paraná, o religioso vêneto manifestava seu próprio lamento por ter abandonado, ainda que provisoriamente, as comunidades de italianos no Brasil e, ao mesmo tempo, anunciaava a vontade de predispor para aquelas mesmas comunidades um manual útil de misericórdia, que contivesse também preceitos morais e normas de comportamento, para constituir uma espécie de guia para a vida de todos os dias.¹¹

Nos meses seguintes, também em virtude da extraordinária determinação que animava o religioso vêneto, a elaboração da obra devocional procedeu sem interrupções e com grande celeridade, a tal ponto que, em dezembro do mesmo ano, o Pe. Colbacchini confirmava ao bispo de Piacenza: "Estou em um bom ponto com o meu livro de religião para os emigrados, e se a obstinada constipação que me molesta há cerca de um mês não me impedir, espero terminá-lo em janeiro ou fevereiro".¹²

Na metade de fevereiro de 1896, Pe. Colbacchini anunciaava triunfante ao bispo de Piacenza e seu superior religioso:

Finalmente posso dizer que o meu trabalho *Manual religioso e moral para o Emigrado Italiano na América* está, seja como for, concluído. As várias missões que participei, e a debilidade causada pela minha frágil saúde me atrasaram o trabalho em alguns meses. Ao compilá-lo, sempre tive em conta as necessidades particulares dos colonos, e por essa razão conservará sua originalidade, seja na disposição dos argumentos, seja nos materiais com os quais foi realizado. Usei, ainda, da maior clareza possível para mim. Omiti em grande parte as pregações e as práticas que estão em todos os livros de devoção, e mais que tudo, preocupei-me com

¹¹ Carta do Pe. Pietro Colbacchini a Mons. Giovanni Battista Scalabrini, Bassano 5 de março de 1895, in AGS/DE 17-6-03, orig. aut., 4 ff.; agora em *ibidem*, p. 418-419.

¹² Carta do Pe. Pietro Colbacchini a Mons. Giovanni Battista Scalabrini, Bassano 26 de dezembro de 1895, in AGS/DE 17-6-8, orig. aut., 3 ff.; agora em *ibidem*, p. 436.

as instruções e advertências, não apenas no sentido religioso, mas também social e econômico e higiênico. Porém, é sempre a religião o centro e o fim.¹³

No início de abril, finalmente, chegava ao religioso vêneto a carta de Mons. Scalabrini, na qual o bispo de Piacenza manifestava a mais ampla e convicta aprovação da obra, sugerindo somente uma diferente distribuição dos assuntos tratados, e uma série de modificações de caráter meramente formal.¹⁴

Em outubro de 1896, faltando poucos dias para o seu retorno ao Brasil, Pe. Colbacchini podia anunciar triunfante ao bispo de Piacenza e a seu superior religioso: “O bispo [de Porto Alegre] me prestou um ótimo acolhimento. Não mencionou qualquer informação obtida contra mim, e demonstrou apenas muita estima por mim, especialmente pelo livro do *guia espiritual do emigrante*, que leu com interesse”.¹⁵

Estava, contudo, apenas no início de um processo destinado a tornar o *La Guida spirituale per l’emigrato italiano nella America del Sud* uma espécie de *long-seller* ou, melhor dizendo, o mais conhecido e difundido manual de referência para a vida religiosa e civil dos italianos no Exterior em circulação.

Nos anos seguintes, de fato, a obra do Pe. Colbacchini registrou um notável sucesso também fora do Rio Grande do Sul, difundindo-se em medida crescente em todos os estados do Brasil, nos quais havia colônias de imigrantes italianos, como também em diversos outros países do continente americano.¹⁶

¹³ Carta do Pe. Pietro Colbacchini a Mons. Giovanni Battista Scalabrini, Bassano 15 de fevereiro de 1896, *in AGS/VA 01*, orig. aut., 4 ff.; agora em *ibidem*, p. 440.

¹⁴ Carta do Pe. Pietro Colbacchini a Mons. Giovanni Battista Scalabrini, Bassano 8 de abril de 1896, *in AGS/VA 01*, orig. aut., 4 ff.; agora em *ibidem*, p. 445-446.

¹⁵ Carta do Pe. Pietro Colbacchini a Mons. Giovanni Battista Scalabrini, Porto Alegre 18 de outubro de 1896, AGS/ID 17-3-01, orig. aut., 6 ff.; agora em *ibidem*, p. 479-481. Em uma carta enviada alguns dias mais tarde a Mons. Cavagnis, Pe. Colbacchini reiterava: “Àquele bispo de Porto Alegre agrada particularmente o meu *Guia Espiritual para o Emigrante* e o recomenda vivamente. Espero poder propagá-lo em todas as nossas Colônias” (Carta do Pe. Pietro Colbacchini a Mons. Felice Cavagnis, Porto Alegre 20 de outubro de 1896, *in ASV*, Segreteria di Stato, Spogli Curia, card. Felice Cavagnis, b. 3, fasc. 130, orig.; agora em *ibidem*, p. 484-485).

¹⁶ SCARPIM, F.A. Um guia para a saúde do corpo e da alma: o ideal de catolicidade proposto pelo Padre Pietro Colbacchini para imigrantes italianos, in «Rever», 15 (2015), n. 1, pp. 93-110; e Id., *A atuação do missionário scalabriniano Pietro Colbacchini e o confronto entre o catolicismo brasileiro e imigrante no final do século XIX*, comunicação no XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis (Brazil) 27-31 de julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427319468_ARQUIVO_textoANPUH2015ultimaversao.pdf.

Objetivos e finalidades do *La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sud*

O *La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sud*, do Pe. Pietro Colbacchini, pode ser associado, em certos aspectos, ao grande número de textos religiosos de caráter catequético, hagiográfico e devocional, que florescia na península, no Oitocentos.

Referimo-nos ao diversificado filão de folhetos, brochuras, operetas e outros escritos destinados, essencialmente, aos jovens e adultos de ambos os sexos e de diferentes condições sociais, centrados, particularmente, nas temáticas de formação moral e espiritual, na prática religiosa e no comportamento em família e em sociedade.

Escritas com linguagem clara, com tipografia e editoração modesta, e com custos muitas vezes irrisórios, essas obras tiveram na península, também após a unificação nacional (1861), e ao menos até a Grande Guerra, uma difusão crescente, testemunhada pelas frequentes reimpressões e reedições, entre outras coisas.¹⁷

Tratava-se, de forma geral, de publicação com poucas pretensões. Tinha entre seus autores: bispos, párocos e sacerdotes – que cuidavam das almas –, religiosos, mais raramente expoentes do laicado católico, e se voltava a um público de leitores muito variado – capaz de alcançar desde o mundo camponês até aquele urbano das famílias artesãs e da pequena burguesia dos empregados e do comércio. A estes se propunha fornecer ideais e modelos de comportamento, assim como indicações e sugestões de caráter prático-operacional, acerca do modo mais idôneo de desempenhar os deveres próprios da vida cristã e de exercitar as práticas religiosas, como também de agir e atuar, cotidianamente, em família, na escola e nos locais de trabalho.¹⁸

¹⁷ RAGONE, G. *La letteratura e il consumo: un profilo dei generi e dei modelli nell'editoria italiana (1845-1925)*. In ASOR ROSA, A. (dir.), *Letteratura italiana. II. Produzione e consumo*. Torino: Einaudi, 1983, p. 687-733; TRANIELLO, F. *La cultura popolare cattolica nell'Italia unita*. In S. Soldani, G. Turi (eds.), *Fare gli italiani. Scuola e cultura nell'età contemporanea. I. La nascita dello Stato nazionale*. Bologna: Il Mulino, 1993, p. 429-458.

¹⁸ DORDONI, A. *I libri di devozione dell'Ottocento (con particolare riferimento alla produzione milanese): proposte per una lettura critica*. In: «Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche», 1, 1994, pp. 59-102; Ead., *I libri di devozione nell'800: una lettura critica*. In: *Chiesa e società a Bergamo nell'Ottocento*. Milano: Glossa, 1998, p. 203-234; MARCOCCHI, M. *Le dimensioni educative nella letteratura di pietà*. In PAZZAGLIA, L. (ed.), *Cattolici, educazione e trasformazioni socio-culturali in Italia tra Otto e Novecento*. Brescia: La Scuola, 1999, p. 189-209; SANI, R. *Tra società di massa e totalitarismo fascista. Il rinnovamento dell'editoria e della pubblicistica educativo-popolare cattolica tra le due guerre*. In PAZZAGLIA, L. (ed.), *Chiesa, cultura ed educazione in Italia tra le due guerre*. Brescia: La Scuola, 2003, p. 329-357; ASCENZI, A. *Il Plutarco delle donne. Repertorio della pubblicistica educativa e scolastica e della letteratura amena destinate al mondo femminile nell'Italia dell'Ottocento*. Macerata: Eum, 2009; SANI, R. «Ad

Tais finalidades eram perseguidas, em grande medida, também pelo *La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sud*, do Pe. Pietro Colbacchini. Essa obra, no entanto, mesmo apresentando não poucos laços e afinidades com o rico e bem-sucedido filão das operetas devocionais recordadas acima, era destinada a revestir-se com um papel particular, enquanto voltada, exclusivamente, aos “colonos italianos na América”, ou seja, à comunidade de “compatriotas imigrados no novo mundo” e ao enfrentamento das “circunstâncias”, “necessidades” e dos “perigos” espirituais e materiais em grande medida inéditos e, até esse momento, bastante difíceis de serem enfrentados. Destacava esses pontos o próprio Pe. Colbacchini, que, ao apresentar aos leitores *As razões para este livro*, assim se expressava:

O livro que apresento não deve ser confundido com os demais livros ou manuais de devoção. É um livro apropriado às circunstâncias e às necessidades dos colonos italianos na América. Por essa razão, além de conter uma seleção de orações e práticas das mais comuns ao cristão, terá exortações e motivações para a preservação da fé e da prática da religião, e o chamamento daqueles que estão perdidos ao bom caminho; e avisos e conselhos úteis relativos às necessidades particulares não apenas no que diz respeito às coisas da alma, mas também para regular as relações com os próprios nacionais e com os estrangeiros, e prover para o bem-estar material, para a saúde, e para os casos e circunstâncias especiais da vida.¹⁹

Iniciada com a dedicatória do autor a Mons. Giovani Battista Scalabrin²⁰ e com uma carta deste último, na qual, em várias ocasiões, foram reiterados o total compartilhamento da iniciativa e o forte apreço nutrido pelo bispo de Piacenza para a obra impressa do Pe. Colbacchini,²¹

Maiorem Dei Gloriam". Istituti religiosi, educazione e scuola nell'Italia moderna e contemporanea.
Macerata: Eum, 2009.

¹⁹ Ragioni di questo libro. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.* Milano: Officine Tip.-Lit. A. Bertarelli, 1896, p. 5-10.

²⁰ A carta com a qual o padre Colbacchini anunciaava a mons. Scalabriní a intenção de dedicá-lo o volume a ser publicado, datada de maio de 1896, recitava: “Ninguém melhor que – V. Ex^a. Revmo. cabe proteger este livro que vem a cumprir um desejo seu, e fui agraciado com a sua aprovação. À V. Ex^a., por essa razão, o dedico, e estou seguro que se dignará a aceitá-lo de bom grado, com mais um meio entre tantos, de cuidado incansável de V. Ex^a. Rev.mo, usados a favor dos nossos emigrados italianos na América, e como um símbolo da estima, do afeto, e da gratidão que o meu ânimo almeja a V. Ex^a” (*ibidem*, p. 2).

²¹ Na carta de resposta do bispo de Piacenza, datada de 7 de junho de 1896 e publicada nas páginas introdutórias do texto, se afirmava: “Meu caro D. Pietro, tudo aquilo que puder contribuir

o *La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sud* articulava em um prefácio e em 18 capítulos dedicados à temática e a questões meramente religioso-devocionais, misturadas a outras, de caráter regimental, concernentes à conduta moral, às normas para preservar a higiene e a saúde, ao modo de conter-se nas relações civis e sociais e nas atividades econômicas e profissionais e, ao final, além da *Conclusão*, havia uma série de apêndices dedicados às “Devoções mais recomendadas”, à “Via Crucis”, à “Devoção a São José”, além de uma coleção de “Louvores Espirituais” e de um “Prospecto de Doutrina Cristã”.²²

Na apresentação das características e finalidades do seu *Guia espiritual*, o autor se dirigia não essencialmente a um genérico “imigrado italiano na América”, porém mais àquelas populações camponesas, originárias principalmente do Vêneto, do Trentino e da Lombardia. Estas, devido à crescente miséria e difíceis condições de existência na sua pátria, foram obrigadas a abandonar os campos nos quais nasceram e cresceram (“o vosso bocado de terra, vossa Igreja, vosso país”), para aventurar-se em países distantes e em lugares desconhecidos, com a “esperança de melhorar a sua sorte”.

Os principais e mais diretos interlocutores do autor, portanto, eram a vasta e complexa humanidade de miseráveis trabalhadores braçais e de modestos arrendatários, os quais, chegados “na América”, apenas com seu esforço e sacrifício, renúncias, e trabalho duro foram capazes de superar as dificuldades e os desafios e de conquistar “uma condição que se pode chamar de privilegiada”. Para essas pessoas era necessário fornecer os instrumentos para conservar e aumentar a fé, “praticar os atos da religião” e “comportar-se como bom cristão” em família, no trabalho e nas vicissitudes da vida cotidiana. Era este, em última instância, o

ao bem estar material, e mais ainda, à vantagem espiritual dos nossos compatriotas emigrados, merece de todos o maior dos favores. Aceito, portanto, agradecido o livro que me quisestes dedicar com tanto afeto, e vos abençoo, fazendo votos que atinja plenamente o objetivo santíssimo a que se propusestes ao escrevê-lo. Ninguém melhor que vós, que estivestes por tantos anos entre os nossos emigrados lá no Brasil, teria podido oferecer a eles um *Guia* mais sábio e oportuno que esse. Deus vos compense largamente, caro Pietro, e o bem que não cessais de fazer em prol dos nossos irmãos que longe estão, e a consolação que assim me providenciatestes” (*ibidem*, p. 3).

²² Os capítulos nos quais era organizado o livro eram os seguintes: I. – Sobre a Pregação; II. – Sobre a santificação das Festas; III. – Orações para escutar devotamente a Santa Missa; IV. – Sobre a frequência aos Santos Sacramentos, sobre a Confissão e sobre a Comunhão; V. – Sobre a fuga das situações pecaminosas; VI. – Outros avisos gerais acerca do casamento; VII. – Sobre a diversão, bailes, sons e cantos; VIII. – Sobre o bom uso das coisas; IX. – Atenção à blasfêmia; X. – Sobre a pureza dos costumes; XI. – Sobre as relações civis e sociais; XII. – Sobre a justiça e a lealdade no comércio; XIII. – Sobre a economia e a avareza; XIV. – Sobre a higiene; XV. – Normas para conservar a fé; XVI. – Deveres com os sacerdotes; XVII. – Sobre o jejum e a abstinência; XVIII. – Três boas ações.

objetivo essencial do *Guia espiritual*, no qual se refletia amplamente o modelo de cuidado pastoral adotado pelo Pe. Colbacchini e pelos demais religiosos scalabrinianos no Paraná e nas em outras regiões do Brasil.²³

As orientações morais e religiosas do guia espiritual do Padre Colbacchini

O complexo e ambicioso itinerário “catequético e espiritual”, ao qual a obra do Pe. Colbacchini se propunha, era fazer com que seus leitores a cumprissem, a fim de conservar e aumentar a fé, “praticar os atos da religião” e “comportar-se como bom cristão” em cada momento do seu dia. Começava com um grande capítulo cujo objetivo era “exortar à prática da oração os bons colonos italianos”, de modo que a própria oração resultava ser “o meio mais direto e eficaz às suas necessidades espirituais e temporais”.²⁴

Na esteira de Santo Afonso Maria de Ligório, do qual se recordava intencionalmente o célebre dito “quem reza se salva, quem não reza se dana”,²⁵ padre Colbacchini ressaltava como a vida do cristão deveria ser, para todos os efeitos, uma “vida de união com Deus”, e como essa união podia realizar-se “por meio especialmente da oração”, a qual, ele apontava, fornece “uma superabundância de graça, na medida dos nossos desejos, com a qual se pode vencer mais facilmente as tentações, fortificar a nossa fraqueza, facilitar-nos o exercício da virtude e assegurar-nos a aquisição do céu”.²⁶

Daí o claro convencimento de que apenas a prática assídua da oração poderia preservar o cristão do pecado e atrair para si os indispensáveis auxílios celestes: “Um cristão que não pensa em Deus e não reza, no que diz respeito à vida sobrenatural – afirmava o religioso scalabrianiano –, é como um galho arrancado da árvore, que seca; é como uma terra infértil porque não recebe os insumos necessários, é como um soldado sem armas exposto ao confronto contra inimigos formidáveis”.²⁷

²³ Ai Coloni Italiani. *In Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.* Milano: Officine Tip.-Lit. A. Bertarelli, 1896, p. 5-10.

²⁴ Capitolo I. – Della Preghiera. In *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 19.

²⁵ *Del gran mezzo della preghiera per conseguire la salute eterna e tutte le grazie che desideriamo da Dio. Opera teologico-ascetica del rev. padre d. Alfonso De' Liguori... Utilissima per ogni genere di persone...*, Napoli: Nella Stamperia di Giuseppe Di Domenico, 1759, p. 16

²⁶ Capitolo I. – Della Preghiera. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 21-23.

²⁷ Capitolo I. – Della Preghiera. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 20.

Diante da assertividade, com a qual exortava seus leitores a recorrerem, “sem temores” e “sem qualquer limite” ao “grande instrumento da oração”, Pe. Colbacchini não escondia as dificuldades e incertezas que caracterizavam uma parte tão grande dos fiéis, no exercício das práticas religiosas. Consciente, pelo contrário, da “fragilidade humana” e da pouca ou nenhuma propensão espiritual de muitos dos seus leitores, ele os recomendava realisticamente, mais uma vez na esteira dos ensinamentos de S. Afonso Maria de Ligório,²⁸ de praticar com simplicidade e humildade o exercício da oração.²⁹

Prosseguindo a sua análise, Pe. Colbacchini mostrava mais uma vez que dirigia suas exortações e seus ensinamentos espirituais não tanto a um genérico “imigrado italiano na América”, quanto às populações das colônias de imigrados italianos presentes nas áreas agrícolas do Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, aos quais não deixava de lembrar as indubitáveis vantagens que a distância dos grandes centros urbanos e a vida simples e frugal, que eles vivenciavam no campo, exercia para fins da conservação da fé cristã e da sua “saúde espiritual”.³⁰

No seu entender, portanto, a oração individual e coletiva expressa, singularmente, e por toda a comunidade à semelhança do que se realizava cotidianamente e por séculos nas zonas rurais vênetas, trentinas e lombardas, das quais provinha a maior parte dos italianos emigrados – deveria cadenciar o tempo das comunidades de compatriotas transplantados na América, reestabelecendo, também nos remotos territórios do Hemisfério Austral, aquela plena sintonia entre a vida camponesa e a experiência religiosa – entre o tempo da Igreja e aquele das comunidades rurais, nas palavras de Le Goff³¹ –, que, sozinha, segundo Pe. Colbacchini, teria tornado possível “a salvação das almas e o progresso da religião”:

Ao som do sino da manhã, do meio dia e da noite – recomendava o autor –, recitar devotamente o Angelus Domini com três Aves-Maria e três Glórias, ainda que se encontre no trabalho ou na

²⁸ Cf. *L'amore dell'anime, cioè riflessioni, ed effetti sulla passione di Gesù-Cristo, in Operette spirituali del rev. padre d. Alfonso de'Liguori... Parte seconda... Decima terza edizione. Nuovamente accresciuta, e corretta dall'Autore*, Napoli, Nella Stamperia di Giuseppe Di Domenico, 1761.

²⁹ Opção 2 Corrigir a referencia citata na seguinte forma correta:

Capitolo I. – Della Preghiera. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 30, 38-39 e 43.

³⁰ Capitolo VIII. – *Del buon uso delle cose*, cit., p. 226-228.

³¹ Cf. – Le Goff, *Tempo della Chiesa e tempo del mercante*. Torino: Einaudi, 1989.

rua, ou em qualquer lugar, descobrindo a cabeça sem respeito humano. [...] À noite, antes ou após a janta, vos exorto a recitar, com as pessoas da vossa família, a terceira parte do rosário. Não se pode contar as bênçãos que a Santíssima Virgem obtém para as famílias que a ela são fiéis ao prestar este ato de homenagem. [...] Antes de deitar-se não esquecer de recitar de joelhos e com o maior recolhimento as vossas orações. Beato aquele cristão que começa e termina o seu dia com a oração.³²

Nessa mesma linha se desenvolviam também os três capítulos sucessivos do *Guia espiritual*, dedicados, respectivamente, à santificação das festas religiosas, às orações às quais os fiéis eram chamados a recitar, para seguir “devotamente a Santa Missa” e à frequência dos sacramentos “da Confissão e da Comunhão”.

Convencido de que para incrementar “a salvação das almas e o progresso da religião” fosse necessário alimentar o culto comunitário e a celebração das festividades religiosas, padre Colbacchini recomendava aos seus leitores não negligenciar nunca “o grave dever do cristão de santificar as festas”.³³

Cada família integrante da colônia rural, além disso, deveria estabelecer, na própria casa, “um lugar separado para uso como Oratório”, a fim de tornar possível a prática das devoções cotidianas para cada membro da família ou para todo o núcleo familiar.³⁴

Junto com a participação na Missa, a experiência religiosa de cada fiel e da inteira comunidade nas colônias italianas da América deveriam conformar-se na base de uma série de iniciativas e de práticas voltadas a favorecer o conhecimento da palavra de Deus e a alimentar a piedade dos fiéis:

Todos os pais – recomendava acima de tudo o religioso scalabriniano – devem ser solicitados a mandar, ou melhor, a conduzir, seus filhos à doutrina cristã, que em cada festa deve ter lugar em todas as Colônias, ou por meio do Sacerdote, ou na sua falta, por meio de pessoas zeladoras. E não apenas os pequenos até 10 ou 12 anos, mas também os mais velhos devem intervir neste ensinamento cristão, seja pela grande necessidade que têm, esperada a sua ignorância (pela escassez dos meios

³² Capitolo I. – Della Preghiera, cit., pp. 45-46.

³³ Capitolo II. – Della santificazione delle Feste. In *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., pp. 49 e 51-53.

³⁴ Capitolo II. – Della santificazione delle Feste. In *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 50

da religião), seja porque o catecismo não se aprende jamais o suficiente.³⁵

Com o objetivo de revigorar a piedade religiosa de cada indivíduo e da inteira comunidade, Pe. Colbacchini exortava seus leitores a praticarem, frequentemente, aquelas devoções que, como no caso do “exercício da *Via Crucis*”, tinham o grande mérito de rememorar ao cristão o sacrifício da Cruz.³⁶ Do mesmo modo, ele recomendava não negligenciar as leituras espirituais, especialmente aquelas capazes de reavivar a fé e de aumentar o fervor religioso dos fiéis.³⁷

Movido pela compreensão de que “o meio mais direto e mais eficaz para viver na cristandade e que tem relação direta com a prática da oração e com a santificação das festas” era aquele “do bom uso e da frequência da confissão e da Comunhão”. O religioso scalabriniano exortava, enfim, seus leitores a aproximarem-se cada vez mais de tais sacramentos, destacando, à luz dos escritos de São Leonardo de Porto Maurício, Frei franciscano, personalidade de destaque no Setecentos, religioso italiano,³⁸ a verdadeira e própria centralidade do frequente exercício da confissão e da “autêntica veneração para a Eucaristia”,³⁹ na experiência cristã:

Com isso, apenas de frequentar os Santos Sacramentos – escrevia padre Colbacchini – vos encontrareis a salvo dos tantos perigos que ameaçam a vossa fé e a vossa conduta cristã. [...] Uma alma que frequenta os Santíssimos Sacramentos, se está morna se torna fervorosa, se está fervorosa se faz santa.⁴⁰

³⁵ Capitolo II. – Della santificazione delle Feste. In *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 77

³⁶ Capitolo II. – Della santificazione delle Feste. In *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 78-79. Entre as outras devoções recomendadas aos leitores pelo padre Colbacchini no *Guia espiritual* devem ser assinaladas: a “Devoção à Virgem Maria”, “ao Sagrado Coração de Jesus”, “a São José”, “às almas do Purgatório” e “ao Anjo da Guarda” (Capitolo XVIII. – *Tre opere buone*, in *ivi*, p. 352-389).

³⁷ Capitolo II. – Della santificazione delle Feste. In *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 79-80.

³⁸ Petrocchi, M. *Storia della spiritualità italiana*. Torino: SEI, 1996², p. 212-214.

³⁹ SAN LEONARDO da Porto Maurizio. Prediche quaresimali. In: *Opere complete di San Leonardo da Porto Maurizio missionario apostolico minore riformato del Ritiro di San Bonaventura in Roma*. Venezia: Tipografia Emiliana, 1868-1869, 5 voll., III, p. 432-433.

⁴⁰ Capitolo IV. – *Della frequenza ai Santi Sacramenti, della Confessione e della Comunione*. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 84-85.

Em apoio à sua concessão sacramental de caráter *benevolente* e *antirrigorista*, neste contexto, o religioso scalabriniano recordava o ensinamento dos grandes santos da época moderna, como também de certas personalidades da Igreja do seu tempo, particularmente atentas e sensíveis às peculiares exigências pastorais do mundo contemporâneo e de todo hostil a uma visão muito rígida e elitista do caminho da fé.⁴¹

Todos os santos – ele afirmava –, começando pelos Pais da Igreja, até aos mais recentes, como São Inácio, São Gaetano de Thiene, São Carlos Borromeo, São Felipe Neri, São Francisco de Sales, São Leonardo de Porto Maurício, Santo Afonso [Maria de] Ligório, para não nomear outros tantos, insistiam sobre este ponto e incentivavam as almas cristãs à Comunhão cotidiana ou ao menos semanal. O Venerável Cottolengo, e o Santo homem de Dom Bosco, frequentemente referiam a este sacramento o milagroso desenvolvimento que nestes nossos tempos tiveram as suas instituições fundadas em Turim.⁴²

Na realidade, a perspectiva *benevolente* e *antirrigorista* assumida pelo Pe. Colbacchini não se referia apenas à prática sacramental, mas caracterizava cada aspecto e dimensão do seu empenho pastoral, em favor dos italianos emigrados na América (“Deus não exige coisas impossíveis ou muito difíceis”, ele reafirmava diversas vezes).⁴³ Animado, de fato, como já foi mencionado, por uma visão tipicamente tridentina do ministério sacerdotal e das responsabilidades derivadas da *cura animarum*,⁴⁴ o religioso scalabriniano se fazia promotor, através do *Guia espiritual*, da definitiva liquidação da austera espiritualidade de matriz *rígorista*, típica do Setecentos, e da associação a uma concepção pastoral nutrida pelos escritos de São Felipe Neri, São Francisco de

⁴¹ SANI, R. Spiritualità e ideali di vita religiosa in Francia e in Italia tra Rivoluzione e Restaurazione. In: “Annali della Facoltà di Scienze della Formazione – Università di Macerata”, I, 2004, 1, p. 337-355; e Id., Religious Congregations, Education and School in Italy in the Nineteenth Century. In: «Historia y Memoria de la Educación», IV, 2016, p. 85-106.

⁴² Capitolo IV. – *Della frequenza ai Santi Sacramenti, della Confessione e della Comunione*. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 84-85.

⁴³ Capitolo V. – *Della fuga dalle occasioni di peccato*. In: *Ibidem*, p. 127 *Della frequenza ai Santi Sacramenti, della Confessione e della Comunione*. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 84-85.

⁴⁴ MEERSSEMAN, G. G. *Il tipo ideale di parroco secondo le riforma tridentina nelle sue fonti letterarie, in Il Concilio di Trento e la riforma tridentina. Atti del Convegno storico internazionale* (Trento, 2-6 settembre 1963). Roma-Freiburg-Basel-Barcelona-Wien: Herder, 1965, 2 voll., I, p. 27-44.

Sales e Santo Afonso Maria de Ligório, na qual se refletiam propósitos como a doçura, a amorosidade, a benevolência, próprios da perspectiva espiritual daqueles autores.⁴⁵

Não por acaso, ao indicar o fim último da sua inteira obra sacerdotal a serviço dos colonos italianos na América, ele reiterava que consistia em transmitir aos fiéis “aquela que o santo arcebispo de Genebra definia a verdadeira alegria [...] característica de um bom cristão”, isto é, aquela que derivava “da paz da sua consciência, do cumprimento dos seus deveres e do exercício das virtudes”.⁴⁶

A imagem que se vê constantemente nas páginas do *Guia espiritual* do Pe. Colbacchini é aquela de uma pastoral que tem seu centro e seu coração pulsante, na paróquia ou na igreja do vilarejo; e suas pedras angulares estão na prática litúrgica e devocional, na dispensa dos sacramentos e na catequese e animação cristã do povo de Deus. Uma pastoral que se volta à uma população de colonos italianos estabelecidos, definitivamente, na América, enquanto enfrentam novos desafios morais e espirituais derivados do inquestionável melhoramento das condições de vida e do crescente bem-estar atingido, a respeito do período no qual eram obrigados pela miséria e pela ausência de perspectivas a abandonar a península e atravessar o Oceano.⁴⁷

Precisamente para enfrentar as múltiplas “ocasiões de pecado” e os graves riscos morais aos quais eram expostos “os italianos na América”, se fazia necessário promover e alimentar entre os fiéis das colônias uma piedade religiosa simples, mas robusta e plenamente interiorizada, capaz de orientar responsavelmente os comportamentos de cada dia e as pequenas e grandes escolhas individuais e coletivas,⁴⁸ como também

⁴⁵ PETROCCHI, M. *Schema per una storia della spiritualità italiana nell'Ottocento e nel Novecento*, agora In: Id., *Storia della spiritualità italiana*, cit., p. 244-274; SANI, R. *Indirizzi spirituali e proposte educative dei nuovi Istituti religiosi dell'Ottocento in area lombarda*, in Id., *Chiesa, educazione e società nella Lombardia del primo Ottocento. Gli Istituti religiosi tra impegno educativo e nuove forme di apostolato (1815-1860)*. Milano: Centro Ambrosiano, 1996, p. 77-138; MARCOCCHI, M. *Spiritualità e vita religiosa tra Cinquecento e Novecento*. Brescia: Morcelliana, 2005, p. 283-322.

⁴⁶ Capítulo VII. – *Dei divertimenti balli, suoni, canto*. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 191-193.

⁴⁷ Capítulo V. – *Della fuga dalle occasioni di peccato*, cit., pp. 123-124.

⁴⁸ “Se não podeis assistir a muitas issas – recomendava, por exemplo, o autor –, nem comparecer com muita frequência aos Santíssimos Sacramentos, podereis compensar com desejo ou com outras boas ações, sem perder qualquer mérito junto a Deus, o qual não exige coisas impossíveis e muito difíceis. Se não podeis haver o padre sempre à vossa disposição, haveis um motivo a mais para ter-vos sempre na graça de Deus e preparados à morte. Se não podeis frequentar muitas vezes os Santos Sacramentos, podeis recebê-los com fervor quando vos é dada a ocasião; se não podeis escutar com frequência a palavra de Deus, podeis lê-la nos livros, ou ouvi-la de pessoas devotas que, graças a Deus, não faltam entre vós; e para todo o demais podeis e deveis compensar

de suprir as múltiplas dificuldades e as graves e inéditas ameaças características do ambiente americano:

As circunstâncias nas quais se encontram muitos dos emigrados italianos na América – advertia o padre Colbacchini –, são muito diferentes, no que diz respeito à fé e à profissão da religião, daqueles que se encontram na sua pátria. [...] O simples fato de encontrar-se fora da Itália, em um novo país, com hábitos diferentes, com uma língua diferente, e muitos deles no princípio, na luta por encontrar uma colocação e os meios necessários à vida, são circunstâncias assim como tantas outras com que se deparam, que bastam para amornar, não direi a fé, mas certamente os atos dessa.⁴⁹

Diante dos “perigos antigos e novos” que ameaçavam a “sinceridade da fé” e a “santidade da vida” dos emigrados italianos na América, se fazia necessário, conforme o Pe. Colbacchini, vigiar atentamente de modo que fosse preservada, na consciência dos indivíduos e “nos atos e nas práticas das comunidades”, aquela que ele definia como “a fé dos padres”.

Tratava-se, em grande parte, de fazer “conhecer e praticar no seu verdadeiro espírito a religião católica” aos colonos italianos, ajudando-os a compreender à luz da fé cristã o sentido mais autêntico e profundo do doloroso êxodo da pátria-mãe e das vicissitudes experimentadas, acompanhando-os na sua nova existência em uma país estrangeiro.⁵⁰

A promoção de um novo sentimento de cidadania no guia espiritual do Pe. Colbacchini

Junto aos capítulos dedicados a temáticas de caráter puramente religioso e devocional, como já mencionado, o *Guia espiritual* do Pe. Pietro Colbacchini compreendia outros temas, centrados no modo de comportar-se nas relações civis e sociais e nas atividades econômicas e profissionais.⁵¹ Nesse sentido, um interesse particular reveste aquele

mantendo-vos distantes de todas as ocasiões que vos possa expor ao perigo de pecar”. Capitolo V. – *Della fuga dalle occasioni di peccato*, cit., p. 126-127.

⁴⁹ Capitolo XV. – *Norme per conservare la fede*. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 314-317.

⁵⁰ Conclusione. In: *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Colbacchini Miss. Apost.*, cit., p. 391-392.

⁵¹ Insere-se nesse âmbito também o curioso capítulo dedicado à higiene e às superstições, no qual o Pe. Colbacchini não economizava recomendações e sugestões de matriz higienista e salutar, com

dedicado à complexa e controversa questão da integração, ou não, dos emigrados italianos no continente americano, com a cultura e a língua do país que os recebia.

A questão, como se recordará, já havia sido objeto de um pacato e pontual confronto, no curso da elaboração da obra, entre o autor e Mons. Giovanni Battista Scalabrin, o qual, persuadido do fato que com o desaparecimento do “sentimento nacional” os “pobres emigrantes” acabariam perdendo também “o sentimento da Fé Católica”,⁵² não havia deixado de instar, mais de uma vez, os seus religiosos a manterem vivos, na consciência dos emigrados provenientes da península e confiados ao seu cuidados pastoral, o amor pela pátria de origem e o sentimento de italianidade.⁵³

A conservação das características étnico-culturais originárias, inclusive a língua materna, constituía, segundo o prelado lombardo, uma espécie de garantia de que aqueles que deixavam a Itália, para transferirem-se definitivamente para o Exterior e construirem uma nova vida em outro país, manteriam aquela fé religiosa tenazmente ligada às tradições e aos valores da comunidade de proveniência, e que eram grandemente ameaçadas nas novas realidades culturais e nos contextos nacionais de fixação dos migrantes.⁵⁴

Em carta enviada em fevereiro de 1896 ao bispo de Piacenza e seu superior religioso sobre essa questão, Pe. Colbacchini, mesmo sem minimizar a diversidade de opiniões emitidas sobre tal assunto, se mostrava confiante com o apoio de Mons. Scalabrin à sua linha, longe de ser favorável às reivindicações de uma pastoral religiosa centrada

outras de caráter mais propriamente ético. Cf. *Capitolo XIV. – Della Igiene*, in *ibidem*, p. 304-309.

⁵² *EL'emigrazione degli operai italiani*. In: *Atti e Documenti del XVI Congresso Cattolico Italiano tenutosi in Ferrara nei giorni 18-21 aprile 1899*. Venezia: Tip. Patriarcale già Cordella, 1899; agora *In: La società italiana di fronte alle prime migrazioni di massa. Il contributo di Mons. Scalabrin e dei suoi primi collaboratori alla tutela degli emigranti*, numero especial de «*Studi Emigrazione*», V, 1968, 11-12, p. 295-296.

⁵³ Cf. G.B. Scalabrin, *Progetto di un'Associazione allo scopo di provvedere ai bisogni spirituali degli italiani emigrati nelle Americhe*, Piacenza 16 febbraio 1887, in AGS / BA 1°-2-04 a, b, c.; ora edita in G. Terragni, *Scalabrin e la Congregazione dei Missionari per gli Emigrati. Aspetti istituzionali 1887-1905*, cit., p. 195-201. Uma orientação semelhante foi expressa varias vezes pelo prelado G.B. Scalabrin. L'emigrazione degli operai italiani. In: *Atti e Documenti del XVI Congresso Cattolico Italiano tenutosi in Ferrara nei giorni 18-21 aprile 1899*. Venezia: Tip. Patriarcale già Cordella, 1899; agora *In: La società italiana di fronte alle prime migrazioni di massa. Il contributo di Mons. Scalabrin e dei suoi primi collaboratori alla tutela degli emigranti*, numero especial de «*Studi Emigrazione*», V, 1968, 11-12, p. 295-301.

⁵⁴ Cf. G.B. Scalabrin, *Regolamento della Congregazione dei Missionari di San Carlo*, [19 settembre] 1888, in AGS / DE 22-4-07 b; ora edito in *ibidem*, p. 201-213.

na defesa da italianidade e na salvaguarda da identidade nacional das populações emigradas da península.⁵⁵

A posição expressa no *Guia espiritual*, nesse sentido, se colocava em clara contradição, relativamente a qualquer pastoral religiosa orientada, no sentido étnico, ou empenhada em dar particular significado à dimensão “nacional”, e excessiva ênfase aos laços dos indivíduos emigrados e das inteiras comunidades de italianos estabelecidos no Exterior, em relação à pátria-mãe.

Ele, de fato, mostrava-se absolutamente estranho e indiferente, em relação à qualquer forma de culto da pátria distante ou de nostalgia pelos lugares de nascimento, insistindo, ao contrário, que a única forma de identidade e de pertencimento compatíveis com a fé católica fosse aquela religiosa, e advertia seus leitores dos riscos inseridos no patriotismo exasperado e em um nacionalismo que, longe de favorecer a integração nos países de chegada, arriscava a manter forçadamente isolados e abandonados à própria sorte os italianos emigrados na América:

A opinião comum que prescrevia ao homem de habitar antes na própria pátria que em outro lugar – escrevia padre Colbacchini –, é uma opinião, no meu ponto de vista, imposta pelo costume, mas não tem fundamento para ser aceita. A pátria do homem não está na terra, como ensina o Apóstolo. [...] E como para a maior parte dos emigrados italianos, estas melhores circunstâncias se encontram na América, assim será a América a sua pátria de adoção antes que a Europa, e assim será o Brasil, a Argentina, e qualquer outro estado do sul ou do norte deste imenso continente, a pátria daqueles que na Itália lhes faltavam, e talvez ainda faltem, os meios necessários à vida.

Com o objetivo de não deixar dúvidas a respeito da postura que se deveria ter, Pe. Colbacchini reforçava ainda mais seu ponto de vista, não deixando de recomendar o necessário equilíbrio entre a aspiração em manter vivas e a cultivar, de modo privilegiado, as tradições e

⁵⁵ “Visto que não temos aqui domicílio estável – escrevia o religioso vêneto –, eu não culpo os colonos que preferem um país ao outro, ainda que os lembre de conservar todo o afeto e gratidão à própria nação. O que eu não os aconselho é de formar ilhas no mar, querendo agir como italianos em terras estrangeiras, embora os exorte a conservar a sua língua e hábitos, etc. [...] Não duvido que V. Exa. se não em tudo, em grandíssima parte me dará razão, ainda mais que desenvolvi o argumento com toda a delicadeza, para não colidir contra as suscetibilidades alheias” (Carta do Pe. Colbacchini a Mons. Giovanni Battisti Scalabrin, 15 de fevereiro de 1896, cit., p. 441).

os laços com a pátria-mãe, e a necessidade de não isolar-se em uma estéril e perigosa negação dos costumes culturais e civis e das práticas e dos hábitos dos países que os havia acolhido e lhes havia oferecido a possibilidade de alcançar a serenidade e o bem-estar econômico:

Recordeis sempre com complacência a vossa Itália – recomendava, acima de tudo, o religioso scalabriniano –, o país no qual passastes parte da vossa vida, e do qual conservais as mais caras lembranças. Dizei a vossos filhos: que saibam que nas suas veias corre o sangue italiano nobre e generoso para as grandes empresas da fé, da ciência e das artes. Conservai entre vós a vossa bela língua, [...] continuai nos vossos bons costumes italianos; na vossa juventude, nas vossas festas religiosas que caracterizam aquela fé que em grande medida haveis aproximado da fonte, e que podeis transfundir aos demais com os vossos bons exemplos. Não louvo aqueles que por razões de interesse, ou para satisfação de amor próprio, depois de poucos anos da sua permanência na América, adotam os costumes do novo país, esquecendo os próprios.⁵⁶

O verdadeiro desafio, de fato, não era aquele de “mudar radicalmente os próprios costumes” e de “apagar a marca da própria nacionalidade”, mas sim aquele de aviar “relações cordiais” e de estabelecer “laços sólidos” com a população originária do país de acolhimento, aprendendo a língua e se adaptando, em medida crescente, aos usos e costumes do lugar, fazendo do próprio legado cultural não um obstáculo, mas um autêntico recurso aos fins da positiva integração no novo país:

O saber bem viver entre os próprios compatriotas e entre os estrangeiros – destacava o padre Colbacchini –, é uma coisa que em grande parte depende o bom êxito da emigração. Os colonos italianos devem manter as mais cordiais relações com os seus compatriotas [...], sem faltar, porém, às conveniências em relação aos outros, de qualquer outra nação, e especialmente em relação aos nacionais dos países onde se encontram. Devem, na verdade, manter com eles as exigências da civilidade e do comércio, e mostrar de havê-los em consideração, e quase (porém sem servilismo) mostrar-se gratos pela hospitalidade encontrada entre eles. [...] Devem se acomodar o melhor possível entre a nova gente, com a qual deverão formar uma só sociedade, e com o tempo uma só nação, e conservando a sua língua e os

⁵⁶ Capitolo VIII. – *Del buon uso delle cose*, cit., p. 236-240.

seus costumes (o que têm de melhor) não devem descuidar de aprender a nova língua e de se adaptar àqueles usos que são honestos e comuns, para tirar de si aquelas particularidades que lhe possam tornar odiosos para os outros, ou menos simpáticos, o que voltaria sempre o seu próprio mal.⁵⁷

E, ainda:

Respeitem as leis civis, desde que não se oponham às leis divinas e da Igreja; cumpram os seus deveres, e deixem de se ocupar de outras coisas que não lhes digam respeito. [...] A América é uma terra de todos. É um país novo que nos planos da Providência está aberto a todas as nações do mundo, especialmente a Europa, e parece reservado a grandes destinos. Estes indivíduos de várias nações deverão formar com o tempo uma única grande nação. [...] Assim em grande parte já se fez e se está fazendo nos Estados Unidos do norte, onde todos, nacionais e estrangeiros, estão unidos em uma só nação que, por essa razão, se fez nobre e grande.⁵⁸

A aquisição, por parte dos italianos emigrados no Continente Americano, de uma nova ideia de cidadania – capaz de assegurar a eles não apenas a integração na vida social e econômica dos países de acolhimento, mas também a assunção das responsabilidades civis e políticas e o efetivo exercício dos direitos e deveres – deveria passar, segundo o religioso scalabriniano, pela assunção e pelo compartilhamento de uma série de valores e de comportamentos destinados a permear cada aspecto e dimensão da vida cotidiana e da experiência profissional.

Não surpreende, a este respeito, a exortação dirigida pelo Pe. Colbacchini aos seus leitores a agirem na vida cotidiana e na prática do trabalho e profissional com “honestidade, retidão e justiça”, trabalhando “sem mistificação, sem fraudes, sem mentiras”, refugando qualquer comportamento hostil à “Lei de Deus ou aos direitos naturais”.⁵⁹

O ideal de cidadania proposto pelo Pe. Colbacchini, e proposto aos italianos emigrados no Continente Americano, enfim, se caracterizava

⁵⁷ Capitolo XI. – *Dei rapporti civili e sociali*. In *ibidem*, p. 271-275.

⁵⁸ Capitolo XI. – *Dei rapporti civili e sociali*. In *ibidem*, p. 281.

⁵⁹ Capitolo XII. – *Della giustizia e lealtà nel commercio*, in *ibidem*, p. 288-291.

pela convicta e constante referência à observância da lei e ao respeito às autoridades constituídas, ao respeito pelas outras minorias e à pacífica convivência com todos os componentes da sociedade, à verdadeira e própria centralidade da dimensão religiosa na vida do singular indivíduo e da comunidade, como também – em um plano diferente – à predileção de um estilo de vida voltado para a sobriedade, para a temperança e para a simplicidade: um estilo de vida que ressoava amplamente aquele das zonas rurais do Vêneto, da Lombardia e do Trentino, de onde provinha uma parte consistente dos destinatários do *Guia espiritual*.⁶⁰

Em conclusão, pensado como instrumento para suprir “as necessidades dos colonos italianos na América” e para consentir de “preservar neles a fé e a prática da religião” e “prover seu bem-estar material, a saúde, e os casos e as circunstâncias especiais da sua vida”, o *La Guida spirituale per l’emigrato italiano nella America del Sud* (1896) do Pe. Pietro Colbacchini constitui um documento extremamente significativo – e sob certos aspectos único –, para extrair as características e os princípios fundamentais do empenho pastoral e religioso exercido no Brasil e nos demais países do Continente Americano pelos religiosos scalabrinianos, na passagem do Oitocentos para o Novecentos; empenho pastoral e religioso, que, no entanto, como se procurou colocar em evidência no presente trabalho, teve no próprio sacerdote vêneto, autor da opereta espiritual, um dos seus principais artífices e protagonistas.

Referências

- ASCENZI, A. *Il Plutarco delle donne. Repertorio della pubblicistica educativa e scolastica e della letteratura amena destinate al mondo femminile nell’Italia dell’Ottocento*. Macerata: Eum, 2009.
- AZZI, R. *A Igreja e os Migrantes. I: A migração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1987;
- AUZA, N.T. La Iglesia y la evangelización de la inmigración. In: «Estudios Migratorios Latinoamericanos», 14 (1990), pp. 104-137.
- COLBACCHINI, Pietro. *Guida spirituale per l’emigrato italiano nella America del Sac. Pietro Cobacchini Miss. Apost.*, Milano, Officine Tip.-Lit. A. Bertarelli, 1896, in-32°, pp. 416, Lire 2,00.
- DE MARCHI, G. *Le nunziature apostoliche dal 1800 al 1956*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1957; e, FANTAPPIÈ, C. *Chiesa romana e modernità giuridica*. Tomo I: *Il Codex Iuris Canonici (1917)*. Milano: Giuffrè, 2008.

⁶⁰ Capitolo XIII. – Dell’economia e dell’avarizia, in *ibidem*, p. 298-299.

EGAÑA, A. de ***La teoría del Regio Vicariato Español en Indias***, Romae, Apud aedes Universitatis Gregorianae, 1958.

DE' LIGUORI, Alfonso. **Del gran mezzo della preghiera per conseguire la salute eterna e tutte le grazie che desideriamo da Dio**. Opera teologico-ascetica del rev. padre d. Alfonso De' Liguori... Utilissima per ogni genere di persone..., Napoli, Nella Stamperia di Giuseppe Di Domenico, 1759.

DORDONI, A. I libri di devozione dell'Ottocento (con particolare riferimento alla produzione milanese): proposte per una lettura critica, "Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche", 1 (1994), pp. 59-102.

DORDONI, A. I libri di devozione nell'800: una lettura critica. In: **Chiesa e società a Bergamo nell'Ottocento**. Milano: Glossa, 1998, p. 203-234.

GONZÁLES, R. Iglesia e inmigración en la Argentina, 1810-1914. In: **La immigración en la Argentina**. Tucumán, Universidad Nacional de Tucumán, 1979.

LE GOFF, J. **Tempo della Chiesa e tempo del mercante**, Torino, Einaudi, 1989.

MARCOCCCHI, M. Le dimensioni educative nella letteratura di pietà. In: Pazzaglia, L. (ed.), **Cattolici, educazione e trasformazioni socio-culturali in Italia tra Otto e Novecento**. Brescia: La Scuola, 1999, p. 189-209.

MARCOCCCHI, M. *Spiritualità e vita religiosa tra Cinquecento e Novecento*. Brescia: Morcelliana, 2005, p. 283-322.

MEERSSEMAN, G. G. Il tipo ideale di parroco secondo le riforma tridentina nelle sue fonti letterarie. In: **Il Concilio di Trento e la riforma tridentina**. Atti del Convegno storico internazionale (Trento, 2-6 settembre 1963). Roma-Freiburg-Basel-Barcelona-Wien: Herder, 1965, 2 voll., I, pp. 27-44.

PETROCCHI, M. **Storia della spiritualità italiana**. Torino: SEI, 1996², p. 212-214.

RAGONE, G. La letteratura e il consumo: un profilo dei generi e dei modelli nell'editoria italiana (1845-1925). In: ASOR ROSA, A. (dir.), **Letteratura italiana. II. Produzione e consumo**. Torino: Einaudi, 1983, p. 687-733.

ROSOLI, G. L'opera di assistenza tra gli emigrati dei missionari scalabriniani in America Latina. In: **L'EMIGRAZIONE ITALIANA 1870-1970**. Atti dei colloqui di Roma 19-20 settembre 1989; 29-31 ottobre 1990; 28-30 ottobre 1991; 28-30 ottobre 1993. Roma: Ministero Per i Beni e Le Attività Culturali, 2002.

SCARPIM, F.A. Um guia para a saúde do corpo e da alma: o ideal de catolicidade proposto pelo Padre Pietro Colbacchini para imigrantes italianos, in «Rever», 15 (2015), n. 1, pp. 93-110; e Id., **A atuação do missionário scalabriniano Pietro Colbacchini e o confronto entre o catolicismo brasileiro e imigrante no final do século XIX**, comunicação no XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis (Brazil) 27-31 de julho de 2015.

SANI, R. Tra società di massa e totalitarismo fascista. Il rinnovamento dell'editoria e della pubblicistica educativo-popolare cattolica tra le due guerre.

In: PAZZAGLIA, L. (ed.) Chiesa, cultura ed educazione in Italia tra le due guerre. Brescia: La Scuola, 2003, p. 329-357.

SANI, R. "Ad Maiorem Dei Gloriam". *Istituti religiosi, educazione e scuola nell'Italia moderna e contemporanea.* Macerata: Eum, 2009.

SANI, R. Spiritualità e ideali di vita religiosa in Francia e in Italia tra Rivoluzione e Restaurazione. In: "Annali della Facoltà di Scienze della Formazione – Università di Macerata", I, 2004, 1, p. 337-355; e Id., Religious Congregations, Education and School in Italy in the Nineteenth Century. In: "Historia y Memoria de la Educación", IV, 2016, p. 85-106.

SANI, R. Indirizzi spirituali e proposte educative dei nuovi Istituti religiosi dell'Ottocento in area lombarda, in Id., **Chiesa, educazione e società nella Lombardia del primo Ottocento. Gli Istituti religiosi tra impegno educativo e nuove forme di apostolato (1815-1860).** Milano: Centro Ambrosiano, 1996, p. 77-138.

SCALABRINI, G.B. L'emigrazione degli operai italiani. In **Atti e Documenti del XVI Congresso Cattolico Italiano tenutosi in Ferrara nei giorni 18-21 aprile 1899.** Venezia: Tip. Patriarcale già Cordella, 1899; agora In: La società italiana di fronte alle prime migrazioni di massa. Il contributo di Mons. Scalabrini e dei suoi primi collaboratori alla tutela degli emigranti, numero speciale di "Studi Emigrazione", V, 1968, p. 11-12, p. 295-301.

SORGE, G. **Il Padroado regio e la S. Congregazione De Propaganda Fide nei secoli XIV-XVII, Bologna, CLUEB, 1985.**

PAIVA, J. P. **Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.

TRANIELLO, F. La cultura popolare cattolica nell'Italia unita. In: S. Soldani, G. Turi (eds.), **Fare gli italiani. Scuola e cultura nell'età contemporanea. I. La nascita dello Stato nazionale.** Bologna: Il Mulino, 1993, p. 429-458.

ZAGONEL, C.A. **Igreja e imigração italiana.** Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.



Missionários católicos e o processo de escolarização da infância imigrante nas colônias italianas do Paraná

Elaine Cátia Falcade Maschio

Introdução

O objetivo deste estudo é analisar a atuação dos missionários católicos da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu para os Italianos Emigrados, na organização do processo de escolarização nas colônias italianas do Paraná, no Brasil. Por meio dos registros pessoais, da escrita epistolar e dos relatórios oficiais da Instrução Pública do Paraná, buscou-se compreender as recomendações e ações desses sacerdotes, no processo de educação e moralização da infância imigrante. O período recobre o ano de 1887, marcado pela chegada do primeiro missionário católico ao Paraná, Pietro Colbacchini, com o objetivo de atender espiritualmente às colônias italianas e se estende até 1930, quando ocorreu uma significativa reconfiguração das escolas católicas, em função do processo de nacionalização compulsória do ensino.

Sob a perspectiva da História Cultural, efetuou-se a análise documental composta por um conjunto de fontes produzidas pelos próprios religiosos. Trata-se de homilias publicadas, manuais, relatórios, assim como correspondências oficiais entre os missionários e os representantes do governo paranaense. Do mesmo modo, a pesquisa lançou mão de uma escrita epistolar, mais precisamente de um acervo de cartas, ou seja, de correspondências pessoais enviadas e recebidas pelos religiosos.

Para fundamentar esse campo empírico, as análises de Certeau (2008) subsidiaram o entendimento da Igreja, neste sentido representada

pelos seus missionários, que se constituiu como lugar de poder de onde emanaram os ideais de formação de uma infância imigrante católica. As contribuições de Berger (1995) foram fundamentais para compreender a concepção de catolicidade como mantenedora da ordem social e da moral das colônias italianas. As contribuições de Elias (1994), por sua vez, auxiliaram a pensar na educação e, consequentemente, na organização da escolarização nas colônias, como um componente civilizador da infância. Por meio dela, se pretendia a moralização dos costumes, a inculcação de valores e a definição de comportamentos ideais para a formação de uma infância imigrante católica.

As recomendações e os ofícios religiosos, empreendidos pelos padres, ajustados ao catolicismo conservador do modelo tridentino de Igreja Católica e Apostólica Romana, que baseava-se nas orientações do Concílio de Trento, ocorrido no século XVI, conforme assevera Machioski (2018), ditaram as regras da vida imigrante nas colônias. Na concepção dos missionários scalabrinianos, era preciso cercear a vida da família, ordenando seu comportamento e atrelando sua vivência em comunidade às práticas católicas romanizadas. Esse entendimento se estendia à criança. Por isso, os religiosos exerceram forças no atendimento da catequese, na criação de escolas católicas, e no reordenamento da escola pública das colônias. Assim, prezavam por uma escola que ensinasse os idiomas italiano e português, mas principalmente a doutrina cristã.

Esse pensamento sobre o alcance da escolarização, no processo de formação de uma infância católica, foi sentido significativamente nos registros do Pe. Pietro Colbacchini, no curto período em que assumiu o cargo de inspetor paroquial das escolas nas colônias italianas do Paraná, em fins do século XIX. Na impossibilidade de criar escolas confessionais, operou o controle das escolas públicas nas colônias, por meio da indicação ou dispensa de professores, na proposição de saberes e condutas a serem ensinadas nesses espaços. Combateu a nomeação de professores brasileiros para as escolas de imigrantes, indicando para o magistério colonos que se destacassem nas comunidades como católicos comprometidos com a prática da fé. Fez sua voz chegar ao governo do estado, ao assumir a função de inspetor paroquial das escolas italianas, contribuindo na constituição da escolarização naquelas regiões de colonização. Por outro lado, muitos desafetos e conflitos foram gerados, por assumir uma postura intransigente diante das ameaças à fé católica. Travou embates com indivíduos italianos de pensamentos liberais, os quais mantinham centros de instruções laicos na região central e nos

arredores da cidade de Curitiba, onde se localizavam as colônias de imigrantes.

Boa parte dos imigrantes italianos que chegaram ao Paraná, ainda no final do século XIX, professava a fé católica. Destarte, enviar seus filhos às escolas confessionais era, além de uma boa alternativa frente à falta ou ao insucesso da escolarização pública da época, uma forma de reafirmar a identidade étnica do grupo, por meio da manutenção da língua e da religiosidade.

Nesta direção, a educação católica teve significativa repercussão nas colônias italianas de Curitiba. Cumpre notar que os colonos depositavam nas congregações religiosas absoluta confiança na formação de seus filhos. No reduto das colônias, as escolas católicas, principalmente aquelas dirigidas pelas congregações religiosas femininas, atuaram de forma relevante no processo de escolarização da infância imigrante italiana e de seus descendentes. De modo geral, elas localizavam-se ao lado das paróquias e capelas; eram dirigidas por uma congregação religiosa feminina e funcionavam regularmente com um número muito avultado de crianças, em comparação às matrículas das escolas públicas – em média, era mais de cem alunos, a maioria de origem italiana.

Cabe lembrar que a educação católica dos imigrantes italianos fazia parte de um plano amplo da Igreja Católica e Apóstolica Romana. A ideia de estabelecer escolas católicas nas colônias foi parte do projeto do bispo de Piacenza, Giovanni Battista Scalabrini, fundador da *Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu para os Italianos Emigrados*, criada na Itália, no dia 27 de janeiro de 1887. Ao pretender assistência religiosa aos emigrados italianos, Scalabrini visualizou o poder da escolarização para o ensino e a disseminação da doutrina católica e para a promoção de vocações para a Igreja. O objetivo do religioso foi, por meio da educação escolar, ensinar a catequese, as primeiras aprendizagens da leitura, escrita e cálculo, a promoção das vocações religiosas e sacerdotais e, ainda, a reaproximação dos emigrados à pátria distante, fortalecendo os laços e o sentimento de italianidade.

Assim, o interesse pela escolarização católica, por parte dos imigrantes, garantiu a consolidação de uma rede de escolas católico-italianas, já nos primeiros anos de constituição das colônias italianas. Não obstante a precariedade e a ineficácia do ensino oferecido no período pelas escolas públicas paranaenses, a conveniência, em assegurar uma educação católica aos filhos foi amparada pela conservação dessas instituições. Desse modo, as escolas católicas foram mantidas de

forma compartilhada pela Igreja católica, pelos colonos, pelo estado paranaense e, ainda, em alguns casos, pelo governo italiano.

Portanto, foi sob a égide da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu, os scalabrinianos, que a tarefa de catequizar, educar e organizar a escolarização dos filhos dos imigrantes italianos foi desempenhada no além-mar.

Os missionários scalabrinianos e a criação de escolas católicas nas colônias italianas do Paraná

A criação de escolas católicas nas colônias se constituiu como uma alternativa eficaz frente à ausência ou mesmo o insucesso da escolarização pública da época. Em menor número, as escolas comunitárias foram as primeiras modalidades de escolarização a serem criadas nas colônias. Geralmente, eram escolas que nasciam de iniciativas das próprias comunidades, com a mediação de uma autoridade local – e neste caso, dos sacerdotes italianos – e que, com o passar do tempo, poderiam, ou não, tornar-se públicas. Já as escolas paroquiais e os colégios criados e regidos por sacerdotes italianos de diferentes ordens – escolas católicas ou confessionais – ampararam a manutenção do *ethos* católico do grupo de imigrantes italianos, principalmente porque fortaleceram os laços de identificação por meio da língua e da doutrina.

Ademais, essas escolas católicas apresentavam um número avultado de crianças, tendo em vista que os colonos depositavam nos missionários absoluta confiança na formação de seus filhos. Considerados autoridade fundamental na articulação da vida comunitária nas novas terras, tinham competências para ouvir, reunir e orientar as famílias, atender aos doentes, administrar os sacramentos, celebrar a Missa, transmitir o Evangelho e mediar conflitos. Desse modo, a infância também foi regrada pelos conselhos dos sacerdotes, os quais exerceram forças na criação e organização de escolas católicas nas colônias, bem como no fortalecimento do ensino da catequese, para arregimentar vocações religiosas e leigas.

O primeiro missionário a estabelecer escolas comunitárias nas colônias italianas, no Paraná, foi o Pe. Pietro Colbacchini. Nasceu em 11 de setembro de 1845 em Bassano Del Grappa, na província de Vicenza-Itália, região do Vêneto. Ingressou na Ordem da Companhia de Jesus com 18 anos e ordenou-se padre em 26 de julho de 1869 com 24 anos, e permaneceu por 15 anos em serviço pastoral na Itália. Quando manifestou interesse em vir ao Brasil, para oferecer assistência

religiosa aos imigrantes italianos, não recebeu aprovação da Companhia de Jesus, abandonando-a.

Conforme Azzi (1987), ainda na Itália tentou reunir missionários para atuar na América junto aos emigrados, procurando fundar uma congregação própria, para oferecer assistência religiosa aos imigrantes italianos. Contudo, tomou conhecimento de que, na Itália, a Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu para os Italianos Emigrados havia sido criada com o mesmo propósito. Solicitou ao fundador daquela congregação, Giovanni Baptista Scalabrini, sua admissão. Assim, como afirma ainda Azzi, conseguiu autorização da Sagrada Congregação de Propaganda Fide na América para atuar como missionário apostólico. Emigrou para o Brasil em 1884, estabelecendo-se primeiramente em São Paulo, onde permaneceu por alguns anos.

No Paraná, estabeleceu-se no Núcleo Colonial Dantas, na paróquia do Bairro Água Verde em Curitiba e foi nomeado o principal responsável pela missão scalabriniana no estado. Como missionário, atendia aos seguintes núcleos coloniais: Dantas (Água Verde), Santa Felicidade, Alfredo Chaves, Antonio Rebouças, Campo Comprido, Santa Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra, Murici e Zacarias. Todas faziam parte da Capelania Curata Italiana, criada para dar assistência religiosa aos imigrantes italianos, estabelecida na Capela da Colônia de Santa Felicidade.

Muito embora não tenha deixado de lado todo o ensinamento recebido da Ordem Jesuítica, entrava em contradição com a vertente católica liberal – da qual se enquadra a Congregação dos Scalabrinianos –, negando a integração entre a catolicidade e a italianidade. Cumpre notar, que em documentos e na própria literatura sobre o missionário, pode-se localizar que esse padre era conhecido como “o feroz Jesuíta” e não como um missionário scalabriniano, que buscava conciliar a italianidade e a fé católica, na assistência aos emigrados.

Entre os anos de 1888 a 1889, o missionário Pietro Colbacchini recomendou a abertura de escolas comunitárias nas colônias de Água Verde, Santa Felicidade, Ferraria, Alfredo Chaves e Antonio Rebouças. Na colônia Antonio Rebouças, Colbacchini informou que o missionário scalabriniano Pe. Francesco Bonato já mantinha uma escola paroquial, apenas endossava a indicação do sacerdote como professor:

Na colônia de Antonio Rebouças que contém 80 famílias, que poderão aproveitar da escola, proponho como professor o Reudo.

Francesco Bonato que ali reside e que esta insinando. Porém, tendo lhe de 15 em 15 dias o serviço a prestar a Colônia Mendes, elle não poderia assistir regularmente todos os dias a escola, achando-se impedido um dia por semana (PARANÁ, 1889, p. 28).

Pe. Francesco Bonato foi o segundo missionário italiano a fixar-se nas colônias italianas, tendo como seu superior o Pe. Pietro Colbacchini. Pe. Bonato nasceu em 28 de novembro de 1853 em Olieiro, na província de Vicenza-Itália, região do Vêneto. Ingressou na vida religiosa aos 24 anos de idade, sendo ordenado sacerdote em 29 de março de 1884. Emigrou para o Paraná em 1888 e foi admitido como sacerdote na Diocese, assumindo a função de capelão na colônia italiana de Antonio Rebouças, onde sua família (irmã e sobrinhos) já haviam se estabelecido há alguns anos. A exemplo do seu superior Colbacchini, Bonato enviou uma carta ao bispo de Piacenza, Giovanni Baptista Scalabrini, solicitando sua admissão na Congregação Scalabriniana para atuar como missionário junto aos imigrantes italianos (MACHIOSKI; GABARDO, 2013).

Nessa condição, Pe. Francesco Bonato manteve estreitas relações com o Pe. Pietro Colbacchini, este último frequentemente o examinava e o orientava na missão. Em uma das muitas cartas enviadas a Francesco Bonato, datada de 2 de junho de 1888, Pe. Pietro Colbacchini descreveu como deveria ser a atuação do Pe. Francesco Bonato nas colônias italianas sob sua tutela. De modo geral, os aspectos apresentados revelam como era a representação do sacerdócio pelo próprio missionário.

Lo spirito di umiltà di obbedienza, di abnegazione, di sacrificio è quello che forma il Sacerdote e che santifica le opere del suo ministero. Parlare poco cogli uomini e molto con Dio; ispirar confidenza, senza lasciar adito a mancar del rispetto dovuto alla dignità di Sacerdote. Essere indulgente senza debolezza; inflessibile al dovere, senza offendere; amar tutti in Dio e per Iddio, senza distinzione; prediligere i fanciulli ed i vecchi; essere cortese senza affettazione; parlar bene di tutti, e mai di se stesso; deliberare, dopo preso consiglio da Dio; Esaminare, almeno una volta al giorno la propria coscienza, per tenere i conti in chiaro; Condire di prudenza lo zelo, ed offerire a Dio il desiderio quando non si possono le opere. Star sempre allegro senza dissipazione; non visitar le persone senza un fine di ministero; far conto del tempo, più che del denaro; leggere vite di Santi Sacerdoti, per ammirare e per imitare ecc. ecc. Nell'imitazione di Cristo, nel Tesoro del Sacerdote ed in altri libri troverete le regole e le spiegazioni. Sic fac et vives (TERRAGNI, 2016, p. 199).

É possível observar que as crianças, assim como os idosos, deveriam receber atenção especial na assistência pastoral. E esse aspecto foi amplamente desenvolvido pelos missionários que atenderam as colônias italianas paranaenses, pois a catequese e a organização de escolas se configuraram entre as principais ações dos missionários scalabrinianos.

Quadro 1 – Relação dos missionários italianos e das respectivas escolas criadas

Localidade	Tipo	Missionário responsável	Ano de criação
Água Verde	Comunitária	P. Pietro Colbacchini	1888
Santa Felicidade	Comunitária	Pe Pietro Colbacchini	1888
Ferraria	Comunitária	Pe Pietro Colbacchini	1889
Alfredo Chaves	Comunitária	Pe Pietro Colbacchini	1889
Antonio Rebouças	Paroquial	Pe Francesco Bonato	1889
Antonio Rebouças	Paroquial	Pe Giovanni Baptista Bergia	1903
Água Verde	Paroquial	Pe Natal Brusasco	1911
Paranaguá	Paroquial	Pe Giuseppe Adamo	1920
Santa Felicidade	Paroquial	Pe Silvano Giuliani	1921

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de relatórios dos secretários do Interior, Justiça e Instrução Pública, dos anos de 1880 a 1930.

Ademais, essa postura pastoral dos missionários foi fundamental, para disseminar o processo de romanização em terras brasilerias, onde prevalecia o catolicismo luso, marcado por práticas diversas daquelas já cristalizadas no imaginário social dos colonos desde seu país de origem, sobre o exercício da fé católica. Sendo assim, reivindicaram a presença de sacerdotes italianos desde os incipientes momentos de instalação nos lotes. Capelas e escolas foram as primeiras construções a serem viabilizadas (MASCHIO, 2012). Submetiam-se aos sacerdotes no encaminhamento da vida comunitária nas colônias; todavia, havia muitos colonos que subvertiam os imperativos dos missionários e, ainda que de forma velada, transgrediam suas ordens (MACHIOSKI, 2018).

No ano de 1903, tem-se o registro de que, na Antonio Rebouças, a escola paroquial passava a ser dirigida pelo missionário scalabriniano Pe. Giovanni Baptista Bergia, mas afora o registro oficial do Relatório da Instrução Pública do Paraná, nada se sabe sobre o funcionamento desta escola. Contudo, cumpre ressaltar que, dentre os anos de 1905 a 1906, esse sacerdote havia atuado na região denominada Rondinha, que

agregava as colônias italianas de Mariana, Balbino Cunha, Mendes de Sá e Antonio Rebouças, nos arredores da capital Curitiba. O Pe. Giovanni Baptista Bérgia nasceu em 19 de fevereiro de 1875 em Andorno na Província de Cúneo-Itália, região do Piemonte. Foi ordenado padre em 7 de junho de 1902 pelo próprio bispo de Piacenza, Giovanni Battista Scalabrini, sendo enviado imediatamente depois à missão no Paraná, Brasil, permanecendo até 1905 na colônia de Santa Felicidade. (RIZZARDO, 1990, p. 145).

Além de estabelecer escolas paroquiais, os missionários italianos também mobilizaram a criação de escolas católicas, empreendendo esforços para a entrada da congregação feminina *Suore Apostole Missionarie del Sacro Cuore di Gesu*, criada na Itália por Clelia Merloni, em 1894. Cumpre ressaltar também a figura do missionário scalabriniano Pe. Francesco Brescianini, que, embora não tivesse sob sua direção nenhuma escola, foi o responsável pela abertura da primeira escola católica regida por uma congregação feminina italiana no Paraná. Em 23 de outubro de 1895, o Pe. Francesco Brescianini, que residia na colônia de Santa Felicidade, escreveu uma carta ao Bispo Giovanni Batista Scalabrini, seu superior em Roma, informando:

Além dessas obras ficava ainda a fazer a mais útil e necessária, ou seja, uma escola italiana para a juventude em aumento. Mas como fazer sem meios? Diante de tal necessidade, longe de desencorajar-me, tomei força, e obtida a permissão para fundar a casa para as irmãs e a escola por parte do meu superior D. Sacalabrini e do bispo da diocese D. José de Camargo Barros, comprei a terra próxima a igreja, que era de um tal Smaniotto, e comecei a construir uma grande casa para as irmãs e para as aulas. Quanto ao dinheiro, parte era da congregação, e parte era meu, recebido dos colonos, prestando-lhes por vários anos o serviço de médico. Os colonos não viam com bons olhos tal obra, que deveria ser de tanto benefício, porque não conheciam a importância; assim, com exceção de duas ou três famílias, não ajudaram. Alguns maldosos, aliás, insuflados pelo gênio do mal, começaram a dizer que a casa ia cair, mas a obra de Deus não cai (AZZI, 1987, p. 280).

Pe. Francesco Brescianini nasceu em 10 de dezembro de 1856 em Palazzolo sull’Oglio na Província de Brescia-Itália, região da Lombardia. Ordenou-se sacerdote em 31 de maio de 1893, tendo dois anos depois partido para o Paraná, Brasil, ajudar a missão scalabriniana junto aos

missionário Pietro Colbacchini e Francesco Bonato (RIZZARDO, 1990, p. 70). Conforme Rizzardo, ao analisar as memórias do religioso, encontrou que, no final de 1900, quando o prédio que sedaria a escola ficou finalizado, o missionário Pe. Breschianini foi pessoalmente à Itália buscar as *Suore Apostole Missionarie del Sacro Cuore di Gesù*, para dar início aos trabalhos escolares na colônia de Santa Felicidade.

Quando la casa era quasi finita, io, con pochi soldi confidando nella Provvidenza di Dio, sono andato in Italia per portare la Suore Apostole Missionarie del Sacro Cuore di Gesù. In Italia, ho dovuto chiedere carità per fare il viaggio, così come per acquistare oggetti indispensabili per la scuola. Dal governo italiano ho ricevuto il materiale per la scuola e il sussidio annuale di mille lire per le sorelle. Quando tutto era pronto e dopo aver ottenuto dalla Società di Navigazione una riduzione del 50%, ho lasciato Piacenza, benedetto dal mio superiore, con Maximo Rinaldi, che viaggiò fino a Rio Grande do Sul, e le quattro sorelle che vennero a Paraná (RIZZARDO, 1990, p. 72).

O fragmento possibilita adentrar no esforço dos missionários para o estabelecimento das escolas católicas nas colônias, a fim de consolidar o projeto do fundador. Dentre os objetivos da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu, estava o desenvolvimento da educação da infância, por meio do ensinamento da doutrina da fé católica, dos saberes elementares da leitura, escrita, do cálculo, assim como da História e da Geografia da Itália.

Conservar acesa nos corações a fé dos nossos pais e, renovando as esperanças imortais na vida eterna, educar e elevar o seu senso moral; pois – não se deve esquecê-lo – o único tratado de ética do nosso povo, felizmente, é ainda o decálogo. Ensinar na escola, junto com as primeiras noções da matemática, a língua materna e um pouco de história nacional, para manter ativo nos irmãos distantes o amor à pátria e ardente o desejo de revê-la (SCALABRINI, 1979, p. 119).

Em 1911, se estabeleceu na colônia de Umbará o missionário scalabriniano Pe. Claudio Morelli e, a partir daquele período, foi responsável pela abertura de uma escola católica regida pelas irmãs italianas. Padre Claudio nasceu em 8 de novembro de 1881 em Piacenza-Itália, região da Emilia Romagna. Foi ordenado sacerdote em

novembro de 1896 também pelo fundador da Congregação Carlista, Bispo de Piacenza, Giovanni Battista Scalabrini. Chegou no Brasil um ano depois, atuando primeiramente no Instituto Cristovão Colombo em São Paulo. Fixou-se no Paraná, somente em 1906, para atuar na região de Rondinha, que agregava quatro colônias italianas, substituindo o missionário Pe. Giovanni Baptista Bérgia. Antes de se fixar na colônia de Umbará, permaneceu entre os anos de 1908 a 1911 em uma missão indígena na região de Tibagi, no interior do estado (RIZZARDO, 1990, p. 169).

Na colônia de Santa Felicidade, uma escola católica dirigida pelo missionário scalabriniano Pe. Silvano Giuliani, em 1921 foi o último registro localizado sobre a atuação dos sacerdotes italianos no processo de catequese, educação e escolarização nas colônias paranaenses. Pe. Silvano nasceu no dia 31 de maio de 1874 em Verona-Itália, região do Vêneto. Ordenou-se sacerdote na Diocese de Verona em 1900, mas ingressou na Congregação Carlista somente em 1912. Veio ao Paraná para substituir o Pe. Giovanni Morelli na região de Rondinha, em 1914. Permaneceu no atendimento das quatro colônias italianas da região até 1919, quando foi transferido para a colônia de Santa Felicidade. Conforme suas memórias reveladas por Rizzato, uma das principais dificuldades que encontrou na sua missão, no Paraná, foi sem dúvida a “ignorância da juventude”, por isso dedicou-se com vigor na catequese das crianças (RIZZARDO, 1990, p. 238).

Ações e recomendações do Pe. Pietro Colbacchini na organização do processo de escolarização da infância imigrante

Pe. Pietro Colbacchini escreveu, além de muitas cartas, uma *Guida spirituale dell'emigrante italiano* e dois longos relatórios. Um destes, tratava sobre os imigrantes, foi escrito em Curitiba e enviado, em outubro de 1892, ao Marquês João Baptista Volpe Landi, de Piacenza, presidente da Sociedade Italiana de São Rafael. Foi publicado no volume de Francesco Macola, “L'Europa alla Conquista dell' Merica Latina”, Venezia, Ongaria, em 1894, e transcrito no livro *La Società Italiana di fronte alle prime migrazione di massa*, Studi Emigrazione, páginas 327 a 340. O outro relatório foi enviado, em 1895, ao ministro do Exterior da Itália e publicado no volume supracitado, nas páginas 345 a 393. Estes foram escritos quando do seu retorno a Bassano Del Grapa, em 1894, para recuperar a saúde, depois de muitos embates travados no árduo trabalho de assistir os imigrantes em terras paranaenses. Condição que lhe rendeu muito atritos e desafetos, principalmente contra os liberais

italianos. Em setembro de 1896, quando retornou ao Brasil, se dirigiu ao Estado do Rio Grande do Sul, onde auxiliou na fundação da colônia de Nova Bassano, lugar no qual faleceu cinco anos depois.

A presença do catecismo no conjunto dos ensinamentos ministrados pela escola primária naquele período, muito embora a escola brasileria tenha se tornado, compulsoriamente, laica com a Proclamação da República, evidenciava o potencial civilizador da escola, a partir do viés cristão. Mas, para o missionário Pietro Colbacchini não bastava a presença do catecismo na escola. Ele prezava por um movimento no interior das famílias, na formação de uma infância católica. Ademais, concebia uma escola nas colônias em Língua Italiana e, ainda, que o ensino da língua nacional fosse ministrado, preferencialmente, por um imigrante católico que dominasse aquele idioma.

Assim, Pietro Colbacchini atuou na assistência aos colonos, interferindo na formação e educação da infância imigrante, por meio de recomendações e intervenções. O religioso considerava o ensino escolar um elemento importante para a manutenção da moralidade pública, como complemento da formação do homem católico. Ele reclamava das escolas públicas e procurava, o quanto podia, fazer com que os colonos evitassem o envio de seus filhos a escolas dirigidas por professores brasileiros, que não fossem adeptos da fé católica.

Em uma carta enviada ao Mons. Spolverini, Internuncio Apóstolico da Congregação Scalabriniana em Roma, datado de outubro de 1889, o Pe. afirmava que as escolas particulares nas colônias italianas apresentavam melhores resultados, em relação às escolas públicas. Contudo, a maioria das crianças imigrantes frequentava escolas públicas mantidas pelo governo local, em função da existência de pouquíssimas escolas particulares italianas.

Quanto à escola, deve-se dizer que em alguns núcleos o próprio governo pagou os professores, brasileiros ou italianos, mas com pouco resultado. Nas colônias italianas, ainda não vi escolas bem conduzidas, e julgo que também esta obra deve ficar sob a dependência e solicitude dos missionários. Em algumas colônias foram feitas e fazem-se escolas privadas, as quais são também muito freqüentadas e dão melhores resultados que as escolas governamentais (COLBACCHINI, 1988, p. 76).

Cumpre notar que a educação católica dos imigrantes fazia parte do projeto do bispo de Piacenza, Giovanni Battista Scalabrini, fundador da

Congregação de São Carlos Borromeo ou Congregação dos Missionários de São Carlos para os Italianos Emigrados, criada na Itália no dia 27 de janeiro de 1887, da qual o missionário se afiliava.

Em carta ao Mons. Scalabrini, no dia 11 de novembro de 1889, Colbacchini considerava a precariedade das condições, ao estabelecer a obra de evangelização nas colônias italianas no Paraná. Enfatizava que era preciso arregimentar bons pais e bons professores, para que a obra fosse dilatada:

Ho letto con molto piacere il promettente sviluppo della ns. missione nell'America del Nord. Noi non possiamo dir tanto, ma per le circostanze critiche in cui ci troviamo possiamo e dobbiamo star contenti di quanto ha fatto e sta facendo a mezzo nostro il Signore fra questi italiani. Sedici cappelle si eressero nel giro di tre anni, superate gravissime difficoltà, e tutte fornite del necessario; la fede dei nostri fattasi viva da morta che era, la pietà coltivata, i costumi corretti, la pace domestica e la vita comoda sottentrante al disordine, al vizio ed alla miseria di molti. Noi poi dobbiamo lottare colla scarsezza dei mezzi, perché avessimo dato mano ad opere molto utili di scuole orfanotrofi ecc. se avessimo avuto il modo di avere i mezzi a superare le prime difficoltà. Anche i soggetti scarseggiano tra noi, da non saper trovare il tempo a tutto, causa specialmente la distanza dei luoghi ai quali di frequente dobbiamo accorrere. Con altri Padri e buoni maestri, si potrebbe dilatare la ns. missione e renderla più proficua, e pure col soccorso di mezzi materiali, che non possiamo pretendere da gente quasi tutta che si guadagna il pane col proprio sudore, e per di più così rozza da non comprendere che il Sacerdote deve essere provvisto da coloro che di lui hanno bisogno. E' con le elemosine delle Messe che noi ci manteniamo (TERRAGNI, 2016, p. 253).

Pais de famílias e professores seriam grande aliados na propagação da moral católica, auxiliando a missão tal qual o sacerdote ensejava. Distribuir entre bons cristãos o serviço da evangelização foi uma tática importante, visualizada pelo missionário, que alegava não ter condições de sozinho consolidar a tarefa. Arregimentar os pais para que ensinassem a doutrina e moldassem o comportamento dos seus filhos, ainda no embrião da família, foi uma ação privilegiada do trabalho do missionário em terras paranaenses.

Conforme Scarpim, dentre o conjunto de orientações dispensadas pelo sacerdote, destacava-se aquelas sobre as relações familiares. Para o missionário, os pais deveriam ser os guardiões da moral e dos bons

costumes, assim como da língua e da religiosidade. A Igreja católica lançou mão da família, para implementar suas propostas de romanização (SCARPIM, 2015, p. 102).

Uma das recomendações do missionário Pietro Colbacchini, escrita na *Guida spirituale dell'emigrante italiano*, foi dirigida aos pais, no sentido de preservar nas crianças a vida espiritual, livrando-as das tentações, armadilhas e ocasiões de pecado que a cidade e as distrações poderiam ocasionar na alma infantil:

Non si potrebbero scusare quei genitori che lasciassero vagare, sia pure col pretesto dela S. Messa, i loro figliuoli e figliuole nelle domeniche e nelle feste, essendo manifesti i pericoli a cui si troverebbero esposti, i quali, come molti sanno, non sono immaginari né di poca entità, ma reali e spesse volte gravissimi. Statevene adunque, nei giorni festivi, nelle vostre colonie e frequentate le vostre Chiese, che Iddio non vi domanderà conto delle S. Messe che non avete potuto ascoltare, ma sì della santificazione che avrete dato ai suoi giorni Santi. Tutti i genitori devono essere solleciti di mandare, o meglio condurre, i loro figliuoli alla dottrina cristiana, che in ogni festa deve aver luogo in tutte le Colonie, o per mezzo del Sacerdote, o mancando, per mezzo di zelanti persone. E non solamente i fanciulli fino a 10 o 12 anni, ma anche i più grandi dovrebbero intervenire a questo insegnamento cristiano, sia per il grande bisogno che ne hanno, attesa la loro ignoranza (per la scarsezza dei mezzi di religione), sia perché il catechismo non s'impara mai abbastanza, ed io ho sempre provato la più viva soddisfazione nel vedere che molti adulti, uomini e donne, regolarmente si trovavano alla dottrina cristiana, il che oltre che a loro grande bene, tornava a buon esempio e stimolo ai più bisognosi. Spero che la buona consuetudine continuerà e si estenderà anche in quelle colonie che su questo punto non meriterebbero la mia lode (COLBACCHINI, 1896, p. 31).

Da mesma forma, compreendendo a escola como extensão do lar, e o professor como a extensão da figura dos pais, Colbacchini se valeu das redes de sociabilidades, principalmente das autoridades locais, para atuar também na ordenação da escolarização pública das colônias. No dia 11 de dezembro de 1889, por ato do governo José Marques Guimarães, o missionário Pietro Colbacchini foi nomeado Inspetor das Escolas Coloniais Italianas. Ademais, pela Lei n. 962, as escolas primárias coloniais passariam a receber uma subvenção de 360\$000

réis para funcionar de acordo com o Regulamento do Ensino vigente (A REPÚBLICA, 1889, p. 1).

A nomeação de Colbacchini para o cargo de inspetor paroquial escolar foi amplamente comunicada aos seus superiores. Três cartas foram endereçadas contendo a notícia. O missionário vislumbrava tal função como uma oportunidade de ordenar a escolarização pública nas colônias, como colorário do sucesso da missão. A possibilidade de intervir nos processos de educação da infância foi demonstrado pela imensa satisfação pela assinatura daquele decreto.

A primeira carta foi endereçada ao superior da Casa Madre di Piacenza, P. Rolleri Bartolomeo, em 11 de nov. de 1889:

Ho scritto del favore che alla nostra missione dà il Presidente di questa Provincia, che venne a visitarci, e volle pubblicare nel giornale del Governo un atto di pienissima adesione di aggradimento e di ammirazione sulla nostra missione. Ho mandato il Giornale, ossia lo stralcio al R.mo Mr. Vescovo, e io pensava che sarebbe pervenuto anche a V. R. Lo stesso Presidente (come ho scritto da pochi giorni allo stesso Mons. Vescovo) mi affidò la direzione delle scuole che sta per istituire nelle principali colonie, coll'onorario di 2 lire e mezza al giorno ai maestri di mia scelta, promettendomi tutto l'appoggio della Provincia e del Governo per il migliore sviluppo della ns. Missione (TERRAGNI, 2016, p. 252).

A segunda carta foi enviada na mesma data ao Mons. Spolverini, Internuncio Apóstolico da Congregação Scalabriniana em Roma.

Qui le cose, Deo adjuvante, procedono a gonfie vele. Il Presidente della Provincia non potrebbe mostrarsi più affezionato a me ed alla Missione, nella quale molto confida. Pubblicò nel Giornale del Governo le sensazioni da lui provate nella visita che fece a questa Colonia di Agua Verde, mostrando il suo aggradimento e la sua ammirazione, e promettendo tutto il suo appoggio e quello della Provincia e del Governo generale per il maggiore sviluppo della nostra s. impresa. Egli mi ha anche dato segni che le sue parole non sono solo parole. Ora ha istituito le scuole salariate dal Governo, eleggendomi a Ispettore facendo che io stesso scegliesti il personale insegnante. Anche le altre Autorità locali mi mostrano molta stima e mi danno ajuti, almeno morali (TERRAGNI, 2016, p. 252).

E, finalmente, ao Mons. Giovanni Batista Scalabrini, em 21 novembro de 1889, comunicando que: "Di questi giorni ricevetti dal Governo la nomina di Ispettore Scolastico delle Scuole delle Colonie Italiane sovvenzionate dal Governo, e questo incarico, per niente gravoso, mi facilita in certe cose il ministero" (TERRAGNI, 2016, p. 253).

Em cinco de dezembro de 1889, Colbacchini escreveu novamente ao Pe. Rolleri comunicando orgulhalhar-se do controle que mantinha sobre o provimento dos professores, nas escolas coloniais. Mas, enfatizava seu caráter exigente, dizendo estar cansado com o trabalho da missão, e com dificuldades em encontrar professores e catequistas com as características apóstólicas desejadas para exercer a tarefa de educar as crianças na doutrina cristã.

Il lavoro cresce, e le forze scemano, in conseguenza apparisce il bisogno di nuovi operai, come ho scritto tante volte. Le scuole sono in mia mano ed ho scelto maestri di mia fiducia, ma con fatica ho potuto trovarne di idonei, se pur lo saranno. Per fratelli coadiutori sarà meglio non mandarne, almeno per ora, quando non fossero maestri e catechisti approvati (TERRAGNI, 2016, p. 254).

A vantagem daquele cargo foi, sem dúvida, o que possibilitou ao missionário eleger os professores para as escolas públicas, escolhendo somente aqueles que, segundo seu entendimento, tivessem uma boa conduta, e que, principalmente, fosse católico. Após assumir a função de inspetor paroquial das Escolas das Colônias Italianas, em meados de dezembro de 1889, o Pe. Pietro Colbacchini elaborou um relatório contendo a lista de indicações dos professores para as escolas coloniais. Cumpre notar que, em algumas colônias, as escolas já estavam em funcionamento, e o missionário não poupou esforços para substituir os professores que considerava terem pouca confiança para a função, justificando como habilidade docente à índole.

Na colônia Alfredo Chaves, que contem 70 famílias, tem questão por minha parte em propor como professor o senhor João Tosin homem abilitado e que já está insegnhando com muito proveito os meninos e as meninas da colônia. É verdade que ali mora uma moça filha do senhor Baitaca, professora com diploma que exerce o cargo antes abertura das escolas, mas posso lhe dizer que aquella escola não era freqüentada por nenhum menino ou menina da colônia, o bem da [?] e que o mesmo aconteceria

nesta occasião, por não ter os paes aquella confiança que teria não faria por entregar-lhe os seus filhos. Em quanto a moça eu não tenho nada em contrario a dizer (PARANÁ, 1889, p. 27-28).

A insatisfação com a “falta” de conduta do Prof. Giovanni Baptista Marconi também foi a justificativa para sua substituição:

Na colônia Novo Tyrol que contem 70 famílias e que muito deseja o professor o pretendente seria o Snr. João Baptista Marcon que funziona alguns annos como mestre na mesma colônia, mas a sua conduta que não é sã, me obriga a pedir a V. Excia. que a nomeação passe ao Snr. Luiz Thomas, homem abilitado e de costumes irrepreensíveis (PARANÁ, 1889, p. 29).

De outro modo, a indicação da professora italiana para a colônia de Ferraria, na região denominada Campo Comprido, foi alegada pelos méritos de ser casada e de comportamento irrepreensível:

Na colônia de Campo Comprido, contem 35 famílias das quaes os filhos poderão comodamente frequentar a escola e eu proporia a V^a Ex.^a a nomeação da senhora Thereza Borgo. Moça casada, de conducta irrepreensível e idonea ao cargo (PARANÁ, 1889, p. 30).

Em outro episódio, Pietro Colbacchini defendeu o colono italiano Francisco Zardo que exercia a função de professor, na colônia de Santa Felicidade, diante do inspetor distrital Albino Schimmelpfeng. O inspetor recusou-se a atestar a veracidades das informações e dos trabalhos desenvolvidos na escola, declaração necessário, para que o professor pudesse receber o vencimento. Assim, o próprio missionário elaborou uma declaração eloquente e elogiosa sobre Francisco Zardo, contendo informações sobre o número de alunos atendidos por ele naquela escola masculina. Em seguida, enviou ao governo e solicitou o pagamento do docente (PARANÁ, 1890, p. 37).

Considerando os interesses do Pe. Pietro Colbacchini como missionário nas colônias italianas no Sul Brasil – principalmente nos sete anos em que permaneceu no Estado do Paraná é possível inferir que o sacerdote atuou com força vigorosa na ordenação social e na moralização das colônias, assim como na consolidação e propagação da fé, como elemento central da assistência aos imigrantes. Manteve

comumente uma postura enérgica, autoritária e hostil a quem disseminasse doutrinas contrárias à fé católica. E, de certo modo, obteve apoio do governo paranaense para levar a missão adiante.

Em carta ao Mons. Giovanni Battista Scalabrini, em 20 de fevereiro de 1890, Colbacchini responde sobre a relação do governo brasileiro com a Igreja católica, em função das mudanças ocasionadas com a Proclamação da República, que separou o Estado da Igreja.

V. Eccell. R.ma mi chiede come la va in ordine alle relazioni del Governo colla Chiesa. Posso rispondere che: ottimamente, e cento volte meglio che prima. Il Governo in prima opponeva legami i più vergognosi alla Chiesa, facendo mostra di proteggerla; ora vennero tolti in tutto col decreto della separazione dello Stato dalla Chiesa. E' lasciata piena libertà ai Sacerdoti, e perfino alle Comunità Religiose; persino i Gesuiti che hanno in mano i più importanti Collegi del Brasile, non sono punto molestati! Le Autorità locali si mostrano rispettose e affezionate, e posso dire che mi trattano con ogni attenzione. Sono stato pregato di conservare il carico di Ispettore delle Scuole governative delle Colonie, e mi venne promesso tutto l'appoggio (TERRAGNI, 2016, p. 258).

Mas, apesar de Pietro Colbacchini sempre declarar ter boa relação com as autoridades do governo, sua figura foi alvo de perseguições, e sua atuação despertou desafetos entre as autoridades locais e uma boa parcela dos imigrantes italianos, especialmente aqueles considerados liberais e que mantinham escolas no centro da cidade de Curitiba (MASCHIO, 2012). Para o missionário, a escola deveria ser preservada de ideias que transgredissem a moral cristã, evitando o desvio das novas gerações à doutrina católica. Pela sua formação jesuítica, o Pe. Pietro Colbacchini representava a vertente conservadora da Igreja católica.

Assim, ele assumia uma postura intransigente diante daqueles que se opunham à doutrina católica. O pensamento conservador e autoritário do Pe. Pietro Colbacchini se apresentava claramente nas homilias e nos sermões. As falas do religioso sempre enérgicas denunciavam atitudes, comportamentos e ideias contrárias à sua fé. Por ter uma postura intransigente diante das ameaças à fé católica, muitos desafetos e conflitos foram gerados. Suas recomendações sobre a escola e sobre a organização da vida nas colônias não ecoaram totalmente favoráveis entre os seus. As autoridades não se submetiam aos seus imperativos, e os colonos transgrediam suas ordens. Travou

embates com indivíduos italianos de pensamentos liberais, os quais mantinham inclusive centros de instrução laica, motivo que o fizeram retornar à Itália, em 1894.

Considerações finais

A atuação dos missionários da *Congregação de São Carlos para os Italianos Emigrados* foi fundamental para a organização das primeiras escolas comunitárias e católicas nas colônias italianas no Estado do Paraná, Brasil. Criadas a partir da década de 80, do século XIX, essas escolas prezavam por uma escola que ensinasse as primeiras aprendizagens em Língua Italiana e Língua Portuguesa. Ademais, o ensino da doutrina cristã pela catequese, ocorrida no interior das instituições escolares, foi o foco principal da missão sobre a infância.

Considera-se que a maioria das famílias italianas emigradas acreditava na autoridade religiosa dos sacerdotes, sendo este, muitas vezes, o único conselheiro compatriota em quem era possível confiar. Os missionários scalabrinianos fixados no Paraná, Brasil, estabeleceram uma rede de assistência religiosa, iniciada com a chegada do primeiro deles – Pe. Pietro Colbacchini. Esse circuito constituído pelas idas e vindas de missionários italianos perpassou os anos em que as colônias se desenvolveram, por meio de um árduo trabalho apostólico, que procurava conciliar a defesa do Evangelho e o fortalecimento da *italianità*.

Assim, ainda que a maioria dos missionários scalabrinianos tivesse atuado na organização das escolas, certamente a figura emblemática de Pietro Colbacchini missionário merece ser destacada. Sua performance contribuiu de modo significativo para a constituição e expansão do processo de escolarização elementar, bem como, da moralização da família e da infância naquelas regiões coloniais. Para isso, as táticas das quais lançou mão, no curto período de tempo em que exerceu a missão junto aos imigrantes italianos, foram marcadas pela representatividade junto à comunidade, ao clero e ao governo. Criou escolas comunitárias, recomendou comportamentos, combateu a nomeação de professores brasileiros nas escolas públicas das colônias e indicou para o magistério colonos que se destacassem nas comunidades, como católicos comprometidos com a prática da fé. Por agir assim, desafetos e conflitos não puderam ser evitados, entre o missionário e boa parte da comunidade brasileira e italiana: professores; autoridades civis e religiosas, e até mesmo os próprios colonos.

Referências

- A REPÚBLICA. Órgão do Partido Republicano. Redator-chefe: Vicente Machado. Curitiba, 1889.
- AZZI, Riolando. **A Igreja e os migrantes**: os primórdios da obra escalabriana no Brasil (1884-1904). São Paulo: Edições Paulinas. 1987.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COLBACCHINI, Pietro. Le condizioni degli emigrati nello Stato di Paraná in Brasile. **Seção documentos**. Centro Studi Emigrazione. Numero Speciale (11-12), Roma, 1968.
- COLBACCHINI, Pietro. **Pastoral do imigrante**: um desafio para a Igreja do Brasil. Edições Loyola/CEPEHIB, 1989. (Coleção documentos).
- COLBACCHINI, Pietro. **Il guida spirituale per l'emigrato italiano nella América**. Milão: Officine Tip. Lit. A. Bertarelli, 1896.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.
- MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875-1930)**. Curitiba: UFPR, 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2012.
- MACHIOSKI, Fábio Luiz. **Uma luta ultramontana: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX (1886-1901)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2018.
- MACHIOSKI, Fábio Luiz; GABARDO, Diego. El pretin gobeto: a história de Padre Francesco Bonato, primeiro pároco de Colombo. In: MASCHIO, Elaine Cátia Falcade Maschio. **Memórias de uma colônia italiana Colombo Paraná (1878-2013)**. Porto Alegre: EST, 2013. p. 79-104.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Ofícios e requerimentos. 1880-1930**.
- TERRAGNI, Giovanni. **Pietro Colbacchini con gli emigrati negli Stati di S. Paolo, Paraná e Rio Grande do Sul (1884-1901)**: corrispondenza e scritti. Napoli: Gráfica Elettronica, 2016.
- SCALABRINI, Giovanni Batista. **A emigração italiana na América**. Trad. de Redovino Rizzato. Caxias do Sul: UCS, 1979.
- SCARPIM, Fábio Luis. Um guia para a saúde do corpo e da alma: o ideal de catolicidade defendido pelo padre Pietro Colbachini para as regiões de colonização italiana no Sul do Brasil. **Revista de Estudos da Religião**, ano 15, n. 1, p. 93-110, jan./jun. 2015.





Desamparo das crianças e a crucial concepção do Orfanato Scalabriniano na cidade de São Paulo

Eliane Mimesse Prado

Crianças e jovens no contexto da cidade paulistana

O abandono e a orfandade existiam na cidade de São Paulo por vários fatores, nem sempre relacionados à falta dos genitores dessas crianças. Muitos dos pequenos que foram encaminhados a algum dos muitos orfanatos na cidade, tinham como justificativa para sua estada – nem sempre temporária – a falta de um dos genitores. A sociedade aceitava com bons olhos a mãe que deixava seu filhos muito pequenos, aos cuidados de um orfanato religioso, para trabalhar e, assim, poder sustentá-los; ou um pai que não conseguisse cuidar de crianças pequenas e não tivesse filhas mais velhas que se responsabilizassem pelos mais novos; doenças também abatiam pais destas crianças; acidentes dentro ou fora do trabalho e mortes naturais. Os mais novos tornavam-se órfãos pelo infortúnio, não tinham outras opções. Quando a situação da orfandade não era suportável, a fuga seria uma saída. Há relatos de jovens que fugiram de algum local de acolhimento, por se sentirem maltratados, sem a devida liberdade; muitos desses se tornaram crianças e jovens que viviam nas ruas da cidade de São Paulo.

Essa pesquisa usou como fontes documentais primárias notas, notícias e matérias dos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*, legislações, regulamentos, escrituras, decretos e uma documentação organizada e produzida pela secretaria de governo denominada *Instituição Pública*, que tratava especificamente sobre o ensino no Estado de São Paulo, além de obras bibliográficas, porque documentos e testemunhos históricos podem ser adequados, no sentido

de ampliar as perspectivas de análise e dar voz às personagens, quando “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”, como escreveu Bloch (2001, p. 79). Os indícios foram rastreados para compor a história das crianças órfãs e abandonadas, em seu percurso, às casas de caridade da cidade que se tornava uma metrópole. Este foi o contexto de crianças que eram recolhidas das ruas em anos no século XIX.

A cidade recebeu um grande número de novos habitantes, o crescimento de sua população foi ampliado por várias vertentes diferentes: a chegada de imigrantes espontâneos de várias etnias, desembarcados no porto de Santos e direcionados para a capital do estado, em busca de melhores condições de vida; grupos de imigrantes, normalmente de uma mesma etnia, que estavam alocados nas fazendas de café, no interior do estado, e que, não se adaptando ao trabalho na lavoura, mudavam-se para a capital, em busca de outra atividade remunerada nas novas fábricas que eram inauguradas; e ainda existiam alguns grupos de imigrantes que apenas passavam pela capital e eram encaminhados ao interior do estado, para as fazendas de café ou aos núcleos coloniais, porque assinavam contratos com o governo para tornarem-se colonos.¹

Todos os imigrantes que desembarcavam no porto de Santos deveriam seguir de trem pela estrada de ferro *São Paulo Railway Company*.² Os passageiros desembarcavam na estação de trens existente ao lado da *Hospedaria dos Immigrantes*, no Bairro do Brás; a estação foi criada especialmente para facilitar o acesso dos passageiros. Lá os imigrantes ficavam hospedados por quarenta dias, para depois seguirem viagem para seus destinos, no interior do estado, para as fazendas de café ou para os núcleos coloniais, como descrito por Prado (2015a). Os indivíduos que não tinham destino certo poderiam permanecer alojados alguns dias, além do período obrigatório na própria hospedaria, até encontrarem um trabalho.

Antes da chegada à cidade destes novos moradores, São Paulo era provincial, acanhada, sofreu um grande revés com a demasiada população que desembarcava, cotidianamente, em suas ruas, como apresentou

¹ Os núcleos coloniais ou colônias para imigrantes, em São de Paulo, começaram a ser criados em 1820 no governo imperial e continuaram até 1933. Outras informações sobre os núcleos coloniais imperiais, provinciais ou estaduais podem ser lidas no capítulo sobre as escolas públicas e seus professores, nos núcleos de estrangeiros no Estado de São Paulo, em Prado (2014).

² A estrada de ferro *São Paulo Railway* (SPR) foi conhecida como *Inglesia*, por ter sido construída por engenheiros ingleses e, também, por *Santos-Jundiaí*, por unir as cidades de Santos e de Jundiaí. Outras informações a esse respeito estão em Mimesse (2010).

Cruz (2013, p. 46), “[...] muitos dos mais de 750 mil imigrantes entrados no estado entre os anos de 1886 e 1899 estabeleceram-se na cidade”. As chácaras que existiam nas redondezas da área central foram, aos poucos, tornando-se loteamentos e assim urbanizaram-se pela necessidade de acolher a nova população da cidade. O sistema de bondes elétricos funcionava na cidade movimentando a grande população.

Entre os anos de 1870 em que a cidade possuía 30 mil habitantes e os anos de 1907, quando abrigava uma população de 286 mil habitantes, seu crescimento populacional foi sem precedentes. As mudanças foram urbanas e econômicas, uma verdadeira explosão demográfica foi acompanhada pelo crescimento industrial. Os novos estabelecimentos comerciais multiplicaram-se. Entretanto, conforme Santos (2000), as condições de habitação não acompanharam o desenvolvimento econômico, “estimava-se que a terça parte das habitações existentes era composta de cortiços que, abrigando grande quantidade de pessoas por unidade, pode ter sido o tipo de moradia predominante na cidade”.

A precária situação das moradias e o aumento da população na capital possibilitaram a construção e o aluguel de novas habitações, o que gerou exploração no valor dos aluguéis dos quartos nos cortiços, segundo Fausto (1986). Ocorreu uma expansão momentânea nos imóveis populares localizados nos bairros centrais, nas baixadas e nas áreas alagadiças. As piores localizações geográficas tinham os terrenos de menor custo e, por consequência, as moradias com baixo valor no aluguel. Em alguns bairros, as pessoas uniam-se quando eram procedentes de uma mesma região,³ toda essa situação populacional criou várias outras necessidades estruturais para a cidade, não só com as casas populares, mas com o transporte, a falta de empregos nas fábricas, para a mão de obra disponível e a necessária ampliação no número de vagas em escolas públicas, para absorver o contingente de alunos.⁴

Nesses anos, realmente, muitas fábricas foram criadas na cidade. Porém, iam paulatinamente absorvendo a mão de obra de homens, mulheres e crianças. Neste contexto, pode-se levar em consideração a superprodução da safra paulista de café, ocorrida entre os anos

³ Ainda nota-se essa agregação – ocorrida no início da imigração – nos dias de hoje, quando são comemoradas as festas dos santos católicos, nos bairros centrais da cidade de São Paulo, onde as antigas igrejas das comunidades italianas permanecem unindo os fiéis. As festas reúnem milhares de pessoas nas ruas da cidade: Nossa Senhora Casaluce e São Vito Mártil, no Bairro do Brás; Nossa Senhora Achiropita no Bela Vista ou Bixiga e San Gennaro na Mooca. As paróquias disponibilizam páginas eletrônicas para informar sobre as festividades aos fiéis.

⁴ Sobre as escolas elementares subsidiadas italianas na cidade de São Paulo ver Prado (2015b) e Mimesse (2012).

de 1906 e 1907. Essa safra contribuiu para o êxodo da população trabalhadora interiorana, pela inviabilidade na plantação de novos cafezais, ocasionando a dispensa de amplo contingente de trabalhadores estrangeiros e nacionais, todos desempregados. De acordo com Pereira (2010), entre os anos de 1900 e 1915, o número de cotonifícios, moinhos de farinha de trigo, fábricas de chapéus, calçados, marcenarias e cerâmicas expandiu-se na cidade de São Paulo, a população e o consumo cresceram.

Com tamanha movimentação populacional, a cidade, necessariamente, tendeu à reurbanização. O discurso da nova ordem urbana interferiu nos valores dos imóveis, elevando o preço dos terrenos situados na região central, local onde estavam estabelecidos os operários. Muitas ruas deveriam ser desapropriadas, e as ruas centrais que faziam parte do centro velho era o local em que a especulação imobiliária circulava em alto tom. Entrou em vigor o novo *Código de Posturas Municipais* da capital, com a intenção de, efetivamente, reurbanizar a cidade. Não seriam mais aceitas ruas oblíquas, os edifícios teriam de seguir medidas exatas para cada pavimento e, principalmente, as moradias dos operários – os quartos dos cortiços – deveriam seguir novas regras quanto à higiene e ao espaço interno. Normalmente, muitas pessoas dormiam em um mesmo quarto dentro de um cortiço, esses quartos serviam como habitação para uma família, com cinco ou mais pessoas. Possivelmente, os quartos deveriam ser ocupados somente para dormir. Os adultos trabalhavam durante todo o dia, e as crianças poderiam frequentar a escola pública.

As escolas públicas funcionavam das 8h às 13h, conforme *Regulamento da Instrução Pública* da Província de São Paulo, ou ainda adequavam-se ao art. 103 “se razões de conveniência pública exigirem a alteração, o inspector geral a poderá autorisar”.⁵ As crianças brincavam e passeavam pelas ruas da cidade reurbanizada, o que parecia não ser agradável aos olhos da elite, porque essas eram as crianças maltrapilhas, emporcalhadas, que destoavam da beleza e da modernidade que estava sendo implantada na cidade do século XX. A imagem a seguir apresenta exatamente esta situação. Talvez o fotógrafo pretendesse retratar a padaria de Santa Teresa com o movimento de alguns de seus clientes, e as crianças que por ali passavam apareceram na imagem. É possível verificar que existem dois grupos de crianças na imagem: meninos

⁵ Os horários das aulas poderiam ser alterados para funcionarem das 11h às 16h, conforme os horários dos trens, como foram aprovados no núcleo colonial de São Caetano, segundo dados de Mimesse (2010).

trajados com chapéus, sapatos e casacos, que assumem determinada atitude e fazem pose para o fotógrafo, deveriam fazer parte do grupo dos clientes da padaria; outro grupo composto por meninas, esse todo junto, olhando para os meninos que se exibem para o fotógrafo. Estas crianças deveriam estar passeando pelas ruas, quando presenciaram a foto.

Figura 1 – Crianças em frente à padaria de Santa Teresa



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Em pesquisas efetuadas nos periódicos *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* pôde-se identificar reclamações das classes abastadas com relação ao excesso de crianças nas ruas. Essas queixas apontavam para a preocupação com seu destino e, também, com o transtorno que causavam, fazendo algazarras, cometendo pequenos furtos, criando tumultos e correrias pelas vias. Por estes motivos, foram criados locais para confinarem crianças e jovens, como forma de proteção e de punição.

Nesse mesmo sentido, as damas da sociedade promoviam doações e realizavam eventos benéficos em prol das crianças e dos orfanatos da capital. Os bens e valores arrecadados eram doados para essas instituições e, muitas vezes, eram publicados nos periódicos em formato de listas. O nome completo do doador e o valor total doado eram indicados com clareza, enaltecendo esses doadores. Na verdade, esses benfeiteiros pretendiam manter o centro urbano renovado e limpo, higienizado, sem pedintes, independentemente da idade.

Algumas crianças, filhos de imigrantes peninsulares, trabalhavam nas fábricas junto com seus pais, desde os 7 ou 8 anos, como descreveu Biondi (2010). Ocorreu o mesmo no caso dos coletores de areia do rio Tietê, que tinham seus filhos como auxiliares no trabalho da extração de areia que abastecia a construção civil. Essas crianças certamente não frequentaram a escola, porque as escolas noturnas foram legalmente criadas em 1909.⁶

Por outro lado, as crianças que tinham outros tipos de trabalho, que não ficavam em um único ambiente, estavam familiarizadas com o centro da cidade. Viviam, trabalhavam, brincavam, frequentavam a escola. As crianças e jovens que trabalhavam em jornadas diferenciadas exerciam as funções de engraxate, entregador de mercadorias, auxiliar de carroceiros e de jornaleiros.⁷

Essas crianças trabalhadoras poderiam frequentar a escola, porque coexistiam várias modalidades de escolas primárias na cidade, na tentativa de sanar a falta de vagas, alfabetizar e instruir o maior número possível de alunos. Existiam escolas primárias públicas, as privadas elementares subsidiadas pelo governo italiano, primárias particulares laicas e confessionais. Predominavam na área central da cidade – localização que prima este estudo – as primárias públicas: masculinas, femininas e mistas, além dos Grupos Escolares e as elementares subsidiadas pelo governo italiano.⁸ Segundo o *Regulamento da Instrução Pública* era vetada a matrícula “aos menores de cinco annos de edade”, dando margem para que alunos com 5 anos em diante pudessem efetivar a matrícula e, assim, frequentar a escola.

Sendo assim, toda criança a partir dos 5 anos poderia frequentar a escola primária pública. Mas, não existia a obrigatoriedade da frequência escolar. A matrícula garantia que o aluno frequentaria em algum momento a escola. Mas, analisando a maioria dos dados compilados nos mapas estatísticos da *Inspeção Geral do Ensino do Estado de São*

⁶ Com a Lei n. 1.184 foram criadas cinquenta escolas; entretanto oito foram providas, apenas estas se adequaram às normas legais. As escolas noturnas deveriam ser instaladas somente quando existisse um número de trinta alunos interessados na sua criação. Essas escolas seriam frequentadas por homens maiores de catorze anos e funcionariam das 18h30min às 21h, todas as noites, conforme Mimesse (2010).

⁷ A função de jornaleiro deve ser mais explicada, porque era uma ocupação muito comum, principalmente para os meninos imigrantes italianos. Era o vendedor ambulante do jornal impresso. Existiram escolas para a maioria de alunos que eram vendedores de jornais, e que funcionaram em horários diferenciados, ver Prado (2015c).

⁸ As escolas elementares subsidiadas pelo governo italiano tinham a função de formar o cidadão italiano fora do Reino; recebiam subsídios do governo em espécie e em materiais, verificado em Prado (2015b).

Paulo, o número de alunos matriculados sempre era maior que o de alunos frequentes. A frequência não era obrigatória porque não existiam vagas para todos os alunos em idade escolar. As escolas subsidiadas italianas deveriam seguir as mesmas normas das escolas públicas, e colaboraram para sanar a defasagem no número de vagas das escolas públicas. Os dados existentes no *Annuario do Ensino* apresentaram o números de alunos matriculados nas escolas e instituições, na cidade de São Paulo.

Quadro 1 – Alunos matriculados nas escolas e instituições na cidade de São Paulo

Escolas e institutos	Números	Alunos matriculados
Escolas Subvencionadas pelo governo da Itália	77	6.537
Escolas Isoladas Públicas: femininas, masculinas e mistas	129 (43 masc., 52 fem., 34 mistas)	4.332
Grupos Escolares do governo do Estado de São Paulo	17	7.111
Institutos profissionais e assistenciais	11	2.901
Total	234	20.881

Fonte: São Paulo, *Annuario do Ensino do Estado de S. Paulo: Inspectoria Geral do Ensino*, São Paulo, Typ. A. Siqueira & C., 1907-1910.

Conforme dados dos anos iniciais do século XX, pôde-se perceber que outras instituições também tenderam a se configurar, como as escolas para menores de 5 anos, indicadas no quadro como “Institutos profissionais e assistenciais”. O *Annuario do Ensino* trouxe a Associação Feminina Beneficente e Instructiva, que foi fundada com sede na cidade de São Paulo, no final do ano de 1901, por Anália Emília Franco e outras vinte senhoras. Contava com dezessete escolas maternais, um liceu feminino, uma escola noturna para operários, um asilo e creche para ambos os sexos – o ensino era gratuito, e passou a funcionar a partir de 1902. Mas, essa iniciativa ainda não foi suficiente para abrigar a maioria das crianças que estava desamparada.

Instituições e escolas para os menores de 7 anos

Como ainda existiam muitas crianças em livre circulação pelas ruas centrais da cidade, várias instituições foram criadas para abrigá-las.

As crianças pequenas eram as que tinham pouquíssimas chances de sobrevivência nas ruas, as instituições aceitavam crianças abandonadas com várias idades ou as consideradas delinquentes. Foram criados muitos asilos, orfanatos e escolas profissionais nos anos finais do século XIX e iniciais do XX, na cidade de São Paulo. Alguns, a partir de iniciativas privadas, com doações feitas por testamentos de um indivíduo; outros com doações de instituições religiosas e de vários benfeiteiros, eram principalmente voltados a cuidar dos órfãos desvalidos, com a preocupação maior de não deixar que as meninas abandonadas chegassesem a viver como “mulheres da rua”, ensinando-lhes um ofício.

As instituições podem ser separadas em duas modalidades: assistenciais e profissionais. As assistenciais cuidavam das crianças recém-nascidas até completarem 7 anos; depois dessa idade, as crianças eram encaminhadas para outro local, normalmente profissional, para que aprendessem um ofício. Quando da criação da *Roda dos Expostos* na Santa Casa de Misericórdia em 1825, na cidade de São Paulo, as Irmãs passaram a receber os bebês e a cuidarem das crianças até completarem 7 anos. Após os 7 anos, as meninas eram encaminhadas para o *Seminário de Educandas da Glória*; e os meninos para o *Seminário de Educandas de Sant’Anna*, posteriormente ao seu fechamento, foram para o *Instituto de Educandas Artífices* e, quando este também encerrou suas atividades, dirigiam-se para o *Lyceo de Artes e Offícios*, segundo Borges (1980).

O *Lyceo de Artes e Offícios* seguiu novos padrões e foi subsidiado por donos de fábricas e os institutos anteriores foram mantidos pelo governo do estado. Este *Lyceo de Artes* pretendia formar jovens para o trabalho específico nas fábricas. O *Lyceo Coração de Jesus*, sob a direção dos Irmãos salesianos, também visava a formação de meninos para o trabalho fabril. Esses dois institutos visavam à formação especializada para o futuro dos trabalhadores, a mão de obra técnica. Nesta mesma linha está a iniciativa do *Instituto Dona Anna Rosa*, que atendeu meninos pobres e formou-os para o trabalho com recursos próprios, como descreveu Santos (2011). No ano de 1880, este instituto informou que existiam alunos carpinteiros, alfaiates, funileiros, pintores, padeiros, pedreiros, todos formados. E a escola *Dona Carolina Tamandaré*, que formava meninas carentes nas artes domésticas, com recursos da família e doações, funcionava também como pensionato.

Outras instituições foram criadas naquela época, vinculadas às ordens religiosas dos salesianos, dos vicentinos, dos scalabrinianos, da irmandade de misericórdia, da Divina Providência e das *Soeurs du Bon*

Pasteur. Existiram também as instituições privadas, como o Orphanato de Santa Anna e o Abrigo Santa Maria, fundados por benfeiteiros proprietários de imóveis, com renda, para poderem abrigar e manter crianças abandonadas. Estas instituições, tanto religiosas como privadas, assistenciais ou profissionais, recebiam doações provenientes de festas, bailes, quermesses, leilões, além de doações em espécie, efetuadas por pessoas mais influentes da sociedade.

As meninas nas instituições profissionais aprendiam a costurar, cozinhar e tornarem-se boas donas de casa e mães. Nos educandários, aos meninos eram ensinados ofícios, quando conseguiam vagas para frequentá-los. Assim, poderiam ser ajudantes de sapateiros, marceneiros, ferreiros, alfaiates, barbeiros, padeiros, entre outras ocupações. O quadro abaixo indica o ano de criação de cada instituto, qual formação oferecia e qual era seu vínculo religioso, público ou privado.

Quadro 2 – Instituições na cidade de São Paulo (1825-1897)

Ano	Nome	Sexo	Formação	Origem
1825	Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia	Masculino Feminino	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1825-1868	Seminário de Educandos de Sant'Anna	Masculino	Profissional	Governo de S. Paulo
1825	Seminário de Educandas da Glória	Feminino	Profissional	Governo de S. Paulo
1869-1880	Instituto de Educandos Artífices	Masculino	Profissional	Governo de S. Paulo
1873	Lyceo de Artes e Ofícios	Masculino	Profissional	Governo de S. Paulo
1875	Instituto Dona Anna Rosa	Masculino	Profissional	Privado
1885	Lyceo Sagrado Coração de Jesus	Masculino	Profissional	Salesianos
1890	Instituição da Sagrada Família do Ypiranga	Feminino	Assistencial	Cúria Metropolitana
1892	Orphanato de Sant'Anna	Feminino	Assistencial	Privado
1892	Colégio Dona Carolina Tamandaré	Feminino	Profissional	Privado
1892	Abrigo Santa Maria	Masculino Feminino	Assistencial	Privado
1894	Externato Casa Pia de São Vicente de Paula	Masculino	Assistencial	Vicentinos
1895	Orphanato Christovam Colombo	Masculino Feminino	Assistencial Profissional	Scalabrinianos
1896	Asylo de Orphãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga	Feminino	Assistencial Profissional	Salesianos

1896	Asylo Sampaio Vianna	Masculino Feminino	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1897	Asylo do Bom Pastor	Feminino	Assistencial	Soeurs du Bon Pasteur
1897	Casa da Divina Providência da Mooca	Feminino	Assistencial	Divina Providência

Fonte: São Paulo, *Annuario do Ensino do Estado de S. Paulo*, Inspectoria Geral do Ensino, Typ. A. Siqueira & C., 1907-1910.

Infelizmente, os meninos estavam sempre nas notícias dos periódicos, porque eram presos por vagabundagem, ou por agredirem-se mutuamente; quando envolviam-se em brincadeiras que deveriam ser inocentes, estas tornavam-se brigas acirradas. Essas ações agregando crianças e jovens perambulando pelas ruas desocupadas incomodavam a classe mais abastada, dando margem à criação das instituições para acolhimento.

Os periódicos registravam as reclamações da classe mais abastada com relação ao excesso de meninos nas ruas, tinham preocupação com seu destino e, também, com o transtorno que causavam, fazendo algazarras, cometendo pequenos furtos, criando tumultos e correrias pelas vias. Existiam locais para confinar as crianças e os jovens, como proteção e como punição. O Poder Público colaborava como podia com doações de terrenos, com isenção de impostos, com redução na cobrança de taxas, com realizações de loterias, com dispensa nas taxas das transações imobiliárias.

Mas, era demasiado o número de perturbadores da ordem. Foram organizados locais de recolhimento, públicos e privados, dos que eram considerados infratores. Os institutos de recolhimento privados de jovens eram ligados às ordens religiosas ou aos empresários. O governo criou institutos disciplinares voltados para jovens que viviam nas ruas, e que não estavam empregados ou que não estivessem matriculados em uma escola, portanto para jovens mendigos. Dependendo da infração, esses jovens poderiam ser julgados conforme os artigos do Decreto n. 847, que indicava a responsabilidade etária por categorias: os de até 9 anos eram sempre irresponsáveis; os de 9 a 14 anos poderiam obrar – ou não, com discernimento; os de 14 a 17 anos tinham o discernimento sempre presumido; e os de 17 a 21 anos requeriam penalidades atenuadas. Somente com a Lei n. 844 foi criado o *Instituto Disciplinar* em um bairro mais afastado do centro. Este era um local específico para receber os jovens enviados pela justiça ou recolhidos pelos policiais nas ruas da cidade. A Lei também criou, na cidade litorânea de Ubatuba, uma

colônia correcional na Ilha dos Porcos, que deveria acolher menores de 21 anos que fossem considerados apenas “vadios” ou “vagabundos”.

O orfanato dos scalabrinianos

Neste contexto urbano da cidade paulistana, surgiu a ideia para a criação de orfanato scalabriniano, depois da segunda viagem do Pe. Giuseppe Marchetti ao Brasil, um mês após voltar de sua primeira viagem. No final de novembro de 1894, este padre estava a bordo de um navio rumo ao Brasil, quando presenciou a morte de uma mãe e o desespero de um pai, que ameaçava jogar-se ao mar, em função do falecimento da sua esposa, sem saber o que fazer com uma criança pequena nas mãos. Diante desta situação, Pe. Marchetti assumiu a responsabilidade, perante o pai da criança, de cuidar dela quando desembarcassem. Quando o navio chegou ao Rio de Janeiro, Pe. Marchetti saiu do navio com a criança à procura do Consulado Italiano, pensando que ali encontrasse abrigo para o pequeno. Mas, não obtendo ajuda, encontrou apoio em um orfanato religioso, local onde deixou a criança, segundo anotações de Francesconi (1985). Em seguida, foi para a cidade de São Paulo, seu destino final.

O padre observou que era demasiada a quantidade de crianças sem os pais, porque faleciam durante a travessia do Atlântico ou após alguns dias do desembarque. Muitas destas crianças imigrantes perdiam apenas o pai, e a mãe deveria cuidar delas, porque eram muito pequenas e, mesmo tendo a mãe – eram consideradas órfãs, porque era o pai que deveria prover o sustento da casa. Nas cartas enviadas ao seu superior, o padre explicava o que ocorria na cidade e exaltava a ideia de criar um orfanato para filhos dos imigrantes italianos.

Instalado na cidade de São Paulo, Pe. Marchetti buscou informações e procurou quem pudesse ajudá-lo a concretizar suas ideias a respeito da construção de um orfanato para abrigar filhos dos imigrantes peninsulares residentes no estado. Signor (1986) relatou que o padre conversou com o bispo da diocese, com colegas de outras ordens e com o jesuíta André Bigioni.

Pe. Marchetti seguiu os conselhos de Bigioni, procurou o conde José Vicente de Azevedo. Este, por sua vez, era jornalista, político e educador. Mas, também era “católico romanizado e membro de uma família pertencente às oligarquias cafeicultoras e empresariais da província; desenvolveu em várias direções o programa de reestabelecimento da supremacia da Igreja na sociedade brasileira, que marcou os anos 1870-

1930", segundo Souza e Hilsdorf (2006, p. 58). O conde participava normalmente de romarias, era devoto de santos populares, dirigia irmandades leigas, era fundador de capelas e obras pias. A preocupação do conde era com os ex-escravos e seus descendentes, doava asilos e obras de caridade à população que era negada pelas "atitudes republicanas que insistiam em ignorar e esquecer, prenunciando o feroz, mas reprimido e disfarçado, racismo da sociedade brasileira", ainda conforme Souza e Hilsdorf (2006, p. 68).

O conde Vicente de Azevedo pretendia construir, nas colinas do Ipiranga, um liceu de artes e ofícios, inspirado no liceu profissional criado há poucos anos no Bairro da Luz,⁹ mas este seria especialmente para crianças de baixa renda. Este benfeitor seria a pessoa ideal, para procurar ajuda, por ser católico praticante, caridoso e preocupado com as crianças abandonadas.

Suas terras eram amplas, adquiridas na região do Ipiranga, nas proximidades do museu. Em novembro de 1889, adquiriu dezesseis hectares de terrenos devolutos, para a construção do asilo das meninas órfãs e para o liceu de artes e ofícios. Logo em seguida, em janeiro de 1890, adquiriu mais trinta hectares para obras pias de religião e instrução da infância desvalida. Vicente de Azevedo e sua esposa Cândida Bueno Lopes de Oliveira Azevedo, haviam doado um terreno e materiais para a construção de um "asylo de meninas Orphans e Desamparadas, com a proteção de Nossa Senhora Auxiliadora, no Ypiranga para os irmãos Salesianos", conforme Franceschini et al. (1996, p. 145). A partir do mês de julho de 1889, as obras foram iniciadas, mas por problemas com os limites das propriedades do asilo e do museu, o início da construção do asilo foi postergado.

As obras para a construção do liceu de artes e ofícios, no Bairro do Ipiranga, tiveram início em março de 1891, com a supervisão do Irmão-coadjutor da Ordem dos Salesianos Domingos Delpiano. Mas, como nos informaram Etchebéhère Júnior, Mazzali, Viegas (2007, p. 174), "o falecimento de Dom Luiz Lasagna, a 6 de novembro de 1895 determinou a paralização das obras, seu sucessor não manteve o acordo firmado anteriormente". As obras se estagnaram. Com a solicitação

⁹ Refiro-me ao *Lyceo de Artes e Ofícios* de São Paulo criado pelo governo provincial na capital, no ano de 1873. Existe também referência, nas memórias do conde Vicente de Azevedo, às *Reais Officinas de São José*, idealizadas pelo Pe. Sebastião Leite de Vasconcelos, na cidade do Porto em Portugal, que funcionavam desde o ano de 1883, e podem ter influenciado Vicente de Azevedo na fundação de uma instituição de artes e ofícios. As *Reais Officinas* eram destinadas a ensinar ofícios aos meninos carentes, e foram citadas no *Boletim de S. José*, fundado e escrito por Vicente de Azevedo (FRANCESCHINI et al., 1996).

do Pe. Marchetti, para construir um orfanato católico, facilmente as pendências se resolveram após o encontro.

A reunião de Pe. Marchetti com o conde Vicente de Azevedo foi providencial. O conde poderia finalizar a construção do liceu e ajudar os mais necessitados; conseguiu um edifício para abrigar crianças desamparadas, que teriam uma casa para viver. Ainda no final do ano de 1895, os materiais foram entregues ao padre e foi dada continuidade à construção grandiosa do edifício, como havia sido planejada pelo conde Azevedo, com a planta do edifício desenhada pelo renomado construtor Luigi Pucci.¹⁰

O nome original do orfanato foi alterado. A denominação de Cristovão Colombo foi escolhida por Pe. Marchetti, em função da viagem dos imigrantes, que precisaram atravessar o oceano e percorrer longínquas distâncias. Este nome substituiu o nome original de *Lyceo de Artes e Ofícios São José*, “com acquiescencia dos doadores deu ao mencionado Instituto a denominação de *Orphanato Christovão Colombo*, sob a invocação e proteção de São José”.¹¹

E assim, ampliaram-se as solicitações para doações voltadas à construção do orfanato. Os pedidos de doações existiam desde que a ideia surgiu. Como Pe. Marchetti tinha iniciado uma obra, em terreno ao lado da capela, que exercia o ministério sacerdotal, comprou milheiros de tijolos, contratou trabalhadores e começou a arrumar o local. Todavia, após uma semana recebeu a visita de um fiscal municipal, atestando que o terreno pertencia à municipalidade. Ainda no relato de Franceschini et al. (1996) sua obra não pode ir adiante, mas as arrecadações continuaram.

Em pequena nota no periódico *Correio Paulistano*, leu-se que a iniciativa de criação de um orfanato católico, prevendo a instrução e os ofícios aos órfãos, “estava sendo bem acolhida”, em razão dos donativos e de outras contribuições, em materiais para a construção e ornamentação dos edifícios, que as instituições recebiam; este referido periódico e outros que circulavam pela cidade publicavam, mensalmente, nome completo e valores doados em espécie ou em materiais.

¹⁰ Pucci construiu vários edifícios para a aristocracia paulista, ganhou a concorrência pública para a construção do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, também conhecido como Museu do Ipiranga.

¹¹ A grafia original encontrada no século XIX era *Orphanato Christovam Colombo*. No documento cartorário de 20 de abril de 1928, leu-se *Orphanato Christovão Colombo*. Somente com as posteriores reformas ortográficas no século XX, a grafia foi alterada para a atual, tornando-se *Orfanato Cristovão Colombo*.

Quadro 3 – Doações para a construção do *Orphanato Christovam Colombo*

Nome	Doação	Valor
Doutor José Vicente de Azevedo	Um terreno; 20.000 tijolos; Capella S. José	Não consta
Dona Veridiana Prado	700 portas de madeiras diversas	2:000\$000
Companhia Mecânica	Parte de um sino	59\$000
Roberto Mateucci	Dois vagões de cal	Não consta
Companhia Impressora	Impressos grátis	Não consta
O Estado de S. Paulo	Publicações grátis	Não consta
Tribuna Italiana	Publicações grátis	Não consta
Companhia Agrícola Damon	Em espécie	3:100\$000
Fazenda Martinho Prado	Em espécie	1:127\$000
Fazenda Francisco Schmidt	Em espécie	1:868\$000
Fazenda Conde do Pinhal	Em espécie	1:100\$500
Fazenda Santa Veridiana	Em espécie	5:850\$000
Joaquim da Cunha Bueno	Em espécie	5:850\$000
Senhor Guimarães & genros	Em espécie	1:153\$000
Antonio Penteado	Em espécie	1:562\$000
Condessa de Brichanteau	Em espécie	100\$000
Comendador Duarte Rodrigues	Em espécie	100\$000
Um cidadão de Itatiba	Em espécie	5\$000
Natale Cristofani	Em espécie	50\$000
Dona Gabriela de Andrade	Em espécie	100\$000
Uma anônima	Em espécie	100\$000
Viúva Emerenciana da Cunha	Em espécie	459\$000
Senhor Coronel Monteiro de Barros	Em espécie	1:257\$000
Senhor Major Serafim Leme	Em espécie	700\$000
Senhor Tenente Bicudo de Almeida	Em espécie	600\$000
Senhor Bastos & Irmãos	Em espécie	196\$000
Manoel Gonzaga de Souza Meirelles	Em espécie	296\$000
Dona Francisca de Paiva Baracho	Em espécie	306\$000
Doutor Feliciano Rocha	Em espécie	303\$000

Fonte: O Estado de S. Paulo: jornal diário, secção livre, 1895.

As listas de doações que foram publicadas nos periódicos eram diárias e infindáveis, as pessoas contribuíam como podiam para a construção do orfanato. No quadro acima se identifica, pela ordem de importância, o proprietário do terreno; a senhora da oligarquia cafeeira que havia negado ajuda meses antes por não conhecer o padre, que ainda assim não lhe entregou ajuda em espécie, mas em portas de madeira; fábricas e gráficas que contribuíram com o próprio trabalho sem custo; fazendeiros do interior do estado; nobres como condessa e comendador; alguns militares, membros da sociedade e outros anônimos.

Para ampliar as doações para a construção do orfanato, além das viagens que o padre fazia ao interior, existiam outros meios de colaborar com os donativos, como quermesses promovidas por clubes em nome do orfanato, bailes à fantasia, concertos vocais e instrumentais. Uma pequena nota foi publicada no *O Estado de S. Paulo* comunicando aos leitores a arrecadação de fundos para a construção do orfanato. “O diretor do orphanato, Padre Giuseppe Marchetti, a quem se deve a criação dessa casa de caridade, tenciona sahir hoje fazendo peditório em favor do orphanato pelas principaes ruas desta cidade”. Conforme esta nota, o padre ainda saía pelas ruas, de casa em casa, pedindo doações para a instituição. Tudo em função de um ideal maior, a salvação dos órfãos e sua formação moral.

Um programa assinado por Pe. Marchetti foi publicado em um dos periódicos da cidade, e externava a pretensão original, como sendo a de acolher somente órfãos, filhos de imigrantes peninsulares. Porém, com o grande número de crianças que necessitavam de abrigo, todas as etnias foram aceitas. Bondi (2011), citava que o programa divulgava a ideia de o orfanato preparar bons operários e bons cidadãos: “os órfãos dos infelizes emigrantes que, no mar ou nas colônias, tivessem perdido a vida; e de acolher também crianças que, embora não fossem órfãs, eram deixadas à vadiagem”. O orfanato foi criado e separado em duas sessões, a feminina e a masculina, conforme aconselhamento do reverendo bispo da diocese, Monsenhor Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Existia, ainda, a ideia inicial da manutenção da secção feminina junto “à capella de São José, nos arredores do Ypiranga”, e de construir a secção masculina, na Vila Prudente, “onde o reverendo padre Marchetti já escolheu o terreno, que é um dos mais apropriados e que offerece uma esplendida vista para o centro da cidade”.

A sessão masculina ficou a cargo de Pe. Marchetti e a feminina, às “Servas dos Órfãos e dos Abandonados no Exterior”, ramo feminino dos missionários de São Carlos de Borromeu, os scalabrinianos. Em

princípio, com a direção de Carolina Marchetti, mãe do Pe. Marchetti, foi nomeada a primeira diretora das “Servas” ou “Colombinas” em seus primeiros anos, como descreveu Bondi (2011, p. 76). Esse cargo foi transmitido para Madre Assunta Marchetti, uma das irmãs do Pe. Marchetti. As madres cuidavam das meninas e das crianças muito pequenas dos dois sexos.

As crianças recolhidas ao orfanato provinham de diversas fazendas do interior do estado;¹² poderiam ser encaminhadas pelas autoridades policiais ou eram trazidas do porto de Santos, por terem desembarcado sem a presença de um dos pais, citado por Bove e Bellinato (2003). Quando vinham do interior do estado eram trazidas pelo próprio Pe. Marchetti, que fazia visitas religiosas aos colonos trabalhadores nas fazendas e nos núcleos coloniais. Quando eram encaminhadas pelas autoridades policiais, eram designadas por juízes a permanecerem nestas instituições por estarem nas ruas, ou por estarem vivendo em condições desumanas. E, quando eram trazidas logo após o desembarque no porto de Santos, era porque Pe. Marchetti esperava os navios com imigrantes e os recebia no desembarque; caso ocorresse algum caso de orfandade na travessia, o padre se predisponha a cuidar das crianças.

As crianças recolhidas no orfanato normalmente estavam em condições higiênicas deploráveis, Bondi (2011, p. 73) traz um trecho de uma carta sobre as crianças que chegavam ao orfanato. “Trazidas das fazendas por padre Marchetti, as pobres crianças chegavam ao orfanato com um aspecto miserável: a cabeça provocava repulsa, mãos e pés adormecidos pela quantidade de parasitas que deformavam os pequenos dedos. Limpar essa sujeira, eram cobertas de farrapos”. As crianças aprenderiam a ler e teriam algum ofício, para quando saíssem da instituição.

Em notícia do *Correio Paulistano*, soube-se que os órfãos já produziam pães diariamente para consumo próprio e para o *Hospital da Misericórdia*, da cidade de São Paulo. Ainda era uma “produção modesta”, mas deveria ser ampliada à medida que os órfãos demonstrassem mais prática para o trabalho. Moura (2018, p. 41) atesta que à elite em função do trabalho infantil era entendido como uma maneira de “evitar e conter” o excesso de crianças nas ruas, “lócus da mendicância, da vadiagem; ambiente farto em oportunidades no terreno

¹² Em uma das situações descritas, Pe. Marchetti, em visita às famílias no interior do estado, chegou a um sítio. Quando estava perto da casa, ouviu uma criança. Encontrou o corpo dos pais em estado de decomposição e uma criança muito abatida (BOVE; BELLINATO, 2003, tradução nossa).

das infrações e do crime, em estímulos para além das fronteiras da legalidade". Muitas instituições e escolas incentivavam o aprendizado de ofícios para crianças e jovens que eram órfãos.

Mesmo com frequentes listas de doações publicadas nos periódicos, o orfanato continuava necessitando de verbas para a conclusão das obras e a manutenção das crianças. Em matéria de *O Estado de S. Paulo*, pôde-se ler que a construção do edifício não foi completada, as oficinas não foram totalmente instaladas. Faltavam móveis, camas principalmente, as crianças dormiam juntas em uma cama, o orfanato "não tem roupas de cama, nem roupas com a que vestir os internados".

A prefeitura paulistana contribuía com a isenção de algumas taxas municipais e, nos anos iniciais do século XX, instituiu um subsídio. Passou, segundo Sposati (2002, p. 72), a "distribuir auxílios anuais a entidades assistenciais, isentando-os das taxas municipais, e criando uma taxa da caridade associada aos jogos, reproduzindo o padrão em que a benemerência era álibi da transgressão". Estão listadas abaixo as escolas e instituições que receberam subvenção da prefeitura em 1907, com o total de alunos matriculados durante o ano. Verificou-se que eram as mesmas instituições e escolas que continuaram a oferecer seus serviços na cidade, a maioria delas pertencentes a ordens religiosas, excluindo-se o *Lyceo de Artes e Ofícios*; o *Orphanato de Santa Anna* e o *Abrigo Santa Maria*, sendo os dois últimos privados.

Quadro 4 – Escolas e institutos subvencionados pelo governo do Estado de São Paulo

Ano	Instituição	Sexo	Formação	Inscritos
1873	Lyceo de Artes e Ofícios	Masculino	Profissional	1440
1885	Lyceo Sagrado Coração de Jesus	Masculino	Profissional	698
1890	Instituição da Sagrada Família do Ypiranga	Feminino	Assistencial	30
1892	Orphanato de Santa Anna	Feminino	Assistencial	49
1892	Abrigo Santa Maria	Masculino Feminino	Assistencial	96
1894	Externato Casa Pia de São Vicente de Paula	Masculino	Assistencial	120
1895	Orphanato Christovam Colombo, do Ypiranga e da Villa Prudente de Moraes	Masculino Feminino	Assistencial Profissional	187 76
1896	Asylo de Orphãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga	Feminino	Assistencial Profissional	50
1897	Asylo do Bom Pastor	Feminino	Assistencial	96
1897	Casa da Divina Providência da Mooca	Feminino	Assistencial	58

Fonte: São Paulo, *Annuario do Ensino do Estado de S. Paulo: Inspectoria Geral do Ensino*, Typ. A. Siqueira & C., 1907-1910.

Considerações finais

O orfanato teve muitos obstáculos a superar, em sua construção e na incessante busca de Pe. Marchetti para as doações. Mesmo com todas as intempéries, foi inaugurado em dezembro de 1896, mês em que ocorreu seu falecimento. O padre estava doente havia alguns meses, viajava para o interior para visitar os paroquianos e, nessas viagens, contraiu uma doença. Sua morte foi uma imensa comoção, muitos periódicos da cidade dedicaram matérias sobre o cortejo, a missa na catedral da Sé e o enterro. Alguns escreveram sobre a multidão de pessoas que acompanharam o enterro e outros transcreveram o discurso da missa, dificilmente a cidade teria um padre tão dedicado como este.

O papel de seu sucessor Pe. Faustino Consone foi penoso, porque foi substituir um padre muito venerado pela comunidade. As doações não eram contínuas, Pe. Consone publicava os pedidos de doações nos periódicos em formato de carta, explicando aos leitores do jornal quais eram as condições do orfanato e os motivos pelos quais necessitava de doações.¹³ Ao que parece, essas ações surtiram efeito nos primeiros anos, porque, em 1904, foi inaugurado o edifício das meninas na Vila Prudente de Moraes, com materiais doados pela comunidade.

A quantidade de crianças estrangeiras e nacionais, órfãs ou abandonadas nas ruas da cidade foi muito grande nos anos finais do século XIX e inícias do século XX, em função das mudanças estruturais urbanas, sofridas com a chegada de muitos novos habitantes. A criação de asilos específicos para abrigar crianças muito pequenas era necessário, como também as instituições profissionais para as crianças maiores de 7 anos. A questão é que nem sempre as instituições tinham vagas suficientes para todos os necessitados, muitas crianças e jovens permaneciam nas ruas. O orfanato scalabriniano inovou por assumir a função assistencial e a função profissional, bem como abrigar pequenos e jovens dos dois sexos, apesar de, naquela época, os irmãos salesianos manterem um asilo com as mesmas funções, mas que atendia somente um dos sexos.

¹³ A carta de apelo à caridade foi publicada entre 1901 e 1906; o padre requisitava recursos para o “histórico e reconhecido povo paulista”. Havia ocorrido certa redução nas doações, o que, segundo o padre, teriam justificativa na “sensível crise econômica em que se acha este grande paiz” (*O Estado de S. Paulo*, 1901).

Referências

ASSOCIAÇÃO Beneficente São Vito Mártil. Disponível em: www.associacaosaovito.com.br. Acesso em: 8 fev. 2019.

BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza T.; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (org.). **História do trabalho e história da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2010. p. 23-48.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad. de A. Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BONDI, Laura. **Madre Assunta Marchetti**: uma vida missionária. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2011.

BOVE, C. M.; BELLINATO, E. G. **Sancti Pauli in Brasilia Beatificationis et Canonizationis Servi Dei Iosephi Marchetti Sacerdotis Professi Congregationis Missionariorum a Sancto Carolo (1869-1896)**. Vaticano: Nova Res, 2003. v. 1, 2.

BORGES, Wanda R. **A profissionalização feminina**: uma experiência no ensino público. São Paulo: Loyola, 1980.

CORREIO PAULISTANO: orgam republicano, 1895, 1896.

CRUZ, Heloísa de F. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Apesp, 2013.

ETCHEBÉHÈRE JÚNIOR, Lincoln; MAZZALI, Leonel; VIEGAS, Rosemari F. Educação e filantropia na cidade de São Paulo, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, um estudo da obra do conde José Vicente de Azevedo no bairro do Ipiranga. **História da Educação**, Pelotas, RS, n. 22, p. 155-181, maio-ago, 2007.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1986.

FRANCESCHINI, Maria A. V. de A. et al. **Conde José Vicente de Azevedo**: sua vida e sua obra, 2. ed. São Paulo: Funsai, 1996.

FRANCESCONI, Mario. **Giovanni Battista Scalabrini vescovo di Piacenza e degli emigrante**. Roma: Città Nuova, 1985.

MIMESSE, Eliane. A questão da nacionalização do ensino, escolas italianas na cidade de São Paulo no início do século XX, **Revista Histedbr On line**, v. 12, n. 48, p. 286-295, dez., 2012.

MIMESSE, Eliane. **A educação e os imigrantes italianos**: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

MOURA, Esmeralda B. B. de. A história sem as crianças e as crianças sem história: por que o trabalho infantil? In: LIONETTI, L.; COSSE, I.; ZAPIOLA, M. C. **La historia de las infancias en América Latina**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. p. 33-46.

O ESTADO DE S. PAULO: jornal diário, 1895, 1896, 1901.

PEREIRA, Robson. **Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

PARÓQUIA Nossa Senhora Achiropita. Disponível em: www.achiropita.org.br. Acesso em: 8 fev. 2019.

PARÓQUIA Nossa Senhora de Casaluce. Disponível em: www.casaluce.com.br. Acesso em: 8 fev. 2019.

PARÓQUIA de San Gennaro da Mooca, São Paulo. Disponível em: www.sangennaro.org.br. Acesso em: 8 fev. 2019.

SANTOS, José V. dos. **As contribuições de Horace Lane na instrução pública paulista (1890-1910)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESP, Marília, SP, 2011.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das crianças no Brasil**, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 210-230.

SÃO PAULO. **Código de Posturas do Município de São Paulo**, 6 out. 1886.

SÃO PAULO. **Decreto n. 847, de 11 out. 1890**. Código Penal. Coleção de Leis do Brasil. **Fasc. X**, 1890.

SÃO PAULO. Lei n. 844, de 10 out. 1902. Autoriza o governo a fundar um instituto disciplinar e uma colônia correcional. **Diário Official do Estado de S. Paulo**, 14 out. 1902.

SÃO PAULO. Regulamento da Instrucção Publica da Provincia de S. Paulo. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo**, 1869.

SÃO PAULO. Lei n. 1.184, 3 dez. 1909. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo**. São Paulo: Typ. Diario Official, 1911.

SÃO PAULO. **Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo**. São Paulo: Typ. Siqueira & C., 1907 a 1910.

SÃO PAULO. **Escritura de doação entre partes, de 20 abr. 1928**. Tabelião de Notas da Comarca da Capital, São Paulo, 1928.

SÃO PAULO. **Museu do Ipiranga**. Disponível em: www.mp.usp.br/museu-do-ipiranga. Acesso em: 8 fev. 2019.

PRADO, Eliane M. Obstacles to portuguese language teaching in elementary schools of the city of São Paulo (Brazil) in the early 20th century. **History of Education & Children's Literature**, v. X, p. 411-425, 2015a.

PRADO, Eliane M. O convívio concomitante e frugal das escolas elementares públicas e privadas paulistanas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 58, p. 183-198, out./dez, 2015b.

PRADO, Eliane M. Embates acerca do ensino nas escolas elementares paulistanas nos anos iniciais do século XX. **Revista Angelus Novus**, v. VI, n. 10, p. 87-104, 2015c.

PRADO, Eliane M. Acondicionamento das escolas de Primeiras Letras paulistas no período que compreende os anos de 1877 e 1910. In: LUCHESE, T. A. (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2014. p.185-212.

SIGNOR, Lice M. **João Batista Scalabrini e a imigração italiana: um projeto sócio-pastoral**. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

SOUZA, Maria C. C. de Souza; HILSDORF, Maria L. S. Entre oligarquias republicanas e igreja ultramontana, um olhar para os esquecidos: José Vicente de Azevedo e a educação das meninas negras. In: ROCHA, Heloisa H. P. (org.). **Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira**. Bragança Paulista/SP: Edusf, 2006. p. 57-70.

SPOSATI, Aldaiza de O. Parceria da Igreja com o poder público. In: SEMINÁRIO DA CARIDADE, PRESENÇA DA IGREJA NA CIDADE DE SÃO PAULO: ação social e testemunho de caridade e solidariedade, 2002, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Loyola: Comissão Central do Seminário da Caridade, 2002. p. 71-86.





Entre religião e pátria: a *Italica Gens* e o desenvolvimento das escolas étnicas e a Língua Italiana no Brasil meridional nas primeiras décadas do século XX

Alberto Barausse

Introdução

A migração de massa, vivenciada no período entre a segunda metade do século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX (FAVERO, TASSELLO, 1978), obrigou a Igreja católica a redefinir suas estratégias. Os desenhos e as perspectivas de uma “reconquista cristã” da sociedade se tornaram mais complexas frente às dinâmicas geradas pelo desenvolvimento econômico e pelos nacionalismos, na época caracterizada pela queda do poder temporal do Sumo Pontífice. Para perseguir o desenho religioso em um contexto radicalmente diferente, o catolicismo romano iniciou, com muitas incertezas, a encarar o fenômeno migratório que caracterizou muitos países europeus e, dentre eles, a Itália (SANI, 2017).

Há muitos fatores nos quais se baseiam as intervenções da Santa Sé, e que a historiografia, há diversos anos, tem chamado atenção: depois de perder o poder temporal, não tinham medo somente do crescimento da propaganda antipapal de inspiração *rissorgimentista* e/ou protestante entre os migrantes, mas o progressivo afastamento da fé em fiéis que pertenciam aos movimentos sociais e políticos, fruto do moderno desenvolvimento industrial. Muitos deles eram considerados contrários ao cristianismo, como socialistas e anarquistas (SANFILIPPO, 2009).

A Igreja católica definiu e avaliou as possíveis estratégias e intervenções, para fomentar as missões pela *Congregatio de*

Propaganda *Fide*, que adquiriu informações mais ricas sobre os fluxos migratórios e adotou importantes medidas, como a de 11 de abril 1887, que autorizava a constituição de paróquias nacionais, que deviam se integrar ao tecido diocesano, mas tinham jurisdição sobre uma comunidade de imigração e não sobre um bairro. Entre as formas inovadoras de intervenção introduzidas, não somente no quadro social italiano, mas mundial, existiram as congregações religiosas e os grupos associativos que se dedicaram para as múltiplas atividades de assistência não somente religiosa, mas, também, social e educacional dos migrantes (SANFILIPPO, 2009).

Neste contexto, os funcionários da Propaganda *Fide* entenderam que os italianos emigrados não tinham formas associativas de patrocínio, e que os sacerdotes da península eram escassos ou, se estivessem presentes, haviam seguido caminhos nem sempre aprovados pela Santa Sé. A Congregação do Vaticano, juntamente com a resolução das paróquias nacionais, decidiu promover a fundação de um instituto, para ajudar os italianos nas Américas e para dirigir um colégio para preparar os missionários, confiando-os a Giovanni Battista Scalabrini, bispo de Piacenza (FRANCESCONI, 1985, 1969, 1972). Leão XIII aprovou o projeto, em 25 de novembro de 1887, e o apresentou aos bispos do Exterior, em 10 de dezembro de 1888 (*Quam aerumnosa*). Inicialmente, se previu um experimento quinquenal, atendendo os Estados Unidos e o Brasil. Logo, o pontífice e a Cúria percebem a inescapável necessidade de dar atenção às migrações e não limitar as intervenções somente para os italianos (TASSELLO; FAVERO, 1985).

Ao mesmo tempo, grupos de leigos tentam dar vida a formas de associação que poderiam apoiar o trabalho pastoral da Igreja, bem como apoiar e orientar a constituição de políticas nacionais nos países de recebimento, como aconteceu na França, Bélgica, Áustria, Inglaterra e Alemanha. Por isso, no final de 1886, em Florença, por iniciativa de Ernesto Schiaparelli e Augusto Conti nasceu a *Associazione Nazionale per Soccorrere i Missionari Italiani* (ANMI), que trabalhavam em diferentes continentes. Os dois professores universitários italianos coletaram e coordenaram a participação de muitos membros da nobreza católica florentina, mas não apenas, também de muitos membros dos círculos conciliatórios católicos que escreviam à revista *Rassegna Nazionale*, nos círculos do liberalismo político-conservador agrário. Mas a iniciativa deles, com espírito antifrancófono, encontrou o acolhimento de Francesco Crispi, pois conciliava-se com a galofobia impressa na política externa e conciliatória desse novo presidente do

governo italiano, que intentava retomar consenso com os católicos (CONFESSORE, 1976, 1989).

Temas religiosos e temas patrióticos estavam constantemente entrelaçados. O alcance da ação da associação é inicialmente constituído pela África do Norte e do Leste. Enquanto o cristianismo se ofereceu como um caminho para a civilização religiosa, em contraste com a ação dos muçulmanos, a defesa das missões era acompanhar a expansão colonial italiana. No estatuto da associação, se pode ler:

[...] È costituita in Italia un'Associazione nazionale per soccorrere i Missionari cattolici italiani, e per promuovere sotto la loro direzione o vigilanza, la fondazione di nuove scuole e la diffusione della Lingua Italiana, specialmente in Oriente e nell'Africa, e mantenere vivo, insieme colla fede, l'amore per la patria nei numerosi Italiani che si trovano in lontane regioni [...].¹

Simultaneamente com a intervenção nas áreas coloniais da África, a ANMI, através de Schiaparelli, entrelaça os vínculos com os expoentes do episcopado que, no mesmo período, amadurecem os projetos de apoio aos emigrantes e reconhecem os problemas gerados pelo fenômeno migratório. Dentre eles Mons. Bonomelli de Cremona e Mons. Scalabrini de Piacenza. Posteriormente, no final da primeira década do século XX, em Turim, no ano de 1909, foi estabelecida uma federação de congregações religiosas que atuaram no campo da assistência aos emigrantes italianos na América. Após o reconhecimento obtido pelo Congresso de Italianos no Exterior – do qual foi inicialmente excluído, a ANMI retorna ao campo, ao lado da assistência aos imigrantes e à difusão da cultura italiana no Exterior, olhando agora para os territórios transoceânicos.

Foi o mesmo Ernesto Schiaparelli que considerou a criação de uma organização capaz de coordenar as diversas iniciativas geradas pela expansão das atividades promovidas pelas muitas congregações religiosas, em nível mundial, nos vinte anos após o nascimento da ANMI. O trabalho preparatório, realizado ao longo de 1909, resultou em

¹ [...] È constituita na Itália uma Associação Nacional para Socorrer os Missionários Católicos Italianos e para promover, sob sua direção e inspeção, a fundação de novas escolas e a difusão da Língua Italiana, especialmente no Oriente e na África, e manter vivo, juntamente com a fé, o amor pela Pátria nos numerosos italianos que se encontram em regiões distantes [...]” (Tradução livre do autor). Statuto dell'Associazione Nazionale per Soccorrere i Missionari Italiani nel Mondo *in* Archivio ANMI, 21/E Presidenza, b. Promemoria. Circolari. Appunti vari.

uma circular destinada às várias ordens religiosas envolvidas, nas quais as intenções da iniciativa foram esclarecidas. Mencionava o intento de estabelecer uma federação entre as ordens religiosas com as missões italianas e os institutos que já praticam a atividade para a proteção dos emigrantes e para coordenar as diversas forças no campo da Igreja e da emigração. Tais encaminhamentos seriam feitos em harmonia com o compromisso institucional do Estado italiano, assegurada pela comissão de emigração real, criada em 1902:

Esaminandosi e rendendosi conto di questo stato di cose, è parso alla nostra Associazione che, invece di un organismo completo per l'assistenza della emigrazione, si abbia una quantità di organismi autonomi e tutti più o meno incompleti e che si muovono indipendente gli uni dagli altri, in campi d'azione sempre più o meno ristretti, senza unità direttiva, senza coordinamento e conseguentemente con inadeguata efficacia [...]. Parve inoltre a noi che da questo stato generale di disgregazione non si possa uscire senza l'aiuto diretto e meglio coordinato che non sia stato finora, delle numerose e disciplinate forze di cui la Chiesa dispone. E ritenemmo pure che sia giusto e doveroso che questo coordinamento si faccia in diretta relazione col R. Commissariato dell'emigrazione [...].²

Quase todas as ordens e congregações religiosas masculinas e femininas, presentes nas Américas, aderiram à *Federazione per l'Assistenza degli Emigrati Transoceanici Italica Gens* (IG). Em específico os Frades Menores na América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil) e alguns pontos da América do Norte; os menores conventuais, os capuchinhos, os jesuítas, os agostinianos, os salesianos, os palotinos, os missionários do Instituto Cristóvão Colombo, os missionários do Colégio ou *Collège Brignole Sale de Genua*, os missionários Piemonteses do canônico Sorasio no Estado de Santa Catarina, os passionistas, os oblatos, os redentoristas, os dominicanos, os beneditinos, os lazistas, em missões

² "Examinando e considerando a situação, o pensamento de nossa Associação é que, ao invés de um órgão completo para a assistência dos emigrados, se tenha uma quantidade de organismos autônomos, e todos mais ou menos incompletos e que se movem, independentemente, uns dos outros, em campos de ação mais ou menos restritos, sem uma única direção, sem coordenação e, consequentemente, com ineficácia [...]. Pensamos também que desta situação geral de desintegração – não se pode sair, sem a ajuda direta e melhor coordenada das numerosas e disciplinadas forças das quais a Igreja dispõe. E também sentimos que seja correto e apropriado que esta coordenação se faça em direta relação com a Régia Comissão da Emigração [...]" (Tradução livre do autor). Archivio ANMI, 21/E Presidenza. Promemoria. Circolari. Appunti vari.

isoladas; o Instituto dos Missionários da Emigração fundado na primeira década do século XIX e dirigido por Mons. Cocco. Junto a deles aderem, também, muitos padres seculares (ROSOLI, 1990).

A nova associação federativa nasce na mesma perspectiva e com igual fio condutor, que animou e animava a ANMI e, não foi por acaso, pois o secretário-geral era o mesmo, Ernesto Schiaparelli. Nesse sentido, se observa o fio de continuidade com o que foi feito, desde o início dos anos 90, do século XIX, quando o tema da difusão da cultura e da Língua Italiana no mundo foi um dos pilares para colaborar com as autoridades consulares, na defesa do prestígio italiano, em países estrangeiros, e na fundação de novas escolas (ROSOLI, 1999). As relações entre a associação e os líderes da Santa Sé, no entanto, nunca foram idílicas. De acordo com Rosoli (1999), na verdade, os líderes da Igreja não esconderam perplexidades e dúvidas sobre o grupo de liderança leiga. De Lai, de acordo com Rosoli, expressou fortes perplexidades em torno de uma associação avaliada como um “parto estranho”, pois se apresentavam “congregações religiosas dirigidas por um ou mais leigos para uma obra religiosa” (ROSOLI, 1982, p. 237).

A *Italica Gens* no Brasil, durante os anos anteriores à Grande Guerra

A federação *Italica Gens* (IG) foi estruturada através de um secretariado central, com sede em Turim, e duas secretarias centrais localizadas em Nova York (Estados Unidos) e em Buenos Aires (Argentina). O principal compromisso da *Italica Gens*, no Brasil, começou nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Por meio da presença generalizada do clero italiano, o IG realizou uma atividade significativa no Brasil. Em 1909 foram criadas 12 secretarias, principalmente localizadas no Rio Grande do Sul (5), no Paraná (1) em Santa Catarina (2) e uma em São Paulo, no Rio de Janeiro e Pará.³

³ *I segretariati della Italica Gens nei paesi oltreoceanici* (ITALICA GENS, v. I, n.1, 1910, p. 21).

Estado	Localidade	Sede	Congregação religiosa	Referência
Paraná	S. Felicidade	Paróquia	Escalabriniana	P. Giuseppe Martini
	Timbituva	Paróquia	Escalabriniana	Andrea Garau
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Casa d. Bosco	Salesiana	P. Luigi Zanchetta
São Paulo	São Paulo	Liceo del S. Cuore di Gesù	Salesiana	P. Dionigi Giudici
Santa Catarina	Crisciúma	Paróquia		P. Canonico parroco
	Urussanga	Paróquia		Luigi Gilli parroco
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Segreteria Centrale	Pia Società delle Missioni	P. Mattia Schonauer
	Alfredo Chaves	Paróquia	Capuchinhos	Luigi de La Vernac
	Antônio Prado	Paróquia		Giuseppe Benini
	Arroio Grande	Paróquia	Pia Societá delle Missioni	P.G. Spiesberger
	Bagé	Collegio N. S. Ausiliatrice	Salesiana	P. Andrea Dell'Ora
	Bento Gonçalves	N.S. de Caravaggio		P. Carmine Fasulo
	Capoeiras	Paróquia		P. Antonio Segnafreddo
	Caxias	Paróquia		P. Angelo Donato
	Cruz Alta	Paróquia	Pia Societá delle Missioni	P. Kolb
	Encantado	Paróquia	Escalabriniana	P. Massimo Rinaldi
	Esperança	Paróquia		P. Enrico Preti
	Montebello	Paróquia		P. G. Cavigliolo
	Monteveneto	Paróquia	Pia Societá delle Missioni	P. E. Medicheschi
	Nova Bassano	Paróquia		P. Giovanni Costanzo
LUCHESE • BARAUSSE • SANI • ASCENZI	Novo Trento	Paróquia	Capuchinhos	P. Roberto D'Appriu
	Rio Grande	Liceo Leone XIII	Salesiana	P. Giuseppe Vera
	San Luigi	Paróquia	Pia Societá delle Missioni	P. Franc. Konig
	Santa Maria	Paróquia	Pia Societá delle Missioni	G. Paglica
	Santa Teresa di Bento Gonçalves	Paróquia		P. Pietro Negri
	Silveira Martins	Paróquia	Pia Societá delle Missioni	P. Federico Schwinn
	Valle Veneta	Paróquia	Pia Societá delle Missioni	P. Kuklok

Fonte: *I segretariati della Italica Gens nei paesi oltreoceanici* (ITALICA GENS, v. I, n.1, 1910, p. 21).

Mas, já no ano seguinte, em 1910, se adicionaram 28 secretarias no RS,⁴ que se apoiaram em muitos párocos italianos (COSTA, 1989):

Estado	Localidade	Sede	Congregação religiosa	Referência
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Segr Centrale	Pia Società delle missioni	P. Mattia Schonauer
	Alfredo Chaves	Paróquia	Capuchinhos	Luigi de La Vernac
	Antônio Prado	Paróquia		Giuseppe Benini
	Arroio Grande	Paróquia	Pia Società delle Missioni	P.G. Spiesberger
	Bagé	Collegio N.S. Ausiliatrice	Salesiana	P. Andrea Dell'Ora
	Bento Gonçalves	N.S. Caravaggio		P. Carmine Fasulo
	Capoeiras	Paróquia		P. Antonio Segnfreddo
	Caxias	Paróquia		P. Angelo Donato
	Cruz Alta	Paróquia	Pia Società delle missioni	P. Kolb
	Encantado	Paróquia	Escalabriniana	P. Massimo Rinaldi
	Esperança	Paróquia		P. Enrico Preti
	Montebelo	Paróquia		P. G. Cavigliolo
	Monteveneto	Paróquia	Pia Società delle Missioni	P. E. Medicheschi
	Nova Bassano	Paróquia		P. Giovanni Costanzo
	Novo Trento	Paróquia	Capuchinhos	P. Roberto D'Apprieu
	Rio Grande	Liceo Leone XIII	Salesiana	P. Giuseppe Vera
	San Luigi	Paróquia	Pia Società delle Missioni	P. Franc. Konig
	Santa Maria	Paróquia	Pia Società delle Missioni	G. Paglica
	Santa Teresa de Bento Gonçalves	Paróquia		P. Pietro Negri
	Silveira Martins	Paróquia	Pia Società delle Missioni	P. Federico Schwinn
	Valle Veneta	Paróquia	Pia Società delle Missioni	P. Kuklok

Fonte: *L'incremento dell'Italica Gens* (ITALICA GENS, v. I, n. 5, 1910, p. 197-199).

⁴ *L'incremento dell'Italica Gens* (ITALICA GENS, v. I, n. 5, 1910, p. 197-199).

A gestão das secretarias estava nas mãos das várias congregações e paróquias presentes no solo brasileiro: os salesianos (que geriam o maior número de secretarias), os escalabrinianos, a Pia Società das Missões e os Capuchinhos. A Federação estava equipada com um periódico, o *Italica Gens*, que publicava com certa regularidade as correspondências provenientes de diferentes áreas do Brasil, que desejam atualizar os leitores sobre as iniciativas promovidas pelas associações, as partes, as diversas instituições culturais e, claro, a religiosa: e isso, hoje, também é uma fonte muito interessante para seguir as várias iniciativas realizadas no Brasil. A revista, no entanto, não se omitiu de publicar artigos sobre os problemas gerados pelo sistema econômico-produtivo-brasileiro, como o sistema das fazendas ou questões relacionadas ao desenvolvimento das cooperativas, a pequena propriedade contra o latifúndio e o movimento trabalhista organizado (ROSOLI, 1990).

Dentre os documentos mais interessantes produzidos neste período – e que atestam a atenção da associação católica para o contexto brasileiro –, deve ser feita referência à bem- conhecida pesquisa realizada pelo diretor da revista e pelo secretário-geral da organização católica, Ranieri Venerosi, através de uma longa viagem, em 1912, pelas colônias do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Naquela circunstância, Venerosi teve a oportunidade de registrar o papel exercido pela presença religiosa para o desenvolvimento das comunidades coloniais, mas apresentou críticas muito significativas contra o clero não italiano. Ao mesmo tempo, expressou grande preocupação com o risco de perder os traços de identidade nacional. Ele falou da desnacionalização e da italianidade decadente nas comunidades de imigrados, fortemente marcadas por pertencimentos regionais:

Viaggiando nelle zone coloniali italiane si sente parlare ancora, dopo trenta e piú anni che si sono formate, quasi esclusivamente il dialetto veneto ed un po d'italiano; si vedono sistemi ed usanze che danno l'illusione di trovarsi nel Veneto o nel Mantovano, regioni da cui venne la maggior parte dei coloni (VENEROSI PESCIOLINI, 1914, p. 272).

O interesse demonstrado por Venerosi foi dirigido às características assumidas pelo processo de integração dos colonos italianos, que pareciam viver tempos muito mais lentos do que o processo de assimilação dos imigrantes italianos, nos Estados Unidos e na Argentina, o que os distinguia. As condições sociais e econômicas particulares das comunidades italianas, dispersas nos Estados de Santa Catarina, do Paraná e Rio Grande do Sul, parecem ser a base de um modelo de

emigração, que poderia garantir a manutenção de características étnicas e que poderiam definir o “tipo” italiano, como resistência em luta para subjuguar as forças da natureza, a diligência, a adaptabilidade ao meio ambiente, a atitude engenhosa com todos os empregos, a variedade na produção de produtos agrícolas, todos os elementos que definiram “uma superioridade em relação a outras raças na colonização” (VENEROSI PESCIOLINI, 1914, p. 272), mesmo que ele identificasse o alemão como o modelo de referência a seguir.

L'isolamento, se è causa principale del lento progresso di queste colonie, le ha però protette dal contatto coll'elemento indigeno e dalla invasione del capitale straniero, due delle maggiori forze che promuovono la snazionalizzazione, e le ha conservate in condizioni tali che, se si vuole, si è ancora in tempo a spiegare utilmente in esse un'azione di carattere nazionale (VENEROSI PESCIOLINI, 1914, p. 11).

Essas reflexões acompanharam constantemente os três principais pilares da ação do IG, ou seja, a colonização agrícola, o problema da proteção dos italianos no Exterior, através do estabelecimento de locais para apoio (*Uffici di Patronato*) e os secretariados do povo (*Segretariati del popolo*) para uma ação de apoio do estado e da escola.

É digno de nota que as considerações de Venerosi Pesciolini (1914) produziram reações bastante controversas, bem como críticas de congregações francesas. Em particular, os líderes dos capuchinhos franceses expressaram algum desconforto com as observações da cúpula da *Italica Gens*. Bernardin D'Apremain, que acompanhou com grande atenção a reportagem de Pesciolini no jornal italiano, não hesitou em falar sobre a “visão distorcida sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul” e a falta de conhecimento sobre o trabalho feito pela congregação francesa para os colonos italianos. A culpa original do Padre Superior capuchinho foi precisamente confundir ou misturar “vontade espiritual e interesse patriótico”:

Se bem entendo, o objetivo da revista da associação *Italica Gens* é certamente ajudar os colonos, mas parece esconder outro objetivo principal: patriótico, nacional. Isso significa tornar as colônias italianas uma extensão da Itália, mantendo alguns grupos compactos e homogêneos de língua e hábitos italianos, mas com uma adaptação sábia para o novo ambiente onde os imigrantes já existem (D'APREMONT; GILLONAY, 1976, p. 87).

A *Italica Gens* e as escolas

Nesse cenário também se coloca a importância atribuída pela Federação ao desenvolvimento das escolas étnico-italianas consideradas fundamentais para melhorar as “energias intelectuais latentes de nossos emigrantes, a fim de capacitá-los a desenvolverem em sua mente o espírito nacional” (ROSOLI, 1990, p. 8). A escola é considerada um veículo fundamental para garantir, através do idioma, a “preservação” do caráter nacional, da italianidade. De acordo com Rosoli (1990, p. 89), o impulso da *Italica Gens* foi mais criativo, “com modelos alternativos e novas iniciativas escolares na América, e se concretizava sustentando as numerosas existentes, já promovidas por sacerdotes e religiosos”.

Ao contrário do que estava acontecendo nos Estados Unidos e na Argentina, as escolas étnico-italianas, de acordo com a análise de Venerosi Pesciolini (1914) gozavam de forte consenso entre as autoridades e populações locais e podiam competir, na opinião dele, com as do Brasil. Devido às dificuldades financeiras dos vários estados brasileiros, as escolas ainda não pareciam se desenvolver significativamente. Ao invés de ter um papel marginal, a Língua Italiana ainda parecia desempenhar papel preponderante, uma “língua útil”. A ajuda do governo italiano, sob a forma de subsídios, revelou-se muito mais eficaz do que em outros contextos do Exterior. Por isso, foi fácil para o diretor do IG chegar à conclusão de que podia esperar mais “investimentos do governo italiano neste setor, a fim de assegurar o desenvolvimento de uma rede de instituições educacionais, capazes de proteger os traços de identidade nacionais e de retardar a séria ameaça da desnacionalização, que até marcava presença no caminho” (VENEROSI PESCIOLINI, 1914, p. 12).

Assim, para Venerosi Pesciolini (2014), nos três estados do Sul do Brasil havia condições para que a escola pudesse agir não apenas para a “preservação da nossa língua”, mas, sobretudo, como “o principal meio de transmitir educação no país [Brasil]”, para garantir, assim, uma “base para ela” de utilidade e resistência “que inutilmente poderia ter sido perseguida em outros contextos do Exterior”. Venerosi Pesciolini (1914) observou o importante trabalho realizado pelas autoridades consulares para o desenvolvimento da rede escolar, embora condicionado por um baixo financiamento e incentivado, pelo lento estabelecimento da rede de escolas primárias, promovido gratuitamente pelas autoridades estaduais e municipais brasileiras, que, no entanto, começaram a dificultar a sobrevivência das escolas italianas, devido à ausência de professores. Daí a proposta elaborada pelo conde Venerosi Pesciolini, de uma reorganização das escolas italianas, de acordo com o modelo

que os colonizadores alemães haviam constituído e articulado no Sul do Brasil. Venerosi, de fato, observou que, entre os pontos fortes do sistema germânico, a formação de professores era realizada através da seleção dos perfis mais adequados entre os colonos e com o envolvimento de escolas normais, geralmente dirigidas por religiosos. Uma tarefa que o conde toscano viu entendeu possível, através do envolvimento mais significativo dos institutos religiosos femininos, ao lado do envio direto ao Brasil de mestres e professores treinados nas escolas normais italianas. Essas medidas, juntamente com algumas de natureza jurídico-administrativa e de segurança social, poderiam ter favorecido uma participação mais efetiva do corpo docente de origem italiana. Mas, ao lado do nível de formação, de acordo com Venerosi Pesciolini (1914), era oportuno intervir do ponto de vista do sistema didático-pedagógico, a partir dos programas de ensino. Um dos limites vislumbrados pelo líder da Federação, de fato, consistia na presença de um programa exclusivamente italiano, de livros didáticos feitos exclusivamente para a Itália, tornando inútil e inadequado o conteúdo que as crianças recebiam nas escolas étnicas. Não é por acaso que os livros e os programas haviam sido adaptados nas escolas alemãs. Ao mesmo tempo, o conde via a oportunidade de pensar sobre o estabelecimento de um instituto secundário que, de forma semelhante ao que acontecera nas colônias de origem germânica, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, poderia envolver a ordem dos jesuítas (VENEROSI PESCIOLINI, 1914, p. 290).

Para atingir esses objetivos, Venerosi Pesciolini esperava uma intervenção financeira direta do governo italiano que, na opinião dele, deveria ter concentrado nessas áreas a “maioria dessa atividade e aquele dinheiro que, em vão ou quase, é gasto em outros países, onde nenhum lucro pode ser esperado” (VENEROSI PESCIOLINI, 1914, p. 291). As propostas e sugestões de Venerosi Pesciolini permaneceram ignoradas entre os grupos político-dirigente-italianos que, naquela fase, foram absorvidos pelos problemas determinados pelo início da Primeira Guerra Mundial e pela consequente escassez de recursos.

O relançamento do projeto cultural das escolas para a italianidade

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e, em particular, no início da década de 20, do século XX, o interesse das lideranças político-administrativo-italianas pela Federação *Italica Gens* foi renovado: naquele momento, a associação se qualificou como uma das mais importantes agências pró-governo do Ministério das Relações Exteriores. O maior envolvimento da associação amadureceu à

luz de mudanças nas diretrizes ministeriais e com a consequente transformação dos líderes encarregados, para que a aplicação das medidas de natureza política fosse devidamente realizada (BARAUSSE, 2015). Desde os primeiros meses de 1921, amadureceu e ganhou consistência a mudança de linha por parte do ministério. Em torno da figura do novo diretor, Ciro Trabalza, madurou uma significativa mudança de endereço na estrutura e gestão de toda a Direção-Geral das Escolas Italianas no Exterior (DGSIE). Primeiro de tudo, para relançar a presença de escolas italianas no Exterior; como escreveu Trabalza, em uma nota, fazendo inclusive uma votação expressa pela comissão central, era “aproveitar mais do que se fez para o passado do trabalho das sociedades religiosas dedicadas, principalmente, ao cuidado de expatriados italianos e sociedades seculares, cuja finalidade é manter e difundir a língua e cultura italiana no Exterior”.⁵

A Direção-Geral das Escolas Italianas no Exterior (DGSIE), sob a direção de Trabalza, decidiu empreender um estudo das várias questões e da reorganização, com base nos relatórios que chegavam sobre o andamento das escolas e “uma radiografia sistemática do estado efetivo das mesmas”, chegando à conclusão de que era necessário “providenciar uma radical reorganização e um sistema eficaz de vigilância das escolas na América, apesar de vasto e variado material não ter sido ainda de todo analisado”. Daqui a ideia de constituir uma comissão com a tarefa de aprofundar a situação e propor um projeto de lei.⁶

Do ponto de vista da DGSIE, o problema era tríplice: político, financeiro e técnico. Do ponto de vista político, revelava como

é necessário explicar, com a máxima cautela, por que não se suscita no Exterior, especialmente em um momento no qual se acentua a tendência à americanização dos emigrantes, a impressão de que se queira operar uma penetração política e, de qualquer forma, com intentos nacionalistas de expansão política [...] Por isso, será oportuno fazer revelar de modo explícito que pretendemos, em linhas-gerais, difundir a cultura italiana, especialmente onde é buscada pelos estrangeiros e, no caso específico, oferecer a cultura dos nossos conacionais, de maneira que esses possam tornar-se ótimos cidadãos do Estado americano, conservando a língua do país de origem.⁷

⁵ Nota em Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri (daqui para – frente Asmae), Archivio Scuole 1888-1920 [AS 1888-1920], b. 437.

⁶ Relatório da DGSIE, s.d. [mas de 1921], Asmae, AS 1888-1920, b. 437.

⁷ *Ibid.*

As forças que deveriam coadjuvar o trabalho reorganizador nas diversas formas individualizadas deviam ser todas “sem distinção de fé política ou religiosa, devendo ser única, no Exterior, a palavra de ordem: italianidade” Com base nessas premissas, o Ministério instituiu, em 14 de dezembro de 1921, uma Comissão para reorganizar e vigilar as escolas italianas nas Américas.⁸ Particularmente significativo foi o envolvimento da federação IG na comissão criada para reorganizar as escolas na América e elaborar uma lei específica. A comissão confiou a tarefa de delinear as possíveis soluções a Ernesto Schiaparelli, no que diz respeito aos Estados Unidos, ao Prof. Adolfo De Bosis para América Central, o Prof. Vittore Alemanni para o Brasil, e o Comendador Franzoni para a Argentina. Exatamente aquelas de Schiaparelli e de Alemanni foram definidas como de “importância capital”.⁹ Em relação às atividades da comissão, expoentes do clero, que já haviam contribuído para o IG, como o Pe. Baldelli, que não escondeu críticas e preocupações ou expressou claro desconforto com o secretário-geral da organização federal, expressaram sua oposição às escolhas de Schiaparelli, para centralizar a representação da Associação Nacional e da *Italica Gens*. Uma escolha que, “além de desmoralizar nosso trabalho diante dos adversários, escravizará, sem que ele perceba, a Maçonaria, através do Dante Alighieri, da Liga Italiana e do Instituto Colonial Italiano, a própria Comissão, que não deixará de doar a parte máxima da ajuda financeira em benefício das escolas”.¹⁰ Tratava-se de uma preocupação que o secretário da Congregação Consistorial, Cardeal De Lai, não hesitou em expressar, diretamente ao secretário do IG, ao pedir-lhe para repensar a decisão de assumir a dupla representação, em consideração à “séria repercussão que sua decisão pode ter nas discussões em qualquer votação que pudesse ter lugar dentro da Comissão acima mencionada,

⁸ Além do subsecretário das Relações Exteriores, participaram o comissário-geral para a Emigração, Giuseppe De Michelis, o diretor-geral de Assuntos Políticos, Comerciais e Privados da América, Ásia, África e Austrália, Filippo Serra; o diretor-geral das Escolas Italianas no Exterior, Ciro Trabalza; o cônsul-geral, chefe do escritório executivo das escolas italianas no Exterior, o inspetor central para escolas de ensino médio, representante do Ministério da Instrução Pública, Vittore Alemanni; o representante da *Società Nazionale Dante Alighieri*, o representante do Instituto Colonial-Italiano Antoni, o representante da Associação Nacional para a Proteção dos Missionários Italianos e da *Italica Gens*, Ernesto Schiaparelli; o representante da Liga Italiana para a proteção dos interesses nacionais, Adolfo De Bosis; o secretário de Legação Giovanni Di Giura.

Relatorio da DGSIE, s.d. [mas de 1921], Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri (daqui para frente Asmae), *Archivio Scuole 1888-1920*, b. 437.

⁹ Pró-memória para o subsecretário do Estado “La scuola italiana in America”, 13 de fevereiro de 1923, Asmae, AS 1923-1928, b. 702.

¹⁰ A carta de Dom L. Baldelli a G. De Lai guardada no Archivio Centro Studi Emigrazione Roma (ACSER), *Carte Italica Gens*, è cit. in G. Rosoli, *Chiesa ed emigrati italiani in Brasile, in Chiesa ed emigrazione italiana tra '800 e '900*, in “Studi Emigrazione”, XIX, n. 66, 1982, p. 237.

em grande vantagem das outras associações e em detrimento de *Italica Gens* e da Associação Nacional".¹¹ Não podemos excluir que o cardeal visasse maior envolvimento do prelado da emigração, a outra estrutura eclesiástica dedicada ao problema migratório, uma expressão da vontade centralizadora da Santa Sé, mas, também, da renovada pastoral da Igreja, nas escolhas político-ministeriais. No entanto, Schiaparelli não oferece disponibilidade efetiva. O oficial secretário de *Italica Gens* e da Associação Nacional, na verdade, não só recordou as insistências da direção geral do ministério, portanto de Trabalza, mas sobretudo argumentou o embaraço de ter que delegar a tarefa a uma segunda pessoa de quem ele não havia certeza sobre a posse das competências necessárias para atender às tarefas da comissão. Schiaparelli buscou, no entanto, tranquilizar os chefes do edifício consistorial sobre a questão central levantada por Baldelli:

Por outro lado, a comissão não tem voto deliberativo, mas apenas consultivo, e foi nomeada mais para dar satisfação ao amor próprio daqueles entes que propuseram uma atividade italiana no Exterior, do que para estabelecer diretivas, as quais já foram bem-estabelecidas pelo próprio ministério. E, pela comunicação confidencial que eu tinha do relatório pronto, posso assegurar-lhes que correspondem aos critérios sobre os quais o Arcebispo Cerrati já se reportou à sua Eminência. Não creio, portanto, que haja razão para ter apreensões, e acredito que as coisas seguirão mais facilmente o caminho que está em nossos votos, pelo menos imaginaremos que queremos influenciá-las.¹²

De fato, a administração cuidadosa do secretário da comissão, Barão Di Giura, próximo à federação católica, permitiu que as organizações católicas mais envolvidas mantivessem o conhecimento do que estava amadurecendo, na própria comissão. O mesmo Prelado para a Emigração, Mons. Cerrati, esteve envolvido em um pedido de parecer.¹³

Por sua vez, a associação católica continuou a mostrar sua atenção especial à emigração italiana nos estados do Sul do Brasil – além disso na América do Norte – ao confiar a outro dos líderes da Federação, o Cap.

¹¹ Carta de G. De Lai a E. Schiaparelli, 12 de dezembro de 1921 no ASG, RP-02-02, Pos. *Italica Gens. Corrispondenza Schiaparelli – Congregazione Concistoriale 1914-1924*.

¹² Carta de E. Schiaparelli a G. De Lai, 17 de dezembro de 1921 in AGS, RP-02-01 Pos. *Italica Gens. Corrispondenza Mons. Pisani Pietro Schiaparelli Ernesto (1913-1928)*.

¹³ Carta de Mons. M. Cerrati a G. Di Giura, de 10 de novembro de 1922, Asmae, AS 1888-1920, b. 437.

Luigi Seghetti, uma nova longa viagem para os três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ele tinha como tarefa específica identificar as estratégias necessárias para dar substância ao projeto proposto, alguns anos antes, pelo conde Venerosi Pesciolini para a defesa e a promoção da italianidade através das escolas.¹⁴

Os relatórios do Cap. Luigi Seghetti sobre o trabalho realizado, e o lembrete sobre o que poderia ser feito, em relação à preservação da Língua Italiana e do sentimento nacional nessas áreas coloniais, se fundavam na constituição de uma série de escolas, fundamentalmente paroquiais,¹⁵ e persuadiram o Ministério das Relações Exteriores a fortalecer as

¹⁴ Relatorio de Luigi Seghetti em Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri (Asdmae), AS 1923-1928, b. 637. Está em andamento, de quem escreve e da professora T. Luchese, a publicação integral dos relatórios de viagem do dirigente inspetor da *Italica Gens*.

¹⁵ Seghetti preparou um lembrete, cuja cópia é mantida no Archivio Scuole do MAE, que solicitava o envio de um secretário-inspetor a Florianópolis, a fim de “fazer com que as escolas italianas funcionassem – ou cursos simples – de modo que eles dão melhor retorno, tanto quanto as condições locais permitirem). Comissões escolares nos vários centros, formadas por pessoas escolhidas entre as melhores da Colônia. Procure funcionários, ajuda financeira. Distribuição de livros, subsídios do governo, prêmios, etc. [...]. Preencha as deficiências encontradas na equipe da escola, muitas vezes composta de elementos insuficientemente preparados. Se possível, faça cursos rápidos de higiene e primeiros socorros. Espalhe músicas patrióticas, etc. etc. Em suas visitas, o Inspetor realizará as necessidades econômicas, morais e culturais das várias colônias, tornando-se útil em todas as contingências, despertando energias adormecidas, revivendo a memória da pátria distante, cooperando na harmonia das almas, na união espiritual das colônias italianas, para preservar o sentimento nacional e a língua italiana. De Florianópolis irradiará sua ação pelo estado de Santa Catarina, mantendo contato com a presidência de *Italica Gens*. Interessado pelas escolas italianas, ele não deve perder de vista a possibilidade de que as escolas brasileiras existentes possam, com acordos apropriados com o pároco e com a colônia, transformar-se em escolas italianas ou, melhor, ítalo-brasileiras. Esta questão exige a máxima prudência para não ofender a suscetibilidade das autoridades brasileiras. É útil que as escolas sejam todas de natureza paroquial, contando também com o apoio das Autoridades Eclesiásticas (Bispos e párocos). Incentive o trabalho já iniciado. Começando, mesmo para o novo emprego, a partir de um programa mínimo (cursos simples de italiano – que devem ser estabelecidos onde houver grupos de famílias italianas – comissões, subsídios, prêmios, livros, incentivo etc.) e depois, lugar por lugar, em todos os lugares é possível, tentar estabelecer escolas italianas (também com o ensino da língua portuguesa) como já em Cresciúma, Rio Pio, etc.) e fazer com que elas substituam as escolas brasileiras existentes. Atue de acordo com as condições do ambiente. É necessário que o inspetor e o secretário, apesar de ser o responsável pela Itállica Gens, tenham também o pleno reconhecimento do governo pátrio, que faz uso da ação iluminada e viva da italianidade que terá que realizar tanto no campo escolar como no campo social. Em Florianópolis é necessário um professor de ensino no Ginásio Caterinense (e se o decreto tiver sido assinado) na Escola Normal (ver o relatório n. 15. Ele terá de depender do Secretário Inspetor para sua nova colaboração. Ele realizará conferências culturais na capital e, compatível com as necessidades do seu escritório, também em outros centros do Estado: o Estado do Rio Grande do Sul, um secretário inspetor (como para o Estado de Santa Catarina) com residência em Bento Gonçalves, tanto mais necessário quanto possível, em consideração ao longo tempo já transscrito e à revolução que assola o Estado. Padre Chenuil, Superior Geral dos Scalabrinianos, concordou em operar um Secretariado em Bento Gonçalves, mas seria útil providenciar o envio do Secretário-inspetor, fazendo arranjos com o Pe. Chenuil sobre como ele deveria, com unidades de trabalho, trabalhe no escritório”. Lembrete sem assinatura (mas do Cap. Luigi Seghetti) e sem data [mas de janeiro ou fevereiro de 1924]. Asmae, AS 1923-1928, b. 637, f. Documentos soltos.

intervenções no Brasil, através do envio de três inspetores da *Italica Gens*, conforme anunciou Schiaparelli, entre janeiro e a primavera de 1924: Cesare Bompard ao Rio Grande do Sul; Cesare Marzioli e Cesare Tibaldeschi para o Estado de Santa Catarina.¹⁶ Conforme consta, o segundo indicado teria residido em Florianópolis, mas, com o objetivo de visitar também o Paraná.¹⁷ Mais tarde, o médico Giorgio Brunet foi adicionado.¹⁸ O importante papel assumido pela associação, durante os primeiros anos do governo fascista, também teria sido lembrado no parlamento pelo relator do Conselho Geral de Orçamento Andrea Torre (PIANO, 1970, p. 442).

De acordo com a carta, com a qual o vice-secretário da associação, conde Venerosi Pesciolini, comunicou à Bompard¹⁹ a tarefa, lemos que o propósito provisório da missão era promover “a obra da italianidade” iniciada alguns anos antes pelo Cap. Luigi Seghetti. Seria então de Bompard a tarefa de “dar a melhor organização possível às pequenas escolas já existentes” e àqueles que “criem e executam bases mais amplas e mais racionais”. Dentro dessas atividades, havia

¹⁶ Promemoria per il sig. Capo di Gabinetto di S.E. il ministro do 13 de maio de 1924 (Traduzido Promemoria para o Chefe de Gabinete de S. E. o Ministro, de 13 de maio de 1924). Asmae, AS 1923-1928, b. 679, f. Ispezione scuole dipendenti dall'ANMI.

¹⁷ Carta de E. Schiaparelli ao chefe de Gabinete, de 24 de abril 1924, Asmae, AS 1923-1928, b. 637, f. Porto Alegre.

¹⁸ Carta de Ernesto Schiaparelli a Cesare Bompard, de 17 de junho de 1925, Archivio Storico ANMI, 29/B Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1934-1930, f. 1924-1925.

¹⁹ Cesare Bompard foi um jovem advogado que provinha do ambiente de prelazia da emigração, que se estrutura, através da intervenção direta de Michele Cerrati, outro prelado para a emigração nominado pelo papa, conforme assinalado pelo secretário da *Italica Gens*, Ernesto Schiaparelli. Piemontês, como egíptólogo, nasceu em – Bardonecchia, em 28 de abril de 1892. Em 1913, foi convocado para as armas e, depois de ter frequentado o curso para alunos de oficiais, no 70º Regimento de Infantaria, em fevereiro de 1914 foi nomeado subtenente. Foi no interior do Exército que amadureceu sua sensibilidade e sua atenção aos problemas da instrução, quando, entre 1914 e 1915, lhe foi confiada a escola para militares analfabetos e, autonomamente, iniciou um curso de História Pátria a todos os militares, assim como conferências noturnas. Em 1915 dirigiu a escola para exploradores. Depois da entrada da Itália, na Primeira Grande Guerra Mundial, foi imediatamente chamado para combater e, em outubro de 1915, sofreu um primeiro grave ferimento. Depois de ter alta do hospital em março de 1916, foi promovido tenente e se ocupou da instrução dos reconvocados e de uma parte da classe de 1898. Depois de ter passado pelo comando supremo e depois pelo 37º – Regimento de Infantaria, em 5 de agosto de 1917 sofreu um segundo grave ferimento e, em seguida, foi declarado inábil para a guerra. Mas, depois de pedir para ser chamado de volta ao serviço, ele foi designado para o gabinete de campo, como oficial responsável. Pelos méritos de guerra, obteve vários reconhecimentos, como a Cruz da Guerra, a medalha da campanha 1915 – 1918 e da Unidade da Itália. Após a guerra, formou-se em Direito pela Universidade de Turim, em 19 de julho de 1921. Entre 1922 e 1923, foi encarregado pelo Bispo Michele Cerrati, um prelado para a emigração, para lecionar sobre legislação de emigração e sobre cidadania num curso para sacerdotes. O que conhecemos de Bompard é parte de um documento que resume, substancialmente, o currículo e que foi redigido por Mons. Michele Cerrati para outro prelado da emigração, – nomeado pelo papa. Carta de Michele Cerrati de 26 de fevereiro de 1924 in Archivio ANMI 29/B Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile meridionale 1924-1930, f. 1924.

também a tarefa de organizar um depósito de material escolar fornecido pelo Ministério e cuidar da distribuição do próprio material entre a população dos colonos. Finalmente, uma visita a todos os assentamentos coloniais também foi prescrita para garantir a recuperação do espírito de italianidade.²⁰ Em sua carta de resposta, Bompard, depois de agradecer Schiaparelli pelo cargo, assegurou que ele estava trabalhando “para o triunfo de nossa religião e nossa pátria”.²¹

Existem inúmeros traços documentais da atividade realizada pelos três inspetores, nos contextos do sSI do Brasil e sobre os quais aqui não é possível explicitar de forma mais sistemática: relatórios enviados à sede da *Italica Gens*, relatórios enviados às autoridades consulares e ao Ministério. No entanto, a ação dos inspetores de *Italica Gens* e Bompard, em particular, caracteriza-se por uma autonomia significativa e por uma avaliação igualmente autônoma do valor das instituições educacionais italianas, presentes nas colônias.

Bompard organizador cultural para o relançamento da italianidade

Durante os anos de sua permanência na área colonial do Rio Grande do Sul, Bompard fez numerosas viagens, às vezes atrevidas, almente a cavalo²² e depois com carro,²³ assumindo muitos riscos para induzir Schiaparelli a recomendar maior prudência.²⁴ O trabalho de Bompard era aquele de visitar as comunidades de colonos imigrantes com certa consistência; verificar suas condições de desenvolvimento; coletar dados; organizar encontros para suscitar o interesse e o sentimento nacional; registrar o número de escolas e verificar as condições para o desenvolvimento e apoio à disseminação de cursos

²⁰ Carta de Venerosi Pesciolini para Cesare Bompard, de 24 de janeiro de 1924, *ibid.*

²¹ Carta de Cesare Bompard para Ernesto Schiaparelli, de 27 de abril de 1924, *ibid.*

²² “A viagem foi bastante accidentada. Antes de mais nada, tive que contratar uma mula para transportar as caixas, já que, pela grande distância, não consegui que o material chegasse até mim. Mas, quando a jornada começou, a mula ficou pressa e não quis mais saber de proceder. Qualquer tentativa de fazê-la se mover era inútil. De fato, em algum momento, eu rasguei o cabresto e fui novamente em direção a Bento. Saí na manhã seguinte com um cavalo em vez de uma mula e um menino para guiá-lo. Mas, a certa altura, eu tive que sair do meu cavalo e andar sob um sol ardente, com calor sufocante e uma sede que me queimava. Cheguei no dia seguinte a N. Bréscia cansado e exausto”. Trabalza anotou na margem da folha: “Aqui estão os verdadeiros pioneiros!” (Carta de Relatório de Bompard a Schiaparelli, datada de 10 de dezembro de 1924 *in Asmae*, AS 1923-1928, b. 637, f. Porto Alegre).

²³ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 18 de novembro de 1925, Archivio Storico ANMI, 29/B Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1924-1925.

²⁴ Veja a carta em que o secretário-geral pede ao administrador para “não se expor demais” (Carta de Schiaparelli a Bompard, datada de 16 de janeiro de 1925, *ibid.*).

de língua e cultura italiana. Bompard foi muito ativo e, imediatamente – apesar de algumas dificuldades e desorientações²⁵ –, iniciou contatos para perseguir os objetivos para os quais ele foi contratado pela *Italica Gens*. Nos meses sucessivos após a sua chegada, o inspetor da *Italica Gens*, entre outubro e dezembro de 1924, viaja para muitas cidades coloniais, como Faria Lemos, Pinheiro Alto, Esperança, Dois Lajeados, Anta Gorda, Itapuã, Loboli, Paredon, Putinga, Gramado, Nova Bréscia, Encantado, Mussum, Santa Teresa, Montebello, Caxias.²⁶ Entre janeiro e fevereiro viaja de Nova Bassano a Vista Alegre e Montevêneto, antes de retornar a Bento Gonçalves. Sucessivamente, ele visita os Municípios de Alfredo Chaves e Guaporé.²⁷ Entre fevereiro e abril se move novamente para Guaporé e segue para Garibaldi, Nova Vicenza, Nova Milano, Nova Roma e Antônio Prado.²⁸ Em maio de 1925, no entanto, Santa Maria é objeto de uma visita específica.²⁹ Viajar é um compromisso constante que ele manteve ao longo dos anos. Em março de 1926, visita as comunidades de Guaporé, Passo Fundo, Erechim. Entre dezembro de 1927, são visitadas as localidades de Castro Alves, Nova Roma, Nova Treviso, Antônio Prado, S. Pietro de Ypiranga, Nova Trento, S. Marco da Serra, Anna Rech, Caxias, Galópolis, São Pedro, São Marcos de Palmeira, Nova Vicenza, Nova Milano.³⁰ Periodicamente, Bompard atualiza o secretário da *Italica Gens*, Ernesto Schiaparelli, através de correspondência contínua. O fio da rede de relações entre o inspetor e a pátria nunca cessou durante seus cinco anos de presença. Os vestígios

²⁵ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 28 de julho de 1924, *ibid.* “Devo confessar que me sinto muito desorientado. Não há praticamente nenhum vestígio do trabalho do Cap. Seghetti; a revolução destruiu tudo. Eu terei que trabalhar muito tempo para reconstruir. Tenho a impressão (é apenas a minha impressão) de que o Cap. Seghetti confiou demais no entusiasmo e patriotismo que muitas pessoas lhe mostraram. Percebi que muitas pessoas dispostas, além de terem boa vontade, queriam receber algum subsídio. Alguém realmente declarou isso explicitamente” (Carta de Bompard para Schiaparelli, datada de 25 de agosto de 1924, *ibid.*).

²⁶ Elenco delle spese sostenute dal 1º ottobre al 31 di dicembre del 1924, *ibid.*

²⁷ “Na minha recente viagem, pude estabelecer definitivamente a escola no distrito de Borges de Medeiros, a 30 km de Guaporé. O Sr. Armando Conedera, voluntário de guerra e ardente patriota, fará uma escola noturna onde os adultos também virão. Eu já providenciei o envio de livros necessários. Também na Vista Alegre tratei a escola com o mestre estadual, Sig. Giacomo della Costa, que não podia fazer aulas diárias por regulamentação, o fará à noite. Outra pequena escola, também esta noite, também será aberta pelo Sr. Meneghini, um homem de excelente cultura e apaixonado leitor de livros italianos” (Carta de Bompard a Schiaparelli, datada de 5 de janeiro de 1925 in Asmae, b. 637, f. Porto Alegre).

²⁸ Lista delle spese dal 1º marzo al 30 aprile. Lista delle spese da maggio a giugno, 1925, Archivio Storico ANMI 29/B, cit.

²⁹ Carta de Bompard para Schiaparelli, de 18 de maio de 1925, *ibid.*

³⁰ Lista delle spese da marzo ad aprile, 1925, anexa à Carta de Bompard para Schiaparelli, de 1º de maio de 1926, Archivio Storico ANMI 29/B Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1927.

dessa troca são documentados pelas mais de cem cartas e relatórios preservados, hoje, no Arquivo Histórico da ANMI e que, juntamente com os dos demais inspetores enviados, são objeto de uma coleta sistemática em andamento e coordenada por este autor.³¹

As iniciativas de Bompard, inicialmente, são colocadas em um clima particularmente favorável, porque a classe política rio-grandense exaltava a contribuição da imigração italiana para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, através da celebração do 50º aniversário da imigração italiana.³² O quinquagésimo representa um momento de considerável afirmação de identidade para as várias comunidades italianas de imigração italiana que geravam fortes expectativas em todos os grupos coloniais e imigrantes urbanos (BARAUSSE; LUCHESE, 2020). É interessante a interpretação que o membro da *Italica Gens* deu sobre as consequências da grande celebração. É, primeiro de tudo, política. Bompard, de fato, viu na manifestação da grandeza italiana o início de um papel mais direto também na vida política do estado rio-grandense: “Será tentado absorver este poderoso elemento, amalgamando-o com os outros, explorando suas preciosas energias e excelentes qualidades morais. O governador do Estado já prometeu introduzir mais italianos à administração, para dar a língua e cultura italiana que eles merecem”.³³

Tudo isso teve um reflexo certamente positivo, “porque valoriza a nossa raça que tem suas características étnicas (justamente pelo isolamento em que foi forçada)”, mas o que é mais destacado e temido como consequência é a possível integração ou assimilação dos italianos ao contexto social do estado: “Mas pode apresentar o grave perigo, que, com um contato mais íntimo com o elemento brasileiro, os italianos perdem seu caráter original”.³⁴ Daí a necessidade de ativar uma estratégia adequada para manter os traços identitários intactos, através de quatro ações: a) organização das viagens na Itália; b) difusão da cultura, através de maior distribuição de livros; c) maior envolvimento do papel do clero e das organizações religiosas; d) uso de meios modernos de comunicação, como a imprensa periódica. Mas, na ação cultural, como veremos, havia também uma indicação para apoiar o desenvolvimento de escolas étnicas.

³¹ Aproveito esta oportunidade para agradecer ao Doutor Maiuri pela disponibilidade e pela liberalidade com que permitiu a consulta ao rico acervo histórico da Associação.

³² Ver as cartas de Bompard para Schiaparelli, de janeiro até dezembro, 1927, Archivio Storico ANMI 29/B Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1927.

³³ Carta de Bompard para Schiaparelli, de 5 de janeiro de 1926, *in Asmae*, b. 637, f. Porto Alegre.

³⁴ “[...] Mas pode apresentar o grave perigo de que, com íntimo contato com o elemento brasileiro, os italianos percam o caráter originario”, *ibid*.

Os relatórios e as comunicações nos permitem definir melhor o tipo de atividades realizadas por Bompard e os inspetores de *Italica Gens*, para realizar o projeto de reviver a identidade em um sentido étnico-nacional e religioso. As visitas periódicas do inspetor de *Italica Gens* aos núcleos coloniais foram destinadas a promover ocasiões de encontro com pequenas comunidades, na maioria das vezes à noite, para atender ao que o missionário leigo piemontês definiu como “Jornadas da Italianidade”, realizadas através do método inovador de apresentação de *slides*, com auxílio dos párocos.³⁵ Um método que parecia despertar grande entusiasmo entre as pequenas comunidades, que se reuniam mais motivadas pela curiosidade para participar de eventos, que pareciam possuir algo mágico, porque eram feitos através do com o uso de produtos tecnológicos naquele contexto e naquela época, bastante inovadores.³⁶ Essas iniciativas foram acompanhadas por tentativas de estabelecer bibliotecas paroquiais, promover grupos e atividades teatrais ou propostas particularmente ousadas e complexas, como a organização de uma peregrinação à Itália.³⁷ Tais iniciativas foram a expressão de uma abordagem do catolicismo, que parecia estar no centro das modernas formas de propaganda de massa, enxertadas no tecido social de pequenas comunidades de imigrantes. Através destes formulários, o inspetor fiduciário do *Italica Gens* propôs transmitir um sentimento nacionalista que, na perspectiva da organização de Schiaparelli, foi considerado uma pré-condição essencial, para preservar o caráter religioso dos colonos emigrantes, mas que foi inevitavelmente destinado a sustentar uma grande adesão, ainda que expressa de forma

³⁵ Veja-se, por exemplo, o relatório de Bompard, de 10 de dezembro de 1924, e as notas entusiasmadas, colocadas à margem do texto, por Trabalza, que não hesitou em enviar o relatório ao chefe de Gabinete, o marquês Paulucci, para chamar a atenção de “S.E. o presidente, porque ele se digna a ler, quando voltar, mesmo as primeiras quatro páginas, que não deixarão de movê-la, verão o drama [...] desse silencioso mas profundo trabalho que estamos fazendo, pela primeira vez depois de cinquenta anos de abandono” (Carta de Trabalza, de 22 de fevereiro de 1925 *in* Asmae, AS 1923-1928, b. 637, f. Cartas soltas).

³⁶ “Essas visões da Itália são uma revelação para nossos compatriotas. Aqueles que nunca viram nada e acreditam que o mundo inteiro é o mesmo em que vivem, ficam surpresos com essas belezas soberbas e sentem-se orgulhosos por essas belezas serem manifestações do gênio italiano. A Itália, sua amada Itália, da qual pouco sabem, que conhecem apenas pelas descrições feitas por seus pais e por algo ouvido na escola, apresenta-se com projeções em toda a sua glória, em toda a sua magnificência” (Bompard a Schiaparelli, de 10 de dezembro de 1924, *in* Asmae, AS 1923-1928, b. 637, f. Cartas soltas).

³⁷ A esse respeito, ver o relatório enviado por Bompard a Schiaparelli, em 5 de janeiro de 1926, e a nota de Venerosi Pesciolini, como vice-secretário-geral da *Italica Gens*, que acompanhou a transmissão do inspetor à direção geral do Ministério das Relações Exteriores, em 6 de março de 1926 (Ambos os documentos *in* Asmae, AS 1923-1928, b. 637, f. Porto Alegre).

vaga, dos colonos que imigraram para a ideologia do fascismo.³⁸ Essa abordagem teria levado Bompard, em 1929, a exaltar o acordo entre a Santa Sé e o governo fascista.³⁹

Bompard e a imprensa étnico-católica

No contexto das modernas atividades de propaganda cultural, Bompard também assumiu aquela de um publicitário. As atividades jornalísticas do representante do IG se desdobram em um contexto, o da área colonial italiana, que girava em torno de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, e que expressou certo dinamismo do ponto de vista jornalístico. A área, de fato, caracterizava-se pela presença significativa de jornais católicos com características e endereços às vezes conflitantes. As iniciativas do jornalismo de estilo scalabriniano, evidente na publicação do *Corriere d'Italia*, estavam bem-estabelecidas, como aquelas que, ao contrário, eram a expressão da congregação capuchinha, que editava o jornal *La Staffetta Riograndense* (POZENATO, GIRON, 2004). Enquanto o primeiro estava comprometido com a busca de um projeto editorial e educacional destinado a combinar a defesa do sentimento religioso, como o da pertença nacional (LUCHESE, 2017) o último parecia menos sensível às questões sociopolíticas e estava mais orientado em sentido estritamente confessional. Aquele relativo à imprensa periódica ou cotidiano foi um capítulo bastante relevante, no itinerário do administrador da *Italica Gens*, que começou a colaborar com o jornal *Scalabriniano*, após os primeiros meses de sua chegada.⁴⁰ Mas as vicissitudes da imprensa étnico-católica são um capítulo interessante na história mais geral das relações entre catolicismo,

³⁸ “Estamos passando por dias de intensa italianidade. Eu não sei se você sabe que houve outra época em que se fala tanto sobre a Itália como nos últimos tempos: é uma verdadeira onda de admiração por nosso país, pelo valor de seus filhos... O heróico empreendimento do aviador De Pinedo talvez tenha despertado tanto entusiasmo quanto despertado na Itália; Todos os jornais exaltaram o piloto ardoroso, eles seguiram sua jornada com paixão. Então veio o começo da viagem aérea de Casagrande. O anúncio desta nova e esperada vitória das asas italianas produziu uma verdadeira comoção na colônia; Mal falamos de qualquer outra coisa, as páginas de jornais que são lidas com ganância são ansiosamente aguardadas com ansiedade febril. Todo mundo se sente orgulhoso de ser italiano. A inauguração do próprio cabo submarino, que ocorreu com uma velocidade espantosa, foi saudada como um evento para a nossa corrida” (Carta de Bompard a Schiaparelli, de 18 de novembro de 1925, *cit.*).

³⁹ Carta de Bompard para Venerosi Pesciolini, de 20 de junho de 1929, Archivio Storico ANMI, 29/B b. Avv. Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1928-1929-1930.

⁴⁰ A partir de uma troca de cartas entre dois padres scalabrinianos, Cleto Benvegnù e Massimo Rinaldi, párocos do Rio Grande do Sul, se percebe a visita ao primeiro dos padres scalabrinianos realizada no final de julho de 1924 (Carta de Benvegnù Cleto a Massimo Rinaldi, de 2 agosto de 1924 in AGS, DE, 48, 07, f. 30).

emigração e educação e colocam em evidência a complexidade e a dimensão transnacional dos interesses e das perspectivas que entraram em cena, no pequeno contexto rio-grandense.

Os documentos examinados também revelam o envolvimento de mais sujeitos nos eventos que caracterizaram o desenvolvimento da imprensa étnico-católica. Não apenas da *Italica Gens*, mas, também, dos órgãos eclesiásticos que pretendiam governar, a partir de Roma, as dinâmicas complexas originadas do movimento migratório, como a congregação consistorial mencionada, através da figura do Cardeal De Lai e do prelado da emigração, Mons. Cerrati. O secretário do consistorial é um importante interlocutor para a compreensão das dinâmicas que acompanharam a crise do jornal produzido pelos padres scalabrinianos até a fusão com o jornal dos padres capuchinhos. Só em meados dos anos 1920, a falta de padres disponíveis, e a impossibilidade de colocar um scalabriniano na direção do jornal, levaram o responsável pelo *Scalabriniano*, Pe. Preti, a considerar indispensável a venda do jornal e da tipografia, geridos, até então, principalmente, pelo Pe. Poggi, fundador do jornal. Em sua opinião, um jornal havia feito “um bem imenso entre os colonos italianos, não apenas no lado religioso, mas também tenazmente apoiando o sentimento patriótico”, a ponto de contrastar um jornal anti-italiano.⁴¹ A *Italica Gens*, através da figura de Bompard e da mediação de Schiaparelli, tentou comprar o jornal sugerido pelo mesmo Preti.⁴² Para o inspetor, a compra da tipografia e do jornal poderia ter criado um canal de financiamento para as escolas⁴³ e não poderia “deixar andar porque é uma poderosa arma de propaganda, como mostram as tenazes tentativas dos brasileiros de esmagá-la”.⁴⁴ A perspectiva do administrador scalabriniano visava a assegurar ao jornal

⁴¹ Carta de Preti a Bompard, de 25 de agosto de 1925, *in Archivio Storico ANMI*, 29/B b. Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1924-1925.

⁴² *Ibid.*

⁴³ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 18 de maio de 1925, *ibid.*

⁴⁴ Em uma carta subsequente, Bompard escreveu que o jornal tinha cerca de quatro mil assinantes e fazia entre 4 e 5 contos de réis, o equivalente a 10-12 mil liras por ano. A tipografia rendeu de 12 a 18 contos de réis por ano. Segundo Bompard, através de melhor edição e maior cuidado com a tipografia, os 25 contos de réis poderiam ter sido alcançadas durante o ano, cerca de 60 mil liras. Além disso, a tipografia, embora não particularmente moderna, teria a – necessidade de uma renovação parcial dos tipos. O preço da prensa tipográfica e do jornal foi avaliado em torno de 25 a 30 contos de réis. Era uma questão de dar ao jornal um arranjo “concorrente” de interesses italianos. Em sua opinião, o jornal era uma ferramenta fundamental de propaganda e não podia ser abandonado: “Não se pode deixar ir porque constitui uma poderosa arma de propaganda, como mostram as tenazes tentativas dos brasileiros de esmagá-lo”. Por essa razão, o administrador do IG assumiu a responsabilidade da equipe editorial: “Eu sozinho” (Bompard para Schiaparelli, 5 de janeiro de 1926, *cit.*). O jornal tinha um balanço positivo.

uma linha de continuidade com a gestão anterior, garantida, além disso, pela presença de Bompard que, desde o final de 1924, começara a colaborar com o jornal. A perspectiva do Pe. Preti, compartilhada pelo Pe. Poggi, foi bem entendida pelo secretário da *Italica Gens*. Schiaparelli, de fato, ao responder a uma das comunicações com as quais Bompard esclareceu alguns detalhes da proposta de compra, lembrou que a compra da tipografia e do jornal era “digna de consideração” e, para esse fim, ele pede mais informações ao agente fiduciário.⁴⁵

O projeto responsável pelo *Scalabriniano*, compartilhado também pela *Italica Gens*, contrastava, todavia, com o do secretário da congregação consistorial. O Cardeal De Lai, era pouco favorável a deixar o jornal nas mãos de responsáveis leigos, os quais não poderiam assegurar esse tom, longe dos eventos políticos que ameaçavam comprometer, indevidamente, o clero e suas atividades pastorais. Não por acaso, ao comunicar ao novo responsável pelos scalabrinianos, Pe. Aneto Bogni, sua indicação, ele deu orientações muito precisas: “Eu recomendo fortemente que você dê ao jornal um caráter essencialmente religioso e defensivo para a religião. Sempre elimine essa forma mórbida de nacionalismo, que além de eliminá-los do seu propósito, tornaria impopular às autoridades locais”.⁴⁶

O Cardeal De Lai, segundo Bompard, parecia interessado em fundar uma espécie de cooperativa entre o clero das colônias italianas, para a formação de uma “poderosa tipografia”. A solução, segundo Bompard, parecia “ideal no lado religioso, enquanto no lado italiano” parecia apresentar “algum perigo como o de dar ao jornal um discurso semelhante ao *Staffetta Riograndense* um jornal não favorável à italianidade e com particular tendência à desnacionalização”. Em sua opinião, o projeto de De Lai estava destinado a permanecer uma “ilusão piedosa”.⁴⁷

Em fevereiro de 1925, durante a sua visita ao RS, o superior-geral dos Capuchinhos, Pe. Perspiceto, deu aos Irmãos a indicação de vender o jornal *La Staffetta Rio Grandense* aos scalabrinianos. Depois desse discurso, o novo superior regional dos scalabrinianos convidou Bompard a intensificar as negociações, que, no entanto, tiveram um desfecho inesperado. Os capuchinhos, no entanto, fizeram com que o

⁴⁵ Carta de Schiaparelli a Bompard, de 17 de junho de 1925, *in Archivio Storico ANMI*, 29/B b. Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1924-1925.

⁴⁶ Carta do Cardeal De Lai a Bogni Aneto, de 11 de dezembro de 1925, *in AGS*, ED, 01, 10, f. 04.

⁴⁷ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 5 de janeiro de 1926, *in Archivio Storico ANMI*, 29/B b. Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1926.

jornal perdesse seu caráter nacional-italiano para manter exclusivamente um tom religioso. Por isso, Bompard rompeu às negociações, e o Pe. Preti, preocupado com as dificuldades crescentes de administrar o jornal, decidiu direcionar a venda para um comprador brasileiro. “Uma catástrofe” apareceu, e por isso Bompard voltou à cena para oferecer a venda à *Italica Gens*, comprometendo-se a administrar o jornal até a conclusão das negociações.⁴⁸

Entretanto, o superior-geral dos scalabrinianos, Pe. Costanzo, advertiu os interlocutores brasileiros de que o superior dos capuchinhos, juntamente com o Cardeal De Lai, pretendia absolutamente prever uma venda entre as duas congregações religiosas, antes de qualquer transferência para a *Italica Gens*. Foi um sinal claro para os interlocutores da associação católica, controlada pelo secular Schiaparelli, de querer favorecer o acordo entre membros do clero. Daí surgiu a proposta do superior da ordem, no Rio Grande do Sul, da congregação capuchinha de que, para não incorrer na desaprovação do superior-geral de Roma, ofereceu ao gerente regional do Brasil dos Scalabrinianos a venda do jornal a um preço tão alto, para fazer o caminho das negociações difficilmente praticável. Deste modo, a congregação dos capuchinhos adotou um estratagema para “mascarar” a recusa de processar a ordem que vinha de Roma⁴⁹ e manter o controle do *Staffetta Riograndense*. Em julho de 1925, o fundador do *Corriere d’Italia*, Pe. Poggi, depois de ter declarado sua disposição de vender, exclusivamente, para *Italica Gens*, foi para a Itália e, nesse contexto, tentou fechar negociações diretamente com Schiaparelli.⁵⁰ Em setembro, Pe. Preti, prestes a deixar a liderança da área scalabriniana para o Brasil, escreveu ao Cardeal De Lai para reafirmar a impossibilidade de fundir o jornal scalabriniano com o dos capuchinhos e a autorização para continuar as negociações com *Italica Gens*. “Espera-se, portanto, que o Cardeal não queira impedir obstinadamente novos obstáculos, o que também acabaria prejudicando os carlistas”.⁵¹ Em outubro, Schiaparelli encontrou Pe. Poggi viajando para a Itália para definir melhor a questão⁵² que, no entanto, ainda não havia sido resolvida em novembro, de modo que Schiaparelli, a pedido explícito do Pe. Poggi, pediu a Bompard que mantivesse a direção para não deixar um

⁴⁸ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 8 de agosto de 1925, *in Archivio Storico ANMI*, 29/B b. Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1925.

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ Carta de Pe. L. Preti a E. Schiaparelli, de 24 de julho 1925, *ibid.*

⁵¹ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 3 de setembro de 1925, *ibid.*

⁵² Carta de Schiaparelli a Bompard, de 22 outubro de 1925, *ibid.*

vazio. A perspectiva de uma fusão continuou sendo a desejada pelo consistorial.⁵³ Na primavera de 1926, graças à iniciativa consistorial, segundo Bompard, as negociações foram interrompidas, e Bompard renunciou ao cargo de editor do jornal.⁵⁴ O mesmo Schiaparelli, por sua vez, especificou a escassa conveniência de estar em sociedade com uma cooperativa de párocos,

em que os endereços que não se conformam com os nossos podem prevalecer e divergir, e rostos infinitos saem. Se trata de uma pequena participação com os scalabribianos, não teremos dificuldades; mas mais, não. E isso ainda mais porque, na minha opinião, o jornal que se tornou nosso deve mudar em parte seu endereço, que atualmente é, excessivamente, eclesiástico e quase parece um boletim paroquial. Queremos um jornal baseado no sentimento religioso, vivo e fervoroso e ortodoxo-católico em todos os aspectos, mas que não tem esse caráter estreitamente sacrifício que tem no momento, a julgar pelos poucos números que tenho visto.⁵⁵

No entanto, em junho de 1926, o Cardeal De Lai voltou a escrever para o novo superior regional dos scalabrinianos, Aneto Bogni, para recomendar Bompard a “perseverar-se em sua edição pelo menos até que o Visitador Apostólico chegasse”.⁵⁶ Provavelmente, apenas este último passo determinou a decisão final da congregação consistorial de ordenar aos scalabrinianos que vendessem a imprensa e o jornal.⁵⁷

O projeto de relançamento das escolas italianas no Rio Grande do Sul

O setor em torno do qual giravam as principais atividades do inspetor, no entanto, era o relativo às escolas. As características da escolarização étnico-italiana pareciam estar passando por mudanças significativas. De fato, desde o final da Primeira Grande Guerra, até

⁵³ Carta de Schiaparelli a Bompard, de 26 de novembro de 1925, *ibid.*

⁵⁴ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 20 de abril de 1926, *in Archivio Storico ANMI*, 29/B b. Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1926.

⁵⁵ Carta de Schiaparelli a Bompard, 24 de abril de 1926, *ibid.*

⁵⁶ “Diga ao Sr. Bompard que li a folha da qual ele é responsável e de que p. Costanzo me favoreceu alguns números. Gostei da sobriedade das notícias e da escolha certa. Portanto, consolide-os para que perseverem na sua edição, pelo menos até que o Visitador Apostólico chegue” (Carta de De Lai para Pe. Bogni. de 2 de junho de 1926 *in AGS*, ED, 01, 08, f. 13).

⁵⁷ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 3 março 1927, *in Archivio Storico ANMI*, 29/B b. Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1927.

meados dos anos 20, a incidência das escolas italianas parecia diminuir; a presença da rede de escolas italianas parecia estar em declínio. O cônsul Arduini, no relatório específico enviado a Roma, entendeu que “as condições atuais, infelizmente, [estavam] longe de prosperar”, sinalizando sobretudo a situação “de abandono e negligência”, em que as escolas leigas haviam terminado e, ao mesmo tempo, a baixa eficácia das instituições educacionais promovidas por congregações religiosas estabelecidas no Rio Grande do Sul, “principalmente de origem e mentalidade francesas”.⁵⁸ O papel e a presença do administrador de confiança do IG caracterizam-se por uma constante inspeção e promoção das escolas italianas, localizadas na área colonial ao longo do período de permanência, testemunhado por seus numerosos relatórios enviados à sede central da associação e encaminhados para coadjuvar o Consulado, na elaboração das propostas para submeter os subsídios para as escolas.

Os relatórios enviados por Bompard para a central da organização em Roma mostram o esforço constante para presidir os exames nas escolas instaladas na área colonial; ele segue a evolução do progresso das escolas, comunicando o estabelecimento de novas escolas ou o encerramento de outras. Mas, também, para descrever as atividades curriculares e extracurriculares realizadas pelos professores, para a promoção da cultura e Língua Italiana, destacando o tipo de disciplinas ministradas, seu grau de estudo, o desempenho, as características dos professores. Um capítulo importante de sua atividade foi o da distribuição dos materiais escolares, a partir dos livros didáticos.⁵⁹

Já nos primeiros meses de permanência entre Bento Gonçalves e Porto Alegre, ele identificou alguns pontos que considerou fundamentais para garantir a busca do objetivo da italianidade. Além do aumento das escolas primárias, de fato, identificou a necessidade de estabelecer um colégio secundário administrado por uma congregação religiosa; e a inclusão do italiano nos programas das escolas normais do RS. Objetivos pelos quais ele buscou uma relação direta com o governador do estado, através da mediação de duas figuras proeminentes da comunidade italiana de Porto Alegre: Celeste Gobbato, professor nas escolas de Engenharia da capital e Giuseppe Ricaldone, ambos muito próximos de Borges de Medeiros.⁶⁰

⁵⁸ Relatório do Consul L. Arduini de setembro de 1925, *in ASMAE*, AS 1923-1928, b. 637, f. Porto Alegre.

⁵⁹ Veja-se, por exemplo, o relatório de Bompard, de 5 de janeiro de 1926, *in ASMAE*, AS 1923-1928, b. 637, f. Carte sciolte.

⁶⁰ Carta de Bompard, de 25 de agosto de 1924, a Schiaparelli; Carta de Bompard a Schiaparelli, de

Bompard não negligenciou analisar o existente e observou que, no que diz respeito ao ensino secundário, os imigrantes de origem italiana, que moravam no Rio Grande do Sul, podiam confiar exclusivamente no Instituto fundado por Menegatti em Porto Alegre, no ano 1919, em torno do qual expressou uma avaliação bastante positiva, mas também um limite muito sério para o projeto cultural da *Italica Gens* – o de ser um instituto leigo, já que “a maior preferência que esta população eminentemente religiosa tem para a escola é aquela administrada por religiosos”.⁶¹

Por conta disso, previu com urgência a providência do estabelecimento de algumas congregações religiosas, destinadas a estabelecer e administrar uma escola secundária. Para isso, Bompard iniciou contatos com a congregação salesiana presente em Rio Grande (onde dirigira o colégio Leão XIII), para verificar sua disponibilidade em estabelecer uma presença religiosa na capital do estado, observando um interesse significativo pela ordem de Dom Bosco⁶² e para a congregação dos padres passionistas, que se estabeleceram em Nova Pompeia. As duas congregações italianas pareciam ao inspetor de *Italica Gens* as únicas capazes de contrariar o avanço dos Irmãos das escolas cristãs, cujas origens francesas não pareciam satisfazer as necessidades do projeto cultural, como será visto melhor, posteriormente.

Também em termos de educação primária, o representante do IG transmitiu considerações bastante críticas sobre a situação das escolas italianas em Porto Alegre. Além de uma simples referência à escola administrada pela Sociedade de Mútuo Socorro, Umberto I, Bompard colocou sérias considerações sobre a Sociedade de Mútuo Socorro “Elena de Montenegro”, que parecia não ter “muito cuidado” à escola dirigida por um professor com diploma regular, a professora Sanguigni:

159

Questa deve impartire l'insegnamento ad un elemento il piú disparato che si possa immaginare: vi sono ebrei, armeni, siri, russi ed italiani e qualche brasiliiano – gli italiani non sono piú di dodici. La maestra ha dedicato a questa piccola scuola tutta la sua attivitá, tutte le sue forze ed insegna con vera passione,

23 de agosto de 1924 in Archivio Storico ANMI, 29/B b. Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1924-1925.

⁶¹ *Ibid.*

⁶² Carta de Bompard a Schiaparelli, de 9 de dezembro de 1924, *ibid.*; Carta de Celeste Gobbato a Bompard, de 28 de novembro de 1924, *ibid.*

con spirto di sacrificio, benché sia molto male retribuita. E se in mezzo a tante difficolta e con tale deficienza di mezzi si sono ottenuti risultati discreti, il merito é sclusivamente della maestra.⁶³

Bompard, para garantir o desenvolvimento das escolas italianas ou, pelo menos, dos cursos de Italiano, encontra, portanto, diversos interlocutores. Entre os interlocutores do inspetor estão alguns representantes dos municípios mais intimamente ligados às comunidades italianas de imigração. Dentre eles, como já foi observado, sobressai a relação com o intendente de Caxias, Celeste Gobbato, que defende o desenvolvimento da identidade étnica, através das escolas italianas;⁶⁴ mas não menos significativo é o relacionamento com o administrador de Encantado, Antonio De Conto, além de pai de dois professores que se envolveram em duas das quatro escolas distribuídas nas áreas internas do município.⁶⁵ Mas, dentre os primeiros interlocutores de Bompard, encontramos párocos que, muitas vezes, o introduzem nas escolas, não apenas nas paroquiais. Dentre os mais zelosos, Bompard encontra o pároco de Nova Roma, Pe. Ben, que iniciou uma escola paroquial “única do gênero em toda a zona colonial do planalto fora de Caxias” e que contava com 41 alunos. O ensinamento foi assegurado pelo compromisso de um professor que, “pela cultura e pela atitude particular, combinada com uma certa paixão”, parecia ser “realmente adequado”.⁶⁶ Outro pároco que expressou sua adesão ao projeto cultural *Italica Gens* e expressou sua total disposição, para iniciar uma escola italiana, foi o scalabriniano Filippo Flesia, um ex-capelão do Exército, que, em Esperança, teria confiado à sua irmã, recém-chegada da Itália e se formada nas escolas de Pinerolo e para qual Bompard teria enviado os livros necessários para assegurar a realização das aulas a 40 alunos.⁶⁷ Outro pároco muito dinâmico, mas menos confiável, com quem o inspetor interagiu, foi o Pe. Meneguzzi, cônego em Caxias, promotor de escolas paroquiais, com a participação de cerca de seiscentos estudantes,

⁶³ *Ibid.* Traduzindo: “Ela deve transmitir o ensino a um elemento mais distinto do que pode ser imaginado: existem judeus, armênios, sírios, russos e italianos e alguns brasileiros – os italianos não são mais do que doze. A professora dedicou a esta pequena escola toda a sua atividade, todas as suas forças e ensina com verdadeira paixão, com espírito de sacrifício, mesmo que seja mal paga. E se em meio a tantas dificuldades e com tais deficiências de meios são obtidos alguns resultados discretos, o mérito é exclusivamente da professora”.

⁶⁴ Ver a carta de Gobbato anexada ao relatório de Bompard de 28 de abril de 1925, *cit.*

⁶⁵ Carta de Bompard a Schiaparelli de 14 de fevereiro de 1925, *ibid.*

⁶⁶ Carta de Bompard a Schiaparelli de 28 de abril de 1925, *cit.*

⁶⁷ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 14 de fevereiro de 1925, *cit.*

mas que “sobre a italianidade [a qual] tinham muitas dúvidas”.⁶⁸ Tanto é assim que induziu o inspetor da *Italica Gens* a não incluir as escolas na lista dada ao cônsul das escolas dignas de subsídios. Além disso, o canônico estava em conflito com os religiosos das escolas dos irmãos cristãos, que eram orientados a estabelecer uma escola secundária para a qual haviam solicitado uma assinatura à população local.

No entanto, Bompard, durante sua missão, é forçado a notar que, mesmo entre o clero italiano, mas, especialmente, o scalabriniano, há forte enfraquecimento do compromisso das escolas e da difusão do sentimento nacional. Uma primeira consciência amadurece, após as conversas com o padre superior no Brasil, Pe. Costanzo,⁶⁹ destinada a crescer ao longo dos anos em um sentido mais geral.⁷⁰ Perguntamo-nos se, por trás de algumas resistências expressas pelo clero scalabriniano, como aquelas em Encantado pelo Pe. Carlo Pedrazzani, por “quanto ele sabe da italianidade”,⁷¹ das formas de escassa adesão à ideologia nacionalista e que acabaram alimentando a adesão ao fascismo.

Juntamente com os párocos, o inspetor não descuidou, contudo, de verificar a presença e de encontrar os mestres ou os professores ou professores que, como leigos, com o apoio dos párocos, decidiram abrir escolas nas áreas mais dispersas. Assim, por exemplo, em seus relatórios mais detalhados, ele lembra o papel de Armando Conedera, “voluntário de guerra e ardente patriota”, que, entre o final de 1924 e os primeiros meses de 1925, graças ao envio de livros didáticos, garantiu a abertura de escolas no distrito de Borges de Medeiros, a 30 km de Guaporé, e se comprometeu a lançar “uma escola noturna onde também virão os adultos”. Após visita à Vista Alegre, ele concordou em iniciar uma escola com o mestre estadual Giacomo della Costa, “que não pode fazer escola diurna por regulamento, ele vai fazer uma escola noturna”. No mesmo local, outra “pequena escola, também noturna”, teria sido iniciada “pelo Senhor Meneghini, um homem de excelente cultura e

⁶⁸ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 3 de março de 1925, *cit.* Veja-se também Note spiegative circa la proposta di sussidi alle scuole do RS do Sul, anexo à carta de 11 de março de 1925.

⁶⁹ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 14 de fevereiro de 1925, *cit.*

⁷⁰ “Sobre o clero italiano, isto é, sobre os padres que vieram da Itália, não conto nada. Após cinco anos de estar aqui, não posso dizer qual é a sua melhor preocupação. Eles não brilham, exceto por algumas exceções, nem pelo zelo sacerdotal nem pelo ardor patriótico. Em vez disso, encontrei ajuda e apoio dos padres que foram treinados aqui. Preocupam-se que o colonizador conheça a língua italiana, porque partem do conceito exato de que, mantendo sua língua, o colono também mantém as qualidades de sua raça, sua moralidade, sua religiosidade” (Carta de Bompard a Venerosi Pesciolini, datada de 20 de junho de 1929, *cit.*)

⁷¹ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 14 de fevereiro 1925, *cit.*

apaixonado leitor de livros italianos".⁷² Em fevereiro de 1925, também registrou a existência de quatro escolas nas linhas internas do Município de Encantado, as de Jakaresinho Rocco, S. Luigi, S. Famiglia, onde as professoras Marta De Conto, Ida De Conto, filhas do Intendente Antonio De Conto, Enrichetta Palmieri e o mestre Angelo Calegher ministraram aulas de trinta, dezoito, vinte e três e dezenove alunos. Escolas onde "o ensinamento do italiano é transmitido adequadamente".⁷³ Após sua visita a Antagorda e o relatório do pároco, Pe. Erminio Catelli, que também era correspondente consular sobre a falta de professores, como uma dificuldade para promover as escolas italianas, conheceu o jovem licenciado em Ciências Comerciais Nello Della Latta, que iniciou a abertura de uma escola italiana para 20 alunos, aproveitando livros enviados pelo Consulado. Em uma das linhas internas da colônia, Santos Filho registrou a presença de outra escola italiana, com a participação de 31 alunos e dirigida pelo Pe. Augusto Olivieri, e "admirada por encontrar tanto entusiasmo".⁷⁴ Em novembro de 1925, ele sinalizou acordo alcançado com alguns professores para a abertura de novas escolas na linha de Jansen, no Município de Monteveneto, Desvio Machado e Erechim, por iniciativa da empresa de mútuo socorro.⁷⁵

Bompard, no entanto, antecipando as observações que o cônsul Arduini mais tarde faria, revelou a queda de "quase todas aquelas numerosas escolas pequenas que nossos primeiros colonos abriram em cada capela". As razões para este declínio foram atribuídas à falta de mestres "porque ninguém estava mais interessado neles", perdendo qualquer subsídio, seja em dinheiro ou em material escolar. Mas, também, pela iniciativa dos municípios que abriram escolas de maneira mais significativa do que no passado. Uma situação que levou o responsável da associação a afirmar que "não é o caso, por enquanto, pensar em reabri-los".⁷⁶ Por outro lado, não era possível confiar demais em escolas paroquiais, pois poderiam não dar "qualquer garantia de operação regular":

Os párocos estão sempre muito ocupados e acontece que, às vezes, permanecem ausentes por toda semana. A escola paroquial

⁷² Carta de C. Bompard a Schiaparelli, de 5 de janeiro de 1925, *cit.*

⁷³ Carta de Bompard a Schiaparelli, de 14 de fevereiro de 1925, *cit.*

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ A primeira escola por cinquenta alunos foi dirigida pela professora Sartori, a segunda tinha sessenta alunos, a terceira acerca vinte. Sobre a quarta, faltam dados. Carta de Bompard a Schiaparelli de 18 de novembro de 1925.

⁷⁶ Carta de Bompard a Schiaparelli de 14 de fevereiro de 1925, *cit.*

só poderia ser obtida quando fosse possível colocar perto do pároco outro sacerdote que tivesse as funções de capelão: seria a solução ideal que me foi sugerida por muitos párocos.⁷⁷

Uma solução considerada “ideal”, mas que só teria sido possível, através de um acordo entre o governo italiano e o prelado para a emigração e entre este e a autoridade eclesiástica local.⁷⁸

Um dos problemas que continuaram a limitar e condicionar o desenvolvimento das escolas étnicas foi, de acordo com Bompard, aquele relativo à disponibilidade de bons professores. Para este fim, o inspetor, em continuidade com o que já havia sido relatado por Venerosi Pesciolini dez anos antes, mudou desde o início de sua missão para favorecer a abertura de um centro de treinamento para professores. Em mais de uma ocasião, ele lembrou a necessidade de uma presença mais ampla de congregações religiosas nos diferentes e dispersos centros coloniais. A fim de atender a essa necessidade, o administrador da associação católica recorreu a madre superiora da congregação feminina scalabrianiana, para sugerir a instituição de um noviciado para atrair as vocações femininas e que também poderia constituir o reservatório potencial para capacitar os professores a serem incluídos nos institutos de educação, promovidos pela congregação femininas.⁷⁹ O projeto, segundo Bompard, também compartilhado pelo superior-geral da congregação em São Paulo, encontrou a resistência do arcebispo de São Paulo que, “pelo espírito de anti-italianidade que o anima” vetou sua realização. Para superar os obstáculos, Bompard pediu a mediação da intervenção de Schiaparelli no prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, Cardeal Camillo Laurenti, confiando no interesse do arcebispo de Porto Alegre, que em breve iria a Roma.⁸⁰ Mas, para apoiar a disponibilidade dos professores, Bompard tentou introduzir também o instrumento das honras, para promover o prestígio dos mestres e dos professores que vinham trabalhando, há décadas, na área colonial.⁸¹ Em várias ocasiões, o fiduciário pediu ao secretário-geral da *Italica Gens* que apoiasse a atribuição de honras especiais, como no

⁷⁷ *Ibid.*

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ “Com este noviciado, pode-se, por um lado, agradar a essas populações; por outro lado, poderíamos ter professores confiáveis e econômicos em muitos centros” (Carta de Bompard s.d. anexa ao relatório, de 28 de abril de 1925, *cit.*).

⁸⁰ Com efeito, Schiaparelli enviou a Bompard várias seguridades como retorno ao que fora solicitado e questionado pelo Pe. Tacchi Venturi e de Luigi Seghetti (Carta de Schiaparelli a Bompard de 17 de junho de 1925, *cit.*).

⁸¹ Carta de Bompard, de 3 de março de 1925.

caso do maestro Augusto Oliveira,⁸² ou do mestre Ludovico Maestri,⁸³ bem como do scalabriniano Pe. Poggi.

Diante desse cenário, o fiduciário de *Italica Gens* considerou fundamental discutir com os religiosos responsáveis pelas congregações que eles administravam, abrindo ou pretendendo criar institutos ou colégios de instrução tanto elementares quanto intermediárias; considerou necessário apoiar as escolas promovidas por institutos religiosos nos centros mais importantes e, em particular, as femininas, enviando “bons subsídios e material escolar” e visitas frequentes. Através do uso de agentes de inspeção, ele pretendia operar não apenas um controle, mas, sobretudo, para dar às escolas um endereço, um “teste de interesse, como satisfação moral para os professores”.⁸⁴ Uma tarefa de inspeção, segundo Bompard, fortemente condicionada pelas condições materiais dos diferentes contextos ambientais dos estados do Sul do Brasil, marcados pela “falta de boas estradas e pela falta de meios rápidos de transporte”.⁸⁵

O desenho destinado a assegurar o aumento das escolas italianas foi, portanto, articulado através da coordenação da rede de institutos de matriz confessional, presente nas áreas de imigração. Na nota que acompanha a proposta de atribuição de subsídios enviada ao cônsul italiano Arduini, o administrador da *Italica Gens* explicou claramente a estratégia que ele considerou mais eficaz. Era, em sua opinião, concentrar nas escolas estabelecidas nas colônias os recursos financeiros máximos, para consolidar as escolas italianas e, assim, poder exercer forte competição com as escolas públicas estabelecidas na região colonial, subtraindo, progressivamente, os membros nos centros mais importantes. “E como já observei, o único perigo de ser desnacionalizado está nos centros, esse perigo seria removido por muito tempo”.⁸⁶

A atenção às escolas promovidas pelas congregações religiosas foi, no entanto, fortemente condicionada pela abordagem étnico-nacional. A prevalência do clero estrangeiro voltou a ser avaliada, como um elemento prejudicial na disseminação da cultura e da Língua Italiana. As faculdades promovidas e administradas pelas Irmãs Scalabrinianas da Congregação São Carlos, nas sedes de Nova Brescia,⁸⁷ Guaporé, Bento

⁸² Carta de Bompard a Schiparelli de 14 de fevereiro de 1925, *cit.*

⁸³ Carta de Bompard anexada ao relatório de 28 de abril de 1925, *cit.*

⁸⁴ Carta de Bompard a Schiparelli de 14 de fevereiro de 1925, *cit.*

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ Note spiegative circa la proposta di sussidi alle scuole del RS anexa à carta de 11 de março de 1925.

⁸⁷ “Visitei a escola e consegui convencer-me de que, mesmo sem meios, as freiras conseguiram fazer

Gonçalves, Nova Vicenza e Nova Milano, pareciam dar as melhores garantias. Igualmente favoráveis foram as faculdades estabelecidas pela Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, presentes nos centros de Montebello, Nova Bassano, Ana Rech, Encantado. Mais problemática foi a relação com as Irmãs da Congregação de São José, presentes nas localidades de Nova Pompeia, Alfredo Chaves, Garibaldi, Caxias, Nova Trento e Antônio Prado, que, segundo Bompard, introduziram “um espírito de chauvinismo como as freiras”, recrutados em famílias italianas, em que somente o francês é falado.⁸⁸ Os colégios da congregação emergiram desta linha, governada por superiores italianos como no caso, também no contexto de colégios masculinos, a situação apresentava luzes e sombras. Nos colégios de Garibaldi e Alfredo Chaves, dirigidos pelos padres maristas, as coisas não pareciam ir de acordo com os desejos do inspetor.

O espírito ainda falta nestes colégios; parece demais que o que é feito seja feito sem ânimo. Como já foi escrito, é essencial reforçar o elemento italiano dos instrutores. Em Garibaldi, há apenas um marista italiano, cheio de boa vontade, mas ele confessou-me que se sente desconfortável em cumprir sua missão justamente por causa desse espírito de hostilidade dissimulada que encontra com colegas, todos franceses. O mesmo acontece em Alfredo Chaves.⁸⁹

Menos ainda em Caxias, onde, em 1925, a presença da congregação dos irmãos das escolas cristãs, dominadas exclusivamente pelos religiosos franceses, parecia constituir um obstáculo intransponível (mas os Irmãos também estavam presentes em Canoas e Santa Maria).⁹⁰

A orientação constante de Bompard era interagir com os superiores das congregações locais e com o escritório de Roma, para favorecer progressivamente a mudança na composição étnico-nacional dos religiosos que animavam as congregações. Ou tentar negociar tanto com os líderes das congregações masculinas quanto com os das congregações

milagres. Os alunos da segunda classe leram bem o italiano e o escreveram corretamente sob ditado. Os da terceira classe sabiam fazer bem a análise gramatical, conheciam as principais coisas da nossa geografia e da história italiana”. Motivo pelo qual Bompard expressou a opinião sobre a necessidade de apoiar a escola que nunca recebeu ajuda do Consulado (Carta de Bompard a Schiaparelli, de 14 de fevereiro de 1925, *cit.*).

⁸⁸ Note spiegative circa la proposta di sussidi alle scuole del RS, *cit.*

⁸⁹ Relatorio de sintesi de C. Bompard a E. Schiaparelli, de 14 de fevereiro de 1925, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 62, f. Scuole italiane in Brasile Parte Generale Amministrativa 1923-1929.

⁹⁰ *Ibid.*

femininas, que faziam referimento à Congregação de São José, como o endereço das escolas. As escolas particularmente em observação eram sobretudo as dos maristas, onde o ensino da cultura e da Língua Italiana era particularmente escasso, como no caso das instituições de Antônio Prado, Garibaldi, Alfredo Chaves,⁹¹ e as das Irmãs de São José, porque “continua[m] a dar à obra um caráter demasiado francês”, apesar da presença de freiras italianas.⁹²

Os pedidos de Bompard mediados no ministério pelo secretário Schiaparelli ou pelo subsecretário Venerosi Pesciolini não foram fáceis de resolver e envolveram uma mediação que não foi uma simples. Venerosi Pesciolini lembrou que, para os institutos pertencentes à própria província monástica francesa dos próprios maristas e que há cerca de um ano, seguindo as negociações conduzidas diretamente pelo secretário da *Italica Gens*, o superior da congregação religiosa contava com a substituição gradual do pessoal francês por pessoal italiano. Nesse sentido, por exemplo, ao longo dos anos, Bompard observou com particular atenção o que acontecia no centro colonial de Antônio Prado, onde, em sua opinião extremamente positiva, o colégio marista experimentara a chegada gradual de quatro religiosos italianos, dois dos quais, deu ao colégio “uma pegada totalmente italiana”.⁹³ Alguns anos depois, também no contexto de Caxias, uma cidade que constituía “o ponto de apoio da resistência à intromissão”, Bompard registrou a chegada de três religiosos de origem italiana ao Colégio dos Irmãos das

⁹¹ Em Alfredo Chaves, existia o Colégio S. Luigi administrado pelos maristas “entre os melhores do Estado”, no qual, entretanto, não se previa nenhum ensino de italiano. Para esse fim, Bompard estabeleceu um acordo com o diretor do colégio, para introduzir mudanças no currículo para o ano seguinte (1926), com o compromisso de fornecer “boas antologias e livros de história”. Também para o colégio de San Giuseppe dirigido pelas freiras e frequentado por 100 alunos, o inspetor da *Italica Gens* teve que notar a ausência de cursos de italiano, devido à ausência de material didático indispensável, a partir dos livros, mapas e papéis de parede, e ele se envolveu com a freira responsável pelo envio através do pároco Pe. Giuseppe Cappuccino – (Carta de Bompard de agosto (!) 1925).

⁹² Também para o colégio de São José dirigido pelas freiras e frequentado por 100 alunos, o inspetor da *Italica Gens* teve que notar a ausência de cursos de italiano, devido à ausência de material didático indispensável, a partir dos livros, mapas e papéis de parede e ele se envolveu com a freira responsável pelo envio, através do pároco Pe. Giuseppe Cappuccino (Carta de Bompard de agosto, 1925).

⁹³ Relatório de C. Bompard, do 5 de janeiro de 1926, *in Asmae*, AS 1923-1928, b. 637; “A Antonio Prado, onde retornarei em breve, encontrei o Colégio dos Maristas completamente transformado. Agora todos os instrutores são italianos perfeitamente unidos. O irmão Fabiano conduz o colégio. Ele também me disse que dois outros irmãos italianos estão atualmente em Porto Alegre para aprender a língua portuguesa, tendo chegado recentemente da Itália. Eles serão designados para o Colégio de Alfredo Chavez. Essa notícia me deixou muito feliz, pois, se tivermos os maristas italianos no Rio Grande, a situação vai mudar completamente” (Carta de Bompard a Schiaparelli, de 18 de janeiro de 1926, *Archivio Storico ANMI*).

Escolas Cristãs, com a participação de 350 alunos divididos em oito turmas. uma escola italiana “feita por franceses”.⁹⁴

Pergunta-se se o ativismo do inspetor IG e a autonomia de ação não estão entre os fatores que determinaram um relativo conflito com as autoridades consulares. As tensões entre os representantes da *Italica Gens* e as autoridades consulares se manifestam na segunda metade da década de 1920 relativamente ao papel e à função das escolas.

O ponto de vista do cônsul de Porto Alegre e do inspetor da *Italica Gens* não parecem ter sido concordantes⁹⁵ tanto que o diretor das escolas italianas no exterior, Ciro Trabalza, foi obrigado a pedir ao cônsul Luigi Arduini uma correção para as suas considerações, avaliadas excessivamente pessimistas em comparação com o relatório mais positivo apresentado por Cesare Bompard.⁹⁶ No final de 1926, o secretário geral da Associação, Schiaparelli, foi chamado a responder ao Ministério por algumas objeções dirigidas aos três inspetores enviadas pelo embaixador do Rio de Janeiro. A correspondência parece-me significativa porque destaca uma mudança substancial no clima em relação ao trabalho da *Italica Gens* em comparação com o que aconteceu no início da década de 1920. Schiaparelli, ao reconhecer algumas dificuldades nas relações entre os inspetores, que tinham limitado seu potencial, teve que rejeitar as acusações feitas contra os três expoentes na missão, sugerindo que os rumores poderiam ser uma expressão de descrédito, iniciado no interior dos consulados. No específico, ele rejeitou a acusação mais séria dirigida a Cesare Bompard pelo regente do consulado de Porto Alegre, por ser expoente do populismo, do Partido Popular Italiano,⁹⁷ juntamente com a realização do comércio de material escolar enviado pelo Ministério, bem como a negociação da compra e venda de terrenos. Schiaparelli não escondeu as hostilidades dentre os inspetores da IG, mas observou, como um problema muito mais grave, a “hostilidade aberta daqueles

⁹⁴ Carta de Bompard a Venerosi-Pesciolini, de 20 de junho de 1929, *cit.*

⁹⁵ Relatório do consul Arduini, de setembro de 1925, *in* Asmae, AS 1923-1928, b. 637, f. Porto Alegre.

⁹⁶ A carta de Ciro Trabalza, de 3 de dezembro de 1925, e as duas respostas do consul Arduini de 19 de dezembro de 1925, *in* Asmae, Archivio Scuole 1923-1928, b. 637, f. Porto Alegre. Sobre os problemas ligados ao processo de nacionalização no Estado do RS (Apud BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. A. Nationalism and schooling: between italianness and brasilianness. Dispute in education of Italian gaúcho people (RS, 1930-1945), *History of Education & Children's Literature*, v. XII, n., p. 443-475, 2017).

⁹⁷ Certamente, – Bompard é um homem de fervoroso sentimento religioso e pode acontecer que pessoas muito benevolentes que, no passado, o tivessem acusado de clericalismo, o acusassem agora de ser popular; em qualquer caso, declarações precisas serão feitas a ele sobre este ponto, e ele se referirá a este Ministério novamente (Carta de Schiaparelli a Trabalza, de 18 de agosto de 1926, *cit.*).

pertencentes aos Consulados", tanto que pediu uma investigação interna da equipe consular. Ao mesmo tempo, ele levou em consideração a hipótese de avaliar a oportunidade de continuar ou não o programa de ação da IG:

Per questi ed altri complessi motivi sui quali non posso dilungarmi, la iniziativa presa da questa associazione incontra nella sua esecuzione tali difficoltà da doverci porre il quesito se la via in cui ci siamo messi possa condurre a quei risultati che ci siamo proposti, ovvero se altre vie debbano essere tentate e con quali altri mezzi⁹⁸

As tensões com as autoridades consulares estavam destinadas a crescer, cada vez mais, perturbadas pela atitude autônoma dos inspetores da associação. Então, em março de 1927, o regente cônsul de Porto Alegre reclamou sobre a recusa dos representantes da IG, em aderir ao convite para comunicar informações "dependendo exclusivamente dessa associação", obrigando o diretor-geral das escolas italianas no Exterior a intervir para que o cônsul "seja capaz de acompanhar o progresso e desenvolvimento de nossas instituições educacionais".⁹⁹

Muito significativa é a resposta que o próprio Schiaparelli deu aos inspetores de *Italica Gens*. Na carta com a qual informou Bompard da queixa apresentada pelo Cônsul regente Bozano, ele especificou que duvidava que houvesse algo verdadeiro "porque eu mesmo [Brunet e Bompard] escrevi para eles que nunca enviavam relatórios ao Consulado, mas apenas para nós". Em essência, Schiaparelli, apesar de fazer parte de um relacionamento colaborativo com líderes ministeriais e autoridades consulares, defendeu a autonomia da organização católica: "Per mettere bene le cose a posto abbiamo in propósto chiarito col Ministero che loro sono bensì funzionari governativi, nominati con decreto ministeriale, ma che essendo stati messi a dispsozione della *Italica Gens*, non hanno alcuna dipendenza dal Consolato".¹⁰⁰

⁹⁸ Traduzindo: Por esses e outros motivos complexos sobre os quais não posso alongar-me, a iniciativa tomada por esta associação encontra em sua execução tais dificuldades, que devemos nos questionar se a maneira como nos estabelecemos pode levar aos resultados que propusemos, isto é, se outras maneiras devem ser tentadas e com outros meios, *ibid.*).

⁹⁹ Carta de Trabalza a ANMI 30 de março de 1927, Archivio Storico ANMI, 39 MAE, b. Ministero anno 1927, f. *Scuole all'estero* 1927. O telegrama do regente Bozano encontra-se no ASANMI, 29 Missione al Brasile.

¹⁰⁰ Carta de Trabalza a ANMI, de 29 de março de 1927, Archivio Storico ANMI, 29/B, b. Avv. Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1927.

A situação ficou mais dramática com o cônsul de Florianópolis, que informou ao MAE sobre a impossibilidade de elaborar os relatórios, dada a total ausência de relações com os dois representantes, um dos quais, Cesare Marzioli, voltou para a Itália e, durante a regência do consulado, teria “negligenciado sua tarefa principal, tanto assim que hoje me vejo preocupado em saber quais são as escolas, que funcionam e aquelas em que se transmite uma pequena língua materna!”¹⁰¹ Situações que forçam a presidência geral da federação a “tomar provisões radicais”,¹⁰² como o retorno dos inspetores Marzioli e Tibaldeschi ao país, buscando o “arrependimento mais vívido” de Trabalza, “devido à cooperação perdida” da associação no Estado de Santa Catarina.¹⁰³ Tal era a situação que o secretário-geral da associação Schiaparelli marcou encontro com o próprio Mussolini, em maio de 1927.¹⁰⁴

O programa de apoio e promoção da propaganda da Língua Italiana não falha nos anos seguintes. Ao contrário, os eventos da conciliação entre o Estado e a Igreja parecem determinar novamente condições favoráveis para o trabalho da organização, que agora está alinhada às posições clerical-fascistas. Depois de 11 de fevereiro, de acordo com o inspetor, parecia menos difícil para as escolas persuadirem os estudantes sobre a importância da Língua Italiana, na verdade “è subentrato ora il desiderio di conoscerla bene”.¹⁰⁵

Apesar dos sinais positivos da ação tomada pelo inspetor, a intervenção do IG no Sul do Brasil foi, portanto, diminuindo. Até o final da década de 20, a única figura foi a de Cesare Bompard, que permaneceu no Estado do Rio Grande do Sul, deixando-o no início de 1930, não sem amargura, tanto pelas diferentes opiniões a respeito do cônsul italiano, quanto pela volta de acusações de pertencimento político, longe do fascismo. Alegações que o funcionário rejeitou, reivindicando sua lealdade aos ideais que o levaram ao solo brasileiro:

¹⁰¹ Relatório do regio consul de Florianópolis, de 8 de março de 1927, *in Archivio Storico ANMI*, 39 MAE, b. Ministero anno 1926, f. Scuole all'estero 1926.

¹⁰² Carta de Schiaparelli, de 22 de janeiro de 1927, *Archivio Storico ANMI*, 39 MAE, b. Ministero anno 1927, f. Scuole all'estero 1927.

¹⁰³ Carta de Trabalza a Schiaparelli, *ib.*

¹⁰⁴ Carta de Trabalza a Schiaparelli, de 7 de maio de 1927, *Archivio Storico ANMI*, 39 MAE, b. Ministero anno 1927, f. Scuole all'estero 1927.

¹⁰⁵ Relatório de Bompard ao conte Venerosi Pesciolini, de 20 de junho de 1929, *Archivio Storico ANMI*, 29/B b. Avv. Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1928-1929-1930.

dolentissimo però che, dopo 5 anni di lotte, di sacrifici e di miseria io debba chiudere la mia fatica sotto il peso di una calunnia che si è anche voluto preannunciarmi. Per sua tranquillità dico subito che, non solo ho la coscienza di non aver fatto nulla di cui mi possa rimproverare, ma che, inscritto al Fascio di Porto Alegre, mi son comportato sempre da soldato disciplinato, non meritando fino ad oggi il minimo appunto. Si tratta appena di una vendetta che si è voluto far contro di me per la tenace difesa fatta dell'italianità, come potrei dimostrare chiaramente, da quelle stesse persone che qui mi fecero perseguitare dalla polizia coe spia del governo italiano o fascista pericoloso.¹⁰⁶

As tensões com os consulados são o reflexo de um endurecimento do Ministério cada vez menos disponível para apoiar a ação autônoma da associação. Um aperto destinado a se acentuar, após o surgimento de Piero Parini para a direção-geral de *Escolas e Italianos no Exterior*, substituindo Ciro Trabalza. O desejo de centralizar ainda mais a gestão e o controle da emigração, nas mãos do fascismo, também produziu consequências significativas nas relações com o mundo associativo que, apesar de ter adotado uma política pró-governo, não desistiu de manter sua própria independência. Além disso, em 1928, a IG registrou a perda de Ernesto Schiaparelli, aquele que, com uma personalidade forte, esteve relacionado com o regime. A seguinte evolução teria levado, sem surpresa, ao controle direto da associação, através da nomeação, em 1935, do mesmo Piero Parini como vice-presidente da *Associazione Nazionale per Soccorrere i Missionari Italiani – Italica Gens*.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Carta de Bompard a Venerosi Pesciolini, de 3 de dezembro de 1929, *in Archivio ANMI 29/B Avv. Cesare Bompard Missione al Brasile Meridionale 1924-1930, f. 1928-30*. Traduzindo: “triste, no entanto, que depois de cinco anos de lutas, sacrifícios e miséria, eu deva findar meu esforço, sob o peso de uma calúnia, que também pretendia pronunciar. Para sua tranquilidade, eu imediatamente digo isso, não só estou consciente de não ter feito nada que possa me repreender, mas, também, inscrito no Fascio de Porto Alegre, sempre me comportei como um soldado disciplinado, que não merecia até agora o menor apontamento. Esta é apenas uma vingança que você queria fazer contra mim pela minha defesa tenaz da italianidade, como eu poderia demonstrar claramente, por aquelas mesmas pessoas que aqui fizeram a polícia me perseguir, como sendo espião do governo italiano ou perigoso fascista”.

¹⁰⁷ Decreto Real de 11 de março de 1935 *in Archivio ANMI, 21/E Presidenza, b. Promemoria. Circolari. Appunti vari*.

Referências

- BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. Â. Celebrations of italiannes: italian immigration in Rio Grande do Sul and schools, between memory and history (1924-1926). **History of Education & Children's Literature**, v. XV, n. 2, p. 671-698, 2020.
- BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. Â. Nationalism and schooling: between italianness and braziliety. Dispute in education of Italian gaucho people (RS, 1930-1945). **History of Education & Children's Literature**, v. XII, n. 2, p. 443-475, 2017.
- BARAUSSE, A. The construction of national identity in textbooks for italian schools abroad; the case of Brazil between the two World Wars. **History of Education & Children's Literature**, v. X, n. 2, p. 425-461, 2015.
- CONFESSORE, O. L'Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani, tra spinte civilizzatrici e interesse migratorio (1887-1908). **Scalabrinii tra vecchio e nuovo mondo. Convegno storico internazionale**. Atti del convegno storico internazionale, v. 12, 1987. Piacenza, Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989. p. 519-536.
- CONFESSORE, O. Origini e motivazioni dell'Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani; una interpretazione della politica estera dei cociliatoristi nel quadro dell'espansionismo crispino. **Bollettino dell'Archivio per la storia del movimento cattolico sociale in Italia**, v. XI, n. 2, p. 239-267, 1976.
- COSTA, R. Il contributo del clero italiano alla colonizzazione rio-grandense. **Scalabrinii tra vecchio e nuovo mondo. Scalabrinii tra vecchio e nuovo mondo**. Atti del convegno storico internazionale, v. 12, 1987. Piacenza, Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989. p. 411-431.
- D'APREMONT, B.; GILLONAY, B. de. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul (1896-1915)**. Porto Alegre, Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, UCS, 1976.
- FAVERO, L.; TASSELLO, G. Cent'anni di emigrazione italiana (1876-1976). In: ROSOLI, G. (ed.). **Un secolo di emigrazione italiana 1876-1976**. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1978. p. 11-37.
- FRANCESCONI, M. **Inizi della Congregazione Scalabriniana (1886-1888)**. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1969.
- FRANCESCONI, M. **L'apostolo degli emigranti**: Giovanni Battista Scalabrinii vescovo di Piacenza e degli emigranti. Roma: Città Nuova, 1985.
- FRANCESCONI, M. Un progetto di mons. Scalabrinii per l'assistenza religiosa agli emigrati di tutte le nazionalità. **Studi Emigrazione**, . 25-26, p. 185-203. 1972.
- LUCHESE, T. Â. Catolicidade e a italiannerade no Jornal Il Corriere d'Italia, RS, Brasil (1913-1927). In: RUGGIERO, A. de; BARAUSSE, A.; HERÉDIA, V. B. M. (org.). **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPURS, 2017. p. 277-300.

POZENATO, K. Menegotto; GIRON, L. Slomp. **100 anos de imprensa regional 1987-1997**. Caxias do Sul: UCS, 2004.

ROSOLI, G. Alfabetizzazione e iniziative educative per gli emigrati tra Otto e Novecento. In: PAZZAGLIA, L. (ed.). **Cattolici, educazione e trasformazioni socio-culturali in Italia tra Otto e Novecento**. Brescia: Editrice La Scuola, 1999. p. 119-144.

ROSOLI, G. Chiesa ed emigrati italiani in Brasile. **Chiesa ed emigrazione italiana tra '800 e '900, Studi Emigrazione**, v. XIX, n. 66, 1982.

ROSOLI, G. La Federazione Italica Gens e l'emigrazione italiana oltreoceano 1909-1920. **Il Veltro**, n. 1-2, p. 87-100, 1990.

SANFILIPPO, M. Chiesa, ordini religiosi ed emigrazione. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (ed.). **Storia dell'emigrazione italiana**. Partenze, Roma: Donzelli, 2009. p. 128-129. v. I.

SANI, R. Entre as exigências pastorais e a preservação da identidade nacional: Santa Sé e a emigração italiana para o exterior entre o Oitocentos e Novecentos. **História da Educação**, v. 21, n. 51, p. 143-185, 2017.

TASSELLO, G.; FAVERO, L. (org.). **Chiesa e mobilità umana**: Documenti della Santa Sede dal 1883 al 1983. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1985.

VENEROSI PESCIOLINI, R. **Le colonie italiane del Brasile Meridionale**. Torino: Fratelli Bocca, 1914.



A educação escolar dos imigrantes italianos nas páginas do *Stella d'Italia* (1902-1908)*

Maria Helena Camara Bastos
Alberto Barausse

Introdução

O fenômeno da imprensa étnica no contexto do Rio Grande do Sul foi rico e se enquadra no movimento mais geral da diáspora italiana no mundo.¹ Hoje, o estudo da imprensa étnico-italiana reflete a dinâmica que tem caracterizado a sociedade globalizada, como a mobilidade humana, que parece se tornar o foco de atenção da historiografia e das redes de pesquisas transnacionais.² Os estudos mais recentes colocam em evidência a multiplicidade do papel que a imprensa étnica tem exercido no contexto da emigração e imigração. Em particular, os estudos têm salientado a relação entre o contexto de destino e o de origem, em que o primeiro tende a marginalizar ou segregar o imigrante, e o segundo, a esquecer o emigrado, determinando uma condição de

* A pesquisa conta com apoio do CNPq, Bolsa Produtividade 1B, para o quadriênio de 2019-2023. Integra o Programa Interinstitucional de Internacionalização/Print-Capes/PUCRS, com o título “Educação Humana: Conhecimento e práticas para um mundo em movimento”.

¹ Sobre o conceito de diáspora, ver GABACCIA DONNA, R. *Emigranti: le diaspose degli italiani dal Medioevo a oggi*. Torino: Einaudi 2003.

² A pesquisa com o periódico *Stella d'Italia* (1902-1925) integra o projeto – “A imprensa étnica italiana em Porto Alegre: da grande emigração ao fascismo (1875-1943)”, iniciado em colaboração com a PUCRS e o Centro di Documentazione e Ricerca sulla Storia delle Istituzioni Scolastiche, del Libro Scolastico e della Letteratura per la Infanzia/CeSIS dell’Università del Molise, na Itália. Integra o grupo de pesquisa TRANSFOPRESS Brasil –*Imprensa em língua estrangeira entre identidade e alteridade* (CNPq – TRANSFOPRESS Brasil – Grupo de Estudos da Imprensa em língua estrangeira no Brasil, vinculado à rede internacional TRANSFOPRESS – Transnational network for the study of foreign language press, sob a coordenação geral da Dra. Diana Cooper-Richet do Centre d’Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines – Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines (CHCSC-UVSQ). Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

“dupla falta” a respeito da própria pátria e a de destino.³ Os periódicos foram um veículo identitário e “fortaleza da italianidade, pequenas Itálias da informação, com o escopo de favorecer uma integração lenta e não traumática”⁴ A imprensa étnico-italiana no Rio Grande do Sul também assumiu esse papel.

O almanaque do “Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud”, publicado em 1925, dedicou um capítulo inteiro ao fenômeno histórico do “giornalismo coloniale” (jornalismo colonial), no estado mais meridional do Brasil. Benevuto Crocetta lembrava que, a partir da última década do século XIX, uma série de tentativas de jornais “étnicos” foram criadas; no entanto, com frequência muito curta e rapidamente encerrada, dentre as mais diversas orientações ideológicas. Excluindo-se algumas lacunas e exceções relativas aos principais periódicos publicados na região de colonização⁵ são quase inexistentes os estudos sobre a imprensa étnico-italiana nas realidades urbanas rio-grandenses, que também acolheram um número significativo de imigrantes italianos. Ainda mais rara é atenção dada ao relacionamento entre a imprensa étnica e as questões escolares e educativas.⁶ A riqueza

³ SERGI, P. *Stampa migrante. Giornali della diaspora italiana e dell'emigrazione in Italia*. Rende: Rubbettino, 2010, pp. 14 e ss. Sobre a categoria interpretativa de natureza sociológica introduzida pelo ABDELMALEK SAYAD. *La doppia assenza. Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato*. Milano: Raffaele Cortina, 2002. Em geral sobre a imprensa de emigração ver DESCHAMPS, B. *Echi d'Italia. La stampa dell'emigrazione*. In *Storia dell'emigrazione italiana. Arrivi*, a cura di BEVILACQUA, P. , DE CLEMENTI A. E FRANZINA, E.Roma, Donzelli 2002, vol. I, p. 313-334. Para o contexto brasileiro ver G. Rosoli. *La stampa d'emigrazione. Alcuni appunti storici*, “*Dossier Europa Emigrazione*”, 12, 1982, p. 16-33 ; TRENTO, A. *L'identità dell'emigrato italiano in Brasile attraverso la stampa etnica: il caso del Fanfulla, 1893-1940*, in L. TOSI (ed.). *Europe, Its Borders and the others*. Napoli: ESI, 2000; Id., *La stampa italiana in Brasile 1946-1960, “Studi emigrazione”*, XLVI, 175, luglio-settembre 2009; MALATIAN, T. Até que o vendaval passe, “acreditar, obedecer, combater”: o Fanfulla e o Duce (1922-1941), in DE LUCA, GUIMARÃES (orgs). *Imprensa Estrangeira Publicada no Brasil. Primeiras incursões*, cit., p. 330-361; TRENTO, A. *A imprensa antifascista no Brasil, 1922-1936*,ibid., pp. 362-396.

⁴ SERGI, *Stampa migrante*, cit., p. 15.

⁵ POZENATO MENEGOTTO, K. M. SLOMP GIRON, L. *100 anos de imprensa regional 1987-1997*. Caxias do Sul: UCS, 2004. A imprensa étnica italiana produzida no Rio Grande do Sul tem sido objeto de poucos estudos e pesquisas. Ver. TRENTO, A. *Imprensa italiana no Brasil séculos XIX e XX*, São Carlos, EdUFSCar, 2013, p. 229;[B. Crocetta], *Il giornalismo coloniale*, in *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*, Porto Alegre, Posenato Arte e Cultura, 2000 (I ed. 1925), vol. I, p. 444-447 [agora para frente Cinquantenario]. O nome de Benvenuto Crocetta como redator do capítulo do Centenario se deduze pelo *Sommario della Monografia* guardado no Arquivo Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri di Roma – Itália [ASMAE], F[ondo]. Affari Commerciali 1924-1926, b. 25-54, fascicolo. *Cinquantenario della colonizzazione italiana a Porto Alegre*.

⁶ LUCHESE, T. Â. *Catolicidade e a italianidade no Jornal Il Corriere d'Italia, RS, Brasil (1913-1927)*. In: RUGGIERO, A. de; BARAUSSE, A.; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.) *História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina*. Porto Alegre: Edipucrs, 2017. p. 277-300; RECH, G. L.; TAMBARA, E. G. – O jornal *Stellla d'Italia* e a defesa da escola étnica

da imprensa italiana nas cidades do Rio Grande do Sul – e não somente nas regiões rurais da colonização agrícola – é sintetizada nos numerosos títulos dos jornais que circularam nos contextos urbanos do estado, como se observa no Quadro abaixo (elaborada a partir dos primeiros dados ainda fragmentados, recolhidos pelos autores). Foram 45 os jornais publicados em Porto Alegre/RS, Rio Grande/RS e Pelotas/RS, entre os anos de 1884 e 1937. A escolha da periodização se justifica com a fase final do Império, quando se consolidaram as áreas de colonização italiana, de um lado, e o início do Estado Novo, de outro, quando o governo Vargas se dedicou à elaboração de um projeto nacionalista de “brasileiramento”, acompanhado da introdução de medidas restritivas contra a circulação de jornais em língua estrangeira e o uso do idioma estrangeiro nas escolas e lugares públicos.⁷

Quadro 1 – Listagem dos jornais publicados no contexto urbano do RS (1891-1937)

Título	Cidade	Ano
La Liguria	Porto Alegre	(1884-?)
Le Colonie italiane	Porto Alegre	(1885-?)
L’Italiano	Porto Alegre	(1891-1893)
Il Commercio italiano	Porto Alegre	(1892-1893)
L’Avvenire	Porto Alegre	(1892-1892)
L’Eco delle Colonie	Porto Alegre	(1892-1893)
Il Corriere Cattolico	Porto Alegre	(1891-1895)
L’Italia	Porto Alegre	(1895-?)
La Scintilla	Porto Alegre	(1896-?)
Il Progresso	Porto Alegre	(1897-1900)
La Patria italiana	Porto Alegre	(1897-1898)
La Voce Della Veritá	Porto Alegre	(1898-?)
L’Operaio italiano	Porto Alegre	(1899-?)
Stella d’Italia	Porto Alegre	(1902-1925)
Il Corriere italiano	Porto Alegre	(1902-1904)
La Veritá	Porto Alegre	(1902-?)
La Cometa	Porto Alegre	(1902-?)

italiana (1902-1904). *História da Educação – ASPHE*, v. 19, n. 45, p. 159-182, jan./abr. 2015.

⁷ PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

La Patria	Rio Grande	(1904-?)
XX Settembre	Porto Alegre	(1904-?)
Il Tempo	Porto Alegre (Santa Maria)	(1906-?)
La Frusta	Porto Alegre	(1906-?)
Favilla	Porto Alegre	(1906-?)
Gazzetta delle Signore	Porto Alegre	(1910-?)
L'Araldo Coloniale	Porto Alegre	(1913)
La Patria Italo-Brasiliana	Porto Alegre	(1915-1931)
Il Trentino	Porto Alegre	(1915-?)
Italia	Porto Alegre	(1915 - ?)
D'Artagnan Coloniale	Porto Alegre	(1915-?)
Almanacco della Patria	Porto Alegre	(1917-?)
Gazzetta Coloniale	Porto Alegre	(1917-?)
Rivista Italo brasiliiana	Pelotas	(1922-?)
La Nuova Italia	Porto Alegre	(1924-?)
Patria Nuova	Porto Alegre	(1924-?)
La Tribuna d'Italia	Porto Alegre	(1925-?)
Il Giornale d'Italia	Porto Alegre	(1925-?)
Lo Pascoalino	Porto Alegre	(1925-?)
D'Artagnan	Porto Alegre	(1926-1926)
Il Tribuno	Porto Alegre	(1927-?)
Voce d'Italia	Porto Alegre	(1927-?)
Vita Coloniale	Porto Alegre	(1927-?)
Lo Pasoalino	Porto Alegre	(1927-?)
La Nuova Italia	Porto Alegre	(1933-1936)
La Voce d'Italia	Porto Alegre	(1935)
La Patria fascista	Porto Alegre	?-?
La Verità	Porto Alegre	1933-?

Fonte: COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud. *Stella d'Italia*, 11 febbraio 1906, n. 405; Il giornalismo coloniale. *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*, Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000 [1. ed. 1925], v. I, p. 444-447; RONNA F. A imprensa italiana no Rio Grande do Sul. *Pioneiro* XXVIII, n. 3, 1º nov. 1975, p. 12; n. 5, 19 nov. 1975, p. 2.

Tal dinamismo foi também reconhecido na *Esposizione Internazionale di Milano*, de 1906. Durante o evento, o diretor

do periódico *Stella d'Italia* recebeu um prêmio pelo estudo que apresentava o percurso histórico do jornalismo italiano no estado, no último decênio do século XIX.⁸

A partir dessa premissa, o presente estudo tem como objetivo analisar mais atentamente a imprensa étnico-italiana de Porto Alegre/RS, especialmente a contribuição do jornal mais longevo, o bissemanal – depois trissemanal – *Stella d'Italia*⁹ editado de 1902 a 1925, sendo o porta-voz mais creditado da numerosa comunidade italiana no estado. Dirigido pelo milanês Adelchi Colnaghi, o jornal se proclamava independente, partidário dos interesses e das instituições italianas, principalmente das escolas, e promotor do associativismo italiano. Trento, ao se referir ao *Stella d'Italia* o considera de orientação maçônica¹⁰ O foco deste estudo limita-se à análise do periódico quanto à temática da educação escolar italiana, no período de 1902 a 1908.

O *corpus* documental das fontes foi localizado em diversos arquivos e bibliotecas. Em 2017, Alberto Barausse encontrou na Biblioteca Municipal Sormani de Milão, na Itália, uma rica coleção que abrange o período de 1902 a 1913, totalizando 1.223 exemplares do periódico. Mais recentemente, outros exemplares de 1914 foram localizados no arquivo do *Centro di Ricerca e Documentazione dell'Università del Molise* (CeSIS). Exemplares, que pertencem aos anos de 1916 e 1917, encontram-se na Biblioteca de História Moderna e Contemporânea em Roma, totalizando 1.470 números totais disponíveis. O exemplar de 23 de outubro de 1921, n. 1980 e 1981, foi encontrado no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério de Negócios Exteriores da Itália.¹¹ O Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, de Porto Alegre, tem em seu acervo somente dois exemplares – um número de 25 de setembro de 1913 e um de 1º de abril de 1920.

Como indicado anteriormente, a maioria destes jornais pode ser considerada inédita, pois até hoje os pesquisadores Rech e Tambara

⁸ COLNAGHI, A. Diploma di benemerenza. *Stella d'Italia*, anno V, n. 505, p. 3, 27 jan. 1907; – Diploma di benemerenza “per collaborazione” alla *Stella d’Italia*. *Stella d’Italia*, anno XII, n. 1229, 18 jan. 1914.

⁹ Para uma primeira introdução ao periódico, ver o verbete O jornal “*Stella d’Italia*” (1902-1925) organizado por A. BARAUSSE, A.; BASTOS, M.H.; RUGGIERO, A. de. Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stella-ditalia-1902-1925/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

¹⁰ TRENTO, A. *Imprensa italiana no Brasil séculos XIX e XX*. São Carlos: EdufScar, 2013. p. 229.

¹¹ O exemplar está guardado na Itália, no *Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri* (Asmae), *Archivio Scuole* (AS Scuole) 1911-1922, Cat. III, busta (b) 445, fascicolo (f.) Porto Alegre.

(2015)¹² tiveram acesso a alguns exemplares, dos anos de 1902 a 1904, de uma coleção particular não acessível; enquanto Angelo Trento (2013) acessou nove números, de 1908 e 1909, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo/IHGSP e três números de 1911 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/FBN.

A recente localização dos números impressos e microfilmados de exemplares do periódico (1902-1914) – fato extremamente raro na realidade brasileira –, nos permite começar uma investigação mais sistemática, seja ao que se refere aos aspectos editoriais da iniciativa, seja no que diz respeito às orientações assumidas, durante o seu longo período de existência. Dentre os periódicos italianos, publicados no Rio Grande do Sul, parece ser o mais longevo e com um *corpus* documental expressivo, quanto ao número de exemplares disponíveis, como qualitativamente pela expressão da imprensa étnico-italiana, nas primeiras décadas do século XX.

Palhares-Burke afirma que a imprensa foi um poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar ideias e maneiras nas pessoas comuns. Essa função da imprensa é geralmente justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de educação pública.¹³ A imprensa em geral, em especial a imprensa étnica, são observatórios privilegiados do que circula em determinado espaço e tempo histórico de um grupo social e cultural. “A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.¹⁴

A escrita da história da imigração italiana no Brasil, por “meio da imprensa”, a partir de procedimentos críticos, sempre será lacunar, pois não permite abranger a complexidade das “fontes de informação do periódico, tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros”, atores envolvidos. A análise de um periódico abrange desde as técnicas de impressão, o lugar social da imprensa, a materialidade, os idealizadores, os editores e demais atores responsáveis, as seções, o conteúdo, a circulação, os editoriais, as imagens, a publicidade. Como afirma Luca, por meio

¹² RECH, G. L.; TAMBARA, E. G. O jornal Stellla d’Italia e a defesa da escola étnica italiana (1902-1904). *História da Educação – ASPHE*, v. 19, n. 45, p. 159-182, jan./abr. 2015.

¹³ BURKE, M. L. Palhares. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FCG, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

¹⁴ LUCA, T. R. História dos, nos e por meio de periódicos. In: BASSANESI C. Pinsky. *Fontes históricas*, São Paulo: Contexto, p. 118.

dos anúncios de jornais é possível estudar diferentes aspectos da sociedade brasileira e, no presente caso, da comunidade italiana no estado e, especialmente, em Porto Alegre.¹⁵

1 Adelchi Colnaghi e Benvenuto Crocetta: os idealizadores

Figura 1 – Cabeçalho do exemplar do número 1, de 30 de março de 1902



Fonte: *Stella d'Italia*.

A figura acima permite verificar os idealizadores e responsáveis pela publicação do jornal: diretor: Adelchi Colnaghi; administrador, depois editor-gerente: Benvenuto Crocetta.

Figura 2 – Adelchi Colnaghi (?-1917)



Fonte: *Cinquantenario*, v. I, p. 447.

Figura 3 – Benvenuto Crocetta



Fonte: *Cinquantenario* 1925, v. 1, p. 447.

¹⁵ *Ibid.*, p. 111 e 117.

Em uma série de artigos escritos para a Exposição Universal de Milão (1906), o diretor Colnaghi lembrava a origem da iniciativa editorial do *Stella d'Italia*, e o que chamou a atenção do grupo promotor: a ausência de imprensa italiana no início do novo século em Porto Alegre, comparado com a experiência dos imigrantes alemães que, no mesmo período, tinham três jornais.¹⁶

Adelchi Colnaghi chegou ao Brasil provavelmente na última década do século XIX, talvez em 1891, instalando-se em Porto Alegre/RS. Permaneceu no País até 1917, quando retornou para Milão, falecendo em maio de 1917.¹⁷

Desde sua chegada, logo se envolveu na atividade jornalística. Inicialmente, no periódico *L'Italiano* (1891), cujos proprietários eram os irmãos Marsiano e o diretor era Cesare Pelli. Com a Revolução Federalista (1893-1895), o jornal deixa de ser publicado em 1893. Posteriormente, passa a dirigir o periódico *Il Commercio Italiano*, iniciativa do imigrante milanês Agostino Ferrario, que iniciou sua publicação em 10 novembro de 1892. A experiência durou muito pouco, até janeiro de 1893.¹⁸

Neste período, Colnaghi também colabora com o periódico *Il Corriere Cattolico* (1891- 1895) de orientação diversa de suas outras experiências jornalísticas. Este jornal nasceu por iniciativa de uma importante associação política porto-alegrense “Centro”, sob a direção de Alfredo Clemente Pinto, homem culto e católico, mas, segundo Colnaghi, “di principi moderato e conservatore”, membro do Partido Católico, integrado por imigrantes e por descendentes de alemães. Colnaghi integrou a redação em 1893, substituindo Guido Carlo Pasini, com o objetivo de “modificare il suo programma in senso italiano e liberale”, tarefa difícil diante da forte presença e ingerência de Clemente Pinto, que representava os estudantes do seminário, ultraconservador, germanófilo e “poco disponibili a modifice degli orientamenti”. A participação de Colnaghi permitiu tornar o periódico “meno aggressivo, togliendogli affatto quel colore di anti-italianità conservato fino allora” e assegurar o apoio dos cônsules Pio di Savoia e Angelo Legrenzi (este último assegurou recursos financeiros). Essa colaboração, todavia,

¹⁶ COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud. *Stella d'Italia*, n. 405, 11 fev. 1906. Mas também os números: 406, 407, 409, 410, 411, 413, 418, 419, 421, 425, 427, 430, 432, 436, 438, 442, 447, 451, 460, 469, 473.

¹⁷ O jornal *O Brazil* (1909-1924), órgão do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, na edição de 26 de maio de 1917, na seção Necrologia noticia sua morte: *O Brazil*, ano IX, ed. 312, p. 2, 26 maio 1917.

¹⁸ COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud. *Stella d'Italia*, anno 5, n. 407, p. 1, 15 – feb. – 1906b; – n. 407, p.1, – feb. 1906c.

findou em outubro de 1895, diante do insucesso de impedir a influência fortemente confessional, concomitante à comemoração do 20 de setembro de 1895.¹⁹

Colnaghi, durante esse período, frequentemente, entrava em conflito com os outros três periódicos italianos – *L'Avvenire* (1892), dirigido por Leone Colombo; *Eco delle Colonie* (1892-93), dirigido por Carlo dell'Apa; *L'Italia* (1895), dirigido por Cesare Pelli –, que surgiram na última década do século XIX.²⁰ Posteriormente, iniciou uma nova colaboração como redator e diretor provisório, entre outubro de 1891 e 30 de março de 1900, do jornal *Il Progresso* (1897-1900), periódico semanal que surgiu no ano 1897 por iniciativa de Mario De Candia e teve apoio do cônsul Ciapelli e do embaixador Antonelli.²¹ O aporte de Colnaghi foi orientar o jornal para um endereço nacional (“uno spiccato indirizzo di italianità”) e, ao mesmo tempo, menos radical e anticlerical, para ganhar o apoio mais amplo dos grupos coloniais vinculados ao catolicismo.²² Portanto, dos sete jornais publicados em Porto Alegre, atuou em quatro.

É ilustrativo assinalar a participação de Colnaghi, com uma série de artigos, no livro ilustrado da Exposição Universal – *L'Esposizione Internazionale de Sempione*,²³ ocorrida em Milão, de 28 de abril a 31 de outubro de 1906, na qual esteve presente, e o jornal foi premiado com Menção Honrosa. Além disso, é importante perceber a participação do Rio Grande do Sul, único representante brasileiro, em uma sala exclusiva.²⁴

De acordo com pesquisas conduzidas por Borges e Possamai, Colnaghi era filiado na loja maçônica Ausônia, como membro em grau

¹⁹ COLNAGHI, Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud. *Stella d'Italia*, anno 5, n. 407, p.1, 15 de fevereiro de 1906b.

²⁰ COLNAGHI, Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud. *Stella d'Italia*, anno 5, n. 409, p. 1, 25 de fevereiro de 1906d.

²¹ COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud. *Stella d'Italia*, anno 5, n. 410-411, p. 1, 1º – mar. – 1906e; n. 413, p. 1, 11 mar. 1906f; n. 418, p. 1, 29 – mar. 1906g.

²² COLNAGHI, A. – Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud. – *Stella d'Italia*, anno 5, n. 413, p. 1, 11 – mar. 1906f.

²³ No período de 1908 a 1910, 43 vezes.

²⁴ Balbinot e Tedesco informam que “do espaço ocupado pelo Pavilhão da América Latina, 136 metros foram dedicados à exposição do Rio Grande do Sul”. O objetivo era apresentar a ótima situação dos italianos estabelecidos no estado, que somavam mais de trezentos mil ítalo-brasileiros, diante do Decreto Prinetti (1901), que suspendia a licença de quatro companhias de navegação, responsáveis por realizar o transporte marítimo gratuito de imigrantes italianos para o Brasil (BALBINOT, G.; TEDESCO, J. C.) Colonos em Milão: a participação do Rio Grande do Sul na *L'Esposizione Internazionale del Sempione* (1906) e suas correlações com a imigração italiana. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais/RBHC*, v. 8, n. 16, p. 252-269, 2016, e a citação na p. 257.

terceiro, aberta em Porto Alegre, em 1895 e fechada em 1903, que também patrocinava a publicação do periódico.²⁵

Além das atividades jornalísticas, ele participou da vida das sociedades étnicas da capital; em particular ele foi vice-presidente da Società Umberto I e secretário do *Circolo La Giovine Italia* (1890-1902), uma sociedade de instrução e divertimento; também, foi nomeado ou eleito inspetor das escolas italianas de Porto Alegre, promovidas pelas associações étnicas (Ieri, Oggi e Domani).

Depois da morte de Colnaghi, Benvenuto Crocetta assume a direção do periódico como editor, diretor e administrador, até 1925, quando o jornal deixa de ser editado.²⁶ No Editorial de 3 de julho 1902, Colnaghi informa que a colaboração de Crocetta era gratuita, sem receber nenhum valor pecuniário, e destaca suas atividades cotidianas:

Ammnistratore, compositore, spedizioniere, correttore di bozze, inpaginatore e corrispondente. Giorno e notte, durante tre lunghi mesi, egli ha lavorato con vigoria ineccepibile, contentandosi di vivere all'oscuro, mentre a noi abbandonava tutta la gloria – se pur vi è gloria – ed il vanto della popolarità²⁷ (*Agli Abbonati*, 1902, p.1).

Crocetta também atuou em outros periódicos italianos de Porto Alegre, depois que o *Stella d'Italia* deixou de ser publicado – *Giornale d'Italia* (fundado em 1925), *Voce d'Italia* (criado em 1928). Mas a sua experiência civil e profissional se distingue por uma intensa e constante participação na vida associativo-escolar e de vários eventos da sociedade porto-alegrense. Foi também secretário e inspetor das escolas da Società Italiana di Beneficenza e Instruzione Principessa Elena di Montenegro, tendo sido um grande incentivador das escolas italianas.²⁸

²⁵ BORGES, S. *Italianos*: Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST Edições, 1993. p. 41-45; POSSAMAI, P. *Dall'Italia siamo partiti*: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1874-1945). Passo Fundo: EDUPF, 2005. p. 173.

²⁶ Desde o primeiro ano de publicação, na ausência de Colnaghi, Crocetta assumia a função de diretor.

²⁷ Traduzindo: Administrador, compositor, remetente, revisor, impaginador e correspondente. Dia e noite, durante três longos meses, ele trabalhou com vigor inaceitável, contentando-se em viver no escuro, enquanto para nós abandonou toda a glória – se houver glória – e o orgulho da popularidade. Il primo trimestre della Stella d'Italia. *Agli Abbonati. Stella d'Italia*, anno I, n. 28, p. 1, 3 lug. 1902.

²⁸ A sua assinatura como secretário da sociedade aparece nas cartas da escolas guardadas no Asmae, AS 1888 – 1920 b.445, f. Porto Alegre.

Por ocasião da comemoração do Cinquentenário da Colonização Italiana, em 1925, Crocetta assume a função de secretário da comissão organizadora e responsável por redigir a monografia *Um cinquantennio de vita coloniale: gli esponenti individuali e collettivi della colonia italiana nel Rio Grande do Sul*, no álbum do *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, em que chama a atenção sobre as “características psicológicas da imigração, a unidade e a formação coletivas, as associações, as escolas, a vida colonial, os produtores de ouro e sangue, os expoentes individuais e os fundadores das colônias e das cidades, os pioneiros da ciência, das artes, das indústrias e do comércio e as obras das mulheres”.²⁹ Ao longo da década de 1930, integra o órgão dirigente da *Associazione Dante Alighieri*, fundada em Porto Alegre, em 1914.³⁰ Frequentemente, a sua presença e a de Colnaghi foi registrada em vários periódicos, como o jornal *Federação* (1884-1937), em eventos políticos e sociais da cidade (como oradores, participantes de banquetes em homenagem a Borges de Medeiros, presença em inauguração de prédios e monumentos públicos, participação em nascimentos e falecimentos de familiares), o que evidencia a ampla rede de sociabilidades que os responsáveis pelo *Stella d'Italia* mantinham na cidade e fora dela. Isso dava maior visibilidade ao periódico, pois eram sempre apresentados como diretores.³¹

Uma “Gazzetta Indipendente”. Estrutura e programa do *Stella d’Italia* pela defesa e a promoção da coletividade italiana

O projeto do periódico foi construído com alguns integrantes da classe média italiana de Porto Alegre, que aumentava seu papel social e econômico, no contexto da capital do estado, desde o final do século XIX.³² Uma circular, de 1º de dezembro de 1900, apresenta o projeto de publicação, assinado pela Comissão Promotora, constituída por vários

²⁹ HERÉDIA, V. B. M.; – RADÜNZ, R. (org.). *História e imigração*. Caxias do Sul: EDUCS, 2011. p. 250.

³⁰ Crocetta foi socio benemerito da *Dante Alighieri*. Ver *Società Nazionale Dante Alighieri, Comitato di Porto Alegre, Relazione morale-fiananziaria della gestione sociale dal 1 aprile 1936 al 31 marzo 1937*, p. 16 in Asmae, AS 1936-45, b. 63, f. Porto Alegre.

³¹ A inauguração do hospital Dr. Bartolomeo Tacchini, em Bento Gonçalves (A *Federação*, anno XLIV, n. 63, p. 2, 17 mar. 1927); as homenagens que foram prestadas hoje ao Dr. Borges de Medeiros (A *Federação*, anno XLV, n. 20, p. 3, 23 jan. 1928).

³² Sullo sviluppo del ceto medio borghese a Porto Alegre si veda CONSTANTINO SANTORO, N. M. *L’italiano di Porto Alegre: immigranti meridionale nella capitale del Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.

profissionais: o engenheiro Pietro Rusca, o fotógrafo Virgilio Calegari, o comerciante Felice Dodero, os médicos – Gennaro Lanzara, Gaspare Vincenti, Biaggio Rocco, Giovanni Battista De Paoli, o farmacêutico Stefano Rocco e o jornalista Adelchi Colnaghi.

Caro compatriota!

O aumento cada vez maior que está tomando o elemento italiano neste Estado Glorioso e a necessidade sentida de proteger seus múltiplos interesses nos sugeriram a idéia de promover a fundação de um jornal que, inspirado por sentimentos altamente patrióticos e independentes, através de uma colaboração sábia e previdente, ele é capaz de disciplinar os esforços individuais, apoiá-los, animá-los e fundi-los em uma comunidade única e poderosa. Elaborado em italiano e com um serviço telegráfico particular, sob a imediata concordância de homens que são totalmente leais à grandeza de nossa Colônia e o nosso Belo País, será a bandeira sob a qual nos encontraremos, a fim de defender e proteger nossa pátria, adoção da qual uma grande parte de nós depende. Em uma palavra, mantenha a fé itálica em nossos seios, enquanto mantemos nossa devação a essa grande gente fraternal, viva e incondicional.

Uma coletividade sem jornais é um exército sem bandeira; somente nosso triunfo depende de nossos esforços. E para alcançar este nobre propósito e porque o periódico futuro, realmente é o representante oficial de nossa Colônia, para compensar os meios de sua criação, nós concebemos para fundar uma Sociedade para ações a fim de que o mais humilde de nós tenha a faculdade de contribuir para isto, sem sacrifícios sérios.³³

Para garantir a sustentabilidade financeira do jornal, portanto, o grupo dos fundadores pretendia constituir uma sociedade por ações. O projeto financeiro foi constituído de 400 ações, cada uma com o valor de 25\$000. Posteriormente, o Conselho de Administração seria nomeado pela Assembleia Geral (Progetto finanziario, - 1902, p. 1).³⁴

³³ Circular de 1º de dezembro de 1900, em *Stella d'Italia*, n. 1, p. 1, 30 mar. 1902.

³⁴ Na primeira página do número publicado em 30 de março de 1902, consta a chamada do editor: "Alla Commissione Promotrice per la fondazione d'un giornale italiano. Porto Alegre, Il sottoscritto condividendo pienamente le idee espresse nella circolare del 1º dicembre 1900 ed accettando in massima il progetto finanziario, aggiunto alla medesima, si obbliga sottoscrivere... azioni, del valore de Rs 25\$000 cada una, mettendo fin d'ora l'ammontare delle medesime a disposizione del futuro Consiglio d'Amministrazione". [Rua Bento Martins n. 28 (Canto della Rua dos Andradás), Porto Alegre] (Progetto finanziario, *ibid.*) Progetto finanziario *Stella d'Italia*, 30 mar. 1902, p. 1.

O projeto anunciado em 1900, pela publicação de uma circular, passou por várias etapas, quando, em 1901, foi retomado diretamente pelo diretor Colnaghi, que aceitou as solicitações de outros compatriotas para iniciar “um jornal que, longe das pressões políticas partidárias, concretizasse as aspirações e ideias da Colônia e da Pátria, lutando sempre para afirmar o nosso nome e o nosso direito”. Em 1902, convida novamente os compatriotas a “Lutar, lutar sempre até o sacrifício; colocar muito alto o nosso nome, para ser respeitado e amado: esses são os princípios e os ideais da Stella d’Italia e de seus colaboradores”.³⁵

No primeiro número, o diretor apresentava o programa e estabelecia uma relação com os leitores. Colnaghi ainda explicita que os objetivos do periódico eram “costruire una collettività com uma identità homogênea com la Madre Patria per contrastare la dispersione e l’isolamento in cui viveva la comunità italiana di Porto Alegre e dello Stato”.³⁶ Mais que um programa, expressa que a publicação seria mais que uma “chiacccherata, da amico ad amico, da compatriota ad concittadini”. O objetivo era “creare una relazione di affetto, di simpatia di stima reciproca”.³⁷ O diretor apresentava o jornal como uma voz independente, que não pertencia a nenhuma religião ou partido, que não pretendia dividir mas unir no ideal da pátria. Afirmava que o próprio título já compreendia um extenso programa, que pretendia formar o espírito cívico-solidário, que, para ele, faltava na comunidade italiana. Criticava o patriotismo individual e isolado, que contrastava com a ideia de homogeneidade. Considerava que o imigrante italiano no Exterior não devia ter nenhum partido, que não fosse aquele da Pátria. O projeto era homogeneizar e disciplinar o patriotismo dos imigrantes, “para que as massas possam ser invencíveis”:

Nos longos anos de convivência com os italianos no exterior, especialmente nesta colônia, pudemos argumentar que o que nos falta é o espírito de solidariedade e harmonia, sem o qual todo progresso e vigorosa afirmação tornam-se irrigários. É o espírito cívico que nos faz falta. Nossa patriotismo individual, como é isolado, nunca pode triunfar sobre os obstáculos que nos impedem à homogeneidade e não tentamos fundi-lo, combiná-lo, discipliná-lo e empurrá-lo assim para aqueles ideais que o fazem

³⁵ Circular de 7 de fevereiro de 1902, in *Stella d’Italia*, anno I, n. 1, p. 1, 30 mar. 1902.

³⁶ Traduzindo: “construir uma coletividade com uma identidade homogênea com a Mãe-Pátria para contrastar a dispersão e o isolamento em que vivia a comunidade italiana de Porto Alegre e do estado”.

³⁷ COLNAGHI, A. *L’ideale della Stella d’Italia* in *Stella d’Italia*, p. 1, 30 mar. 1902.

emanar invencível. Cem mil compatriotas e uma ideia, uma só aspiração.³⁸

Buscava promover uma identidade italiana entre as novas gerações nascidas no Brasil, que estavam mais afeitas à assimilação da cultura identitário-brasileira. Com esse fim, o jornal pretendia apresentar-se não como um órgão da colônia, mas como a expressão da perspectiva unitária das associações que aderiram ao ideal do periódico, reflexo da forma de sociabilidade dos imigrantes italianos.³⁹ O primeiro número de 1902, os créditos informam que o periódico é editado sob os auspícios das mais relevantes sociedades étnico-italianas da capital: Vittorio Emanuele I (1877), Principessa Elena di Montenegro (1893-1937), Società di Beneficienza ed Instruzione Umberto I (1900), Loja Maçônica Ausonia (1895-1903), Circolo Filarmonico Italiano, Giuseppe Mazzini, no Bairro Tristeza, em Porto Alegre (1885); Sociedade Operária de Mútuo Socorro Príncipe de Nápoles (1887), em Caxias do Sul.

Ao longo do tempo, se ampliaram as parcerias com as redes de sociabilidade espalhadas nas áreas coloniais: havia também a *Società Stella d'Italia* (1884), na Colônia Conde D'Eu (hoje Garibaldi/RS), que mantinha escolas – masculina e feminina ou, ainda, a *Società Luigi Amadeo de Savoia*, de Arroio Grande.

O cabeçalho traz dados da administração do jornal, que ficava na Tipografia do Centro,⁴⁰ sita na Rua Santa Catharina, em Porto Alegre, para onde deveria dirigir-se a correspondência. Posteriormente, passou a ser editado pela Typografia “Italo-Riograndense”, de Luigi Petrocchi,⁴¹

³⁸ *Id.*

³⁹ COLNAGHI, A. *Trepidazioni. Stella d'Italia*, p. 1, 3 abr. 1902.

⁴⁰ A *Tipografia del Centro* anuncia que publica materiais em “lingua italiana, latina, tedesca, portoghese”.

⁴¹ Luigi Petrocchi foi professor e agente consular enviado da Itália para Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Bagé, Alfredo Chaves e Porto Alegre. Desde 1902 foram introduzidas, de forma experimental, novo perfil de professor assim chamado maestro-agente, professores com formação e habilitação que também assumiam funções consulares. Era natural de Pistoia, na Itália. Emigrou para o Brasil por volta de 1900, enviado pelo governo italiano, com os dois filhos maiores, deixando a esposa e outros dois filhos na Itália. Exerceu o papel de “professor-agente”, com o objetivo de fazer a ligação entre os imigrantes e as autoridades consulares. Atuou como agente consular em Bento Gonçalves, provavelmente entre 1902 e 1909; foi professor e dirigiu a Escola Petrocchi, por ele criada, no mesmo município, por seis anos, difundindo a italianidade. Consta que, após sua saída de Bento Gonçalves, Petrocchi assumiu o cargo de vice-cônsul em Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC (LUCHESE, T. Â. *Singularidades na história da educação brasileira: as escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (final do século XIX e início do XX)*. *Cuadernos Interculturales*, ano 6, n. 11, p. 72-89, seg. sem. 2008; LUCHESE, T. Â.; KREUTZ, L. (org.). *Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares*. Santa Maria: Editora UFSM, 2011. p. 323-324; RECH, G. L. *Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-*

que também era representante da *Grande Libreria Italiana*, dos Fratelli Bertolotti, fundada em 1892, em São Paulo, com filial em Porto Alegre, na Rua dos Andradas, n.136, com um grande sortimento de jornais e revistas italianas. A partir dessa mudança, a direção, administração e tipografia passam para a Rua General Câmara, n. 10 (antiga Rua da Ladeira). Além da impressão do periódico, a empresa mantinha uma livraria – “*Libreria della Stella d’Italia*”, desde julho de 1909, cujos livros anunciados, provavelmente, eram vendidos na sede do jornal.

O periódico tinha o sistema assinatura por um mês, por três meses, seis meses ou anual, sendo o “pagamento antecipado sem exceção alguma”.⁴² Na primeira página, no canto esquerdo, a sessão *Ai Lettori*, normalmente com um chamamento para manter a assinatura e o pagamento do periódico, assinado pelo Administrador Benvenuto Crocetta. Por um ano, o preço era de 10\$000 (réis); por seis meses, de 6\$000; por três meses, de 3\$000; por um mês, 1\$000. Os números avulsos custavam 200\$00. Um anúncio publicado no exemplar 814, de 27 a 30 de janeiro de 1910, página 2, informa que a renovação da assinatura incluía um livro como prêmio: *Stella d’Italia e Esposizione Illustrada di Milano* (Elegantissima Rivista della grande Mostra Internazionale del 1906. Edizione di lusso ricca di oltre 2000 finissime incisioni. Reis 20\$000 – Con diritto al premio).

O jornal também era vendido avulso, como informam os editores: Luigi Pedrazzi (na Rua da Ladeira, na antiga Livraria Americana); Matteo Carreta, na Rua Bragança da capital.

Quanto aos números publicados, até o momento, temos a informação de que, de 30 de março de 1902 a 18 de maio de 1916, foram publicados 1.470 números. Como ainda não foi possível localizar os números de 1917 a 1925, a quantidade total de exemplares não pode ainda ser aquilatada.

Quanto à periodicidade, foi sempre bissemanal: quinta e domingo.

O periódico foi editado de 1902 a 1908, em quatro colunas, com quatro páginas (A4 dobrado no meio), sendo as duas últimas páginas dedicadas aos romances, em forma de folhetim e à propaganda (restaurantes, moda feminina e masculina, produtos italianos, produtos farmacêuticos, hotéis, alfaiataria, marcenaria, lanifícios, aulas de italiano, escolas, ateliê fotográfico, fábrica de guarda-chuva e bengalas, açougue,

^{1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo. 2015. 451p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPel, Pelotas, 2015.}

⁴² Até o momento, não foi possível obter informações sobre a tiragem.

móveis, tecidos, clubes, casas de bilhar, armazéns e fiambrerias, padarias, lotéricas, livros escolares, livros técnicos, romances, revistas, etc.).⁴³ A partir de setembro de 1908, o tamanho mudou (A3 dobrado no meio).⁴⁴ Os interessados em publicar anúncios deveriam dirigir-se ao encarregado Francisco Truda e o pagamento deveria ser antecipado. O espaço destinado aos anúncios garantia a manutenção econômica e, também, divulgava serviços e produtos de interesse para o leitor.

Os anúncios geralmente ocupavam as duas páginas finais do jornal e alguns espaços no alto das páginas e/ou em vazios que eram preenchidos com as propagandas. A publicidade permite observar que a maioria se referia a empresas e serviços localizados em Porto Alegre. No entanto, há propagandas de estabelecimentos de outras localidades do Rio Grande do Sul (Santa Maria, Rio Grande, Livramento, Caxias do Sul, Encantado, Garibaldi, Pelotas, Alegrete, Novo Hamburgo e outros), o que permite perceber que a circulação do jornal não se restringia à capital, mas a outras cidades do interior, como confirma a ampla rede de correspondentes.⁴⁵

Em 20 de setembro de 1908 (ano VII, n. 673), passou a contar com seis colunas, com tamanho maior (A3), com oito páginas. Também alterou o cabeçalho, que apresentava elementos simbólicos que lembram a influência da maçonaria: a estrela de cinco pontas, acima da cabeça

⁴³ Em um conjunto de 202 exemplares, de setembro de 1908 a agosto de 1910, classificamos os anúncios em cinco categorias: profissionais liberais (dezesseis vezes, a do advogado Alzio Marino); indústria e comércio (nessa categoria está a maioria dos anúncios publicados; a "Oficina de Marmi" aparece 88 vezes); saúde (integram essa categoria, anúncios de médicos, remédios, farmácias; a propaganda do médico Giovanni Campelli, *consulta doméstica*, foi publicada 116 vezes, e sua Clínica Cirúrgica em Encantado, 11 vezes); produtos agrícolas (óleo de oliva, fábrica de rapé e tabaco, venda de terras); educação e cultura (escolas, professores particulares, livros, bibliotecas, revistas, romances em folhetim).

⁴⁴ *Ai Lettori*, in *Stella d'Italia*, p. 1, 2 de abr. 1902.

⁴⁵ A circulação do periódico pode ser confirmada pela presença numerosa de "agenti-corrispondenti del giornale": Caxias (Francesco Mainieri, Dr. G. Lazara, I. Bersani), Pelotas (Cesare Cesario), Garibaldi (Abramo Camini), Bento Gonçalves (Luigi Allegretti), Bairro Tristeza/POA (Pergentino Piva), Rio Grande (Ambrogio Revello), Cachoeira do Sul (P. Battisti), Nova Trento, Itaqui (Fratelli de Grazia), Arroio Grande, São Marco, Montebello, Passo Fundo, São Leopoldo, Jaguari, Colônia Ijuí, Bagé, Garibaldi, Silveira Martins, Encruzilhada, Antonio Prado, São Vicente (Angelo Previtali), Nova Vicenza, Convento Vermelho (Olimpio Cavagna), Guaporé (Giuseppe Fontana, Antonio Cappelari), Alfredo Chaves-Capoeiras, Alfredo Chaves (Emilio Toschi), São João de Montenegro (Antonio Paganelli), Encantado (Luigi Zuliani), Nova Pádua (Vittorio Mantovani), Esperança, Cruz Alta, Bujará – São José do Norte, Santa Maria, Barão do Triunfo, Taquara do M. Novo, Santa Vitória do Palmar, General Osório, Estação Colonia e São Marcos (Masimiliano Danelli). *Agli abbonati, "Stella d'Italia"*, anno IV, n. 442, p. 3, 21 jun. 1906. Essa rede de agentes alimentava a crônica da semana na seção "Echi dalle Colonie", com notícias e acontecimentos das diferentes localidades do estado – por exemplo, Olimpio Cavagna (Roca Salles); Griso (Alfredo Chaves); Gloacchino Mascarello (Nova Trento).

feminina, emoldurada por folhagens. A mulher também simbolizava a monarquia italiana. O jornal passava a fazer subscrição para implantar uma tipografia própria, “para o [seu] engrandecimento”.⁴⁶

Nos primeiros exemplares do jornal, aparece evidente a vontade de perseguir a projeto ético, civil e pedagógico antes que político, através dos editoriais do diretor – que adota títulos variados, conforme a intenção do autor e, às vezes, entre parêntese “Ai Lettori” – atribuindo à nascente classe médio-urbano-italiana de Porto Alegre, a tarefa de construir uma perspectiva identitária nacional, compartilhada e fundada na concordância. Mas, contratava com a tendência da coletividade italiana de manifesta divisão partidária e de definir-se monárquica, republicana, socialista: “Fuori della Patria”, escrevia Colnaghi “ l’italiano non può ne deve aver altro partito che non sia quello della propria bandiera”,⁴⁷ junto com a exigência e a obrigação no exterior, de “amare, proteggere, difendere il nostro connazionale... elevarne il morale”⁴⁸ de analizar os males que impediram de desenvolver a “omogeneità e concordia della colonia italiana”.⁴⁹ Por isso, o diretor, para contrastar com a apatia do associativismo local,⁵⁰ retomou a ideia já perseguida sem sucesso, em 1892, pelo professor de ensino elementar Dionisio Ronchi, de uma confederação de diversas associações de mútuo socorro.⁵¹ O processo adquire credibilidade e força, com o aumento do número de assinantes,⁵² com a proposta de elaboração de um estatuto, mas que não conseguiu sucesso, sendo que, repetidas vezes, o assunto era retomado ao longo

⁴⁶ COLNAGHI, A. Labor omnia vincit! XX settembre. *Stella d’Italia*, anno VII, n. 674, p. 1, 20 sep. 1908.

⁴⁷ COLNAGHI, A. *Stella d’Italia*, p. 1, 17 apr. 1902.

⁴⁸ COLNAGHI, A. Mali e rimedii: presunzione e insociabilità II. *Stella d’Italia*, p.1 e 24, 20 apr. 1902d.

⁴⁹ COLNAGHI, A. I nostri articoli. – *Stella d’Italia*, p. 1, 27 apr. 1902f.

⁵⁰ COLNAGHI, A. Mali e rimedii: apatia. *Stella d’Italia*, 10 apr. 1902, p. 1; *idem*, Mali e rimedii: apatia II. *Stella d’Italia*, p. 1, 1º apr. 1902; *idem*, Mali e rimedii: presunzione-insociabilità. *Stella d’Italia*, 17 apr. 1902.

⁵¹ Foi Dionisio Ronchi professor da escola direta pela *Società Vittorio Emanuele II*, que, no início da década de 90, tentou promover a federação “Consolato Operaio” COLNAGHI, A. *Confederiamoci. Stella d’Italia*, p. 1, 6 apr. 1902i; *idem*, *Benefici della concordia. – Stella d’Italia*, p. 1, 11 e 18 mag. 1902l; *idem*, *La confederazione degli enti e della colônia. Stella d’Italia*, p. 1, 2 ago. 1903a; p. 1, – 6 ago. 1903b; p. 1 e 13 ago. 1903c. – Sobre a escola e o professor: BARAUSSE, A. Chamas da educação nacional e do sentimento pâtrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul da colonização ao final do século 19 (1875-1898). *História da Educação*, v. 21, p. 41- 85, 2017, p. 53.

⁵² Colnaghi, no balanço que faz dos primeiros três meses de publicação do *Stella d’Italia*, afirma que “Fedele al suo programma: Unione e Concordia [...], combattendo sempre in pro del nostro ideale: la unione e confederazione degli Enti morali italiani”. Com esse preâmbulo, chama a atenção de que o aumento do número de assinaturas permite manter o “caminho tracciato, sentiano crescere le forze e le speranze”. Il primo trimestre della *Stella d’Italia*. Agli Abbonati. – *Stella d’Italia*, anno I, n. 28, p. 1, 3 lug. 1902.

de vários anos. O projeto foi retomado também entre o final de 1906 e o início de 1907, em conjunto com a chegada do novo cônsul-geral da Itália em Porto Alegre De Velutiis.⁵³ Mas, somente em setembro de 1911 as associações conseguiram promover o estabelecimento de uma federação de sociedades italianas, mesmo que a existência da nova associação tivesse sido de curta duração.⁵⁴

Para concretizar o sentimento de que pertencia à mae-pátria, o jornal publicava constantemente notícias da vida política da Itália, através da sessão “In giro per l’Italia” que publicava variadas e pequenas notícias de lá, de diferentes periódicos italianos e/ou enviadas por telegrama e correspondência. Concomitantemente, havia também a sessão “Attraverso L’Italia”. Nestas sessões, o jornal expressava a orientação próxima à nova política liberal, inaugurada pelos governos liderados pelo estatista Giovanni Giolitti⁵⁵ e identificava-se com o ideal de uma laicidade moderada e um nacionalismo mais acentuado, a partir do final da primeira década do século XX. Por exemplo, o periódico manteve um endereço telegráfico próprio, que alimentava a sessão “Notizie telegrafiche”, que alternava a denominação em alguns números para “Boletim Telegráfico”, que trazia notícias da Guerra Tripoliana (1911-1912), como forma de propaganda para esclarecer o leitor sobre as informações da oposição ao conflito. Essa sessão alterou o nome em vários números para “Il giro pel mondo”. A ideologia nacionalista acompanhou a vida do jornal; como Simi observou, o *Stella d’Italia* e outros periódicos da Serra gaúcha demonstravam simpatia pela Itália e criticavam a Alemanha e a Áustria-Hungria, ao passo que o *Il Trentino*, publicado em italiano, português e alemão, no período de 1915-1917, as apoiavam. Através de outra sessão, intitulada “Varietà”, cujos temas eram muito varáveis. Aprofundava debates gerais, como a notícia da

⁵³ Nel mondo scolastico: la premiazione. *Stella d’Italia*, anno IV, n. 498-499, p. 1.

⁵⁴ La Commemorazione del 20 Settembre in Porto Alegre: la costituzione della Federazione delle Società Italiane. *Stella d’Italia*, anno X, n. 987, p. 1, 24 sep. 1911.

⁵⁵ O período de governo de Giovanni Giolitti (1901-1914) foi caracterizado pela tentativa de ampliar a integração, no Estado italiano, das forças partidárias e dos movimentos sociais marginalizados na época passada, como o socialista e o católico. Depois das eleições de 1900, a nova política liberal adotada pelo estadista Giolitti foi – promover uma parceria de governo, para ampliar as reformas sociais e introduzir uma nova lei eleitoral mais inclusiva. Neste período, foi intensa a política de reformas para a educação, sobretudo na área do Ensino Fundamental e dos professores do básico: instituição da nova escola popular, novos programas para a escola fundamental, novo estado jurídico e nova reforma de aposentadoria para os professores do básico e do Ensino Médio, estadualização do Ensino Fundamental, até aquele momento gerenciado pelas municipalidades AQUARONE, A. *Tre capitoli sull’Italia giolittiana*. Bologna: Il Mulino, 1987; PAZZAGLIA, L. *La scuola fra stato e società negli anni dell’età giolittiana*. In: PAZZAGLIA L.– SANI, R. (a cura di). *Scuola e società nell’Italia unita: dalla legge casati al centro sinistra*. Brescia: La Scuola, 2001. p. 171-211.

revista *Revue Universelle*, que oferecia a oportunidade de aprofundar assunto sobre o divórcio.⁵⁶

Na perspectiva de defender e promover a identidade de origem, a estrutura e os conteúdos do jornal, foram focados para sustentar o projeto ético-civil e pedagógico de massa. Pelos primeiros editoriais a linha política do jornal se voltava para contrastar com o processo de naturalização, que envolvia os descendentes de italianos nascidos no Brasil.

Outros periódicos italianos publicados no Brasil – como *Fanfulla* e *La Tribuna*, os dois maiores jornais de São Paulo, promoveram um debate quanto à oportunidade ou não de uma adesão ao processo de assimilação.

Colnaghi⁵⁷ reconhece que as duas posições têm seus argumentos válidos. Afirma que todo imigrante, que abandona sua pátria e fixa residência no Brasil, deve se naturalizar, mas perde a proteção de seu país de origem. Na segunda parte do Editorial, conclui que pelo lado moral, a naturalização não tem nenhum benefício, pois perde a proteção do país de origem e não adquire nenhuma da sua pátria de adoção. Exemplifica com a questão do voto, que não é respeitado e que a urna não é sagrada, o que não dá segurança aos seus cidadãos, naturalizados ou não. Informa que a Lei de Naturalização brasileira, decretada em fins de 1890, foi uma imposição e, portanto, perde seu valor.⁵⁸

Nessa perspectiva, o periódico vai ressaltar as comemorações das festas nacionais italianas, como veículo para construir um imaginário identitário coletivo, fundado nas tradições. Na primeira página do n. 62, é publicada a circular com título *Onoranze Funebri a Vittorio Emanuele II – 25º anniversario*, de Stefano Rocco, seguida de apreciações do Editor, informando sobre o Pantheon.⁵⁹

Outras sessões ressaltavam a defesa identitária. A partir do n. 5, aparece a sessão *La Vita al Brasile*, que foca fatos ligados à comunidade italiana de diversos estados brasileiros.⁶⁰ É assinada com as iniciais de Benvevuto Crocetta. Uma pequena sessão, intitulada *Dalla Argentina*, que traz variadas notícias dos italianos naquele país. Adelchi Colnaghi,

⁵⁶ Varietà. – Per ottenere il divorzio. *Stella d'Italia*, anno I, n. 4, 10 apr. 1902.

⁵⁷ COLNAGHI, A. Naturalizzazione? Pro e Contro I. *Stella d'Italia*, ano I, n. 33, 20 lug. 1902.

⁵⁸ *Ibidem*, n. 35, 27, lug. 1902.

⁵⁹ Onoranze Funebri a Vittorio Emanuelle II – 25º anniversario. *Stella d'Italia*, 30 otto. 1902.

⁶⁰ La vita al Brasile. *Stella d'Italia*, anno I, n. 5, p. 2, 13 apr. 1902, apresentava – análise da viagem de Adolfo Rossi com o Commissariato dell'Emigrazione.

em alguns números, redige uma espécie de necrológico de personagens importantes da comunidade italiana de Porto Alegre ou de outras cidades.

Na perspectiva da promoção cultural étnica, o jornal *Stella d'Italia* também publica romances em forma de folhetim,⁶¹ normalmente na última página do periódico, na seção intitulada “Appendice della Stella d’Italia”. Por exemplo, durante 272 números, o periódico publicou o romance *La figlia maledetta*, de Emílie Richebourg (1833-1898),⁶² caracterizando-o como “romanzo originalissimo, commovente e soprattutto morale”.⁶³ Também em folhetim são publicados outros autores: Attilio Vetere, *Villa Glori, un racconto di um superstite*, 1906,⁶⁴ *L’irrimediabile* (1907), novela sem autor.⁶⁵

Outros textos literários são veiculados pelo jornal – poemas, poesias, peças de teatro. Dentre estes, a peça de teatro de Edmondo de Amicis, intitulada *Fiore del passato: bozzetto drammatico in un atto* (1906). Na primeira página, o editor coloca um lembrete, no alto ou embaixo, “Leggete in quarta página *Fiore del passato*”.⁶⁶ Do mesmo autor, é publicado o artigo *Complementi e convenevoli*.⁶⁷ Em 19 de março de 1908, o impresso publica, na primeira página, *Edmondo de Amicis: lo scrittore popolare*, a notícia sobre seu falecimento em 14 de março.⁶⁸ Sucessivamente, publica outra notícia sobre o escritor, reproduzindo reportagem publicada em Roma, em 11 março 1908.⁶⁹ Do n. 630 a 643, o jornal passa a publicar, em 13 capítulos, o romance de Edmondo Amicis, *Ricordi d’un viaggio in America*.⁷⁰

⁶¹ Anne-Marie Thiesse considera que muitos periódicos “não se apresentam como um conjunto uniforme, mas como um espaço sexualmente dividido, onde cada seção, segundo sua analogia com a vida privada, é destinada à leitura feminina ou masculina. Um lugar domina por excelência a leitura feminina – o romance em folhetim: romance em episódios que introduzem a ficção literária na leitura diária. O fato de ser em pequenas partes facilita a leitura para a mulher, que pode realizá-la entre uma atividade e outra, no âmbito doméstico (THIESE, A-M. *Le roman du quotidien: lecteurs et lectures populaires à la Belle Époque*. Paris: Le Chemin Vert, 1984. p. 20-25).

⁶² Conhecido autor francês de romances de folhetins. No Brasil, teve duas obras traduzidas pela Companhia Brasil: *A toutinegra do moinho* (1944); *A filha maldita* (1944, 1948).

⁶³ RICHEBOURG, E. *La figlia maledetta. Stella d’Italia*, n. 67, 19 gen. 1908; n. 879, 11 sett. 1910.

⁶⁴ *Stella d’Italia*, n. 480, 2 dic. 1906a, n. 492, 13 giovedì dic. 1906.

⁶⁵ *L’irrimediabile* novella. *Stella d’Italia*, n. 525, 7 apr. 1907 a n. 543, 9 giu. 1907.

⁶⁶ *Fiore del Passato. Bozzetto drammatico em um atto. Stella d’Italia*, n. 413, 11 mar. 1906 até n. 428, 3 mag. 1906.

⁶⁷ *Complimenti e convenevoli: studio di E. de Amicis. Stella d’Italia*, p. 1, n. 490, 6 dic. 1906.

⁶⁸ Edmondo de Amicis: *lo scrittore popolare. Stella d’Italia*, anno VII, n. 624, 19 mar. 1908.

⁶⁹ *La morte di Edmondo De Amicis. Stella d’Italia*, anno VII, n. 626-627, 26-29 mar. 1908.

⁷⁰ AMICIS, Edmondo de. *Ricordi d’un viaggio in America. Stella d’Italia*, anno VII, n. 630, p. 4, 9 apr. 1908, – até n. 643. *Sull’Oceano*, publicado em 1889. Recentemente, traduzido no Brasil com o título *Em alto-mar* (Editora Nova Alexandria, 2017, 320 p). Ver A. De Ruggiero, Grande

Com o objetivo de promover e defender o caráter étnico-identitário, o jornal pretendia colocar-se como defensor dos interesses da coletividade italiana rio-grandense e da capital Porto Alegre. Nessa perspectiva, *Stella d'Italia*, já nos primeiros números, destacou o papel dos imigrantes italianos no desenvolvimento econômico do estado e revindicou às autoridades brasileiras medidas estruturais relevantes para a segurança dos núcleos coloniais, garantindo melhores condições para a sustentação das atividades econômicas promovidas pelos imigrantes. Por exemplo, o diretor solicitou medidas urgentes para afastar os intendentes ou bandos de criminosos, de Guaporé, Caxias do Sul, Alfredo Chaves, que ameaçavam e agrediam os imigrantes e os agentes consulares.⁷¹ Também solicitava medidas quanto ao melhoramento da mobilidade dos colonos, em estradas e ferrovias, demandando a implantação do projeto já anunciado da ferrovia caxiense.⁷² Emblemática é a carta de Colnaghi para o governador do estado, Dr. Borges de Medeiros, em nome da Comunidade Italiana, sobre o estado lamentável da estrada que liga a região colonial de São Sebastião do Caí a São João de Montenegro.⁷³

O foco sobre os diversos núcleos de imigração italiana foi mantido pela sessão “Ieri ed Oggi”, que trazia uma miscelânea de notícias das diversas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Posteriormente, passou a se chamar “Echi dalle Colonie”.

Na perspectiva de manter constante relacionamento com os leitores, o periódico publicava telegramas e cartas recebidas, assim como respostas dos editores. Mas complementava com informações de utilidade pública para a comunidade italiana na sessão intitulada “Indicazioni”, com a qual fornecia endereços do Consulado da Itália em Porto Alegre; das sociedades: Vittorio Emanuele II, Principessa Elena di Montenegro, Palestra Umberto I, Circolo Filarmonico Italiano, Loja Maçônica Ausonia, Sociedade Giuseppe Mazini. Também tinha a

Viagem. *Zero Hora*, DOC, sábado e domingo, 24 e 25 de fevereiro de 2018, p. 21; L. Wataghin, Edições brasileiras das obras de Edmondo de Amicis. *Mutatis Mutandis*, v. 9, n. 1, 2016, – p. 42-52; G. Romani, Edmondo de Amicis na América do Sul: pátria e identidade italiana fora dos limites nacionais. *Estudos Ibero-Americanos* – PUCRS, v. 38, supl., p. 863-875, nov. 2012.

⁷¹ Ieri ed oggi. *Stella d'Italia*, 3 apr. 1902, p. 3; Ieri e oggi. *Stella d'Italia*, p. 2, 3 apr. 1902; Echi delle colonie. *Stella d'Italia*, p. 2, 20 apr. 1902; Ieri e oggi. *Stella d'Italia*, p. 3, 1º mag. 1902; Brigantaggio in azione. *Stella d'Italia*, p. 2, 6 mag. 1902; I martiri della gleba. Guaporé ed i coloni. *Stella d'Italia*, anno I, n. 43, p.1, 31 ago. 1902.

⁷² Ieri e oggi: Il problema del giorno. *Stella d'Italia*, 24 apr. 1902; COLNAGHI, A. E la ferrovia di Caxias? *Stella d'Italia*, p. 1, 1º mag. 1902, e p. 1-2, 4 mag.

⁷³ Lettera aperta a Sua Ecc. Il Presidente dello Stato, dott. Borges de Medeiros. *Stella d'Italia*, anno I, n. 79, p. 1, 28 dic. 1902.

“Sezione Commerciale”, com a cotação do câmbio e o preço de variados produtos, e o “Movimento Marittimo”.

É importante assinalar que das quatro páginas do periódico, de 1902 a 1908, a primeira página era que mais colaborava para o escopo doutrinário. O Editorial, que ocupava de duas a três colunas, dominava a página com quatro colunas, que se destinavam a avisos, subscrições populares, e/ou relatos de viagem, notícias mais importantes. Nas demais páginas, estavam as outras sessões e, na quarta página, a propaganda.

Ao folhear o periódico, constata-se que somente Colnaghi e Crocetta assinam suas participações; na maioria não é possível assinalar quem eram os colaboradores. Outros colaboradores identificados são: Francisco Truda, que participava da administração do jornal e presidia o *Circolo Giovine Italia*; F. Luigi Zaliani, Stefano Rocco, presidente da escola Vittorio Emanuelle II. É possível pensar que também fizeram uso de pseudônimo para algumas colaborações.

O desejo da direção do periódico de ampliar sua circulação no estado se traduziu no pedido de cooperação aos leitores.⁷⁴

***Stella d'Italia* e a questão da língua e das escolas étnico-italianas (1902-1908)**

No contexto geral, orientado a reforçar os processos de defesa identitária, o periódico manifestou uma atenção particular à questão da língua e das escolas étnicas. Na realidade, a questão chamou a atenção dos cônsules, desde o início da colonização. O cônsul Ciapelli, que residia em Porto Alegre no início do novecentos, também reclamou ao Ministério na Itália a importância da escola, pois “além da difusão dos conhecimentos elementares, tinha o sentido de difusão da *italianità*, de cunho nacionalista”.⁷⁵ No Relatório, datado de 1901, sobre “as condições intelectuais e morais dos colonos italianos”, afirmava:

[...] a instrução é escassa e descuidada. Existem, é verdade, muitas escolas, mas todas com condições didáticas e financeiras pouco satisfatórias. [...] Muitos deixaram a cidadania de origem para abraçarem aquela do novo país que vivem; mas no fundo se mantém bons italianos, se bem somos sinceramente afeitos a sua segunda pátria. Nas colônias quase todos tomam parte da

⁷⁴ “Tutti i lettori che consideriamo amici, devono farsi nostri cooperatori. Quando avviene qualcosa d’importante nei luoghi ove essi risiedono, ci informino affrettamente e in modo esatto.” Ai Lettori. *Stella d’Italia*, v. I, n. 40, p. 1, 4 sett. 1902.

⁷⁵ LUCHESE; KREUTZ (org.). *Imigração e educação no Brasil*, cit., p. 233.

vida pública, parte ocupando empregos nas administrações das comunas, na polícia, nos municípios e todos distinguem pelo bom senso, pela lealdade e pela justa forma como atém-se ao exercício de suas funções (CIAPELLI, 1901, p. 58-59).⁷⁶

A manutenção da língua e do culto da Itália, como a pátria dos filhos dos imigrantes, era a preocupação das autoridades. Para Kreutz,

a dimensão étnico-cultural é construída e reconstruída constantemente num processo relacional em que os grupos e indivíduos buscam, selecionam, ou relutam em função do significado que fenômenos e processos tem para eles. Por isto, a educação e a escola são um campo propício para se perceber a afirmação dos processos identitários e os estranhamentos e as tensões decorrentes da relação entre culturas (KREUTZ, 2001, p. 123).⁷⁷

Essa preocupação também está presente no *Stella d'Itália* de diversas formas, mas especialmente nos Editoriais. O periódico tem um expressivo espaço para divulgação de informações sobre a educação escolar, professores, livros, revistas e jornais, tanto para as famílias como dirigidas ao universo escolar, publicadas na Itália e que circularam no estado.

Como o jornal era patrocinado por sociedades que mantinham escolas,⁷⁸ estas se faziam presente cotidianamente, em pequenas inserções, ao longo das páginas e na sessão *Indicazioni*, que trazia os endereços dessas instituições. Tais avisos não inressavam somente às escolas das sociedades: Umberto I ou da Princesa Elena di Montenegro da capital, mas também para as escolas das áreas coloniais.⁷⁹ Notícias das escolas se encontram nas atas oficiais das Associações, assim como

⁷⁶ Lo Stato di Rio Grande del Sud (Brasile) e l'immigrazione italiana. Da un rapporto del R. Console a Porto Alegre (CIAPELLI, E. ago. 1901, "Bolettino dell'Emigrazione", n. 4, 1903, p. 58-59. In: ROMANATO, G.; HERÉDIA, V. B. M. L'emigrazione italiana nel Rio Grande del Sud Brasiliano (1875-1914). Fonti diplomatiche, Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna, Longo Editore, p. 306-307).

⁷⁷ KREUTZ, L. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (org.). *Educação no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados, 2001. p.123.

⁷⁸ Também são publicadas as convocações para Assembleias das sociedades italianas e, posteriormente, uma síntese do que foi tratado.

⁷⁹ Si veda ad esempio Società operaria Stella d'Italia di Garibaldi e Società Giuseppe Mazzini di Tristeza. *Stella d'Italia*, anno I, n. 7, p. 2, 20 apr. 1902; Ieri e oggi. Società di mutua cooperazione di Rio Grande, *ibid.*, p. 3, 21 dic. 1902.

relatórios do *Bilancio morale-finanziario della Società Principessa Elena di Montenegro*.⁸⁰ Mas a atenção se expressa sobretudo no entorno das atividades e dos eventos escolares que qualificavam as instituições como organismos funcionais para a defesa e a promoção identitária, no sentido étnico-nacional. Notícias dos exames finais nas escolas ocupam um espaço expressivo. Por exemplo, as duas colunas destinadas a informar sobre *Gli esami finali della Scuola Umberto 1* e da *Scuola Principessa Elena di Montenegro*.⁸¹ Além das escolas de Porto Alegre, o jornal divulgava notícias das provas finais do núcleo colonial, como o de Encantado e de Caxias do Sul.⁸²

O empenho do *Stella d'Italia*, em ressaltar a dimensão identitária, levou o jornal a destinar espaço significativo para divulgar a participação das escolas nos eventos comemorativos italianos, como o 20 Setembro ou a festa do Estatuto Albertino, a primeira Constituição liberal da Itália.⁸³

A capa do n. 20, de setembro de 1902, uma *Edizione speciale*, traz o título *W Roma W Italia. Salve XX Settembre*.⁸⁴ No número seguinte, datado de 25 de setembro, na página 4, traz a programação do 32º *Anniversario del XX Settembre 1870*, com cortejo cívico e sessão cívica. O jornal participava também da comissão organizadora, juntamente com os representantes das escolas italianas de Porto Alegre, com a intenção de interpretar os “sentimenti patriottici della Colonia, desiderando affermare innanzi al glorioso popolo rio-grandensei sentimenti di devozione alla Patria d'adozione, e di imperituro affetto alla Grande Madre Italia, hanno determinato di festeggiare la fatídica data coll'adozione [...]”.⁸⁵

⁸⁰ *Bilancio morale-finanziario della Società Principessa Elena di Montenegro. Primo semestre. Stella d'Italia*, anno II, n. 152-153, p.1, 13 sett. 1903.

⁸¹ *Gli esami finali della Scuola Umberto 1 e da Scuola Principessa Elena di Montenegro. Stella d'Italia*, anno II, n. 183-184, p. 1-2, 27 e 31 dic. 1902.

⁸² Veja-se o relatório de Luigi Zuliani, correspondente e agente consular e professor em Santa Maria; participou dos exames finais da escola mista de S. Antonio, promovidos pela Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus na colônia de Encantado. *Echi delle colonie. Stella d'Italia*, p. 3, 28 dic. 1902.

⁸³ Sobre a função e o valor simbólico das festas nacionais, veja-se: RIDOLFI, M. *Le feste nazionali*. Bologna: Il Mulino, 2003. Sobre o papel das escolas nas festas nacionais ver *Education, ethnic identity, and memory in the Italian ethnic schools of South Rio Grande (1875-1902)*. In: BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. A. *Paedagogica Historica International Journal of the History of Education*. DOI: 10.1080/00309230.2018.1521450.

⁸⁴ W Roma! W l'Italia! Salve XX Settembre. *Stella d'Italia*, anno II, n. 51, *Edizione speciale*, p. 1, 20 sett. 1902. Mais em geral sobre a função da festa do XX Setembro para os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul ver RUGGIERO, A. De. *Le celebrazioni del 'XX Settembre' tra gli immigrati italiani nel Rio Grande do Sul*. In: RAMOS, H. C. da Luz; ARENDT, I. C.; WITT, M. A (org.). *Festas, comemorações e rememorações na imigração*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014. p. 931-932).

⁸⁵ 32 Anniversario del XX Settembre 1870. *Stella d'Italia*, v. I, n. 52, p. 4, 25 sett. 1902.

O interesse do periódico pelo tema da instrução pode ser aquilatado também pelo espaço publicitário destinado à propaganda das escolas e de professores. A inserção publicitária representou um instrumento de promoção e de oferta de trabalho para vários professores. A própria diretora da Escola Princesa Elena de Montenegro, de Porto Alegre, também utilizou o periódico para oferecer aulas particulares na casa de famílias, tanto de Língua Italiana como da Portuguesa: “La Diretrice della Scuola Principessa Elena di Montenegro, signora Camilla Roncoroni, dà lezioni particolari in case di famiglie, tanto di lingua italiana come di lingua portoghese, in ore e prezzi da convenirsi. Dirigersi alla via Ferdinandes Vieira, n. 41”.⁸⁶ Outro exemplo, foi o do professor Salvatore Biancucci, “pronto a trasferirsi da San Paolo a Porto Alegre qualora avesse avuto a disposizione una classe di 40 alunni”,⁸⁷ ou de uma professora recentemente chegada a Porto Alegre e que se apresentava como “pretese onestissime”.⁸⁸

Para fomentar e valorizar a função das escolas étnicas e o papel dos professores, o periódico, muitas vezes, destacou reconhecimento dos docentes como beneméritos da instrução pública. Já nos primeiros números publicados, aparecem artigos que exaltam atividades de professores, como as de Giacinto Targa de uma escola italiana de Nova Trento; Luigi Zuliani da escola italiana e presidente da Sociedade de Mútuo Socorro de Encantado, e depois de Porto Alegre, ou a já citada Roncoroni.⁸⁹ Outro exemplo, são os anúncios sobre o *Istituto Italo-Brasiliiano* (1908 a 1918), criado por Umberto Ancarani e sua esposa Iró Ancarani. Ancarani foi um professor-agente, enviado da Itália e destinado para a colônia de Caxias/RS, onde atuou na Escola *Principe di Napoli*, juntamente com sua esposa. Depois de sua chegada em Porto Alegre foi enviado inicialmente para Pelotas, onde, sempre com a participação da esposa, dirigiu a escola italiana e tentou consolidar a instrução primária

⁸⁶ Avviso. *Stella d'Italia*, anno II, n. 89, 1º febb. de 1903.

⁸⁷ O Prof. Salvatore Biancucci, atualmente em São Paulo, nos escreve de lá, declarando-se disposto a competir como professor em qualquer escola italiana, tanto da capital como do interior, governada por Sociedades ou mesmo, particularmente, desde que os locais e pelo menos 40 alunos estejam garantidos. Para mais informações, acesse nosso escritório editorial (Professor. *Stella d'Italia*, n. 673, p. 4, 20 sett. 1908).

⁸⁸ Uma professora, que chegou recentemente a esta capital, quer encontrar um lugar em uma boa família, dando aulas em Italiano, Português, Francês e também agulha e bordados. As alegações são muito honestas, tanto que algumas horas do dia estão disponíveis para ela, durante as quais ela pode dar aulas em casa para os senhores pais de família, que se dignam a honrá-la com seus comandos. Para mais informações, vá a este escritório editorial (Professor disponível. *Stella d'Italia*, n. 682, p. 4, 22 ott. 1908).

⁸⁹ Un maestro che si fa onore. *Stella d'Italia*, anno I, n. p. 2, 25 dic. 1902; COLNAGHI, A. Scuole italiane in Porto Alegre. *Stella d'Italia*, anno III, p. 1, 16 apr. 1903.

no importante centro meridional do Rio Grande do Sul.⁹⁰ A estada em Pelotas foi breve, pois já em 1906 foi encarregado de inspecionar as escolas italianas de Caxias do Sul, também ensinou na escola *Principe de Napoli* e escreveu alguns importantes relatórios sobre o contexto caxiense. Em 1908, novamente foi transferido para Santa Maria, onde fundou o *Istituto Italo-Brasiliano*, divulgado pelo jornal, como mostram as imagens abaixo.⁹¹

Figura 5 – Anúncio do Instituto Ítalo-Brasileiro e seus professores

STITUTO ITALO-BRASILIANO (Internato-Esterna
diretto dai Coniugi ANCARANI in SANTA MARIA



Nuovo edificio del Collegio (area 3500 mq.) — Proprietà dei Coniugi Ancarani



— Corpo docente —

Il detto Istituto comprende 1 corso elementare di 5 anni, 1 corso commerciale di 3 anni, 1 corso secondario di 4 anni informe la recente riforma dell'insegnamento secondario, preparansi gli alunni per la Scuola d'Ingegneria, di Agronomia, di Medicina, Odontologia e di Diritto. Il suo Corpo docente, formato da distinti Professori diplomati, è garanzia sufficiente per il successo degli esami.

I Proprietari-Direttori: CONIUGI ANCARANI

**I BENE MERITI
DELL'ISTRUZIONE PUBBLICA**

Pregiamo oggi le pagine del nostro giornale con le fotografie del superbo edificio, ove funziona il Collegio Italo-Brasiliano tenuto e diretto dagli estimati educatori coniugi Ancarani in Santa Maria Beira do Monte, nonché del corpo docente di detta Scuola.

Secondo le ultime informazioni sappiamo che gli iscritti ai vari corsi sono 192, dei quali 51 interni.

Il corso elementare è frequentato da 137 alunni e il secondario da 56. Coloro che studiano lingua italiana sono 89, cioè 38 figli di italiani e 56 figli di brasiliani.

Fonte: *Stella d'Italia*.

⁹⁰ CASTRO, R. B. de; BARAUSSE, A. Algumas considerações sobre as escolas italianas em Pelotas (RS) entre o final do século XIX e o início do XX. In: ENCONTRO DA ASPHE, 34., 2018, Unisinos, São Leopoldo. Anais [...], São Leopoldo, 2018. p. 341-359.

⁹¹ Sulla figura di Ancarani si vedano i cenni (LUCHESE, T. Â.; KREUTZ, L. (org.). *Imigração e educação no Brasil*, cit., p. 321-323), ma soprattutto i riferimenti conteuti nel fascicolo personale dell'insegnante conservato in Asmae, AS, 1888-1920, Personale cessato dal servizio bb. 4 e 5.

Outra publicidade é a do *Collegio S. Giuseppe nella Villa Garibaldi diretto dalle Sorelle di S. Giuseppe*, que informa a localização, que adota sistema de internato e ministra uma educação religiosa e civil, e elenca as matérias ensinadas.⁹²

Em suas viagens ao interior das colônias italianas, Colnaghi divulgou algumas experiências que lhe chamaram a atenção. No relatório de sua viagem a Bento Gonçalves, relata a visita à escola mista dirigida por Luigi Petrocchi, traçando um detalhado retrato “una larga e spaziosa sala, ben illuminata, dalle pareti coperte da mappe, carte geografiche e murali, quadri di battaglie dell’indipendenza italiana e dei nostri principal eroi, vidi seduti in bell’ordine, in banchi ben tenuti e comodissimi, oltre novanta bambini dagli otto ai 12 anni, intentissimi ai differenti esercizi impartiti loro”. Informava ainda que o professor realizava com os alunos alguns cálculos, ministrava aula de cosmografia e realizava exercícios físicos com eles.⁹³

Ao longo da década, se observa um crescimento dos espaços oferecidos às Editoras, como uma contribuição para a vida cultural de Porto Alegre. Por exemplo, em vários números há um chamado para levantamento de recursos para instalar uma “Biblioteca del popolo” na cidade.⁹⁴ E, simultaneamente, a oferta de livros com o mesmo título ao preço de 400 réis, “grande raccolta di opere popolari ed economiche, di scienza, literatura, arti e mestieri”.⁹⁵

Além disso, o diretor Colnaghi procurava promover um debate entre os leitores sobre a importância da defesa da Língua Italiana e os processos de escolarização para os filhos dos imigrantes. No editorial *Parliamo Italiano*, fazia a resenha do artigo de Giuseppe Gaia publicado no *Jornal d’Italia*, no Rio de Janeiro, em que expressava que o idioma é o elo forte que unia a pátria, o verdadeiro elemento identitário. E destacava: “Contribuiamo a manternere le scuole che possediamo, rafforziamole; obblighiamo i nostri figli a frequentarle constantemente, a parlare il nostro idioma, a rispettare i loro insegnanti, a venerar ela pátria dei loro genitori”.⁹⁶

Em outro Editorial, Colnaghi denunciava o abandono e descaso geral da instrução escolar e do ensino de Italiano nas colônias italianas,

⁹² Collegio S. Giuseppe nella Villa Garibaldi diretto dalle Sorelle di S. Giuseppe. *Stella d’Italia*, anno I, n. 38, p. 3, 7 ago. 1902.

⁹³ COLNAGHI, A. Appunti di viaggio. *Stella d’Italia*, anno II, n.160, p. 1, 8 ott. 1903.

⁹⁴ NEMO. Istruzione ed educazione. *Stella d’Italia*, anno VII, n. 610, p. 1, 30 gen. 1908.

⁹⁵ Biblioteca del popolo. – *Stella d’Italia*, anno VII, n. 640, p. 3, 16 mag. 1908.

⁹⁶ COLNAGHI, A. Parliamo italiano. *Stella d’Italia*, anno I, n. 42, p. 1, 24 ago. 1902.

alertava que as futuras gerações se tornarão “bárbaros, ignorantes, selvagens”. Afirmava que a escola pública brasileira deixava muito a desejar. E perguntava: “Che sarà delle nostra italianità quando i vecchi avranno l’un dopo l’altro cessato di vivere? [...] Scuola e Società sono per essa sinonimo di sacrificio e di noia”. E concluía, que continuando esse “estado de descaso das famílias e sociedade, as novas gerações daqui cinquenta anos serão “krumira”. Di chi la colpa?”.⁹⁷ Diante dessa perspectiva, o editor destacava as experiências de docentes, como Camilla Roncoroni e Pietro Riva, professores respectivamente das escolas da Società Principessa Elena di Montenegro e da Società Umberto I, apresentados como “due modesti docenti”, que se esforçavam a “tener desto” nos alunos “il fuoco sacro dell’amore patrio”.⁹⁸

A ressonância do que o periódico publicava, sobre o debate da educação escolar, era veiculada a partir das correspondências dirigidas ao jornal. Luigi Zuliani, agente consular do município de Encantado e professor, reclamava os limites da escolarização determinados pelas difíceis condições econômicas dos colonos,⁹⁹ também pelas péssimas escolhas políticas (“impotenza di spendere”) e pela falta de bons professores. Para enfrentar essa situação, recomendava melhor organização das escolas étnicas, capaz de agilizar a criação de escolas nas áreas rurais mais do que nos centros urbanos, que já dispunham de uma rede de escolas públicas brasileiras, e uma seleção rígida dos professores, que tinham o hábito “tracannatori insaziabili di cachaça”.¹⁰⁰

As escolas italianas, no início do século XX, foram um dos motivos de maior tensão com a autoridade consular. No final de 1902, o jornal denuncia a escassa participação do cônsul Ciapelli. No editorial *Scuole Italiane*, Colnaghi analisa artigo anônimo, publicado no periódico *Corriere Italiano* (n. 28), sobre a estatística publicada por Angelo Scalabrini, inspetor-geral das escolas italianas no Exterior, a respeito de relatório do cônsul italiano Ciapelli, que maquia os resultados. Desde 1902 até a metade de 1904, Colnaghi assumiu uma postura opositiva contra o cônsul Ciapelli: não culpado pela falta de ingerência consular sobre o subsídio financeiro estabelecido pelo Ministério das Relações Exteriores, que não era suficiente para a manutenção das mesmas.

⁹⁷ COLNAGHI, A. Le nostre scuole: fra cinquant’anni tutti Krumiri. *Stella d’Italia*, anno I, n. 44, 28 ago. 1902. “Krumiro” é um jargão usado entre os tipógrafos italianos, para designar trabalhadores que furavam o estado de greve, traíndo a luta de seus companheiros.

⁹⁸ COLNAGHI, A. Scuole italiane. *Stella d’Italia*, anno I, n. 73, p. 1, 7 dic. 1902.

⁹⁹ Istruzione. *Stella d’Italia*, anno I, n. 55, 5 ott. 1902.

¹⁰⁰ Istruzione. *Stella d’Italia*, anno I, n. 55, p. 2, 12 ott. 1902.

Nesse sentido, o editor chamava a atenção da orientação diferente do cônsul italiano em Santa Catarina, Gherardo Pio di Savoia, que dez anos antes ocupou a mesma posição em Porto Alegre, que para as 14 escolas espalhadas no Estado de Santa Catarina obteve uma contribuição homogênea desse ministério e outra das administrações locais.¹⁰¹. Dessa forma, o *Stella d'Italia* promoveu uma campanha para sustentar as críticas contra as autoridades consulares e ministeriais, que tiveram o apoio de leitores, seja do contexto urbano, seja do rural,¹⁰² exaltando, por outro lado, a ação solidária do associativismo por manter as duas escolas¹⁰³ e contrastar os ataques do cônsul.¹⁰⁴

Colnaghi mostrava como era árida a proteção do Consulado em termos de educação, apesar de reconhecer que havia distribuição de material escolar enviado da Itália, mas que esse não era suficiente. Para marcar a distância da autoridade consular, o diretor denunciou a ausência de representante do governo italiano, nos exames finais das duas escolas de Porto Alegre. O diretor ressaltava a falta de que deveria sustentar as iniciativas consideradas fundamentais para preservar a identidade das futuras gerações no estado.¹⁰⁵

Com isso, cresceu a tensão com o cônsul. Diante disso, o jornal manteve uma atitude de apoio às associações que continuaram a manter a vida das escolas, consideradas “tempio santo della moderna società”. No entanto, mesmo diante dos cortes de subsídios financeiros e de material escolar, as associações continuaram mantendo e ampliando o número de alunos em suas escolas, para fomentar a identidade nacional italiana: “Educhiamo i nostri figli all’amor della patria, al culto del suo idioma; educhiamo noi stessi nei santi principii dell’unione e della concordia e checchè avvenga, compiamo italianamente la nostra missione come uomini e come cittadini”.¹⁰⁶

¹⁰¹ COLNAGHI, A. Scuole italiane in Porto Alegre. *Stella d’Italia*, anno III, 16 apr. 1903, p. 1 e p.1, 19 apr. 1903

¹⁰² Si veda ad esempio la lettera pubblicata in Scuole italiane in Porto Alegre. *Stella d’Italia*, anno III, 26 apr. 1903, p. 1-2; Echi delle colonie, *ibid.* p. 3.

¹⁰³ COLNAGHI A. Pro scuole: la Giovanni Emmanuel e l’Umberto I. *Stella d’Italia*, anno III, 10 mag. 1903; COLNAGHI, A. Il terzo anniversario della Umberto I. *Stella d’Italia*, anno III, p. 1, 14 maggio 1903.

¹⁰⁴ COLNAGHI, A. Indecorosa campagna: la vendetta del cav. Ciapelli. *Stella d’Italia*, p. 1, 12 lug. 1903, p. 1, 16 lug. 1903, p. 1, 19 lug. 1903, p. 1, 26 lug. 1903; *id.*, Due pesi e due misure. *Stella d’Italia*, 9 ago. 1903.

¹⁰⁵ Gli esami finali della Scuola Principessa Elena di Montenegro. *Stella d’Italia*, anno II, n. 1, p. 1, gen. 1903.

¹⁰⁶ COLNAGHI, A. Scuole! L’opera degli oscuri. *Stella d’Italia*, anno II, n. 177, 6 dic. 1903.

Nesta perspectiva, o jornal ofereceu apoio e espaço, quando foram abertas novas escolas italianas seja no contexto urbano da capital, seja no interior. Ressaltou a iniciativa de uma nova sociedade, fundada não sem polêmicas em Porto Alegre, a *Unione Meridionale* que, em abril de 1904, inaugurou a escola mista V. *Emanuele III*,¹⁰⁷ ou quando em 17 de julho de 1904, foi inaugurada a escola promovida pela sociedade operaria *Giovanni Emanuel*, um evento que foi presenciado pelo novo cônsul-regente Salemi-Pace. A nova iniciativa pela escolarização dos filhos dos italianos imigrantes e descendentes previa o ensino da Língua Italiana e a Portuguesa e foi apresentada pelo Prof. Luigi De Camino “come fonte di civiltà e di progresso”.¹⁰⁸ E, ainda mais, o jornal não perdia a oportunidade para ressaltar a italianidade, quando, em agosto de 1904, uma nova escola italiana masculina de grau inferior e superior, iniciou suas atividades em Caxias, onde atuou o novo professor vindo direto da Itália, como “Maestro-agente”, um novo perfil introduzido pelo suporte do *Commissariato per l’Emigrazione*. A escola teria usado os espaços oferecidos pela *Società Principe di Napoli*, e o ensino teria incluído: Língua Italiana, Portuguesa e Francesa, História italiana e brasileira, Geografia, Matemática, Geometria, Desenho, Caligrafia, Canto, Ginástica e Exercícios Militares.¹⁰⁹

Junto com o aumento das oportunidades de escolarização, o jornal focou sua atenção sobre o problema da natureza e das características das mesmas. A ausência de uma homogeneidade nas escolas italianas foi um dos motivos pelos quais o jornal abordava frequentemente, que a italianidade deveria ser o eixo cultural específico, em torno do qual deveria ser contruído o currículo escolar. Nesse sentido, a participação nos exames finais, nas escolas da associações de Porto Alegre, permitiu que o diretor do *Stella d’Italia* declarasse haver diversidade, senão divergência, nos métodos e resultados nas escolas existentes.¹¹⁰ Para agilizar o processo de homogeneização das escolas, o jornal iniciou a publicação dos programas elaborados pelas escolas italianas do Estado de São Paulo, redigidos pela comissão nomeada pelo cônsul

¹⁰⁷ Ieri, oggi e domani. *Stella d’Italia*, anno III, n. 214, p. 3, 14 de apr. 1904.

¹⁰⁸ L’inaugurazione fu accompagnata da uno spettacolo filodrammatico. Dopo l’intervento iniziale del presidente del sodalizio Gennaro Scalzilli intervenne il maestro e direttore della scuola Luigi De Camino che lesse una cronistoria del sodalizio e dei suoi primi fondatori e della loro opera altamente patriottica; e si soffermò a sottolineare l’importanza dell’insegnamento della lingua italiana e del portoghese “come fonte di civiltà e di progresso” (COLNAGHI, A. L’inaugurazione della Scuola Giovanni Emanuel. *Stella d’Italia*, anno III, n. 242, p. 1).

¹⁰⁹ *Echi dalle Colonie*, Caxias. *Stella d’Italia*, anno III, n. 245, p. 2, 31 lug. 1904, e n. 250, p. 3, 18 ago. 1904. La scuola fu inaugurata nel 8 ago. 1904.

¹¹⁰ *Ibid.*

Gherardo Pio di Savoia.¹¹¹ O material didático apresentava limites na seu irregular distribuição, decorrentes das mudanças frequentes de títulos e era avaliado como pouco adequado às condições das escolas italianas no Brasil, que necessitavam de uma aprendizagem mais lenta que a italiana. A ausência de inspetores escolares “idonei e capaci”, deixava sem orientação e suporte os professores, que davam “alle loro scolaresche un indirizzo tutto personale”.¹¹²

As escolas, no entanto, continuaram a representar um dos principais pontos de “batalha” do jornal. O contraste contra o analfabetismo entre os filhos dos colonos permaneceu um assunto central para representar a necessidade de maior compromisso da coletividade italiana. O jornal chamou a atenção do mundo feminino para pedir um desempenho civil mais amplo das mulheres, na área da instrução. A chegada a Porto Alegre do novo cônsul, o regente Salemi-Pace no ano 1904 e De Velutiis no ano 1905, determinou a flexibilização das tensões com o jornal e parte da comunidade italiana. Consequência do conflito com as autoridades consulares, o jornal assumiu uma postura de rejeito da ingerência financeira total do ministério pelos subsídios, desejando uma forma de autonomia suportada pelo apoio da coletividade italiana no estado e dos membros das sociedades de mútuo socorro e beneficência. Mas a questão escolar, favoreceu o relançamento do projeto para aproximar o mundo associativo urbano em torno da ideia de um corpo federativo (*Nel mondo...*) que o jornal tentou liderar.¹¹³ A tradicional manifestação de premiação de final do ano letivo, agendada para o início de janeiro de 1907, foi promovida pela primeira vez de forma unificada, em todas as escolas da capital.¹¹⁴ O evento deveria ter sido um sinal explícito do desejo de agregar as associações de forma federativa e contribuir para a elaboração de um direcionamento mais homogêneo das escolas, a partir de seu currículo, para que pudesse corresponder melhor às necessidades de promoção da identidade nacional.¹¹⁵ No ano seguinte, outro importante evento: a comemoração do Estatuto de Junho foi dedicada a ressaltar a função das escolas italianas no Exterior e no Brasil, especificamente. O Ercole Donadio, professor da escola italiana de

¹¹¹ Ieri, Oggi e Domani. *Pro scuole. Stella d'Italia*, anno III, n. 253, p. 3, 28 ago. 1904.

¹¹² COLNAGHI, A. Il grave problema delle Scuole italiane. *Stella d'Italia*, p. 1, 8-11 gen. 1903.

¹¹³ COLNAGHI, A. La Confederazione. *Stella d'Italia*, anno V, n. 330-331, p. 1, 25-28 mag. 1905c; *Nel mondo scolastico*, *Stella d'Italia*, anno V, n. 492, p. 1, 13 dec. 1906.

¹¹⁴ Nel mondo scolastico. La premiazione. *Stella d'Italia*, Porto Alegre, ano 6, n. 498-499, 306 jan. 1907, p. 1.

¹¹⁵ Nel mondo scolastico. La riapertura delle scuole *Stella d'Italia*, Porto Alegre ano 5. n. 506-507, 31 jan.-3 fev. 1907, p. 1.

Porto Alegre *Umberto I*, dedicou seu discurso ao relacionamento entre a pátria e as escolas, como “termini indissolubili, che si armonizzano, si intrecciano e si completano”,¹¹⁶ ressaltando o papel fundamental das instituições escolares, na construção da identidade italiana.

Finalizando

A leitura dos primeiros anos do *Stella d'Itália* permite perceber que o periódico pretendia expressar as demandas da nascente classe média burguesa e urbano-italiana de Porto Alegre, configurando-se como defensora e promotora da italianidade no Estado do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, buscou contemplar os diversos grupos sociais italianos, presentes na sociedade – o burguês e o operário – reunidos em torno do associacionismo de mútuo socorro, do qual pretendia dar voz. Além de perseguir o objetivo de tutelar os interesses dos grupos de migrantes italianos, assumiu a escola e a promoção da Língua Italiana, como tarefas imprescindíveis, para garantir a permanência do sentimento pátrio.

Referências

32 ANNIVERSARIO del XX Settembre 1870, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 52, 25 set. 1902, p. 4.

A HOMENAGENS que forma prestadas hoje ao dr. Borges de Medeiros. **A Federação**, ano 45, n. 20, p. 3, 23 jan. 1928.

A IMPRENSA e o livro no pavilhão cultural. Exposição do Centenário Farroupilha (1835-1935. Catálogo por Walter Spalding. Tip. do Centro). Porto Alegre, 1935.

A INAUGURAÇÃO do hospital “Dr. Bartolomeo Tacchini”, em Bento Gonçalves. **A Federação**, ano 44, n. 63, p. 2, 17 mar. 1927.

AGLI ABBONATI. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 4, n. 442, p. 3, 21 jun. 1906.

AI LETTORI. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 2 abr. 1902a.

AI LETTORI. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, vol. 1, ano I, n. 40, p. 1, 4 set. 1902b.

ASCENZI, A.; BARAUSSE A.; SANI, R.; LUCHESE, T. Â. History of education and migrations: crossed (or connected or entangled) histories between local and transnational perspective: a research “agenda”: **History of Education & Children’s Literature**, Eum, Macerata, ano XIV, n. 2, p. 227-262, 2019.

¹¹⁶ Patria e scuola, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 649, 14 jun. 1908, p. 1.

AQUARONE A. *Tre capitoli sull'Italia giolittiana*. Bologna: Il Mulino, 1987.

AVVISO. *Stella d'Italia*, Porto Alegre, ano 2, n. 89, 1 fev. 1903.

BALBINOT, G.; TEDESCO, J. C. Colonos em Milão. A participação do Rio Grande do Sul na L'Esposizione Internazionale del Sempione (1906) e suas correlações com a imigração italiana. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais/RBHCS*, v. 8, n. 16, p. 252-269, jul./dez. 2016.

BARAUSSE, A.; BASTOS, M. H. C.; RUGGIERO, A. de. (org.). **O jornal Stella d'Italia (1902-1925)**. Transfopress Brasil, 2017. Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stella-ditalia-1902-1925/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

BASTOS, M. H. Camara. An italian book for brazilian children. Heart, by Edmondo de Amicis. **History of education & children's literature** (testo stampato). Eum: Macerata, v. XII, n. 2, p. 477-505, 2017.

BASTOS, M. H. C.; BARAUSSE, A. Le vicende della patria: os manuais de formação moral e cívica às escolas elementares italianas no exterior (Rio Grande do Sul /RS – Décadas de 1920-1930). In: RUGGIERO, A. de; HERÉDIA, V. B. M.; BARAUSSE, A. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 249-276. v. 1.

BARAUSSE, A. Le scuole italiane nel Rio Grande do Sul attraverso le carte consolari tra la fine dell'Impero e l'inizio della Repubblica (1875-1893). In: RUGGIERO, A. de; HERÉDIA, V. B. M.; BARAUSSE, A. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 195-248. v. 1.

BARAUSSE, A. Chamas da educação nacional e do sentimento pátrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul da colonização ao final do século 19 (1875-1898). **História da Educação**, Alegre, v. 21, p. 41-85, 2017.

BIBLIOTECA del popolo. *Stella d'Italia*, Porto Alegre, ano 7, n. 640, p. 3, 16 maio 1908.

BILANCIO morale-finanziario della Società Principessa Elena di Montenegro. Primo semestre 1903. *Stella d'Italia*, Porto Alegre, ano 2, n. 152-153, p. 1, 13 set. 1903.

BRIGANTAGGIO in azione. *Stella d'Italia*, Porto Alegre, p. 2, 6 maio 1902.

BORGES, S. **Italianos**: Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST Edições, 1993. p. 41-45.

CASTRO, R.; BARAUSSE A. Una società senza scuola è un corpo senz'anima: as escolas italianas de Pelotas/RS mantidas pelas sociedades de Mutuo Socorro no século XIX. **Revista História da Educação (on-line)**, v. 24, e92488, p. 1-32, 2020.

CIAPELLI, E. Lo Stato di Rio Grande del Sud (Brasile) e l'immigrazione italiana. Da un rapporto del R. Console a Porto Alegre, cav. E. Ciapelli, ago. 1901.

Bollettino dell'Emigrazione, n. 4, 1903, p. 58-59. In: ROMANATO, G.; HÉREDIA, V. B. M. L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914): fonti diplomatiche, Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editor, 2016 p. 306-307.

CIRCULAR 1º de dezembro de 1900. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, 30 mar. 1902a.

CIRCULAR 7 de fevereiro de 1902. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, 30 mar. 1902b.

COLLEGIO S. Giuseppe nella Villa Garibaldi diretto dalle Sorelle di S. Giuseppe. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 38, p. 3, 7 ago. 1902. p. 1, 30 mar. 1902a.

COLNAGHI, A. Trepidazioni. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 3 abr. 1902b.

COLNAGHI, A. Mali e rimedii. Presunzione-Insociabilità. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 17 abr. 1902c.

COLNAGHI, A. Mali e rimedii. Presunzione e insociabilità II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 20 abr. 1902d.

COLNAGHI, A. Mali e rimedii. Presunzione e insociabilità II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 24 abr. 1902e.

COLNAGHI, A. I nostri articoli. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 27 abr. 1902f.

COLNAGHI, A. Mali e rimedii. Apatia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 10 abr. 1902h.

COLNAGHI, A. Mali e rimedii. Apatia II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 13 abr. 1902g.

COLNAGHI, A. Confederiamoci. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 6 abr. 1902i.

COLNAGHI, A. Benefici della concordia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 11 e 18 maio 1902l.

COLNAGHI, A. Naturalizzazione? Pro e Contro I. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 33, p. 1, 20 jul. 1902m.

COLNAGHI, A. Naturalizzazione? Pro e Contro II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 35, p. 1, 27 jul. 1902n.

COLNAGHI, A. Il problema del giorno. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 8, p. 2, 24 abr. 1902o.

COLNAGHI, A. E la ferrovia di Caxia? **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 10, p. 1, 1º maio 1902p.

COLNAGHI, A. E la ferrovia di Caxias? **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 11, p. 1-2, 4 maio 190q.

COLNAGHI, A. Parliamo italiano. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 42, p. 1, 24 ago. 1902r.

COLNAGHI, A. Le nostre scuole: fra cinquant'anni tutti krumiri. **Stella d'Italia**,

Porto Alegre, ano 1, n. 44, p. 1, 28 ago. 1902s.

COLNAGHI, A. Scuole italiane. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 73, p. 1, 7 dez. 1902t.

COLNAGHI, A. La confederazione degli Enti e della Colonia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 2 ago. 1903a.

COLNAGHI, A. La confederazione degli Enti e della Colonia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 6 ago. 1903b.

COLNAGHI, A. La confederazione degli Enti e della Colonia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 13 ago. 1903c.

COLNAGHI, A. Scuole italiane in Porto Alegre. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 3, p. 1, 16 abr. 1903d.

COLNAGHI, A. Appunti di viaggio. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 160, p. 1, 8 out. 1903e.

COLNAGHI, A. Scuole! L'opera degli oscuri. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 177, p. 1, 6 dez. 1903f.

COLNAGHI, A. Il grave problema delle Scuole italiane. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 82-83, p. 1, 11 jan. 1903g.

COLNAGHI, A. Scuole italiane in Porto Alegre. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 3, p. 1, 16 abr. 1903h.

COLNAGHI, A. Scuole italiane in Porto Alegre. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 3, p. 1, 19 abr. 1903i.

COLNAGHI, A. Pro scuole. La Giovanni Emmanuel e l'Umberto I. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 117, p. 1, 10 maio 1903l.

COLNAGHI, A. Il terzo anniversario della Umberto I. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 118, 14 maio 1903m.

COLNAGHI, A. Indecorosa campagna. La vendetta del Cav. Ciapelli. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 135, 12 jul. 1903n.

COLNAGHI, A. Indecorosa campagna. La vendetta del Cav. Ciapelli. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 136, p. 1, 16 jul. 1903o.

COLNAGHI, A. Indecorosa campagna. La vendetta del Cav. Ciapelli. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 137, p. 1, 19 jul. 1903p.

COLNAGHI, A. Indecorosa campagna. La vendetta del Cav. Ciapelli. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 139, p. 1, 26 jul. 1903q.

COLNAGHI, A. Due pesi e due misure. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 143, p. 1, 9 ago. 1903r.

COLNAGHI, A. Santa Crociata. Istruiamo i nostri figli, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano IV, n. 303, p. 1, 19 fev. 1905a.

COLNAGHI, A. Santa Crociata. I sussidi alle scuole ed il loro fine, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano IV, n. 305, p. 1, 28 fev. 1905b.

Colnaghi, A. La Confederazione, **Stella d'Italia**, ano IV, n. 330-331, p. 1, 25-28 maio 1905.

COLNAGHI, A. L'analfabetismo nelle nostre colonie. **Stella d'Italia**, ano IV, n. 356, p. 1, 23 ago 1905d.

COLNAGHI, A. Alle madri italiane. Un appello. **Stella d'Italia**, anno V, n. 334-335, p. 1, 8-11 jun. 1905e.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 405, p. 1, 11 fev. 1906a.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 406, p. 1, 15 fev. 1906b.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 407, p. 1, 18 fev. 1906c.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 409, p. 2, 25 fev. 1906d.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 410-411, p. 1, 1º mar. 1906e.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 413, p. 1, 11 mar. 1906f.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 418, p. 1, 29 mar. 1906g.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 419, p. 1, 1º abr. 1906h.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 421, p. 1, 8 abr. 1906i.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 425, p. 1-2, 22 abr. 1906l.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 427, p. 1-2, 29 abr. 1906m.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 430, p. 1-2, 10 maio 1906n.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 432, p. 1-2, 17 maio 1906o.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 436, p. 1, 31 maio 1906p.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 438, p. 1, 7 jun. 1906q.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 442, p. 1-2, 21 jun. 1906r.

COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 447, p. 1-2, 8 jul. 1906s.

- COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 451, p. 1-2, 22 jul. 1906t.
- COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 460, p. 1, 23 ago. 1906u.
- COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 469, p. 1-2, 23 set. 1906v.
- COLNAGHI, A. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 473, p. 1, 7 out. 1906z.
- COLNAGHI, A. Diploma di benemerenza. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 505, p. 3, 27 jan. 1907.
- COLNAGHI, A. Labor omnia vincit! XX settembre. La "Stella d'Italia" ingrandita. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 673, p. 1, 20 set. 1908.
- COLNAGHI, A. Diploma di benemerenza per collaborazione alla Stella d'Italia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano XII, n. 1229, 18 jan. 1914.
- COMPLIMENTI e convenevoli. Studio di E. De Amicis. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 490, p. 1, 6 dez. 1906, p.1.
- CONSTANTINO, N. M. Santoro. **L'italiano di Porto Alegre**: immigranti meridionale nella capitale del Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- CROCETTA, B. Il giornalismo coloniale. in **Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud**, Porto Alegre, Posenato Arte e Cultura, 2000 (1. ed. 1925). v. I.
- DE AMICIS, E. Ricordi d'un viaggio in America. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 630, p. 4 a 643, 9 abr. 1908.
- DESCHAMPS, B. Echi d'Italia: la stampa dell'emigrazione. Arrivi. In: BEVILACQUA P.; CLEMENTI, A. de.; FRANZINA, E. (a cura di). **Storia dell'emigrazione italiana**. Roma: Donzelli, 2002. p. 313-334. v. 1.
- DONNA GABACCIA, R. **Emigranti**: le diaspose degli italiani dal Medioevo a oggi. Torino: Einaudi, 2003.
- ECHI delle colonie. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 3, 26 abr. 1903, p. 3.
- ECHI delle colonie. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, 20 abr. 1902a, p. 2.
- ECHI delle colonie. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, 28 dez. 1902b, p. 2.
- AMICIS, Edmondo de. Lo scrittore popolare. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 624, 19 mar. 1908.
- FOIRE del Passato. Bozzetto drammatico in un atto. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 413, 11 mar. 1906a; n. 428, 3 maio 1906.
- FORTINI, A. Jornais de idioma italiano. Revivendo o Passado. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano, n. 5 jun. 1966 e 31 maio 1973.
- GLI ESAMI finali della Scuola Principessa Elena di Mont[enegro]. **Stella d'Italia**,

Porto Alegre, ano 2, n. 1, p. 1, 1º jan. 1903.

GLI ESAMI Finali della Scuola Umberto I. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 183-184, p. 1, 27-31 dez. 1903.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Historiografia da imigração Italiana no Brasil. In: HERÉDIA, V. B. M.; RADUNZ, R. (org.). **História e imigração**. Caxias de Sul: EDUCS, 2011 p. 238-250.

KREUTZ, L. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (org.).

Educação no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2001. p.123.

I BENEMERITI dell'istruzione pubblica. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 10, n. 976-977, p.1, 17-20 ago. 1911.

I MARTIRI della gleba. Guaporé ed i coloni. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 43, p. 1, 31 ago. 1902.

IERI ed Oggi. Società di Mutua cooperazione di Rio Grande, **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, p. 3, 21 dez. 1902c.

IERI ed Oggi. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1-1, 1º maio 1902b.

IERI ed Oggi. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 2, 3 abr. 1902a.

IERI, OGGI E DOMANI, “**Stella d'Italia**”, a. III, n. 214, p. 3, 14 de abril de 1904.

IL PRIMO trimestre della Stella d'Italia. Agli Abbonati. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 28, p. 1, 3 jul. 1902.

ISTRUZIONE. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 55, p. 2, 5 out. 1902a.

ISTRUZIONE. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 56, p. 2, 9 out. 1902b.

LA CHIUSURA delle scuole e gli esami finali. Commenti. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 3, n. 187, p. 1, 10 jan. 1904c.

LA CHIUSURA delle scuole e gli esami finali. Scuola “P. Elena di Montenegro”. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 3, n. 185, p. 1, 4 jan. 1904a.

LA CHIUSURA delle scuole e gli esami finali. Scuola “Umberto I”. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 3, n. 186, p. 1, 7 jan. 1904b.

LA COMMEMORAZIONE del 20 Settembre in Porto Alegre. La costituzione della Federazione delle Società Italiane. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 10, n. 987, p. 1, 24 set. 1911.

LA MORTE di Edmondo De Amicis. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 626-627, 26-29 mar. 1908.

LA VITA al Brasile. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 5, p. 2, 13 abr. 1902.

LETTERA aperta a Sua Ecc. il Presidente dello Stato, dott. Borges de Medeiros. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 79, p. 1, 28 dez. 1902.

L'IRRIMEDIABILE novella. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 6, de n. 525, 7 abr. 1907 a n. 543, 9 de jun. 1907.

LUCA, T. R. de; GUIMARÃES, V. (org.). **Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões**. Consolação, SP: Rafael Zamperetti Copetti Editor, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, C. Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-15.

LUCHESE, T. Â. (org.). **Escolarização, culturas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

LUCHESE, T. Â. Catolicidade e a italianidade no Jornal Il Corriere d'Italia, RS, Brasil (1913-1927). In: RUGGIERO, A. de; BARAUSSE, A.; HERÉDIA V. B. M. (org.). **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPURS, 2017. p. 277-300.

LUCHESE, T. Â.; KREUTZ, L. (org.). **Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011.

LUCHESE, T. Â. (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2015.

LUCHESE, T. Â. Singularidades na história da educação brasileira: as escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (final do século XIX e início do XX). **Cuadernos Interculturales**, año 6, n. 11, p. 72-89, 2, sem. 2008.

MAGALDI, A. M. Bandeira de Mello; XAVIER, L. N. (org.). **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MALATIAN, T. Até que o vendaval passe, "acreditar, obedecer, combater": o Fanfulla e o Duce (1922-1941). In: LUCA, T. R. de; GUIMARÃES, V. (org.). **Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões**. Consolação, SP: Rafael Zamperetti Copetti Editor, 2017. p. 330-361.

MEYER, M. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MORETTO, A. Imprensa em língua italiana (1890-1914). **Enciclopédia Rio-Grandense**, Canoas, v. II, p. 285-289, 195.6

NECROLOGIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 51, n. 217, p. 6, 18 jun. 1946.

NECROLOGIA. **O Brazil**, Caxias, ano 9, n. 312, p. 2, 26 maio 1917.

NEL MONDO scolastico. La premiazione. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 6, n. 498-499, p. 1, 3-6 jan. 1907a.

NEL MONDO scolastico. La riapertura delle scuole. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 506-507, p. 1, 31 jan.-3 fev. 1907b.

NEL MONDO scolastico. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 492, p. 1, 13 dez. 1906.

NEMO, Istruzione ed educazione. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 610, p. 1, 30 jan 1908.

ONORANZE Funebri a Vittorio Emanuele II – 25º anniversario. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, n. 62, 30 out. 1902.

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, FCG, São Paulo, n.104, p. 144-161, jul. 1998.

PATRIA e scuola. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 649, p. 1, 14 jun. 1908.

PAZZAGLIA, L. La scuola fra stato e società negli anni dell'età giolittiana. In: PAZZAGLIA, L. Sani (a cura di). **Scuola e Società nell'Italia unita**: dalla legge Casati al centro sinistra. Brescia: La Scuola, 2001. p. 171-211.

PETROCCHI, L. Os italianos do distrito consular de Bento Gonçalves. In: COSTA, Rovílio, et al. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde D' Eu**. Porto Alegre: EST, 1992.

POSSAMAI, P. **Dall'Italia siamo partiti**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1874-1945). Passo Fundo: EDUPF, 2005.

POZENATO, K. M. Menegotto; GIRON, L. Slomp. **100 anos de imprensa regional 1987-1997**. Caxias do Sul: UCS, 2004.

PROFESSOR disponível. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, n. 682, p. 4, 22 out. 1908.

PROFESSOR. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, n. 673, p. 4, 20 set. 1908.

PROGETTO finanziario. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 1, 30 mar. 1902.

RECH, G. L.; LUCHESE, T.Â. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul**: pesquisa e documentos. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

RECH, G. L.; TAMBARA, E. A. Callegaro. O Jornal Stella D'Italia e a defesa da escola étnica italiana (1902-1904). **História da Educação/ASPHE**, v.19, n. 45, p. 159-182, jan./abr. 2015.

RECH, Gelson Leonardo. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938)**: a formação de uma rede escolar e o fascismo. Pelotas: UFPEL, 2015. 451p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPEL, 2015.

RICHEBOURG, E. La figlia maledetta. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 6, 19 jan. 1908.

RIDOLFI, M. **Le feste nazionali**. Bologna: Il Mulino, 2003

ROMANI, G. Edmondo De Amicis na América do Sul: pátria e identidade italiana fora dos limites nacionais. **Estudos Ibero-americanos** – PUCRS, v. 38, supl., p. 8630875, nov. 2012.

RONNA, F. A imprensa italiana no Rio Grande do Sul, **Pioneiro**, ano 28, XXVIII, n. 3, p. 12, 1º nov. 1975; n. 5, p. 2, 19 nov. 1975.

ROSOLI, G. La stampa d'emigrazione: alcuni appunti storici. **Dossier Europa Emigrazione**, n.12, 1982.

RUGGIERO, A de. Le celebrazioni del XX Settembre tra gli immigrati italiani nel Rio Grande do Sul. In: RAMOS, H. H. Capovilla da Luz; ARENDT, I. C.; WITT, M. A. (org.). **Festas, comemorações e rememorações na imigração**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014. p. 931-932.

SAYAD, Abdelmalek. **La doppia assenza**: dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato. Milano: Raffaele Cortina, 2002.

SERGI, P. **Stampa migrante**: giornali della diaspora italiana e dell'emigrazione in Italia. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2010

SOCIETÀ NAZIONALE DANTE ALIGHIERI, **Comitato di Porto Alegre**, Relazione morale-fiannziaria della gestione sociale dal 1º aprile 1936 al 31 marzo 1937, p. 16 in Asmae, AS 1936-45, b. 63, f. *Porto Alegre*.

SOCIETÀ Operaria Stella d'Italia di Garibaldi e Società Giuseppe Mazzini di Tristeza. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 7, p. 2, 20 abr. 1902.

STELLA d'Italia, Porto Alegre, 1902-1917.

TRENTO, A. **Imprensa italiana no Brasil séculos XIX e XX**. São Carlos, SP: EdufScar, 2013.

TRENTO, A. L'identità dell'emigrato italiano in Brasile attraverso la stampa etnica: il caso del Fanfulla, 1893-1940. In: TOSI, L. (ed.). **Europe, its borders and the others**. Napoli: ESI, 2000.

TRENTO, A. La stampa italiana in Brasile 1946-1960. **Studi emigrazione**, XLVI, 175, luglio-settembre 2009.

TRENTO, A. A imprensa antifascista no Brasil, 1922-1936. In: LUCA, T. R. de.; GUIMARÃES, V. (org.). **Imprensa estrangeira publicada no Brasil**: primeiras incursões. Consolação, SP: Rafael Zamperetti Copetti Editor, 2017. p. 362-396.

UN MAESTRO che si fa onore. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 77, p. 2, dez. 1902.

UNA LETTRICE. Scuole italiane in Porto Alegre. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 3, p. 1-2, 26 abr. 1903.

VARIETÀ – Per ottenere il divorzio. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 4, 10 abr. 1902.

VETERE, A. Villa Glori (Il racconto di un superstite). **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 480, 2 dez. 1906 ate n. 492, 13 dez. 1906.

W ROMA! W l'Italia! Salve XX Settembre. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 51, Edizione speciale, p. 1, 20 set. 1902.

WATAGHIN, Lucia. Edições brasileiras das obras de Edmondo de Amicis. **Mutatis Mutandis**, v. 9, n. 1, p. 42-52, 2016.





“Missão civilizadora” entre penas, tintas e tipos: imigrantes italianos e o jornal *La Tribuna* – (Florianópolis/SC – 1932)

Maria Teresa Santos Cunha
Cristiani Bereta da Silva

Introdução: o estado, a cidade e o jornal

No centro de toda cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais, houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e executor de suas ordens: uma pléiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. **Todos os que manejavam a pena estavam estritamente associados às funções do poder** (RAMA, 1985, p. 43, grifos nossos).

Em suas reflexões sobre a “cidade das letras” na América Latina, o escritor uruguai Ángel Rama chama a atenção para a extraordinária longevidade da força de grupos sociais especializados no “manejo da pena”, que desempenhavam, dentre suas funções sociais e simbólicas, a missão de civilizar. Tal força teria sido irrompida no último terço do século XVI e chegaria ainda vigorosa dois séculos depois. Em suas mudanças e continuidades, o poder de uma dada comunidade de letrados sobreviveria e seus traços, incluindo a incumbência de civilizar, podem também ser observados num jornal italiano, publicado em Florianópolis, capital de Santa Catarina, em 1932. É sobre a história desse jornal, da comunidade de letrados que lhe deu condições de existência e de sua missão de civilizar, por meio da pena, da tinta e de tipos de impressão, que trata este artigo.

Foi de sua redação, situada no centro da cidade, que saiu o primeiro número do jornal *La Tribuna*: uma segunda-feira, dia 1º de fevereiro de 1932. Segundo o editorial de apresentação, voltava-se para toda a colônia italiana do estado, estimada em setenta mil imigrantes. Ainda, segundo o mesmo editorial, fundava-se sobre o objetivo de unir os interesses dos compatriotas na segunda pátria, o Brasil, sem esquecer a italianidade.

La colonie italiane di Santa Catarina, non potevano più continuare a sentire la mancanza di un giornale che, difendendo i loro interessi, potessi ancora contribuire per lo sviluppo delle sue possibilità. Solo dopo un secolo delle arrivo dei primi colonizzatori italiani, che è possibile pubblicare un giornale coloniale nella capitale dello stato. **La nostra iniziativa rappresenta il volere dei 70.000 italiani sparsi in questo grande stato, contribuendo per la propaganda delle industrie, del commercio, dell'agricoltura e degli altri rami d'attività, esercitata da questo grande stuolo di connazionali che hanno eletto questa nobile nazione come loro seconda patria.** Speriamo che questo giornale mantenerà accesa in ogni cuore la fiaccola dell'italianità consapevole dei suoi diritti, **oggi più che mai sacri, dovuti alla volontà ferrea dell'sommo che dirige i destini d'Italia** (PRESENTAZIONE... 1932, p.1, grifos nossos).¹

O jornal *La Tribuna* viria somar-se a outras publicações voltadas para a comunidade italiana no Brasil, as quais passaram a circular a partir da década de 1870. Em Santa Catarina acompanha-se a emergência desses jornais em várias localidades do sul do estado, conforme dados pesquisados por Trento (2013). Ainda, segundo este pesquisador, não é possível enumerar e conhecer o número exato de publicações em Língua Italiana que circularam em todo o território nacional, entre 1870 e 1940, porque de algumas delas não há mais nenhum vestígio. Assim, ele registra que “os únicos cálculos aproximativos feitos falam de 170 títulos entre 1880 e 1920, 140 ou 150 dos quais em São Paulo,

¹ Tradução livre das autoras: As colônias italianas de Santa Catarina não podiam continuar sentindo falta de uma união que, ao defender seus interesses, ainda poderia contribuir para a perda de seu potencial. Só depois de um século da chegada dos primeiros colonizadores italianos, é possível publicar um jornal colonial na capital do estado. **Nossa iniciativa representa a vontade dos 70.000 italianos dispersos neste grande estado, contribuindo para propagar indústrias, comércio, agricultura e outros ramos de atividade, exercidos por esta grande nação de compatriotas que elegeu esta nobre nação como sua segunda pátria.** Esperamos que este jornal mantenha, em cada coração, acesas a italianidade e a consciência dos direitos, **hoje mais do que nunca sagrados, devido à vontade de um homem que lidera os destinos da Itália** (PRESENTAZIONE... v.1, n.1, 1932, p.1, grifos nossos).

subestimando, porém, a consistência real do fenômeno" (TRENTO, 1989, p.185).

Claro está que a presença desses jornais se justificava pelo número significativo de imigrantes italianos que o País recebeu, no último terço do século XIX. Para Eugenia Vezzelli (2015), dois vetores catalisaram a vinda de italianos para o Brasil: a necessidade de povoamento e falta de mão de obra em regiões interioranas do Sudeste e Sul e, especialmente, a crise agrária na Itália, a partir da década de 1870, que deixou muitos trabalhadores desempregados. Em seus estudos, a pesquisadora aponta também que o "cruzamento desses dois vetores parece ter sido o principal responsável" pelo ingresso, entre 1887 e 1902, de quase um milhão de italianos no País. Em números mais exatos: "868.178 segundo as estatísticas oficiais do reino e 949.588 segundo as do país importador" (FRANZINA, 1995, p. 452 *apud* VEZZELLI, 2015, p. 23).

Em Santa Catarina, numerosos trabalhos (PIAZZA, 1976; BALDIN, 1999; OTTO, 2013; SANTOS, 1981, 1998; ZANELATTO, 2015) têm se dedicado à imigração italiana ao Sul do Brasil, cujo início remonta ao ano de 1875.² O presente estudo escapa à ideia de estudar a imigração italiana *per se*, entretanto, faz-se importante referenciar estes estudos seminais realizados sobre a temática, pois as complexas dinâmicas vivenciadas pelos imigrantes contribuem para explicar tanto a emergência quanto a curta vida do jornal *La Tribuna*, em Florianópolis.

Nessa direção, importa aqui considerar que, desde finais do século XIX e nas primeiras quatro décadas do século XX, os núcleos coloniais (notadamente em regiões do sul catarinense) passaram por escalas variadas de tensões econômicas, culturais e políticas. Foi neste cenário e, principalmente, considerando a pouca efetividade da ação do estado no enfrentamento dessas questões, que os agentes italianos começaram a incentivar estratégias que visavam certo "reavivamento da identidade italiana", por meio da criação de associações de imigrantes³ e periódicos (jornais). Segundo Otto (2002, p.120), a partir da década de 1920, "conjectura-se que houve, neste determinado momento, uma ação intencional de introjetar nessa população, de cerca de 70 mil italianos no Estado, a imagem de uma 'outra' Itália, diferente daquela que os obrigara a emigrar".

² Segundo o historiador Piazza (1976, p. 32-33), a primeira leva de colonos italianos em Desterro/Florianópolis, se deu em 1836, que vieram de navio oriundo da ilha da Sardenha e de Gênova.

³ A *Società di Mutuo Soccorso Fratellanza Italiana* foi fundada em Florianópolis (SC), em 20 de setembro de 1891, por colonos italianos residentes na cidade. Em sua fundação contou, imediatamente, com 58 sócios (LEUCHTENBERGER, 2007, p. 3; CORRÊA, 2004, p. 240-242).

Na década de 1930, pode-se dizer que a cidade de Florianópolis “acontecia” em torno de suas baías Sul e Norte. Arruamentos, habitações, casas comerciais, indústrias (basicamente de bens de consumo), serviços, transportes, pesca, lazer, etc. concentravam-se nas ruas paralelas ao mar da baía Sul, onde se localizavam o Porto, o Mercado Público e a Alfândega e, naquelas paralelas ao mar da baía Norte, em que estavam a Rua Almirante Lamego, continuação da Rua Bocaiúva, os palacetes e as chácaras. A Rua Felipe Schmidt, paralela à Conselheiro Mafra, seria a responsável por ligar a Praça XV de Novembro à baía Norte. Nessa praça estavam localizadas a catedral da cidade e o Palácio do Governo, dentre outros prédios públicos importantes. A verdade é que o processo de urbanização ainda era recente. Em 1914, por exemplo, Florianópolis possuía apenas 606 casas comerciais, destacando-se uma fábrica de prego, que se instalara na cidade em 1896, e o estaleiro da Arataca, em 1907. Somente em 1917, outra fábrica importante seria instalada, a de rendas e bordados (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 15). A população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), que era de 41.338 habitantes em 1920, chegaria a 46.771 em 1940.⁴ Foi nesse contexto que cerca de quinhentos imigrantes italianos se estabeleceriam, conforme relatório do cônsul Caruso MacDonald, de 1906,⁵ registrado pelo pesquisador Carlos Humberto Corrêa (2004, p. 240):

A única colônia urbana digna de ser mencionada é a de Florianópolis, na qual vivem cerca de quinhentas pessoas patrícias. O italiano, na cidade, deixa-se logo influenciar pelo ambiente. Pouco a pouco esquece a língua, os costumes, os hábitos e tudo. “[...] Tive mesmo que observar, lamentando, que cônjuges vindos da Itália, em idade madura, não falam entre si o italiano. Alguns titubeiam em apresentarem-se como italianos” (CORRÊA, 2004, p. 240).

A comunidade italiana integrava-se à cidade e também vivenciaria o processo de urbanização e modernização a que ela e seus habitantes seriam submetidos, a partir da década de 1920. Tal empreendimento incluiu a retirada de cortiços do centro da cidade, a canalização e drenagens de fontes de água, o alargamento de ruas, o recolhimento de lixo e outras práticas higienistas, que visavam disciplinar hábitos e

⁴ Em 1930, não houve recenseamento.

⁵ Em 1900, a população da cidade tinha 32.229 habitantes (IBGE, 2007).

costumes. Foi em 1922, também, que a ponte Hercílio Luz teve sua construção iniciada, a primeira ligação terrestre entre a ilha de Santa Catarina e o continente. Em curso desde então, pode-se dizer que o processo de urbanização se efetiva de modo mais significativo, a partir dos anos 1930, tendo como marco a chamada *Revolução de 1930*. Assim como outras cidades e regiões, Florianópolis sofreria modificações por meio da maior intervenção da União, que resultou em crescimento da atividade pública, reordenamentos urbanos e sociais, etc.

Tal intervenção, sentida por meio de diferentes políticas públicas, ainda resultaria naquilo que Piazza (1983, p. 645) identificou como “uma desarticulação da vida intelectual na Capital, com o êxodo de intelectuais para outros pontos do país”. Do ponto de vista da administração política, em 1932 assumiu, como interventor federal em Santa Catarina, o gaúcho, Maj. Rui Zobaran.⁶ Nesse contexto, o início da década de 1930 vê emergir, na prática política, um cenário com a possibilidade de fundação de um número ilimitado de organizações partidárias, dentre as quais a Ação Integralista (CORRÊA, 1984, p.170-174).

Naquele período, a comunidade italiana da cidade se fazia presente, de modo significativo, no comércio e na prestação de serviços. Destaca-se, porém, que, desde o final do século XIX, a presença italiana em Desterro/Florianópolis também fez-se sentir, no ramo da construção civil (italianos construíram o palacete da família do comerciante Luís de Oliveira Carvalho, na Agronômica, em 1879)⁷ e, posteriormente, foram contratados para efetuar a reforma no Palácio do Governo, na Praça XV de Novembro, por convite do governador Hercílio Luz. Paulo Genovese e Gervásio Cúneo, ambos italianos, radicados inicialmente em Montevidéu, se mudaram para Florianópolis, a partir desses trabalhos bem-sucedidos. Gervásio, casado com a uruguaia Norma Suárez, foi pai de Arnaldo Suárez Cúneo, um dos fundadores do jornal *La Tribuna* (CORRÊA, 2004, p. 239-241), que passaremos a tratar, mais detidamente, a seguir.

⁶ Ele foi sucedido em 1934 pelo Cel. Aristílio Ramos, fazendeiro catarinense e político de família tradicional da cidade de Lages/SC. Dessa oligarquia política viria Nereu Ramos, que governaria Santa Catarina como interventor nomeado por Getúlio Vargas, entre 1935 e 1945. Detalhes sobre a organização e a cultura política do estado podem ser encontrados em Corrêa (1984, p.154-190).

⁷ O casarão em estilo neoclássico foi residência da família até 1965. Depois disso foi vendido para o Country Club de Santa Catarina, que funcionou até a década de 1970. Em 1979 foi tombado pelo Patrimônio Histórico da cidade e, atualmente, transformou-se em salão de festas do Condomínio Residencial Country Club.

La tribuna: materialidade e circulação

No Brasil, a escrita da História “nos e por meio” dos periódicos (LUCA, 2006, 2008) é observada a partir da década de 1970, quando o campo de preocupação dos historiadores deslocou o estatuto da imprensa, antes objeto de suspeição, tornando-o fonte de pesquisa histórica. Periódicos passaram, cada vez mais, a serem compreendidos como fonte e objeto de pesquisa (LUCA, 2006, 2008), o que significa considerar tanto suas materialidades e lógicas próprias, como também as diferentes práticas culturais e políticas, que as narrativas do passado são capazes de dar a ler e a ver. Eles conformam parte do universo simbólico e social das relações de poder, além de se constituir em suportes de memórias e práticas vinculados ao tempo e ao espaço de sua elaboração. Desde essa perspectiva, assumimos que o jornal *La Tribuna* é tanto fonte como objeto da pesquisa que desenvolvemos;⁸ portanto a observação das condições materiais e/ou técnicas, que prescindem seu lançamento, bem como dos objetivos propostos, do público a que se destina e das relações comerciais e políticas estabelecidas são imprescindíveis. Igualmente relevante é considerar a forma como os temas são organizados e apresentados aos leitores, posto que evidenciam relações irrenunciáveis, para se compreender não apenas aspectos relacionados aos elementos discursivos da mensagem, aspectos da linguagem, mas também como o jornal selecionou, ordenou e narrou aquilo que elegeu como importante para veicular-se ao público.

A redação do *La Tribuna* situava-se em uma sala lateral do prédio localizado na área central da cidade (Rua Marechal Guilherme, n. 9).⁹ Foi fundado sob a direção de Arnoldo Suarez Cúneo, dentista conhecido na cidade, tendo como redator-chefe o jornalista italiano Biaggio D'Alascio, nascido em Basilicata, na Itália, em 1911, e que estava vivendo na capital há 16 meses. Segundo Trento (2013, p. 235) o jovem mantinha “uma boa relação com a colônia italiana e a sociedade de Florianópolis”.

Medindo 47cm x 31,5cm, esse impresso foi anunciado como semanário e independente. Observa-se, contudo, que os 17 números localizados (15 exemplares) publicados entre 1º de fevereiro e 15 de

⁸ Trata-se da pesquisa NOTÍCIAS DE LÁ, OLHARES DAQUI. Um estudo sobre jornais italianos, que circularam em Florianópolis (SC), no século XX”, coordenada pela Profa. Maria Teresa Santos Cunha e desenvolvida no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

⁹ O prédio ainda existe e está situado na esquina com a escadaria do Rosário, local em que hoje funciona uma unidade do Exército. A partir dos números 12-13 (publicados num único exemplar, em 15 de julho de 1932), o jornal muda para a Rua Trajano, – 45, também na região central, distante 150 metros da sede anterior.

setembro de 1932, alternaram a periodicidade entre quinzenal (os dois primeiros números), semanal (números 3 a 6) e, a partir de abril, os números são publicados com intervalos cada vez mais irregulares, variando entre 15 e 30 dias. Os números 12-13 e 16-17 foram publicados juntos, o que indica a dificuldade do jornal de manter tanto a regularidade quanto o volume de suas publicações. Ver quadro abaixo:

Quadro 1 – Informações sobre os exemplares localizados.

La Tribuna	Data da publicação	N. de páginas	N. de imagens	N. de anúncios	Redator(es)
Número 01	1º/2/1932	8	1 (Rei Vitor Emmanuel III na capa)	36	A. Cúneo e B. D'Alascio
Número 02	15/2/1932	8	2 (Uma fotografia de Mussolini e outra do Dr. Diniz)	35	Idem
Número 03	6/3/1932	4	-	26	Idem
Número 04	13/3/1932	4	-	25	Idem
Número 05	20/3/1932	4	-	25	Idem
Número 06	27/3/1932	4	-	25	Idem
Número 07	9/4/1932	4	-	22	Idem
Número 08	19/4/1932	4	-	22	Idem
Número 09	3/5/1932	4	-	21	Apenas B. D'Alascio
Número 10	2/6/1932	6	-	16	Idem
Número 11	23/6/1932	4	-	16	Idem
Números 12-13	15/7/1932	4	-	05	Idem
Número 14	30/7/1932	4	-	05	Idem
Número 15	15/8/1932	4	-	04	Idem
Números 16 -17	15/9/1932	4	-	04	Idem

Fonte: Jornal *La Tribuna*. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC)/Hemeroteca Digital Catarinense. Elaboração das autoras.

Afora a diferença no número de páginas e de anúncios, que foram se reduzindo com o passar das edições, o jornal manteve-se estética e graficamente estável nas 17 tiragens publicadas. Cada página dividia-se em quatro colunas, a primeira página sempre privilegiava editoriais e/ou notícias comentadas, em detrimento de pequenas notas, que podiam ou não ser assinadas (a maioria não era). As últimas duas páginas (caso dos dois primeiros números) ou apenas a última (números 03 a 11) destinavam-se apenas aos anúncios.

Figura 1 – Reprodução-capa do primeiro número



Fonte: *La Tribuna*, n.16-17, 1º/2/1932.

Figura 2 – Reprodução-capa do último exemplar encontrado



Fonte: *La Tribuna*, n.16-17, 15/9/1932.

* In Francia si sono preoccupati dei caratteri delle grandi manovre navali italiane, ed hanno dichiarato che sono stato netamente offensivo. Ecco — per quella legge che definisce un'azione — un esempio di azione ostile della nostra gioventù italiana — noi abbiamo voluto dare all'attuale esercitazione della nostra squadra un significato speciale di minaccia e di provocazione. E bravi i giornali parigini che hanno fatto la voce grossa del nostro esercito, progettando numerosi discorsi alla stampa pubblica, nondi che le buche italiane del governo fascista! E bravi, sì, i... mesi!

Le grandi manovre navali, in tutti i paesi che hanno ragionevoli e razionali eserciti, e che sono dei paesi necessari di prepararsi le loro difese marittime, hanno, dopo due anni, possono avere due obiettivi immaginari: la difesa delle cose nazionali contro un'aggressione nemica; indipendentemente di questa non sarebbe possibile.

Quando i francesi, per esempio negli anni scorsi, si sono avvicinati troppo a noi, sulla costa della Corsica ed a Siviglia, con evidenti propositi di dimostrare le possibilità di intrusione, non si è detto a solo i nostri cittadini, in affanno, se le nostre navi di imbottigliavano in un assedio che dovrebbe riguardare alla stregua dei conti. Ugualmente, noi non abbiamo trovato nulla di preoccupante o di minaccioso nei piani delle forze armate francesi.

Ma non è stato così. Ma non è stato questo a finire per averci riconosciuto, in un agguato di conflitto armato, come noi eravamo nel più solido di triste. Nella risoluzione di tutti i nostri avvertimenti.

Ora è a nostra volta. Noi, è giungono delle avvertenze dei paesi pieni della Marina francesa, abbiamo voluto, nella nostra volta, provare in un esperimento di rischio: i nostri fratelli d'oltre Alpi, partendo, arrecheranno danno, e non solo, all'impero italiano. E noi, per la nostra parte, non siamo disposti a farci tenacemente contro a ogni costitutivo di questo danno.

Se mai di tal passo si dovrà inizialmente giungere ad una guerra.

Evidentemente Ed. L. fascista che ha impostato sui gli aloni per non impennarsi su stossi, ha cercato, in tutti i sensi ed in tutti i modi, di persuadere i governi francesi di non essere assolutamente sulle prese di una guerra, legata agli interessi della nostra borghesia che noi, per tantissimi costi, permostra fra i quali gli avvertimenti che ci vengono dalle costanti avvertenze francesi a nostro danno, non possono minimamente ammettere.

Nel congresso internazionale "Italia fascista non ha avuto atteggiamenti audaci; ha spiegato il suo

piacevole diritto di prepararsi contro ogni attacco intenzionale di altri, e quindi da Parigi, hanno dichiarato alla parte della Francia la natura degli esercitamenti navali. Benito Mussolini ha dato, per la prima volta, una persuasiva, sia pure, Regola politica della Patria, made, non si dimentica di spiegare.

S'arrived ad una altro immenso guerri, in un futuro prossimo o in un futuro remoto.

Ora è giunto uno domani che il nostro esercito deve rispondere esclusivamente alla Francia, perché soltanto nelle condizioni della grande Repubblica Europea è il segretario della pace mondiale.

Il logico, intanto, che nell'attesa di un nuovo esercito, ed affacciato, si farà prima, cioè, al di là del nostro tempo.

Quando i paesi gallici organizzano potenze fascistiche all'azione frontiera e così fanno evadere la grande onnivora dell'esercito, con le nostre prede contro noi, a stampa, galleggiano non su, ma insieme.

— Trova persino i socialisti obblativi.

Perché, dunque, debbono vogliare la ripetizione dei francesi gli obblighi di cui sono padroni delle grandi manovre navali italiane?

L'idea me giusta della nostra pariglia, e grazie a sì, sarebbe, come hanno sufficientemente qualificato l'irragionevole deputato del Basso Piemonte, M. Giacomo Galli.

Ma non è solo questo il nostro punto di vista. Il nostro punto di vista è che non abbiamo mai avuto un simile obbligo di cui sono padroni delle grandi manovre navali.

Ora è a nostra volta. Noi, è giungono delle avvertenze dei paesi pieni della Marina francesa, abbiamo voluto, nella nostra volta, provare in un esperimento di rischio: i nostri fratelli d'oltre Alpi, partendo, arrecheranno danno, e non solo, all'impero italiano. E noi, per la nostra parte, non siamo disposti a farci tenacemente contro a ogni costitutivo di questo danno.

Le stesse grandi manovre italiane dovrebbero essere un elemento di maggiore persuasione.

Dovrebbero, cioè, far comprendere che l'Italia fascista ha, fra le sue priorità, il nostro, quella di dimostrare ancora una volta la nostra superiorità nautica, e che non potranno mai essere ammesso della democrazia d'oltre Alpi.

L'Italia fascista sa che un paese deve avere una marina per una prosperità, e tale paese è la Francia; come, come ne fanno acciuffare i timorati di avvolgimento e di isolamento diplomatico, nono non lo spiegano, i tecnici militari e come lo sostengono, in ogni momento di agguato, gli esercitadores dell'impero italiano galleggiando.

E' logico, quindi, che tutta la nostra organizzazione difensiva si orienti verso l'assunzione dei paralleli che ci sovrastano. Organizzazione difensiva ed organizzazione offensiva, perché da che mondo è

il giorno è venuta, la nostra difesa funziona e che per il riconoscimento delle cariche per l'anno sociale 1932-33 sono il 20 corrente mese.

Ecco i seguenti signori

Presidente — Pasquale Simone

Vice Presidente — Paolo Pesci

Segretario — Rocco Evangelista

Vice Segretario — Nerioglio Orsi

Consigliere — Giacomo Cimino

Vice Consigliere — Enzo Pesci

CONSIGLIERI

Luigi Orsi

Domenico Farina

Jacob Vitali

Domenico Pavani

Francesco Evangelista

CRONORI

Andrea Bonatti

Tedesco Ferrari

Giovanni Gentile

Congratulazioni fra i nostri signori, creiamo opportuno rilevare la importanza dell'acquisto dei nuovi uffici direzionali del Consorzio. La vecchia Società, senza cui si lasciò dal ricchissimo lo sfondo della vecchia Direzione che fece del suo meglio per mettere sempre al meglio il nome del Consorzio.

Così, che va a insorgere al suo nome la comunità dei beniamini, si dimostra d'etate patologiche, e quelle stampendosi riuscita organizzata della Fratellanza, come spodesta alle teste ufficiali del Consorzio Rosolino, del cinquantunesimo anno di Garibaldi, che aggiudica la vittoria a Garibaldi, e subito di solidamente il Consorzio.

Degno di nota, pare alla Direzione che detta sia il suo minimo. In premessa, per l'arrivo della Fratellanza che è oggi un vanto del Consorzio, composta di etimi vecchi, che non hanno mai avuto al di fuori di Garibaldi, e che, dunque, non solo voler la lotta, ma anche la vittoria, che non solo voler la lotta, ma anche la vittoria, quei

Un motivo certo particolare. La avranno pure, fra altri requisiti essenziali, l'invito a Presidente del sig. Pasquale Simone.

Oltre ai meriti personali che lo tornano così simpatico e chiamato Favivica, Pasquale Simone, ha in suo attivo, un passato che è una storia di grande perfezione, di italiani e di soldati, e di soldati nazionali.

E bisogna ricordare alla vita coloniale di oltre trent'anni, per rinvigorire l'attività patriottica in quest'occasione sia come autorità Consolare, sia come Direttore di diverse Associazioni. E' stato, infatti, un grande patriota, un grande militare, un grande cittadino, un grande cittadino italiano, e soprattutto, un grande cittadino italiano.

E' altrettanto, in questo momento, di altre benemerenze, ci sfuggono in questo momento la memoria, ma sia pubblicamente, come in privato questo destino cittadino, onore il fatto lontano, ed è stato questo il suo merito, e' stato questo il seu

mondo e stato sempre di necessità e di prudenza, di fronte ad un avversario ostile, e' stato questo il suo merito, e' stato questo il seu

ma mostravano francamente le loro intenzioni aggressive, e' stato questo il seu

ma mostravano francamente le loro intenzioni aggressive, e' stato questo il seu

ma mostravano francamente le loro intenzioni aggressive, e' stato questo il seu

Para sua edição, em Florianópolis, além da *Typographia da Imprensa Oficial do Estado*, a *Livraria Moderna*, de propriedade de um italiano – Paschoal Simone & Filhos –, tinha modernas oficinas tipográficas que, além de anunciar-se no jornal, contribuía tecnicamente para sua impressão. Conforme estudos de Matos (2008, p.74), a livraria “era a única representante, no Estado de Santa Catarina, da *Sociedad Anonyma Augusta de Turim* (Itália), tradicional empresa europeia de máquinas gráficas, tipos e todo material tipográfico e litográfico, com estabelecimentos em Milão, Roma, Gênova e Florença”. Muito embora tenha tido vida curta, o jornal circulava para além da capital; há indícios de que chegava a colônias no interior do estado e também em capitais como Porto Alegre e Curitiba. O apoio da *Livraria Moderna* pode ser considerado um facilitador, não penas para sua impressão, mas também para sua circulação.

Depreende-se que a circulação e difusão de jornais, no período, foram facilitadas pelo “novo cenário citadino do início do século XX que abrigava uma afinidade de publicações periódicas, inclusive destinadas a etnias específicas” (LUCA, 2005, p.120). Nessa direção, observa-se que as maiores facilidades de impressão e circulação de jornais em língua italiana deram-se também pelo processo de escolarização dos possíveis leitores atingidos, que eram, em geral, imigrantes e descendentes, que se localizavam nos meios urbanos e que vieram para trabalhar no comércio e não no campo, tampouco eram pobres ou analfabetos, e aqui pode-se considerar certa similaridade com o perfil estudado em São Paulo, como anotou Vezzelli (2015, p. 23-29).

As notícias oriundas da Itália chegavam a Florianópolis e, ao que tudo indica, à redação do *La Tribuna*, por meio de correio aéreo. Há várias menções a “áereo” ou à “posta aérea” em notícias vindas, sobretudo, de Roma, Nápoles, Milão e Estados Unidos.

Figura 3 – Aéreo



Fonte: *La Tribuna*, n.1, p. 3.

Figura 4 – Posta Aérea



Fonte: *La Tribuna*, n. 8, p.1.

Há também informações quanto a telegramas recebidos e enviados, o que indica que as informações também circulavam pelo chamado *Cabo Submarino*, que foi operado em Florianópolis durante quase cem anos por *Western Telegraph Company Limited*, empresa do grupo britânico *Cable and Wireless*, e que foi considerada, entre 1874 e 1973, uma das melhores tecnologias disponíveis para a rápida comunicação da cidade com o mundo.¹⁰ Em vários dos textos e em notas do jornal, há referências a esta forma de comunicação, o que permite considerar que a circulação de ideias, textos e artigos se fazia presente e colocava leitores florianopolitanos a par do que acontecia no mundo europeu, em especial, na Itália. Pode-se inferir que, no caso da produção do *La Tribuna*, tal forma de comunicação facilitava o fluxo de ideias entre os dois países seja pelo deslocamento de bens e produtos, seja de impressos e imagens. Em sua análise sobre a trajetória da revista *A Ilustração*, Luca (2018) registra um afluxo de circulação e de trocas culturais intensas entre os dois lados do Atlântico e observa:

Formavam-se espaços comuns de circulação e de trocas em escala e ritmo inéditos, os quais descortinavam novas possibilidades para a produção cultural e o confronto de opiniões, muito facilitadas pela ligação dos continentes por meio de cabos submarinos, como o que uniu o Brasil à Europa, por intermédio de Portugal, em 1874 (2018, p. 8).

¹⁰ A história da *Western* em Florianópolis durou 99 anos no cotidiano local, interligando a capital, por meio de mensagens em Código Morse, a qualquer lugar do mundo. Da estação no Centro da cidade (Rua João Pinto) saíam cabos submersos na baía Sul, de onde partiam ramais submersos no oceano: para as estações de Rio Grande (RS) e Santos (SP). Disponível em: <https://ndonline.com.br/blogs-e-colunas/carlos-damiao/memoria-de-florianopolis-heranca-do-cabo-submarino/>. Acesso em: 24 fev. 2019.

Muito embora, em rigor, não se possa dizer que o jornal tinha seções fixas, pode-se afirmar que havia algumas seções que tiveram certa regularidade, tais como *Dall'Italia* ou as notas intituladas como *Roma* ou *Milano* ou *Firenze*, etc. que traziam notícias variadas da Itália (também de outros países, mas com menor incidência) sobre a política, a economia, a cultura, etc. e compareceram em praticamente todos os números. A outra seção mais regular foi a *Note Mondane* (ns.1, 2, 6, 8, 11, 12-13, 14, 15, 16-17), que anunciaava casamentos, falecimentos, visitas à cidade, ao estado ou ao Brasil de políticos ou personalidades consideradas relevantes, bem como diferentes atividades culturais que, supostamente, seriam de interesse da comunidade italiana. A seção *Piccola Posta* (nímeros 8, 12-13, 14, 16-17), com notas pequenas, provocativas e questionadoras sobre hábitos culturais e de consumo da comunidade a que se destinava, como, por exemplo: "Poveri prodotti nazionali, nomostante tutta la propaganda... consumano solo 'bebidas inglesas'. Non si ricorderanno dei nostri prodotti?"¹¹ (PICCOLA POSTA... ano I, n. 8, p. 3). Não apenas nessa seção, mas também em outras notas tanto se estimulava o consumo de bens italianos quanto se criticava aqueles que não o faziam. O tom educativo é recorrente, sendo observado não apenas em editoriais, reportagens, notas, mas em anúncios dos estabelecimentos comerciais que informavam a importância e a quantidade de casas comerciais na cidade, cujos proprietários, não raro, eram imigrantes italianos.¹²

Com a missão de civilizar: percursos nas páginas do *La Tribuna*

As páginas do *La Tribuna* constituíam-se em instrumento também civilizador, no sentido de educar os imigrantes, lembrando-os de seus vínculos com seu país de origem, e, muito especialmente, sobre sua grandeza e seu valor como povo e como nação. Assim, além de exaltar a obra da imigração italiana no estado e a glória de Giuseppe e Anita – heróis de dois mundos – o jornal exaltava a Nova Itália e Mussolini, que eram descritos como exemplos de virtude e devoção (qualidades associadas ao civismo e ao catolicismo em suas páginas) que atuavam como forças estruturantes. O tom predominante era o de criar certa

¹¹ Tradução livre das autoras: Pobres produtos nacionais, apesar de toda propaganda... ingerem apenas "bebidas inglesas". Eles não se lembrarão de nossos produtos? (PICCOLA POSTA... ano I, n. 8, p. 3).

¹² Análise recordando apenas os anúncios desse jornal constará de artigo específico em preparo, com título provisório de: "Um palco para a italianidade: em cena os anúncios do jornal *La Tribuna* (Florianópolis/1932)".

“devoção” a Mussolini, ao fascismo e a figuras como Giuseppe Garibaldi e Anita, apresentados como seres virtuosos, e que pareciam atender à estratégia de vincular à Itália aos imigrantes, no Brasil, bem como buscar construir um passado glorioso. Pode-se considerar que a imprensa foi também um dos canais por onde o fascismo italiano conseguiu atrair e obter a simpatia de vários setores da sociedade catarinense, em especial os imigrantes italianos e de seus descendentes apresentados em uma lógica de celebrações (ZANELATTO, 2015).

Textos e propagandas funcionavam como veículos de expressão e transmissão de valores, de normas (que propagavam práticas de virtudes, como a caridade e incentivavam a devoção pessoal) e de práticas cívicas associadas ao catolicismo. Pela leitura é possível analisar o universo em que foram produzidos, pois havia grande enaltecimento da Itália e de seus líderes, com ênfase em notícias italianas, como a morte do primo de Mussolini, Arnaldo Mussolini, informada no primeiro número, na seção *Dall’Italia*, em texto original recebido e transcreto pelo diretor/redator (LA TRIBUNA, n.1, p. 5).

Propagandas anunciando variados produtos e serviços estiveram sempre presentes nas páginas do *La Tribuna*, em especial, aquelas que se referiam ao comércio ou prestação de serviços de descendentes de italianos na cidade. Sobrenomes como Batistta, Bavasso, Monari, Atherino, Paschoal Simone, Cappelli, dentre outros, anunciam servidores como mecânicos, sapateiros, alfaiates, corretores, representantes comerciais. No comércio predominavam as famílias: Grillo, Faraco, Peluso, Posito e Bresciani. A maior parte dos anúncios, como já tratado, concentrava-se no final do jornal, mas também era comum que alguns deles recebessem destaque em outras páginas, como, por exemplo, reclames de bancos, seguradoras ou de divulgação de eventos de interesse público.

Figura 6 – Anúncios: Banco de Crédito Popular e Agrícola de Santa Catarina e Feira de Produto Agrícola e Industrial Catarinense

LA TRIBUNA

3

Note Mondane

Gal. ASSIS BRASIL

Domenica 24 gennaio col vaporetto «ITALIA'QUATLA», giunse in Fiorenzuola, S. E. il Generale ASSIS BRASIL Interventore Federale dello Stato.

Altro sbarco, una numerosa flotta di alte personalità italiane politiche e civili, rese il suo saluto a sollevo interventore dello Stato, per il ritorno in città.

La redazione di «LA TRIBUNA», esprime affluita Generale Assis Brasil, la sua soddisfazione per il suo felice ritorno.

Il giorno 24 dello scorso mese è partito da questa città con destinazione a Porto-Alegre, il Sig. Flávio Faraco, di quale accompagnò suo figlio Basile A. Faraco.

Il brasiliano emigrante Flávio Faraco, si trasferisce nella città di Porto-Alegre, deve, va a continuare i suoi studi già ottimamente iniziati, matricolandosi quest'anno alla Facoltà di Medicina. Al suo imbarco, numerosi amici volnero tributargli una sincera manifestazione di simpatia.

«LA TRIBUNA» nel felicitarsi con la famiglia Faraco, augura si giovane studente, un brillante futuro.

L'EVENTO IN CASA ATLETICO.

La casa del settore arzico Synaco Athletico è stata ultimamente alleata con la casa di una floridissima famiglia che si chiama Mori. Il Signor Athletico ed alla sua Signora auguri.

Pasquale Simone

Il giorno 29 Gennaio, trascorse l'anniversario natalizio del Signor Pasquale Simone.

Uomo attivo e organizzatore delle più nobile iniziative coloniali, ha serbato sempre, con purezza di animo, il suo sentimento per la lontana terra nativa di Basilicata.

Il Signor Simone si accostava la stima di quanti lo conoscono, per le sue effime qualità.

Mantenne per vari anni la Reggenza del R. V. Consolato Italiano, incarico che sempre svolgeva con perfetta abilità.

Il fondatore del Fascio Italiano in questa città ed oggi continua nella carica di Segretario Politico.

Al numeroso manifestazioni di simpatia ed agli auguri che giunsero al Signor Simone, aggiungiamo i nostri fervidisimi complimenti.

Società Fratellanza Italiana

Nella prossima domenica 7 del corrente, si apriranno le vere sale della Società Fratellanza Italiana, per ospitare gli alti ospiti della Colonia, nel ballo offerto da questa nobile associazione, ai suoi degni soci in ricorrenza della festa del Carmine.

Data l'animazione che regna nell'ambiente coloniale, prevediamo una magnifica riunione.

Porto União

Nello scorso mese di gennaio in Porto União col local della medesima Società Italiana di Benedito ebbero luogo le elezioni segnali del Consiglio Direttivo.

L'insediamento del nuovo Consiglio, fu solennemente festeggiato con una simbolica cerimonia.

Le cariche vennero così distribuite: Presidente: Sig. Dr. Umarizal Zarambil - Vice Presidente: Sig. Giuseppe Curcio - Segretario Sig. Ruggiotti Conti - Vice Segretario Sig. Pasquale Angelo - Tesoriere Sig. Giuseppe Loria - Vice Tesoriere Sig. Dott. Carlo Cauti - Onorevole Sig. Mario Mussolini - Consigliere Sig. Enrico Cipolla - Consigliere Sig. Benito Felice Stroblone - Giacomo Mori - Orlando Savio.

Apprendiamo con somme piacere la nomina dei dipendenti della Società Società Italiana, alla quale colonne della Tribuna, giova di nostri auguri sinceri, mentre siamo lieti di constatare che essi erano nobilmente le allestisse finiti patrocinio che sono le spese della collettività italiana di Porto União.

Il giorno 6 dicembre dell'anno scorso, l'umano e compiuto trionfo di maestria trascinava flessenze estremamente latonose contenziosamente Giovanni Vitale.

Nativo di Zanica (Bergamo), ne 1887 prese parte alla Campagna d'Africa del 1887-1888 — e 88, con il grado di sergente maggiore, traghettò una reggina di bronzo con la trionfazione "Svezia 1887-88".

Ai funerali parteciparono numerosi rappresentanti, ed un lungo corteo di amici. La barra ceppa con le bandiere della Società Fratellanza Italiana, della quale il Vitale ne era anzio ed attivo socio. Il Vitale era stato da molti anni consigliere del "Tubante" porto alla famiglia Vitale le sue sentite condoglianze.

Il giorno 6 gennaio, in Novi Ligure, si è spenta la Signora Alda Remor prediletta moglie del Signor Antonio Remor, R. Agente del Consolato Italiano.

Nel dolore che non ha confine, dalle colonie di quest'epoca, giungono al Signor Remor e famiglia l'expressione del nostro sincero conforto.

NOTIZIE

Il patro corrispondente da Corinaldo, a domina che nel scorso rione di Getman, si ricordò in quella città, D. Enzo Mazzolini Regia Consola Generale d'Italia in S. Paolo.

Don Mazzolini venne accolto da calore manifestazione dalla Colonia Italiana.

Don Mazzolini dopo aver esposto i diritti di cittadinanza generale delle sue nazioni, creò all'ospedale italiano, dalle nozze adottato da tanti paesi stranieri e sui prevedimenti, con cui il Governo intende fronteggiare, ha riferito innanzitutto alle principali trattative in corso. Hanno portato i vari argomenti l'on. Tocino, l'on. Rizzo, il prof. Guse.

Banco de Credito Popular e Agricola de Santa Catarina

Società Cooperativa di Responsabilità Limitata «Sistema LUZZATTI»

RUA TRAJANO N. 16

— EDIFICO PROPRIO —

INDIRIZZO TELEG.: «BANCREPOLA»
— FLORIANOPOLIS

Prestiti — Sconti — Riscossioni

PRESTITI SPECIALI PER AGRICOLTORI

Si eseguono tutte le operazioni bancarie
Corrispondenti in tutti i Municipi dello Stato
Accostansi tratta per qualsiasi parte del Brasile

Depositi	Conto Corrente LIMITATA	6 %.
	PREVIO AVISO	8 %.
	TERMINI FISSI	10 %.

Consiglio Direttivo

ARMANDO FERRAZ
FLORENCIO TH. DA COSTA
ANTONIO A. LEHMKUHL.

Prima della sua partenza, l'on. Mazzolini, prese alzò l'inaugurazione del Corso di Letteratura e Lingua Italiana, con quale era luogo una solenne cerimonia. Fu anche presentato il Prof. Marcelluccio Direttore dell'Istituto Dante Alighieri di S. Paolo...

L'on. Mazzolini rimase ospite in casa dell'on. Mambrilla, R. Consolo Generale d'Italia del Paraguai e S. Catara...

La Commissione consultiva per gli eserciti dell'Estero

ROMA, 1. — Presso il Ministero delle Corporazioni ha avuto luogo la seconda giornata della Commissione speciale per le relazioni con l'Estero, in politica doganale e i trattati di commercio, sotto la presidenza dell'on. Bettarini.

Altre due giornate sono state dedicate al trattato generale delle dogane, creando all'ospedale italiano, dalle nozze adottato da tanti paesi stranieri e sui prevedimenti, con cui il Governo intende fronteggiare, ha riferito innanzitutto alle principali trattative in corso. Hanno portato i vari argomenti l'on. Tocino, l'on. Rizzo, il prof. Guse.

Per l'on. Lanzini, il sig. Cerutti ed i dotti Cimmarusti e i dotti Annalusi. La Commissione è stata ricomposta alle ore 9 del giorno ventidue.

Giornali sovietici Rodo-russi

ROMA. — Il rappresentante in Italia per il commercio estero della R. S. S. Lavorosa, scrive una lettera ai giornali per esporre l'esatta situazione degli scambi fra l'Italia e l'Unione dei Sovieti. Dalla lettera si deve che l'importazione dell'Urss, nel 1931, abbia raggiunto 1.000 miliardi di lire, 1932, 1.200 miliardi di lire, 1933, 1.600 miliardi di lire, 1934, 2.000 miliardi di lire, 1935, 2.500 miliardi di lire, 1936, 3.000 miliardi di lire, 1937, 3.500 miliardi di lire, 1938, 4.000 miliardi di lire, 1939, 4.500 miliardi di lire, 1940, 5.000 miliardi di lire, 1941, 5.500 miliardi di lire, 1942, 6.000 miliardi di lire, 1943, 6.500 miliardi di lire, 1944, 7.000 miliardi di lire, 1945, 7.500 miliardi di lire, 1946, 8.000 miliardi di lire, 1947, 8.500 miliardi di lire, 1948, 9.000 miliardi di lire, 1949, 9.500 miliardi di lire, 1950, 10.000 miliardi di lire, 1951, 10.500 miliardi di lire, 1952, 11.000 miliardi di lire, 1953, 11.500 miliardi di lire, 1954, 12.000 miliardi di lire, 1955, 12.500 miliardi di lire, 1956, 13.000 miliardi di lire, 1957, 13.500 miliardi di lire, 1958, 14.000 miliardi di lire, 1959, 14.500 miliardi di lire, 1960, 15.000 miliardi di lire, 1961, 15.500 miliardi di lire, 1962, 16.000 miliardi di lire, 1963, 16.500 miliardi di lire, 1964, 17.000 miliardi di lire, 1965, 17.500 miliardi di lire, 1966, 18.000 miliardi di lire, 1967, 18.500 miliardi di lire, 1968, 19.000 miliardi di lire, 1969, 19.500 miliardi di lire, 1970, 20.000 miliardi di lire, 1971, 20.500 miliardi di lire, 1972, 21.000 miliardi di lire, 1973, 21.500 miliardi di lire, 1974, 22.000 miliardi di lire, 1975, 22.500 miliardi di lire, 1976, 23.000 miliardi di lire, 1977, 23.500 miliardi di lire, 1978, 24.000 miliardi di lire, 1979, 24.500 miliardi di lire, 1980, 25.000 miliardi di lire, 1981, 25.500 miliardi di lire, 1982, 26.000 miliardi di lire, 1983, 26.500 miliardi di lire, 1984, 27.000 miliardi di lire, 1985, 27.500 miliardi di lire, 1986, 28.000 miliardi di lire, 1987, 28.500 miliardi di lire, 1988, 29.000 miliardi di lire, 1989, 29.500 miliardi di lire, 1990, 30.000 miliardi di lire, 1991, 30.500 miliardi di lire, 1992, 31.000 miliardi di lire, 1993, 31.500 miliardi di lire, 1994, 32.000 miliardi di lire, 1995, 32.500 miliardi di lire, 1996, 33.000 miliardi di lire, 1997, 33.500 miliardi di lire, 1998, 34.000 miliardi di lire, 1999, 34.500 miliardi di lire, 2000, 35.000 miliardi di lire, 2001, 35.500 miliardi di lire, 2002, 36.000 miliardi di lire, 2003, 36.500 miliardi di lire, 2004, 37.000 miliardi di lire, 2005, 37.500 miliardi di lire, 2006, 38.000 miliardi di lire, 2007, 38.500 miliardi di lire, 2008, 39.000 miliardi di lire, 2009, 39.500 miliardi di lire, 2010, 40.000 miliardi di lire, 2011, 40.500 miliardi di lire, 2012, 41.000 miliardi di lire, 2013, 41.500 miliardi di lire, 2014, 42.000 miliardi di lire, 2015, 42.500 miliardi di lire, 2016, 43.000 miliardi di lire, 2017, 43.500 miliardi di lire, 2018, 44.000 miliardi di lire, 2019, 44.500 miliardi di lire, 2020, 45.000 miliardi di lire, 2021, 45.500 miliardi di lire, 2022, 46.000 miliardi di lire, 2023, 46.500 miliardi di lire, 2024, 47.000 miliardi di lire, 2025, 47.500 miliardi di lire, 2026, 48.000 miliardi di lire, 2027, 48.500 miliardi di lire, 2028, 49.000 miliardi di lire, 2029, 49.500 miliardi di lire, 2030, 50.000 miliardi di lire, 2031, 50.500 miliardi di lire, 2032, 51.000 miliardi di lire, 2033, 51.500 miliardi di lire, 2034, 52.000 miliardi di lire, 2035, 52.500 miliardi di lire, 2036, 53.000 miliardi di lire, 2037, 53.500 miliardi di lire, 2038, 54.000 miliardi di lire, 2039, 54.500 miliardi di lire, 2040, 55.000 miliardi di lire, 2041, 55.500 miliardi di lire, 2042, 56.000 miliardi di lire, 2043, 56.500 miliardi di lire, 2044, 57.000 miliardi di lire, 2045, 57.500 miliardi di lire, 2046, 58.000 miliardi di lire, 2047, 58.500 miliardi di lire, 2048, 59.000 miliardi di lire, 2049, 59.500 miliardi di lire, 2050, 60.000 miliardi di lire, 2051, 60.500 miliardi di lire, 2052, 61.000 miliardi di lire, 2053, 61.500 miliardi di lire, 2054, 62.000 miliardi di lire, 2055, 62.500 miliardi di lire, 2056, 63.000 miliardi di lire, 2057, 63.500 miliardi di lire, 2058, 64.000 miliardi di lire, 2059, 64.500 miliardi di lire, 2060, 65.000 miliardi di lire, 2061, 65.500 miliardi di lire, 2062, 66.000 miliardi di lire, 2063, 66.500 miliardi di lire, 2064, 67.000 miliardi di lire, 2065, 67.500 miliardi di lire, 2066, 68.000 miliardi di lire, 2067, 68.500 miliardi di lire, 2068, 69.000 miliardi di lire, 2069, 69.500 miliardi di lire, 2070, 70.000 miliardi di lire, 2071, 70.500 miliardi di lire, 2072, 71.000 miliardi di lire, 2073, 71.500 miliardi di lire, 2074, 72.000 miliardi di lire, 2075, 72.500 miliardi di lire, 2076, 73.000 miliardi di lire, 2077, 73.500 miliardi di lire, 2078, 74.000 miliardi di lire, 2079, 74.500 miliardi di lire, 2080, 75.000 miliardi di lire, 2081, 75.500 miliardi di lire, 2082, 76.000 miliardi di lire, 2083, 76.500 miliardi di lire, 2084, 77.000 miliardi di lire, 2085, 77.500 miliardi di lire, 2086, 78.000 miliardi di lire, 2087, 78.500 miliardi di lire, 2088, 79.000 miliardi di lire, 2089, 79.500 miliardi di lire, 2090, 80.000 miliardi di lire, 2091, 80.500 miliardi di lire, 2092, 81.000 miliardi di lire, 2093, 81.500 miliardi di lire, 2094, 82.000 miliardi di lire, 2095, 82.500 miliardi di lire, 2096, 83.000 miliardi di lire, 2097, 83.500 miliardi di lire, 2098, 84.000 miliardi di lire, 2099, 84.500 miliardi di lire, 2000, 85.000 miliardi di lire, 2001, 85.500 miliardi di lire, 2002, 86.000 miliardi di lire, 2003, 86.500 miliardi di lire, 2004, 87.000 miliardi di lire, 2005, 87.500 miliardi di lire, 2006, 88.000 miliardi di lire, 2007, 88.500 miliardi di lire, 2008, 89.000 miliardi di lire, 2009, 89.500 miliardi di lire, 2010, 90.000 miliardi di lire, 2011, 90.500 miliardi di lire, 2012, 91.000 miliardi di lire, 2013, 91.500 miliardi di lire, 2014, 92.000 miliardi di lire, 2015, 92.500 miliardi di lire, 2016, 93.000 miliardi di lire, 2017, 93.500 miliardi di lire, 2018, 94.000 miliardi di lire, 2019, 94.500 miliardi di lire, 2020, 95.000 miliardi di lire, 2021, 95.500 miliardi di lire, 2022, 96.000 miliardi di lire, 2023, 96.500 miliardi di lire, 2024, 97.000 miliardi di lire, 2025, 97.500 miliardi di lire, 2026, 98.000 miliardi di lire, 2027, 98.500 miliardi di lire, 2028, 99.000 miliardi di lire, 2029, 99.500 miliardi di lire, 2030, 100.000 miliardi di lire, 2031, 100.500 miliardi di lire, 2032, 101.000 miliardi di lire, 2033, 101.500 miliardi di lire, 2034, 102.000 miliardi di lire, 2035, 102.500 miliardi di lire, 2036, 103.000 miliardi di lire, 2037, 103.500 miliardi di lire, 2038, 104.000 miliardi di lire, 2039, 104.500 miliardi di lire, 2040, 105.000 miliardi di lire, 2041, 105.500 miliardi di lire, 2042, 106.000 miliardi di lire, 2043, 106.500 miliardi di lire, 2044, 107.000 miliardi di lire, 2045, 107.500 miliardi di lire, 2046, 108.000 miliardi di lire, 2047, 108.500 miliardi di lire, 2048, 109.000 miliardi di lire, 2049, 109.500 miliardi di lire, 2050, 110.000 miliardi di lire, 2051, 110.500 miliardi di lire, 2052, 111.000 miliardi di lire, 2053, 111.500 miliardi di lire, 2054, 112.000 miliardi di lire, 2055, 112.500 miliardi di lire, 2056, 113.000 miliardi di lire, 2057, 113.500 miliardi di lire, 2058, 114.000 miliardi di lire, 2059, 114.500 miliardi di lire, 2060, 115.000 miliardi di lire, 2061, 115.500 miliardi di lire, 2062, 116.000 miliardi di lire, 2063, 116.500 miliardi di lire, 2064, 117.000 miliardi di lire, 2065, 117.500 miliardi di lire, 2066, 118.000 miliardi di lire, 2067, 118.500 miliardi di lire, 2068, 119.000 miliardi di lire, 2069, 119.500 miliardi di lire, 2070, 120.000 miliardi di lire, 2071, 120.500 miliardi di lire, 2072, 121.000 miliardi di lire, 2073, 121.500 miliardi di lire, 2074, 122.000 miliardi di lire, 2075, 122.500 miliardi di lire, 2076, 123.000 miliardi di lire, 2077, 123.500 miliardi di lire, 2078, 124.000 miliardi di lire, 2079, 124.500 miliardi di lire, 2080, 125.000 miliardi di lire, 2081, 125.500 miliardi di lire, 2082, 126.000 miliardi di lire, 2083, 126.500 miliardi di lire, 2084, 127.000 miliardi di lire, 2085, 127.500 miliardi di lire, 2086, 128.000 miliardi di lire, 2087, 128.500 miliardi di lire, 2088, 129.000 miliardi di lire, 2089, 129.500 miliardi di lire, 2090, 130.000 miliardi di lire, 2091, 130.500 miliardi di lire, 2092, 131.000 miliardi di lire, 2093, 131.500 miliardi di lire, 2094, 132.000 miliardi di lire, 2095, 132.500 miliardi di lire, 2096, 133.000 miliardi di lire, 2097, 133.500 miliardi di lire, 2098, 134.000 miliardi di lire, 2099, 134.500 miliardi di lire, 2000, 135.000 miliardi di lire, 2001, 135.500 miliardi di lire, 2002, 136.000 miliardi di lire, 2003, 136.500 miliardi di lire, 2004, 137.000 miliardi di lire, 2005, 137.500 miliardi di lire, 2006, 138.000 miliardi di lire, 2007, 138.500 miliardi di lire, 2008, 139.000 miliardi di lire, 2009, 139.500 miliardi di lire, 2010, 140.000 miliardi di lire, 2011, 140.500 miliardi di lire, 2012, 141.000 miliardi di lire, 2013, 141.500 miliardi di lire, 2014, 142.000 miliardi di lire, 2015, 142.500 miliardi di lire, 2016, 143.000 miliardi di lire, 2017, 143.500 miliardi di lire, 2018, 144.000 miliardi di lire, 2019, 144.500 miliardi di lire, 2020, 145.000 miliardi di lire, 2021, 145.500 miliardi di lire, 2022, 146.000 miliardi di lire, 2023, 146.500 miliardi di lire, 2024, 147.000 miliardi di lire, 2025, 147.500 miliardi di lire, 2026, 148.000 miliardi di lire, 2027, 148.500 miliardi di lire, 2028, 149.000 miliardi di lire, 2029, 149.500 miliardi di lire, 2030, 150.000 miliardi di lire, 2031, 150.500 miliardi di lire, 2032, 151.000 miliardi di lire, 2033, 151.500 miliardi di lire, 2034, 152.000 miliardi di lire, 2035, 152.500 miliardi di lire, 2036, 153.000 miliardi di lire, 2037, 153.500 miliardi di lire, 2038, 154.000 miliardi di lire, 2039, 154.500 miliardi di lire, 2040, 155.000 miliardi di lire, 2041, 155.500 miliardi di lire, 2042, 156.000 miliardi di lire, 2043, 156.500 miliardi di lire, 2044, 157.000 miliardi di lire, 2045, 157.500 miliardi di lire, 2046, 158.000 miliardi di lire, 2047, 158.500 miliardi di lire, 2048, 159.000 miliardi di lire, 2049, 159.500 miliardi di lire, 2050, 160.000 miliardi di lire, 2051, 160.500 miliardi di lire, 2052, 161.000 miliardi di lire, 2053, 161.500 miliardi di lire, 2054, 162.000 miliardi di lire, 2055, 162.500 miliardi di lire, 2056, 163.000 miliardi di lire, 2057, 163.500 miliardi di lire, 2058, 164.000 miliardi di lire, 2059, 164.500 miliardi di lire, 2060, 165.000 miliardi di lire, 2061, 165.500 miliardi di lire, 2062, 166.000 miliardi di lire, 2063, 166.500 miliardi di lire, 2064, 167.000 miliardi di lire, 2065, 167.500 miliardi di lire, 2066, 168.000 miliardi di lire, 2067, 168.500 miliardi di lire, 2068, 169.000 miliardi di lire, 2069, 169.500 miliardi di lire, 2070, 170.000 miliardi di lire, 2071, 170.500 miliardi di lire, 2072, 171.000 miliardi di lire, 2073, 171.500 miliardi di lire, 2074, 172.000 miliardi di lire, 2075, 172.500 miliardi di lire, 2076, 173.000 miliardi di lire, 2077, 173.500 miliardi di lire, 2078, 174.000 miliardi di lire, 2079, 174.500 miliardi di lire, 2080, 175.000 miliardi di lire, 2081, 175.500 miliardi di lire, 2082, 176.000 miliardi di lire, 2083, 176.500 miliardi di lire, 2084, 177.000 miliardi di lire, 2085, 177.500 miliardi di lire, 2086, 178.000 miliardi di lire, 2087, 178.500 miliardi di lire, 2088, 179.000 miliardi di lire, 2089, 179.500 miliardi di lire, 2090, 180.000 miliardi di lire, 2091, 180.500 miliardi di lire, 2092, 181.000 miliardi di lire, 2093, 181.500 miliardi di lire, 2094, 182.000 miliardi di lire, 2095, 182.500 miliardi di lire, 2096, 183.000 miliardi di lire, 2097, 183.500 miliardi di lire, 2098, 184.000 miliardi di lire, 2099, 184.500 miliardi di lire, 2000, 185.000 miliardi di lire, 2001, 185.500 miliardi di lire, 2002, 186.000 miliardi di lire, 2003, 186.500 miliardi di lire, 2004, 187.000 miliardi di lire, 2005, 187.500 miliardi di lire, 2006, 188.000 miliardi di lire, 2007, 188.500 miliardi di lire, 2008, 189.000 miliardi di lire, 2009, 189.500 miliardi di lire, 2010, 190.000 miliardi di lire, 2011, 190.500 miliardi di lire, 2012, 191.000 miliardi di lire, 2013, 191.500 miliardi di lire, 2014, 192.000 miliardi di lire, 2015, 192.500 miliardi di lire, 2016, 193.000 miliardi di lire, 2017, 193.500 miliardi di lire, 2018, 194.000 miliardi di lire, 2019, 194.500 miliardi di lire, 2020, 195.000 miliardi di lire, 2021, 195.500 miliardi di lire, 2022, 196.000 miliardi di lire, 2023, 196.500 miliardi di lire, 2024, 197.000 miliardi di lire, 2025, 197.500 miliardi di lire, 2026, 198.000 miliardi di lire, 2027, 198.500 miliardi di lire, 2028, 199.000 miliardi di lire, 2029, 199.500 miliardi di lire, 2030, 200.000 miliardi di lire, 2031, 200.500 miliardi di lire, 2032, 201.000 miliardi di lire, 2033, 201.500 miliardi di lire, 2034, 202.000 miliardi di lire, 2035, 202.500 miliardi di lire, 2036, 203.000 miliardi di lire, 2037, 203.500 miliardi di lire, 2038, 204.000 miliardi di lire, 2039, 204.500 miliardi di lire, 2040, 205.000 miliardi di lire, 2041, 205.500 miliardi di lire, 2042, 206.000 miliardi di lire, 2043, 206.500 miliardi di lire, 2044, 207.000 miliardi di lire, 2045, 207.500 miliardi di lire, 2046, 208.000 miliardi di lire, 2047, 208.500 miliardi di lire, 2048, 209.000 miliardi di lire, 2049, 209.500 miliardi di lire, 2050, 210.000 miliardi di lire, 2051, 210.500 miliardi di lire, 2052, 211.000 miliardi di lire, 2053, 211.500 miliardi di lire, 2054, 212.000 miliardi di lire, 2055, 212.500 miliardi di lire, 2056, 213.000 miliardi di lire, 2057, 213.500 miliardi di lire, 2058, 214.000 miliardi di lire, 2059, 214.500 miliardi di lire, 2060, 215.000 miliardi di lire, 2061, 215.500 miliardi di lire, 2062, 216.000 miliardi di lire, 2063, 216.500 miliardi di lire, 2064, 217.000 miliardi

Fonte: La Tribuna, n.1, p. 3.

Figura 7 – Café e Restaurante Estrella e Faculdade de Direito de Santa Catarina

Fonte: La Tribune, p.7, p.3

Era também bastante comum que o *La Tribuna* publicasse propagandas que sugerissem a assinatura do jornal como um ato patriótico, do mesmo modo que conclamassem os italianos à dada filiação, para comprar produtos italianos “ITALIANI – Preferite il prodotto d’origine italiana, fabbricato in Italia, a qualsiasi altro importato”¹³ (LA TRIBUNA, n.7, p. 3). A partir do n. 7, nota-se uma “inovação” na parte comercial: publicidade em forma de notícia. É o que se observa no tratamento dispensado ao “Café e Restaurante Estrella” (centro da página), que noticia a reforma do estabelecimento e tudo que ele oferece, e à Faculdade de Direito de Santa Catarina (coluna direita, mesma página) que, em italiano, anuncia o início do curso, corpo docente, etc. Na Figura 7 página anterior, é possível observar, no canto inferior esquerdo, anúncio pedindo para difundir o jornal e, no meio da coluna da direita, a nota que indica que os italianos devem preferir produtos da Itália a quaisquer outros.

Compreende-se que as mensagens e propagandas edificantes privilegiavam o comércio de descendentes de italianos, para evidenciar sua pujança e importância na economia da cidade, e, nada inocentemente, propagavam a difusão do fascismo. As formas como os reclames são apresentados à leitura são parte do aparato de sedução do(a) leitor(a) e da construção de representações que, em cada autoria e edição, mantêm suas peculiaridades e, em parte, reforçam a produção de sentidos acerca de cada divulgação.

Sobre as imagens de propagandas é importante ressaltar que o mundo lúdico, imagético e fantasioso, mostrado no jornal, pode gerar universos ligados a sentimentos (amor, aceitação, ódio), e, também, a entretenimento, através do poder da imagem, que gera representações dirigidas pelos editores, com o interesse de validá-las e consolidá-las. Detalhamento na variedade de ofertas e nas descrições dos materiais a serem vendidos leva-nos a pensar na “novidade” e no sucesso daquela comunidade de comerciantes italianos da cidade, talvez para atender a uma classe emergente, de um lugar que se urbanizava e que recebia o afluxo de estudantes, já que o curso de Direito começou a funcionar em 1932. A enumeração do sortimento de mercadorias era, possivelmente, para atender a uma clientela mais diversificada. Com o desenvolvimento de todos os setores da vida urbana, ampliaram-se as ofertas, e o destaque centrava-se no nome do proprietário (sempre de descendência italiana). O anúncio de restaurantes, no jornal, induz a considerar para a imagem de uma cidade que se modernizava, crescia,

¹³ Tradução livre das autoras: ITALIANO – Prefira o produto de origem italiana, fabricado na Itália, a qualquer outro produto importado (LA TRIBUNA, n. 7, p. 3).

adquiria novos hábitos, adensava-se em diferentes ramos comerciais, aprimorando-se e, ao mesmo tempo, nacionalizando-se pelas mãos dos descendentes de italianos empreendedores.

Nas páginas do jornal havia notícias e comentários de articulistas de Florianópolis, como José Boiteux (fundador e primeiro diretor da recém-criada Faculdade de Direito) e José Dinis (ambos do IHGSC), sobre história e política, e que pareciam atender ao objetivo de contribuir para a construção de certo “sentimento de italianidade” (OTTO, 2012). Textos e notas sobre a Pátria, relacionadas diretamente a Mussolini e ao fascismo, são as mais constantes no jornal. Significativo é observar que a preocupação quanto ao “espírito de italianidade” ou a falta dele relaciona-se à pouca valorização daquele movimento político na cidade. A nota intitulada “XIII aniversario della fondazione dei Fasci di Combattimento” chamava a atenção de que a data tinha passado despercebida:

Il giorno 23 Marzo é stata commemorata solennemente in Italia e ovunque esiste un manipolo d’italiani la storica data che segno la fondazione dei Fasci di Combattimento che posteriormente con l’epica gesta della “Marcia su Roma” serisse nella storia d’Italia il risorgimento di una nova era che ha dato alla Patria un posto di evidenza nel concetto delle grandi Nazioni. Non é mai superfluo ricordare ciò che era l’Italia del dopo guerra, nella sua tormentosa vita interna e nei suoi rapporti internazionali. [...] Come abbiamo detto piú sopra che la data é stata ovunque ricordata, facciamo una eccezione per la collettività italiana de Florianópolis. Ci facciamo eco delle lagnanze dei fascisti e simpatizzanti locali i quali non hanno visto commemorare la data, che devere doveva essere ricordata degnamente. Non vogliamo discutere sul poco o molto numero di fascisti locali, ma anche ammesso che si fosse solamente in tre, le commemorazioni dovrebbero sempre aver luogo ugualmente. Di chi la colpa?¹⁴ (LA TRIBUNA... n. 7, 1932, p.1).

¹⁴ Tradução livre das autoras: No dia 23 de março, é comemorada, solenemente na Itália, e onde quer que haja um grupo de italianos, a data histórica que marcou a fundação dos Grupos de Combate, com – feitos épicos da “Marcha sobre Roma”, na história do ressurgimento de uma era na Itália, que deu ao país um lugar de evidência no conceito das grandes nações. Nunca é demais lembrar o que era a Itália do pós-guerra, em sua vida interna atormentadora e em suas relações internacionais. [...] Como dissemos acima, a data foi lembrada em todos os lugares, abrimos uma exceção para a comunidade italiana de Florianópolis.

Nós ecoamos as queixas dos fascistas e simpatizantes locais que esqueceram da comemoração da data, que deve ser lembrada. Nós não queremos discutir [se há] poucos ou muitos fascistas locais, e houvesse apenas três deles, as comemorações devem sempre ocorrer de qualquer maneira. De quem é a culpa? (LA TRIBUNA... n.7, 1932, p.1).

Relaciona-se diretamente a essa posição uma discordância entre Biaggio D'Alascio e o vice-cônsul italiano Giacomo Ungarelli, que tomou os últimos números do periódico. Num texto de página inteira, na capa, o jornal reafirma a italianidade dos italianos e de seus descendentes em Santa Catarina e denuncia a postura grave que teria sido adotada pelo vice-cônsul, em ignorar a data (posteriormente, por razões desconhecidas, o vice-cônsul mandaria fechar a sede do movimento fascista em Florianópolis). A publicação desse e de outros textos com o mesmo teor coincide com a saída de Arnoldo Suarez Cúneo da direção do jornal. Ele ficou até o n. 8, publicado em abril, e uma nota publicada no n. 9, de maio, informa que ele deixou a direção por motivos "particulares" e que Biaggio D'Alascio o substituiria. Pelo que as pesquisas iniciais indicam, a razão para sua saída foi por discordar do posicionamento, cada vez mais veemente de Biaggio, em relação a Mussolini e ao fascismo italiano. Além, é claro, do seu desentendimento, tornado público nas páginas do jornal, com o vice-cônsul. O rompimento definitivo entre Cúneo e D'Alascio pode ter ocorrido em julho mesmo, pois, a partir do n. 12-13 (15/7/1932), o endereço do jornal muda, passando a ser na Rua Trajano, 45.

O extenso texto de abertura do *La Tribuna*, relativo ao n. 12-13, acusa Ungarelli de reportar aos seus superiores que os italianos de Florianópolis não se interessavam pelo fascismo e pela Itália. O mais grave, porém, foi a ordem de retirada da bandeira do "Fascio" da Società Fratellanza Italiana.

Malgrado che lo Stato di Santa Caterina possegga delle Colonia con circa 70 mila italiani, solo una puccola parte risiede nella capitale dello Stato, essendo che il grosso delle forze si è diretto sin dall'inizio dell'emigrazione in Brasile, all'interno dello Stato. A Florianopolis ne afflui una piccola parte di questi connazionali, ma benche amente un numero regolare questa Colonia parallela aspre lotte combattute nel campo della indipendenza economica dei suci membri non fece mai infiacchire la sua vede verso la Patria, le istituzioni e il suo Re. E così si spiega la fondazione della Società Fratellanza Italiana che, nel suo albo d'oro da oltre quarant'anni, scrive a caratteri cubitali, **questo sano patriottismo coloniale insieme al suo spirito di italianità** (LA TRIBUNA, n. 12-13, 1932, p.1, grifos nossos).¹⁵

¹⁵ Tradução livre das autoras: Apesar de o Estado de Santa Catarina possuir colônia com 70 mil italianos, apenas uma pequena parte reside na capital do estado, já que a maior parte das forças foi direcionada desde o início da emigração para o Brasil, para o interior do estado. Para Florianópolis fluíu uma pequena parte desses conterrâneos, mas as duras lutas paralelas à colônia, travadas no campo da independência econômica dos membros, nunca enfraqueceram sua visão em relação

On. 14 também segue com o mesmo tema, e Biaggio D'Alascio sobe o tom do texto, ao avisar que esse número e os próximos seriam dedicados ao vice-cônsul:

Questo numero e quelli che seguiranno a voi, saranno dedicati. Il nostro desiderio, quando fondammo questo foglio, era sottoporlo al vostro patrocinio. **Volevamo fare un giornale fiancheggiatore del fascismo** e che allo stesso tempo curasse gli interessi degli italiani residenti nello Stato di Santa Caterina. Figurava e continuerá a figurare nel suo programma il rafforzamento del vincolo di solidarietá che dovrá sempre unire gli italiani ai generosi ospiti brasiliani¹⁶ (LA TRIBUNA, n.14, 1932, p. 2, grifos nossos).

A contenda gerou conflitos para além da “ pena”, haja vista que um texto pago, que ocupou toda a coluna da direita da página, de autoria de Battista Domingues, manifesta apoio a Biaggio e denuncia o secretário do vice-cônsul de agressão:

SEZIONE A PAGAMENTO. Consequenze dell'incidente consolare italiano – Minaccia d'aggressione. A quanto stó osservando, nel vice consolato locale, la violenza fá scuola. Nell'incidente D'Alascio, fu il vice console Ungarelli a voler aggredire il giornalista. Ora é la volta del suo segretario a vole maneggiare il bastone... Le insistenze di amici mi obbligano a chiedere al sig. Capo di Polizia un *habeas corpus* preventivo un eventuale caso di legittima difesa. Dubito, però, di questa sfuriata tragicomica di Nicola, il bravo Nicola, col quale, sino a pochi giorni fá, le nostre relazioni erano di finissima cortesia e che sfreddarono in seguito ad un articolo che in mia difesa pubblicai, contro gli attacchi ingiusti del suo signor “papá”¹⁷ (LA TRIBUNA, n.14, 1932, p. 2).

à pátria, às instituições e a seu rei. Isso explica a fundação da Sociedade da Irmandade Italiana, que, em seu livro de ouro, há mais de quarenta anos escreve em letras maiúsculas, este saudável patriotismo colonial, juntamente com seu espírito de italianidade (LA TRIBUNA, n.12-13, 1932, p.1, grifos nossos).

¹⁶ Tradução livre das autoras: Este número e aqueles que se seguirão serão dedicados a você. Nossa desejo, quando fundamos esta folha, era submetê-la ao seu patrocínio. Queríamos fazer um jornal do fascismo e que, ao mesmo tempo, tratasse dos interesses dos italianos que residem no Estado de Santa Catarina. Figurava e continuará figurando em seu programa o fortalecimento do vínculo de solidariedade, que sempre unirá os italianos à generosa hospitalidade brasileira (LA TRIBUNA, n.14, 1932, p. 2, grifos nossos).

¹⁷ Tradução livre das autoras: SEÇÃO PAGA. Consequências do incidente consular italiano – Ameaça de agressão. Como eu estou observando, no consulado local, a violência é uma escola. No incidente de D'Alascio, foi o vice-cônsul Ungarelli que quis atacar o jornalista. Agora é a vez de seu secretário querer manejar o pau... A insistência de amigos me obrigou a pedir ao Chefe de

No dia 15 de setembro de 1932, foram publicados os últimos exemplares do jornal, ns. 16-17. Seja pela posição assumidamente fascista de Biaggio, seja pela briga pública com o vice-cônsul ou a saída de Cúneo, o fato é que muitos anunciantes deixaram de apoiar o veículo, já a partir do n. 9. Além disso, parece ter havido, inclusive, uma ordem para seu fechamento advindo de Ungarelli. Uma nota publicada no *Jornal de Santa Catarina* (ESPECIAL 100 ANOS DE HISTÓRIA... 30/9/1998, p.12) informava ter havido solicitação à polícia, por parte do vice-cônsul, para suspender a publicação.

Em todos os exemplares pesquisados é possível notar que o jornal exercia certa coação dos italianos, por meio do emprego do nacionalismo, do patriotismo e de um culto afetivo aos líderes; um sentimento ao qual corresponderia uma devoção, como veículos de expressão e transmissão de valores, de normas e de práticas cívicas, em geral ligadas ao catolicismo. O *La Tribuna* destacava as figuras nacionais contemporâneas da Itália, como o Rei Victor Emmanuel II e o Duce Benito Mussolini. De igual maneira, procedimentos estilísticos e gráficos foram escolhidos para que fossem acessíveis à maioria, dispostos na primeira página. O catolicismo usou a palavra impressa para reforçar valores hierárquicos tradicionais e pode-se considerar que foram impressos nestes artigos traços individuais retirados de contatos pessoais da equipe dirigente com a doutrina da Igreja católica e até com as agremiações políticas. Pode-se aqui perceber o periódico como um dos lugares privilegiados, nos quais é possível observar a construção de representações por meio da palavra escrita. Chartier (1999, p.191) indica que os historiadores, aventurados nesta seara de estudos, devem “manejar, ao mesmo tempo, a crítica textual, a história do impresso ou do escrito e a história do público e sua recepção”.

Textos com tendência a criar certa devoção a figuras, como Giuseppe Garibaldi e Anita e incitação a práticas virtuosas, que deveriam ser cumpridas pelos leitores, foram recorrentes, e é possível encontrar muitas representações que foram forjadas sobre o casal Garibaldi, e que permitem corroborar os assuntos tratados como espaços e tempos de configurações de memórias. Na medida em que se são lidos, os textos jornalísticos alimentam as identificações que contemplam o passado como um lugar de segurança, no qual se configura o que é considerado

Polícia um *habeas corpus* preventivo, um possível caso de legítima defesa. Duvido, no entanto, dessa explosão tragicômica de Nicola, o bom Nicola, com quem, até poucos dias atrás, nossas relações eram de muito boa cortesia e que esfriaram após artigo que em minha defesa publiquei, contra ataques injustos de seu “pai” (LA TRIBUNA, n.14, 1932, p. 2).

legítimo, tradicional, virtuoso e, portanto, o mais adequado de continuar a ser exercido e lembrado.

Considerações finais: trabalhar com jornais

O esforço interpretativo aqui empreendido entende o jornal como um dispositivo difusor/divulgador da palavra impressa que, por sua leitura e circulação, pode ter afetado grupos sociais letrados, como pequenos comerciantes, profissionais liberais, que tivessem alguma vinculação com organizações urbanas, como confrarias, associações de classe, etc. Nesse sentido, ele “pode oferecer um contexto para os significados” a que se propunha e constituir-se “não apenas como uma fonte de idéias e imagens, mas como um mensageiro de relações” (DAVIS, 1990, p.159). É importante considerar, neste estudo, que o jornal e seus discursos exaltadores de nacionalismos atuavam em vários estratos de tempo (ou seja, em várias dimensões temporais) que, simultaneamente, atravessam o tempo histórico: eles divulgam e reelaboram acontecimentos, opiniões e ideias daquele presente, em que está sendo produzido, ao mesmo tempo em que organizam e projetam expectativas de um futuro, enquanto legitimam e constroem uma memória daquele presente/passado, no futuro. Atuam, assim, em tempos que “se entrelaçam na presencialidade da experiência e da expectativa” (KOSELLECK, 2014, p. 307).

As representações constantes nos conteúdos escritos e imagéticos desses jornais constituem elementos estruturantes que criam possibilidades para a elaboração de memórias. Em consonância com as discussões de Koselleck (2014, p. 25) acerca de verdades instituídas, estes conteúdos são porta-vozes de “enunciados básicos que só muito lentamente se modificam ao longo dos séculos e permanecem disponíveis, mesmo que nem todos os compartilhem”. Nesta clave de análise, pode-se pensar que as representações construídas por esses escritos – sobre heróis, devoção, virtudes, propagandas – evidenciam permanências que incidem sobre questões discutidas no tempo presente e, assim, legitimam seu sentido como um passado que permanece, assola o presente e aposta no futuro.

Pleno de historicidade, o jornal atua como uma prática discursiva, produtora de sentidos e formadora de memórias, que permitem construir esperanças a seu grupo e, até por seu estilo de escrita, fomentar uma cumplicidade do escritor/redator com o leitor, gerando sentimento de pertencimento, no caso em destaque, da comunidade de italianos residentes em Florianópolis, especialmente. Parte constitutiva da cultura escrita, o jornal, um elemento relevante na propagação de ideias, é uma

“alternativa eficaz na propaganda política, e um dos mais importantes registros da memória política de um país” (TUCCI CARNEIRO, 2006, p.159). Embora seu discurso apresente fissuras e espaços de resistências, em que vários sentidos podem emergir, “a variedade da fonte imprensa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas” (LUCA, 2005, p.142). Risco que escolhemos correr na pesquisa com esta publicação, que fez circular notícias nacionais e estrangeiras, discursos, reportagens e anúncios/propagandas de estabelecimentos comerciais da cidade de Florianópolis, em Língua Italiana.

As páginas analisadas do *La Tribuna* deixam ver um culto aos heróis, representados de forma laudatória, como quase deuses, que adquiriram formas de memória celebrando a virtude e devoção, o patriotismo heroísmo. Havia notícias transcritas de jornais italianos e, em todos os escritos, foi possível encontrar compilações, transcrições, várias representações sobre Giuseppe e Anita Ribeiro Garibaldi, que tentavam transformá-los em mitos. Edifica o culto aos heróis, situando-os acima das facções políticas e tornando-os símbolos do espírito nacional. Os anúncios e artigos testemunham a trama que constitui a memória. Dezenas exaltavam o patriotismo, celebrando a virtude. Para além desses, alguns outros exemplos podem ser retirados desses escritos de circunstância, nos quais a apropriação de visões proféticas, de símbolos religiosos, ligados a sentimentos políticos serviam de obstáculo a uma representação mais secularizada.

Entre a virtude e a devoção, um ideal cívico-educativo e, especialmente, de cunho católico/religioso para os imigrantes italianos e para a população leitora, ia sendo apresentado nas páginas do jornal *La Tribuna*, em Florianópolis, naquele ano de 1932. Tal expediente corrobora a proposta educacional-católica defendida pela Igreja, tanto no Brasil como na Itália, conforme assinalam estudos de Sani (2016): Para ele,

una storia dell’istruzione e delle iniziative e istituzioni di carattere scolastico ed educativo nell’Italia moderna non può in alcun modo prescindere dal fondamentale ruolo esercitato su tale versante dalla Chiesa e, in particolare, dalle nuove fondazioni religiose maschili e femminili sorte a partire dai primi decenni del sec. XVI (2016, p. 517).¹⁸

¹⁸ Agradecimentos especiais ao Bibliotecário Alzemi Machado (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina) pela ajuda substancial na localização e digitalização de exemplares do jornal *La Tribuna*, que ainda não estavam disponíveis à consulta na Hemeroteca Digital Catarinense.

Assim, a cidade letrada se impunha aos vários segmentos leitores e aumentava o poder. Os jornais aqui trabalhados foram salvos do esquecimento por zelosos bibliotecários que os guardaram para uso do historiador. Folheando-os foi possível narrar este passado, a partir do presente, e atribuir significados à ordem do existente, em um país onde esta documentação ainda é escassa.

Surpresas e encantamentos movem esta pesquisa com a vontade, sempre renovada, de encontrar o inesperado, de achar sentidos na experiência que comporta tempos variáveis, acelerações e momentos lentíssimos. Nesses movimentos de temporalidades distintas, se faz a História.

Referências

- BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil:** os vênetos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999.
- CENNI, Franco. **Italianos no Brasil.** 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro.** Do leitor ao navegados. SP: UNESP, 1999.
- CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Um estado entre duas repúblicas:** a Revolução de Trinta e a política em Santa Catarina. Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina; Editora da UFSC, 1984.
- CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História de Florianópolis ilustrada.** Florianópolis: Editora Insular, 2004.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo:** sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do século XX.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>. Acesso em: 9 mar. 2019.
- JORNAL LA TRIBUNA. 14 exemplares, n. 1 a 17. 1/2/1932 – 15/9/1932. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC). Hemeroteca Digital Catarinense. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>. Acesso em: 9 mar. 2019.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. **Especial 100 Anos de história.** 30/9/1998.
- KOSELLECK, R. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.
- LEUCHTENBERGER, Rafaela. Mutualismo e beneficência em Florianópolis-SC.

In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais [...]. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210563_38862e4bda37de7daf7c6b5a86e24a2d.pdf. Acesso em: 9 mar. 2019.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. *In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e seu tempo: encontros com a história.* São Paulo: Ed. da UNESP; ANPUH, 2008. p.117-127.

LUCA, Tania Regina de. **A ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2018.

MATOS, Felipe. **Uma ilha de leitura:** notas para uma história de Florianópolis através de suas livrarias, livreiros e livros (1830-1950). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

OTTO, Clarícia. Avanti, cari connazionali! Tentativas de construção da italianidade em Santa Catarina. **Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC,** Florianópolis (SC), 2002, p.119-134. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/391/9857>. Acesso em: 9 mar. 2019.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. *In: _____ . Estudos de geografia urbana de Santa Catarina.* Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização italiana em Santa Catarina.** Florianópolis: loesc, 1976.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina:** sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC; Editora Lunardelli, 1983.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras.** Trad. de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANI, Roberto. Istruzione, educazione e carità. *In: Storia Religiosa Dell'Italia, v. 2, Centro Ambrosino.* Milano, 2016, p. 517-539. Disponível em: https://www.academia.edu/28427430/Istruzione_educazione_e_carit%C3%A0. Acesso em: 9 mar. 2019.

SANTOS, Roselys Isabel Corrêa dos Santos. **A colonização italiana no vale do Itajaí-Mirim.** Florianópolis: Ed. Lunardeli, 1981.

SANTOS, Roselys Isabel Corrêa dos. Incontro tra la cultura veneta e la cultura latino americana. **Quaderni Dell'a D R Ev,** Itália, v. 3, p. 63-75, 1998.

TRENTI, Angelo. **Imprensa italiana no Brasil:** séculos XIX e XX. São Carlos (SP): EDUFSCAr, 2013.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas.** São Paulo: Atelie Editorial; Fapesp, 2002.

VEZZELLI, Eugenia. **A construção do ethos discursivo na imprensa em língua italiana em São Paulo:** o caso de La Difesa. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – São Paulo: USP, 2016.

ZANELATTO, João Henrique. Fascismo italiano em território Barriga-Verde: sua receptividade entre imigrantes italianos e o integralismo. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 8, n. 2, 2015, p. 386-407. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/403>. Acesso em: 9 mar. 2019.





Imprensa católico-étnica na Região Colonial Italiana (RCI), RS: embates e consensos em prol da educação (1898-1927)

Terciane Ângela Luchese

Introdução

Transcorria o ano de 1888 e, no domingo, as ruas da próspera povoação da sede da Colônia Caxias, Santa Teresa de Caxias, amanheciam com muitos transeuntes que, vindos da colônia ou mesmo de fora – dos campos de cima da Serra, de São Sebastião do Caí e de outras localidades –, seguiam o badalar dos sinos, e muitos, assistiam à missa. Dali, animando o povoado, os mercados vendiam os produtos da leiteria, do pomar, da lavoura, da criação de animais e da pequena indústria – chapéus de palha, cadeiras rústicas, entre outros. Cafés, botequins, casas de pasto¹ e hotéis regozijavam-se. O teatro abria à noite e as bandas de música percorriam as ruas. E o relato do Ministério da Agricultura descreve que a velha e primitiva casa de tábuas rachadas cedia espaço às construções mais aperfeiçoadas de madeira serrada, aplainada, falquejada, pintada e decorada; e estas, por sua vez, eram substituídas por modernas casas de pedra e cal, de tijolo, mista de madeira e pedra ou madeira e tijolo; a telha substituía o zinco, que havia substituído as tabuinhas (scandoles). Produtos como o vinho, sacos com cereais, aves, ovos, laticínios, trigo, viandas de gado suíno e de outros rebanhos, salames, salsichas; gêneros importados, de barro; obras de ferro, feitas na colônia; rodas de fiar, fusos, obras de vime, trabalhos de indústria doméstica feminina, miudezas, produtos de

¹ Denominação dada aos locais que serviam refeições e permitiam pouso.

diferentes espécies, tudo ali era vendido, trocado ou comprado. Era a feira. Na sede podia surgir uma ou outra alteração, mas, no geral, tudo se passava em paz e boa ordem. O feirante acabava o dia dançando em seu travessão, ao som de uma gaita ou de outra música barata e fácil de obter. O comércio não fechava aos domingos pela manhã, e muitos colonos afluíam para a vila para assistir à missa, aproveitando para fazer também seus negócios (RELATÓRIO do Inspetor..., 1889, p. 75-76).

Figura 1 – Núcleos coloniais no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil)



A região da Encosta Superior do Nordeste gaúcho, de relevo acidentado e entrecortada por córregos e rios, coberta pela mata subtropical e por inúmeros pinhais, foi o local onde grande parte dos imigrantes se estabeleceu, principalmente, a partir de 1875. As primeiras colônias criadas pelo governo imperial foram Conde d'Eu, Dona Isabel e Caxias. Ali se promoveu a ocupação de pequenas propriedades, com o objetivo econômico de gerar centros fornecedores de produtos agrícolas. O ideal de imigrante para as autoridades era o agricultor casado, com mais facilidade, estabelecer-se-ia definitivamente e passaria a produzir para sustentar a família. Em poucos anos, os lotes todos estavam ocupados, em especial, por imigrantes saídos da Península Itálica. A seguir, apresento o mapa que localiza as colônias, bem como a capital, Porto Alegre, de onde partiam os imigrantes em pequenas embarcações até São Sebastião do Caí, quando se dirigiam para Caxias e Antônio Prado. Ou então, da capital para São João de Montenegro, quando seguiam para Conde d'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves:

Desde os primeiros anos, as colônias produziram cereais, frutas, legumes e verduras, inicialmente para a subsistência familiar e, posteriormente, para a troca por outros gêneros com os comerciantes da localidade. Passados alguns poucos anos, empreendimentos artesanais e manufatureiros foram se multiplicando, assim como atividades comerciais. O catolicismo foi uma das práticas culturais mais significativas entre imigrantes provenientes da Itália e estabelecidos naquelas colônias, atualmente conhecidas como Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul. De certo modo, a Igreja católica, atuou como catalisadora dos processos e das práticas culturais da RCI. Com o advento da República e o crescimento das colônias, foram sendo criados os municípios, como apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – As primeiras colônias da RCI e seus municípios

Colônia	Ano da criação	Município	Ano de emancipação
Dona Isabel ²	1870	Bento Gonçalves	1890
		Monte Belo do Sul	1992
		Santa Teresa	1992
		Pinto Bandeira	1996
Conde D'Eu	1870	Garibaldi	1900 ³
		Carlos Barbosa	1959
		Coronel Pilar	1996
		Boa Vista do Sul	1995
Caxias (Fundos de Nova Palmira) ⁴	1875	Caxias do Sul ⁵	1890
		Farroupilha	1934 ⁶
		São Marcos	1963

Fonte: Organização da autora.

Nestes primeiros municípios – Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves –, foram produzidos os quatro primeiros jornais católicos, publicados em italiano, no período de 1898 a 1927, objeto deste artigo. É certo que sua circulação atingiu muitos outros municípios vizinhos. O intento do artigo é explicitar a produção destes jornais e mapear os principais consensos e embates estampados em suas páginas, no que se refere aos processos educativos. Cruzando contribuições da História Cultural da imprensa, da História das Migrações e da História da Educação, o

² Dona Isabel e Conde d'Eu foram elevadas à condição de município em 11 de outubro de 1890, pelo Ato 474, com a denominação de Bento Gonçalves, permanecendo a administração na antiga sede de Dona Isabel. A condição de distrito em que permaneceu Conde d'Eu fez com que houvesse movimentos políticos, no sentido de buscarem a emancipação, que veio em 1900, pelo Decreto 327, de 31 de outubro, assinado por Antônio Augusto Borges de Medeiros. O novo município recebeu a denominação de Garibaldi.

³ As colônias Dona Isabel e Conde d'Eu foram elevadas a município em 1890, com o nome Bento Gonçalves. Em 1900, Garibaldi (Conde d'Eu) se emancipou.

⁴ Após a Proclamação da República, considerando as pressões e insatisfações de comerciantes e industrialistas da RCI, o Gal. Cândido José da Costa, presidente da Província, elevou pelo Ato 257, de 20 de junho de 1890, a freguesia de Santa Tereza de Caxias a município, com a denominação de Caxias. A notícia foi bem recebida por seus habitantes, que festejaram o acontecimento durante três dias. No decorrer das festividades, foram “batizados” os sinos da matriz e inaugurada a terceira exposição agroindustrial de Caxias, contando com a presença do governador do estado, General Cândido José da Costa (MACHADO, 2001, p. 84).

⁵ Em 1890, foi elevada à condição de município com o nome Caxias. Outra alteração no nome foi em 1944, quando passou a denominar-se Caxias do Sul (Decreto n. 720, de 29 de dezembro de 1944).

⁶ A constituição territorial contou com parte do território de Bento Gonçalves e outra de Montenegro.

corpus empírico é formado pelas coleções de jornais, entrecruzadas com correspondências, relatórios de agentes consulares e registros no Livro de Tombo. Procedeu-se à análise documental histórica, atentando para a produção dos jornais e a atenção regular dedicada à educação, com prescrição de modos de pensar, fazer e educar as crianças.

O artigo está organizado em dois momentos: no primeiro, são apresentados os quatro jornais católicos e as condições de sua produção e circulação; no segundo, a análise dos consensos e embates presentes no *Corriere d'Italia* e *Il Colono Italiano*, ambos jornais católicos, mas marcados por algumas especificidades, no que tange à etnicidade. Deste modo, os jornais são objeto e documento nesta análise.

A imprensa católica: entre catolicidade e etnicidade

Uma das primeiras referências, ao analisar a presença de jornais e sua produção na RCI, é o relatório apresentado pelo professor e agente consular, Umberto Ancarani que, em 1905, afirmava:

Caxias é uno dei pochi municipi coloniali che hanno una tipografia ed un giornale locale. Più volte si iniziò la pubblicazione di periodici italiani o brasiliani, ma ebbero tutti breve durata, per mancanza di un numero sufficiente di abbonati. Così avvenne nel 1897 di un piccolo giornale settimanale, *O Caxiense* e nel 1898 di un giornale clericale bimensile, scritto in italiano e intitolato *Il Colono Italiano*. Nel 1902 vide la luce un giornale brasiliano, *14 de Julho*, organo del partito repubblicano locale; ma ebbe due soli anni di vita. In seguito mutò di colore politico, pur non mutando di proprietário-direttore e assunse il titolo di *O Cosmopolita*. Esso continua ancora le sue pubblicazioni – esce una volta la settimana, il sabato – ed è scritto in parte in lingua italiana. Tra i periodici e giornali italiani che arrivano in questo município ricorderò *La Tribuna* e *La Patria* di Roma, *Il Secolo XX*, *La Tribuna Illustrata*, *Il Corriere della Domenica*, *La Tribuna Italiana* ed *Il Fanfulla* di San Paolo (ANCARANI, 1905, p. 28- 29).⁷

⁷ “Caxias é um dos poucos municípios coloniais que possuem uma tipografia e um jornal local. Diversas vezes se iniciou a publicação de periódicos italianos ou brasileiros, mas tiveram breve duração, pela falta de um número suficiente de assinantes. Assim em 1897 foi publicado um pequeno jornal semanal, *O Caxiense* e em 1898 um jornal clerical bimensal, escrito em italiano e intitulado *Il Colono Italiano*. Em 1902 veio à luz um jornal brasileiro, *14 de Julho*, órgão do partido republicano local; mas teve apenas dois anos de vida. Em seguida, mudou de cor política, sem, no entanto, mudar de proprietário-diretor e assume o título de *O Cosmopolita*. Esse ainda continua suas publicações – sai uma vez por semana, aos sábados – e é escrito em parte, em língua italiana. Entre os periódicos e jornais que chegam neste município lembro *La Tribuna* e *La Patria* di Roma,

A circulação de jornais provenientes da capital gaúcha, de São Paulo e mesmo da Itália coloca em evidência o interesse de muitas famílias em acompanhar e acessar notícias da Itália e mesmo do que acontecia no Brasil. O crescimento regional, e de Caxias em especial, produz uma demanda pelo jornal que passou a ser publicado a partir de 1897. “O primeiro periódico regional, *O Caxiense*, impresso em 1897, era dirigido por brasileiros. Júlio Campos era seu diretor e tinha como proprietário o Doutor Augusto Diana Terra, que mantinha vínculos com o Partido Republicano”⁸ (POZENATO; GIRON, 2004, p. 37). Intitulando-se defensor das colônias italianas e órgão do Partido Republicano, seu primeiro número circulou em 15 de outubro de 1897 e noticiava que vinha a lume por dois motivos:

O primeiro é provar que o Partido Republicano chefiado pelo eminent Dr. Castilhos tem promovido, e continuará a sua gloriosa campanha política interessado pelo progresso do Rio Grande do Sul, como exuberante está demonstrado. O segundo é que Caxias, centro d'uma grande e animadora atividade, passando a constituir cidade e comarca, segundo promessa do Dr. Presidente do Estado, que acreditamos sincera, vai assumir caráter de importância que não se pode por em dúvida. [...] Órgão republicano e defensor dos interesses coloniais, contamos com certeza com o apoio sincero das populações deste município de Caxias (*O CAXIENSE*, 15/10/1897, p. 1).

O oitavo vigário de Caxias, Pe. Pietro Nosadini, que tomou posse em 15 de julho de 1896, foi o primeiro a assumir a iniciativa de criar um jornal católico na região. Brandalise (1988) afirma que Nosadini⁹ tinha recebido formação e possuía conhecimentos relacionados ao jornalismo (BRANDALISE, 1988). Assim, Nosadini resolve iniciar uma publicação que fosse direcionada aos católicos e, de certa forma, se opondo ao que era publicado em *O Caxiense*. O impresso *Il Colono Italiano* foi o

Il Secolo XX, La Tribuna Illustrata, Il Corriere della Domenica, La Tribuna Italiana e Il Fanfulla de São Paulo” (ANCARANI, 1905, p. 28-29).

⁸ O Partido Republicano Riograndense (PRR), fundado em 1882, dominou o cenário político da província gaúcha, em especial na Primeira República (1889-1930).

⁹ O Pe. Pietro Antonio Maria Umberto Nosadini nasceu aos 15 de agosto de 1862 em Bassano del Grappa e faleceu em Pádua em 25 de março de 1921. Assumiu em 15 de julho de 1896 como pároco de Caxias. Trabalhou em prol de obras apostólicas e realizou o 1º Congresso Católico. Em 7 de fevereiro de 1897, foi expulso da vila, recolhendo-se em Nova Pádua. Acolhido com grande manifestação popular, retornou e, em 1898, foi embora de Caxias, indo para o Paraná, conforme Dom J. Baréa (1995, p. 101).

primeiro jornal católico da RCI que, mesmo tendo perdurado por pouco tempo, gerou intensas repercussões em Caxias. Para Pozenato e Giron (2004, p. 38) “foi a resposta católica ao jornal *O Caxiense*, considerado maçônico pelos colonos”. Da primeira experiência, vieram outras iniciativas posteriores, que serão analisados na sequência.

A Igreja católica, por meio de padres e confissões religiosas femininas e masculinas, atuou intensamente na construção de processos identitários; estabeleceu papéis sociais e constituiu um universo simbólico, que buscou catolicizar e italianizar, na maioria das vezes. As práticas e os valores religiosos dos imigrantes eram diferenciados daqueles vivenciados no contexto brasileiro. Eles estavam acostumados com a presença próxima do padre e de reunir-se nos dias santos para orações e festividades; assim, a alternativa encontrada foi o associativismo local e o empreendimento comunitário na construção da capela. De certo modo, aconteceu a transferência, para as colônias da RCI, do mundo religioso vivido na Itália. Famílias de uma linha ou travessão uniam-se para, em trabalho coletivo, empreenderem a edificação da capela em madeira, pedra ou tijolos artesanais, conforme as condições do grupo. Escolhiam um padroeiro e, com o tempo, ocupavam-se na construção do altar, dos bancos, do campanário, com a aquisição dos sinos, alfaias... No entorno da capela, aos poucos, foram construídos outros elementos, tais como: o cemitério, o salão comunitário para festas, a escola, a venda de secos e molhados. Como afirma Zanini (2006, p. 138) “[...] a vivência religiosa construiu um território simbólico de segurança e estabilidade visível nos capitéis, capelas e Igrejas e nas imagens dos padroeiros”.

As festas dos padroeiros – sagras – mobilizavam por semanas as famílias da comunidade nos preparativos. Novenas antecediam a data, festejada no dia votivo, independentemente do dia da semana que fosse. Realizavam, então, a missa festiva, as confissões, a reza do terço e das ladinhas de Nossa Senhora, o almoço. Durante à tarde, aconteciam os jogos de bocha, mora, cartas, os encontros, o início dos namoros e, assim, o “catolicismo foi [...] a força que cimentou a unidade das comunidades italianas no Rio Grande do Sul” (POSSAMAI, 2004, p. 567). Constituiu-se um “clima de cristandade, onde a participação maciça dos fiéis nas cerimônias da vida religiosa, a freqüência dos sacramentos e a internalização de um código de ética católica” (DE BONI, 1980, p. 242) regiam o cotidiano e conformavam os modos de ser e viver.

Desde a chegada dos imigrantes nas colônias, há o registro da presença de padres que os acompanhavam, mas a maioria o fazia

por iniciativa individual. A Santa Sé¹⁰ demorou algumas décadas para compreender a importância de empreender o acompanhamento pastoral dos imigrantes; no entanto, na RCI diversas congregações religiosas se estabeleceram em fins do oitocentos, além de muitos sacerdotes regulares.¹¹ E, dentre as iniciativas desses religiosos estava a imprensa. Em relatório para o Bispo Scalabrini, que visitava Garibaldi em outubro de 1904, o Frei Bruno Gillonnay afirmou:

Trabalhamos para estabelecer, com simplicidade, no centro da colônia italiana, uma pequena impressora que levará, periodicamente, no seio das famílias, em sua língua materna, uma página do Santo Evangelho, explicada e comentada, uma história edificante, alguns conselhos de agricultura, a indicação de algumas brochuras adaptadas às necessidades dos colonos... (GILLONAY, 1976, p. 247).

Convém sistematizar a experiência da Igreja católica na RCI, no que diz respeito à imprensa. No quadro 2, estão os principais jornais católicos publicados desde o final do século XIX até as primeiras três décadas do século XX:

Quadro 2 – Jornais católicos na RCI entre 1875 e 1930

Jornal	Periodicidade	Período de circulação	Município	Editor	Obs.
Il Colono Italiano	Mensal	1º/1/1898 a 21/1898	Caxias	Pe. Pietro Nosadini	Boletim católico mensal 4 páginas
La Libertà (Giornale Settimanale del Popolo)	Semanal	13/2/1909 a 5/3/1910	1909 – Caxias 1910 – Garibaldi	1909 – Pe. Carmine Fasulo 1910 – Pe. Giovanni Fronchetti	4 páginas Publicava uma seção em português
Il Colono Italiano (organo degli interessi coloniali)	Semanal	12/3/1910 a 21/6/1917	Garibaldi	Pe. Giovanni Fronchetti Em 20/4/1917 – Agostino Mazzini	4 páginas Alguns anúncios em português

¹⁰ Consultar Sani (2017) ou Sanfilippo (2009).

¹¹ Entre os anos de 1875 e 1930 chegaram ao Rio Grande do Sul 132 padres do clero secular, conforme De Boni (1980, p. 240).

Il Corriere d'Itália	Semanal	25/7/1913 a 30/6/1927	Bento Gonçalves	Fundado pelo Pe. Henrique Domingos Poggi	4 páginas
Stafetta Riograndense	Semanal	5/7/1917 a 3/9/1941	Garibaldi / Caxias	Capuchinhos	A partir de 1938, há português que são ampliadas até ser publicado totalmente em português. Em 10/09/1941 passa a ser Correio Riograndense, existindo até a atualidade

Fonte: Organização da autora.

Para compreender com maior detalhamento a produção e um pouco da circulação de cada um dos jornais católicos publicados na RCI, entre os anos de 1898 e 1927, apresento-os separadamente.

Il Colono Italiano (1898)

O primeiro impresso católico publicado na RCI, como mencionado, foi o boletim mensal *Il Colono Italiano*, que circulou a partir de 1º de janeiro de 1898 até 21 de agosto de 1898, num total de sete edições. A publicação mensal, em sua primeira edição, anunciava que o custo era de cem réis.¹² As correspondências e os anúncios deveriam ser enviadas para Antônio Moro. No primeiro número, dirigindo-se aos leitores afirmava:

Il Colono Italiano sarà l'amico, il consigliere, la guida, l'avvocato dei cattolici italiani emigrati in Caxias e nelle Colonie circonvicine e fornirà loro intercasanti notizie della cara e bella Italia. A tale proposito è listissimo d'annunziare che è assicurato un distinto corrispondente da Roma e che ne troverà degli altri nelle principali città italiane. Il Colono Italiano non si occuperà di politica tanto più che esiste già in Caxias un giornale "O Caxiense" ad hoc

¹² Como comparativo, *O Caxiense* era vendido quinzenalmente ao custo de 12\$000 réis para assinaturas anuais e 7\$000 para assinaturas semestrais.

al quale invia un fraterno saluto. Senza occuparsi di politica, Il Colono Italiano non esserá la raccomandazione ai anci lettori l'obbedienza alle leggi ed alle Autorità legittimamente costituite. Darà relazione dell'incremento delle Società Cattoliche delle loro feste ed adunanzze affinchè l'esempio dei fervorosi animi i pusillanime scuota gli indifferenti. Stamperà novelle, racconti, bozzetti e romanzi dilettovoli ed onesti.¹³

Negando envolvimento com política, afirmando compromisso com notícias provenientes da Itália – inclusive com correspondente já contatado, o periódico delineia e afirma a intenção de ser 'amigo', 'conselheiro', 'guia' e, mesmo, 'advogado' dos imigrantes. Era impresso na Tipografia do Centro, situada na Rua dos Andradás, 378, em Porto Alegre.

A Figura 2 apresenta o cabeçalho do boletim *Il Colono Italiano*, em português e italiano, e destaca a assinatura – do Pe. Nosadini:

Figura 2 – Cabeçalho do *Il Colono Italiano*, 1º/1/1898



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

O pequeno número de exemplares permite sistematizar, no quadro a seguir, algumas das características dos números do *Il Colono Italiano*,

¹³ "Il Colono Italiano será o amigo, o conselheiro, o guia, o advogado dos católicos italianos que emigraram para Caxias e para as colônias vizinhas, e lhes fornecerá informações sobre a querida e bela Itália. A este respeito, é necessário anunciar que um correspondente distinto, em Roma, está assegurado e haverá outros nas principais cidades italianas. *Il Colono Italiano* não tratará da política, pois já existe em Caxias um jornal ad hoc "O Caxiense" ao qual enviamos uma saudação fraterna. Sem lidar com política, *Il Colono Italiano* recomenda aos leitores que obedecam às leis e às autoridades legitimamente estabelecidas. Ele vai relatar o incremento das Sociedades Católicas, de suas festas e reuniões, para que o exemplo do fervor anime os pusilânimes e abale os indiferentes. Vai imprimir novelas, contos, esboços e romances, amenos e honestos" (IL COLONO ITALIANO: Bollettino cattolico mensile, ano 1, n. 1, Caxias, 1º/1/1898, capa).

que foram publicados. Percorrendo as páginas, ficam evidentes os interesses em disseminar e manter um catolicismo com práticas muito mais próximas do contexto italiano do que do gaúcho.

Quadro 3 – Il Colono Italiano (Bollettino cattolico mensile)

Data da pub.	Nº de págs	Principais assuntos noticiados
10/1/1898 n. 1	4 p.	<p>Página 1 – Carta aos leitores explicando as motivações e a missão do novo periódico. Na sequência, anuncia os acontecimentos da reunião da Federação Católica Caxiense, ocorrida em 14 de outubro de 1897, com a programação: solenidade de bênção das bandeiras, missa, pregação do Pe. Massimiliano de Lasberg, vigário de São Inácio da Feliz. A atividade registrou a presença de 800 pessoas. Bandeiras italiana, alemã e brasileira. Banda Ítalo-Brasileira. Presença de diversos padres da região, do Intendente Campos Júnior, do delegado Marsiaj, de representantes da União Católica alemã e Giuseppe Chiaradia, presidente da Associação Operária de Mútuo Socorro de Caxias. Envio de telegrama ao Santo Padre, Leão XIII, noticiando a reunião.</p> <p>Página 2 – Dá continuidade à descrição do encontro da Federação Católica Caxiense, dos discursos proferidos, descantacando-se a fala do Pe. Massimiliano de Lasberg sobre a educação cristã da juventude. Aclamam que as escolas particulares italianas ensinem o catecismo. Apresentam a ideia de criação de um colégio católico em Caxias. Reiteram o valor da obra escolar dos jesuítas no ensino cristão da juventude. Constituem um Secretariado para o Povo, pois afirmam que, além da prover o bem espiritual, a Federação Católica Caxiense também intentava beneficiar seus sócios, materialmente. O Secretariado para o Povo tinha como objetivo auxiliar, gratuitamente, com conselhos, endereçamentos e decisões necessárias. A fala do Pe. Carmine Fasulo destacou a importância da imprensa católica, o que foi aclamado. A criação de um semanário católico, em italiano. Também foi mencionado o desejo de criação de bibliotecas católicas circulantes. Noticiava a realização de um banquete para 400 pessoas, lamentando a dificuldade de atender a todos os que desejavam participar. No final, a celebração do Te Deum.</p> <p>Página 3 – Destaca que a imprensa liberal-italiana independente estava publicando as circulares de Rudini, que atacavam as Associações Católicas. É publicado o Canto del Lavoratore, um hino criado pelo Pároco de Nove e fornecido pela Presidência Geral da Federação Católica Operária de Vicenza, que seria utilizado nas festividades e reuniões da Federação Católica Caxiense.</p> <p>Página 4 – Divulga algumas notícias da Itália. Anuncia que os que desejasse assinar o boletim poderiam fazê-lo para receberem os próximos números, bem como seriam aceitos anúncios de comerciantes. Na sequência, publica notícias de Nova Padova e Nova Trento, com o lançamento da pedra fundamental do convento de Padres Capuchinhos. Por fim, uma correspondência do Bispo de Adria, D. Luigi Pavanini, endereçada ao clero e ao povo de sua diocese sobre a criação de Comitês Paroquiais.</p>

1º/2/1898 n. 2	4 p.	<p>Página 1 – 7 de fevereiro – é o primeiro texto que rememora os 20 anos de falecimento do Papa Pio IX. Outra publicação é O 2 de janeiro em Caxias noticia a missa, o Te Deum, declamação de poesias por alunos da professora Maria Traslati, apresentações musicais com o maestro Francisco Zani (diretor do Banco Italo-Brasileiro em Caxias). Outra chamada tratava de “conselhos” aos leitores, dentre os quais: que não portassem armas e que realizassem o casamento civil além daquele religioso. Destaca uma síntese da vida do genovês Cristóvão Colombo.</p> <p>Página 2 – Publicação de cartas de diversos bispos e cardeais da Itália, cumprimentando a iniciativa do Pe. Nosadini em organizar as sociedades católicas em Caxias e na região. Publicou também protestos e declarações contra o liberal Rudini, as quais circularam na Itália.</p> <p>Página 3 – Notícias sobre o movimento católico na Itália. Notícias sobre a bênção à bandeira do Comitê Católico, criado em São Ignácio, Segunda Légua de Caxias. No final da página 3 e também da 4, o prólogo da Avanti la scoperta dell'America.</p> <p>Página 4 – Missas e festividades religiosas celebradas na região, chegada de padre para comuições, doações para a construção de igreja em Antônio Prado. Propaganda da realização de um jogo de tômbara, em prol da construção de igreja em Caxias.</p>
6/3/1898 n. 3	4 p.	<p>Página 1 – Destaque para pesca e leilão organizados pela Federação Católica Caxiense, em prol da igreja em construção em Caxias. Uma carta do Papa. Elevação de Caxias à condição de comarca. Projeto de estrada de ferro até Caxias. A notícia da inauguração de uma fábrica de tecidos de lã, na 5ª Légua.</p> <p>Página 2 – Eleição do presidente da Federação Católica Caxiense, que ficou assim constituída: Ambrogio Bonalume, presidente-geral; Daniele Caberlon, vice-presidente; Antonio Moro, vice-presidente; Giuseppe Generosi, secretário-geral; Antonio Artico; vice-secretário. Carta do presidente eleito. Constituição de novos comitês. Apresentação do resultado da Tômbola, em favor da construção da igreja matriz de Caxias. Sínteses de notícias publicadas em jornais italianos.</p> <p>Página 3 – Dá relevo à acusação publicada no jornal O Caxiense, que acusava as Sociedades Católicas de Caxias de aproximarem-se das associações católicas da Itália, o que representava um perigo para a ordem social. Como resposta, afirmam que nenhum perigo representam as associações, e que o que desejavam não eram favores ou privilégios, apenas o respeito para o direito garantido de associação. Na sessão dedicada aos associados, como aconselhamento aos leitores, solicitava que não disparassem morteiros.</p> <p>Página 4 – Críticas às circulares de Rudini, na Itália. Notícias da proibição dos bailes públicos, conforme orientação dos bispos da Itália. Conclamava que a medida também fosse seguida em Caxias e na região. Notícias de comitês católicos na Itália. Publicou três anúncios.</p>
01/04/1898 nº 4	4 p.	<p>Página 1 – Conclama os leitores a obedecerem às leis e autoridades legítimas; explicava que, por orientação do bispo, o boletim se ocuparia também de algumas notícias sobre agricultura e orientava os que quisessem associar-se para ao recebimento do boletim, que contatassem Antônio Moro em Caxias ou diretamente, em Porto Alegre, a Tipografia do Centro. Notícias da Exposição Agrícola e Industrial de Caxias, organizada pela Federação Católica Caxiense.</p>

		<p>O que fosse exposto – se doado – seria leiloado em prol da construção da igreja que estava sendo realizada. Palavras do papa.</p> <p>Página 2 – Reunião da Federação Católica Caxiense, detalhando 12 propostas com composição de comissões a trabalharem nos encaminhamentos a serem feitos: sobre o status da Federação; homenagem a Jesus Cristo Redentor, na passagem do século XIX para o XX; liga para o repouso festivo; doutrina cristã e primeira Comunhão com texto único para o ensino; liga contra os bailes públicos; irmandade do Santíssimo Sacramento; jornais católicos e Boletim da Federação; Comitê para a Exposição Agrícola e Industrial; reforma das músicas para as Igrejas; liga contra as blasfêmias; comissão encarregada de propor um regulamento para funcionamento da Secretaria do Povo e Assistência aos Enfermos. Por fim, publicava convite aos “inimigos” das Sociedades Católicas, para que comparecessem à próxima reunião, pois nada tinham para esconder. Breve síntese dos balanços publicados em três jornais italianos sobre o ano de 1897. Congresso da União Católica Alemã. Festa em Bom Príncípio para a consagração da igreja.</p> <p>Página 3 – Presença do Cônsul da Itália, Brandolini, em Caxias. Festejo Católico na 3ª Légua, em Caxias. No final da página 3 e também da 4, a continuidade de Avanti la scoperta dell’America.</p> <p>Página 4 – Notícias de Nova Trento e Antônio Prado. Trabalho da Cruz Vermelha às vítimas da guerra na África. Anúncio de João Mayer e Cia., para a venda de máquinas de costura.</p>
15/05/1898 nº 5	4 p.	<p>Página 1 – Segundo Congresso Católico Italiano em Caxias. Afirma que o vigário-geral da Diocese, Mons. Diogo Saturnino da Silva Laranjeira, vice-presidente honorário da Federação Católica Caxiense, aceitara assumir a presidência do Segundo Congresso. O recebimento do vigário-geral de inúmeros padres da região, a presença das alunas da Profa. Maria Traslati, a banda Ítalo-Brasileira, as bandeiras,¹⁴ procissões, celebrações de missas. Informava que o congresso teve a participação de mais de duas mil pessoas.</p> <p>Página 2 – Expedição de telegramas noticiando o Segundo Congresso para diversas autoridades, caso do presidente da Província e do bispo. Conclamava os católicos a assinarem e pagarem para o recebimento do II Colono Italiano. Transcreve carta do Pe. Nosadini conclamando todos, mesmo aqueles que diferem em ideias, para que apoiassem a conclusão da construção da igreja e na fundação do Instituto Cristóvão Colombo, que serviria para a cristã e civil educação da juventude. Transcreve a festa na escola particular-italiana dirigida por Maria Traslati, ocorrida em 2 de maio, na nave principal da igreja em construção, com a presença de muitas autoridades locais e familiares. Os estudantes recitaram poesias e foram distribuídos prêmios aos alunos: Classe IIIº – 1º prêmio: Ermenegildo Barato e Dosalina Bonalume; 2º prêmio: Celestina Artico; Classe IIª – 1º prêmio: Maria Florian; 2º prêmio: Giuseppe Braiajoli; 3º prêmio: Maria Chiarello; Classe Iª Superior: 1º prêmio: Severina Sartori; 2º prêmio: Giovanni Balen; Classe Iª Inferior: 1º prêmio: Amalia Baldesserini; 2º prêmio: Angelo Bellini. A festa foi encerrada pelo vigário Nosadini, que acentou que não há educação sem religião. Recomendava a escola da Profa. Maria Traslati para todos os católicos. Noticiava, ainda, as comemorações do 1º de maio em Caxias, na festa aos operários. Nota sobre o senador Alessandro Rossi.</p>

¹⁴ Além das bandeiras dos comitês, ressalta-se que as bandeiras brasileira, pontifícia, italiana, alemã e austríaca foram expostas.

		<p>Página 3 – Celebrando que maio era o mês dedicado à Maria, escrevem sobre T'Amo Maria. Transcrição de correspondência publicada no Corriere Nazionale, de Turin, sobre Ai Prati di Castello.</p> <p>Página 4 – No final da página 3 e também da 4, o prólogo da Avanti la scoperta dell'America. Publica como Última Hora, um pequeno manifesto do Pe. Nosadini informando que o intendente Campus Júnior denunciara que sofrera um atentado: “riservandomi de rispondere punto per punto a quella denunzia protesto fin d'ora energeticamente contro, quanto essa é a mio carico affermato”.¹⁵ Com o título Itália, noticia o desenvolvimento econômico de 1895 e 1896 de vários países europeus e explica que e emigração se deve à pobreza, à miséria e à esperança de viver melhor.</p>
15/07/1898 nº 8	4 p.	<p>Página 1 – Em número emblemático, revelando os muitos conflitos entre católicos e maçonaria, a primeira página estampa Per la storia, em que narra que, no dia 21 de junho, quinta-feira, crianças de escolas, funcionários da intendência e um pequeno grupo de pessoas haviam desfilado pelas ruas de Caxias, carregando um quadro pintado a óleo e com uma moldura dourada com a imagem do intendente, Campos Júnior. Um discurso de Maurício Nunes de Almeida e depois do intendente Campos, proclamara que, em Caxias não eram necessários terços, nem bandeiras de valor, mas para a prosperidade precisava banir o jesuitismo e seguir o caminho do martir de Gólgota. Na sequência, teria ocorrido um piquenique em uma mesa triangular (o jornal coloca em negrito a palavra triangular, relacionando-a com a maçonaria). Havia comparecido cerca de duzentas pessoas. Presença, mesmo que esvaziada, da Banda Santa Cecília. Há várias críticas e fica evidente o confronto entre o Pe. Nosadini e o intendente Campos Júnior. Seguem notícias da Federação Católica Caxiense e da fundação de novos Comitês Católicos na zona rural. Termina a página com uma chamada Rivoluzionari?</p> <p>Página 2 – Na continuidade da resposta ao questionamento se era a Federação Católica Caxiense e os comitês revolucionários, afirmando que sim, eram revolucionários que lutavam contra o vício, a impiedade e como armas estava a oração, a ação e o sacrifício. Concluiu afirmando que tinham como estandarte a cruz, como líder supremo o papa; que erguiam suas bandeiras na luta contra os anticlericais. Outras notícias da Itália foram publicadas.</p> <p>Página 3 – Notícias da Itália, ações do Exército italiano, abordagens sobre as inimizades clericais. No final da página 3 e também da 4, o Avanti la scoperta dell'America.</p> <p>Página 4 – Trechos selecionados da Rivista Europea – crônicas do Vaticano. Anúncio da venda de máquinas de costura por João Mayer Júnior e Companhia.</p>
21/8/1898 n. 10	4 p.	<p>Página 1 – Relembra o dia de São Joaquim e sua comemoração. Incentiva e explica a importância do terço e de orações para Nossa Senhora do Rosário. Trata da fome na Itália.</p> <p>Página 2 – O Santo Padre e o acolhimento dos comitês católicos. Crônicas da Federação Católica Caxiense e a oposição do intendente, Campos Júnior. Tensionamentos e cisão entre os habitantes de Caxias. Pe. Nosadini afirma que Campus Júnior anunciara que o Pe. Nosadini teria de retirar-se de Caxias.</p>

¹⁵ “Reservando-me de responder ponto por ponto a esta denúncia, eu agora protesto vigorosamente contra o que é minha responsabilidade” (IL COLONO ITALIANO: Bollettino Cattolico Mensile, Santa Teresa de Caxias, ano I, n. 5, p. 4, 15 maio 1898).

		<p>Página 3 – Em continuidade, todo o discurso do Pe. Nosadini é transscrito no encontro entre os líderes dos comitês católicos. Revela que a Federação Católica e seus comitês são considerados perigosos para a ordem pública. Por fim, publica sobre os católicos italianos e o governo.</p> <p>Página 4 – Uma pequena história sobre vocações, um pequeno texto intitulado <i>Ultima hora</i>, com novas acusações e revelações dos tensionamentos entre Campus Júnior e o Pe. Nosadini. Uma nota aos leitores informa que um correspondente mensal de Treviso havia sido convidado para colaborar com o jornal. No final da página, o <i>Avanti la scoperta dell'America</i>.</p>
--	--	--

Fonte: Organização da autora, a partir do acervo de jornais.

O atrito entre o Pe. Nosadini e o intendente de Caxias, Campos Júnior, foi estampado nas páginas do jornal. A troca de acusações e as ameaças foram diversas. Pe. Nosadini foi acusado pelo intendente de incitar a discórida, atacando a maçonaria; que suas prédicas falavam mal da Itália; que a presença do pároco era motivo de cisão entre a população. É certo que precisamos “entender como o texto que se tem debaixo dos olhos pôde se formar” (CORBIN, 2005, p. 14), no caso o jornal *Il Colono Italiano* e as notícias estampadas em *O Caxiense*. Para isso seria preciso acrescer novas informações que não são o intento deste artigo.¹⁶ O último número do *Il Colono Italiano* circulou em 21 de agosto de 1898, e o Pe. Nosadini, pouco depois, para cessar os tensionamentos, foi transferido, e o jornal deixou de ser publicado.

O periódico *Il Colono Italiano* estampou em suas páginas muitas das desavenças e rivalidades presentes na Península Itálica; foi combativo com os anticlericais e buscou – pela Federação Católica Caxiense e seus comitês – dar respostas para manter e difundir o catolicismo, defendendo o papa. Um novo periódico católico voltaria a ser publicado em Caxias, dez anos depois, o *La Libertà*.

La Libertà (1909-1910)

Em 13 de fevereiro de 1909, o Pe. Carmine Fasulo¹⁷ fundou o jornal *Libertà, Giornale Settimanale del Popolo*. A direção do jornal

¹⁶ O conflito entre católicos e maçonaria, entre o intendente, Campos Júnior, e o Pe. Nosadini merecem um estudo historiográfico com maior aprofundamento.

¹⁷ O Pe. Carmine Fasulo foi palotino. Nasceu em 11 de fevereiro de 1865, em Montefalcione, província de Avellino. Foi ordenado em Roma em 22 de maio de 1890. No Brasil, foi coadjutor em Caxias, em Caravaggio. Depois, foi primeiro-pároco em Antônio Prado. Foi pároco em Caxias e convidou os lassalistas para que instalassem um colégio, que perdura até a atualidade. Mais tarde, atuou ainda em Caravaggio, Farroupilha, Bento Gonçalves, Triunfo e Gramado. Voltou para a Itália em 1920. Faleceu 23 de janeiro de 1935, com 69 anos, conforme Dom J. Baréa (1995, p. 99 e 100).

estava situada na Praça Dante, número 28. Em seu primeiro número, afirmava que contava com agentes e correspondentes nos menores centros do estado. Com quatro páginas, o hebdomandário circulava aos sábados. Acompanhando o título, logo abaixo, duas frases em latim. Na esquerda, *Ubi autem Spiritus Domini, ibi libertas* (2º, ou Cor. III, 17), ou seja, “Onde está o Espírito do Senhor, há liberdade” e, na direita, *Instaurare omnia in Christo* (Programa do S. S. Pio X) – Reparar tudo com Cristo. A impressão do jornal era em tipografia própria, com uma máquina Marinoni¹⁸ e, ainda, prestava serviços de impressão para a comunidade: cartões de visita, faturas, memorandos e outros.

No primeiro número, apresentava seu programa e afirmava que vinha à luz com autorização da autoridade eclesiástica e reiterava seu vínculo com o catolicismo. Porém, além de tratar de assuntos religiosos, propunha abordar temas que poderiam interessar aos leitores em seus aspectos materiais e exemplificava: agricultura, indústria, higiene e medicina prática. Notícias mundiais, da Itália e do Rio Grande do Sul fariam parte da publicação. E finalizava o programa afirmando “Coll’amore alla Religione, intendiamo consolidare nel cuore dei nostri lettori l’amore alla patria d’origine ed a questa di adozione, conviti come siamo che un buon cattolico sarà sempre un’ottimo cittadino”.¹⁹ Na mesma edição, na capa, expressando a importância do jornal, afirmava “La stampa é per le anime come il cibo per i corpi”.²⁰

Em sua primeira edição, aparecem agradecimentos a três jornais que haviam anunciado, antecipadamente, a criação do *La Libertà: Gazeta Colonial, Correio do Município e O Brasil*.

Ao analisar os números disponíveis, fica evidente a circulação de notícias da Itália, do Rio Grande do Sul, notícias sobre agricultura, festas religiosas, bem como vários anúncios presentes na última página. Geralmente, na terceira página, havia uma sessão escrita em

¹⁸ Orestes Zoppas, em depoimento, – afirma que o jornal demorava uma média de três – dias para ficar pronto. “A máquina era demorada para imprimir mil e pouco por hora. [...] A máquina Marinoni, manual, pequena, foi até 8.000. Depois, não dava mais [...] Compravam em Porto Alegre” (Depoimento de Orestes Zoppas apud HENRICH, 1988, p. 59 e 60).

¹⁹ “Com amor à Religião, pretendemos consolidar o amor à pátria de origem e de adoção no coração de nossos leitores, pois estamos convencidos de que um bom católico será sempre um cidadão muito bom” (*La Libertà, giornale settimanale del popolo*, Caxias, ano 1, n. 1, capa, 13 de fevereiro de 1909).

²⁰ “O jornal é para as almas, o que o alimento é para os corpos” (*La Libertà, giornale settimanale del popolo*, Caxias, ano 1, n. 1, capa, 13 de fevereiro de 1909).

português. Textos relacionados à economia doméstica, conservação e limpeza dos alimentos, agricultura; ao cultivo de uvas, combate do alcolismo e do tabaco... Em diversos jornais, há a presença de poesias publicadas. No final da terceira página, textos literários e mesmo algumas sínteses históricas.

No segundo número, *La Libertà* destinava o primeiro texto da capa para discutir a “Educazione”. Constatava que muito se falava de educação, mas que os resultados eram poucos, escassos e com muitas dificuldades. E argumentava que muito se fazia pela instrução, mas pouco pela educação. Apenas instruir era como trabalhar sobre a areia, de nada adiantava. Incitava a reconhecerem que com tanto progresso, estava ausente a formação do homem moral. A educação na moral cristã poderia regenerar os povos. Reconhecia que todas as classes sociais deveriam ter acesso à instrução. E que, sem uma educação cristã, atenta à formação das almas, de nada adiantaria. Tais argumentos, sob diferentes formas, foram recorrentes nas páginas do periódico.

Na edição de 22 de maio de 1909, o Pe. Carmine Fasulo deixa de ter gerência sobre o jornal,²¹ e o novo pároco, Pe. Francesco Baldassare²² assume a redação e a administração. No editorial, “Cristianismo e Pátria”, o Pe. Baldassare reafirma os princípios do jornal, enfatizando o valor da família, da Pátria e de Deus. Em janeiro de 1910, a tipografia é transferida para Garibaldi, bem como a redação e a administração, que ficaram sob os cuidados do Pe. Giovanni Fronchetti,²³ pároco de Garibaldi. A aquisição contou com o apoio financeiro de dois outros sócios: Adolfo Moreau e João Carlotto. A edição de n. 45,

²¹ Os motivos para o afastamento do Pe. Carmine Fasulo não estão claros. Há referências de dificuldades financeiras e também de novos embates com a maçonaria local, o que teria gerado o afastamento de Fasulo.

²² Assim como Fasulo, o Pe. Francesco Baldassare era natural da Província de Avellino, nascido em 29 de janeiro de 1872. Trabalhou em diversos municípios e faleceu em Nova Prata/RS, em 15 de outubro de 1920 (BARÉA, 1995, p. 103).

²³ O Pe. Giovanni Battista Fronchetti nasceu em Torra, decanato de Taio, Val di Non, diocese de Trento, em 15 de setembro de 1863. “Gráças aos auxílios pecuniários deixados por um tio-avô de mesmo nome, que foi Decano na Catedral de Trento, pôde fazer os estudos eclesiásticos no seminário diocesano, sendo ordenado sacerdote em – 26 de dezembro de 1887. Ocupou, na diocese, por provisão de 20 de julho de 1888, o cargo de vigário-cooperador de Volano. Mas, desejoso de prestar auxílio espiritual aos emigrados, pediu e obteve autorização de seu prelado, partindo para o Rio Grande do Sul em 1889”. Tornou-se coadjutor em Garibaldi e foi nomeado, em 2/1/1890, vigário capitular de São Lourenço de Vilas Boas “colônia composta de umas 70 famílias de emigrados das Províncias de Trento, Cremona, Vicenza, Milão e Bérgamo”. – Em setembro de 1896, foi transferido para Garibaldi, onde permaneceu por trinta anos. Faleceu em 22 de fevereiro de 1927 (RUPERT, 1977, p. 80).

de 15 de janeiro de 1910, é publicada em Garibaldi. Na primeira página, a aprovação episcopal emitida pelo Bispo Claudio José. E na capa também estavam “Duas palavras aos nossos leitores corteses”. Reafirmava o compromisso com o viés católico, propondo ser o amigo, o conselheiro e o defensor dos colonos. Publicar leituras úteis. Comprometia-se a publicar notícias do Rio Grande do Sul, do Vêneto, da Lombardia e do Tirol. Proclamava sua neutralidade com relação à política partidária. Finalizava desejando um bom ano. O último número do *La Libertà* foi publicado em 5 de março de 1910. Na edição seguinte passou a circular com o nome de *Il Colono Italiano*.

Il Colono Italiano (1910-1917)

Em 12 de março de 1910, a publicação sob a denominação de *Il Colono Italiano*, estampava, em negrito, a aprovação do Bispo Claudio José, para a mudança de nome. Justificava a mudança afirmando que a razão de ser, a essência do jornal eram os colonos italianos. Estampava na capa o desejo de corresponder às necessidades dos colonos italianos, atuando como amigo, conselheiro e defensor dos filhos do “Bel Paese”. Mantinha sua estrutura com quatro páginas, sendo que, na última, constavam basicamente anúncios. Publicava cartas de leitores, mantinha correspondentes em diversas cidades da região, publicava textos jocosos, de esclarecimento, principalmente, voltados às noções de agricultura e muitos textos moralizantes, que intentavam conduzir e orientar a conduta dos leitores, como apresentado adiante. Os capuchinhos, sediados em Garibaldi desde janeiro de 1896, apoiavam e auxiliavam na produção do jornal.

Em momentos de tensionamento, derivados dos posicionamentos políticos do Pe. Giovanni Fronchetti, o nome *Il Colono Italiano* foi questionado. Pe. Giovanni, na época da Grande Guerra, por exemplo, defendia a Áustria. Assim, chamavam o jornal de *Il Colono Austríaco*, pois o Pe. Giovanni Fronchetti era agente consular da Áustria-Hungria desde 3 de agosto de 1908 (RELATÓRIO do Ministério..., 1912) e seu posicionamento político de defesa da causa austríaca rivalizava com aquele expresso, por exemplo, no *Il Corriere d'Italia*, defensor da italianidade. Mas, os tensionamentos não foram apenas locais. O *Il Colono Italiano* entrou em disputa com outros impressos em italiano, que circulavam pelo Rio Grande do Sul e mesmo em São Paulo. Na capa de 9 de novembro de 1910, são feitas diversas críticas ao jornal *Stella d'Itália*, de Porto Alegre. Afirma que o jornal era anticlerical, fazendo críticas às instituições e às pessoas, simplesmente sem verificar a veracidade dos fatos, mas por pensá-los verdadeiros, porque eram

católicos. Rebate a crítica feita pelo *Stella D'Itália*, que teria se referido ao *Il Colono Italiano* como um “giornale maledetto”.²⁴

As páginas do *Il Colono Italiano* com frequência estampavam cartas, discursos de autoridades eclesiásticas, documentos e cartas papais. A transcrição, nem sempre literal, de notícias ou textos publicados em outros periódicos e/ou revistas, a exemplo do Squilla, Civiltà Cattolica, Unità Cattolica. São transferências culturais (ESPAGNE, 2017) que ressemantizavam o sentido, porque circulavam em um contexto diferenciado.

Em decorrência dos desgastes gerados pelos conflitos, o Pe. Giovanni se retirou da redação e, em 20 de abril de 1917, o *Il Colono Italiano* foi assumido por Agostino Mazzini. Num período de breve transição, o jornal passou para os capuchinhos que, há diversos anos, colaboravam com a publicação, e esses o denominaram *Staffetta Riograndense*. O *Staffetta* consolidou-se, ampliou progressivamente seus leitores, uniu-se e suplantou, em 1927, o *Il Corriere d'Itália* e, a partir de 10 de setembro de 1941, passou a ser *Correio Riograndense* até a atualidade.

Il Corriere D'Italia

O jornal *Il Corriere D'Italia* foi fundado em 1913 pelo pároco de Bento Gonçalves, Pe. Henrique Domingos Poggi,²⁵ tendo sido o primeiro jornal católico do município. Com o lema “Religião e Pátria”, foi um dos jornais de maior durabilidade publicado em Bento Gonçalves, defendendo os ideais da Igreja católica e, apesar de declarar-se neutro, assumiu posturas claras com relação aos acontecimentos internacionais, nacionais e locais, que se desenrolaram entre os anos de 1913 e 1927.

²⁴ “Jornal maldito”. Jornal *Il Colono Italiano*, Garibaldi, – ano II, n. 37, capa, 19 nov. 1910.

²⁵ Enrico Domingo Poggi nasceu em 2 de março de 1868 em Sarizzola, Tortona, Gênova. Filho de Serafina Merega e Giuseppe Poggi. Conforme Rupert (1977), Poggi estudou no seminário diocesano e colégio Brignole-Sale de Gênova, tendo sido ordenado – em 23/9/1893. Em 1897, – por convite de D. Claudio Ponce de Leão, bispo de Porto Alegre, veio para o RS, no intuito de acompanhar os emigrados. Em sua chegada, foi nomeado capelão na 1ª Légua em Caxias e, em 1899, cura de Caravágio onde empreendeu melhorias na igreja, iniciou a escola paroquial e a “Obra Santa Infância”. Em 1904, retornou à Itália. Ao regressar foi nomeado para a Paróquia de Lagoa Vermelha, tornando-se cura de Sananduva. Em fevereiro de 1911, foi transferido para Bento Gonçalves como pároco. Ativo, reorganizou a Igreja: convidou as Irmãs carlistas para que fundassem uma escola (em 1915, o Colégio São Carlos, hoje Colégio Medianeira), fundou o jornal *Il Corriere d'Itália*. Em setembro de 1921, o Pe. Poggi ingressou no Instituto Scalabriniano. Em 1925, retornou para a Itália e, em 1928, deixou o Instituto Scalabriniano e filiou-se ao Instituto dos Filhos de Santa Maria Imaculada. Passou um ano na Argélia e permaneceu na terra natal, Gênova, até falecer em 2 de fevereiro de 1936 (Ver mais em Rizzato (1981, 1990) e Rupert (1977)). O Pe. Poggi atuou com o Pe. Nosadini, na primeira experiência jornalístico-católica da região.

Sua emergência pode estar relacionada à tentativa de ampliar a ação da Igreja católica na região, por meio da imprensa. Em 1912, no convento dos capuchinhos em Garibaldi, encontraram-se cerca de trinta sacerdotes entre seculares e regulares. O Pe. Poggi coordenou o encontro que discutiu temas sobre “renovação religiosa, programas sociais em benefício dos colonos e imprensa”. A partir desse encontro é que o Pe. Henrique Domingos Poggi fundou o jornal *Il Corriere D’Italia*,²⁶ em 1913, coadjuvado pelo Pe. Estevão Minetti, um “jovem genovês com grandes capacidades” (RIZZARDO, 1990, p. 190). Editado pela *Società Anonima Editrice*, instalado na casa canônica, circulou em italiano até 1927, estampou em suas páginas notícias e posicionamentos religioso-políticos e assumiu papel prescritivo sobre diversos aspectos do cotidiano. A circulação do *Il Corriere* criou polêmicas nas oposições trazidas da Europa entre italianos e austríacos, assim como entre a Igreja e Maçonaria, por exemplo.

²⁶ O primeiro jornal fundado em Bento Gonçalves foi denominado *O Bento Gonçalves*, em 1900, por Francisco Leitão e Júlio Lorenzoni, tendo sido impresso em Porto Alegre. Após, surgiu *O Recreio*, manuscrito, em 1907. Entre 1910 e 1913, foi lançado outro impresso com a denominação *Bento Gonçalves*. Sobre ele o imigrante Júlio Lorenzoni, que foi um dos responsáveis, em suas memórias, sintetizando os acontecimentos vivenciados em Bento Gonçalves, em 1911, em relação à imprensa, afirma: “Continua seu trabalho indefeso o semanário *O Bento Gonçalves*, que no dia primeiro de janeiro deste ano celebrava o seu primeiro aniversário. Órgão dos interesses coloniais, há um ano traçava seu programa de ser útil a essa importante camada da população de nosso amado Rio Grande. Prova que tenha cumprido religiosamente o seu dever de informar são os mil e tantos assinantes que todas as semanas leem as suas crônicas. É justo que se ressaltem nestas memórias os limitados recursos de que dispunham o doutor Antônio Casagrande, o doutor Gino Batocchio, o senhor Antônio Amaia de Gusmão, o Reverendo Padre Francesco Saverio Acierno, conosco, isto é, comigo e meu filho Antônio; assim mesmo todos nos esforçamos para fazer progredir a nossa folha, para que se tornasse cada vez mais atraente. Nasceu aleijado, como disseram os críticos, por ser bilíngue e com dois cabeçalhos, todavia já caminha e se impõe no meio jornalístico para honra e glória deste centro de atividade e de trabalho” (LORENZONI, 2011, p. 190-191). Sobre os acontecimentos do ano seguinte, 1912, relata que “a nossa folha modesta, *O Bento Gonçalves*, entra no seu terceiro ano de vida, contando com cerca de mil e duzentos assinantes, custeado pelos ilustres senhores: doutor Antônio Casagrande, doutor Gino Batocchio, Antonio Amaia de Gusmão e Padre Savério Acierno” (LORENZONI, 2011, p. 197). Com relação aos temas abordados no semanário, além das notícias relativas aos acontecimentos, tratava de agricultura, – comércio, – indústria e procurava, como afirma Lorenzoni (*op. cit.*, p. 197) “manter nesses centros coloniais a paz e a harmonia que tanto favorecem o progresso de uma região”. Consta ainda, nas memórias de Lorenzoni que, em 1913, ele retornou para a Itália e, no tempo em que esteve fora, deixou entender que o jornal *O Bento Gonçalves* foi vendido. Em suas palavras, “ao chegar, fui festivamente recebido pela família e por muitos amigos do lugar e pude notar logo as novidades seguintes: o nosso jornal *O Bento Gonçalves* havia sido vendido para uma empresa que lhe mudara o nome para *Corriere d’Itália*” e o instalara num dos locais da Casa Canônica” (LORENZONI, 2011, p. 207).

No Quadro 2, apresento os padres que estiveram à frente do processo de redação e editoração do jornal, no período entre 1913 e 1927. Inicialmente, o Pe. Estevão Minetti assumiu o jornal *Il Corriere*, consolidando-o e fazendo com que crescesse o número de leitores. Em sua substituição, o Pe. Henrique Domingos Poggi recorreu aos padres carlistas, que se mantiveram à frente do jornal, até o fechamento.

Quadro 2 – Redatores-chefe do jornal *Il Corriere d’Itália* – 1913 a 1927

Redator-chefe	Naturalidade	Local e data de nascimento	Vínculo	Formação	Período como redator-chefe
Padre Estevão (Stefano) Minetti ²⁷	Italiana	Gênova	Padre secular	Doutor em Teologia ²⁸	1913 a 1914
Padre João (Giovanni) Costanzo ²⁹	Italiana	Barone Canevese (Turim), 5/5/1875	Padre carlista	Doutor em Teologia, Universidade Gregoriana de Roma	1914 a 1917
Padre Carlos (Carlo) Porrini ³⁰	Italiana	Casorate Sempione (Milão) 7/8/1883	Padre carlista	Instituto Comboniano de Verona	1918 a 1921
Padre José (Giuseppe) Guido Foscallo ³¹	Italiana	Valle San Nicolao (Novara), 4/10/1882	Padre carlista	Seminário diocesano de Biella	1921 a 1927

Fonte: Organização da autora.

²⁷ O Pe. Estevão (Stefano) Minetti “sacerdote de boas qualidades, o qual, a partir de 1910, exerceu o ministério em Caxias, em Canoas, em Conceição do Arroio e Bento Gonçalves. Voltando para a Itália, foi, durante a Primeira Guerra Mundial, capelão da Marinha Italiana (1915-1918)” (RUPERT, 1977, p. 109).

²⁸ Não há um registro formal sobre a formação do Pe. Estevão Minetti, mas o jornal *Città de Caxias* registrou, em 4/5/1914: “Se encontra entre nós o culto e fervoroso soldado da fé católica D. Stefano Minetti, doutor em Teologia e valoroso redator do coirmão *Il Corriere d’Itália* que se publica na vizinha Bento Gonçalves. Votos de feliz estada em nossa cidade que cultiva a hospitalidade” (CITTÀ DE CAXIAS, Caxias, 4/5/1914, p. 6).

²⁹ Conforme dados biográficos apresentados por Rizzato (1990, p. 175 a 179), João Costanzo foi “primeiro doutor em Teologia, formado pela Universidade Gregoriana de Roma, a ingressar na Congregação dos Missionários de São Carlos, João Costanzo nasceu em Barone Canavese (Turim), no dia 5 de maio de 1875. [...]. Ordenou-se sacerdote a 10 de agosto de 1899, em Ivrea, diocese a que pertencia. Ingressou no Instituto Scalabriano no mesmo dia em que completava 30 anos, a 5 de maio de 1905, 25 dias antes da morte do Bispo Scalabrini. [...] No dia 28 de julho, após meses de preparação, partiu para o Brasil” (RIZZARDO, 1990, p. 175). Encantado, Nova Bassano Bento Gonçalves, Fagundes Varela e Monte Belo. Após, retornou para a Itália em 1920 e voltou ao Brasil em 1921. Foi nomeado pároco em Dois Lajeados e, posteriormente, nomeado superior provincial no Rio Grande do Sul. “À 12 de abril de 1925, após o término de seu governo provincial o Pe. João regressou à Itália [...] faleceu em Arco (Trento) a 17 de janeiro de 1955, com quase 80 anos de idade” (RIZZARDO, 1990, p. 179).

Somados ao trabalho dos redatores, havia os correspondentes, sendo frequente a presença de publicações de outros padres de paróquias próximas, em especial aquelas vinculadas aos carlistas. Mas nem todos os correspondentes eram padres, pois o agente consular da Itália em Bento Gonçalves, Gino Battocchio, colaborou, assim como Ernesto Ronna³² e Cesare Bompard, em diferentes anos. Com discurso marcadamente moralizante, cada um dos padres, que esteve à frente da redação do *Il Corriere*,³³ imprimiu em suas páginas modos de pensar o catolicismo e

³⁰ O Pe. Carlo Porrini é lembrado como “grande orador e, sobretudo, como renomado jornalista e fluente escritor. Quando discursava, eletrizava multidões; e quando escrevia, prendia a atenção de qualquer leitor. Dotado de estilo contemporâneo e vibrante e, até certo ponto, humorista, agradava e cativava”. Nascido em Casorate Sempione, em Milão, em 7 de agosto de 1883, Carlo realizou estudos no principado de Mônaco e, em 1900, ingressou no Instituto Comboniano de Verona. Em 1902, optou pela congregação de Scalabriní; em março de 1906, foi ordenado sacerdote. No mesmo ano, em outubro, partiu para o Brasil e foi para Encantado/RS. Depois foi transferido para Nova Bassano e, em 1910, para Nova Prata. Retornou para a Itália em 1914. Ao regressar ao Brasil foi enviado para Fagundes Varela/RS. Em abril de 1918, foi transferido para Bento Gonçalves, assumindo como editor do jornal *Il Corriere d’Italia*. Em 1921, retornou à Itália e, em 1922, em novo regresso ao Brasil, foi enviado para São Paulo, que, conforme Rizzato (1990), foi contra a sua vontade. Exerceu atividades pastorais em Jundiaí (1922), Ribeirão (1923/1924), Santo André (1925/1934) e São Bernardo do Campo (1934/1937). Em 1922, tornou-se colaborador do jornal *Squilla*, publicando com o pseudônimo de *Mastica Polenta* e, entre 1925 e 1929 assumiu como diretor, passando depois à condição de colaborador. Em 1932, ajudou a fundar o *La Fiamma*, que perdurou até 1939. Porrini retornou para a Itália em 1937 e permaneceu no santuário de Rivergaro, perto de Piacenza, onde faleceu – em 29 de março de 1956 (RIZZARDO, 1990, p. 186-195).

³¹ Conforme dados biográficos “Valle San Nicolao (Novara) é a pequena localidade onde nasceu José Guido Foscallo, em 4 de outubro de 1882. Fez os estudos eclesiásticos no seminário diocesano de Biella e recebeu a ordenação sacerdotal no santuário de Nossa Senhora d’Oropa, naquela cidade, no dia 9 de julho de 1906, com 24 anos de idade. Como sacerdote secular, exerceu seu ministério em Mossó de Santa Maria (1906/1908), no seminário diocesano (1908/1909), na catedral de Biella (1909/1919) e em Coggiola (1919/1920). Em 11 de novembro de 1920, depois de 14 anos de sacerdócio, convidado pelo Pe. João Costanzo e incentivado pela campanha desencadeada em toda a Itália, pelo Pe. Pacifico Chenuil, superior-geral dos Missionários de São Carlos, no sentido de recrutar novos missionários [...], ingressou no Instituto de Piacenza, e, após breve preparação, partiu para o Brasil em 25 de fevereiro de 1921 [...]. Iniciou suas atividades religiosas em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, substituindo o Pe. Carlos Porrini na direção e redação do Jornal *Il Corriere d’Itália*. Em setembro de 1925, quando da volta para a Itália do Pe. Henrique Domingos Poggi, assumiu a paróquia em seu lugar”. De Bento Gonçalves foi transferido em 1928 para Encantado, onde permaneceu até 1936. Após foi para Sarandi. Em outubro de 1937, transferiu-se para Santo André/SP até 1949, quando retornou para a Itália. Em 1951 regressou ao Brasil, ao Rio Grande do Sul, passando por Protásio Alves, Vespasiano Correa, Guaporé e Casca e, em 1956, retornou definitivamente para a Itália. Faleceu em 23 de junho de 1961 no santuário onde fora ordenado sacerdote” (RIZZARDO, 1990, p. 267-275).

³² Na edição de 5 de novembro de 1915, há uma nota afirmando que o “Dr. Ernesto Ronna deixava a administração do jornal e a ele se desejava o melhor dos destinos” – (IL CORRIERE D’ITALIA, Bento Gonçalves, 5 nov. 1915, p. 1).

³³ No Livro de Tombo da Paróquia Santo Antônio, de Bento Gonçalves, RS (n. 1, 1893-1947), em registro da primeira visita pastoral do Arcebispo Dom João Becker, entre os dias 20 e 23 de novembro de 1914, à Paróquia de Santo Antônio, foi registrado que “à ilustre redação do *Il Corriere d’Itália* apresentamos a expressão sincera de nossa profunda gratidão pelas homenagens que se dignou prestar-nos”. No Termo de Visita Pastoral de 1918 foi registrado que, em 14 de novembro

a italianidade, ou Religião e Pátria, lema anunciado desde sua criação. O jornal educava e direcionava os leitores para que compreendessem a importância do trabalho e da família, mantendo as virtudes da fé e da italianidade em seu cotidiano. O jornal foi regulamente mantido ao longo dos anos, e suas páginas estampavam o desejo educativo que a Igreja católica almejava para seus fiéis. Segundo Rizzato (1990, p. 177-178) o Pe. João Costanzo, ao ser nomeado para o *Il Corriere*, estampou nas páginas do jornal “todo o fervor do grande ideal escalabriniano: religião e pátria! Sustentou polêmicas fortíssimas contra o *Stella d'Itália*, jornal maçônico de Porto Alegre –, que ele chamava *La Stalla d'Itália*³⁴ [...] e contra *Il Colono Italiano* – que ele denominava *Il Colono Austríaco*, porque durante a guerra defendia a Áustria”.

É relevante ainda mencionar que, como inspiração para a atividade jornalística, o Pe. Carlo Porrini destacava o pensamento de Scalabrin, fundador da congregação: “Filhinhos, na América, para onde eu vos envio em nome do Senhor, vocês terão que se dedicar a igrejas, escolas, hospitais, orfanatos e secretarias, em favor dos nossos irmãos emigrantes, mas não esqueçam da imprensa! Onde não chegam vocês, chega o bom jornal, que pregará em nome de vocês” (RIZZARDO, 1990, p. 188). Scalabrin³⁵ defendeu que o sentimento religioso não poderia se separar do sentimento patriótico, pois evitaria o agravamento da crise entre Igreja e Estado italiano, em formação. A preservação da língua se relacionava, no entendimento de Scalabrin, com a manutenção da fé e religiosidade apreendidas na Itália.

Entre 1913 e 1927 é mantida a regularidade com relação à produção do jornal *Il Corriere D'Italia*, que seguiu praticamente a mesma diagramação. Na primeira página, o editorial, seguido de textos vinculados ao que se considerava o mais importante acontecimento da semana, além de reflexões religiosas ligadas ao Natal, à Páscoa,

de 1918, o Arcebispo Metropolitano, Dom João Becker, visitara a redação e as oficinas tipográficas do *Il Corriere d'Itália*, “cujo nobre programa – pela Religião e pela Pátria, louvamos e enaltecemos” (LIVRO DE TOMBO n. 1. Paróquia de Santo Antônio, Bento Gonçalves/RS. Manuscrito, 1893-1947). E, em 1924, em 11 de março, novamente no Termo de Visita Pastoral, como registro, afirmava que “visitamos igualmente o jornal *Il Corriere d'Itália* ao qual aqui consignamos os nossos aplausos e damos uma bênção especial” (LIVRO DE TOMBO n. 1. Paróquia de Santo Antônio, Bento Gonçalves/RS. Manuscrito, 1893-1947).

³⁴ *La Stalla*, em – italiano, significa a cocheira. No dialeto vêneto, comum na RCI, faz muito sentido o entendimento de que *stalla* significa estábulo, estrebaria, curral

³⁵ Scalabrin defendeu essa posição muito tempo antes que houvesse, por parte da Santa Sé, um entendimento diferenciado daquele que fora assumido no momento da unificação italiana: de contraste com o Estado italiano e de orientação para que os católicos não participassem da vida política da Itália.

a festividades religiosas ligadas aos santos e textos moralizantes com temáticas diversas. Notícias sobre a Itália também costumeiramente ganhavam destaque. Na segunda, as notícias sobre a Itália e, em algumas edições sobre outros países, além de uma seção sobre o Brasil, o Rio Grande do Sul, a RCI e outros municípios com circulação do jornal. No geral, notícias sobre festas religiosas, editais públicos, comunicações oficiais, escolas e congregações religiosas (expansão da obra), são comumente referidas. Visitas de cônsules, inauguração de obras públicas, comemorações, informes das Sociedades Italianas de Mútuo Socorro... são recorrências na segunda página. A terceira e quarta página eram tomadas por anúncios diversos. Chama a atenção o quanto eles perduram, pois o mesmo anúncio é publicado em todas as edições, em alguns casos, por anos seguidos. Anúncios de profissionais liberais como médicos, advogados, dentistas. Propagandas das escolas escalabrinianas, como o Colégio São Carlos, instalado em Bento Gonçalves a partir de 1915, ganharam espaço nas páginas do *Il Corriere*. Assim, também com os demais colégios que surgem na RCI e estavam ligados à congregação feminina dos carlistas.³⁶ Publicidade de companhias que vendiam terras foram recorrentes, em especial das “colônias novas” no noroeste gaúcho, como Erechim, Cruz Alta, no oeste do Paraná e em Santa Catarina. Medicamentos e farmácias também são anunciados, bem como propagandas de casas comerciais, de secos e molhados de Porto Alegre, Carlos Barbosa, Garibaldi, Caxias, além das de Bento Gonçalves, e Anúncios do Banco Pelotense e de outras agências também são encontrados.

A partir de 1915 consta que o jornal contava com escritório de correspondência em Caxias e em Porto Alegre. No que se refere à produção das notícias, pelo que foi possível perceber, foram publicados textos enviados por correspondentes de diferentes municípios, como já mencionado, além de telegramas, cartas e publicação de sínteses de notícias veiculadas em jornais italianos e/ou nacionais. Dos jornais publicados na Itália que são mencionados no *Il Corriere* com certa regularidade, tendo parte de suas matérias adaptadas pelos editores estão: *L’Osservatore Romano* (órgão do Vaticano), *Stella Cattolica*, *Il Fígaro*, *Giornale D’Itália*, *Squilla*, *Il Corriere d’Itália* e *Corriere della Sera*.

³⁶ No período de publicação do *Il Corriere d’Itália*, são mencionados: Colégio São Carlos (posteriormente Colégio Nossa Senhora Medianeira), em Bento Gonçalves e fundado em 1915; Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Nova Vicenza, distrito de Caxias (após 1934, Farroupilha), iniciado em 1917; Colégio Monsenhor Scalabriní também fundado em 1917 em Guaporé; Colégio Sagrado Coração de Jesus estabelecido em 1919, em Nova Brescia.

Resumos de textos informativos sobre agricultura, produção vinícola, temas religiosos e educativos foram frequentemente publicados. Além disso, comunicados oficiais e editais das intendências, estes últimos publicados em português.

Circulou um encarte especial, *Il Buon Seminatore*, com quatro folhas, em tamanho menor, mensal, que acompanhou as edições, a partir de 21/8/1924 e em todo o ano de 1925 (até onde foi possível perscrutar). Não é possível precisar quando cessaram esses encartes. Ainda, em 1925, no mês de junho, no final da terceira página do *Il Corriere*, passa a ser publicado, em pequenas partes, o livro *Frinch Froch Imboscá*, conto humorístico, publicado ao longo das edições de 1925. Trata-se da história de Frinch Fronch e de seu amigo Anzoleto, ambos emigrantes.³⁷ Na terceira página ou ao final da segunda, em períodos intercalados, são publicadas algumas histórias em capítulos, sendo um em cada edição. É o caso de “A vítima de um segredo” ao longo do ano de 1920, assim como publicou “O caminho do casamento”, romance histórico do Pe. Ugo Mioni. Relevante é ainda destacar que, em alguns anos, era encartado, numa das últimas edições do ano, o calendário do ano seguinte. Em 24 de dezembro de 1920, por exemplo, circulou o calendário de 1921, em que eram destacados os dias santificados e também constavam as dez regras do bom cristão.

No período de 1918 a 1921, quando o Pe. Carlo Porrini esteve à frente do *Il Corriere*, se identifica uma coluna criada por ele: *Paginetta del colono*. Nesta parte, situada na segunda página, ele iniciou a publicação de diálogos e histórias humorísticas, a maioria com sentido educativo e moralizante, assinando com o codinome *Masticapolenta*.³⁸ Notas de primeira página e alguns editoriais passam a ser assinados por *Italicus* no mesmo período, levando a crer que fosse outro codinome assumido pelo Pe. Carlo Porrini em seus escritos no *Il Corriere*.

O *Il Corriere* circulava nas sextas-feiras e manteve regularmente quatro páginas. Entre 1913 e novembro de 1916, o jornal tinha 0,65cm de altura por 0,45 de largura. Em 24 de novembro de 1916, o tamanho é reduzido, e a justificativa dada no impresso era a “dificuldade em

³⁷ Merece ainda investigar se a publicação foi integral, de que forma ganhou as páginas do jornal, pois, em 1924, o livro já estava em sua décima primeira edição, conforme exemplar localizado: G. F. *Frinch Froch Imboscá (Racconto umoristico in dialetto veneto. Il volume, 11^a ed. Padova, Tip., Lib. e Editr. Antoniana, 1924)*.

³⁸ Em 1935, o Pe. Carlo Porrini organizou livro intitulado *Masticapolenta* e o publicou no ano seguinte. Escrito em dialeto vêneto, retoma e reorganiza os textos semanalmente publicados no *Il Corriere d'Italia* (PORRINI, 1978).

comprar papel, o custo e a crise econômica em tempo de guerra".³⁹ A tiragem variou, iniciou com um pouco mais de oitocentos exemplares e chegou aos três mil exemplares semanais. A impressão do jornal acontecia na casa canônica.⁴⁰

Consensos e embates em prol da educação, nas páginas do *Il Colono Italiano* e *Il Corriere D'Italia*

Ao percorrer as edições dos dois jornais, atentando para as condições de sua produção e pensando como os editoriais, as notícias, os destaques foram sendo compostos, o que ganhou espaço como notícia e o que deixou de ser veiculado, quais tradições culturais se manifestaram, em que linguagem e vocabulário, intentei compreender que visões de mundo pretendiam difundir, que representações foram legitimadas, como a religiosidade e a etnicidade, postas em jogo nas colunas, compuseram os impressos. Ademais, ao compreender as dinâmicas de circulação e apropriação desse bem cultural que é o jornal, foi possível entrever as nuances dos processos de acesso e recepção. Cabe lembrar que "os sentidos dos bens culturais não estão unicamente inscritos neles mesmos, nem nos projetos/intenções de seus autores, mas igualmente nas práticas de apropriação que envolvem os processos de recepção/consumo pelos públicos", como afirmam Gomes e Hansen (2016, p. 14-15).

A constituição de famílias "italianas saudáveis" passava pelo processo educativo de crianças e jovens. Mais do que instrução, era tempo de evangelização, de compreensão das normas da Igreja católica, tempo de, com obediência e mansidão, apreender a cultura religiosa e patriótica. No intuito de normalizar moralmente os imigrantes e seus descendentes, com certa regularidade e frequência no cotidiano, foram sendo constituídos rituais, festividades, celebrações, sermões que, simbolicamente, povoaram o imaginário daqueles que habitavam a RCI. Para Beneduzi (2008, p. 25), "os sermões, as missões populares, o jornal, as escolas, as associações e as festas devocionais são instrumentos para o controle da comunidade, para que ela permaneça caminhando

³⁹ Jornal *Il Corriere d'Italia*, Bento Gonçalves, 24/11/1916, capa.

⁴⁰ A tipografia funcionou na casa canônica, no período de 1913 a 1923. No Termo de Visita Pastoral de 11 de março de 1924 da Paróquia Santo Antônio, realizado por Dom João Becker, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, consta que "foram igualmente introduzidos melhoramentos na casa paroquial e foi construído um prédio no qual se acham instaladas as oficinas do jornal Católico "Il Corriere D'Italia" dirigido pelo Reverendo Sr. Pe. José Foscallo" (LIVRO DE TOMBO n. 1. Paróquia de Santo Antônio, Bento Gonçalves/RS. Manuscrito, 1893 – 1947).

de acordo com as práticas do catolicismo, que se busca instaurar no Brasil". E estampar o discurso evangelizador nas páginas do impresso católico constituía recurso indispensável. Assim, como artefato cultural, os jornais *Il Colono Italiano* e *Il Corriere D'Itália* forjaram a intenção da Igreja, entre consensos e embates. A iniciativa, na avaliação de Zagonel, foi a de que a imprensa se constituísse "como subsídio complementar da escola e da missão popular. O jornal seria o prolongamento do missionário e do professor entrando nas famílias com mensagens oportunas para a educação, para a vida agrícola e para a vida cristã, compensando a falta de pastoral direta" (ZAGONEL, 1975, p. 204).

Para adensar a análise e, considerando o *corpus* empírico disponível, foram selecionados editoriais a partir de sua categorização por recorrência. A família no processo educativo, a centralidade da mãe no processo educativo, orientações de como educar e instruir bons católicos e orientações para a educação dos italianos foram os eixos que geraram a sistematização dos quadros a seguir. Se "para tomar o poder têm que tomar a palavra e difundi-la" (DARTON, 1996, p. 16), como afirmou Darnton, o poder da palavra falada foi dos párocos. Proclamada nos sermões e somada ao poder da palavra escrita, anunciada nos jornais, representam poder sobre famílias que leram prescrição de modos de vida, de regulação da formação moral e intelectual que se desejava difundir, que ecoou entre os sujeitos que viviam na RCI. Na estrutura do jornal, os textos de capa são os que têm maior evidência e destaque, se pensarmos nas práticas leitoras. Assim, acredito que seja relevante atentar para esses primeiros textos que exercem função de editoriais e, mesmo que não sejam denominados como tal, ocupam a primeira (e por vezes também a segunda) coluna da capa.

No Quadro 3 apresento quatro recortes dos jornais que tratam da família, seus deveres com a educação dos filhos, o que era recomendado e desejável com relação à instrução e a educação moral. A família era o centro principal da formação do cristão e, recorrentemente, tanto o *Il Colono* como o *Il Corriere* mencionavam e enfatizavam sua função.

Quadro 3 – A família no processo educativo

Título do jornal	Localização	Editorial⁴¹	Transcrição literal de algumas evidências
Il Colono Italiano	Capa 29/4/1911	La forza dell'educazione in famiglia ⁴²	“La casa paterna é il nido deifanciulli, in questo nido le anime loro ricevono i primi germi dell'educazione, germi che cresceranno e rimarranno per tutta la vita; i fanciulli saranno uomini buoni o tristi secondo le qualità di chi ha governo della casa paterna. Le abitudini della famiglia sono il vero libro morale del fanciullo. Tutto in lui è immagine e i istinto d' imitazione. [...] Felici i fanciulli quando le abitudini della famiglia sono regolate secondo la sapienza cristiana” ⁴³
	Capa 3/8/1912	La famiglia ⁴⁴	“È la più antica, la più universale, la più perfetta delle società, e il tipo è il modello di ogni governo. Nella famiglia vi sono tre elementi contemporanei in bellissimo ordine, il capo del governo, il ministero e il suddito. Il padre rappresenta il potere: egli deve comandare. [...] Egli deve comandare, governare, presiedere la famiglia [...]. La madre è il ministro nel governo della famiglia e il suo ministero si riassume e si compedia in una sola parola “sacrificio”. [...] Il figlio è il suddito nel governo della famiglia [...]. L'avvenire dei figliuoli riposa per nove decimi sulla virtù dei genitori, dipende dalla loro fede e dai loro esempi” ⁴⁵
Corriere D'Itália	Capa 25/8/1916	Ai padri di Famiglia ⁴⁶	“Ma a chi incomberà l'obbligo di salvare la famiglia, minacciata di siffatta rovina? Non si creda che siano soltanto i preti obbligati a porre un riparo a tanto marcio, obbligati a impedire il male, a salvare le anime! Anzi il clero ha legate le mani. È escluso da tutto. I padri invece sono i primi e naturali preti della loro famiglia e quindi della società. Essi come cittadini e padri uniti, possono farsi rispettare, far valere i loro diritti, possono imporsi anche alle autorità civili e reclamare la soppressione del male e la libertà del bene. Voi padri dunque non potrete stare indifferenti; diventiresti traditori. Voi tutti, siete chiamati a salvare la società veramente in pericolo. [...] altrimenti davanti a Dio dovrete a rendere un grande e terribile conto.” ⁴⁷

⁴¹ Neste momento histórico estes primeiros textos de capa não têm denominação de editorial, mas cumprem com função semelhante. Ademais, são todos textos de capa, os primeiros a serem vistos em virtude do destaque no jornal.

⁴² A força da educação em família.

⁴³ “A casa paterna é o ninho das crianças, neste ninho as suas almas recebem os primeiros germes da educação, germes que crescerão e permanecerão ao longo da vida; as crianças serão homens bons ou tristes de acordo com as qualidades daqueles que têm o governo da casa paterna. Os hábitos da família são o verdadeiro livro moral da criança. Tudo nele é a imagem e o instinto de imitação. [...] Felizes as crianças quando os hábitos da família são regulados segundo a sabedoria cristã”. Jornal Il Colono Italiano, ano III, nº 8, Garibaldi, 29/04/1911, capa.

⁴⁴ A família.

⁴⁵ “È a mais antiga, a mais universal, a mais perfeita das sociedades, e o tipo é o modelo de todo governo. Na família há três elementos temperados em muito boa ordem: o chefe do governo, o ministério e o suddito. O pai representa o poder: ele deve comandar. [...] ele deve comandar, governar, presidir a família [...]. A mãe é a ministra no governo da família e seu ministério é resumido e é composto em uma única palavra “sacrificio”. [...] O filho é o suddito no governo da família [...]. O futuro das crianças repousa por nove décimos sobre a virtude dos pais, depende de sua fé e de seus exemplos” (IL COLONO ITALIANO, ano IV, n. 21, Garibaldi, 3/8/1912, capa).

⁴⁶ Aos pais de família.

Capa 10/11/1922	Istruite i vostri figli ⁴⁸	<p>“[...] Coloni que me leggete, capitela una bella volta: il vostro primo dovere sì è d’istruire i figli nella religione e nella scienza. La più bella e pingue eredità che lascerete loro, erede io, sarà una buona istruzione. L’uomo, o il giovanne istruito, bene educato può guadagnarsi lavita ovunque, no così sempre l’ignorante. Appunto questo amore allo studio infiltrato (sic) dai genitori [...]. Coloni, genitori, sizatevi (sic) dalla vostra letargia, allargate a più ampi orizzonti lo sguardoché così prepararete dei buoni cristiani e cittadini coscienti che sapranno adempiere a menadito tutti i loro doveri, i loro diritti, faranno onore a se ed alla patria e megliotutelarano e promuoveranno i loro interessi. Coloni, che vi pare? Su dunque, mandate alla scuola e al collegio i figli, insegnate loro voi stesse, aiutateli a studiare.”</p>
--------------------	--	---

Fonte: Organização da autora, a partir da coleção de jornais consultados.

Por meio do uso de metáforas, de trechos bíblicos, de transcrições de documentos e orientações papais, a capa dos jornais, com certa recorrência, apontavam para a família como espaço para a transmissão da moralidade, das virtudes, de exemplos que formariam hábitos. Mas a figura materna éposta no jogo, e diversos textos publicados, como consenso, em ambos os periódicos, tratam da *mãe*, como exemplo e educadora por natureza. O jogo das representações imprime com determinação o papel feminino da *mãe* na família e, inclusive, reconhece e recomenda alguma instrução. Mâes um pouco instruídas cumpririam melhor seus deveres cristãos, educariam os filhos conforme o recomendado pela Igreja. O Quadro 4 apresenta trechos que evidenciam tal argumentação:

⁴⁷ “Mas a quem cabe a obrigação de salvar a família ameaçada por tal ruína? Não acredite que são apenas os sacerdotes obrigados a reparar tanta podridão, obrigados a evitar o mal, a salvar almas! De fato, o clero está de mãos amarradas. Ele está excluído de tudo. Os pais, em vez disso, são os primeiros e naturais sacerdotes de sua família e, portanto, da sociedade. Eles, como cidadãos e pais unidos, podem se fazer respeitar, reivindicar seus direitos, podem também se impor às autoridades civis e reivindicar a supressão do mal e a liberdade do bem. Vocês pais, portanto, não podem ser indiferentes; vocês se tornariam traidores. Todos vocês são chamados para salvar a sociedade verdadeiramente ameaçada. [...] caso contrário, você terão que fazer uma grande e terrível prestação de contas diante de Deus” (IL CORRIERE D’ITALIA, ano IV, n. 34, Bento Gonçalves, sexta-feira, 25/8/1916, capa).

⁴⁸ Instruam vossos filhos.

Quadro 4 – A centralidade da mãe no processo educativo

Título do jornal	Localização	Editorial	Transcrição literal de algumas evidências
Il Colono Italiano	Capa 11/2/1911	Alle donne cattoliche ⁴⁹	"Nello scorso mese, l'Exmo. Mons. Giovann Pellizzari, successore del non mai abbastanza compianto, Mons. Giovanni Battista Scalabrin fece alle donne cattoliche di Piacenza, una conferenza sul tema – L' educazione. [...] Alla donna più che all'uomo si addice la missione dell'educare, fisicamente e moralmente: ella ha doti speciali fornitele dal Creatore a tal uopo. A tutto ella arriva col cuore e colla parola: [...] La madre, prima maestra dei figli, su di essi ha somma influenza morale. [...] La madre metta a base della sua educazione la fede e saprà saggiamente istruire. Ma per istruire bisogna studiare [...]. La madre deve ancora correggere. I figli benediranno un giorno la severità dei genitori. Il troppo amore fa troppo compatire e il danno è grande. I figli sono i fiori della famiglia, ma i fiori hanno le loro spine e sono i difetti che s'abbarbicano alle tenere pianticelle" ⁵⁰
Il Corriere d' Italia	Capa, 10/3/1922	A voi madri! ⁵¹	Si insegna di tutto oggi ai bimbi da tante mamme, ma per insegnare il Pater Noster, le orazioni, un pò di catechismo, non si trova il tempo. Che cosa ne è di tali bimbi, quando son fatti adulti? [...] Mamme, per amore dei vostri bimbi tornate al catechismo, alla pratica della Religione" ⁵²
	Capa, 20/1/1927	Madri, siete (sic) vigilanti	"Madri, siete vigilanti. Vigilate sui vostri figli, al l'ora svegliarsi; il loro primo pensiero sia per Dio che ve li ha conservati nella notte; la loro prima azione sia un buon segno di Croce; le loro prime parole l'offerta al Sacro Cuore delle azioni e delle sofferenze della giornata. Madri, vigilate. Vigilate perché doppo esserci modestamente vestiti e prima di ogni altra cosa, prendano l'acqua benedetta si mettano in ginocchio e, lentamente, devotamente, facciano la tradizionale preghiera. Vigilate perché dicano l'Angelus la mattina, a mezzogiorno e la sera. Per quanto sarà possibile al suono della campana. Madri, vigilate al momento dei pasti per chericordino

⁴⁹ Para as mulheres católicas.

⁵⁰ "No mês passado, o Exmo. Mons. Giovanni Pellizzari, sucessor do não suficientemente lamentado Bispo Giovanni Battista Scalabrin, fez uma palestra para as mulheres católicas de Piacenza sobre o tema Educação. [...] Para a mulher mais do que para o homem, a missão do educador é adequada, física e moralmente: ela tem dons especiais dados a ela pelo Criador para este propósito. Ela chega a tudo com o coração e a palavra. [...] A mãe, primeira professora das crianças, tem grande influência moral sobre elas. [...] A mãe põe fé na sua educação e ensina sabiamente. Mas, para instruir é preciso estudar [...]. A mãe ainda precisa corrigir. As crianças um dia abençoarão a severidade de seus pais. Muito amor é muito piedoso e o dano é grande. As crianças são as flores da família, mas as flores têm seus espinhos e são os defeitos que são impregnados de pequenas plantas tenras" (IL COLONO ITALIANO, ano II, n. 49, Garibaldi, 11/2/1911, capa).

⁵¹ Para vocês mães!

⁵² "Tudo é ensinado às crianças hoje por tantas mães, mas para ensinar o Pai-Nosso, as orações, um pouco de catecismo, não encontramos tempo. O que acontece com essas crianças quando elas são adultas? [...] Mães, por amor aos vossos filhos, voltem ao catecismo, à prática da Religião" (CORRIERE D'ITALIA, ano X, n. 10, Bento Gonçalves, 10/3/1922, capa).

di fare una breve preghiera. [...] Madre siete vigilanti. È un obbligo grave, molto grave quello di vigilare quando vanno a scuola, non soltanto finne (sic) sono vicini a voi, ma anche quando sono cresciuti e dovete separarvے [sic]. Vigilate sui libri che leggono [...]. Madri, siete [sic] vigilanti. Siate vigilanti, perché la vostra responsabilità è grande, molto grande; ma fatevi coraggio, la ricompensa sarà più grande ancora" ⁵³

Fonte: Organização da autora, a partir da coleção de jornais consultados.

Para além da família e da ação educativa materna, a primeira a "transmitir" os bons costumes que um católico deveria observar, os jornais enfatizam o valor da escola, em especial da escola confessional. Ou, uma escola que ensinasse o catecismo [aqui parecem reconhecer o importante papel de professores particulares que ensinavam em áreas rurais]. Neste tópico uma dissonância entre os periódicos. O *Il Colono* publica anúncios e com certa frequência também as atividades realizadas nos colégios mantidos por congregações como os Maristas e as Irmãs de São José, ambas francesas. O *Il Corriere* não. Põe ênfase e dissemina, recomendando aos leitores, que os filhos sejam enviados para escolas católicas, preferencialmente as carlistas que, além do catolicismo, saberiam formar bons italianos. O embate, mesmo que não explícito, fica evidente no conjunto das páginas e das publicações. No Quadro 5, selecionei dois textos de capa que tratam de orientar os leitores sobre como educar e instruir bons católicos:

⁵³"Mães, sejam vigilantes. Supervisionem seus filhos, acordem-nos; seu primeiro pensamento deve ser para Deus que os manteve durante a noite; sua primeira ação seja um bom Sinal da Cruz; suas primeiras palavras a oferta ao Sagrado Coração das ações e sofrimentos do dia. Mães, vigiem. Cuidem para que depois de estarem modestamente vestidos, antes de tudo, tomem a água benta e ajoelhem-se e, devotamente, façam a oração tradicional. Fiquem atentas para que eles digam o Angelus pela manhã, ao meio-dia e à noite. Quando for possível, também ao som do sino. Mães, supervisionem na hora das refeições para lembrá-los de fazer uma breve oração. [...] Mãe seja vigilante. É uma obrigação grave, muito séria ser vigilante, quando eles vão para a escola, não só eles quando estão perto de você, mas também quando eles estão crescidos e precisam separar-se. Vigiem os livros que eles leem [...]. Mães, estejam vigilantes. Sejam vigilantes, pois sua responsabilidade é grande, muito grande; mas tenham coragem, a recompensa será ainda maior" (CORRIERE D'ITALIA, ano XV, n. 3, Bento Gonçalves, 10/1/1927, capa).

Quadro 5 – Orientações de como educar e instruir bons católicos

Título do jornal	Localização	Editorial	Transcrição literal de algumas evidências
Il Corriere d' Italia	Capa 5/3/1914	La Scuola ⁵⁴	<p>“Ma insieme coll'istruzione civile è necessaria la religiosa. Mandateli alla scuola i vostri figli genitori, mandateli pure alla dottrina e l'istruzione civile vada di fatto passo colla istruzione religiosa. [...] questa vita è un passaggio. Voi non potete dire al popolo ch'egli ha un'altra luce oltre quella della religione; quella della ragione naturale. Voi non avrete nessuna solidità nello Stato se non date al popolo la morale basata sulla religione. Si è tentato di supplire, ma invano”⁵⁵</p>
	Capa, 30/4/1925	Luce Nuova ⁵⁶	<p>“La scuola muterà. Essa ha bisogno di luce, calore, vita; essa ha bisogno di Dio; Che è Forza, Sapienza, Amore. La scuola per istruire deve condurre a Dio [...]. La scuola per mutare deve avere il maestro. [...] Noi dichiaramo invece che l'educazione delle anime è una vera e propria missione per la quale occorrono virtù e doti particolari e soprattutto ehe ne se senta forte vocazione. [...] Ma la scuola per cambiare deve pur aver uno stile, un metodo. [...] Tralasciano i metodi educativi dei nostri grandi Santi, che da San Anselmo d'Aosta a S. Filippo Neri, al grande D. Bosco hanno portato alla soluzione del problema un contributo pratico di um valor insuperabile, ricorderemo come anche recentemente la professora Montessori riusci a</p>

⁵⁴ A Escola.

⁵⁵ “Mas junto com a educação civil, é necessária a religiosa. Enviem seus filhos para a escola pais, mas eniem-los também para a doutrina, e a educação civil se dará no memo passo que a instrução religiosa. [...] esta vida é uma passagem. Vocês não podem dizer ao povo que existe outra luz que não a da religião, – a da razão natural. Você não terá solidez no Estado se não der ao povo a moral baseada na religião. Uma tentativa foi feita para fornecer, mas em vão” (CORRIERE D'ITALIA, ano II, n. 10, Bento Gonçalves, 5/3/1914, capa).

⁵⁶ Luz nova.

⁵⁷ “A escola mudará. Ela precisa de luz, calor e vida; precisa de Deus; Que é Força, Sabedoria, Amor. A escola para instruir deve levar a Deus [...]. A escola para mudar deve ter o professor. [...] Em vez disso, declaramos que a educação das almas é uma missão verdadeira e apropriada, para a qual precisamos de virtudes e dons particulares e, acima de tudo, isto é, se sentimos uma forte vocação. [...] Mas para mudar a escola ela deve ter um estilo, um método. [...] Partindo dos métodos educativos de nossos grandes santos desde San Anselmo d'Aosta a S. Filippo Neri, ao grande Dom Bosco, eles trouxeram a solução do problema com uma contribuição prática de um valor insuperável, lembramos também de quão recentemente a professora Montessori conseguiu encontrar um método de ensino verdadeiramente extraordinário em seus 'Casa dei Bambini'. [...] De resto, qualquer um que pegar um daqueles livros italianos que são distribuídos entre as famílias vai ver como foram obtidos ótimos resultados para se adaptar à inteligência da criança, para deixar você entrar devagar no conhecimento simples e útil, que vai aumentando gradualmente todo ano” (CORRIERE D' ITALIA, ano XIII, n. 18, Bento Gonçalves, 30/4/1925, capa).

			<p>trovare nelle Sua 'Case dei Bambini' un metodo didattico, veramente straordinario. [...] D'al resto chiunque prenda in meno uno dei quei libri italiani che vengono distribuiti nelle famiglie, vedrà come si siano ottenuti grandi risultati per adattarsi all' intelligenza del bambino, per farvi entrare piano, piano cognizioni semplici ed utili che vanno aumentando gradatamente ogni anno.”⁵⁷</p>
Capa, 18/2/1926	Istruzione ed educazione ⁵⁸		<p>“[...] per noi sola a vera istruzione è quella che, oltre ad armare la mente di molte cognizioni sa anche preparare dei buoni cittadini elevando l'anima verso il suo Creatore. [...] È necessario che nella scuola sia il catechismo e tocca ai genitori ad introdurla. [...] Le scuole private dirette dalle religiosi sono le sole che sotto questo aspetto danno una garanzia sicura. Sarebbe spaventoso che esse non fossero capaci di un piccolo sacrificio per educare i figli”⁵⁹</p>

Fonte: Organização da autora, a partir da coleção de jornais consultados.

Como última categoria a questão da educação para um processo étnico-identitário – a italianidade e a questão da Pátria. Se o argumento é recorrente para o *Il Corriere*, que constantemente remete para a concepção de que a Pátria de todos, imigrantes e descendentes, é a Itália, a *patria lontana*, no *Il Colono* o tema é pouco enfatizado e, quando o é, o posicionamento é negociado e até mesmo, minimizado. No *Il Colono* o discurso remete ao ser bom católico, bom cidadão como algo de valor. O próximo quadro apresenta algumas evidências:

⁵⁸ Instrução e Educação.

⁵⁹ “[...] para nós a verdadeira educação é aquela que, além de armar a mente de muito conhecimento, também sabe como preparar bons cidadãos, elevando a alma para o seu Criador. [...] é necessário que na escola exista o catecismo e cabe aos pais introduzi-lo. [...] Escolas particulares dirigidas por religiosos são as únicas que dão uma garantia segura a esse respeito. Seria lamentável que eles não fossem capazes de um pequeno sacrifício para educar os filhos” (CORRIERE D'ITALIA, ano XIV, n. 7, Bento Gonçalves, 18/2/1926, capa).

Quadro 6 – Orientações para educação dos italianos

Título do jornal	Localização	Editorial	Transcrição literal de algumas evidências
Il Colono Italiano	Capa 18/3/1911	Voci di accordo – Per l’ italianità ⁶⁰	<p>“Il tema è delicato assai e difficile perché possa tradursi in alcuni criteri pratici da seguirsi con piena fiducia e con armonia d’intenti. Duplice è l’aspetto che presenta il problema della nostra emigrazione: uno che deriva dalle aspirazioni legittime della nostra cara Patria lontana, la quale vorrebbe in qualche modo usufruire della produttività che noi laboriosamente operiamo in terra straniera; l’altro, che nasce dal processo di assimilazione che molto ragionevolmente tentano i paesi d’immigrazione. [...] Il problema, in relazione ai due supremi contrasti cui abbiamo accenato, può risguardarsi sotto molteplici riflessi, che noi però riduciamo sommariamente a tre, quello della cultura, il lato economico e in fine l’ espressione politica. [...] La scuola, come tutti sappiamo, è un eminente fattore di progresso civile; perché dunque non lasciare che la cultura si diffonda con quei mezzi che sono più naturali e com facenti al genere di persone cui si dirige? Cosa importa che essa sia italica, quando si ha la massima certezza di ottenere l’effetto di uomini sufficientemente colti e atti a coadiuvare potentemente la seconda patria che hanno di adozione? ⁶¹”</p>
	Capa 13/8/1914	Dopo il congresso di Pallanza. I Cattolici di fronte alla Dante Alighieri. Ed ora? La conclusione ⁶²	<p>“I cattolici italiani appunto perché cattolici rifuggono dalle società neutre, aconfessionali, settarie, masoniche, laiche, perché italiani vogliono che la lingua italiana si difonda all’esterio, sia di fede, sia insegnata, sia praticata. Ma essi sarannolarghi di aiuti morali o materiali ai missionari che con sacrifici, co desinteresse portano ovunque la nostra italicità allestero. Salesiani, francescani, domenicani, camiliani, redentoristi, assunzionisti, giuseppini, opera Scalabrini, ecc. ecc. sono migliaia e migliaia di persone che il nome, la lingua, i costumi della nostra patria italiana, fanno conoscere nelle varie nazioni dell’ Europa, nelle Americhe, nell’Asia, nell’Africa: questi vanno largamente aiutati dai cattolici tutti, certi di fare un’opera santa ed eminentemente patriottica.”⁶³</p>

⁶⁰ Vozes de acordo – pela italicidade.

⁶¹ “O assunto é muito delicado e difícil, porque pode ser traduzido em alguns critérios práticos a serem seguidos com total confiança e harmonia de propósitos. É duplo o aspecto que apresenta o problema de nossa emigração: aquele que deriva das legítimas aspirações de nossa querida pátria distante, que de alguma forma gostaria de aproveitar a produtividade que operamos, laboriosamente, em uma terra estrangeira; o outro, que surge do processo de assimilação que os países de imigração tentam razoavelmente. [...] O problema, em relação aos dois contrastes supremos a que nos referimos, pode reaparecer sob múltiplas reflexões, as quais, porém, resumidamente reduzimos a três, a da cultura, do lado econômico e, finalmente, a da expressão política. [...] A escola, como todos sabemos, é um fator eminente de progresso civil; então, por que não deixar a cultura se espalhar com aqueles meios que são mais naturais e similares ao tipo de pessoa que se dirige? O que importa que seja italiano, quando temos a máxima certeza de obter o efeito de homens suficientemente educados e capazes de apoiar poderosamente a segunda pátria que eles adotam?” (IL COLONO ITALIANO, ano III, n. 2, Garibaldi, 183/1911, capa).

⁶² Depois do congresso de Pallanza. Os católicos em frente a Dante Alighieri. E agora? A conclusão.

⁶³ “Os católicos italianos precisamente, porque os católicos evitam as sociedades seculares neutras, não-denominacionais, sectárias, maçônicas, porque os italianos querem que a Língua Italiana seja difundida no Exterior, tanto como a fé, ensinada e praticada. Mas eles estarão cheios de ajuda moral ou material para os missionários que, com sacrifícios, com desinteresse, trarão nossa italicidade para o Exterior. Salesianos, franciscanos, dominicanos, camilianos, redentoristas, assunzionistas, josefinos, obra Scalabrini, etc. etc. há milhares e milhares de pessoas cujo nome, a língua, os costumes de nossa pátria italiana dão a conhecer nas várias nações da Europa, nas Américas, na Ásia, na África: estas devem ser ajudadas em grande parte por todos os católicos, certos de fazer um trabalho sagrado e eminentemente patriótico” (IL COLONO ITALIANO, ano VI, n. 21, Garibaldi, 13/8/1914, capa).

Il Corriere d' Italia	Capa 7/6/1914	Patriottismo ⁶⁴	"Patriottismo! Santa o fatídica parola che esprime uno dei più forti, dei più nobili amori dell'uomo: l' amore per la piccola terra che ci vide nascere, dove appendemmo all'albero della vita il nido della nostra famiglia: l' amore per la terra più grande dentro alla quale risuona la nostra favella, vivono i nostri fratelli e aeventola [sic] la alita [sic], la bandiera nostra sfolgorando di fronte al più bel sole, i più bei colori" ⁶⁵
	Capa, 15/2/1918	La Patria ⁶⁶	"L'amore di patria ha le suo radice naturali e profonde come l'amore della famiglia, della fede dei noi stessi: l' amore di patria si impone con voce di dolore naturale come l'amore inspirato dal vincolo del sangue: l'amore di patria é il gradino per salire dall'amore di se stessi e della famiglia all'amore di tutta umanità. La patria é nel sangue, nel ritmo particolare della nostra vita, nel nostro pensiero, nella nostra lingua [...]. La patria é ancora tutto ciò che dorme nell'eterno, i padri dei nostri padri. [...] La patria é nella corona gloriosa di Fede che Dio pose e conservó sempre sui nostri popoli [...]. Tutto questo é la patria, ed é potente, indistruttibile [...]. La patria non é che una grande famiglia e valgono, in certo modo, per essa, i doveri che noi abbiamo verso la nostra casa " ⁶⁷

Fonte: Organização da autora, a partir da coleção de jornais consultados.

Considerando as evidências apresentadas, é necessário atentar que, durante os anos de 1913 e 1917, foram publicados dois jornais católicos na RCI, um em Garibaldi, o *Il Colono Italiano* e outro em Bento Gonçalves, *Il Corriere D'Italia*. Apesar de ambos serem católicos, no que tange à educação e instrução, houve consensos, mas também alguns embates. Há que se reconhecer que alguns dos tensionamentos são derivados da disputa de leitores, um jogo de poder que garantiria ou não a manutenção do jornal.

No conjunto dos jornais analidados, um dos embates estava no apoio que o *Il Colono Italiano* fazia às iniciativas de escolarização das Irmãs de São José e ao Colégio Santo Antônio, dos Maristas, em Garibaldi. Nenhuma das muitas publicações sobre esses colégios das

⁶⁴ Patriotismo.

⁶⁵ "Patriottismo! Sagrada ou fatídica palavra que expressa um dos mais fortes, dos mais nobres amores do homem: o amor pela pequena terra que nos viu nascer, onde penduramos o ninho de nossa família na árvore da vida: o amor pela terra maior, dentro do qual nosso discurso ressoa, nossos irmãos vivem e nos dão a respiração, nossa bandeira ardendo em frente ao mais belo sol, as mais belas cores". Na mesma capa chamam a – atenção para a "Festa Nacional da Grande Itália" (CORRIERE D'ITALIA, ano II, n. 23, Bento Gonçalves, 7/6/1914, capa).

⁶⁶ A Pátria.

⁶⁷ "O amor à pátria tem suas raízes naturais e profundas como o amor à família, à – fé – e a nós mesmos: o amor à pátria se impõe com uma voz de dor natural como o amor inspirado pelo laço de sangue: o amor à pátria é a saudade do amor de si e da família ao amor de toda a humanidade. A pátria está no sangue, no ritmo particular da nossa vida, no nosso pensamento, na nossa língua [...]. A pátria é, ainda, tudo o que dorme nos túmulos, os pais de nossos pais. [...] A pátria está na gloriosa coroa de fé que Deus estabeleceu e preservou para os nossos povos [...]. Tudo isso é pátria e é poderoso, indestrutível [...]. A terra natal nada mais é que uma grande família e, de certa forma, para isso, temos a ela os mesmos deveres que temos para o nosso lar" (CORRIERE D'ITALIA, ano VI, n. 7, Bento Gonçalves, sexta-feira, 15 de fevereiro de 1918, capa).

congregações francesas é localizado no *Il Corriere D'Italia*. Em suas páginas, o *Corriere* incentivava a adesão aos colégios confessionais e às escolas, desde que ensinassem o catecismo, mas o apoio efetivo era para as iniciativas carlistas, que eram descritas como mais preparadas para acolher e entender, porque com a mesma “ascendência étnica”, os italianos. O embate foi étnico, revelando permanências e disputas que transcendem a fronteira nacional da pátria de adoção. Denotam práticas culturais, porque “traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é seu” (CHARTIER, 2004, p. 18). Como consenso, a ênfase na vigilância para educar para a moral cristã, iluminando a família e as mães com papel prioritário no processo.

Considerações finais

O jornal, como artefato cultural, permitiu a circulação de ideias acerca do que era reconhecido e autorizado como ideal educativo, com relação às práticas familiares, mas também e, especialmente, escolares. O catolicismo e a italianidade foram difundidos por meio da produção e circulação do *Il Corriere*. No caso do *Il Colono*, as práticas religiosas, o catecismo, o valor educativo da família são enfases estampadas em suas páginas.

O *Il Corriere* tinha como lema “Religião e Pátria”, desse modo, a construção de processo identitário étnico da italianidade esteve pautado no processo relacional, nas interações, nos confrontos e nas negociações publicadas.

O compartilhamento de práticas religiosas e de vida, o discurso moralizante sobre como conduzir a vida, educar os filhos, prescrições sobre o cotidiano, difundindo o que era aceito e o que era condenado, o que dava lugar para a salvação e o que a condenava foram características evidentes em ambos os jornais. Valores, sentimentos, tradições foram compartilhados e reforçados; os ecos do sermão marcaram as linhas que produziram os jornais; foram criadas redes de sociabilidade, mas também de competição. Estabeleceram apoios, negociaram, mas também conflitaram. Há os que discordaram, não aceitaram, criticaram os jornais e os que os produziam. Como já mencionado, as colônias e, logo depois, os recém-constituídos municípios foram zonas de contato entre os “brasileiros” e os imigrantes e descendentes de diferentes etnias, como alemães, austríacos, poloneses e italianos, predominantemente. E os contatos desses atores, provenientes de diferentes matrizes culturais, produziram pressões sobre um discurso, que sinalizava a necessidade

de renovação. Tal renovação foi auferida com a publicação do *Staffetta Riograndense*, que se tornou, a partir de 1927 (e até a atualidade) o mais importante periódico católico. Por fim, considero que a análise do jornal, como artefato cultural, permitiu perceber a circulação de representações acerca do que era reconhecido e autorizado como ideal educativo, com relação às práticas familiares, mas também e, especialmente, escolares.

Referências

- ANCARANI, U. La colonia italiana di Caxias in Rio Grande del Sud, Brasile. *Bollettino dell'Emigrazione. Ministero degli Affari Esteri, Comissariato dell'Emigrazione*, 1905, p. 27. In: HERÉDIA, V. B. M.; ROMANTATO, G. (org.). **Fontes diplomáticas**: documentos da imigração italiana. Caxias do Sul, RS, EDUCS, 2016. t. IV.
- BARÉA, Dom J. **A vida espiritual nas colônias italianas do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1995.
- BENEDUZI, L. F. **Imigração italiana e catolicismo**: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008.
- BRANDALISE, E. A. **Das escolas paroquiais à universidade**: a Igreja em Caxias do Sul. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1988.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.
- CORBIN, A. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 49, 2005.
- DARTON, R. Introdução. In: DARTON, R.; ROCHE, D. (org.). **Revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996.
- DE BONI, L. A. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. H. (org.). **RS: Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 242.
- ESPAGNE, Michel. A noção de transferência cultural. **Jangada**, n. 9, p. 136-147, jan./jun. 2017.
- G. F. **Frich Froch Imboscá**: racconto umoristico in dialetto veneto. 11. ed. Padova: Tip., Lib. e Editr. Antoniana, 1924. v. II.
- GILLONAY, B. Relatório de Frei Bruno a Dom Scalabrin, Bispo de Piacenza. In: D'APREMONT, B.; GILLONNAY, B. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.
- GOMES, A. M. de C.; HANSEN, P. S. (org.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HENRICHES, Liliana A. **Histórias da imprensa em Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Pioneiro, 1988.

JORNAL Cittá de Caxias Caxias, 4/5/1914, p. 6.

JORNAL Corriere d'Italia, ano II, n. 23, Bento Gonçalves, 7/6/1914, capa.

JORNAL Corriere d'Italia, ano VI, n. 7, Bento Gonçalves, sexta-feira, 15 de fevereiro de 1918, capa.

JORNAL Corriere d'Italia, ano X, n. 10, Bento Gonçalves, 10/3/1922, capa.

JORNAL Corriere d'Itália, ano XIV, nº.7, Bento Gonçalves, 18/2/1926, capa.

JORNAL Corriere d' Italia, ano XIII, n. 18, Bento Gonçalves, 30/4/1925, capa.

JORNAL Corriere d'Italia, ano II, n. 10, Bento Gonçalves, 5/3/1914, capa.

JORNAL Corriere d'Italia, ano XV, n. 3, Bento Gonçalves, 10/1/1927, capa.

JORNAL Il Colono Italiano, ano II, n. 37, Garibaldi, 19/11/1910, capa.

JORNAL Il Colono Italiano, ano II, n. 49, Garibaldi, 11/2/1911, capa.

JORNAL Il Colono Italiano, ano III, n. 2, Garibaldi, 18/3/1911, capa.

JORNAL Il Colono Italiano, ano III, n. 8, Garibaldi, 29/4/1911, capa.

JORNAL Il Colono Italiano, ano IV, n. 21, Garibaldi, 3/8/1912, capa.

JORNAL Il Colono Italiano, ano VI, n. 21, Garibaldi, 13/8/1914, capa.

JORNAL Il Colono Italiano. Bollettino Cattolico mensile. Ano 1, n. 1, Caxias, 1º/1/1898, capa.

JORNAL Il Colono Italiano. Bollettino Cattolico Mensile. Santa Teresa de Caxias, ano I, n. 5, p. 4,15 de maio de 1898.

JORNAL Il Corriere d'Italia, Bento Gonçalves, 24/11/1916, capa.

JORNAL Il Corriere d'Italia, ano IV, n. 34, Bento Gonçalves, sexta-feira, 25/8/1916, capa.

JORNAL Il Corriere d'Italia, ano X, n. 45, Bento Gonçalves, sexta-feira, 10/11/1922, capa.

JORNAL Il Corriere d'Italia, Bento Gonçalves, 5/11/1915, p. 01.

JORNAL La Libertá, giornale settimanale del popolo. Caxias, ano 1, n. 1, 13 de fevereiro de 1909, capa.

JORNAL La Libertá, giornale settimanale del popolo. Caxias, ano 1, n. 1, 13 de fevereiro de 1909, capa.

JORNAL O Caxiense, defensor dos interesses coloniais e órgão republicano. Folha quinzenal. Diana Terra, chefe da redação. Caxias, ano I, n. 1, p. 1, 15/10/1897.

LIVRO DE TOMBO n. 1. Paróquia de Santo Antônio, Bento Gonçalves/RS. Manuscrito, 1899-1947.

LORENZONI, G. **Memórias de um emigrante italiano**: memorie d'un emigrant italien. Edição bilíngue, Trad. de Pe. A. S. Lorenzoni, Pelotas: Ed. Ponto de Vista, 2011.

MACHADO, M. A. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul, 1875 a 1950. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

PORRINI, C. **Masticapolenta**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1978.

POSSAMAI, P. Imprensa e italianidade: RS (1875-1937). In: DREHER, M. N.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (org.). **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

POZENATO, K. M.; GIRON, L. S. **100 anos de imprensa regional (1897-1997)**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

RELATÓRIO do Inspetor de Terras e Colonização, Ten. Cel. Francisco de Barros e Accioly de Vasconcellos de 1888, p. 75-76. In: RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral da quarta sessão da vigésima legislatura pelo Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, compreendendo o período decorrido de 1º de janeiro de 1911 a 30 de abril de 1912. Rio de Janeiro, 1912.

RIZZARDO, R. **Carlistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Cepam, 1981.

RIZZARDO, R. **Raízes de um povo**: missionários escalabrinianos e imigrantes italianos no Brasil (1888/1938). Porto Alegre: EST; Congregação dos Missionários de São Carlos, 1990.

RUPERT, A. **Clero secular italiano no Rio Grande do Sul (1815-1930)**. Santa Maria: Pallotti, 1977.

SANFILIPPO, E M. Chiesa, ordini religiosi ed emigrazione. In: BEVILACQUA, P.; CLEMENTI, A. de; FRANZINA, E. (org.). **Storia dell'emigrazione italiana**. Partenze, Roma: Donzelli, 2009. p. 127-142. v. I.

SANI, R. Tra esigenze pastorali e impegno per la preservazione dell'identità nazionale: la Santa Sede e l'emigrazione italiana all'estero tra otto e novecento. **Revista de História da Educação, ASPHE**, v. 21, n. 51, Porto Alegre, p. 143-185, jan./abr. 2017.

ZAGONEL, C. A. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975.

ZANINI, M. C. C. **Italianidade no Brasil meridional**: a construção da identidade étnica na Região de Santa Maria/RS. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2006.





***Scuole italiane all'estero: um estudo sobre os livros de leitura que circularam nas escolas étnico-italianas no Brasil (fins do século XIX e início do século XX)*¹**

Claudia Panizzolo

Introdução²

De Nardi, Dal'Mas, Veronesi, Perrella, Biagi, Braido, Buso, Zambotto, Garbelotti são os sobrenomes de algumas das 76 crianças, meninos e meninas que, no ano de 1923, estudavam na escola mantida pela *Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli*, que leram o clássico *Cuore*, de Edmondo de Amicis e estudaram as lições contidas no *Libro di lettura Piccolo mondo, letture per le scuole elementari*.

Muito provavelmente tais livros tenham integrado o conjunto de livros didáticos produzidos na Itália e enviados como subsídio para *le scuole italiane all'estero*, denominação adotada pelo governo italiano ao tratar das escolas italianas no Exterior.

O subsídio enviado às escolas poderia ser em dinheiro ou livros. Para recebê-lo, segundo o documento *Normas para o funcionamento das escolas italianas no estado de São Paulo*,³ de 1904, assinado pelo cônsul-geral *Gherardo Pio di Savoia*, era necessário que a escola aceitasse a supervisão do Consulado-Geral, no que tange às definições da vida escolar, tais como a determinação do programa a ser seguido,

281

¹ Este texto é fruto da pesquisa intitulada “O processo escolar entre imigrantes italianos e seus descendentes: a escola italiana em São Paulo (fins do século XIX e início do século XX)” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, processo 2018/15168-8.

² Os textos em italiano foram por mim traduzidos e os originais inseridos em nota de rodapé.

³ No original, Norme pel funzionamento delle scuole italiane nello Stato di S. Paolo.

a distribuição de materiais e subsídios, a inspeção e fiscalização das escolas.

Fruto de acirrada disputa entre os proprietários das escolas, sempre insuficiente devido à desvalorização da moeda, quando convertida no Brasil, e ao custo geralmente elevado do aluguel, o subsídio em dinheiro seguia alguns critérios para ser concedido:

- a) a qualidade didática e os antecedentes do professor (formado, não formado, etc.); b) seus méritos e a história de sua escola; c) o número de estudantes; d) a decência dos lugares; e) o resultado das visitas do cônsul às escolas, ao longo do ano; f) os exames (DISPACCIO, 1906).⁴

Outra forma de subsidiar as escolas, e ao que parece, a mais comum, se dava pelo envio de materiais escolares, dentre eles, livros. Assim, por exemplo, no relatório enviado pelo cônsul-geral *Gherardo Pio di Savoia*, denominado *Escolas italianas em São Paulo em 1905*,⁵ é apresentada uma lista contendo a indicação de seis autores e suas obras para a escola elementar, dentre elas *Cuore*, de Edmondo De Amicis.

Entre fins do século XIX e as primeiras três décadas do século XX, é possível encontrar indícios de distribuição e circulação de livros italianos entre imigrantes e seus descendentes (LUCHESE, 2014; PANIZZOLO, 2016a, 2016b, 2018). Seguindo o programa curricular vigente na Itália e adaptado à realidade local, os livros de leitura, de religião, de aritmética, de história pátria, de geografia, de cantos, de excertos literários, dentre outros, atravessaram o oceano com a finalidade de serem distribuídos aos alunos das escolas étnico-italianas.

Como artefatos culturais que produzem sentido e significado, o livro didático, o livro escolar, o livro de leitura ou o manual escolar (terminologia que varia de acordo com o período e estrutura do livro) é, de acordo com Choppin (2002), uma fonte privilegiada para a História da Educação, por situar-se na articulação entre as prescrições impostas pelos programas oficiais e os discursos singulares dos professores. Neste sentido, os livros de leitura podem ser tomados como utensílios culturais que estabelecem elos e vínculos entre as estruturas mentais e

⁴ a) le qualità didattiche e i precedente del maestro (patentato, non patentato, ecc; b) le sue benemerenze e la storia della sua scuola; c) il numero degli scolari; d) la decenza dei locali; e) il risultato delle visite del console alla scuole lungo l'anno; f) gli esami (DISPACCIO, 1906).

⁵ No original, scuole italiane in San Paolo nel 1905, proposte nel 1906.

as figurações sociais ou, no dizer de Elias (1994), entre a psicogênese e a sociogênese.

Ancorado nos referenciais da História Cultural e tendo a análise documental como procedimento adotado, o presente texto toma como fonte privilegiada *Cuore*, de Edmondo De Amicis e o *Libro di lettura Piccolo Mondo, lettura per le scuole elementari*, de autoria de Fanny Romagnoli e Silvia Albertoni, merecendo destaque a longevidade de ambas as publicações. *Cuore* teve sua última edição em 2018 pela Einaudi, e *Piccolo Mondo*, neste mesmo ano pela *Forgotten Books*.

A proposta deste artigo é pensar a história da educação e privilegiar a investigação acerca da política nacionalista italiana e das propostas educacionais que foram trazidas ao Brasil. Tem como objetivo investigar os valores veiculados e prescritos para o fomento da italianidade e dos laços com a pátria-mãe nos estudantes, nas crianças italianas e filhas de italianos, pertencentes ao grupo de imigrantes que se fixou no núcleo colonial de São Caetano-SP.

O texto está organizado em três partes: na primeira, inspirada nos escritos de Duby (1993, p. 28), busca-se localizar “restos de escritas que emanam do fundo das eras, como destroços de um completo naufrágio”, para uma aproximação do processo escolar entre imigrantes italianos e seus descendentes em terras paulistas; na segunda parte, empreende-se um estudo sobre a materialidade das obras estudadas, com vistas a conhecer e desvendar a proposta educacional, bem como os valores nelas prescritos; e, na terceira, são tecidas considerações acerca da construção da identidade nacional por meio da leitura.

A escola da Sociedade de Mútuo Socorro

O Núcleo Colonial de São Caetano foi fundado em 1877, na recém-adquirida Fazenda de mesmo nome, pertencente ao Mosteiro de São Bento. No mês de julho de 1877, enquanto os imigrantes vênetos recrutados pelo governo brasileiro já se encontravam em viagem no vapor “Europa”, a escritura da fazenda São Caetano era oficialmente transferida da Ordem de São Bento para o governo imperial (MARTINS, 1992).

Esses imigrantes vênetos compõem um contingente bem maior de imigrantes saídos da Península Itálica rumo ao Brasil, e em expressiva quantidade para São Paulo. Vários foram os motivos ao que ficou conhecido como período da Grande Emigração Italiana, ocorrida entre as datas-marco da unificação italiana (1861) e do final da Grande

Guerra (1918), ganhando contorno a partir de fins dos 70, e tornando-se fenômeno de massa entre 1887 e 1902. Trento (1988, 2009) e Cenni (2003) apontam a miséria como a principal delas. Bastante esclarecedora é a descrição feita por Puccini:

Estamos em 1874, há poucos anos a Itália é feita; é, pelo menos politicamente, mas não socialmente: sobretudo no extremo sul da Itália, a paisagem moral é uma das mais turvas e incertas: tudo ou quase ainda precisa ser feito, analfabetismo, malária, latifúndios, estes três males ainda profundos e, pensava-se, talvez até incuráveis em nosso país, tornam a vida muito difícil; não sofrem dezenas, sofrem milhares (1940, p. 15).⁶

A emigração italiana se constituiu ainda em importante fator comercial. Piccarolo (1913) afirma que, no ano de 1911, a taxa de importação de produtos italianos, somente no Estado de São Paulo, ocupava o quinto lugar, sendo precedida pela Grã-Bretanha, Alemanha, pelos Estados Unidos e pela Argentina. Destaca ainda o incremento da indústria de navegação que alcançava franco desenvolvimento, devido ao fluxo migratório transoceânico, a partir dos portos de Gênova, Nápoli e Palermo.

E não menos importante, a emigração italiana se configurou como um fenômeno de equilíbrio socioeconômico, devido ao alívio da pressão e das reivindicações sobre as cidades e a indústria nascente, e pelo envio significativo de remessas dos expatriados,⁷ que, ao enviar dinheiro aos parentes, em certa medida contribuíam para afastar ou postergar uma rebelião social.

Provavelmente, os vênetos que desembarcaram na cidade portuária de Santos e foram conduzidos até o Núcleo Colonial São Caetano, enfrentaram as difíceis condições econômicas descritas acima. Os primeiros anos de vida no Núcleo foram marcados por luta pela sobrevivência, pela construção das casas, pelo plantio da terra, pelo preparo do pasto, pelas reivindicações do que lhes havia sido

⁶ Siamo nel 1874, da pochi anni l'Italia è fatta; è, almeno politicamente a posto, ma no socialmente: soprattutto nell'estremo sud d'Italia, il paesaggio morale è dei più torbidi e incerti: tutto o quase è ancora da fare, l'analfabetismo, la malária, il latifondo, questi tre mali allora profondi e, si pensava, fors'addirittura insanabili nel nostro paese, rendono difficilissima la vita; non soffrono le decine, soffrono le migliaia.

⁷ As remessas enviadas passam a ser arbitradas pelo governo italiano, um exemplo é a Lei de 1º de fevereiro de 1901, n. 24, sobre a tutela de remessas e de economias dos emigrantes italianos no Exterior e seu Regulamento.

empenhado pelo governo brasileiro, como o fornecimento de alimentos e o pagamento das diárias, além da luta incessante pela vida ameaçada pela doença e pela morte, sobretudo, pela mortalidade infantil;⁸ como forma de acalmar as aflições e os sofrimentos, buscavam consolo na religião e criavam, entre si, uma rede de apoio mútuo e solidariedade (MARTINS, 1992; MIMESSE, 2013).

Desta forma, a religião católica e a italianidade se constituíram elementos aglutinadores, delineando assim uma identidade para o imigrante: católico e italiano. Ainda que essas duas identidades não coexistissem, à época, tão pacificamente, posto que o *Risorgimento* italiano foi feito em bases conflitivas e de hostilidade entre o Estado e a Igreja. Como esclarece Martins (1992), o conflito era entre o Estado e o papa, estando, portanto, muito distante das questões cotidianas dos emigrados.

O segundo grupo de imigrantes que chegou vindo de Mantua, entre 1878 e 1892, além das doenças e da morte, encontrou condições ainda mais adversas. Diferentemente da primeira leva, esses não mais conseguiram lotes no Núcleo e, consequentemente, não receberam subsídios do governo brasileiro para os primeiros seis meses de assentamento. Imersos em tantas dificuldades, os imigrantes criaram a Sociedade de Mútuo Socorro *Principe di Napoli*,⁹ pautada em princípios de solidariedade presentes no *Risorgimento*.

A Sociedade de Mútuo Socorro *Principe di Napoli*,¹⁰ fundada em 1892, foi criada em meio – e como consequência de – a uma série de mudanças econômicas, sociais e culturais que impactavam os imigrantes italianos, levando à fundação de associações de mútuo socorro em várias localidades.¹¹

⁸ As causas da mortalidade infantil, entre fins do século XIX e início do século XX, eram a febre amarela, a malária, a febre tifoide, a varíola, a coqueluche, mas também pela ausência de assistência médica, além da desnutrição. A esse respeito consultar: VERONA, F. Vida e morte dos operários de Schio em São Paulo: uma leitura dos Registros Obituários do Cemitério do Brás, de 1893 a 1895. In: CARNEIRO, M. L. T. et al. (org.). *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010. p. 267- 298.

⁹ No original Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli. A respeito consultar Panizzolo (2017) *A escola da Sociedade de Mútuo Socorro Principe di Napoli: o que nos contam os documentos?*; Panizzolo (2016 a) *Livros de leitura, dizeres e fazeres da escola primária étnica italiana no Brasil entre fins do século XIX e início do século XX: o estudo do livro Libro de Letture Piccolo Mondo, lettura per le scuole elementari*; Panizzolo (2016b) *Piccolo Mondo lettura per le scuole elementari: mutualismo e educação em uma escola étnica italiana em São Paulo*.

¹⁰ A este respeito consultar o capítulo *O mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora* de Martins (1992).

¹¹ A este respeito ler: Biondi (2011) que localizou entre 1878 e 1924 a existência de 44 sociedades mutualistas em São Paulo e nos centros urbanos periféricos de Santo Amaro, São Bernardo e São Caetano.

A Società¹² tinha funções bastante definidas tais como: pagamento de um subsídio aos doentes, uma soma para as despesas hospitalares; pagamento de consultas médicas; pagamento de remédios e acompanhamento aos doentes feito pelos sócios em turnos. Além disso, a sociedade empenhava-se em pagar as despesas do funeral do sócio, cuja família não estivesse em condições de honrá-las.

A Società abrigou em sua sede uma *Scuola Italo Brasiliiana* (Escola Ítalo-Brasileira), sobre a qual ainda pouco se sabe. Permeada por silêncios e fragmentos, os documentos localizados não nos contam sobre sua fundação, a estrutura curricular, a organização do tempo e do espaço, os métodos, a cultura escolar. Em meio aos resíduos, temos pistas de que sua fundação se deu entre 1911 e 1923. Até 1911, nada consta nas Atas da Società sobre a escola. Entre 1911 e 1929 as Atas desapareceram! O que indica a forma muitas vezes pouco apropriada de guarda de documentos em acervos. Em 1923, há uma foto registrando a existência dessa escola. Na Ata de 9 de setembro de 1931, há uma deliberação para “oficializar ao Professor Cunha de ser gentil e desocupar a nossa Sede Social, inclusive porque não é pontual com o pagamento”.

Figura 1 – Scuola Principe di Napoli



Fonte: Fundação Pró-Memória de São Caetano.

¹² No artigo do seu Estatuto definia: É constituída em São Caetano uma sociedade de mútua ajuda com o nome de “Principe di Napoli”, cujo propósito é a união, a instrução, a moralidade e ajuda mútua entre os italianos. O símbolo é a bandeira nacional e com o motivo “Principe di Napoli” (Sociedade de Mútuo Socorro Príncipe de Nápoles, 1922, p. 3).

A foto do professor e de seus alunos nos provoca uma série de questões: Seria um único professor ou uma escola com vários professores? Qual a formação desse professor? Dele pouco se sabe. Seu nome era Giovanni Cardo, nascido em Cologna Veneta, pertencente à província de Verona, e proprietário de uma outra escola em São Paulo, a Dio e Popolo.

Com relação à *Scuola Principe di Napoli*, provavelmente oferecia o curso denominado elementar, que era organizado em inferior composto pela 1^a, 2^a e 3^a classes, e superior, pela 4^a e 5^a classes. De acordo com os dados colhidos no documento “Elenco das escolas italianas do Estado de São Paulo em 1905”,¹³ a maioria das escolas da cidade de São Paulo oferecia o curso elementar inferior até a terceira classe, um outro tanto de escolas oferecia o elementar completo, ou seja, da primeira até a quinta série, e algumas poucas criaram um tipo híbrido composto pelo elementar inferior acrescido da quarta série. Com relação à escola *Principe di Napoli* não se sabe, mas a foto sugere um intervalo grande de idade, o que nos permite supor que oferecesse o elementar completo.

É possível supor que a escola obedecesse à estrutura curricular definida no documento *Programas para as escolas elementares italianas do Estado de São Paulo*,¹⁴ de 1904, composto por Língua Italiana (1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a classes); Língua Portuguesa (3^a, 4^a, 5^a classes); Aritmética Prática (1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a classes); História, Geografia, Direitos e Deveres-Brasil e Itália (2^a, 3^a, 4^a, 5^a classes); Caligrafia (1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a classes); Noções variadas (foco no Brasil); Desenho; Canto, Ginástica, Trabalho Manual, sendo estas cinco últimas sem indicação da série. Além da Língua Portuguesa, ao que parece, alguns símbolos patrióticos também eram ensinados e valorizados em sala, como relata Novaes (1991), acerca de uma visita que o diretor do grupo escolar São Caetano fez à escola da Sociedade *Principe di Napoli*:

287

O nosso professor fez todos os alunos ficarem de pé e cantar o Hino Nacional brasileiro, e dezenas de vozes vibrantes encheram a grande sala de aula. Terminado o hino, o nosso mestre, inflado de satisfação e orgulho, voltou-se para o professor Perrenoud, cabeça erguida, queixo lançado para a frente, como a afirmar: aqui também são cultuados os símbolos nacionais brasileiros, embora a escola seja italiana! (1991, p. 3).

¹³ No original, *Elenco delle scuole italiane nello stato di San Paolo, nel 1905.*

¹⁴ No original, *Programmi per le scuole elementari italiane dello stato di S. Paolo (Brasile).*

Sobre o mobiliário, espaço físico da escola, método de ensino adotado nada se sabe, mas sobre “métodos” disciplinadores sim. O professor Giovanni Cardo, como tantos à época usava a vara,¹⁵ conforme inscrição no verso da única foto localizada. De acordo com o *Regulamento para as escolas italianas no exterior*, de 1915,¹⁶ em seu art. 62 era proibido usar meio disciplinar não consentido nas boas normas pedagógicas. Seria o uso da vara aprovado pelas consideradas boas normas em circulação?

Neste mesmo *Regulamento*, há informações sobre o ano escolar, segundo o art. 10, não deveria ter mais de dez meses nem menos de nove, sendo as férias semanais de não mais de dois dias.

As crianças fotografadas seriam da mesma turma? As aulas funcionavam em regime de coeducação? As crianças estão todas uniformizadas e calçadas. A Sociedade teria subsidiado o uniforme? As famílias imigrantes já estariam estabelecidas e com certa prosperidade, o que assegurava condições de manter as crianças na escola, longe do trabalho e com condições de arcar com tais despesas? Com relação ao salário do professor, quem o mantinha? Receberia o subsídio em dinheiro proveniente do Ministério das Relações Exteriores da Itália? As próprias famílias pagavam o salário do professor Cardo? No *Regulamento*, encontramos algumas pistas. Segundo o art. 27, as famílias dos alunos das escolas coloniais¹⁷ elementares e médias deveriam contribuir pagando a matrícula, as mensalidades e o diploma, sendo o envio de livros e materiais escolares distribuídos gratuitamente, ou haveria pagamento, segundo as possibilidades da família.

A seguir será apresentando o livro *Cuore* utilizado na *Scuola Principe di Napoli*, e que provavelmente tenha sido recebido como subsídio enviado pelo Ministério das Relações Exteriores, para contribuir com a instrução das crianças italianas ou filhas de italianos que viviam fora da Península Itálica.

¹⁵ Consta do acervo iconográfico da Fundação Pró-Memória de São Caetano a descrição: “O diretor era o Prof. Giancarlo [sic] Cardo e a Secretaria sua filha Maria Cardo. O livro didático para o grupo de alunos adiantados era *Il Cuoro* [sic], editado em italiano. Pedro (Pierim) Matiolo levava as varinhas de marmelo para o professor, mas era o primeiro a experimentá-las como castigo devido à sua má-conduta” (Acervo 3917- A1 V5 P261).

¹⁶ No original, *Regolamento per le scuole italiane all'estero*.

¹⁷ Segundo o Regulamento, as escolas italianas no Exterior eram de três tipos: escolas de estado em países no Exterior; escolas coloniais laicas e confessionais; escolas estrangeiras, nas quais se ensina a Língua Italiana, como elemento de cultura e instrumento de comércio.

Cuore: letteratura per ragazzi

Edmondo De Amicis, egresso da Academia Militar, por alguns anos dedicou-se ao serviço militar; foi membro do Partido Socialista, e dedicou-se à imprensa, como editor do periódico *L’Italia Militare* em 1867, correspondente a partir de 1871 de *La Nazione*, o maior jornal de Firenze e também da revista *L’Illustrazione Italiana*, da editora Fratelli Treves. (CESANA, 2008; BOERO; GENOVESI, 2009). A dedicação à literatura, iniciada com a publicação de *La vita militare* (1868), foi fartamente estimulada pelo seu trabalho como correspondente, inspirando-o a publicar *Spagna* (1873); *Olanda e ricordi di Londra* (1874); *Marocco* (1876); *Costantinopoli* (1878); *Alle porte d’Italia* (1884); *Sull’oceano* (1889), dentre outras obras. A obra que, no entanto, o consagrou nacional e internacionalmente, foi aquela em que se dedicou a tratar das questões educacionais, o livro *Cuore*,¹⁸ publicado em 1886 pela Editora Treves de Milão.

Em 1899, o Ministério das Relações Exteriores publicou um *Elenco de livros de textos obrigatórios para as escolas italianas no exterior*; dentre eles constava o *Cuore* aprovado para a 5^a classe. Dentre o elenco de livros aprovados para a escola primária pela Comissão Provincial instituída pela Circular Ministerial, n. 18, de 1º de março de 1905, *Cuore* consta uma única vez, aprovado para uso da 5^a classe da Província de Potenza (BARAUSSE, 2008, p. 562). No documento *Escolas italianas em São Paulo em 1905*, o *Cuore* constava como um dos livros a ser distribuído às escolas.

Anos depois, a Comissão Central presidida pelo diretor-geral da Instrução Elementar, Giuseppe Lombardo Radice (1923-1924), analisou, aprovou e enalteceu os valores de *Cuore*, como um livro digno de louvor, por seu valor artístico e didático (ASCENZI; SANI, 2005, p. 14).

Estes indícios apontam para a questão estrutural da obra, ou seja, *Cuore* provavelmente tenha sido considerado não um livro propriamente de leitura, de uso exclusivo para escola ou determinada classe escolar, mas como um livro de literatura infantil, de uso para além dos muros escolares.

Cuore escrito de modo bastante original, sob a forma de um diário, tem como protagonista Enrico Bottini, um aluno, de família

¹⁸ A respeito de *Cuore* consultar o artigo de Bastos (2004) intitulado *Cuore, de Edmondo De Amicis (1886): um sucesso editorial, e a dissertação de mestrado de Belo (2017) Amigos do coração: representação de criança, infância e educação, na obra de Edmondo de Amicis.*

burguesa, que frequenta a terceira série de uma escola em Torino. O menino narra acontecimentos cotidianos do seu convívio escolar e familiar, apresentando, em cada relato, seus colegas, professores e família composta pelo pai, a mãe e sua irmã mais velha Sílvia e um irmão mais novo. Cabe destacar que a narrativa do menino é interrompida, vez por outra, por comentários inseridos, no diário, por seus pais. Esses comentários, marcados por forte tom moralista, referem-se a advertências, repreensões, conselhos e ponderações sobre determinada situação.

Além do professor titular da turma, Perboni, outros oito mestres participam da história, e ainda o diretor da escola, um homem apresentado como sendo bondoso com as crianças. Garrone, Franti, Nobis, Coretti, Robetti, Garoffi, Precossi, Coraci, Stardi, Crossi, Nelli, Rabucco, Derossi, Votini são os companheiros de classe de Enrico, introduzidos ao longo da narrativa, tendo suas características e comportamentos descritos.

É de Enrico Bottini a voz que anuncia a sequência dos acontecimentos. A apresentação do texto segue exatamente o modelo de Diário, com informações sobre o mês, a data, o dia da semana e um título.

17 de outubro, segunda-feira.

O primeiro dia de aula

Hoje primeiro dia de aula. Esses três meses de férias no campo passaram como um sonho! Minha mãe me levou esta manhã até a seção Baretti, para me inscrever na terceira série elementar: pensei no campo e ia com má-vontade. Todas as ruas estavam cheias de meninos; as duas livrarias estavam cheias de pais e mães que compravam mochilas, pastas e cadernos, e, em frente à escola, tantas pessoas amontoadas, que o zelador e o guarda civil custaram para manter a porta limpa. Perto da porta, senti um toque no ombro; era meu professor da segunda série, sempre alegre, com seu cabelo vermelho emaranhado, que me disse: – Então, Enrico, estamos separados para sempre? Eu bem sabia; e ainda assim essas palavras me penalizaram. Entramos com dificuldade [...] Minha professora da primeira superior me cumprimentou da porta da classe e me disse: – Enrico, você vai ao andar de cima, neste ano; não te verei nem passar! E me olhou com tristeza [...] Às dez horas estávamos todos na sala de aula: cinquenta e quatro: apenas quinze ou dezesseis dos meus companheiros da segunda classe, incluindo Derossi, aquele que sempre tem o primeiro prêmio [...] Eu disse para mim mesmo: Este é o primeiro

dia. Ainda [há] nove meses. Quantos trabalhos, quantos exames mensais, quanto para realizar! (DE AMICIS, 2010, p. 26-7).¹⁹

A cada nova anotação no diário, Enrico apresenta as personagens que participam de sua vida e de seu ano escolar; assim, pouco a pouco, descreve sua casa, a casa de seus colegas, a escola e os lugares diversos por onde passa e brinca. Descreve as experiências por ele vividas e seu processo de socialização e interação com outras crianças, com os professores e familiares.

Em *Cuore*, De Amicis apresenta uma estrutura familiar, em que cada membro tem seu papel bem definido. Dentre as várias atribuições da mãe, destaca-se: educar e cuidar dos filhos e da casa e ensinar valores e comportamentos, como paciência, obediência, bondade, caridade, entre outros. É a mãe de Enrico que se dedica à educação de seu caráter, ensinando-lhe, por meio de conselhos, a ser obediente, caridoso, paciente e estudioso, conforme se lê no exemplo: “Ouve, filhinho. Não te habitues a passar indiferente pela miséria que te estende a mão, menos ainda diante de uma mãe que pede uma esmola para seu filho. Pensa que essa criança talvez tenha fome, e pensa [sobre] a tortura da pobre mulher!” (DE AMICIS, 2010, p. 53-54).²⁰

O pai de Enrico tem atribuições relevantes, no que se refere à educação moral do filho, aconselhando-o, por exemplo, sobre a importância da família, do trabalho e do amor à pátria:

Sim, querido Enrico, o estudo parece duro a você, como disse sua mãe: não te vejo você ir à escola com ânimo e rosto

¹⁹ Ottobre, 17, lunedì.

Il primo giorno di scuola

Oggi primo giorno di scuola. Passarono come un sogno quei tre mesi di vacanza in campagna! Mia madre mi condusse questa mattina alla sezione Baretti a farmi iscrivere per la terza elementare: io pensavo alla campagna, e andavo di mala voglia. Tutte le strade brulicavano di ragazzi; le due botteghe di libraio erano affollate di padri e di madri che comprano zaini, cartelle e quaderni, e davanti alla scuola, s'acalcava tanta gente, che il bidello e la guardia civica duravan fatica a tenere sgombra la porta. Vicino alla porta, mi sentii toccare una spalla; era il mio maestro di seconda, sempre allegro, coi suoi capelli rossi arruffati, che mi disse: – Dunque, Enrico, siamo separati per sempre? – lo lo sapevo bene; eppure mi fecero pena quelle parole. Entrammo a stento [...] La mia maestra della prima superiore mi salutò di sulla porta della classe e mi disse: – Enrico, tu vai al piano di sopra, quest'anno: no ti vedrò nem più passare! – e mi guardò con tristezza [...] Alle dieci eravamo tutti in classe: cinquantaquattro: appena quindici o sedici dei miei compagni della seconda, fra i quali Derossi, quello che ha sempre il primo premio [...] lo dicevo tra me: Ecco il primo giorno. Ancora nove mesi. Quanti lavori, quanti esami mensili, quante fatiche! (DE AMICIS, 2010, p. 26-27).

²⁰ “Senti, figliuolo. Non abituarti a passare indifferente davanti alla miseria che tende la mano, e tanto meno davanti a una madre che chiede un soldo per il suo figlio. Pensa che forse quel bambino aveva fame, pensa allo strazio di quella povera donna” (DE AMICIS, 2010, p. 53-54).

alegre, como eu gostaria. Você ainda resiste. Mas ouça: pense um pouco que miserável, desprezível seria o seu dia, se você não fosse para a escola! Com as mãos postas, no final de uma semana, você nos pediria para voltar, atormentado pelo tédio e pela vergonha, cansado de seus brinquedos e de sua existência. Hoje, todos estudam, meu Enrico. Pensa nos operários que vão à escola, depois de trabalharem o dia inteiro; nas mulheres, nas moças do povo que vão à escola aos domingos, depois de trabalharem toda a semana; nos soldados que pegam nos livros e nos cadernos, quando voltam exaustos dos exercícios; pensa nos meninos mudos e cegos que também estudam; e até nos presos que também aprendem a ler e escrever [...] se este movimento cessasse, a humanidade recairia na barbárie; este movimento é o progresso, a esperança, a glória do mundo. – Coragem, pois, pequeno soldado do imenso exército. Seus livros são a sua arma; a sua classe é o batalhão; o campo de batalha é a terra inteira, e a vitória é a civilização humana (DE AMICIS, 2010, p. 33-34).²¹

Ao pai cabe ainda ensinar o valor do trabalho e do amor à pátria. Integram os conselhos paternos a valorização do estudo e da escola, apresentada como uma extensão da família, além de condição fundamental para o progresso e sucesso pessoal e da pátria.

De Amicis apresenta o professor como autoridade merecedora de deferência, pessoa sábia que deve ser amada e respeitada, cuja principal atribuição é instruir e guiar os alunos pelo caminho do bem. O Prof. Perboni é apresentado como amável, gentil, bondoso e sempre disponível a seus alunos. Repreende, quando necessário, mas sabe também incentivar, aconselhar e elogiar seus alunos.

Nota-se ainda a caracterização da escola, por meio da descrição de elementos constitutivos de sua cotidianidade, como o tempo da entrada, saída; o recreio, as férias, etc.; os móveis e materiais escolares,

²¹ Sì, caro Enrico, lo studio ti è duro, come ti dice tua madre: non ti vedo ancora andare a scuola con quell'animò risoluto e con quel viso ridente, ch'io vorrei. Tu fai ancora il restiò. Ma senti: pensa un po'che misera, spregevole cosa sarebbe la sua giornata se tu non andassi a scuola! A mani giunte, in capo a una settimana, domanderesti di ritornarci, rosò dalla noia e dalla vergogna, stomacato dei tuoi trastulli e della tua esistenza. Tutti, tutti studiano ora, Enrico. Pensa agli operai che vanno a scuola dopo aver faticato tutta la giornata; alle donne, alle ragazze del popolo che vanno a scuola la domenica, dopo aver lavorato tutta la settimana; ai soldati che metton mano ai libri e ai quaderni quando tornano spossati agli esercizi; pensa ai ragazzi muti e ai ciechi, che pure studiano; e fino ai prigionieri, che anch'essi imparano a leggere e scrivere [...] – Se questo movimento cessasse, l'umanità ricadrebbe nella barbarie; questo movimento è il progresso, la speranza, la gloria del mondo. – Coraggio dunque, piccolo soldato dell'immenso esercito. I tuoi libri sono le tue armi, la tua classe è la tua squadra, il campo di battaglia è la terra intera, e la vittoria è la civiltà umana (DE AMICIS, 2010, p. 33-34).

tais como: relógio, mapas, quadros, sino, etc.; as normas de conduta e disciplina; os exames, as premiações e punições; as festas escolares, etc.

De Amicis, ao longo da narrativa destaca a relevância da escola e da leitura para que as crianças se tornem boas pessoas e bons cidadãos, afinal, para ele a escola parece ser o lugar ideal para a criação da identidade nacional, onde crianças e adolescentes convivem entre si com as diferenças sociais, regionais e físicas, constituindo-se, assim, um espaço que a todos acolhe. No dia 22 de outubro, há um relato sobre a diversidade do povo italiano, intitulado “O menino calabrês”:

Hoje entra na escola um pequeno italiano nascido em Reggio di Calabria, a mais de quinhentos quilômetros daqui. Queiram bem ao irmão que veio de longe. Ele nasceu em uma terra gloriosa, que pede à Itália homens ilustres e dá-lhe fortes trabalhadores e bons soldados; em uma das terras mais belas de nossa pátria [...] Queiram-no bem, de modo que não percebe que está longe da cidade onde nasceu; mostrem-lhe que um menino italiano, em qualquer escola italiana em que ponha os pés, encontra irmãos [...] Para que pudesse acontecer de um menino de Turim se sentir em casa em Reggio di Calabria, nosso país lutou por cinquenta anos e trinta mil italianos morreram. Vocês devem se respeitar e se amar entre vocês ... (DE AMICIS, 2010, p. 29).²²

A veiculação de valores, tais como: esforço pessoal, dedicação, senso de dever, respeito às autoridades, à família e à pátria, é assegurada em *Cuore*, de modo a modelar o futuro cidadão italiano. O tema da identidade nacional, bem como da tolerância e boa convivência, é flagrado em diferentes registros do diário de Enrico. Ao longo do diário, o garoto transcreve histórias que seu professor conta à classe, mensalmente. “Todo mês, disse ele, vai escrever um, vai nos entregar por escrito, e será sempre o relato de uma ação verdadeira e bonita, realizada por um garoto” (DE AMICIS, 2010, p. 31). Trata-se dos *Contos mensais*. São nove os contos presentes no livro, e se intitulam: O pequeno patriota de Pádua; A pequena torre de vigia lombarda; O pequeno escrivão

²² Oggi entra nella scuola un piccolo italiano nato a Reggio di Calabria, a più di cinquecento miglia di qua. Vogliate bene al vostro fratello venuto di lontano. Egli è nato in una terra gloriosa, che chiede all'Italia degli uomini illustri, e le dà dei forti lavoratori e dei bravi soldati; in una delle più belle terre della nostra pátria [...] Vogliateli bene, in maniera che non s'accorga di essere lontano dalla città dove è nato; fategli vedere che um ragazzo italiano, in qualunque scuola italiana metta il piede, ci trova dei fratelli [...] Perché questo fato potesse accadere, che um ragazzo di Torino fosse come a casa propria a Reggio Calabria, il nostro paese lottò per cinquant'anni, e trentamila italiani morirono. Voi dovete rispettarvi, amarvi tutti fra voi... (DE AMICIS, 2010, p. 29).

florentino; O tamborim sardo; O enfermeiro de Tata; Sangue romano; Valor civil; Dos Apeninos aos Andes, e Naufrágio.²³

Os protagonistas dos contos são crianças oriundas de diferentes regiões do território unificado da Itália. Um exemplo é o primeiro conto, denominado *Il Piccolo patriota padovano*, que apresenta a história de um menino humilde, filho de camponeses de Pádua, que havia sido vendido pelos pais a uma companhia de Saltimbancos. Após anos de maus-tratos, o menino consegue escapar e, no barco para Gênova, conhece três viajantes, que por “compaixão, um pouco porque excitados pelo vinho, deram dinheiro a ele” (DE AMICIS, 2010, p. 35).²⁴ Mas em seguida, começam a criticar a Itália. Para eles nada andava bem, os hotéis, as ferrovias, a ignorância do povo, a falta de higiene, etc., quando, em um ato de revolta, o menino jogou as moedas no chão e disse: – “Tomem o dinheiro de vocês de volta, não aceito esmolas de quem insulta o meu país” (DE AMICIS, 2010, p. 36).²⁵

Os contos mensais são marcados pelos valores do *Risorgimento* e exaltam, principalmente, a abnegação e o sacrifício pela pátria. As crianças retratadas são provenientes de diferentes regiões da Itália, o que pode ser interpretado como uma estratégia para valorizar os aspectos locais e regionais, que, no entanto, são entrelaçados pelo sentimento de pertencimento a uma mesma pátria, que tem a mesma língua, os mesmos heróis e os mesmos monumentos. *Cuore* desempenha, assim, importante papel, ao ensinar sobre a nobreza de se lutar pela pátria, por meio da apresentação de heróis nacionais da Unificação, como Garibaldi, Cavour, Mazzini, e primeiro rei da Itália após a Unificação, Vitorio Emanuelle II.

Ao que parece De Amicis, em *Cuore*, busca atender ao desafio proposto por Massimo D’Azeglio na célebre frase: “Fizemos a Itália, se trata agora de fazer os italianos”. Desta forma, dispende expressivo esforço para, por um lado, ensinar as crianças e adolescentes a não serem indisciplinados, irresponsáveis, desonestos e pusilânimis, vícios apontados como sendo a raiz do declínio da Itália, e que o *Risorgimento* pretendia substituir pelos denominados dotes viris; e

²³ Il piccolo patriota padovano; La piccola vedetta lombarda; Il piccolo scrivano fiorentino; Il tamborino sardo; L’infermiere di Tata; Sangue Romagnolo; Valor civile; Dagli Appennini alle Ande, e Naufragio.

²⁴ per compassione, un poco perché eccitati dal vino, gli diedero dei soldi

²⁵ Ripigliatevi i vostri soldi indietro, io non accetto l’elemosina da chi insulta il mio paese (DE AMICIS, 2010, p. 36).

por outro lado, construir na recém-unificada Itália a ideia de Pátria, ou seja, um lugar comum, em que os cidadãos pudessem partilhar costumes, a língua, a história, a memória e o nascimento de um Estado criado pela vontade coletiva.

Piccolo mondo, letture per le scuole elementari

Entre 1888 e 1916, conforme esclarece Barausse (2016), ocorreu um período de interesse e atenção à produção de livros destinados às escolas italianas no Exterior, que se materializa no elenco de livros autorizados a serem utilizados nas escolas, publicado pelo Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com o Ministério da Instrução Pública.

Um desses muitos livros produzidos na Itália, e destinados às escolas italianas no Exterior, é *Piccolo mondo, letture per le scuole elementari*, para a escola feminina e masculina, composto por sete livros: silabário, livro complementar ao silabário, primeiro livro de leitura, segundo livro de leitura, terceiro livro de leitura, quarto livro de leitura e quinto livro de leitura, de autoria de Fanny Romagnoli, professora integrante da Sociedade de Professores Bolonheses e Silvia Albertoni, publicado pela importante editora fiorentina Bemporad, que, ao lado da Editora Mondadori, detinham o maior número de livros aprovados pelo Ministério (GALFRÉ, 2005).

Piccolo mondo havia também sido aprovado para ser adotado nas escolas da Península Italiana. De acordo com Barausse (2008), a Circular Ministerial n. 75, de 24 de setembro de 1900, aprovava o livro complementar ao silabário, com destaque às gravuras presentes. No ano de 1905, os livros foram também indicados para províncias específicas, conforme se lê no quadro a seguir:

Quadro 1 – Libri de Letture, Piccolo Mondo, aprovados pela Circular Ministerial n. 18, de 1/3/1905

Região	Material adotado					
Palermo, Genova, Ascoli-Piceno, Arezzo, Pisa, Como, Parma, Firenze, Catania	Piccolo Mondo – Sillabario	Piccolo mondo – Compimento al Sillabario	Piccolo mondo – Per la 2ª classe	Piccolo Mondo – Per la 3ª classe	Piccolo mondo – Per la 4ª classe	Piccolo mondo – Per la 5ª classe
Venezia	Piccolo Mondo – Sillabario	Piccolo mondo – Compimento al Sillabario	Piccolo mondo – Per la 2ª classe		Piccolo mondo – Per la 4ª classe	Piccolo mondo – Per la 5ª classe
Caserta	Piccolo mondo – Sillabario	Piccolo mondo – Compimento al Sillabario	Piccolo mondo – Per la 2ª classe	Piccolo mondo – Per la 3ª classe		
Reggio Calabria	Piccolo mondo – Sillabario	Piccolo mondo – Compimento al Sillabario				
Massa-Carrara Siracusa	Piccolo mondo – Sillabario	Piccolo mondo – Compimento al Sillabario				
Cuneo		Piccolo mondo – Compimento al Sillabario	Piccolo mondo – Per la 2ª classe	Piccolo mondo – Per la 3ª classe		
Potenza Piacenza Pesaro-Urbino						
Chieti Ancona	Piccolo mondo – Sillabario		Piccolo mondo – Per la 2ª classe	Piccolo mondo – Per la 3ª classe	Piccolo mondo – Per la 4ª classe	Piccolo mondo – Per la 5ª classe
Cremona	Piccolo mondo – Sillabario					
Lecce		Piccolo mondo – Compimento al Sillabario	Piccolo mondo – Per la 2ª classe		Piccolo mondo – Per la 4ª classe	Piccolo mondo – Per la 5ª classe

Fonte: Barause (2008, p. 498- 681).

Embora ainda não disponha de informações sobre o número de edições, o exemplar localizado na documentação da *Società*, objeto de estudo neste texto, é de 1910 e refere-se ao volume indicado para o ensino de meninos e de meninas da 4ª classe.

O livro, em formato pequeno (10cm de largura por 17cm de altura) é composto por 311 páginas distribuídas por 156 historietas e poesias, sendo mais de um terço delas ilustradas. Os textos são produzidos em sua maioria pelas autoras, havendo, no entanto, excertos de textos de outros autores italianos. *Piccolo mondo* tem como núcleo central: a família Rosati, o pai, o Sr. Rosati, engenheiro da ferrovia; a mãe, a Sra. Clotilde, mulher educada que cuida da educação das crianças; e os três filhos: Alberto de 13 anos, Isabella de 11 e Giorgio de 9. As histórias se desenvolvem em torno do núcleo familiar, relacionamento entre pai,

mãe e filhos, e nos âmbitos de socialização, dos quais seus membros tomam parte, a escola e o círculo de amigos. Menor parte dos textos pode ser considerada avulsa, desvinculada do universo acima descrito.

Piccolo mondo apresenta uma preocupação com o ensino científico e com a valorização das Ciências Naturais. Nas historietas, estão presentes temáticas voltadas à higiene, saúde, morte adulta e infantil, nutrição, aos remédios e às vacinas e plantas. Por meio de textos descritivos que têm por finalidade fornecer noções básicas ao leitor, a natureza é apresentada harmoniosamente organizada e classificada, com funcionamento eminentemente prático. Alguns exemplos são historietas sobre os elementos grandes e pequenos do mundo vegetal, sobre tipos específicos de plantas, além das plantas da horta e sobre um bosque.

Há historietas voltadas aos saberes da Geografia; dessa forma, as autoras dão continuidade ao ensino de Ciências Naturais, através de conteúdos que abordam diversos aspectos do meio ambiente. Os textos oferecem ao pequeno leitor algumas noções simples, especialmente sobre a água, presente em suas diferentes formas. As crianças são ensinadas também a respeitar e valorizar as estações do ano, seu respectivo clima e temperatura, além dos diferentes tipos de relevos e o cultivo da terra. Com relação aos conteúdos que privilegiam o homem, *Piccolo mondo* descreve as experiências humanas com a caça, a pesca, o trabalho na agricultura e na indústria, além das invenções como o trem e o navio.

Quanto aos conteúdos que privilegiam a vida em sociedade, as autoras apresentam um relato sobre a Exposição de 1898, que aconteceu em Torino, para explicar as diferentes raças humanas, a caucásica, a etiópica, a amarela, a americana e a malásia. Ao fazê-lo, as autoras categorizam²⁶ os seres humanos e destacam os traços físicos observáveis nas crianças; usam para isto adjetivos, tais como: belo, feio, grosso, liso, crespo, e apresentam ao leitor uma verdadeira hierarquia entre os seres humanos, conforme se lê a seguir:

²⁶ Segundo Schwarcz (2002), a partir de 1870 diversas teorias, entre elas o evolucionismo e o darwinismo buscavam, cada uma a seu modo, produzir uma teoria racial. Assim, se, de um lado, os evolucionistas monogenistas defendiam a origem unica da humanidade e a possibilidade de “hierarquizar raças e povos, em função de seus diferentes níveis mentais e morais” (p. 55), de outro lado, os evolucionistas poligenistas, embora acreditassesem na “existência de ancestrais comuns na pré-história, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas” (p. 55). A origem das espécies de Darwin deu margem a inúmeras interpretações a respeito dos famosos conceitos de evolução e hereditariedade, seleção do mais forte e competição, que foram acionados de diferentes formas e por diversos grupos, para orientar os debates da época, em torno de questões como civilização e progresso.

As crianças da Terra Santa, os árabes e as meninas do alto Egito, com a pele quase branca, com perfil regular, com seus belos olhos, se pareciam muito com o tipo europeu, pertencente, na verdade, também à raça caucasiana; enquanto que as pequenas atrações eram o tipo perfeito da raça negra ou etíope: lábios grossos, nariz achatado, cabelos crespos e com aparência de lâ: eram feios de fato [...] A raça amarela foi representada por meninos chineses; os meninos tinham aparência astuta e não eram muito feios; mas os mais velhos inspiravam pouca simpatia, com aquela pele amarelada, esticada sobre maçãs do rosto salientes, com olhos oblíquos e expressão estranha, e com aqueles cabelos negros e lisos, presos em rabos de cavalo [...] Vieram à Exposição alguns representantes da raça americana ou vermelho-cobre, que vieram da Terra do Fogo, na América do Sul meridional [...] Eu não vi qualquer representação da raça Malásia, e eu não acho que houvesse mesmo (ROMAGNOLI; ALBERTONI, 1910, p. 42-45).²⁷

Estes textos sobre a vida em sociedade nos permitem compreender como uma realidade social é construída e pensada, a partir das representações sociais determinadas pelos interesses dos grupos que as criam e que, portanto, não são neutras, ao contrário, são conduzidas por estratégias que visam legitimar seus discursos. Chartier (1994, p. 104) as define como um conjunto de “representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação, a partir dos quais estes classificam, julgam e agem”.

O ensino da História, especificamente da História da Pátria, ocupa lugar de destaque nas páginas de *Piccolo mondo*, provavelmente considerada pela elite intelectual que pensava a educação na Itália, como sendo uma disciplina fundamental para a nação recém-unificada, com o objetivo voltado ao patriotismo e nacionalismo do povo italiano (dentro e fora da Itália). É ofertado ao leitor um passeio pelo país, por

²⁷ I bimbi di Terrasanta, gli Arabi e le fanciulle dell'alto Egito, colla pelle quase bianca, col profilo regolare, cogli occhi bellissimi, somigliavano molto al tipo europeo, appartenendo infatti anch'essi alla razza caucasica; invece Le piccole Galla ci presentavano il perfetto tipo della razza negra o etiopica: labra grosse, naso schiacciato, capelli crespi e lanosi: erano brutine davvero [...] La razza gialla era rappresentata da ragazzetti cinesi; i piccoli avevano l'aria furba e non erano bruttissimi; maí più grandicelli ispiravano poca simpatia, com quella pelle giallastra, tirata sugli zigomi sporgenti, com quegli occhi obliqui e di strana espressione, e quei capelli Neri e lisci, stretti in um lungo e sottile codine [...] Erano venuti all'Esposizione anche alcuni rappresentanti della razza americana o rosso-rame, che erano partiti dalla loro Terra del Fuoco, al sud dell'America Meridionale [...] Non vidi alcuna rappresentanza della razza malese, e non credo ce ne fosse (ROMAGNOLI; ALBERTONI, 1910, p. 42-45).

meio de descrições e imagens de lugares e monumentos importantes da Itália: Caverna *Del Farneto* em Bologna; os canais e as gôndolas, a *Scala dei Giganti*, a *Ponte dos Suspiros*, a *Ponte de Rialto*, a igreja *Madona da Saúde*, de São Giovanni e Paulo, a *Basílica San Marco*, a torre do relógio em Veneza; a *Arena*, a *Piazza dell'Erbe* e a igreja *Santa Maria in Organo* em Verona; o *Duomo* dedicado a *San Ciriaco*, a igreja São Francisco e a igreja *Santo Agostinho*, as ruas e praças de Ancona; a *Via Nacional*, a *Via Roma*, o *Vesúvio* em Napoli; o *Etna* em Catania; o *Foro Romano*, o *Arco de Tito*, o *Arco de Constantino*, o *Foro Traiano*, a *Basílica São Pedro*, a *Piazza São Pedro* e o *Vaticano*, a *Fontana dell'Acqua Paola*, em Roma, etc.

Ao longo das historietas são apresentados também os heróis nacionais, de modo a unificar o país, através da construção de uma imagem idealizada, de uma representação com vistas a congregar diversos espaços e tempos e, sobretudo, unir o povo de diferentes regiões da Península, ideal do *Risorgimento*. As descrições das virtudes acompanhadas das imagens do Rei Umberto I, da Rainha Margherita, do Rei Vittorio Emanuele III e de Garibaldi estão presentes em *Piccolo mondo*.

E, por fim, mas não menos importante, *Piccolo mondo* apresenta um projeto civilizatório. As autoras destinaram significativo espaço para o aprendizado da civilidade, buscando, no dizer de Revel (1999, p.178), “ao mesmo tempo, disciplinar as almas por meio de coerção exercida sobre o corpo e impor à coletividade das crianças uma mesma norma de comportamento sociável”, o que se faz por meio da transmissão de valores como bondade, caridade, paciência, trabalho, respeito aos mais velhos, ao mesmo tempo em que busca distanciar as crianças do orgulho, do apego aos valores materiais, da preguiça, da cobiça, entre outros sentimentos.

As páginas desse livro de leitura são repletas de crianças e adultos que sentem prazer ao praticar o bem ao próximo e em ajudar os mais necessitados. O sentimento de responsabilidade com seus pertences e as obrigações com os outros também são divulgados, ou seja, além de boas atitudes, espera-se da criança comportamentos, hábitos e valores significativos para a sociedade na qual está inserida. As histórias enfatizam que é necessário o conhecimento, o entendimento e a prática de bons comportamentos e virtudes, para se viver bem ou, no dizer de Revel (1999), as historietas visam, sobretudo, moldar a criança para a necessidade de um código geral de civilidade.

O livro pode ser compreendido à luz do que Elias (1994, p. 168) assevera acerca da não naturalidade das atitudes impostas pela sociedade às crianças; assim, quanto for mais natural o padrão de delicadeza e vergonha parecer aos adultos e quanto mais “o controle civilizado de ânsias instintivas é aceito como natural, mais incompreensível se torna para os adultos que as crianças não sintam ‘por natureza’ essa delicadeza e vergonha”. Dessa forma, as crianças são chamadas a desenvolver o autocontrole, tornando automático “o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio”, sendo, portanto, “de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana” (ELIAS, 1994, p. 153).

Das historietas de *Piccolo mondo* emergem normas de convivência social e regras de condutas individuais e coletivas, consideradas à época os pilares de uma sociedade “moderna”, portanto, as autoras pretendiam, em vez de descrever a sociedade, transformá-la (CHOPPIN, 2002). Nesse sentido, a visão de infância e de crianças é idílica, revelando mais a imagem que se desejava do que a verdadeira imagem, seja a de uma criança forte, estudiosa, adaptada ao ambiente familiar; escolarizada, regrada, seja a da bem-comportada e higiênica.

Algumas considerações acerca da construção da identidade nacional por meio da leitura

A escola italiana mantida pela *Società di Mutuo Soccorso Principe de Napoli* foi importante para a manutenção da língua, para o ensino da escrita, para o culto da Itália como pátria dos imigrantes e de seus filhos, além de criar um sentimento de pertença, de compartilhamento de costumes e cultura, uma identidade italiana, uma *italianità*, favorecendo a constituição de um *piccolo mondo* italiano, no Núcleo Colonial São Caetano, que tinha a Itália, nos monumentos, heróis, na língua e na pátria.

Cuore mostra-se adequado à proposição de um novo modelo educacional, conveniente a uma Itália que precisa se fazer unida; apesar nas diferenças regionais, econômicas, sociais e linguísticas. Edmondo De Amicis rompe com a usual estrutura de lições desconexas, e cria uma nova religião, a da pátria, tendo como apóstolos os heróis Vittorio Emanuele II, Garibaldi, Mazzini, etc., e sua epopeia, o *Risorgimento*.

Piccolo mondo oferece, ao longo de seus livros, a aprendizagem dos saberes elementares do ler e escrever; noções de higiene, de ciências

naturais, de história e geografia, além de dedicar aproximadamente metade de suas páginas para textos moralizantes, que buscam inculcar condutas morais e valores, civilizando os pequenos.

Cuore é uma literatura para os que já aprenderam a ler. Ambos valorizam a resignação das crianças, a aceitação das desigualdades sociais; a ética do dever, do trabalho e dos valores da família. Ambos expressam a mesma preocupação dos que defendiam a criação de uma italianidade, por meio da imprensa, das instituições e associações de imigrantes italianos e, sobretudo, da escola italiana.

Para atingir o intento de formar o espírito, o caráter e a fé das crianças e adolescentes, a escola italiana deveria manter e aprimorar as características étnico-italianas, conservando estreitos os laços com a mãe-pátria recém-unificada, por meio do ensino da Língua Italiana, do estudo da história e de seus heróis, além de ensinar a todos um código de civilidade, por meio da imposição, de normas de comportamento sociável. As histórias e as narrativas diárias são, portanto, tratadas como “instrumentos diretos de condicionamento ou modelação, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento, que a estrutura e a situação da sociedade onde vive tornam necessários” (ELIAS, 1994, p. 95).

Para Elias (1994) é do processo civilizador a mudança gradual dos comportamentos e a mudança também gradual dos controles externos; na longa duração, o imperativo do controle sobre os comportamentos desloca seu peso do grupo para o indivíduo, que passa a ser o principal policial do próprio comportamento. Aí está o instrumento mais poderoso de mudança comportamental, da qual emerge o homem ocidental e moderno, e que podemos afirmar que os autores dos livros estudados fizeram uso em suas lições.

Neste processo de construção de civilidade, a obediência deve ser aprendida e apreendida através do autocontrole, que disciplina a vontade. Segundo Leão (2007, p. 64) o próprio ato de ler pode ser considerado “um exercício permanente de autocontrole”. Neste sentido, ao aprender a ler os textos, as lições e as historietas, as crianças se inscreveriam num determinado aprendizado social, o de aprender a dominar suas emoções.

Os modelos de civilidade apresentados nesses livros, que circularam nas escolas étnico- italianas disseminaram as artes de bem conduzir-se em casa, na escola, na rua, enfim, na sociedade. A boa leitura dos mesmos, por meio de uma leitura fluida, corrente, expressiva, encadeada,

já implicava maior domínio das emoções, levando à transformação, sempre no sentido de maior controle e restrições.

O conjunto de saberes para ensinar e as condutas para incorporar ganham materialidade no livro *Cuore* e no livro de leitura *Piccolo mondo* e, portanto, seu estudo possibilita a compreensão das preocupações sociais da época, das filiações ideológicas, além da apreensão das práticas educativas de ordem escolar, social e moral e das representações de sociedade e das crianças. De suas páginas emerge um projeto ao mesmo tempo civilizatório e de constituição da italianidade, no caso específico, de uma italianidade construída fora da Península e em *scuola all'estero*.

Compor os cenários das escolas italianas em São Paulo e nos núcleos coloniais de seu entorno, trazer à tona seus professores, as propostas curriculares, os mobiliários, os materiais pedagógicos, os livros estudados, enfim, o estudo sobre a materialidade escolar, no contexto da escolarização para italianos e seus descendentes, ainda muito intriga e suscita investigações, que podem nos ajudar a revelar e compreender os dizeres e fazeres da escola primária no Brasil, entre fins do século XIX e início do século XX.

Referências

ASCENZI, A.; SANI, R. **Il libro per la scuola tra idealismo e fascismo**: l'opera della commissione centrale per l'esame dei libri di testo da Giuseppe Lombardo Radice ad Alessandro Melchiori (1923-1928). Milano: Vita e Pensiero, 2005. (Pedagogia e scienze dell'educazione).

BARAUSSE, A. **Il libro per la scuola dall'unità al fascismo**: la normativa sui libri di testo dalla legge Casati alla Riforma Gentile (1861- 1922). Macerata: Alfabetica Edizioni, 2008. (Fonti e documenti 2).

BARAUSSE, A. Livros didáticos e italianidade nas escolas italianas do Brasil: entre liberalismo e fascismo. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 11., 2016. **Anais** [...]. Porto: Centro de investigação transdisciplinar cultura, espaço e memória, 2016.

BASTOS, M. H. C. *Cuore*, de Edmundo De Amicis (1886): um sucesso editorial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Comunicação, acontecimento e memória, 2004.

BELO, M. D. **Amigos do coração**: representação de criança, infância e educação na obra de Edmundo De Amicis. 2017. 129p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unifesp, São Paulo, 2017.

BIONDI, L. **Classe e nação**: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Unicamp, 2011.

BOERO, P.; GENOVESI, G. **Cuore**: de Amicis tra critica e utopia. Milano: Franco Angeli, 2009.

CENNI, F. **Italianos no Brasil**: andiamo in Merica. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CESANA, W. **Edmondo De Amicis negli anni cuneesi – 1848-1862**. Torino: Nerosubianco, 2008.

CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 97-113, 1994.

CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n.11, p. 5-24, 2002.

DUBY, G. **A história continua**. Trad. de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; UFRJ, 1993.

DE AMICIS, E. **Cuore**. Roma: Newton Compton Editori, 2010. (Grandi Tascabili Economici).

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

GALFRÉ, M. **Il regime degli editori**: libri, scuola e fascismo. Roma: Editori Laterza, 2005.

LEÃO, A. B. **Norbert Elias & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

LUCHESE, T. Â. Produção, circulação e preservação de livros escolares italianos no Brasil (1875-1945). In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (COLUBHE), 10., 2014, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba, PR, 2014. p. 1-15.

MARTINS, J. de S. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Caetano, SP: Hucitec; Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992. (Série histórica 3).

MIMESSE, E. As aventuras e desventuras cotidianas das crianças em São Caetano no início do século XX. In: MIMESSE, E. (org). **Bambini brasiliani**: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 19-54.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Archivio Storico Diplomatico Archivio Scuole 1889-1910. **Dispaccio del regio console Gherardo Pio di Savoia, del 6 Gennaio 1906**: scuole italiane in S. Paolo nel 1905. Roma, 1899, b. 341.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Archivio Storico Diplomático. Archivio Scuole 1889-1910. **Elenco dei libri di testo obbligatori per le Regie scuole italiane all'estero**. Roma: Tipografia del Ministero degli Affari Esteri, 1899. b.537.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Archivio Storico Diplomatico. Archivio Scuole 1889-1910. **Elenco delle scuole italiane nello stato di S. Paolo, 1905.** Roma, 1905, b. 314.

NOVAES, M. C. **Nostalgia.** São Paulo/São Caetano do Sul: Meca/ PMSCS, 1991. (Série histórica São Caetano do Sul).

PANIZZOLO, C. A escola da Sociedade de Mútuo Socorro Príncipe di Napoli: o que nos contam os documentos? **Raízes**, São Caetano do Sul, 2017.

PANIZZOLO, C. Italianizar os brasileirinhos, paulistanizar os italianinhos: um estudo sobre os livros de leitura que circularam nas escolas em São Paulo no início do século XX. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. (org.). **História da escola:** métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura. São Luis, MA: EDUFMA, 2018. p. 579-604. v. 1.

PANIZZOLO, C. Livros de leitura, dizeres e fazerres da escola primária étnica italiana no Brasil entre fins do século XIX e início do século XX: o estudo do livro *Piccolo mondo: letture per le scuole elementari*. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 11., 2016a, Centro de investigação transdisciplinar cultura, espaço e memória. **Anais** [...]. Porto, 2016a.

PANIZZOLO, C. Piccolo Mondo letture per le scuole elementari: mutualismo e educação em uma escola étnica italiana em São Paulo. In: MAZZA, D.; NORÓES, K. (org.). **Educação e migrações internas e internacionais:** um diálogo necessário. Jundiaí: Paco Editorial, 2016b. p. 80-100. v. 1.

PICCAROLO, A. **Interessi italiani nel Brasile.** São Paulo: La Rivista Coloniale, 1913.

PUCCINI, M. **Nel Brasile.** Roma: Società Nazionale Dante Alighieri, 1940 (Civiltà italiana nel mondo).

REGIO CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IN SAN PAOLO. Norme per il funzionamento delle scuole italiane nello stato di S. Paolo. 1904. In: ARCHIVIO STORICO DIPLOMATICO DEL MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. **Archivio Scuole**, 1889-1910, b.341.

REGIO CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IN SAN PAOLO. Programmi per le scuole elementari italiane dello stato di S. Paolo (Brasile). 1904. In: ARCHIVIO STORICO DIPLOMATICO DEL MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. **Archivio Scuole** 1889-1910, b.341.

REGOLAMENTO PER LE SCUOLE ITALIANE ALL'ESTERO (1915). In: ORANI, A. **La legislazione fascista sulle scuole italiane all'estero.** Roma: G. B. Paravia & C., 1928. p. 23-70.

REVEL, J. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, P., CHARTIER, R. (org.). **História da vida privada:** da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.169-210.

ROMAGNOLI, F.; ALBERTONI, S. **Piccolo mondo:** letture per le scuole elementari. Firenze: Bemporad, 1910.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOCIETÀ DI MUTUO SOCCORSO PRINCIPE DI NAPOLI. **Statuto della Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli di San Gaetano**. São Paulo, BR, 1922.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988.

TRENTO, A. In Brasile. In: BEVILACQUA, P.; CLEMENTI, A. de.; FRANZINA, E. **Storia dell'emigrazione italiana**: il arrivi. Roma: Donzelli Editore, 2009. p. 3-23.

VERONA, F. Vida e morte dos operários de Schio em São Paulo: uma leitura dos Registros Obituários do Cemitério do Brás, de 1893 a 1895. In: CARNEIRO, M. L. T. et al. (org.). **História do trabalho e histórias da imigração**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010. p. 267-298.





“Libriccini com amore per l’infanzia”.

Silabários escritos e impressos no Brasil para as escolas étnico-italianas (1906-1907)

Terciane Ângela Luchese

Considerações iniciais

Num pequeno fragmento registrado no Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1925), tratando de um invento para o ensino dos números, reside a atenção para a escrita deste artigo. Uma pequena evidência informava:

E recordo anche il compianto Giacinto Targa che a Nova Trento spese del pari tutta la sua esistenza nell’ insegnamento. Egli era anche inventore di um apparecchio che permette al bambino, con pochissime lezioni, di leggere correttamente i numeri sino al trilione. Per l’in- genosa invenzione il Targa era stato felicitato dal governo e dal Re d’Italia (CINQUANTENARIO..., 2000, p. 402).¹

Um rastro pretérito, uma breve referência que suscitou questionamentos, que me acompanharam por diversos anos na pesquisa: Que outras inventividades teriam sido criadas por professores que atuaram nas escolas italianas de todos os estados brasileiros que receberam imigrantes da Península Itálica, entre o fim do oitocentos

¹ “E lembro também o saudoso Giacinto Targa que a Nova Trento que dispendeu toda sua existência para o ensino. Ele foi também inventor de um aparelho que permitia às crianças, com pouquíssimas lições, ler corretamente os números até o trilhão. Por sua engenhosa invenção, Targa foi felicitado pelo governo e pelo Rei da Itália” (CINQUANTENARIO..., 2000, p. 402).

e primeiras três décadas do novecentos? Adicionalmente, encontrei o anúncio publicado sobre o invento do Prof. Targa, no jornal *A Federação*:

Anúncios – Contador Targa – Utilíssimo instrumento para escolas. Em cinco lições qualquer aluno lê, com a máxima facilidade, qualquer número limitados no contador, aos trilhões. Enviando cinco mil-réis ao abaixo firmado, na volta do correio o método de ensino, impresso em português, italiano e francês, o respectivo desenho do contador. Nova Trento (Estado do Rio Grande do Sul). Jacintho Targa (A FEDERAÇÃO, 23/11/1905, p. 3).

Foram localizadas quinze publicações do anúncio no mesmo periódico. A referida invenção era acompanhada de uma nota informativa sobre seu funcionamento:

Este instrumento serve para facilitar aos alunos a leitura dos números; e com a máxima facilidade poderá um menino, no breve decurso de quatro ou cinco lições ler com franqueza e prontidão qualquer número limitador no contador, trilhões. Fácil coisa será pelo professor fazer compreender aos seus alunos que o contador está dividido em cinco classes distintas e que a 1^a classe compreende as unidades; a 2^a os milhares; a 3^a os milhões; a 4^a os bilhões e a 5^a os trilhões. Cada classe, pois, acha-se subdividida em três partes: U – unidades; D – dezenas e C – centenas. As tabuínhas numeradas são quinze. Chegando ao milhão, deverá o professor explicar aos alunos que uma unidade desta classe corresponde a um conto, nome este usado, falando da moeda brasileira (A FEDERAÇÃO, 25/11/1905, p. 2).

Para ensinar utilizando o referido contador, Targa propunha que os professores escolhessem uma tabuinha qualquer, como, por exemplo, a de número 1, colocando-a na primeira casa, debaixo da letra U (Unidades), então se explicaria aos alunos que o dito 1 equivale a uma unidade. Em seguida, orientava para colocar outra tabuinha, por exemplo a de número 2, debaixo da letra D (Dezenas) e, sabendo-se que uma dezena equivale a dez unidades, assim duas dezenas correspondem a vinte unidades, que unidas à primeira, anteriormente colocada, darão o número 21. Sucessivamente, se pode pôr na casa C (Centena) a tabuinha com o algarismo 3 e explicar ao aluno o valor da centena, isto é, equivalente a 10 dezenas e a 100 unidades, deduzindo disso que três centenas corresponderão a 300 unidades, que juntas às

21 anteriormente colocadas, compõem um total de 321. E, assim, o professor passaria, com o mesmo método, para os números maiores – milhares, milhão, bilhão até o trilhão.

Mediante essa evidência e comparando com outros grupos étnicos de imigrantes – alemães e poloneses, por exemplo –, que produziram material didático próprio para suas escolas no Brasil, a questão principal estava na possibilidade de outros professores, que haviam imigrado da Itália, e que estivessem atuando em escolas públicas e/ou étnico-italianas, tivessem produzido materiais e livros escolares. Se o Prof. Targa criou esse dispositivo para o ensino e, inclusive, recebera distinção por tal invento, não teriam existido outros docentes que, mediante as dificuldades em acessar livros escolares e ensinando nas escolas italianas, teriam escrito livros para seus alunos?

A ausência de estudos e de registros sobre o tema continuou me instigando, em especial ao ler que “[...]gli insegnanti, numerosi, pazienti, infaticabili, che tengono vivo nelle lontane terre il ricordo e l'amore d'Italia, insegnando ai figli dei compatriotti nostri l'idioma gentile che ne rivelò l'origine e ne dica la nobile speranza” (FANFULLA, 1906, p. 754).² Sendo assim, que outras materialidades e que outras táticas, como diz Certeau (1994), foram mobilizadas pelos professores ao ensinarem em escolas italianas?

Movida por esse conjunto de questões de pesquisa, o presente texto resulta de uma resposta parcial a esta inquietação, pois, recentemente, localizei um conjunto de livros escritos por professores italianos que, atuando no Brasil, publicaram para essas escolas. Assim, o objetivo é compartilhar a análise de livros didáticos publicados no Brasil e voltados para os alunos das escolas italianas, atentando para a produção e a materialidade dos mesmos. O texto é derivado da pesquisa “História das culturas escolares nas escolas italianas em terras brasileiras (1875-1945)”, que conta com financiamento do CNPq.³ O *corpus* empírico é composto por cinco exemplares de livros que foram entrecruzados com jornais, relatórios consulares, correspondências e fotografias, tomados a partir de análise documental-histórica que perscrutou evidências, indícios e recorrências, a partir do objeto da investigação, à luz da História Cultural e da História da Educação. O recorte temporal corresponde aos anos de publicação das obras. O texto sinaliza, no

² “[...] os professores, numerosos, pacientes, infatigáveis, que conservam viva a memória e o amor da Itália em terras longínquas, ensinando aos filhos de nossos compatriotas o gentil idioma que revela sua origem e conta sua nobre esperança” (FANFULLA, 1906, p. 754).

³ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

primeiro momento, a questão da imigração italiana para o Brasil e os processos de escolarização derivados desse movimento e, no segundo, analisa a produção e a materialidade dos referidos livros.

O fluxo migratório de italianos para o Brasil e seu processo de escolarização

Desde o início do século XIX, temos registro do processo imigratório de italianos para o Brasil e para a América Latina. No entanto, é no último quartel do XIX e primeira década do século XX, que o fluxo se intensifica de modo crescente. A expansão do capitalismo com a modernização das práticas agrícolas e a industrialização, somadas às guerras de unificação da Itália explicam em grande parte a emigração.⁴ De outro lado, no Brasil, o estímulo imigratório corresponde ao processo de abolição da escravatura, com necessidade de mão de obra nas fazendas de café e na agricultura, nas atividades urbanas com a nascente industrialização, bem como, na colonização de terras devolutas, além do “brankeamento da população”.⁵ No Quadro 1, a despeito das diferenças nos registros italianos e brasileiros, é possível perceber o fluxo crescente de imigrantes saídos da Península Itálica e estabelecidos no Brasil, permanecendo cifras expressivas até 1914, quando teve início a Grande Guerra.

Quadro 1 – Fluxo migratório italiano para o Brasil entre 1875-1902

Anos	Estatística italiana	Estatística brasileira
1875-1879	12.532	43.654
1880-1884	35.626	53.895
1885-1889	169.773	222.829
1890-1894	248.047	312.074
1895-1900	348.410	397.962
1901-1902	122.593	91.980

Fonte: Adaptado de Trento (1988, p. 34).

⁴ Sobre o processo emigratório da Itália, consultar: Franzina (2006, 2008), bem como Bevilacqua, De Clementi e Franzina (2009a e 2009b).

⁵ Sobre o processo imigratório, no Brasil há intensa produção. Ver: Trento (1989), Luchese (2009), Manfrói (1975), Azevedo (1975), De Boni (1987).

Conforme Trento (1989, p. 34), “entre 1887 e 1902, os italianos constituíram 60% do total de imigrantes recebidos pelo Brasil” e, nas províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul foi onde mais afluíram e se estabeleceram. É necessário perceber que já nos primeiros anos após o estabelecimento, os imigrantes e descendentes pela “absoluta falta de escolas públicas no Brasil, obrigavam o colono a procurar pessoas capazes de ensinar a ler, a escrever e a fazer contas àquela juventude toda” (LORENZONI, 2011, p. 105). Assim, em alguns anos emergiam as escolas italianas – sendo que algumas foram mantidas pelas famílias, outras pelas associações de socorro mútuo, outras estiveram vinculadas às congregações religiosas, caso das scalabrinianas e salesianas, algumas escolas paroquiais e mesmo laicas existiram.⁶ Dentre elas, como traço comum, a busca por uma escola que suprisse a necessidade de ensinar os rudimentos para ler, escrever, contar e rezar. O governo italiano apoiou, com variações no tempo e no valor investido, com a remessa de livros, o envio de alguns professores e com subsídio financeiro a diversas dessas escolas.

Para o governo italiano o fenômeno migratório se colocou no complexo e abrangente quadro do projeto de Crispi, visando construir um Estado forte e uma política externa poderosa; foram criadas novas políticas para a emigração e para a reorganização das escolas italianas no Exterior.⁷ A modernização da política diplomática da Itália, sob a liderança de Francesco Crispi, então primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores, passou pela Lei n. 5.866, de 30 de dezembro de 1888, que estabeleceu novas formas de proteção para os emigrados. O nacionalismo “crispino” considerava a emigração um fator de força expansionista da Itália, também no que diz respeito às relações comerciais; enquanto a reorganização das escolas fazia parte de um projeto de educação nacional, que girava em torno de valores patrióticos e da construção de um imaginário coletivo, fundamentado no culto à pátria. Afirmava que “dovendosi per mezzo della scuola alimentare nel cuore de’ nazionali emigrati il recirdevole affetto verso la patria lontana [...], la virtù educatrice doveva scaturire liberamente della coscienza degli stessi italiani” (MINISTERO..., 1891, p. 5).⁸ Com tal finalidade, o Decreto Real n. 6566 de 1889 reorganizou as escolas italianas no

⁶ Com relação ao processo escolar no contexto do Rio Grande do Sul, ver: Luchese (2015) e Rech e Luchese (2015).

⁷ Importante consultar Floriani (1974).

⁸ “devendo, por meio da escola, nutrir no coração dos nacionais emigrados a afeição notável pela pátria distante [...], a virtude educativa devendo brotar livremente da consciência dos próprios italianos” (MINISTERO..., 1891, p. 5).

exterior, criando condições para o gerenciamento direto das instituições escolares pelo Ministério das Relações Exteriores. Cervo afirma que Crispi

estimulou o sentimento da italianidade, favorecendo a criação de escolas, hospitais, jornais, associações benéficas. Os censos indicavam a existência, em 1889, de 352 associações italianas no exterior, três hospitais (Londres, Buenos Aires e Lima) e inúmeros outros em projeto. Crispi cogitou em regulamentar as escolas e separou-as em duas categorias: escolas do governo e escolas subsidiadas. Contavam-se, em 1890, 92 do primeiro tipo, com 12.109 alunos, e 35 do segundo. Em 1900, cerca de duzentos jornais italianos eram publicados no exterior (CERVO, 1992, p. 12).

Para subsidiar a organização pedagógica, a direção e a supervisão das escolas, foi instituída a direção geral para a qual Crispi nomeou um inspetor-geral, Girolamo Nisio, perfil indicado pelo Ministério da Educação Pública. Além disso, responsabilizou os cônsules na supervisão das escolas, dando-lhes autoridade sobre os responsáveis pelo ensino e pela administração das mesmas. Entre as várias funções dos cônsules, coube-lhes a tarefa de manter “vivo o interesse das colônias pelas escolas”, esforçando-se para aumentar o conhecimento e a estima pela Pátria-Mãe, administrando os recursos para sua gestão, examinando os orçamentos, lidando com as necessidades, propondo ao ministro as variações na organização pedagógica das escolas, auxiliando o diretor central. Com relação ao trabalho consular, o Anuário das Escolas Coloniais de 1889-1890 afirmava que “nell’anno passato si vennero accuratamente esaminando le relzioni che i consoli più diligenti sull’andamento pedagogico di esse scuole avevano mandate, ed ai mali notati furono suggeriti i rimedi opportuni” (MINISTERO..., 1890, p. 12).⁹ Desse modo, o acompanhamento, a elaboração de relatórios e as notícias sobre as escolas italianas no Exterior passaram a ser parte das obrigações e atenções dos consules.

Além dessas intenções, o Ministério das Relações Exteriores publicou, em 1889, as regras para a revisão do sistema pedagógico das escolas primárias no Exterior, a fim de adaptá-las aos novos programas didáticos aprovados para as escolas primárias italianas, com o Decreto

⁹ “no ano passado, examinando cuidadosamente os relatórios enviados pelos cônsules mais diligentes sobre as tendências pedagógicas dessas escolas, foram sugeridos remédios apropriados aos males notados” (MINISTERO..., 1890, p. 12).

de 25 de setembro de 1888: seguiram-se outras indicações da Inspeção Central em setembro de 1889, para favorecer a introdução do método intuitivo também nas escolas italianas no Exterior. Com o objetivo de ensinar a Língua Italiana e a proposta de “manter mais próximos os vínculos da colônia com a Mãe-Pátria”, devendo ater-se aos programas do governo, alguns foram readequados em algumas circunstâncias territoriais.

Considerando os dados publicados nos Anuários das Escolas Italianas no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores, no caso do Brasil o número de estudantes que frequentavam as escolas italianas para o período desse estudo, pode ser observado na sistematização apresentada por Barausse e Luchese (2017) no quadro abaixo:

Quadro 2 – Alunos das escolas italianas no Brasil – 1890 a 1930

Unidade federativa	Períodos									
	1890 – 1891	1896 – 1897	1904 – 1905	1909 – 1910	1913 – 1914	1921 – 1922	1922 – 1923	1924 – 1925	1927	1930
Bahia	20	-	-	250	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	-	-	-	296	330	307	333	301	267	321
Paraná	-	-	752	596	786	704	1.644	708	568	708
Santa Catarina	-	-	1.681	1.132	2.261	1.477	3.195	2.915	1.032	2.010
Pará	-	-	-	-	-	30	30	30	-	-
Pernambuco	-	-	-	424	424	656	656	656	409	61
Rio Grande do Sul	1.468	2.250	3.213	2.492	4.310	3.199	4.628	4.085	3.315	3.686
Rio de Janeiro	50	95	214	411	438	774	1.072	901	334	101
São Paulo	515	1.200	7.275	6.724	13.307	5.642	8.248	10.626	7.012	6.934
Espírito Santo	-	-	138	1.053	1.355	-	-	-	785	0
Mato Grosso	-	-	-	180	201	-	-	-	180	0
TOTAL	2.053	3.545	13.273	13.558	23.412	12.789	19.806	20.222	13.902	13.821

Fonte: Barausse e Luchese (2017, p. 449).

No quadro anterior, chama a atenção o elevado número de estudantes que frequentam as escolas italianas em São Paulo e no Rio Grande do Sul, as duas províncias com número mais significativo – de escolas e estudantes. É certo que os dados são incompletos: a contabilização de tipologias de escolas distintas, a ausência de um acompanhamento continuado por parte de algumas autoridades consulares, em virtude das distâncias, geraram dados incompletos. No entanto, é relevante perceber a importância que, justamente no período correspondente a essa análise, assumem as escolas italiana, ao ultrapassarem treze mil alunos, chegando a mais de vinte mil, entre 1924 e 1925.

É relevante mencionar que, a despeito do conjunto de pesquisas histórico-educacionais que foram realizados sobre essa temática no Brasil, ainda é um campo de investigação que merece aprofundamento e maior atenção dos historiadores. As seis teses de doutoramento, que incluem os estudos de Luchese (2007) e Rech (2015) sobre o Rio Grande do Sul; Maschio (2012) referente ao Paraná; Gomes (2009) sobre Minas Gerais; Corrêa (2000) sobre São Paulo e Otto (2005) relativo à Santa Catarina, bem como as dissertações de Mimesse (2010) e Franchini (2015) sobre São Paulo e Pagani (2012) relativa ao Rio de Janeiro, com as perspectivas de análise diversificadas, denotam que ainda estamos distantes de esgotar essa singularidade da história da educação, manifestadamente transnacional.

Outro ponto relevante, para compreender o desenvolvimento e as diferenças, no que tange às escolas italianas, está em compreender as políticas educacionais brasileiras, mas também as políticas provinciais para a escolarização, já que a descentralização e a liberdade de iniciativas para a escola primária caracterizaram esse momento histórico do início do século XX, no Brasil. Também, é preciso considerar as condições vividas pelos imigrantes em contextos distintos: vivendo em áreas rurais ou urbanas; como proprietários de terras ou arrendatários em fazendas; como operários ou donos de pequenos/grandes negócios, como imigrantes vivendo em meio a tantos outros grupos culturais ou colonizando núcleos, em que a maioria era de imigrados da Península Itálica, dentre outros, são marcadores fundamentais para compreender os diferentes movimentos em prol da escolarização. Ainda, a relevância de considerar o tema sob a perspectiva cruzada dos documentos produzidos localmente, no Brasil, e aqueles arquivados na Itália. Ao aprofundar as análises, os achados de pesquisa indicam, com recorrência, a importância dos livros e materiais escolares para a viabilização desse processo escolar étnico.

Os livros em italiano produzidos no Brasil

O envio de livros escolares para as escolas italianas foi parte da política empreendida pelo governo italiano para as escolas no Exterior. Em diferentes momentos, as políticas variaram, bem como o mapeamento dos livros enviados, como foram produzidos, a geografia de sua distribuição e alguns indícios de seu consumo podem ser perscrutados. É importante considerar a dupla condição do livro: como objeto material e como discurso endereçado ao público (CHARTIER,

2014). A produção de um livro se faz em um contexto e, nesta direção, é relevante considerar o que Magalhães propõe, ao afirmar que um

livro escolar integra um complexo estrutural constituído pelos binômios: leitura/leitor; regulação/mercado; pedagogia/ordem do conhecimento; técnica editorial/meio didático; autoria/escrituração. Independentemente da especificidade didática, o livro escolar é um meio de leitura-forma, orienta, mas também é determinado pela capacidade leitora do sujeito a que está destinado (MAGALHÃES, 2015, p. 135).

Para Magalhães, ainda, os livros escolares são parte da materialidade da escola e nos permitem pensar nas suas finalidades culturais, pois

há uma cultura escolar (um ritual, uma gestualidade, uma socialização, uma formação), que não é vertida para o manual, mas que, no entanto, tende a ser, direta ou indiretamente, homologada, contextualizada, metaprojetada por ele. O manual escolar é uma das portas de entrada na vida e na cultura (MAGALHÃES, 2015, p. 139).

Pensando nestas condições de produção e de apropriação do livro escolar, faz sentido empreender uma busca pelos livros que foram produzidos e publicados no Brasil, para além daqueles que foram enviados da Itália. E há evidências recorrentes sobre a importância e o valor atribuído ao livro, no processo de ensino e aprendizagem escolar. O cônsul Enrico Perrod menciona, em seu relatório de 1883, e referindo-se às colônias italianas na Serra gaúcha, que o custo para a aquisição dos livros era elevado, sendo que um abecedário custava 500 réis (1,25 liras), uma gramática 1.000 réis (2,50 liras) e um livro simples de leitura entre 2,50 a 5,50 liras (PERROD, 1883, p. 310 [2016, p. 131]). No mesmo relatório, Perrot informa, para fins comparativos, que um saco de feijão com 60 kg era vendido por 5 liras, o que significa que para a compra de uma gramática simples eram necessários 30 quilos de feijão, em média. Desse modo, é perceptível que o envio de livros pelo governo italiano sempre foi muito estimado por parte das famílias. Pela relevância e num jogo de garantias e estímulos para a continuidade, o recebimento de remessas de livros foi motivo para a publicação de nota no jornal *A Federação de Porto Alegre*, agradecendo ao cônsul Pascoale Corte. A seguir, a nota publicada:

DECLARAÇÕES – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Regina Margherita – Dona Isabel. O abaixo assinado presidente deste benemérito sodalício há quatro anos constituído na Colônia Dona Isabel, ao receber a poucos dias do Ilustríssimo Cav. P. Corte, Régio Cônsul Italiano de Porto Alegre, livros e outros materiais escolares que o Régio Ministro da Itália enviou à estas escolas italianas no exterior, não falta de colocar em nome de toda a Sociedade os vivos agradecimentos, seja pelos tantos cuidados que o ilustre Representante tem obtido para o melhoramento intelectual e moral da nossa Colônia, seja pelas múltiplas vantagens recebidas por esta Sociedade, em particular a Escola Italiana. Termina desejando que o benemérito Cavaleiro tenha longa permanência nesta Capital, com saúde, prosperidade e dias felizes. Dona Isabel, 12 de outubro de 1886. O presidente, Loss, Domenico e o secretário, G. Lorenzoni (A FEDERAÇÃO, 20/10/1886, p. 1).

Cabe destacar que essa publicação não foi exceção. Além da publicização do recebimento e da distribuição de livros, por parte dos cônsules e, também, com a ajuda das Associações de Mútuo Socorro, fica perceptível a importância dos livros como suporte das práticas dos professores, evidência recorrente em vários relatórios consulares e correspondências. Tratando das escolas italianas em Caxias, no Rio Grande do Sul, o professor agente consular, Umberto Ancarani, afirmava:

E non sarebbe difficile trovare nei vari traversoni qualcuno che si incaricasse dell' insegnamento dell' italiano, dandogli, naturalmente, uma piccola retribuzione mensile, che sarebbe pagata dagli alunni; e bisognerebbe pur dargli um sussidio in libri, quaderni e penne, e um compenso in fin d'anno a titolo d' incoraggiamento (ANCARANI, 1905, p. 27 [2016, p. 639]).

Para Ancarani as pequenas escolas italianas abertas em áreas rurais, muitas delas funcionando junto à pequena igreja local, tinham “vida breve”, e justificava que um dos principais motivos era a “falta de material escolar e de apoio”. Referia que vários dos professores rurais eram “professores improvisados”, mas que era comum que “cumprissem o seu ofício com verdadeiro interesse e amor” (ANCARANI, 1905, p. 27 [2016, p. 639]). Outro professor e também agente consular, enviado pelo governo italiano para Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, no

mesmo ano de 1905, registrou entre os itens de importação do recém-criado município – livros, papel, penas e brinquedos. E, com relação às escolas, manifestava que “questi poveri paria oltre al lottare contro grandi difficoltà causate all’assoluta mancanza di materiale scolastico, e specialmente dei libri di lettura, considerati dai coloni come oggetti di lusso, devono spesso spogliarsi anche dell’autorità di insegnanti dinanzi ai propri scolari” (PETROCCHI, 1906, p. 28 [2016, p. 661]).

No mesmo ano de 1905, Ciapelli, cônsul em Porto Alegre, solicitava a criação de escolas italianas enviando professores, pois a experiência com Ancarani e Petrocchi, professores e agentes consulares, foi reconhecida como relevante, assim como sugeriu a abertura de escolas infantis e o fornecimento de materiais escolares por parte do governo italiano.

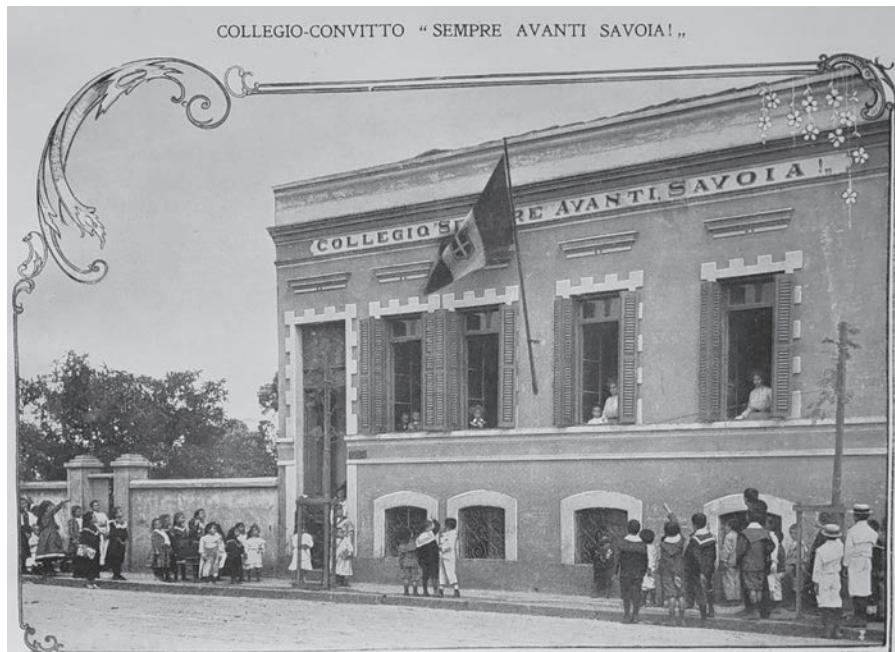
Gioverebbe quindi istituire delle scuole italiane, mandandovi dall’Italia maestri onesti e capaci, ai quali si potrebero affidare anche le funzioni di agenti consolari, provvedendo in tale modo anche alla tutela dei connazionali, oltre che alla loro istruzione. Una prova in questo senso è stata fatta ed há dato buoni risultati sembra che sai stato deciso estenderla ad altre località. Utilissimo sarebbe pure l’aprire scuole infantili (CIAPELLI, 1908, p. 82 [2016, p. 609]).

Não foram abertas escolas infantis, mas a presença de escolas italianas com ensino elementar foi uma recorrência, apesar da maioria ter tido duração efêmera. E houve iniciativa de publicação de livros. O primeiro livro escolar que localizei publicado no Brasil foi uma gramática italiana, que veio a lume em 1896, no Rio Grande do Sul. Na capa, o título e o endereçamento da obra “Grammatica Italiana per le scuole italiane dello stato di Rio Grande del Sud (Brasile). A pequena gramática, resultado de uma compilação realizada por G.B [G. Bizzari], a partir das “melhores gramáticas modernas” foi publicada por João Mayer Júnior e Companhia, de Porto Alegre. Analisando a materialidade da obra, pois “nenhum texto existe fora das materialidades que o dão a ler ou ouvir” (CHARTIER, 2007, p. 13), constatei que se tratava de uma publicação relativamente simples, em papel jornal, com 96 páginas, incluindo a errata ao final. Não tinha ilustrações. Os exemplares localizados foram todos de primeira edição, não sendo possível afirmar se houve outras edições, bem como não consta nenhuma menção de tiragem.

Em São Paulo, província que recebeu o maior fluxo de imigrantes da Península Itálica, a escolarização desenvolveu-se consideravelmente,

sendo que alguns eventos são marcados por particulares e especificidades, muitos deles ainda por serem investigados. Por exemplo, merece atenção o fato de São Paulo ter tido duas associações – a Società Protettrice delle Scuole Italiane in San Paolo e a Federazione delle Scuole Italiane in San Paolo, sendo essa segunda presidida pelo Prof. Francesco Pedatella e que contava com 35 escolas associadas. O Prof. Pedatella mantinha este colégio com internato: Sempre Avanti Savoia, como apresentado na Figura 1:

Figura 1 – Colégio ‘Sempre Avanti Savoia’ dirigido pelo Prof. Pedatella, São Paulo, 1906



Fonte: Parlagreco (1906, p. 803).

A escola de Pedatella estava situada na R. Da Consolação, n. 350 e era uma das escolas mais antigas da cidade de São Paulo. O professor Francesco Pedatella dirigia a escola em 1905 e era auxiliado pelas filhas Assunta e Rafaella Pedatella. A escola oferecia o ensino primário completo e seguia os programas escolares do governo italiano, além de ofertar um curso noturno para adultos, com o ensino de Língua Portuguesa. Segundo o Parlagreco (1906, p. 803) a escola possuía um rico patrimônio escolar e era frequentada por 80 alunos de ambos os

sexos, divididos em três turmas. A biblioteca contava com cerca de 300 livros. Pedatella foi reconhecido como fundador de outras 14 escolas, além de ser convidado para conferências, promovendo festas comemorativas, passeatas, competições de ginástica, premiações... Por sua intensa atividade, conforme Parlagrecco, ele havia sido proclamado “benemérito da instrução”. Além dele, muitos outros atuaram por longos anos no contexto paulista, estando à frente de importantes instituições escolares. A modo de exemplificação, menciono ainda a escola Alessandro Manzoni, fundada em 1900 e dirigida pelo Prof. Antonio Pratola, formado na Escola Normal de Avellino. Ele atuara como professor por diversos anos em Ariano Irpino, na Puglia (província de Avellino). A escola estava situada na R. Anhaia, 2 e na Silva Pinto 7, na cidade de São Paulo. Oferecia o curso elementar e anexada, a escola infantil com sistema froebeliano. Este último, estava sob os cuidados da Profa. Maria Intonti Pratola. O local abrigava ainda um curso noturno. Entre alunos do sexo feminino e masculino, eram ao todo 140 estudantes em três turmas. Outras duas professoras diplomadas também atuavam na escola (PARLAGRECO, 1906). Na figura a seguir, o registro da escola Alessandro Manzon:

Figura 2 – Scuola italiana Alessandro Manzoni, São Paulo, 1906



Fonte: Parlagreco (1906, p. 807).

São Paulo contava com muitas iniciativas escolares de professores italianos, mas também aquelas ligadas às Sociedades de Mútuo Socorro, professores particulares, escolas italianas nas fazendas de café e nas colônias. Cabe destacar que São Paulo foi a primeira província a promover a obrigatoriedade da frequência escolar em 1894 (Decreto n. 248, de 26/7/1894, Regimento interno das escolas públicas) o que gerou uma ampliação na produção de livros escolares, conforme informado pelo Fanfulla (1906, p. 366), que informava que “la *reforma dell'istruzione pubblica ha prodotto una vera rivoluzione nel nostro campo letterario, fino al punto da non aver noi più bisogno d'importare libri didattici, tale la quantità di produzione letterarie nel paese, destinata a facilitare l'istruzione e l'educazione dei Giovani paulisti*”.

A obrigatoriedade de frequência escolar em São Paulo mobilizou, para além da produção de livros escolares, necessidade e condições para uma indústria que passa a atender a demandas de móveis e todo um conjunto de materiais relativos à cultura escolar.

A importação de livros da França, Alemanha e do Reino Unido aparece com certa frequência, mesmo ao longo das primeiras décadas do século XX. Tratando da importação de livros da Itália para o Brasil, em 1905, no que diz respeito aos livros escolares, consta que eram poucos – além daqueles enviados pelo próprio governo italiano, para subsidiar as escolas.

Afirmam que:

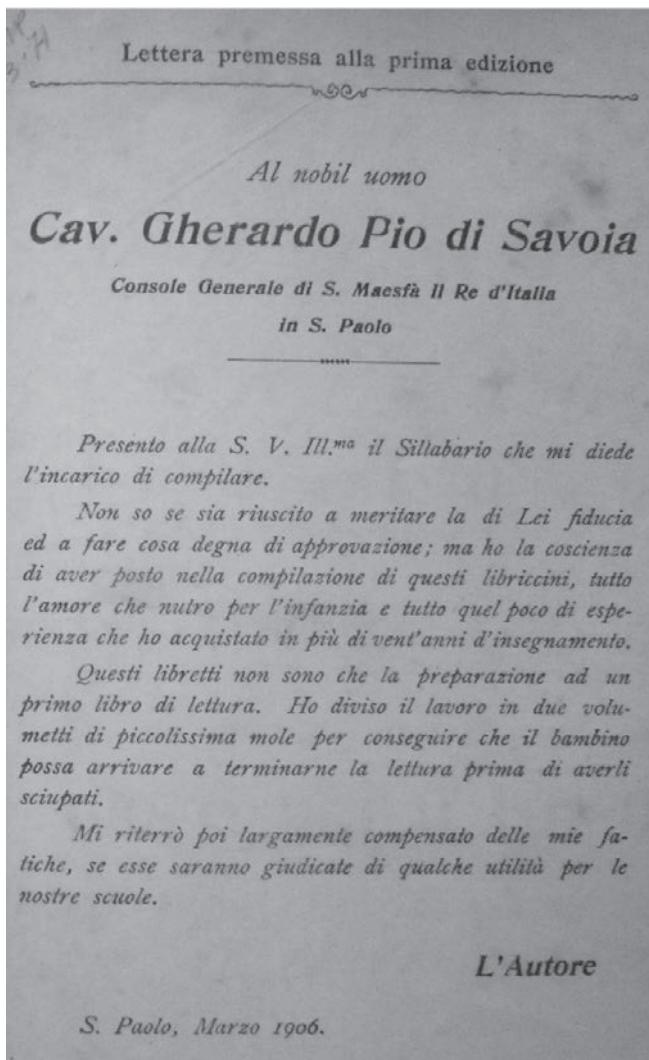
che di trato in trato manda qui il Governo Italiano per queste scuole private coloniali, e quando anche si vogliamo tenere in conto tutti i libri che vengono qui rimessi a mezzo postale alle librerie italiane e ad altre case librerie brasiliene, e volendo fare uno sforzo, portare la cifra dei libri qui importati a 300 mila lire, ogni italiano residente al Brasile corrisponderebbe alla madre patria, pel suo pane intellettuale, circa 15 – diciamo quindici – centesimi a testa! (FANFULLA, 1906, p. 790).

É nesse contexto de escolarização que, nos anos de 1906 e 1907, foi publicado um conjunto de quatro livros de autoria do Prof. L. V. Erielo. Não foi possível localizar quem era esse autor pela forma como ele se identifica. Pelos indícios localizados, L. V. Erielo é, provavelmente, um pseudônimo. No primeiro livro, um silabário, consta uma carta do autor para o cônsul. Nela, Erielo afirma que a

produção dos livros resultava da nomeação do autor pelo cônsul-
geral de São Paulo, cav. Gherardo Pio de Savoia para essa produção.
Os pequenos livros, segundo Erielo, decorriam de “tutto l'amore
che nutro per l'infanzia e tutto quel poco di esperienza che ho
acquistato in piú di vent'anni d'insegnamento” (ERIELO, 1907, s/p.).

Na figura a seguir, está a carta ao cônsul Pio de Savoia, na abertura do silabário:

Figura 3 – Carta do autor ao cônsul Pio de Savoia na abertura do silabário



Fonte: Erielo (1907, s/p.).

Tradução

Carta premissa à primeira edição

Ao nobre homem

Cav. Gherardo Pio di Savoia

Cônsul-geral de Sua Majestade o Rei da Itália em São Paulo

Apresento a V.S. Ilma. o silabário que me deu o encargo de compilar.

Não sei se eu mereço a sua confiança e se fui digno de sua aprovação, mas tenho consciência de haver posto, na compilação destes livrinhos, todo o amor que nutro pela infância e a pouca experiência que adquiri, em mais de vinte anos de ensino.

Estes livrinhos não são a preparação de um primeiro livro de leitura. Eu dividi o trabalho em dois volumes de pequeno tamanho e extensão, para que as crianças possam chegar a terminar a primeira leitura, antes de tê-los... desgastado...

Me sentirei profundamente compensado pelas minhas fadigas, se esses forem julgados de qualquer utilidade para as nossas escolas.

O autor

São Paulo, março de 1906.

Como explica na carta, o autor decidiu organizar os livros em pequenos volumes, acreditando que, com isso, seriam melhor aproveitados pelos alunos. Erielo acreditava que seria recompensado, se o livro tivesse utilidade para as escolas italianas; assina a carta em março de 1906. Não foi possível localizar a tiragem de cada uma das edições, mas, considerando que a edição de 1907 é a terceira, conforme apresentado no Quadro 3, é de pensar que o silabário tenha sido bem recebido e utilizado nas escolas italianas, em São Paulo, e, talvez, também em outras províncias. A seguir, no Quadro 3 apresento uma síntese da organização dos livros do Prof. Erielo que foram analisados:

Quadro 3 – Livros escolares do professor L. V. Erielo, São Paulo

Livro	Autor	Editora	Edição	Ano	N. de páginas	Local	Ilustrações/quantidade
Sillabario (parte prima)	Prof. L. V. Erielo	N. Falcone Editore	3 ^a	1907	24	São Paulo	Sim 26
Sillabario (parte segunda)	Prof. L. V. Erielo	Tip. Ideal Fili Canton Editori	2 ^a	1907	31	São Paulo	Sim 11
Raccontini per la prima classe elementare	Prof. L. V. Erielo	N. Falcone Editore	1 ^a	1907	47	São Paulo	Sim 46
Lezioncine di aritmética	Prof. L. V. Erielo	N. Falcone Editore	1 ^a	1907	44	São Paulo	Não -

Fonte: Organização da autora.

Chama a atenção, de imediato, que os livros têm uma mesma autoria, o Prof. L. V. Erielo sobre o qual, até o momento, não pude auferir maiores informações. Mas é necessário reconhecer que foram livros – ao menos os silabários – reeditados, o que pode ter estimulado o autor a produzir as outras obras com leituras para a primeira classe e as lições de aritmética. Consta, no verso da capa do silabário, que o mesmo autor produzira e publicara, pela mesma editora, *Il Manualetto* para a I e II classe elementar, bem como estava para ser publicado *Il Manuale* para a IV e V classe elementar das escolas italianas no Brasil. Portanto, do mesmo autor, outras quatro obras foram publicadas.

No conjunto, os quatro livros analisados são de 1907 e apresentam poucas páginas. Três deles apresentam ilustrações, praticamente em todas as páginas. Ao analisar esses livros, busquei perscrutar a pluralidade de ações mobilizadas na publicação, pensando que “são resultado de múltiplas operações que supõem uma ampla variedade de decisões, técnicas e habilidades”, como afirma Chartier (2014, p. 38).

A maioria das obras do Prof. L. V. Erielo foram publicadas por N. Falcone, editora e livraria, que estava situada na Rua São Bento em São Paulo, capital e, como mencionado, eram livros pequenos, com poucas páginas. Com 13cm de largura por 18cm de altura, constituíam uma proposta que guardava entre os volumes a ideia de um estudo continuado, de uma sequência, com ampliação e aprofundamento dos temas. Na Figura 4, apresento a capa dos livros, sendo perceptível o uso de papel simples, mas colorido e com adornos em todas, revelando certo cuidado editorial com a estética dos livros. As “relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades,

entre a obra e suas inscrições" (CHARTIER, 2007, p. 13) precisam ser tomadas na análise, já que são as capas que apresentam os livros e combinam a comunicação verbal e a visual, produzindo uma narrativa entrecruzada com os dados de identificação da obra e o significado que se quer produzir no leitor.

Figura 4 – Capa dos livros escritos pelo Prof. L. V. Erielo



Fonte: Capas de Erielo 1907a; Erielo, 1907b; Erielo, 1907c e Erielo, 1907d.

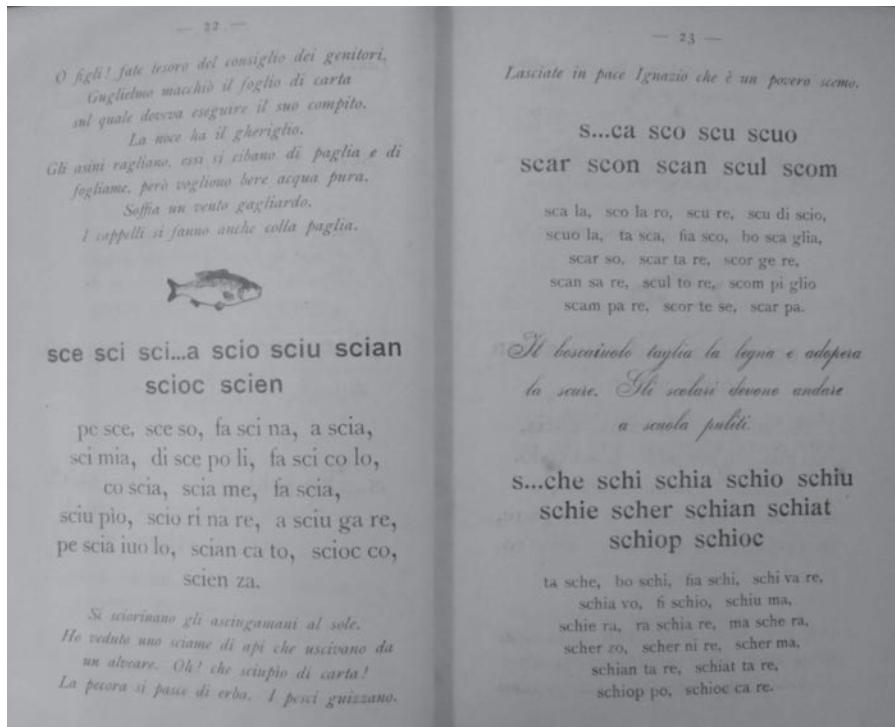
Folhear o silabário permite compreender a proposta didático-pedagógica mobilizada em sua concepção. O silabário está organizado em conformidade com o método sintético de alfabetização e, especificamente, com o alfabético, que é o mais antigo. Oferece partes mínimas do alfabeto, as letras, que aos poucos vão sendo combinadas entre si, formando as sílabas. Na primeira página, o silabário apresenta as vogais e, após, se dedica a cada uma das consoantes, combinando-as com as vogais e, aos poucos, introduz as sílabas, mas de modo aleatório, sem se vincular a um sentido. Entre as sílabas, para a formação das primeiras palavras, são mantidos os espaços regularmente, a fim de guiar a oralidade e promover a soletração. É o que ocorre em todo o primeiro volume do silabário que dedica, praticamente, uma página por letra e introduz suas diferentes representações gráficas. Observo que, ao final da página, também são introduzidos os algarismos e é apresentada a quantidade correspondente (número) por meio de desenhos. Apenas nas três últimas páginas consta o ensaio para algumas palavras e frases, destacando as sílabas e um espaço em sua separação. Fica nítido que o aprender a ler está vinculado à soletração: aprende-se o nome das letras do alfabeto e suas grafias, se soletra o nome e se memoriza quadros de sílabas, para depois compor palavras e frases. Na segunda parte do silabário, são apresentadas as consoantes e sua grafia, maiúsculas e minúsculas, as sílabas, a composição de palavras e frases, conforme está na Figura 5 a seguir.

Conforme a imagem anterior, é possível perceber os diferentes tipos de letra que são apresentados. A manutenção de um padrão, na organização gráfica das informações, facilita sua compreensão, destacando-se o objetivo de mostrar graficamente diferentes tipos de letras. Novamente, na segunda parte do silabário são mantidos espaços em branco entre as sílabas, o que dá a ideia de estabilidade, continuidade e simplicidade para o uso do livro, afinal cabe lembrar que o significado do texto “depende das formas que o tornam possível de ler, ou seja, das diferentes características da materialidade da palavra escrita” (CHARTIER, 2014, p. 20).

O livro *Raccontini* inicia apresentando o personagem Gigino, que estava feliz, pois recebera da professora um livro novo. Nas primeiras páginas, o autor, através do personagem de Gigino, aborda o amor ao estudo, a importância da leitura, o necessário cuidado com o livro e sua limpeza, enfim, representa o livro como porta de entrada para a aprendizagem. A cada página, uma pequena história é narrada. Ao final, o autor destaca as “liçõezinhas”, em que fica evidenciado o objetivo

da história ou o foco de aprendizagem. Como exemplos, na página 6 a lição é deveres do aluno, seguido de animais bípedes, voadores e seus benefícios (p. 7), limpeza e higiene (p. 8), partes da planta (p. 9), não podemos nos queixar da própria situação, há aqueles mais infelizes do que nós (p. 10), tristes efeitos da gulodice em nossa saúde (p. 11), várias espécies de cães: de guarda, de caça e a hidrofobia (p. 12), o professor instila a máxima – *primeiro o dever, depois o prazer* (p. 13), e assim seguem, em cada página um texto e uma pequena lição a ser aprendida.

Figura 5 – Interior do silabário (segunda parte), 1907



Fonte: Erielo (1907a, p. 22-23).

O livro apresenta além de pequenos contos, algumas poesias, cartas, mapa da Itália e vários textos informativos. Dentre os temas tratados estavam os símbolos nacionais da Itália: a Bandeira Nacional italiana, “os nossos reis”, destacando os reis da Itália Vittorio Emanuele III e Elena di Montenegro; realça a importância do cônsul como representante dos “italianos” que vivem distantes da sua pátria; e valoriza a Itália como a pátria distante que precisava ser amada pelos seus “filhos”, no

Exterior. Trata ainda de temas relacionados à natureza, tais como: flora e fauna, meios de transporte, datas comemorativas católicas, como a Páscoa e o Natal, bem como os deveres dos estudantes e das famílias. Hábitos de higiene e prescrições de comportamentos são anunciados com recorrência: “prima il dovere e poi il divertimento;¹⁰ anche nei giochi bisogna essere moderato”,¹¹ dentre outros. As poucas relações estabelecidas com o Brasil, ao longo das histórias, estão no cenário das fazendas em que café, cana-de-açúcar, bananas e abacaxi são mencionados. No entanto, são menções pontuais e quase insignificantes, mediante o conjunto de referências que apresentam ao leitor o universo cultural da pátria-mãe, a Itália.

O último livro do Prof. Erielo, *Lezioncine d’Aritmetica*, voltado para a primeira e segunda classe elementar, inicia com uma nota a modo de prefácio. Nele, o autor afirma que o mais difícil de tudo está em começar. E que o primeiro passo para o ensino de aritmética era a contagem que não deveria ser mecânica, mas um contar compreensivo, entendendo o valor numérico representado. É interessante destacar que o Prof. Erielo afirma que muitos dos estudantes chegavam na escola já conhecendo números e realizando cálculos mentais simples, mas recomendava que os professores ignorassem essas noções, a fim de nivelar o ensino e discipliná-lo. Incita que os professores ensinem os alunos a usarem os dedos das mãos como um ábaco; que selecionassem exemplos concretos e que o ensino tivesse caráter intuitivo. O livro foi dividido em duas partes: primeiro aborda basicamente as quatro operações fundamentais; na segunda, o sistema monetário e os números até um mil. Apresenta propostas para exercícios orais e escritos, estimula a realização de cálculos mentais e a resolução de situações-problema. Chama a atenção que, na apresentação da segunda parte, o autor orienta que os professores façam exercícios de pergunta e que a resposta oral inclua a própria pergunta. Exemplifica “quante scarpe ci vogliono per farne un paio?” e que a resposta dos estudantes deveria ser “per fare un paio di scarpe, ci vogliono due scarpe” (ERIELO, 1907, p. 20).¹² Recordava ao professor que, no ensino da aritmética, estava provada a verdade do provérbio: “Chi ha fretta vada adagio.”¹³ Ao longo do livro, em notas, o autor aponta pequenas orientações de como ensinar ao professor, na maioria delas, estimulando o uso de materiais concretos. O autor guia,

¹⁰ Primeiro os deveres, depois os divertimentos.

¹¹ Também nos jogos é preciso ser moderado.

¹² “quantos sapatos são necessários para fazer um par?” e que a resposta dos estudantes deveria ser “para fazer um par de sapatos, são necessários dois sapatos” (ERIELO, 1907, p. 20).

¹³ “Quem tem pressa vai devagar” (ERIELO, 1907c, p. 20).

conduz o professor em sua prática pedagógica, ressaltando como deveria ensinar os exercícios orais, escritos e a menção a possíveis recursos a serem mobilizados, em seu fazer. No exemplo a seguir, o Prof. Erielo sugere o uso de feijões ou pedrinhas para representar a dezena:

Figura 6 – Interior do livro Lezioncine di aritmética, 1907

— 8 —

$1+1=2$	$4+1=....$
$2+1=....$	$6+1=....$
$3+1=....$	$2+1=....$
$4+1=....$	$7+1=....$
$5+1=....$	$3+1=....$
$6+1=....$	$1+1=....$
$7+1=....$	$5+1=....$
$8+1=....$	$8+1=....$

Numerazione parlata:

Contare in linea ascendente e discendente dall'1 al 9. Idea dello zero (*niente*).
 Contare i primi 6 mesi dell'anno.
 Contare i primi 7, 8, 9 scolari.
 Calcolo orale e scritto.

$2+2=$	$3+2=$	$3+3=$	$4+3=$
$4+2=$	$5+2=$	$4+3=$	$5+4=$
$6+2=$	$7+2=$	$5+3=$	$5+3=$

LEZIONE III.

Idea del 10.

Fare notare la differenza fra una *unità* di fagioli, di sassolini ecc. ed una *decina*.
Dieci unità formano una decina.

Numerazione scritta:

Fare scrivere il 2, il 3, il 4, il 5, lo 0, dieci volte sul rigo del quaderno.
 Fare scrivere le cifre dall'1 al 10 in ordine ascendente e discendente.

Calcolo mentale:

Lugino ha ora sei anni, quanti ne aveva l'anno scorso? quanti ne avrà l'anno venturo?
 — Contando dal lunedì alla domenica abbiamo 7 giorni; fino a qual giorno dovrei contare per

— 9 —

averne 5? — Tonino ha 7 anni e Giulio 6, chi ne ha di più? chi ne ha di meno? — Due paia di scarpe quante scarpe sono?

NOTA. — Per dare l'idea chiara della decina, il maestro formerà dei sacchetti, magari di carta e vi metterà dentro dieci fagioli o sassolini. — Il sacchetto rappresenta la decina, che contiene 10 unità.

$1+3=....$	$2+2+2=....$
$3+2=....$	$3+1+2=....$
$2+2+1=....$	$4+2+3=....$
$3+3+3+1=....$	$3+2+4+1=....$

Esercizi orali e scritti:

$2+2$ e $3+3$ fino al 10.

LEZIONE IV.

Numerazione parlata:

Contare da 10 a 16, facendo osservare che 11 corrisponde a una decina più una unità; 12 ad una decina più due unità ecc.

Copiare e leggere

10	11	12	13	14	15	16
12	15	16	11	14	10	13
16	14	10	15	11	13	12

Quando si vuol tirar via, (levare, sottrarre), si fa questo segno — che vuol dire meno.

2—1	vuol dire dal 2 tirar via 1 e resta 1		
3—1	5—1	7—1	9—1
4—1	6—1	8—1	10—1

NOTA. — Servendosi del sacchettino o cartoccio, il maestro farà osservare che 11 corrisponde al fa-

Fonte: ERIELO (1907c, p. 8 e 9).

A editora de três livros do Prof. Erielo era a N. Falcone e um deles, o que surpreende, pois é a parte dois do Silabário, foi impresso na Tipografia Ideal, cujos proprietários eram os *Fratelli Cantoni*. Essa tipografia estava situada, em 1907, na Rua Santa Iphigenia, n. 1A em São Paulo, capital.¹⁴ Uma hipótese para compreender a situação é a de que

¹⁴ A Tipografia Ideal foi fundada, em 1904, pelos irmãos Ettore, Attilio e Umberto Canton, trevisanos, que bem jovens haviam sido empregados em outras tipografias e que, com a experiência, haviam fundado a sua própria. O mais velho, na época da fundação, contava com 24 anos e o mais jovem, com 18. Segundo a publicação do Fanfulla “não apenas fazem trabalhos tipográficos com três cores belíssimos, fabricavam registros e selos, livros, etc. Ao estabelecimento estava anexa uma loja para a venda de objetos de chancelaria, para escritórios e para escolas, cartolinhas ilustradas, etc. As máquinas movidas com energia elétrica são as mais aperfeiçoadas, com belíssimos tipos e frisos: portanto um estabelecimento modelo”, afirmavam em 1906 (FANFULLA, 1906, p. 1052).

a Tipografia Ideal teria tido seus serviços sublocados pela N. Falcone, em especial porque ficavam localizadas muito próximas. Quanto à N. Falcone, cabe mencionar que, além de publicar livros escolares, ela os comercializava, bem como outros objetos voltados para a escolarização. A N. Falcone também importava livros, em especial da França, mas também Alemanha, Itália e Inglaterra. Sabemos que a escolarização propiciou a expansão de editoras, como a Francisco Alves, que entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, fez a aquisição de diversas outras editoras, além de abrir filiais, em Belo Horizonte, em 1906. Conforme Hallewell,

a firma havia crescido rapidamente a partir de meados da década de 1890 e logo chegou a deter quase monopólio no campo do livro didático brasileiro. Isso foi conseguido, em parte, com a suplantação dos concorrentes mediante a prática de tiragens maiores, o que barateava os preços, e, em parte, com a aquisição de firmas rivais. Em São Paulo, adquiriu a firma de N. Falconi (HALLEWELL, 2012, p. 317).

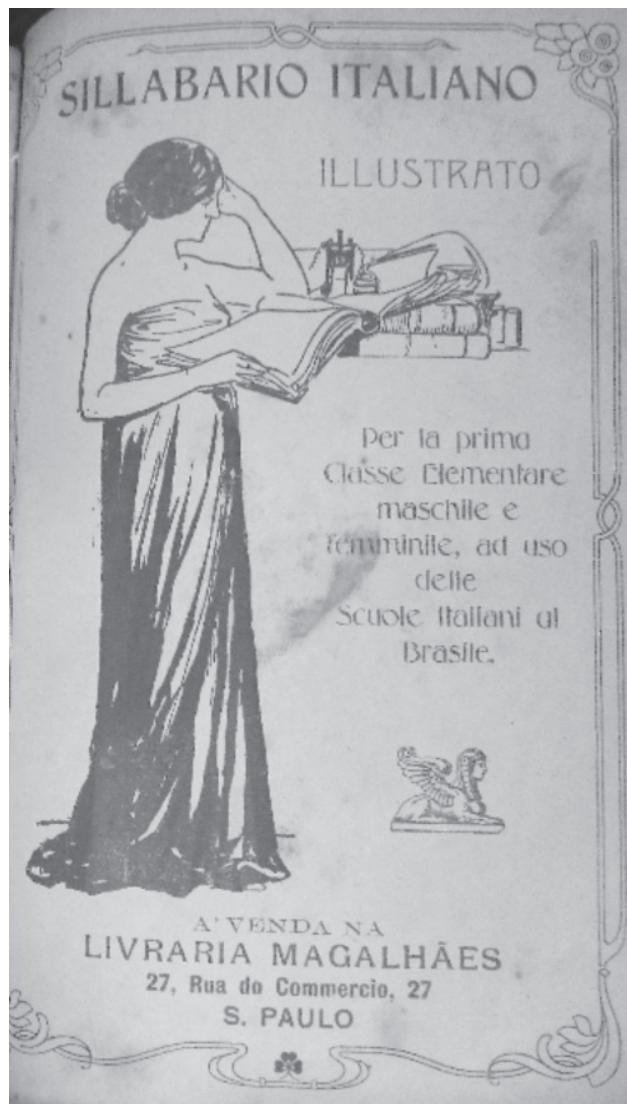
Não foi possível auferir se os livros do Prof. Erielo continuaram a ser produzidos com a venda da editora, mas é relevante considerar a questão para a compreensão também da instabilidade dos processos de produção dos livros, pois, como sabemos, a prática editorial envolve “processo coletivo que requer numerosos atores e não separa a materialidade do texto da textualidade do livro” (CHARTIER, 2007, p. 13).

Por fim, o *Sillabario Italiano Illustrato*, na capa indicava ser para a “seção inferior da primeira classe elementar masculina e feminina para uso nas escolas italianas do Brasil”. A obra não apresenta menção de data de publicação ou autoria. Foi editado e vendido pela Livraria Magalhães que estava situada na Rua do Comércio, n. 27, em São Paulo, capital.¹⁵ Ornamentado e ilustrado, constituía-se em um livro pequeno de 12cm de largura por 18cm de altura, com 40 páginas, além do extrato do catálogo da Livraria Magalhães que acrescentava outras oito páginas. Hallewell, ao mencionar a editoria na cidade de São Paulo nos anos de 1920, classifica a Livraria Magalhães como uma editora primordialmente de livros populares (HALLEWELL, 2012, p. 369). A capa utiliza cores em tons de verde e vermelho, evidenciando uma preocupação estética.

¹⁵ É relevante informar que a Tipografia Ideal, a N. Falconi e a Livraria Magalhães ficavam localizadas a poucas quadras de distância uma da outra, todas localizadas onde hoje está o centro histórico de São Paulo, capital.

Apresento, na imagem a seguir, a capa e uma imagem do interior do silabário:

Figura 7 – Imagem da capa do Sillabario Italiano Illustrato e imagens em seu interior





Fonte: SILLABARIO Italiano..., s/d., capa e p. 4 e 5.

É relevante observar que, como no livro do Prof. Erielo, o *Sillabario Italiano Illustrato* trabalha com o método alfabético. A cada página a quantidade de ilustrações utilizadas é maior e apresenta também a formação de palavras e frases simples. Em algumas páginas apresenta os algarismos e propõe exercícios de soletração diversos. Nas frases, destaca-se a valorização da Itália como Pátria: "sono italiano", a família real italiana é apresentada nas ilustrações e o catolicismo é destacado: "adoriamo Dio" (SILLABARIO, s/d., capa e p.11). É certo que a presença de tais registros não imprime a significação final produzida pelos leitores, afinal a "construção do significado de textos entre restrições transgredidas e liberdades refreadas" (CHARTIER, 2014, p. 46) requer muito mais do que a análise da materialidade como a realizada nesse texto, porque a "apropriação sempre criativa, a produção de uma diferença, a proposição de um significado, que pode ser inesperado" (CHARTIER, 2014, 46), são elementos a serem ainda investigados. Mas, para tal empreendimento, o conjunto documental precisa ser ainda mais diversificado, a fim de que seja possível pensar nas "apropriações particulares e inventivas dos leitores, ouvintes ou espectadores, [que] dependem da combinação dos efeitos de significados buscados pelos textos, usos, sentidos impostos

pelas formas de sua publicação e competências e expectativas que governam a relação de cada comunidade interpretativa com a cultura escrita" (CHARTIER, 2014, p. 47).

Considerações finais

Os livros didáticos são parte do patrimônio cultural da história da escola e, como objetos da cultura material da escola italiana, foram pensados no entrecruzamento de sua produção e contextualização. A especificidade da análise de livros escolares está em considerá-los, como sugere Anne-Marie Chartier (2018, p. 1), em "um guia a ser seguido, na sala de aula ou em casa, geralmente sob a direção de um professor" e como tal configuram-se em um "produto editorial singular, efêmero e, portanto, particularmente frágil", o que pode explicar a dificuldade em localizar maior número de exemplares, como mencionado no início do texto.

Tomar o livro escolar como importante artefato cultural e dispositivo pedagógico é significativo para pensar as culturas escolares e os modos cotidianos de como a escolarização acontecia, em como os professores e estudantes interagiam e com quais materiais. É interessante ter condições para analisar registros ordinários constantes nos exemplares, caso eles existissem, o que não foi o caso para os livros localizados.

Merece atenção, no prosseguimento da pesquisa, a potência em localizar os outros livros que, pelos indícios encontrados, teriam sido publicados também pelo Prof. Erielo. Além desses, entrecruzar com outros achados relativos às escolas italianas no contexto brasileiro. Cabe ainda localizar mais informações sobre os autores desses livros e, quiçá, encontrar evidências da circulação dos mesmos – afinal, será que os livros ficaram restritos a São Paulo ou houve um circuito de consumo dos mesmos maior do que essa fronteira provincial?

A soletração de letras e números em voz alta, os sons uníssonos de letras, as consoantes e as vogais, as composições de sílabas e palavras e assim, progressivamente, de frases, que compunham a aprendizagem da leitura e da escrita. O ler, o escrever e o contar foram sendo apresentados pelas páginas destes "pequenos livrinhos" produzidos no Brasil para alfabetizar em italiano. O fazer e o dizer dos alunos (e do professor) que seguiam o proposto pelos autores permitem pensar as práticas que marcaram o cotidiano do ensinar/aprender no interior das salas de aulas de escolas italianas. De um lado, práticas conformadas pela presença de tais livros, de outro, essas obras sendo criativa, inventiva e pluralmente

apropriadas e significadas por seus leitores. Considerando que com esses livros os filhos de imigrantes e/ou as crianças imigrantes, que moravam no Brasil, foram alfabetizados em Língua Italiana, podemos pensar essa experiência singular com a mediação das obras, esses artefatos de diálogo entre a cultura italiana e o contexto vivido nas terras brasileiras.

Referências

- ALCÂNTARA, W. R. R. **Por uma história econômica da escola:** a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914). 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ANCARANI, U. La colonia italiana di Caxias in Rio Grande del Sud, Brasile. *Bollettino dell'Emigrazione. Ministero degli Affari Esteri, Commissariato dell'Emigrazione*, 1905. In: HERÉDIA, V. B. M.; ROMANATO, G. (org.). **Fontes diplomáticas:** documentos da imigração italiana. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016. t. IV.
- AZEVEDO, T. De. **Italianos e gaúchos:** os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação / Instituto Estadual do Livro, 1975.
- BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. Â. Nationalisms and schooling: between italianness and brazility, disputes in the education of italian-gaucho people (RS, Brazil, 1930-1945). *History of Education & Children's Literature*, v. XII, n. 2, p. 443-475, 2017.
- BARAUSSE, A. I libri scolastici come strumenti di promozione dell'identità nazionale italiana in Brasile nei primi anni del fascismo (1922-1925). *História da Educação*, v. 20, n. 49, p. 81-94, 2016.
- BARAUSSE, A. *Il libro per la scuola dall'unità all fascismo:* la normativa sui libri di testo dalla legge Casati alla Riforma Gentile (1861-1922). Macerata: Alfabetica edizioni, 2008. In: ASCENZI, A.; SANI, R. **Il libro per la scuola tra idealismo e fascismo.** Milão: Vita e Pensiero, 2005.
- BARAUSSE, A. Livros didáticos e italianidade no Brasil nos anos 1920-1930. In: LUCHESE, T. Â. (org.). **Escalarização, culturas e instituições:** escolas étnicas italianas em terras brasileiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2018. p. 29-74.
- BEVILACQUA, P.; CLEMENTI, A. de; FRANZINA, E. (org.). **Storia dell'emigrazione italiana:** i partenze. Roma: Donzelli, 2009a.
- BEVILACQUA, P.; CLEMENTI, A. de; FRANZINA, E. (org.). **Storia dell'emigrazione italiana:** ii arrivi. Roma: Donzelli, 2009b.
- CERTEAU, M. De. **A invenção do cotidiano.** 1 Artes do Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERVO, A. L. **As relações entre o Brasil e a Itália**: formação da italianidade brasileira. Brasília: Ed. da UnB, 1992.

CHARTIER, A. M. Prefácio. In: PERES, E.; RAMIL, C. de A. (org.). **Produção e circulação de livros didáticos no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX**. Curitiba, Appris, 2018.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.

CHARTIER, R. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.

CHIOSSO, G. **Libri di scuola e mercato editoriale**: dal primo ottocento alla Riforma Gentile. Milão: Franco Angeli, 2013.

CIAPELI, E. Lo stato di Rio Grande del Sud (Brasile). Bollettino Dell' Emigrazione. Ministero degli Affari Esteri. Commissariato dell'Emigrazione. In: HERÉDIA, V. B. M.; ROMANATO, G. (org.). **Fontes diplomáticas**: documentos da imigração italiana. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016.

CINQUANTENARIO della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. 2. ed. Porto Alegre: Arte & Cultura, 2000 [facsímile de 1925]. v. I.

CORRÊA, R. L. T. **Conviver e sobreviver**: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880 a 1920). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – São Paulo, USP, 2000.

DE BONI, L. A. (org). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

ERIELO, L. V. **Lezioncine di aritmética per le classi prima e seconda elementare**. São Paulo: N. Falcone, 1907c.

ERIELO, L. V. **Raccontini per la prima classe elementare**. São Paulo: N. Falcone, 1907b.

ERIELO, L. V. **Seguito al Sillabario** (parte seconda). 2. ed. São Paulo: Tip. Ideal – Fili; Canton Editori, 1907a.

ERIELO, L. V. **Sillabario** (parte prima). 3. ed. São Paulo: N. Falcone, 1907.

FANFULLA. **Il Brasile e gli italiani**. Firenze: R. Bemporad & Figlio, 1906.

FLORIANI, G. **Scuole italiane all'estero**: cento anni di storia. Roma: Armando Editore, 1974.

FRANCHINI, F. **Entre Vargas e Mussolini**: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri. São Paulo: USP, 2015. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

FRANZINA, E. **A Grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.

FRANZINA, E. **L'America gringa**: storie italiane d'immigrazione tra Argentina e Brasile. Reggio Emilia, Italia: Diabasis, 2008.

GOMES, M. R. **Sob o céu de outra pátria:** imigração e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, MG, 1888-1912. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Belo Horizonte, MG, UFMG, 2009.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil, sua história.** 3. ed. São Paulo, Editora da USP, 2012.

JORNAL A FEDERAÇÃO, órgão do Partido Republicano. Diretor da redação: Olavo Godoy. Gerente: Agostinho José Lourenço, ano XXII, n. 271, p. 3, 23/11/1905.

JORNAL A FEDERAÇÃO, órgão do Partido Republicano. Diretor da redação: Olavo Godoy. Gerente: Agostinho José Lourenço, ano XXII, n. 273, p. 2, 25/11/1905.

JORNAL A FEDERAÇÃO, órgão do Partido Republicano. Diretor da Redação: Júlio de Castilhos. Porto Alegre, ano III, n. 240, 20/10/1886.

LORENZONI, J. **Memórias de um emigrante italiano.** Pelotas, RS: Ponto de Vista, 2011.

LUCHESE, T. Â. Da Itália ao Brasil: indícios da produção, circulação e consumo de livros de leitura (1875 – 1945). **História da Educação**, v. 21, p. 123-142, 2017.

LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930:** leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita 2007. 495fl. Tese (Doutorado em Educação) – São Leopoldo: Unisinos, 2007.

LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

LUCHESE, T. Â. **Relações de poder:** autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves, 1875 a 1889. Curitiba: CRV, 2009.

MAGALHÃES, J. O livro escolar como memória da educação. In: MOGARRO, Maria João (coord.). **Educação e património cultural:** escolas, objetos e práticas. Lisboa: Colibri, 2015. p. 135-140.

MANFRÓI, O. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MASCHIO, E. C. F. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875-1930).** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – UFPR, Curitiba, PR, 2012.

MIMESSE, E. **A educação e os imigrantes italianos:** da escola de primeiras letras ao grupo escolar. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

MINISTERO Degli Affari Esteri. **Annuario delle Scuole Coloniali per l'anno finanziario e scolastico 1890-1891.** Roma, Tipografia delle Mantellate, 1891.

MINISTERO Degli Affari Esteri. **Annuario delle Scuole Coloniali per l'anno**

finanziario e scolastico 1889-1890. Roma, Tipografia delle Mantellate, 1890.

OTTO, C. **Catolicidades e italianidades:** jogos de poder no Médio Vale do Itajaí-Açu e no sul de Santa Catarina. 2005. 270fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, 2005.

PAGANI, C. **A imigração italiana no Rio de Janeiro e em Petrópolis e a educação para os filhos dos imigrantes, 1875-1920.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – UCP, Petrópolis, RJ, 2012.

PARLAGRECO, C. Le Scuole Italiane. In: FANFULLA. **Il Brasile e gli italiani.** Firenze: R. Bemporad & Figlio, 1906, p. 796-810.

PERROD, E. Le colonie brasiliane Conte D'Eu e Donna Isabella, gennaio 1883. In: HERÉDIA, V. B. M.; ROMANATO, G. (org.). **Fontes diplomáticas:** documentos da imigração italiana. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016. t. I.

PETROCCHI, L. Le colonie italiane nel distretto di Bento Gonçalves, Rio Grande del Sud, Brasile. Bollettino dell' Emigrazione. Ministero degli Affari Esteri. Commissariato dell' Emigrazione, 1906. In: HERÉDIA, V. B. M.; ROMANATO, G. (org.). **Fontes diplomáticas:** documentos da imigração italiana. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016. t. IV.

RECH, G. L.; LUCHESE, T. Â. **História das escolas italianas no Rio Grande do Sul:** pesquisa e documentos. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

RECH, G. L. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938):** a formação de uma rede escolar e o fascismo. 2015. 449f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SILLABARIO Italiano Illustrato. São Paulo: Livraria Magalhães, s/d., p. 11 e capa.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.



Revistas para a juventude italiana no exterior no vintênio fascista: de *Aquilotti d'Italia* (1928-1930) a *Il Tamburino della Gioventù Italiana All'estero* (1931-1943)

Anna Ascenzi

Introdução

Em novembro de 1928, tinha origem o primeiro fascículo do quinzenal *Aquilotti d'Italia* – Revista dos Grupos Juvenis no Exterior. Editado pelos tipos do Poligráfico do Estado de Roma, da Secretaria Geral dos Fasci Italianos no Exterior, o periódico constituía um dos frutos mais maduros da verdadeira e própria mudança incutida à organização dos Fasci no Exterior pelo novo secretário Piero Parini. Nomeado por Mussolini, em janeiro daquele mesmo ano, com a tarefa de fazer de tal organismo o principal instrumento de penetração fascista no interior das comunidades italianas, apostava não apenas, como no passado, nas populações adultas, mas, também e, sobretudo, nas jovens gerações, objeto, naqueles anos, também na Península, de uma crescente atenção por parte do regime, testemunhada, dentre outras coisas, pela instituição, em 1926, da Opera Nacional Balilla (ONB).

Surgidos a partir de 1920, como organização do Partido Nacional Fascista (PNF), e passados posteriormente, em 1925, às dependências do Ministério das Relações Exteriores, os Fasci Italianos no Exterior eram o instrumento por meio do qual, como lembrou Emilio Gentile, o regime mussoliniano se propunha a realizar o objetivo de “fascistizar os italianos emigrados e seus descendentes, para transformá-los em veículos de difusão da sua ideologia”.

Ainda que o regime tenha justificado oficialmente a criação dos Fasci Italianos no Exterior com a necessidade de “tutelar os interesses sociais e econômicos da emigração italiana, e com o propósito de promover a valorização da cultura italiana e o desenvolvimento do comércio e da produção italiana no exterior”, a “finalidade ideológica esteve presente desde o início”, como lembrou ainda Emílio Gentile.

Não por acaso, ao traçar, em novembro de 1922, as diretrizes gerais da política do PNF, em relação aos italianos emigrados para o Exterior, o próprio Mussolini não deixou de destacar a necessidade “imediata” de “uma massiva campanha, voltada a estimular o sentimento de italianidade em todas as massas emigradas e de reforçar seus laços com a pátria mãe”.

Naquela mesma ocasião, no entanto, Mussolini havia também sublinhado a oportunidade de dar vida, em um momento sucessivo, a uma “progressiva obra de sensibilização das novas gerações” e, nesse ínterim, de empenhar “algumas minorias mais receptivas de jovens emigrados”, na obra de “penetração cultural e espiritual da ideologia nos países anfitriões”.

Nomeado, em janeiro de 1928, secretário-geral dos Fasci Italianos no Exterior, como já mencionado, Piero Parini, expoente de renome do regime fascista, havia começado há pouco a carreira diplomática, sob a guia do subsecretário do Exterior, Dino Grande, e havia sido designado no ano anterior cônsul da Itália em Alepo, na Síria. Sob sua guia foram colocadas tanto a direção geral das *Escolas Italianas no Exterior*, quanto, a partir de 1929, a *Direção Geral dos Italianos no Exterior*. No mesmo ano seria chamado a dirigir a Fundação Nacional do Litório, sendo responsável em tal organismo pela organização de uma série de colônias de férias para filhos dos italianos residentes no Exterior. Em agosto de 1932, por fim, depois de ser elevado ao cargo de ministro plenipotenciário, ele assumiria também a função de diretor-geral do Trabalho Italiano no Exterior.

Convencido sobre a necessidade de conjugar ao órgão de imprensa os Fasci Italianos no Exterior – Boletim da Secretaria geral”, se tornando depois, a partir de 1925, *O Legionário*, uma publicação periódica essencialmente destinada às crianças e aos jovens das comunidades italianas no Exterior, com a finalidade de “educação patriótica, promoção da italianidade e franca propaganda fascista”, Piero Parini, imediatamente após sua nomeação para a direção dos Fasci Italianos no Exterior, encarregava o escritor infantil Giuseppe Fanciulli de dar corpo ao projeto de um jornal capaz não apenas de colocar-se como instrumento

de comunicação e de ligação entre os “Grupos juvenis da coletividade italiana no Exterior”, como também de fornecer “aos pequenos italianos e às pequenas italianas”, que viviam fora da Península, “o conforto e o estímulo de uma puríssima italianidade”, ensinando-os “a amar o Duce, que deu ao povo italiano, dentro e fora das fronteiras, a paixão nacional e a aspiração ao grande destino da Pátria e da estirpe”.

A escolha de Giuseppe Fanciulli era, afinal de contas, tudo menos casual. Do velho companheiro e estreito colaborador de Luigi Bertelli/ *Vamba*, Piero Parini, de fato, recordava-se bem, tendo sido quando adolescente um dos leitores mais fiéis e apaixonados do periódico – os alegres e divertidos textos escritos por ele impressos no *Il Giornalino della Domenica* (1906-1924) –, assim como tinha claramente presente a indiscutível fama de prolífico e brilhante escritor para a infância e juventude, que o literário florentino vinha adquirindo, nos anos mais recentes, graças à publicação de uma série de meritórias e inovativas obras para crianças e jovens.

A súbita e convicta adesão ao fascismo, e o pleno compartilhamento das diretrizes do regime, de resto, faziam de Giuseppe Fanciulli o executor ideal de um projeto mirava ligar a propaganda mussoliniana, relativa à juventude italiana no Exterior, a um orgânico e eficaz programa de educação patriótica e de formação da consciência nacional. Ainda mais, se levar em consideração a vigorosa fé católica que animava o escritor florentino, e a peculiar sensibilidade clérigo-fascista que ele imprimira à sua produção literária para a infância, uma sensibilidade na qual não era difícil identificar uma clara sintonia com as aspirações conciliatórias que, naqueles mesmo anos, animavam o diretório fascista.

Entre literatura infantil e propaganda do regime: Giuseppe Fanciulli e o periódico *Aquilotti d'Italia* (1928-1930)

Inspirado, ao menos do ponto de vista de paginação editorial, no *Il Giornalino della Domenica* (1906-1924), do qual, como já mencionado, Giuseppe Fanciulli havia sido um dos principais redatores, e que havia também dirigido depois do desaparecimento, em novembro de 1920, do fundador e primeiro diretor Luigi Bertelli (*Vamba*), o quinzenal *Aquilotti d'Italia* se caracterizou desde o início, no final de 1928, como um periódico para a infância e para a juventude de mérito notável. O elevado custo da assinatura anual – 15 liras na Itália e nas colônias e 20 liras no Exterior – parecia amplamente justificado tanto pela riqueza e originalidade dos artigos e dos textos de narrativa publicados em cada fascículo, quanto pelo significativo número e pela notoriedade dos

escritores e dos ilustradores, que animavam a redação e constituíam a legião de colaboradores contratados ao jornal.

Além do próprio Fanciulli e de um pequeno grupo de dirigentes e funcionários da Secretaria Geral dos Fasci Italianos no Exterior, primeiro entre todos o próprio Piero Parini, encontramos, de fato, entre os redatores e mais assíduos colaboradores do *Aquilotti d'Italia*, um grande número de literários, acadêmicos, e escritores infantis e juvenis, dentre os quais figuram: Ettore Allodoli, Luigi Bottazzi, Milly Dandolo, Guglielmo della Noce, Ettore de Zuani, Camilla del Soldato, Fernando Gemina, Bianca Gerin, Beppino Guidotti, Cesarina Lorenzoni e Elena Luce. A estes, como acenado, se juntava a patrulha de desenhistas e ilustradores, entre os quais devem ser citados: Francesco Carnevali, Filippo Maria Marini, Giuseppe Arrighi e Enrico Castello (*Chin*).

Cada fascículo compreendia 24 páginas ricamente ilustradas, as quais continham, junto às novelas, contos e representações teatrais para jovens, uma série de rubricas fixas: ao lado daquela denominada “Para os pequeninos”, “Páginas suas”, “Vida esportiva”, “Página humorística” e, a partir de 1930, “Os livros”.

Completava o fascículo uma série de rubricas informativas, voltadas explicitamente à juventude italiana no Exterior. Estas eram acompanhadas, por fim, pela rubrica “Correspondência”, na qual o diretor publicava uma ampla seleção das cartas enviadas ao periódico por jovens leitores, inserindo comentários próprios e reflexões, e fornecendo resposta aos eventuais questionamentos nas cartas formulados.

Um rápido olhar sobre a produção de caráter narrativo para a infância e a juventude, contida nas páginas do *Aquilotti d'Italia* revela, sobretudo, a constante atenção em satisfazer as expectativas e os interesses dos leitores de diversas faixas etárias: junto às fábulas, às novelas fantásticas e aos diálogos e contos para os pequeninos, de fato, encontramos em todos os fascículos uma ampla escolha de contos exóticos e de aventura para jovens, e de novelas sentimentais para as meninas.

Assim, para os leitores menores, os textos de pura fantasia, alegres e divertidos, e, ao lado destes, outros, nos quais não faltam as evocações ao amor pela pátria e ao sentimento nacional.

Mais complexo é o quadro da produção de gêneros narrativos destinados a rapazes e moças. Para os primeiros, o gênero prevalente é aquele da história fantástica de aventura, mas não faltam as reconstruções romanceadas e emocionantes dos mais célebres episódios da história nacional, e a biografia de grandes italianos do passado, nas quais se

encontram frequentemente, ainda que vagos, temas e motivos caros à propaganda nacionalista e fascista.

Também nos numerosos e emocionantes contos da história da pátria, impressos no decorrer de 1920, o gosto pela aventura, o amor à pátria, e as grandes virtudes heroicas e cavalheirescas constituem o cerne de uma mensagem que visa a educar a consciência nacional e a favorecer a identificação dos jovens leitores com os ideais e modelos veiculados pela propaganda fascista.

Em matéria de público feminino prevalecem as novelas e as histórias dedicadas à vida familiar e à exaltação das virtudes próprias da mulher e dos bons sentimentos, mas não faltam narrativas centradas na dolorosa experiência da emigração para o Exterior, com uma releitura, naturalmente, em chave fascista.

Na história para meninas, *A viagem de núpcias de Rosalina*, de Laura Chiari Guardabassi, por exemplo – apaixonante relato da camponesa de Lucca, Rosalina, e de Antonello, o filho de Dom Cicillo, emigrado para a América – que enriqueceu por haver criado com dois sócios uma fábrica de objetos fotográficos –, oferece à autora a oportunidade para reafirmar um conceito particularmente importante para o regime mussoliniano, que, longe de deixar-se assimilar pela cultura e pelas tradições dos países para os quais se haviam transferido e agora residiam, os emigrados italianos no Exterior deveriam esforçar-se para preservar o próprio idioma e a própria identidade cultural, procurando casar-se com os compatriotas, antes que com os estrangeiros, e alimentar a esperança de poder retornar um dia à Itália.

Diante das relevantes e sequer muito vagas e genéricas referências à ideologia fascista, contidas nos textos de narrativas e nos artigos acima referidos, não há dúvida de que, para extrair plenamente as características e a dimensão da mensagem ideológica veiculada pelo *Aquilotti d'Italia*, entre 1928 e 1930, é necessário fazer, em primeiro lugar, referência aos *editoriais* assinados pelo diretor do jornal, Giuseppe Fanciulli, e publicações na abertura de cada fascículo. O objetivo era oferecer aos jovens leitores uma oportunidade de reflexão sobre os desafios e as responsabilidades próprias da juventude italiana, nascida e crescida fora dos confins nacionais, e de explicitar, de tal modo, a finalidade meramente educativa (“de franca educação patriótica e fascista”) da publicação, como também aos conteúdos veiculados nas diversas rubricas acima mencionadas, e, em particular, na “Correspondência” com os jovens leitores que viviam nas comunidades italianas no Exterior.

No que se refere aos *editoriais* assinados pelo diretor, com os quais se abria a maior parte dos fascículos do *Aquilotti d'Italia*, deve-se ressaltar que, longe de deter-se sobre questões contingentes ou de favorecer temáticas de caráter literário ou sobre instâncias culturais em amplo sentido, eles estavam em grande medida focados nas complexas relações que ligavam o regime fascista e os jovens e, em particular, em novas e acrescidas responsabilidades, que a juventude italiana, nesta compreendida aquela residente no Exterior, era chamada a exercer na “Nova Itália de Mussolini”.

No final dos anos 20, do século XX, essencialmente, Giuseppe Fanciulli reivindicava, ainda com referência às crianças e aos jovens italianos que residiam no Exterior, o princípio de uma espécie de identidade entre o fascismo e a juventude, a qual, longe de constituir apenas mera categoria anagráfica, deveria ser considerada a “expressão do absoluto positivo” e como síntese de uma “vasta gama de valores, ao mesmo tempo cívicos, morais e estéticos”. Não por acaso, como o diretor do *Aquilotti d'Italia* havia repetido diversas vezes, o regime fascista havia escolhido fazer dos jovens “o cerne da própria ação”, visando a tornar concreta “a imagem de um povo maravilhosamente jovem”.

Não surpreende, nesse sentido, o amplo espaço acordado, nos *editoriais* assinados pelo diretor e publicados no *Aquilotti d'Italia* naquele período, ao “debate sobre a juventude” e sobre a formação de uma nova classe dirigente autenticamente fascista. Este espaço foi desenvolvido a partir de 1927, nas colunas de “Crítica Fascista”. A revista dirigida por Giuseppe Bottai, culminado, posteriormente, no princípio de 1930, com a intervenção de Benito Mussolini, com o título *Pontos-chave sobre os jovens*.

Propriamente para tal intervenção, por exemplo, invocava Giuseppe Fanciulli no *editorial* de fevereiro de 1930 com o título *O lugar dos jovens*, no qual afirmava, entre outras coisas, que “a fresca vitalidade do Fascismo é demonstrada, não apenas, pelo cuidado que o Regime dedica à educação dos jovens, com a intenção de transmitir às forças intactas e completamente preparadas os postos de comando”.

A “alta função de educação civil e viril, [...] suscitadora nos animais jovens das audácia mais nobres”, que a revista dirigida por Giuseppe Fanciulli pretendia perseguir, era exercida de modo sistemático, como já mencionado, também através das diversas rubricas presentes em cada fascículo e, de modo especial, por meio daquela relativa à “Correspondência” do diretor. É preciso dizer que, de fato, fruto de atenta

seleção – com a finalidade de individuar e fazer emergir testemunhos exemplares de “brilhante italianidade”, “autêntico amor pela Pátria”, “convicta e total identificação com os valores do Fascismo” e “sinceros sentimentos de gratidão pelo Duce”, – cartinhas enviadas pelos jovens assinantes e reproduzidas por Giuseppe Fanciulli, nas colunas do *Aquilotti d'Italia* tendiam, por um lado, a desenhar uma espécie de *leitor ideal*, capaz de viver e testemunhar integralmente as qualidades próprias da “juventude mussoliniana”, do “novo homem fascista”, e por outro lado, de constituir um formidável instrumento de identificação/espelhamento para os leitores efetivos, e de indireta confirmação das benesses da proposta de “educação patriótica e fascista”. Esta prática veiculada pelo periódico, na medida em que as cartinhas enviadas ao diretor acabavam reiterando e legitimando – por parte dos mesmos destinatários da mensagem educativa e propagandística – as orientações e as escolhas de fundo propostas pelo periódico.

Para além de constituir um espaço privilegiado para a difusão entre as crianças e os jovens italianos residentes no Exterior, com comportamento e estilo de vida marcado pelo autêntico “espírito fascista”, a “Correspondência” do *Aquilotti d'Italia* desempenhava também importantes funções: fortalecer os laços e reforçar a identificação dos seus jovens leitores com a pátria italiana. Assim, por exemplo, em junho de 1930 o pequeno Giovanni Franchini, residente na ilha de Coo, no Egeu, podia afirmar: *Sou orgulhoso de ser italiano e não esconde o meu orgulho dos meus companheiros, por assim dizer, estrangeiros.* Do mesmo modo se expressava Ennio Depinguente e Pietro Gigli, residentes no vilarejo alemão de Konstanz, os quais reivindicavam com orgulho a sua estreita ligação com a pátria distante: *Prometemos ser sempre bons, bravos e de querer bem a nossa querida e bela Itália. Viva a Itália! Viva o Duce!*

Não obstante a colaboração de numerosos e qualificados escritores infantis e os notáveis esforços compreendidos pelo fundador e diretor Giuseppe Fanciulli, para favorecer a difusão e a aumentar o número de leitores, o quinzenal *Aquilotti d'Italia* estava destinado a revelar-se um parcial fracasso, não conseguindo alcançar mais que mil assinantes e, sobretudo, desiludindo as expectativas de quem, como o secretário-geral dos Facci Italianos no Exterior, Piero Parini, havia apostado em tal jornal para aviar a sistemática fascistização da juventude italiana no Exterior.

Em face das também numerosas e incisivas referências à ideologia mussoliniana e do constante apelo a temas e argumentos caros à

propaganda do regime, *Aquilotti d'Italia*, com a sua prevalente atenção à dimensão literária e ao primado conferido – a par do *Il Giornalino della Domenica*, de Luigi Bertelli –, à finalidade educativa, ao respeito àquela propagandística em sentido estrito, estava, de fato, bem longe de incarnar o modelo de publicação periódica, integralmente fascista, sonhado por Piero Parini e pelos outros hierarcas do fascismo.

Assim, houve a repentina e irrecorrível decisão, da Secretaria Geral dos Faschi Italianos no Exterior, de proceder à supressão do jornal fundado e dirigido por Giuseppe Fanciulli; decisão que o próprio escritor infantil florentino certificava-se de dar conhecimento aos seus jovens leitores, por meio de um lacônico comunicado, no qual afirmava: “Com esse número, *Aquilotti d'Italia* suspende as publicações, e a nossa querida praça fica deserta. Não ficará, todavia, deserto o coração depois da boa amizade que cultivamos nesses dois anos. Desejo a todos vocês todo o bem, e primeiro aquele de servir sempre a Pátria com fidelidade e honra. Não digo adeus: mas até logo, confiante que antes ou depois em uma outra praça italiana nos encontraremos”.

Formar “O novo italiano como deseja Mussolini”: a primeira temporada do *Il Tamburino* (1931-1934)

Em 5 de janeiro de 1931, editado pelos tipos da Sociedade Anônima Tipografia Luzzati de Roma, da Secretaria-Geral dos Faschi Italianos no Exterior, começava suas publicações o novo quinzenal intitulado *Il Tamburino della giovinezza italiana all'estero*. Diferentemente do *Aquilotti d'Italia*, o novo periódico não contava mais entre os seus redatores e colaboradores com notáveis literários e escritores infantis de certa notoriedade, mas sim com jornalistas responsáveis pela propaganda do PNF e funcionários dos Consulados italianos no Exterior.

Na direção do novo jornal, no lugar do escritor infantil Giuseppe Fanciulli, foi colocado um obscuro membro do partido, Carlo Bonciani, que seria substituído em seguida pelo jornalista Attilio Frescura, a partir de abril de 1935, e pela tradutora de obras literárias e teatrais Liana Ferri, em setembro do mesmo ano.

Caracterizado pelo mesmo formato e número de páginas do *Aquilotti d'Italia*, o *Il Tamburino* previa custos de assinatura mais em conta a respeito daqueles que haviam caracterizado a publicação precedente, confirmado a vontade da Secretaria-Geral dos Faschi Italianos no Exterior de ampliar o potencial público de leitores e aumentar de tal modo o número de assinantes do novo periódico.

Uma estratégia destinada a dar em pouco tempo resultados extremamente significativos, também em virtude da paralela mobilização, apoiada pela difusão do *Il Tamburino* pelos Consulados italianos e pelos Faschi Italianos no Exterior. Não por acaso, em um semestre do início da publicação, o novo periódico registrava um verdadeiro e próprio salto de qualidade pelo número de assinaturas atingido, com relação àquele obtido, precedentemente, pelo *Aquilotti d'Italia*, assentando-se, posteriormente, no final do primeiro ano, sobre um total de subscrições decisivamente relevante: “Hoje – se afirmava a respeito no editorial anônimo intitulado *Constatações e propósitos* de dezembro de 1931 –, [...] na entrada do Ano Novo, ‘Il Tamburino’ tem quase 6.000 assinantes e bem 15.000 leitores, em todas as partes do mundo”.

Caracterizado por um grande número de ilustrações, desenhos e fotografias, e por uma linguagem gráfica moderna e cativante, capaz de chamar a atenção e de atender aos gostos dos seus pequenos leitores, *Il Tamburino* apresentava, assim como o *Aquilotti d'Italia*, ao lado de uma seleção de romances por capítulo, contos, comédias, rimas e tirinhas para crianças e rapazes, também uma série de rubricas fixas, às quais era confiada, sobretudo, como escreveu no editorial de abertura do primeiro fascículo Piero Parini, delicada, mas fundamental, tarefa de “ajudar a pensar e a trabalhar italianamente” a juventude italiana no Exterior.

Entre as rubricas fixas de maior interesse, merecem ser assinaladas: “De norte a sul pela bota”, depois denominada “Laboratório”, contendo notícias de atualidade e crônicas da Itália; “Reunidos”, na qual eram fornecidas notícias e relatos sobre a atividade e as iniciativas dos Grupos Juvenis Italianos no Exterior; “Crônicas suas”, logo intitulada “Notícias de todo o mundo”, que acolhia correspondentes e breves crônicas escritas por leitores; “As grandes descobertas”, na qual eram apresentados maiores cientistas e inventores italianos de cada época e ilustradas suas principais descobertas e invenções; “As cidades italianas”, contendo uma ampla apresentação, enriquecida muitas vezes por ilustrações e fotografias de uma cidade ou de um grande burgo da Península, cuja finalidade, reiterada diversas vezes, era aquela de apresentar “as belezas da Pátria” àqueles que viviam longe dela e não a tinham “visitado jamais”.

Uma rápida análise dos textos das narrativas (romances por capítulo, contos, comédias, rimas, tirinhas, etc.) e das intervenções e artigos publicados nas várias rubricas fixas publicadas no *Il Tamburino*, na primeira metade dos anos 30, do século XX, permite avaliar as orientações

de fundo e a proposta formativa da nova publicação, como também de colocar luz sobre os motivos de continuidade e de descontinuidade, em relação ao *Aquilotti d'Italia*, de Giuseppe Fanciulli.

No que diz respeito à rica e variada produção narrativa proposta, por meio das páginas do *Il Tamburino*, parece possível dizer que esse não se afastava muito, pelo menos no que concerne aos gêneros e filões temáticos, do que era oferecido nas colunas do periódico precedente. Repropunha, entre outros: empenhar-se em satisfazer as expectativas e os interesses dos leitores de diferentes faixas etárias; oferecer em cada fascículo textos precipuamente voltados aos pequeninos (novelas, fábulas, diálogos, historinhas, etc.) junto a outros destinados a sujeitos mais crescidinhos (romances por capítulos, contos, comédias, tirinhas, etc.), e oferecer leituras distintas para os gêneros masculino e feminino: escritos de gênero heroico, aventureiro, exótico e de fundo patriótico para os primeiros, e contos e comédias leves de caráter sentimental, ou centradas sobre temas particularmente femininos, para o segundo.

Não faltavam os contos de aventura e as histórias de acontecimentos heroicos, frequentemente colocadas em contexto colonial e em cenários de caráter exótico, os quais tinham como protagonistas crianças e rapazes italianos.

Para os pequeninos, *Il Tamburino* oferecia novelas fantásticas e historinhas divertidas, como no caso da hilariante *As memórias de Pik Nik, o policial amador e encantador*, e de outros escritos do mesmo tipo.

A todos os leitores e leitoras do periódico, eram destinados certos textos voltados, por um lado, a celebrar os grandes santos italianos e os fundadores dos institutos religiosos empenhados nas missões e no cuidado pastoral das comunidades de imigrados e, por outro lado, a reinvocar aspectos e momentos da emigração italiana no Exterior e a exaltar a obra do regime fascista, no que diz respeito aos “compatriotas que vivem em terras estrangeiras”.

É o caso, por exemplo, do trabalho dedicado a *São Giovanni Bosco*, do qual o anônimo escritor, tendo como referência a recente canonização do sacerdote piemontês, traçava um perfil de clara matriz clérigo-fascista.

É também o caso do perfil dedicado à *Santa dos emigrados*, de Enrico Discoli, no qual madre Francesca Saverio Cabrini, fundadora da congregação das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, era celebrada pelo “seu espírito indômito”, pela “sua vontade de fazer o

bem" e pelo "grandioso programa ao qual se havia proposto", como "a santa dos Emigrantes" e como o autêntico ícone da Itália "renovada sob o signo do Litório".

Os numerosos e variados textos literários publicados nas páginas do *Il Tamburino* no curso da primeira metade dos anos 30 como se viu, não se afastavam muito daqueles veiculados anteriormente na publicação *Aquilotti d'Italia*. Poder-se-ia até mesmo dizer que, ao menos no que concerne às contribuições das narrativas para a infância e a juventude, a nova revista destinada à juventude italiana no Exterior, editada a partir de 1931, fosse movida em substancial continuidade com aquela fundada e dirigida alguns anos antes pelo escritor infantil Giuseppe Fanciulli.

Uma clara descontinuidade com o passado se registrava, vice-versa, nos editoriais com os quais se abria cada fascículo do *Il Tamburino*, como também nos artigos publicados no interno das rubricas fixas do periódico. Confiada, de fato, às contribuições de caráter literário, a tarefa de "entreter" e de "deleitar" os jovens leitores, tanto os editoriais quanto as intervenções, editadas nas várias rubricas de informações e atualidades do quinzenal dirigido por Carlo Bonciani, assumiam a clara função de difundir a ideologia fascista e de veicular, entre a juventude italiana no Exterior, as palavras de ordem e os principais argumentos da propaganda do regime.

Os diversos editoriais publicados entre 1931 e 1934 por Piero Parini, e por diversos colaboradores do periódico, nesse sentido, constituíam uma espécie de "catequese fascista" especial, destinada a um auditório com características particulares, constituído de jovens italianos nascidos e crescidos fora da Península e que, portanto, precisavam conhecer "a face renovada da Pátria" e serem incorporados no interior "do itálico povo em marcha", sob a direção "do Homem do Destino".

Na verdadeira e própria "catequese fascista" conduzida por meio dos editoriais e dos artigos de fundo, com os quais se abriam os fascículos do *Il Tamburino*, não poderia faltar a referência ao grande e controverso tema da salvaguarda da *italianidade* e da necessidade, para a juventude italiana no Exterior, de cultivar assiduamente e com orgulho o sentimento de pertencimento à "nação italiana", resistindo, por outro lado, a cada tentativa dos jovens dos países estrangeiros, de assimilar as populações imigradas.

A fundação do Império e a mobilização da juventude italiana no Exterior no *Il Tamburino* da segunda metade dos anos 30 (1935-1938)

No curso de 1935, *Il Tamburino* registrava uma série de significativas mudanças a respeito da sua fase precedente, mas na qual se encontrava confirmação não apenas da repentina mudança de dois diretores, no arco de poucos meses, com a chegada à direção do periódico, em substituição a Carlos Bonciani, primeiramente do jornalista Attilio Frescura, em abril de 1935, e, em seguida, da tradutora e escritora Liana Ferri, em setembro do mesmo ano. Registrava, também, a parcial renovação do grupo de redatores e colaboradores fixos do periódico e, sobretudo, da assunção de uma linha editorial majoritariamente voltada às novas instâncias da política externa fascista e à incipiente transformação em potência colonial e imperial da Itália mussoliniana.

Com efeito, as mudanças introduzidas no arco de poucas semanas resultavam evidentes: o periódico, que desde o fim de junho de 1931 ostentava uma tiragem de mais de 20 mil cópias, ainda que conservando o mesmo número de páginas da fase precedente (12p.), apresentava um formato maior e era editorado em não mais três, mas quatro colunas; ampliado era também o número das ilustrações (fotografias, desenhos, etc.) presentes, definitivamente, em cada página. Inalterado em relação a 1934, era, por sua vez, o custo da assinatura anual (25 liras), enquanto notavelmente aumentados e diferenciados eram os prêmios (livros, subsídios escolares, etc.) para aqueles jovens leitores que se fizessem propagandistas do *Il Tamburino*, entre parentes e amigos, tornando de tal modo possível a subscrição de outras assinaturas.

Perante as específicas rubricas e as ricas e variadas contribuições dirigidas aos leitores menores e às jovens leitoras de diferentes idades, a produção literária publicada, a partir de 1935, nas colunas do *Il Tamburino* se caracterizava pela sempre maior atenção reservada aos contos e romances de aventura, que tinham como protagonistas jovens italianos empenhados em empresas extraordinárias e animados por um espírito heroico e de ardor patriótico: um gênero destinado, ainda, a encontrar maior sucesso entre 1936 e 1937, concomitantemente ao desenvolvimento da guerra da Etiópia e à fundação do Império.

No final de agosto de 1935, nesse sentido, o periódico impresso pela Secretaria Geral dos Fasci Italianos no Exterior, exibia uma série de reportagens dedicadas à Etiópia. Nelas, denunciava de modo sombrio a inaptidão, os privilégios e a corrupção do seu governo e da sua classe

dirigente, consideradas a verdadeira causa do atraso do país e das graves condições de exploração e miséria, nas quais era mantida a população.

Na sequência do fim da guerra da Etiópia, nas colunas do *Il Tamburino* encontrava espaço uma série de artigos voltados a exaltar a figura de Benito Mussolini e a celebrá-lo como “Salvador da Pátria” e como o “Fundador do Império”. Confirmado o caráter extraordinariamente sistemático e invasivo revestido nesta fase pela campanha da imprensa, voltada a promover e a alimentar, entre os filões da juventude italiana no Exterior, o verdadeiro e próprio culto ao “Duce do Fascismo”, merece ser destacado que a única peça publicitária publicada nas colunas da revista, e repetida por mais de um ano em cada fascículo, foi aquela dedicada à nova edição da “vida prodigiosa do Duce contada e ilustrada pelas crianças da Itália”, impressa em 1937 pelo editor milanês Ulrico Hoepli, com o título *Uma fábula verdadeira*.

No período que vai do fim da guerra da Etiópia ao início da Segunda Guerra Mundial, o periódico dirigido por Liana Ferri modificou sensivelmente sua oferta literária, apostando de maneira mais orgânica e incisiva em romances e contos de aventura, ambientados, em grande medida, nas possessões coloniais italianas na África, e centradas, frequentemente, nas heroicas aventuras de jovens fascistas empenhados em enfrentar os perigosos e aguerridos “inimigos da Itália”, e em impedir o sucesso de intrigas e complôs internacionais, e o triunfo de interesses obscuros de potências estrangeiras.

À exaltação da “juventude heroica” e dos “dotes distintos” (coragem, tenacidade, espírito de abnegação e de sacrifício, fidelidade, obediência, etc.), que distinguiam “crianças e rapazes de Mussolini que vivem dentro e fora da Itália”; por fim, seria dedicada grande parte da produção de caráter narrativo (romances, contos, novelas, diálogos, etc.) publicada nas páginas do periódico, no curso de 1938.

Em janeiro do mesmo ano, contudo, após a constituição da Juventude Italiana do Littório (GIL), a nova organização das forças juvenis do regime fascista, nascida em 29 de outubro de 1937, da fusão da Opera Nazionale Balilla (ONB) com os Fasci Juvenis de Combate (FFGGC), o periódico dirigido por Liana Ferri modificava, parcialmente, seu título para *Il Tamburino della gioventù italiana del Littorio all'estero* e colocava na primeira página da publicação o lema da GIL: Crer – Obedecer – Combater.

A constituição da Juventude Italiana do Littório, que logo seria engrandecida e completada com a criação de uma seção especial

dedicada aos jovens italianos residentes no Exterior (GILE), era destinada a acelerar o processo, já começado por ocasião da guerra da Etiópia, de verdadeira e própria militarização do *Il Tamburino* e de mobilização em chave bélica dos seus jovens leitores.

Um processo que encontrava uma simbólica, quanto eloquente, prefiguração nos prêmios oferecidos pela revista àqueles leitores que, além de renovarem sua assinatura do periódico, dirigido por Liana Ferri para o ano de 1938, se destacassem ao conseguir novos assinantes para *Il Tamburino*. Nesse sentido, dizia o enfático anúncio publicado no último fascículo de dezembro de 1937: àqueles que conseguissem cinquenta novos assinantes estava garantida “uma viagem para a Itália (bilhete de trem de ida e volta da fronteira à Roma, e alimentação e hospedagem na Capital por três dias)”; àqueles que conseguissem atingir a mais contida e fácil meta de dez novos assinantes seria atribuído o cobiçado prêmio de “um uniforme completo da GILE”, a escolher um entre as diferentes seções, nas quais eram enquadrados os meninos e rapazes da Juventude Italiana do Litório: “Filhos da Loba, Balilla, Vanguardistas, Pequena Italiana e Jovem Italiana”.

O último prêmio estava destinado a registrar amplos consensos, como testemunham as numerosas cartas de apreciação enviadas nas semanas seguintes pelos jovens leitores; mas, estavam longe de ser casuais ou extemporâneas, no momento em que a representação da juventude em uniforme era destinada, como veremos, a tornar-se o traço característico e constante do periódico editado pela Secretaria Geral dos Fasci Italianos no Exterior, nos anos da Segunda Guerra Mundial.

***Il Tamburino* vai para a guerra: do início da Segunda Guerra Mundial à queda do fascismo (1939-1943)**

350

Não é simples descrever as crescentes e relevantes mudanças registradas pelo *Il Tamburino*, nos anos da Segunda Guerra Mundial ou, melhor dizendo, no período compreendido entre o início da guerra, em 1º de setembro de 1939, e a queda do regime fascista, em 25 de julho de 1943. Um primeiro aspecto a assinalar é, sem sombra de dúvida, a drástica redução, nas colunas do periódico dirigido por Liana Ferri, dos textos de narrativas e das variadas contribuições de literatura para a infância e para a juventude (romances, contos, fábulas, poesias, representações teatrais, etc.), que tinham caracterizado o periódico na fase precedente.

Exceção feita a uma série de “contos de guerra e de bravura”, vinda diretamente tirados das experiências bélicas em curso e voltada a exaltar a coragem e a abnegação dos soldados italianos, empenhados em diversos frontes de guerra. De fato, nas páginas do *Il Tamburino* prevaleceram os artigos de propaganda e os relatos relativos às iniciativas realizadas em todo o mundo pelas seções da Juventude Italiana do Exterior (GILE).

Um segundo aspecto sobre o qual vale a pena debruçar-se é o surreal silêncio mantido no que diz respeito aos acontecimentos bélicos e à própria falta de notícias e de referências ao conflito europeu em curso, que se mantém até junho de 1940, ou seja, até a entrada da Itália fascista na guerra. Um silêncio que surpreende muito, dada a crescente mobilização da juventude italiana e da própria e verdadeira militarização do periódico, verificada no curso da segunda metade dos anos 30 (1935-1938).

É bem verdade que, renovada parcialmente a redação com a inclusão de uma série de colaboradores de prestígio – dentre os quais se assinalam Grazia Deledda, Ezio Maria Gray e Onorato Fava –, e introduzida uma série de novas rubricas no lugar daquelas precedentes, *Il Tamburino* se colocou, a partir de setembro de 1939, até a metade de 1940, em uma linha de prudente reticência e de substancial estranhamento, em relação ao conflito, concentrando sua atenção sobre as iniciativas realizadas pelo regime mussoliniano na Península e sobre as múltiplas atividades desenvolvidas pelas organizações de jovens fascistas, no seio das comunidades italianas no Exterior. O que caracteriza essa fase, de fato, são os numerosos relatos relativos às reuniões invernais, às diferentes manifestações esportivas (esqui, esgrima, ginástica, etc.) e às atividades recreativas (epifania fascista, etc.) da GILE, cheias de fotografias de meninos e rapazes de ambos os sexos imortalizados nos respectivos uniformes oficiais ou roupas esportivas.

A esses relatos, alguns meses mais tarde, se agregar-se-ia uma série de crônicas relativas à atividade das Circunscrições da GILE instituída na Península por aqueles filhos de italianos residentes no Exterior – 5.000 jovens de diferentes idades e ambos os sexos –, os quais, depois de terem frequentado uma colônia de férias na Península, seguido da entrada da Itália na guerra e do agravamento dos conflitos bélicos, não podiam retornar ao país de proveniência e serem restituídos às famílias.

O quadro, como já foi dito, era destinado a mudar improvisadamente e de maneira radical com o fascículo editado em junho de 1940, inteiramente dedicado à decisão da Itália Fascista de abandonar o

estado de “não beligerância” e de entrar na guerra ao lado da Alemanha de Hitler. No editorial de apresentação, nesse sentido, a entrada na Segunda Guerra Mundial era defendida com os argumentos típicos da propaganda do regime.

A partir dos primeiros meses de 1942, a enfática propaganda,, e os tons triunfalísticos que haviam caracterizado as crônicas do conflito e os relatos dos vários frontes de guerra, publicados nas páginas do *Il Tamburino*, nos dois anos precedentes, eram destinados a dar lugar a uma crescente perplexidade e incerteza a respeito da situação criada e dos eventuais êxitos do conflito. Em um editorial publicado em maio daquele ano, por exemplo, reiterando incansavelmente a plena confiança na “inevitável vitória”, se expressava desconcerto e desconfiança sobre o inédito rumo “planetário” assumido pelo conflito.

Desde os meses precedentes, contudo, *Il Tamburino* havia registrado significativa mudança a respeito do modo de contar as sempre mais trágicas histórias da Itália na guerra e a dramática experiência vivida pela população da Península. Abandonado definitivamente o tom enfático e marcial da retórica belicista, os artigos publicados no periódico dirigido por Liana Ferri eram destinados a dar sempre maior espaço à dor e à tristeza pela verdadeira e própria “carnificina” produzida pela guerra; ao sofrimento e às dificuldades suscitados em cada menino e rapaz e no interior dos núcleos familiares, seguido pelo agravamento da situação econômica e das condições de vida, como também pela falta, na maioria dos casos, do chefe da família empenhado como soldado no fronte, ou internado em algum campo de prisioneiros.

Ao ler os artigos publicados naquele período, de fato surpreende o tom pacato e quase submisso – longe anos-luz do estilo enfático e marcial utilizado no passado – com o qual se evocam os fatos da guerra e os episódios bélicos, que tinham como protagonistas soldados italianos, tal como as vicissitudes experimentadas pelas famílias e pela juventude da Península ao enfrentarem o aumento do custo de vida, os bombardeamentos dos aliados e a angústia pelo destino dos próprios entes queridos empenhados no fronte.

Marinella – se afirmava a respeito de um relato de guerra editado em março de 1942 – já se decidiu: ela não festejará este ano, o seu onomástico. Muita tristeza há em seu ânimo... o pai está no fronte; a mãe no hospital cuidando dos feridos; a avó, da manhã à noite, tricotando para fazer meias e gorros.¹

¹ L. G., *Per i Soldati*, in “Il Tamburino della gioventù italiana del Littorio all'estero”, XII (1942), n. 5-6, 1-15 marzo, p. 1.

Igual surpresa foi o notável espaço reservado à publicação de orações (*A oração para os soldados*, *A oração da mãe do soldado caído*, *Oração da criança*, etc.), cada qual escrita e enviada pelos próprios assinantes e leitores do periódico, como a ingênua e curiosa *Oração ao Menino Jesus*, da jovem inscrita à GILE, Caterina Regnicoli de Deutschath na Lorena, na qual as preocupações e os temores pelo destino do irmão soldado se entrelaçam e se confundem, inevitavelmente, com os próprios motivos da propaganda de guerra:

Protegei o irmão meu que é soldado na Itáliaque, de um momento a outro, pode ir ao fronte. Não apenas ele deveis proteger, mas todos os soldados que lutam nos campos de batalha para defender a Pátria. Ó Jesus meu, faça com que as tropas do Eixo vençam, assim os meus entes queridos e eu poderemos voltar à Itália. [...] Ó Jesus, dê-me a graça de fazer vencedora a nossa bela Pátria.²

Nesse cenário, marcado definitivamente pela diminuição de cada residual esperança de uma inversão da situação bélica e das consciências do iminente e irreversível colapso dos princípios e das instâncias ideológicas, que tinham alimentado a proposta cultural e formativa do órgão da Juventude Italiana do Litório no Exterior, *Il Tamburino* se licenciava dos leitores improvisamente e sem qualquer pré-aviso, com o fascículo de 15 de julho de 1943.

Nessa mesma edição, uma cartinha enviada por uma Pequena Italiana do Canton Ticino, Franca Bolis, com a sua ingênua e afetuosa referência a um mundo de bons sentimentos e a um ‘amor à pátria’, não necessariamente sustentado pelo espírito bélico e alimentado pelo racismo e pelo ódio ao estrangeiro, estava quase profeticamente indicando o fim de uma temporada e a abertura de uma nova fase histórica:

Caríssimo Tamburino – escrevia a jovem leitora –, é uma Pequena Italiana do IV ano elementar de Mendrisio que te escreve. Sou tua leitura e, cada vez que passas a fronteira, leio-te com prazer e entusiasmo. Frequento a escola italiana e disso sou muito honrada e orgulhosa. O nosso professor nos fala muito sobre a nossa querida Itália: nos ensina, sobretudo, a amá-la e a conhecê-la. Frequentando-a me faz parecer que me encontro em um oásis de

² C. Regnicoli, *Preghiera al Bambino Gesù*, in “Il Tamburino della gioventù italiana del Littorio all'estero”, XIII (1943), n. 4, 1 marzo, p. 8.

paz e de italianidade. Nós, meninos no Exterior, acompanhamos sempre com afeto os nossos soldados. Partilhamos o nosso temor e oramos por eles.³

Referências

- ASCENZI, A. Per educare la gioventù della nuova Italia. Luigi Bertelli/Vamba tra eredità risorgimentale e costruzione di una nuova coscienza etico-civile. In: ASCENZI, A. **Metamorfosi della cittadinanza**: studi e ricerche su insegnamento della storia, educazione civile e identità nazionale in Italia tra Otto e Novecento. Macerata: EUM, 2009. p. 181-217.
- ASCENZI, A.; SANI, R. (ed.). **Il libro per la scuola tra idealismo e fascismo**: l'opera della Commissione Centrale per l'Esame dei Libri di Testo da Giuseppe Lombardo Radice ad Alessandro Melchiori (1923-1928). Milano: Vita e Pensiero, 2005.
- BACIGALUPI, M.; FOSSATI, P. **Da plebe a popolo**: l'educazione popolare nei libri di scuola dall'Unità d'Italia alla Repubblica. Firenze: La Nuova Italia, 1986.
- BETTI, C. **L'Opera nazionale balilla e l'educazione fascista**. Firenze: La Nuova Italia, 1984.
- CANTALUPO, R. **Racconti politici dell'altra pace**. Milano: Istituto per gli Studi di Politica Internazionale, 1940.
- COLOMBO, E.; PARINI, Piero. **Dizionario Biografico degli Italiani**. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 2014, v. 81. Disponível em: www.treccani.it. Acesso em: 15 mar. 2020.
- DE FELICE, R. **Mussolini il duce. 1: gli anni del consenso, 1929-1936**. Torino: Einaudi, 1974.
- FABIANO, D. I fasci italiani all'estero. In: BEZZA, B. (ed.). **Gli italiani fuori d'Italia**. Milano: Franco Angeli, 1983. p. 221-236.
- FANCIULLI, G. S. **Francesco d'Assisi**. Torino: Società Editrice Internazionale, 1925.
- FANCIULLI, G. **Alla sorgente**: novelle. Torino: Società Editrice Internazionale, 1925.
- FANCIULLI, G. **Creature**: quadri di vita per la gioventù. Torino: Società Editrice Internazionale, 1926.
- FANCIULLI, G. **Fiore**: romanzo per ragazzi. Firenze: Bemporad, 1928.
- FANCIULLI, G. **Gente nostra**: novelle. Torino: Società Editrice Internazionale, 1918.

³ F. Bolis, *Lettera a Tamburino*, in "Il Tamburino della gioventù italiana del Littorio all'estero", XIII (1943), n. 9, 15 luglio, p. 8.

FANCIULLI, G. **Il nostro tesoro, e altre commedie**. Torino: Società Editrice Internazionale, 1924.

FANCIULLI, G. **S. Giovanni Bosco**: il santo dei ragazzi presentato ai ragazzi. Torino: Società Editrice Internazionale, 1934.

FANCIULLI, G. **S. Luigi Gonzaga**. Torino: Società Editrice Internazionale, 1926.

FANCIULLI, G. **Santi d'Italia**. Torino: Società Editrice Internazionale, 1929.

FANCIULLI, G. **Teatrino della scuola**: scelta di monologhi, dialoghi e commedie di facile recitazione. Torino: Società Editrice Internazionale, 1924.

GALLO, C. Vita morte e resurrezione del giornalino della domenica: da Bemporad a Mondadori (1906-1927). In: FINOCCHI, L.; GIGLI MARCHETTI, A. (ed.). **Editori e piccoli lettori tra Otto e Novecento**. Milano: Franco Angeli, 2004. p. 317-338.

GARZARELLI, B. **Parleremo al Mondo Intero**: la propaganda del fascismo all'estero. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2004.

GENTILE, E. La politica estera del partito fascista: ideologia e organizzazione dei fasci italiani all'estero, 1920-1930. **Storia Contemporanea**, v. XXVI, n. 6, p. 949-951, 1995.

LABANCA, N. Politica e propaganda: emigrazione e fasci all'estero. In: COLLOTTI, E.: LABANCA, N.; SALA, T. **Fascismo e politica di potenza**: politica estera 1922-1939. Firenze: La Nuova Italia, 2000. p. 137-172.

LEDEEN, M. A. Italian fascism and youth. **The Journal of Contemporary History**, v. 4, n. 3, p. 137-154, 1969.

MALVANO, L. Malvano, Il mito della giovinezza attraverso l'immagine: il fascismo italiano. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (ed.). **Storia dei giovani**. 2: l'età contemporanea. Roma-Bari: Laterza, 1994. p. 311-314.

MONTINO, D. **Le tre Italie di Giuseppe Fanciulli**: educazione e letteratura per l'infanzia nel primo Novecento. Torino: Società Editrice Internazionale, 2009.

MORANDINI, M. C. Fascismo e libro di Stato: il caso dei sussidiari. In: CHIOSSO, G. (dir.). **TESEO '900**: editori scolastico-educativi del primo Novecento. Milano: Editrice Bibliografica, 2008. p. LV-LXXIV.

PARINI, P. **Gli italiani nel mondo**. Milano: Mondadori, 1939.

PRETELLI, M. Direzione generale degli italiani all'estero e delle scuole editrice. Roma (1929-1946). In: CHIOSSO, G. (dir.). **TESEO '900**: Milano: Editrice Bibliografica, 2008. p. 163-165.

ZAPPONI, N. Il partito della gioventù: le organizzazioni giovanili del fascismo 1926-1943. **Storia Contemporanea**, v. XIII, n. 4-5, p. 569-633, 1982.





Escolarização de imigrantes italianos em Porto Alegre, RS (1928-1938)

*Alberto Barausse
Gelson Leonardo Rech*

Introdução

A presença e a divulgação de iniciativas para a educação dos filhos de emigrantes italianos remontam à segunda metade do século XIX. Pesquisas realizadas até hoje nos permitiram enriquecer a estrutura dos dados em nossa posse. De fato, um uso mais cuidadoso e sistemático de várias fontes, incluindo as consulares, está nos permitindo ampliar o quadro heurístico (LUCHESE, 2015; BARAUSSE, 2017a; BARAUSSE, 2017b; BARAUSSE, 2017c; RECH; LUCHESE, 2018; RECH, 2015).¹ Hoje, sabemos que houve diferentes tipos de iniciativas voltadas para a educação dos filhos dos italianos que chegaram ao Sul do Brasil. As escolas étnico-italianas foram diferenciadas; entre as iniciativas rurais, de famílias de uma comunidade que escolhiam entre si a pessoa mais esclarecida e, em espaço geralmente improvisado, abriam uma aula para o ensino da leitura, escrita, cálculos e catecismo. Eram escolas efêmeras e rudimentares, em sua maioria. Inúmeras famílias, em comunidade, quando tiveram condições para tal, construíram prédio, equiparam a sala com móveis, e pressionaram as municipalidades para subsidiarem a professora, em muitos casos, indicada pelas próprias famílias (LUCHESE, 2015). Paralelamente, houve também escolas paroquiais promovidas pelos párocos e, finalmente, escolas subsidiadas pelo governo italiano, projetadas após a reforma das escolas italianas no Exterior, executadas por Francesco Crispi, para reforçar a presença de escolas apoiadas pelo

¹ Sobre o uso das fontes consulares ver Barausse e Luchese (2018, p. 171-203).

Estado italiano.² As análises realizadas até hoje permitiram identificar uma orientação e uma estratégia, por parte das autoridades consulares, no período entre o início da colonização e a primeira década do século XX, identificada por elementos característicos, para compensar as deficiências do sistema da educação brasileira: entre essas, o envolvimento de associações mutualistas na promoção de escolas e uma atitude diferente entre escolas urbanas e rurais (BARAUSSE, 2017).

De fato, a criação de uma escola étnico-italiana no contexto urbano de Porto Alegre deve-se ao apoio oferecido pelo cônsul Pasquale Corte,³ que trabalhou para garantir o patrocínio da Sociedade de Mútuo Socorro Vittorio Emanuele II, instituída desde 1877,⁴ na escola primária mista fundada pela Prof.a Adele Lazzari Bianchi, que tinha uma licença regular e era muito apreciada pelas famílias italianas,⁵ pois, durante vários anos, ensinou, privativamente, Língua Italiana às meninas da burguesia porto-alegrense. Foi seguindo a intervenção da autoridade consular, portanto, que, em 1884, a professora iniciou uma escola mista italiana com a participação de 26 estudantes, para atender à demanda de educação, após o crescimento da imigração italiana na capital (CORTE, 1884 *apud* COSTA; DE BONI; SALVAGNI; GRISON, 1992).

No decorrer das décadas seguintes, o desenvolvimento das escolas étnicas na capital, no entanto, seguiu fases alternativas. Depois de um crescimento registrado em meados dos anos 1890, o novo século viu uma tendência flutuante, mas que, a maior parte, ainda precisa ser reconstruída de maneira analítica.⁶ As pesquisas conduzidas até hoje, porém, revelam a permanência de uma preocupação básica que animou muitos dos que estavam engajados na defesa e promoção do caráter da italianidade no interior das massas italianas que imigraram para o Rio Grande do Sul. As autoridades consulares observaram o estabelecimento progressivo de escolas promovidas por ordens religiosas estrangeiras, favorecidas pelas políticas do país de liberdade de ensino, fervorosamente defendida pelos positivistas gaúchos (KREUTZ, 2003; LUCHESE, 2015). Num relatório de 1906, o cônsul De Velutiis observou

² Sobre a reforma das escolas italianas no Exterior, introduzida por Francesco Crispi, ver Salvetti (2009).

³ Ver o Relatório do cônsul Pascale Corte, de 15 julho de 1884, *in* Asmae, AS 1868-1888, Cat. 451 b. 218 P-S, f. Porto Alegre.

⁴ Veja-se o artigo *Le Associazioni*, constante no álbum *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. Porto Alegre, Posenato Arte e Cultura, 2000, p. 364-397, doravante simplesmente *Cinquantenario*.

⁵ MAE, *Relazione al Parlamento sulle scuole italiane all'estero*, Roma, 1880, p. 227-228.

⁶ Para uma primeira abordagem ver Barausse (2017b, p. 41ss).

que as escolas estavam passando por “um período muito crítico”, devido não apenas à crise econômica que acompanhou o Rio Grande do Sul, durante os primeiros anos do novo século, como também a “invasão de congregações francesas”, instituindo nas colônias escolas de ambos os exos, que faziam grande concorrência às italianas “[...] porque admitem alunos pobres e livres, fazendo com que paguem apenas o que podem”.⁷

A própria reforma política das escolas italianas no Exterior, apresentada pelo ministro das Relações Exteriores e aprovada em 1910,⁸ destacou a importância do papel das associações e manteve uma orientação benevolente, em relação às congregações religiosas, útil para a defesa da cultura italiana; mas irritória foi a contribuição da reforma às escolas subsidiadas pelo governo italiano, cujos recursos deviam ser “[...] mais vistos como um apoio moral e um encorajamento” (SALVETTI, 2009, p. 547). No início da Grande Guerra, os processos de escolarização dos filhos de emigrantes ou descendentes de italianos, residentes em Porto Alegre, foram assegurados por vários meios: pelo crescimento lento das escolas públicas brasileiras, pelo desenvolvimento mais acentuado das escolas promovidas pelas congregações religiosas e, também, pelas escolas promovidas pelas redes de sociabilidade dos italianos, no Estado do Rio Grande do Sul (BARAUSSE, 2016a, p. 144-172).⁹ Todavia, observou-se que a iniciativa escolar étnico-italiana na capital fragilizou-se muito. A escola da *Società Unione Meridionale Vittorio Emanuele III*, surgida no ano de 1904, encerrou suas atividades em 1907; a escola da *Società Giovanni Emanuel*, fundada no ano 1902, fechou entre 1914 e 1916, não sendo mais reaberta; a iniciativa da *Società Italiana Vittorio Emanuele II*, em data incerta, mas antes de 1916, encerrou também suas atividades escolares. As escolas étnicas italianas eram garantidas apenas pela *Società di Beneficenza ed Istruzione Umberto I*, surgida no ano 1902 e, desde 1898, pela *Società Italiana di Beneficenza ed Istruzione Principessa Elena di Montenegro* (BARAUSSE, 2016a, p. 2ss).

Ainda limitada era a repercussão de dois novos fatos ocorridos durante o período da guerra e destinados a afetar os anos seguintes: a) a

⁷ Relatório do cônsul Francesco de Velutis “Escolas italianas no Rio Grande do Sul”, 6 de maio de 1906, in Asmae, AS 1889-1910, CAT. III B, b. 343, f. Rio Grande do Sul. Ver também *Lo Stato di Rio Grande del Sud e la crisi econômica durante l’ultimo quinquennio. Rapporto del cav. Francesco de Velutis, R. Console di Porto Alegre*, Febbraio 1908, in MAE, Commissariato dell’Emigrazione, *Emigrazione e Colonie. Raccolta di rapporti dei RR. Agenti Diplomatici e consolari*, Roma, 1908, v. III, Brasile, p. 345.

⁸ Sobre a Lei n. 867 aprovada o 18 de dezembro de 1910 ver CIAMPI, G. *Le scuole italiane all'estero*, In.: PELLEGRINI, V. (ed.). *Amministrazione centrale e diplomazia italiana (1919-1943): fonti e problemi*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998. p. 115-122.

⁹ Ver também Rech e Luchese (2018).

fundação da Sociedade Dante Alighieri, no ano 1914, que, aos poucos vai liderando a construção da identidade dos imigrantes na capital e, posteriormente, irá ter sua escola elementar, na década de 1930.¹⁰ b) No quadro da oferta formativa para os italianos e os brasileiros, a proposta educacional na época do conflito mundial se enriqueceu com a abertura do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Augusto Menegatti, uma escola de ensino elementar e médio inferior, colocada no centro de Porto Alegre e que atraía alunos de várias partes do estado, tendo durado até 1930 e sendo dirigida por um casal de professores formados na Itália: Augusto e Linda Menegatti.¹¹ O colégio internato dispunha de uma escola elementar e de um curso técnico, com duração de três anos, no qual se ensinava contabilidade e línguas, como Italiano, Português e Francês e, opcionalmente, Inglês e Alemão. Possuía uma “[...] proposta de ensino eminentemente prática com os programas baseados no modelo das escolas técnicas da Itália, da França, da Inglaterra e da Alemanha” (RECH, 2018, p. 250).

O desenvolvimento das escolas italianas na década 1920 na capital gaúcha: entre a ascensão do fascismo e o declínio da república velha

Os processos de escolarização étnica em Porto Alegre, no período entre o final da Grande Guerra e a ascensão do fascismo na Itália são condicionados por múltiplos fatores, entre os quais o crescimento de acentos nacionalistas que acompanharam o desenvolvimento da sociedade brasileira ao longo do curso dos últimos anos da República Velha (BARAUSSE; LUCHESE, 2017). A campanha da nacionalização começara desde a Grande Guerra, motivando o estado a incentivar a supressão das escolas étnicas e a ampliar o ensino público gratuito (GIRON, 1994; 1998). Nas escolas italianas no Brasil, em geral, a atenção do governo italiano é dada quando, nos anos 1920, o governo italiano, por meio do Ministério das Relações Exteriores, tentou a retomada

¹⁰ O interesse do primeiro presidente da *Dante Alighieri*, Doutor Cini, era de “[...] reunir em um só feixe toda a colônia e formar um verdadeiro centro planetário em torno da *Dante Alighieri*. Que ela continue na sua nobre obra de italianidade e todos nós a seguiremos”. Ver “La *Dante Alighieri*”. *D’Artagnan Coloniale*, de 6 de junho de 1915, p. 3. Referências sobre a origem da Sociedade *Dante Alighieri* em *Cinquantenario* (1925, p. 374 ss).

¹¹ Por ocasião da instalação desta escola, o jornal *Città di Caxias*, discorria: “Faltava para a Colônia uma escola própria, uma escola interna que pudesse recolher os seus filhos e onde esses se sentissem mais irmãos, uma escola que pudesse corresponder às necessidades da maior parte dos italianos que atendem o comércio”, conforme artigo “*Una bella iniziativa*”. *Città di Caxias*, 15 de janeiro de 1917, p. 4. Sobre esta escola ver Rech (2018).

das escolas italianas no Brasil. Através da atividade desenvolvida pela Direção Geral das Escolas Italianas no Exterior (DGSIE), dirigida em boa parte da década de 1920 por Ciro Trabalza, e o trabalho de uma comissão específica para a reorganização e a vigilância das escolas italianas na América, o Brasil e as escolas italianas chamaram a atenção por promoverem radical reorganização das escolas italianas no Exterior, buscando seu revigoramento (BARAUSSE, 2016a).

A perspectiva dentro da qual o Ministério pretendeu apoiar a tentativa de reavivamento e uma nova afirmação da identidade étnico-nacional atribuiu papel mais significativo ao mundo associativo tanto àquele ligado à sociedade laica Dante Alighieri quanto, e acima de tudo, àquela católica ligada à Federação *Italica Gens*, para promover iniciativas voltadas para a educação étnica. Nesta perspectiva, o Estado do Rio Grande do Sul e mesmo Porto Alegre, foram objeto de uma missão específica de um fiduciário da associação católica *Italica Gens*, Luigi Seghetti, para identificar linhas estratégicas de relançamento da escolaridade étnica predominantemente confessional.¹² No entanto, as novas iniciativas que surgiram nos anos que precederam a fase de início da década de 1920, não produziram resultados significativos a médio prazo e, sobretudo, não alteraram a preocupação básica que animou muitos daqueles que se engajaram na defesa e na promoção do caráter de italianidade, no interior das massas italianas que imigraram para o Rio Grande do Sul. As autoridades consulares e os vários sujeitos envolvidos continuaram, de fato, a observar e registrar o declínio incontrolável de iniciativas escolares de natureza puramente étnica, em face do crescimento das nacionais, proposto pelo governo brasileiro e por ordens religiosas estrangeiras (LUCHESE, 2015).

Exemplificando o que foi destacado pelo primeiro cônsul, expressão do novo regime político-italiano, Luigi Arduini, foi o que ele definiu como processo de desnacionalização.¹³ Nas comunicações reservadas, transmitidas pelo cônsul Arduini à Direção Geral das Escolas Italianas do Ministério das Relações Exteriores, falava-se de verdadeira e própria “débâcle” [colapso], de “desastrosa situação” das escolas italianas. Em particular, o cônsul italiano em Porto Alegre, denunciava: “[...] nas condições atuais, as escolas italianas seguem florescendo”, mas demarcava o estado de “abandono”, de “descuido” em que estavam caindo “todas as pequenas escolas laicas”, mantidas pelo governo

¹² Para aprofundar o papel da federação católica *Italica Gens*, chama-se atenção ao texto de Barausse neste volume.

¹³ Relatório do cônsul Luigi Arduini, de 3 de setembro de 1925, *in* Asmae, AS 1923-1928, b. 637.

italiano com subsídios e que se faziam presentes nas regiões da área colonial, como “pequenos baluartes da italianidade!”

Ao mesmo tempo, o cônsul reiterava a escassa “eficácia, utilidade e formação” oferecida com o ensino, especialmente pelas ações promovidas por parte dos institutos mantidos pelas congregações religiosas, em que “prevalecendo as de origem e mentalidade francesa”, dificultavam a promoção da língua nacional. Os dados apontados no relatório do cônsul italiano de Porto Alegre, Luigi Arduini, revelam uma queda no número total de membros que, dos 3.094 registrados em 1921, passou a ser 2.767. Em Porto Alegre, as duas escolas primárias em funcionamento à época – a *Umberto I* e a *Principessa Elena di Montenegro* – não atendiam a mais de 86 alunos.¹⁴ A relação do cônsul, destinada a suscitar reações alarmantes no interior do Ministério,¹⁵ dava conta da perda do sentimento nacional entre os imigrantes italianos, especialmente os que viviam em regiões urbanas, pois os que viviam com certas condições de isolamento apresentavam alguma resistência ao processo de abraseileiramento.

O processo de desnacionalização é naturalmente muito mais fácil nas cidades do que nas áreas rurais, mas é um fato que mesmo nestas últimas, com a abertura de estradas e de novas vias de comunicação, com a intensificação das trocas comerciais entre as colônias e os centros mais habitados e, sobretudo, pelas obras que vão sendo desenvolvidas pelas autoridades locais, as quais não veem com bons olhos as escolas estrangeiras, por mais modestas que sejam, tentam de todos os modos suplantá-las.¹⁶

Arduini não enxergava espaço para assegurar um “avanço”, mas antes a necessária exigência de uma verdadeira e própria “obra de reforma”, através de uma série de medidas, dentre elas a ampliação do investimento financeiro, a sustentação das escolas geridas por professores laicos nas áreas coloniais, o estabelecimento de confissões religiosas de origem italiana e a maior difusão e circulação de material escolar e livros didáticos.

¹⁴ Relatório do régio cônsul Luigi Arduini, de 3 de setembro de 1925, *in Asmae*, AS 1923-1928, b. 637.

¹⁵ Veja-se a nota de Ciro Trabalza, de 3 de dezembro de 1925, *in Asmae*, AS 1923-1928, b. 637, f. Porto Alegre.

¹⁶ Relatório do régio cônsul Luigi Arduini, de 3 de setembro de 1925, *in Asmae*, AS 1923-1928, b. 637.

Também o cônsul que o sucedeu, Manfredo Chiostri, entre 1928 e 1930, não deixou de relembrar ao Ministério os problemas que afetavam as escolas italianas no estado gaúcho e da capital, em particular do quadro mais geral da retomada dos processos de escolarização no Estado do Rio Grande do Sul. No relatório apresentado em 7 de janeiro de 1930, o cônsul Manfredo Chiostri escreveu ao Ministério das Relações Exteriores, salientando o agravamento da presença/ausência de escolas com ensino em Italiano. As antigas escolas étnico-comunitárias que haviam sido abertas no processo de colonização, estavam todas fechadas. Ele tomou em exame os vários elementos que determinaram a queda quantitativa das escolas italianas, destacando a falta de professores, a morte de algum deles ou dos incentivadores dos educandários, a perda dos párocos,¹⁷ a vinculação dos mestres com as escolas públicas, o processo consolidado da presença de escolas confessionais, sobre as quais ainda havia muita discussão. Além disso, o cônsul relevou o contexto da ampliação do empenho do estado e das autoridades brasileiras locais, para o desenvolvimento mais significativo dos processos de escolarização:

A instrução primária estava em pleno desenvolvimento, tendo obtido grande progresso em todo o Estado, o qual buscou ser assíduo e vigilante para que, em qualquer lugar, por mais remoto que seja, tenha uma escola elementar municipal, estadual ou federal, e que a instrução secundária apresente cursos rápidos e modernos, preparando os alunos com certo ecletismo em que se formam espíritos e mentes da juventude e é preciso reconhecer os resultados práticos.¹⁸

¹⁷ Relatório do régio cônsul Manfredo Chiostri, de 7 de janeiro 1930, p. 5-6, *in ASMAE, AS 1929-1935, b. 785, f. Parte Generale.*

¹⁸ “Juntamente com esta organização escolar, federal, estatal e paraestatal existiam ordens religiosas, predominantemente francesas e alemãs, que forneciam educação primária e até secundária e na região alemã encontravam-se diversas escolas rurais, dirigidas por professores de nacionalidade alemã, assalariados do seu próprio governo. Em nossa área, infelizmente, encontram-se ordens religiosas predominantemente estrangeiras, os italianos são só quatro no Estado inteiro e não muito numerosas, e as antigas escolinhas rurais que surgiram com o progresso da nossa colonização quase desaparecem “a educação italiana feita, também, pelas ordens religiosas de origem italiana deixa muito a desejar e não em todas as cadeiras do colégio o italiano é ensinado. Em geral, embora os cursos secundários sejam realizados em alguma ordem, a educação italiana só é ministrada em cursos de nível inferior e se limita a ensinar leitura, escrita, com poucas noções de história e geografia. Somente no colégio dos capuchinhos há uma instrução mais completa da língua italiana, que também é compressa nos cursos superiores, mas esse colégio é limitado apenas à instrução de seus novatos. Como resultado dessa escassa educação, favorecida também pela apatia de nossos colonos e pelos difíceis meios de comunicação, podemos dizer que na totalidade de nossas colônias acabamos não falando nem italiano nem português, mas um dialeto do Vêneto misturado

Na maioria dos casos, a instrução dada continuou a ser bastante limitada. Havia poucas escolas localizadas nos igualmente poucos municípios rurais que, juntamente com as da capital, como o Instituto Médio, do Prof. Menegatt, e aqueles apoiados pela Sociedade Umberto I e pela Sociedade Princesa Elena de Montenegro, pareciam ser

[...] escolas propriamente italianas, que, além de uma educação elementar de nossa língua, cuidam do ensino de outras noções, como história, geografia e, acima de tudo, preparam os corações e mentes de nossos pequenos para o amor de sua pátria, [...] continua a preparar nossos jovens para a vida profissional, que deixam os cursos com um sentimento de pátria enraizado.¹⁹

A autoridade consular de Porto Alegre, ainda no início dos anos 30 (século XX) apesar do declínio gradual do número de escolas e do nível de frequência escolar, considerou importante continuar apoiando as poucas escolas restantes, pois contribuíram para “retardar o fenômeno da completa desnacionalização”. Na mesma linha do cônsul Luigi Arduini, Criostri identificou que houve um processo de “[...] desnacionalização que infelizmente paira sobre nossas coletividades, da qual não ficam isentos nem mesmo as coletividades alemãs, que, do ponto de vista escolar, estão melhor organizadas”.²⁰ Chiostri, de fato, buscou, de várias formas, fomentar a cultura e a Língua Italiana e incentivou a vinda de congregações religiosas italianas.

As escolas italianas em Porto Alegre na era Vargas: o relançamento da italianidade ao estilo fascista

O revigoramento das escolas na capital se efetivou, em parte, sobretudo no Rio Grande do Sul, no período entre o final da década de 20 e, acima de tudo, na década de 30. As premissas se colocam na mudança geral do fascismo em totalitarismo e na troca da cúpula do Ministério das Relações Exteriores com a nomeação de Piero Parini como chefe da Direção Geral das Escolas e dos? Italianos no Exterior e

a muitos braslianismos.” Conforme Relatório do régio cônsul Manfredo Chiostri, de 7 de janeiro 1930, p. 5-6, *in* Asmae, AS 1929-1935, b. 785, f. *Parte Generale*. Bastos e Tambara (2014, p. 86-87) informam: “Entre 1930 e 1937, Flores da Cunha adotou várias medidas ampliando a rede de escolas e suas estruturas físicas, bem como o atendimento de alunos e a nomeação de professores”.

¹⁹ Relatório do régio cônsul Manfredo Chiostri, de 7 de janeiro de 1930, p. 4-5, *in* Asmae, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre 1934-35.

²⁰ *Ibid.*

Ministro Plenipotenciário.²¹ Uma alteração que acompanhou um novo endereço para o desdobramento das escolas étnicas, para fomentar a propaganda do regime no Exterior.²² A definição do cargo da DGSIE a Piero Parini,²³ secretário dos *Fasci italiani all'Estero* (Fascios italianos no Exterior),²⁴ significaria a politização do setor de emigração, compreendido aquele das escolas. Mas o revigoramento do fascismo em Porto Alegre coincide justamente com a chegada de uma nova geração de cônsules, mais alinhados ao fascismo, e que se instalaram no Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, a saber: Manfredo Chiostri, Mario Carli, Guglielmo Barbarisi e Santovincenzo Magno. Geralmente, a historiografia representou o papel dos cônsules como bastante similar. Na verdade, suas abordagens foram bastante diferentes, como veremos.²⁵

Os novos cônsules acompanharam o processo de desenvolvimento da identidade entre os imigrantes e os descendentes italianos, mais em sintonia com as orientações ideológicas do fascismo.

Com o passar do tempo, as mudanças do regime estatal italiano, como é o caso da implantação do fascismo, tiveram importante influência na sua formação e constituição e buscaram garantir uma fascistização por meio do incentivo da institucionalização dos *Fasci italiani all'Estero*, dos *Dopolavoro*,²⁶ da implantação de um espaço de socialização para a coletividade italiana, a *Italica Domus*, bem como a promoção de grandes manifestações como desfiles, saudações, entoação de cantos de guerra como a *Giovinezza*, bailes, jogos de futebol, inauguração de monumentos e todo um conjunto de rituais fascistas celebrados em

²¹ Com relação a Parini, referimos Pretelli (2010, p. 34); Ver também KNOX, B. M. *Parini Piero*, in *Historical Dictionary of Fascist Italy*, p. 393-394; Regarding the new direction, cfe. P. Parini, *Italiani nel mondo*, p. 35-37; Ver Floriani (1974, p. 76-77); Ver Garzarelli (2002, p. 481-482).

²² Sobre o novo italiano defendido pelo fascismo ver Gentile (2002) e La Rovere (2002).

²³ Sobre a mudança da nova *General Directorate of Italians and Schools Abroad* ver Floriani (1974); Pretelli (2010, p. 34 ss); Ver também Barausse, Alberto. The construction of national identity in textbooks for italians schools abroad: the case of Brazil between the two World Wars. – *History of Education & Children's Literature*, v. X, 2, p. 441, 2015.

²⁴ Os grupos que organizavam a propaganda e a difusão da ideologia fascista, nas comunidades italianas do exterior, tentando cooptá-las, desenvolviam também atividades assistenciais, culturais, cerimônias de defesa da italianidade e do fascismo. Para este assunto veja-se Pretelli (2010, p. 33); Franzina e Sanfilippo (2003) e Bertonha (2001a; 2001b).

²⁵ Para um primeiro olhar para essa questão, ver Bertonha (2001a); e ORSINI, F. Grassi. Diplomazia e regime. In: PELLEGRINI, V. (ed.). *Amministrazione centrale e diplomazia italiana (1919-1943): fonti e problemi*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998. p. 63-87. Ver também Barausse e Luchese (2018, p. 171ss).

²⁶ Os *Dopolavoro all'estero* eram associações voltadas aos operários que, no Exterior, converteram-se em “[...] meio muito eficaz de aproximar, via recreação, esporte e cultura, os italianos do exterior ao fascismo” (BERTONHA, 2001a, p. 46).

diferentes espaços de socialização, como se explicitará adiante. Porém, é preciso situar que “[...] apenas uma pequena minoria de emigrantes foi convertida em militantes dos *Fasci italiani all’Estero*) e, que, desses, a maioria era constituída de membros da burguesia e das classes médias italianas locais” (BERTONHA, 2001a, p. 43). Já Constantino observou que “[...] a grande ofensiva fascista nas colônias do Exterior fez com que houvesse um reforço na construção de nova identidade, utilizando símbolos evidentes, extraídos da nova pátria, em seu modelo moderno, ordeiro e progressista” (CONSTANTINO, 2009, p. 11).

Assim, passava-se a divulgar uma nova Itália e a fazer dos emigrados dessa nação “italianos no Exterior” (GIRON, 1994, p. 83). Entre as manifestações que envolveram as autoridades político-diplomáticas e a comunidade italiana do estado rio-grandense e, em particular, aquela porto-alegrense nos anos 30, foi dada especial importância às visitas feitas por Piero Parini, em dezembro de 1931, durante a última fase da missão consular de Manfredo Chiostri e do embaixador Cerruti, em 1932: ambas foram destinadas a ter uma ressonância também no que diz respeito ao impulso para a reorganização das escolas e dos cursos de Língua Italiana.²⁷

Tendo sido recebido na sede da Dante Alighieri, Piero Parini fez um discurso defendendo a proposta fascista. Destacava-se a nova lógica com que ele via os italianos, agora não mais como simples imigrantes, mas “italianos no Exterior”, aspecto que revelou um direcionamento da política e do tutelamento da imigração. Em seu discurso, salientava a grandeza da visão fascista com relação aos emigrados, a necessidade da retomada da italianidade e de esforços para a divulgação da Língua Italiana.

[...] os imigrantes, por conta de outros governos anteriores a Mussolini, haviam sido esquecidos consistindo num erro histórico e verdadeiramente criminosa a obra de outros governos de sua pátria porque no espaço de 40 anos esqueceram todos os seus filhos espalhados pelas diversas partes do mundo. Foi um erro histórico que hoje o governo fascista trata de remediar, sendo que Benito Mussolini, no dia em que tomou as rédeas do governo voltou também suas vistas para os italianos no estrangeiro, fazendo-lhes despertar o sentimento pela pátria distante. Por isso, o governo fascista considerou um verdadeiro dever verificar e constatar qual a situação dos italianos residentes no estrangeiro [...]. e se no Brasil a italianidade declinou no terreno da sua cultura,

²⁷ Sobre a repercussão da visita de Cerruti, ver Barausse e Luchese (2017, p. 452).

a culpa era somente do governo italiano e dos italianos daqui [...]. Por isso, o governo se preocupava com os italianos residentes no estrangeiro. [...] É dever de todos os italianos trabalhar pela expansão do idioma italiano, prestigiando-o quanto possível. [...]. Não há dúvida que no Brasil existem hospitais, colégios e indústrias que fazem honrar o nome italiano. Mas é preciso que não se olhe a italianidade somente nesse campo, mas, também, no espiritual, para que dentro de 20 anos, ou de duas gerações nada tenha desaparecido da italianidade entre nós. Deve-se, portanto, ficar seguro de que o nome italiano continuará como até agora a constituir um padrão nobilitante dos seus portadores. [...] Pedimos, portanto, aos italianos do Brasil que amem esta terra como sua segunda Pátria, que seus filhos sejam brasileiros, mas pedimos que sejam colaboradores do nosso esforço, do trabalho que vem fazendo o povo da península.²⁸

O articulador da notícia, intérprete dos vários discursos da coletividade italiana que aconteceram na *Italica Domus*, ressaltava que o comendador poderia “[...] estar seguro que o cônsul leal daqui e a colônia o atenderiam, para que a Itália venha a ter no mundo o posto de destaque que lhe cabe”.²⁹ A mensagem do ministro era clara: a necessidade de combater o declínio da italianidade ou o processo de desnacionalização. De tal tarefa de retomada da italianidade ficaram incumbidos os *Fasci italiani all’Estero* e os cônsules.

Nesse contexto, os cônsules veem a escola como uma aliada ao seu ideário de formar perfeitos *balillas* e bons italianos à moda fascista. A estratégia de propaganda cultural do fascismo tem, notadamente, na escola, uma porta de entrada para o convencimento da visão de mundo do regime. O fascismo queria uma escola que formasse o fascista perfeito, uma escola que pudesse interferir de imediato sobre o comportamento do aluno.³⁰ Nessa perspectiva, esforçou-se para encher a escola de cerimônias e de ritos, a fim de suscitar emoções e paixão. Com isso, a escola poderia não se revelar eficiente para o seu fim propriamente, mas adequada à proposta ideológica. O voto solene dos professores de amar a pátria seria uma exigência. Para os professores no Exterior outra exigência seria a adesão obrigatória ao Partido Nacional Fascista, a partir de 1932.

²⁸ A chegada do diretor-geral dos fascios italianos no Exterior. – *Correio do Povo*, 16 de dezembro de 1931, p. 7.

²⁹ A chegada do diretor-geral dos fascios italianos no Exterior. *Correio do Povo*, 16 de dezembro de 1931, p. 7.

³⁰ Sobre o novo italiano defendido pelo fascismo, ver Gentile (2002); LA Rovere (2002).

Nesse cenário, tomou forma o renascimento organizacional das escolas italianas de Porto Alegre. O processo que amadureceu à luz das considerações alarmantes do cônsul Chiostri, o qual, no entanto, considerou inútil e inoportuna a reorganização das escolas, se não contraproducente e pediu para manter o *status quo*. A timidez da ação consular era justificada com o pedido de evitar questões que pudessem fazer surgir nas autoridades políticas brasileiras a ideia de que a instrução em escolas italianas fosse prejudicial ou “[...] perigosa para a formação de uma consciência nacional [brasileira]”.³¹ Um dos maiores temores, na verdade, estava relacionado às possíveis reações negativas das autoridades brasileiras ao possível ativismo dos italianos, à semelhança do que acontecera contra os alemães. O cônsul em uma nota enviada a Roma lembrou-se, de fato:

Prova tangível desta possibilidade na última discussão nesta assembleia de representantes onde vários deputados atacaram fortemente a organização escolar alemã, declarando que era perigoso para a formação de uma consciência nacional compacta, quando esta mesma instrução, embora feita por autoridades alemãs, essencialmente, visa ensinar a linguagem da história e da geografia brasileira.³²

O processo de reorganização coincidiu com a mudança no topo do consulado italiano e com a chegada do cônsul Mario Carli em março de 1932, uma figura mais próxima das orientações do fascismo, após a visita de Piero Parini ao Brasil, em 1931. É com Carli que o posicionamento da política fascista com relação às escolas, em Porto Alegre, pôde ser bem evidenciado.

O impulso para o desenvolvimento das escolas foi inscrito no quadro de uma estratégia mais orgânica que, como veremos, desde a primeira metade da década de 30, viu os cônsules italianos de Porto Alegre avançarem para o controle centralizado de todas as organizações na proposta de fascistização – Associações de Mútuo Socorro, *Fasci italiani all'estero*, *Dopolavoro*, Dante Alighieri – e na notabilização em prol da promoção das escolas italianas e sua reestruturação, de jornais, cursos de língua e cultura italiana, programas de rádio, construção de monumentos e promoção de festividades – no conjunto, todas eram estratégias de difusão do discurso fascista. Estratégias para a construção de

³¹ Relatório do régio cônsul Manfredo Chiostri, de 7 de janeiro de 1930, p. 9, *in Asmae, AS 1929-1935, b. 785, f. Parte Generale.*

³² *Ibidem*. Sobre as avaliações do cônsul Chiostri ver Barausse e Luchese (2017, p. 458).

um sentimento de pertença à “grande” Itália, à italianidade e, portanto, ao fascismo (BARAUSSE; LUCHESE, 2017, p. 459ss).

A orientação do novo cônsul foi caracterizada pelo estilo centralizador que a autoridade representativa do estado e do governo italiano no RS pretendia aplicar, para reorganizar toda a vida das estruturas sociais e culturais italianas e garantir o controle mais eficaz do fascismo (BARAUSSE; LUCHESE, 2017). No contexto urbano da capital, as autoridades consulares favoreceram e permitiram um processo de reorganização das escolas presentes e ligadas às associações de mútuo socorro (RECH, 2015).³³ Dotadas de diversas características, seja do ponto de vista curricular, seja com relação à proximidade com o Consulado, elas foram reconduzidas numa reorganização sob sua tutela, guiada por uma única direção didática. A figura central, no processo de reorganização, foi a do Prof. Luigi Ledda que, indicado diretamente em Roma pelo diretor-geral Piero Parini,³⁴ ajudou o cônsul e que, após a reorganização, assumiu a função de diretor da escola italiana de Porto Alegre, cargo que desempenhou de 1º de janeiro de 1934 até a sua despedida da capital gaúcha, no ano de 1938.³⁵

O cônsul Mario Carli, com apoio de Ledda, apresentou ao Ministério Italiano e ao governo do Rio Grande do Sul a aprovação dos programas de reorganização. O projeto de reorganização consistiu em várias etapas. Em primeiro lugar, foi estabelecida a institucionalização de uma direção didática para centralizar e unificar, sob uma única

³³ Ver também o artigo “As escolas italo-brasileiras em Porto Alegre. Origem, organização, atividade”. *La Voce d’Italia*, de 17 de setembro de 1936.

³⁴ Luigi Ledda chegou ao Brasil aos 29 anos. Na verdade, o jovem professor nasceu em Nuoro, Sardenha, em 12 de julho de 1903. Depois de obter seu diploma de professor primário na escola normal de Nuoro, matriculou-se em 1920-21 no curso de especialização estabelecido na Faculdade de Letras e Filosofia de Roma, mas provavelmente não conseguiu seguir as lições. Naquele mesmo ano letivo, na verdade, fora nomeado professor temporário na escola de um povoado de Berruiles, na Província de Nuoro e, no ano seguinte, na escola do Município de Ussana, na província de Cagliari. Em 1923 venceu o concurso como professor titular do município de Terranova Pausania em Sassari. Nesse mesmo ano, ele começou o serviço militar, ganhando em 1924 o título de aluno oficial. Entre 1924 e 1927 ensinou nas escolas do Município de Terranova Pausania e, nos dois anos seguintes, no curso suplementar e na escola de iniciação ao trabalho. Depois de vencer o concurso anunciado em 1929, com uma pontuação de 8 sobre 10, ele foi enviado para Tunis, onde chegou em 1º de setembro de 1929. Ele permaneceu lá por três anos. A direção-geral das escolas e dos italianos no Exterior, na verdade, o destinou para as Américas e, em 18 de julho de 1932, ele deixou Gênova em direção ao Brasil. Veja-se a pasta pessoal do professor *in Asmae*, AS 1920-1955, Personale docente cessato dal servizio, b. 305, f. *Ledda Luigi*.

³⁵ Após sua experiência no Sul do Brasil, Ledda passou pelo Paraguai; no entanto, devido a razões disciplinares, foi demitido em 1939 (Nota da Legação de 1939). Retornando a Roma, não sem controvérsia, Ledda foi então enviado à Alemanha, para Bremen, onde permaneceu até setembro de 1941, quando, após um pedido explícito para que ele renunciasse como professor primário nas escolas no Exterior, ele voltaria ao papel da escola nacional na diretoria da Frosinone. *Ibid.*

estrutura, a coordenação das atividades. A nova estrutura acompanhava a perspectiva de aumento do número de escolas; a consolidação de um calendário para assegurar o exercício efetivo do ano letivo e um horário escolar com a distribuição da carga horária semanal; o uso uniforme de livros didáticos; a ampliação do número de alunos e o acompanhamento para garantir a frequência escolar; o serviço regular de inspeção e orientação pedagógica para professores; o fornecimento às escolas do material educacional necessário e apropriado ao trabalho pedagógico; a organização de um calendário de comemorações e festividades conjuntas junto às autoridades brasileiras. Para sustentar esta perspectiva, Carli sugeriu “[...] não economizar no envio do material escolar, o qual não se deve limitar somente aos livros de texto das cinco séries”,³⁶ aos quais era oportuno acrescentar outros. O cônsul acrescentava que deveriam enviar também “[...] grandes fotografias dos Soberanos e do *Duce* para distribuir nas escolas e nos grupos dos fascios, ao menos trinta de cada. Mapas da Itália e colônias e fotografias de heróis e mártires da Guerra e da Revolução”.³⁷

Na ocasião, foi definida a estruturação de um currículo comum que previa o ensino de Italiano e de Português.³⁸ O novo *curriculum* previa “colocar as escolas italianas em condições de não perder a língua, a história e os costumes da Pátria Māe”; a isto foi adicionado o pedido para o ensino obrigatório de Italiano em ginásios inferiores, como aconteceu com o Francês e, ao mesmo tempo, de permitir à segunda e terceira gerações a possibilidade de “não se sentir desconfortável, ignorando os elementos culturais autóctones indígenas”, indispensáveis a uma carreira e que permitisse a continuidade dos estudos nos cursos que não previam o ensino de Italiano. O processo foi realizado através do envolvimento das autoridades gaúchas que forneceram, gratuitamente, os professores e as professoras para o ensino de Português naquelas escolas.

³⁶ Relatório do régio cônsul Mario Carli, de 4 de outubro de 1932, *in Asmae*, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre, sf. *Scuole italiane*, p. 3.

³⁷ Relatório do régio cônsul Mario Carli, de 4 de outubro de 1932, *in Asmae*, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre, sf. *Scuole italiane*, p. 4.

³⁸ Mario Carli, anuindo às sugestões de Ledda definiu que “[...] toda escola italiana deve estar provida por um professor titular italiano, que desenvolva todo o programa de ensino estabelecido pelo Régio Governo”. Segundo ele, o Consulado poderia suportar as despesas de três escolas com cerca de 50 alunos cada. Enfatizou, assim, que cada escola deveria ter, além de professores italianos, um “[...] professor brasileiro para o ensino da língua portuguesa e dos poucos conhecimentos locais que, acrescentados ao nosso programa, consigam dar ao aluno primário uma completa instrução elementar” (Conforme Relatório do régio cônsul Mario Carli, de 4 de outubro de 1932, *in Asmae*, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre, sf. *Scuole italiane*, p. 1; Telegrama do cônsul Mario Carli, de 20 de maio de 1933, *in Asmae*, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre, s.f. *Scuole italiane*).

Mas o interesse do cônsul de garantir a difusão da Língua Italiana em Porto Alegre levou-o a negociar com os dirigentes do estado riograndense a possibilidade de introduzir o ensino de Italiano nos institutos médios da capital, como já ocorria com o Francês. Ao mesmo tempo, para ampliar o currículo, foi planejada a contratação de professores para o ensino de Música, Canto-Coral e Educação Física.³⁹

O projeto de reorganização foi suportado por uma incisiva campanha da imprensa, seja étnica, seja brasileira,⁴⁰ e, para fortalecer o caráter centralizador do projeto, foi pensada a constituição de uma nova associação de caráter federativo, capaz de reunir as oito sociedades italianas, existentes na capital, e de poder, assim, assegurar um controle mais direto e conquistar maiores recursos financeiros.⁴¹ Para melhor adaptação do espaço físico em termos de salas de aula, Carli sugeriu que fossem alugadas casas para uso exclusivo das escolas, colocando-as em postos estratégicos, nos quais houvesse maior densidade de italianos. Após quase um ano de tratativas, as escolas assim reorganizadas mudaram sua natureza e assumiram, então, o nome de escolas ítalo-brasileiras (BARAUSSE; LUCHESE; 2017), foram inauguradas em seis de março de 1933,⁴² e o evento foi enfatizado pela imprensa local.⁴³

O impulso para o desenvolvimento das escolas também foi acompanhado por outros tipos de intervenções de natureza extracurricular, voltados para a manutenção das escolas. Dentre as muitas ações planejadas estava a criação do Patronato Escolar conduzido pela esposa do cônsul, Maria Carli. Outra importante criação foi o serviço de inspeção médica escolar, a partir de 1933. A atividade médica foi prestada de forma gratuita pelos médicos compatriotas e tal atenção à saúde condizia com a visão higienista presente no ideário fascista de educação. Ainda, foi criado o *Campo Esportivo Italo Balbo*,

³⁹ Relatório do régio cônsul Mario Carli de 4 de outubro de 1932, *in* Asmae, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre, sf. *Scuole italiane*, p. 2.

⁴⁰ A reorganização foi acompanhada por uma campanha de imprensa incisiva dirigida pelo Consulado. Veja-se, – por exemplo, os artigos “La nuova organizzazione” (A nova organização). *Nuova Italia*, de 25 de março de 1933; “Le nostre scuole” (As nossas escolas). *Nuova Italia*, de 27 de março de 1933. Em – 23 de março, na sede de Dante Alighieri, foram inauguradas oficialmente as quatro escolas italianas de Porto Alegre, ver no – *Nuova Italia*, de 29 de março de 1933; outras notícias publicadas nos jornais estão interligadas com a nota transmitida por Parini, – *in* Asmae, AS (1929-1935), b. 785, f. Porto Alegre 1934-35.

⁴¹ Relatório do régio cônsul Mario Carli, maio de 1933, *in* Asmae, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre 1934-35.

⁴² As aulas começaram no dia 6 de março de 1933, e a solenidade oficial ocorreu alguns dias depois, 23 de março de 1933.

⁴³ Veja a matéria “A reorganização radical das escolas italianas”. *A Federação*, 1º de março de 1933, p. 4.

na capital, para a prática de esportes e atividades físicas dos alunos; foram criadas as colônias de férias, os famosos *campeggi Mussolini*, nos quais participavam alunos das escolas de Porto Alegre e do interior do estado, os quais ocupavam parte das férias escolares em atividades de disciplina, recreação e esportes. Tudo foi inscrito no quadro de uma estratégia mais orgânica que, a partir da primeira metade da década de 30, após a viagem de Piero Parini ao Brasil, em 1931, viu os cônsules italianos de Porto Alegre orientarem-se rumo ao estabelecimento de novas formas, a fim de assegurar, juntamente, um controle mais direto do processo de fascistização e a obtenção de maiores recursos financeiros.⁴⁴ Nessa perspectiva se colocaram a mobilização das sociedades italianas para reformas nos prédios das sociedades e adequações, bem como o fornecimento de material didático. A organização do consenso foi fomentada pela inauguração de novos jornais para mais incisivas campanhas de propaganda,⁴⁵ o uso da rádio, a organização de eventos comemorativos de novos monumentos e festividades. Tudo voltado para a construção de um sentimento de pertença à “grande Itália”, a ideia de italianidade que identificava-se com o fascismo.⁴⁶

O processo de reorganização, pontualmente relatado pelo Ledda,⁴⁷ avançou, porém, com certa lentidão, durante o primeiro semestre de 1933. Pelo aporte da Sociedade Dante Alighieri, foi inaugurada uma nova escola, em 1933. Para os 247 inscritos das quatro escolas foi introduzido um único calendário. Enquanto isso, ao lado de garantias verbais, as autoridades brasileiras afiançaram o início dos cursos de ensino de Italiano – ainda na forma facultativa – em dois dos ginásios particulares da cidade, o Colégio Anchieta e o Bom Conselho; Gino Battocchio, ex-agente consular da cidade de Bento Gonçalves, foi o professor escolhido.⁴⁸

Mas o cônsul teve que enfrentar forte resistência interna, quando o processo de centralização levou-o ao ponto de dissolver o comitê da Sociedade Dante Alighieri e enviar um comissário especial do órgão

⁴⁴ Relatório do régio cônsul Mario Carli, de maio de 1933, *in Asmae*, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre 1934-35.

⁴⁵ Ao longo da década surgiram os jornais *Nuova Italia* e *La Voce d'Italia*, como expressão do Consulado.

⁴⁶ “Il Regio Console Generale d’Italia, Comm. Guglielmo Barbarisi lascia Porto Alegre”. *La Voce d’Italia*, 30 de abril de 1937, p. 4.

⁴⁷ Relatório de Luigi Ledda. Telegrama de 20 de maio 1933 *Sistemazione scolastica Porto Alegre*, *in Asmae*, AS 1929-1935, b.785, f. Porto Alegre 1934-35, sf. *Scuole italiane*.

⁴⁸ Relatório do régio cônsul Mario Carli, de maio de 1933, *in Asmae*, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre 1934-35. Sobre as aulas de italiano na capital: Rech e Tambara (2015, p. 116-133).

acusado de má administração na *Italica Domus* e no patrimônio social.⁴⁹ A Sociedade Dante Alighieri não hesitou em atacar a autoridade consular, e os tons do confronto foram tão acalorados que determinaram uma postura pública das sociedades italianas que, por ocasião da visita ao Rio Grande do Sul, do embaixador Cantalupo, deliberou o convite para uma reunião com a mais alta autoridade diplomático-política “[...] com a exclusão da interferência e da presença do comendador Mario Carli às cerimônias coloniais, em virtude do estado de incompatibilidade irremediável criado entre a autoridade consular e a Colônia Italiana e a mesma população brasileira com quem convivemos”.⁵⁰ Uma tensão que acelerou o regresso do cônsul para a Itália.⁵¹

A realização de uma estratégia mais orgânica e sistemática foi confiada à liderança do cônsul Guglielmo Barbarisi, cuja ação foi apresentada pela imprensa ítalo-brasileira, como aquele homem que conseguiu reunir e soldar a comunidade italiana “em um único bloco disciplinado”, depois de chegar à capital do estado rio-grandense, no momento em que as relações entre a comunidade italiana e a autoridade consular haviam atingido altos níveis de tensão. Progressivamente, Barbarisi conseguiu atenuar os conflitos gerados, sobretudo, pela difícil relação com a Sociedade (local) Dante Alighieri e enquadrar todo o mundo das associações na órbita consular, bem como reorganizou o Fascio e a Associação Nacional dos Combatentes. Dentro dessa perspectiva, coube ao cônsul Guglielmo Barbarisi garantir também as provisões e os recursos para a consolidação das escolas. À sua chegada, ele teve que enfrentar uma situação ainda bastante precária: poucos professores e salários malpagos, pobreza de meios e nas salas de aula. Poucos dias depois de tomar posse com a passagem sob a direção didática, a partir de 1º de junho de 1934 o cônsul mudou o quadro geral dos professores locais; mas, acima de tudo, ele obteve do Ministério italiano a designação de quatro professores permanentes.⁵² No final de

⁴⁹ A decisão foi tomada por ocasião da assembleia do órgão em julho de 1933. O cônsul inspirou-se no novo estatuto do comitê central da Dante Alighieri de Roma e uniformizou-se ao “critério centralizador fascista” para advogar se o direito denomina os dirigentes das seções no Exterior. Mas o ato foi julgado violento e arbitrário pela associação”. B. Crocetta, “Per una questione morale. Le vicissitudini della Dante Alighieri culminate con l’atto violento e arbitrario del 23 luglio 1933”. *La Verità*, 27 de janeiro de 1934, p. 1.

⁵⁰ Veja-se a matéria “Le Società Italiane di Porto Alegre hanno destituito della dignità di Console il comm. Mario Carli”. *La Verità*, p.1, 24 de fevereiro de 1934.

⁵¹ Telegrama do régio Embaixador Cantalupo de 6 de fevereiro de 1934, *in Asmae, Personale, Serie II, Posizione P 12 Porto Alegre Parte Nuova*.

⁵² Os professores permanentes que chegaram a Porto Alegre foram Elvezio Marini e sua esposa Natale Giuseppa Marini e Aniello Calabrese. Seus serviços, no entanto, começaram apenas alguns anos depois. Os dois cônjuges, de fato, entraram em serviço em Porto Alegre, em 1º de fevereiro

1934, as quatro escolas ítalo-brasileiras, a saber: a Dante Alighieri, a Umberto I, a Elena di Montenegro e a Vittorio Emanuele II – reativada – estavam funcionando de acordo com a linha traçada. Além de intervir para melhorar as quatro escolas existentes, em 1936 ele criou outro núcleo na capital, no Bairro Menino Deus.⁵³ A nova escola recebeu o nome de “Rosa Maltoni, augusta mãe do nosso amadíssimo *Duce*”.⁵⁴ A escola não estava ligada às sociedades italianas da capital, mas era mantida exclusivamente pelo consulado. Como afirmou Ledda, “[...] é a primeira escola completamente, exclusivamente nossa que surge instituída por esta direção didática, sem contar com a *Dante Alighieri*, em 1933”.⁵⁵ A escola iniciou suas atividades em 21 de abril de 1936, com 68 estudantes da primeira, segunda e terceira séries.

No início do ano letivo de 1937, Porto Alegre já contava com cinco escolas primárias, as quais representavam o maior número do total de sete escolas italianas, presentes no Estado do Rio Grande do Sul.⁵⁶ Segundo o cônsul, também os institutos escolares, presentes no contexto da capital, pareciam responder às necessidades do governo: tanto as escolas italianas presentes no espaço urbano quanto a de Caxias do Sul eram apresentadas como “[...] nascidas com o sacrifício de nossas Sociedades Beneficentes e de Instrução e são hoje, embora pequenas e modestas, instituições onde a disciplina e a ordem são modelares”.⁵⁷ Antes de deixar as instalações para a próxima tarefa, Barbarisi ofereceu um quadro quantitativo melhor do que o do início da década de 30. O cônsul enfatizou com satisfação que o número de inscritos, durante o seu mandato, havia mais que quintuplicado, de 120 presentes em 1933 para

de 1937, enquanto Aniello Calabrese assumiu o serviço a partir da mesma data em Caxias. Veja os arquivos pessoais de professores mantidos em asmae, AS Personale cessato dal servizio, 1920-1955, b. 99, f. *Calabrese Aniello*. A professora Iolanda Ferrari foi enviada para a nova escola Rosa Maltoni. Os professores titulares foram acrescentados aos chamados professores diários temporários e locais, cuja condição era caracterizada por uma condição de maior precariedade, sujeita à confirmação de contratos anuais.

⁵³ “As escolas ítalo-brasileiras em Porto Alegre. Origem, organização, atividade”. *La Voce d’Italia*, de 17 de setembro de 1936, p. 3.

⁵⁴ Relatório trimestral de Luigi Ledda. Telegrama de 31 dezembro de 1935, p. 7, *in Asmae*, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 3.

⁵⁶ Outras duas escolas foram aquelas de Caxias do Sul e de Pelotas. Contextualmente, as autoridades consulares tentaram intervir também nas áreas coloniais, sendo o momento mais significativo aquele da instituição de uma nova escola italiana, a *Principe de Piemonte* que foi inaugurada em Caxias do Sul, em agosto de 1936. “L’inaugurazione della sede della nuova scuola italiana in Caxias”. *La Voce d’Italia*, 27 agosto 1936, p. 3.

⁵⁷ Veja-se a matéria “As escolas ítalo-brasileiras em Porto Alegre. Origem, organização, atividade” *La Voce d’Italia*, de 17 de setembro de 1936.

625 no início do ano letivo de 1937.⁵⁸ Os professores passaram a ser 12, dos quais quatro eram permanentes e oito considerados temporários. A estes foram acrescentados seis professores brasileiros para o ensino de Português. As mesmas autoridades político-rio-grandenses expressaram apreciação tolerante pelo progresso das atividades, como a imprensa local teve a oportunidade de enfatizar, por ocasião da visita oficial do secretário de Educação do Estado, Otello Rosa, às escolas em julho de 1936.⁵⁹

Um dos aspectos interessantes das escolas italianas da capital era o dado relativo à composição social e ao perfil geral dos discentes. O relatório de Ledda, de julho de 1936, revelava que a maioria deles era pobre e somente alunos da Dante Alighieri se distinguiam pela riqueza.

A massa dos nossos alunos pertence à classe de operários, de pequenos comerciantes, dos artesãos. Um bom número de alunos ricos e famílias distintas frequentam a escola *Dante Alighieri*. A caixa escolar desta escola que provê a assistência dos alunos pobres de todas as escolas é, na verdade, subsidiada por essas mesmas famílias. E é somente assim que esta direção pode distribuir o material escolar, sobretudo cadernos a 120 alunos, a passagem gratuita a 30 alunos pobres, pagar o aluguel de dois pianos para o ensino de canto em duas escolas nas quais não dispomos.⁶⁰

Constantino registrara que havia se desenvolvido entre os italianos e os descendentes de Porto Alegre, já no final do século XIX, uma elite e surgido uma burguesia. Possivelmente, uma parte desses grupos compunha o segmento da Dante Alighieri e enviavam seus filhos àquela escola. Mas, como salientou Constantino, havia os italianos e descendentes que “não deram certo”, ou seja, o grande contingente não

⁵⁸ Telegrama do cônsul Barbarisi, de 24 março de 1937, *Inizio dell'anno scolastico, in Asmae, AS 1936-1945*, b. 63. No mesmo documento lê-se: “O número de inscritos foi assim distribuído: 168 na escola primária “Dante Alighieri”, 101 na escola primária “Umberto I”, 102 na escola primária “Rosa Maltoni”, 40 na escola primária “Elena di Montenegro”, 36 na escola primária “Vittorio Emanuele II”, 128 na escola primária de Caxias e 50 na escola primária de Pelotas”.

⁵⁹ Conforme “A visita do secretário da Educação aos colégios Dante Alighieri e Rosa Maltoni”. – *Jornal da Manhã*, Vittorio Emanuele II, “128 na escola primária de Caxias e 50 na escola primária de Pelotas”. Conforme “A visita do secretário da Educação aos colégios Dante Alighieri e Rosa Maltoni”, de 1º agosto de 1936; “O Secretário da Educação do Estado visitou, ontem, pela manhã, os institutos de ensino ítalo-brasileiros desta capital”. *Diário de Notícias*, de 1º agosto 1936; Nota do cônsul Barbarisi de 10 agosto 1936, *in ASMAE, AS 1936-1945*, b.63, f. Porto Alegre 1936-37.

⁶⁰ Relatório trimestral (abril-maio-junho) do diretor didático Luigi Ledda de 1936. Telegrama de 2 de julho de 1936, *in Asmae, AS 1936-1945*, b. 63, f. Porto Alegre.

era abastado (CONSTANTINO, 1990, p. 479). A análise de Ledda sobre o perfil dos alunos de 1936 manteve-se inalterada com relação ao seu outro Relatório de 1935. Na sua avaliação de 1935, descreveu que os italianos residentes no continente eram pobres na sua maioria. Assim, afirmou:

As famosas riquezas da América são simplesmente um sonho quando se quer levar em conta a inumerável legião dos vencidos. As nossas escolas são frequentadas na maioria por alunos pobres. [...] Para o *Duce* vencer a santa batalha que ele comandou na América, é necessário que as nossas escolas sejam do tipo assistenciais.⁶¹

Na perspectiva de assegurar a penetração nas classes operárias e na pequena burguesia ao longo da gestão de Barbarisi, foi criada refeição para os alunos das escolas de Porto Alegre.⁶²

O ensino como “apostolado civil e patriótico para além das fronteiras do Reino”: as iniciativas escolares para a italianidade como arregimentação fascista

As escolas italianas da capital passaram por uma mudança também em termos de conteúdos e práticas de ensino. Os “escritos profissionais” de seus professores nos guiavam melhor sobre a evolução, em termos das práticas de ensino exercidas.⁶³ Destaque para os escritos de Ledda que chegara a Porto Alegre com forte crédito.⁶⁴ Sua cultura geral era considerada “notável”, bem como suas habilidades didáticas: Ledda era capaz de manter a disciplina observando “[...] os cânones e ditames da ética fascista”.⁶⁵ Depois de apenas nove meses como professor, foi proposta pelo cônsul sua nomeação como diretor didático.⁶⁶

⁶¹ Relatório trimestral de Luigi Ledda, de 10 de setembro de 1935, p. 6, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁶² Telegrama do régio cônsul Barbarisi, de 28 de agosto de 1934, *in* Asmae, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre 1934-35; jornal *A Federação*, 11 de julho de 1935, p. 2.

⁶³ Sobre os “escritos profissionais” como fontes para aprofundar a pesquisa na área das escolas étnicas ver A. Barausse, *Le fonti per una storia delle pratiche educative nelle scuole italiane in Brasile: dalla colonizzazione al fascismo*; S. González, J. Meda, X. Motilla y L. Pomante (ed.). *La práctica educativa. Historia, memoria y patrimônio*, Cabrerizos (Salamanca) FarhenHouse, 2018. p. 996-1010.

⁶⁴ Stato di servizio di Ledda Luigi, Asmae, DGIE AS, Personale docente non più in servizio (1920-1955), b. 305, f. *Ledda Luigi*.

⁶⁵ Relatório do cônsul geral Mario Carli de 27 de junho de 1933, *in* Asmae, DGIE AS, Personale docente non più in servizio (1920-1955), b. 305, f. *Ledda Luigi*.

⁶⁶ *Ibid.*

Ele logo cedo deu prosseguimento ao processo de reorganização, ciente de que as escolas da capital “[...] não gozam, infelizmente de boa fama”.⁶⁷ O professor expressou fortes críticas ao modelo de ensino e à estrutura adotada nas duas escolas fomentadas pelas sociedades de mútuo socorro, a Umberto I e a Escola *Principessa Elena di Montenegro*. Os primeiros relatos, em particular os produzidos no final de 1932, após apenas seis meses da sua chegada, apontam as limitações quanto ao material escolar; os limites do espaço escolar pouco “[...] adequado para formar as almas”; ausência de “programas didáticos detalhados e que os inspetores didáticos, como normalmente são chamados, são incompetentes, quando não são analfabetos”.⁶⁸ As observações de Ledda lembram a condição de forte precariedade organizacional e disciplinar das escolas urbanas da capital da cidade, talvez os tons se acentuassem pela necessidade de marcar o trabalho feito, com o propósito de reorganização, mas Ledda não desiste de usar uma representação bastante negativa da situação:

Para ter uma ideia clara das condições reais em que essas duas escolas são encontradas, antes da minha contratação em serviço [...] é necessário saber que os alunos que me foram designados, um verdadeiro espelho da situação escolar em geral, eram indisciplinados, não observaram o horário, desertaram a escola durante a estação chuvosa, não compareceram regularmente nos outros períodos, não justificando as faltas. Nos cadernos e nos livros, mantinham-se em grande desordem, um mundo variado de desenhos e fantoches, uma alegre e avassaladora explosão de vida que urgentemente pedia seu lugar na atividade legal da escola.⁶⁹

O novo professor indicava a necessidade de um alinhamento ao modelo da escola fascista que se queria estabelecer, e fazer com que os alunos amassem “[...] a Itália fascista com a qual serão levados a estabelecer relações intelectuais e econômicas”.⁷⁰ Nessa perspectiva, Ledda esperava uma diferente dotação de material e auxiliares escolares [...] disponibilizando-o antes do período das inscrições escolares. “[...]

⁶⁷ Relatório de Luigi Ledda, de 30 de setembro de 1932, p. 1, in Asmae, AS (1929-1935), b. 785, f. Porto Alegre 1934-35.

⁶⁸ Relatório de Luigi Ledda, de 30 de setembro de 1932, p. 1, in Asmae, AS (1929-1935), b. 785, f. Porto Alegre 1934-35.

⁶⁹ Relatório final do professor Luigi Ledda para o ano escolar 1932, de 16 de dezembro 1932, in Asmae, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre 1934-35, sf. *Scuole italiane*.

⁷⁰ Relatório de Luigi Ledda de 30 de setembro de 1932, p. 2, in Asmae, AS (1929-1935), b. 785, f. Porto Alegre 1934-35

As escolas devem ter os decorosos quadros de Sua Majestade o Rei, de Sua Majestade, a Rainha, e do *Duce*".⁷¹

Das fontes, de fato, surge a centralidade atribuída por Ledda ao ensino da língua, entendido como o fundamental valor pedagógico, um exercício profissional movido pela "[...] firme convicção nos professores de que nossas escolas no exterior colocam como a primeira razão de sua existência o ensino da língua materna".⁷² Nos critérios para verificar e ilustrar o avanço na disciplina linguística, o uso de Italiano no cotidiano se coloca sempre:

Nos passeios, no pátio, no campo esportivo, a língua falada começa a ser normalmente a nossa. Em sala, ninguém se atreve a exprimir-se em português. [...] É na boca de todos, na Comunidade, que muitos pais, que abandonaram o uso da nossa língua em casa, voltaram a fazê-lo graças aos seus filhos [...] Depois de três anos de trabalho, o ambiente escolar das escolas locais tornou-se primorosamente italiano: os novos alunos agora seguem os antigos que reconquistaram a Itália, apesar de amarem e sentirem sentimentos nobres pelas terras onde nasceram. O ambiente é um fator decisivo para a formação espiritual da criança [...]. Em todas as escolas, o primeiro grupo de alunos já foi criado para falar italiano sempre e em toda a parte durante a permanência na escola; os outros, os recém-chegados devem se instalar e fazê-lo sem grandes dificuldades. O primeiro e segundo ano de respeito humano foi o obstáculo mais sério. Agora, olhos a princípio distraídos, tímidos, ou mesmo hostis, em um curto espaço de tempo tornam-se iluminados de amor pelo mestre e orgulho pela pátria distante, ao passo que antes parecia impossível.⁷³

Os relatórios de Ledda destacam o trabalho organizacional e a diversidade de abordagens didáticas, destinadas a introduzir cada vez mais uma didática ativa, que parecia ser completamente desconhecida para os professores locais temporários. Nos relatórios do professor, sua cultura magistral é refletida. No início, o professor foi forçado a se deslocar em um ambiente escolar pouco homogêneo, onde observou entre "um aluno e as outras enormes diferenças" detectáveis pelos

⁷¹ *Ibid.*, p. 3-4.

⁷² Relatório trimensal do diretor didático Luigi Ledda, de 12 de setembro de 1937, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁷³ Relatório trimensal (set./out./nov.) do diretor didático Luigi Ledda, de 31 de dezembro 1935, *in* Asmae, AS 1929-1936, b. 63, f. Porto Alegre 1934-35, p. 4.

cadernos escolares cheios de “exercícios secos e mortais de análise gramatical, enquanto os alunos não sabiam ler, nem falar”; e com “exercícios de cópia asfixiantes”, enquanto, em contraste, “alunos da quarta série não conheciam as ligações entre duas letras”. Ou de operações “com números fabulosos, e o primeiro da escola não pôde ler um número dentro dos limites do programa”.⁷⁴ Partindo desse contexto, o mestre tenta introduzir inovações de natureza “ativista”, que a cultura magistral idealista, veiculada por Lombardo Radice, procurou espalhar entre os mestres. Nesse sentido, nos relatórios do professor, evidencia-se, por exemplo, a introdução, nas primeiras classes elementares, de novas ferramentas para promover um aprendizado mais rápido e eficaz da leitura e da escrita, como o alfabeto móvel sobre o qual, desde o final da década de 20 o interesse de alguns professores atentos à inovação metodológica havia sido apontado. A redução de exercícios escritos em favor dos orais, para aumentar a conversação: um trabalho para contrastar a presença de vários problemas ditados por “difíceis condições ambientais [...]”, pela falta de cooperação das famílias e pelo hábito de falar em dialeto ou português.⁷⁵ Da mesma forma, foi dada atenção específica ao ensino de cálculo oral, para permitir uma aprendizagem mais consciente e concreta de números e menos abstrata. Na mesma direção, de uma modernização das técnicas de ensino, foi o programa de atuação Educação Física, desenhado mediante a promoção de iniciativas destinadas a nutrir e apoiar o modelo educacional fascista. Entre estas, por exemplo, os ensaios de ginástica organizados nos dias 24 e 28 de maio, cantando; correspondências interescolares; premiações mensais para os alunos que fizessem os melhores desenhos, ou que mantivessem os cadernos em ordem; prêmios especiais para as competições de História e Geografia ou Desenho; participação em concursos como o promovido pelo jornal infantil-fascista *Il Tamburino no Exterior*, que, em 1935, obteve o terceiro lugar no ranking mundial;⁷⁶ promoção contínua de jogos e organização de acampamentos de verão, Benito Mussolini.⁷⁷

O diretor didático reflete esse modelo de professor, caro à retórica da hierarquia fascista, que teve que desempenhar o papel de ponte e

⁷⁴ Relatório final do professor Luigi Ledda para o ano escolar 1932, de 16 de dezembro 1932, in Asmae, AS 1929-1935, b. 785, f. Porto Alegre 1934-35, sf. *Scuole italiane*.

⁷⁵ Relatório trimensal do diretor didático Luigi Ledda, de 12 de setembro de 1937, in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁷⁶ Relatório trimensal (abr./maio/jun.) do diretor didático Luigi Ledda, de 15 de junho 1936, in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁷⁷ Relatório trimensal do diretor didático Luigi Ledda, de 12 de setembro de 1937, in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

mediação entre a pátria e os italianos no Exterior. Os professores e os diretores das escolas italianas no Exterior exercitavam as expectativas das classes dominantes fascistas, para as quais os mestres representam a “sentinela avançada da pátria distante”, e sua tarefa era “manter viva a memória e a adoração” em contextos marcados por problemas específicos, que não escaparam ao legislador, como as diferenças de idioma, religião, a confusão causada pela presença de dialetos originais nas comunidades italianas, a ausência de tradições locais, a partir das quais se desenha “como fontes vivas da cultura regional”, a necessidade de conviver com o ensino de outras línguas e a elas pedir que realizem uma prática profissional e uma forma de estar, na sociedade de acolhimento, adequada para estes fins.⁷⁸ Tarefas ainda melhor especificadas por Parini em 1930.⁷⁹ Aqui, então, os traços do professor e do diretor didático serão aqueles “do apostolado civil e patriótico além das fronteiras do Reino”, que estarão muito próximos daqueles do propagandista, a fim de que a escola pudesse ser um “meio muito poderoso para manter os ideais italianos na comunidade da América do Sul”.⁸⁰ E os relatos do diretor didático têm um estilo participativo, percebe-se o envolvimento, reflexo de uma forma de conceber o emprego, a própria profissão como verdadeira militância, até que seja um compromisso ideológico aberto. “Para educar os alunos sobre o culto da Itália e do Duce.”⁸¹ Aos professores pede-se que harmonizem os programas educacionais com os conteúdos da cultura fascista.⁸²

Mas os professores como Ledda são solicitados por um compromisso assíduo e global, um compromisso não apenas contido nas horas de trabalho, mas dirigido a toda a comunidade italiana, com dinamismo sem precedentes, cheio de politização que, no entanto, deve ser exercido

⁷⁸ Nuovi orari e Programmi per le scuole italiane all'estero. Ordinanza del 1 ottobre 1924, em A. Oriani, *La legislazione fascista sulle scuole italiane all'estero*, Torino, Paravia G.B. e C., 1926.

⁷⁹ Programmi didattici per le scuole elementari, Roma, 18 ottobre 1930-Anno VIII Dispaccio circolare n. 10592-Direz. Gen. Degli Italiani all'Estero e Scuole-Uff. III, Raccolta delle circolari e istruzioni ministeriali a cura di Angelo Toscani, v. VIII, dal 1º gennaio 1930-VIII al 31 dicembre 1933; XII.

⁸⁰ Nota de Piero Parini de 16 de fevereiro de 1935, *in* Asmae, AS 1929-1935, b. 785, sf. Brasil 1934-35, cat. III-1.

⁸¹ Relatório trimensal (set./out./nov.) do diretor didático Luigi Ledda, de 31 de dezembro 1935, *in* Asmae, AS 1929-1936, b. 63, f. Porto Alegre 1934-35.

⁸² Naqueles programas desenvolvidos em 1938 pela professora da *Scuola Umberto I*, Ada Carignani, pôde-se evidenciar que “todas as disciplinas de ensino terão a finalidade de desenvolver nos alunos o amor e o apego à pátria distante; à terra onde nasceram os pais; à Itália Fascista e grande; [junto a] pequenas composições, desenhos, leituras, noções várias sobre a vida do Duce e as datas mais memoráveis do Fascismo” (Programa da Profa. Ada Carignani, da escola Umberto I de 25 de abril de 1938, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 62, f. Porto Alegre.

com muita cautela, para não incomodar as autoridades brasileiras. Os relatórios revelam, assim, o compromisso de Ledda em organizar e arregimentar melhor os jovens filhos dos imigrantes. Desde abril de 1933, ele trabalhou para a criação de organizações juvenis fascistas, que deveriam ter substituído o patrocínio, de acordo com as disposições da administração geral. De 1934 a 1937, foi o líder da *Organizzazioni Giovanili Italiane all'Estero* (OGIE), alcançando também a qualificação de ótimo, tanto que, em 1937 e 1938, ele assumiu a qualificação de vice-comandante da *Giumentù Italiana del Littorio all'Estero* (GILE). Mas as práticas de fascistização também passaram pelos ritos e pelas cerimônias previstas pelo novo curso, a partir da festa da bandeira ou do fechamento das atividades de fim de ano.

Identificou-se uma rotina que se observará até 1938: no sábado, havia a saudação à Bandeira, durante a qual os melhores alunos de cada série eram chamados a recitar canções e hinos. Quanto a esse aspecto vivenciado pelos discentes, Luigi Ledda frisava que “[...] dessa forma esta direção tem condições de controlar, praticamente, o ensino desta outra importante matéria”.⁸³

Em 1936, iniciaram as premiações mensais. Elas incentivavam os alunos para o estudo. No relatório de Ledda de 1936, vê-se que os prêmios eram distribuídos aos estudantes que mais haviam estudado ou melhor realizado os desenhos, ou tinham mantido os cadernos em ordem. Dizia Ledda que “[...] se faz de tudo para que os alunos cresçam perfeitos *balillas* e bons italianos”.⁸⁴

Os rituais e as cerimônias foram, então, combinados com os apelos destinados a flanquear as iniciativas, em apoio ao regime em diferentes épocas, mas, em particular, durante o período que precedeu e acompanhou a ocupação e a conquista da Etiópia e a consequente formação do império colonial:

Dado o momento excepcional que a Itália atravessa, o encerramento do ano letivo aconteceu de maneira simples. Os boletins foram distribuídos para o canto dos hinos da Pátria e da Revolução. Todos os esforços da Comunidade visam agora angariar fundos e ouro para a resistência nacional contra as sanções injustas de Genebra. Nesta campanha altamente educativa,

⁸³ Relatório trimensal (abr./maio/jun.) do diretor didático Luigi Ledda, de 2 de julho de 1936, p. 7, in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁸⁴ Relatório trimensal (abr./maio/jun.) do diretor didático Luigi Ledda, de 2 de julho de 1936, p. 7, in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

modestamente, mas com entusiasmo, os alunos participaram, oferecendo cofrinhos, pequenas somas, objetos de ouro e prata e outros metais.⁸⁵

Os eventos da política internacional, centrados no empreendimento colonial etíope, são lidos como acontecimentos que facilitaram o ensino e o trabalho dos mestres, dando origem de um sentimento de orgulho e pertencimento, completamente novo, de acordo com Ledda, que observou:

É consciencioso acrescentar que a guerra colonial que a Itália luta, apesar de tudo, facilitou o trabalho dos mestres. No entanto, pode-se dizer que enquanto até o ano passado um dos nossos alunos geralmente não se orgulhava de ser italiano, agora ele grita na praça e questiona com todos, muitas vezes até em casa, onde ele encontra parentes indiferentes ou preocupados em ser visto muito italiano [...] Os alunos de terceira, quarta e quinta são agora *balillas* perfeitos que não se envergonham mais de saudar romanesco o seu professor se o encontra fora da escola.⁸⁶

Ledda é um professor que conhece e percebe as mudanças ocorridas no contexto do Rio Grande do Sul, em que crescem as tensões nacionalistas destinadas a obstaculizar o ensino das escolas estrangeiras. No entanto, não parece dar muito crédito à possibilidade real de que mudanças radicais possam ser registradas no estado riograndense. Em suas anotações, como aquela de 1936, ele deixa transparecer a certeza otimista, em alguns pontos quase sarcástica, quanto à possibilidade de continuar o trabalho de fascistização de jovens de origem italiana, uma certeza que logo em seguida teria sido negada pelos fatos:

Os regulamentos escolares em estudo em todos os Estados da Confederação são baseados exclusivamente na Constituição do país que não proíbe a instituição de escolas estrangeiras. Várias tentativas de reforma destinadas a impedir o funcionamento de escolas estrangeiras falharam até agora. Acredita-se que muitas

⁸⁵ Relatório trimensal (set./out./nov.) do diretor didático Luigi Ledda, de 31 de dezembro 1935, in Asmae, AS 1929-1936, b. 63, f. Porto Alegre 1934-35.

⁸⁶ *Id.*

décadas passarão antes que uma ideia tão expressa possa triunfar, já que o país é habitado por estrangeiros respeitados e conhecidos e as escolas locais ainda existem somente no papel. Em conclusão, nossas escolas sempre manterão uma abordagem educacional tipicamente italiana e, portanto, fascista [...]. [...] as nossas escolas conservarão sempre a orientação italiana e, portanto, fascista, observando as novas leis que dividem o horário escolar entre o ensino em italiano e em português, obrigação esta que é seguida em nossas escolas.⁸⁷

Embora o contexto fosse mais problemático, determinado pelas medidas que se seguiram à inauguração do Estado Novo de Vargas, as escolas ítalo-brasileiras parecem ainda desempenhar as funções de propaganda e educação fascista, solicitadas pela direção geral liderada por Parini. O diretor educacional Luigi Ledda, em seus relatórios trimestrais, enviados ao ministério, não deixou de garantir o cumprimento dessas diretrizes. Passados cinco anos de reestruturação, Ledda destacou os resultados positivos quanto ao desenvolvimento dos programas didáticos e a educação fascista. O ensino da história e da geografia havia rendido frutos e não escondia o otimismo para o futuro: “Os alunos das séries superiores falam e escrevem discretamente [o italiano], amam firmemente e sem qualquer respeito humano a Itália Fascista [...]. Em suma, o ano letivo de 1938-XVI verá nossas escolas melhores e muito melhores escolas. A fé não falta”.⁸⁸

Uma imagem, portanto, bem diferente daquela que apresentou nos anos antecedentes, que sinalizava com ênfase a presença, nas cinco escolas, de “alunos de seis anos vivazes, bonitos, muito limpos”;⁸⁹ ou o crescimento quantitativo de professores – que se tornaram oito (três dos quais eram permanentes e cinco temporários) – e dos inscritos nas escolas: “As poucas dezenas de estudantes de 1932 agora multiplicados e disciplinados, limpos, todos com aventais, eles frequentam nossas escolas com entusiasmo e lucro. Eles agora alcançam a respeitável figura de 367 estudantes”.⁹⁰

⁸⁷ Relatório trimensal (abr./maio/jun.) do diretor didático Luigi Ledda, de 2 de julho de 1936, p. 7, in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁸⁸ Relatório trimestral do diretor didático Luigi Ledda, de 23 setembro de 1937, in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁸⁹ Relatório trimensal (set./out./nov.) do diretor didático Luigi Ledda, de 31 de dezembro 1935, in Asmae, AS 1929-1936, b. 63, f. Porto Alegre 1934-35.

⁹⁰ Relatório trimestral (abr./ maio/ jun.) do diretor didático Luigi Ledda, de 1936, in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

Enfim, o diretor destacava o envolvimento da comunidade italiana na gestão das compras para os auxílios escolares.⁹¹

O Estado Novo e a fechamento das escolas italianas frente à campanha de nacionalização do ensino

A partir de 1937, inicia a atividade do cônsul Santovincenzo Magno no Consulado. Ele será outro defensor da escola, tendo declarado, nos primeiros meses de sua chegada a Porto Alegre, que “[...] um dos principais pilares de sua atividade consular seria a escola”.⁹² Naquele ano, o total de inscritos chegou a 482 alunos. O diplomata observou a necessidade de resolver, em definitivo, o local das escolas, propondo uma reunião das cinco escolas existentes num só prédio. Mas o *Ministero degli Affari Esteri* comunicou a impossibilidade financeira para tal feito.⁹³ O novo cônsul adotou, no entanto, uma série de medidas destinadas a afetar, também, o funcionamento das escolas. A presença do diretor Ledda, a essa altura, era considerada prejudicial aos interesses da comunidade italiana porto-alegrense. Sua transferência teria sido “benéfica para todos”. Embora reconhecendo “boas qualidades” no mestre, como “disciplina, disposição, etc.”, sua permanência em Porto Alegre foi contraproducente:

Há muitas razões que me levam a solicitar essa mudança, mas uma especialmente é decisiva, ou seja, que o trabalho de Ledda no ambiente colonial, dada a sua falta de reflexão e facilidade de expressão, dificulta (para usar uma palavra branda) todo ação consular também em campos que não são puramente educativos. Acrescentarei também que ele adquiriu uma verdadeira antipatia em todos os círculos, a ponto de, se em qualquer questão estiver, Ledda parece ser suficiente para fazer naufragar qualquer iniciativa.⁹⁴

No final de 1937, Luigi Ledda deixou a Direção Didática, convicto de ter feito bem o trabalho para o qual havia sido enviado. Ledda

⁹¹ Relatório trimestral do diretor didático Luigi Ledda, de 17 de junho de 1937, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁹² Relatório trimensal do diretor didático Luigi Ledda, de 12 de setembro de 1937, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁹³ Ver Barausse e Luchese (2017, p. 464 ss).

⁹⁴ Telegrama do régio cônsul Santovincenzo Magno, de 26 de janeiro de 1938, *in* Asmae, AS 1936-45, b. 62, f. Porto Alegre.

identificou que, com relação aos anos anteriores, os alunos das primeiras séries estavam melhores e que os professores trabalhavam, em geral, bem. Ademais, explicou:

Posso anunciar que nestas escolas finalmente neste ano se escreve pouco e se faz falar bastante. Justamente a preocupação maior é o ensino da língua. Infelizmente os alunos em casa, em geral, falam o português e o dialeto. A recitação, os cantos, os jogos, o *Campeggio* são meios potentes para o conhecimento da língua. E os nossos alunos cantam sempre que vão aos *Campeggi*. Trabalha-se para a preparação da opereta [...]. O ensino da aritmética é geralmente racional. Poucos exercícios escritos, ordenados e claros dentro do programa. No quadro, exercícios de diálogo. Bastante cálculo oral.⁹⁵

Diante das novas perspectivas, os “escritos profissionais” do diretor didático são bastante mesquinhos. Neste caso, eles contam os silêncios que se tornam mais significativos, juntamente com as poucas palavras de despedida que revelam uma veia controversa, quando Ledda se despediu escrevendo: “Orientado por esta honorável Direção Geral a assumir a nova sede, parto sereno e tranquilo, convencido de ter feito sempre o meu dever. Estou certo de que o meu sucessor poderá fazer melhor do que eu. Saudações fascistas”.⁹⁶

Um impacto muito mais significativo, na vida das escolas italianas de Porto Alegre, foi destinado a ter campanha para a nacionalização do ensino, relançada pelas autoridades brasileiras desde 1937, após as mudanças introduzidas por Getúlio Vargas e a instalação do Estado Novo (GERTZ, 2005; BASTOS; TAMBARA, 2014). Os primeiros efeitos foram sentidos com maior intensidade com o início do novo ano letivo. De fato, ao final da intervenção pelo fechamento das escolas, um relatório enviado ao Ministério das Relações Exteriores sublinhou queda acentuada nas matrículas ao que se devia, segundo o cônsul, aos reflexos da dura campanha de propaganda da imprensa e das autoridades políticas rio-grandenses.⁹⁷ Paralelamente às consequências

⁹⁵ Relatório trimensal do diretor didático Luigi Ledda, de 12 de setembro de 1937, p. 3, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁹⁶ Relatório trimensal do diretor didático Luigi Ledda, de 12 de setembro de 1937, p. 9, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre.

⁹⁷ “Cerca de 200 alunos ou menos foram matriculados nas escolas. Juntamente com a propaganda nacionalista brasileira, o diretor didático também destacou outros fatores que contribuíram para tornar menos atraente a matrícula em escolas italianas. Em primeiro lugar, a ausência de uma

da campanha de propaganda, destacaram-se os fatores que contribuíram para a diminuição das inscrições, entre eles o “trabalho demolidor dos 9 professores de português, que atuam por trás da insinuação de elementos estrangeiros, desprezadores do trabalho curativo da escola fascista, portador de civilização e bem estar”. Uma ação contra a qual se opunha à dos professores italianos “[...] animados pelo zelo e espírito de luta, dando à colônia provas tangíveis de que seus filhos em nossas escolas encontram toda a assistência moral, intelectual e material de que só as escolas do regime sabem dar exemplo brilhante”.⁹⁸ O cônsul reiterou, com certo otimismo, a convicção de que “[...] de fato, a maioria da propaganda italiana nessas terras deve ser levada a cabo por educadores italianos, conscientes da missão muito delicada e importante que lhes foi confiada pelo governo fascista”.⁹⁹

Apesar dos sinais cada vez mais fortes da alta administração do estado, especialmente do secretário de Educação, Coelho de Souza, orientados a recordar a inevitabilidade do processo de nacionalização do ensino, as autoridades político-diplomático-italianas continuaram a mostrar atitudes variáveis.¹⁰⁰ As atitudes do cônsul oscilavam entre a esperança de não aprovação e o ceticismo em relação à capacidade das autoridades políticas brasileiras de aplicar as disposições anunciadas; as do embaixador, principalmente, eram de esperar e ver como o exemplificado nas instruções emitidas por Lojacono a Santovincenzo Magno, em que ele compartilhou a ideia de que as medidas não deveriam “fazer, a nosso respeito, mudanças substanciais, de fato; por outro lado, definir e legitimar a existência das nossas escolas”. Em relação ao problema dos símbolos que lembraram o Estado italiano, ele escreveu:

instituição média na capital ou, pelo menos, ítalo-brasileiro, a única capaz de educar os bons italianos, inclinada a amar, exaltar, defender a Itália, suas instituições, sua cultura, sua história e tudo o que leva o nome e a pegada italiana”. A ausência de uma cadeia de suprimentos que vai do ensino fundamental ao ensino médio levou muitos pais a matricularem seus filhos diretamente nas escolas brasileiras, a fim de evitar o surgimento de dificuldades na transição de uma escola para outra étnica em nível nacional. O diretor didático sublinhou então o trabalho realizado pelos treze professores “em oposição a obra demolidora dos 9 professores de Português, que atuam por trás da insinuação de elementos estrangeiros, desprezadores do trabalho curativo da escola fascista, trazendo civilização e bem-estar” (Conforme Prospecto de alunos e professores em 20 de abril de 1938, *in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre*).

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ Prospecto de alunos e professores em 20 de abril de 1938, *in Asmae, AS 1936-1945, b. 63, f. Porto Alegre*.

¹⁰⁰ Para um aprofundamento – sobre as discussões – quanto às atitudes e posições assumidas pelas autoridades político-diplomático-italianas, durante os meses anteriores e posteriores às medidas de nacionalização, consultar Barausse e Luchese (2017, p. 469 ss).

Quanto aos quadros de Sua Majestade, de S.E. o Chefe do Governo, etc., ela não mudará nada com relação ao estado das coisas existentes e imposições crescentes das autoridades locais, por um lado ela vai cumprir, e por outro vai me informar imediatamente para que eu possa tomar medidas com o Governo Federal. Quanto à propaganda em torno de professores que chegam ao Brasil com o status de enviados do governo fascista, o Régio Ministério das Relações Exteriores certamente levará em conta a necessidade de evitar tais qualificações também nos passaportes, na esperança de que eles não sejam os interessados em usá-los, como geralmente acontece, devido à irresistível fraqueza de dar importância.¹⁰¹

Posteriormente, ele enviou telegrama a todos os cônsules, nos quais ele forneceu as seguintes instruções:

Ao interpretar o decreto presidencial n. 383, o pior que pode acontecer é que nós mesmos nos tornamos diligentes em mutilar nossas escolas e nossos símbolos, em antecipar as medidas que podem ser aplicadas. Para interpretar e aplicar o decreto, as autoridades locais devem tomar iniciativas que também podem ser muito flexíveis e podem resultar em tratamentos, nem sempre igualmente severos, levando à discriminação do fato de que nós pela nossa atitude sempre leal em relação ao Brasil e por inegável afinidade também esperamos. Suas senhorias, portanto, abster-se-ão de adotar medidas de qualquer tipo para a interpretação do decreto, esperando receber das autoridades locais, diretrizes, advertências ou avisos, os quais eu gostaria de ser imediatamente informado. Isso servirá para testar a verdadeira atitude das autoridades federais em relação a nós para desalojar posições das quais não sabemos se e até que ponto definitivamente querem nos desalojar. Enquanto isso, a atitude da comunidade continuará sendo, como sempre, marcada por um espírito de lealdade e colaboração, evitando reações e campanhas que provocariam contra reações e contra campanhas mais fortes por parte daqueles que inevitavelmente mantêm a faca ao lado da maçaneta.¹⁰²

De fato, pelo Decreto n. 7.212, de 8 de abril de 1938, nos arts. 16 e 17, e o seguinte de 23 abril, tornou-se obrigatório o registro de todos os estabelecimentos particulares de ensino e a proibição de usarem mais

¹⁰¹ Telegrama do régio embaixador Lojacono, de 13 de abril de 1938, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 62, f. Porto Alegre.

¹⁰² Telegrama n. 5893 do régio embaixador Lojacono, de 21 de abril de 1938, *in* Asmae, AS 1936-1945, b. 64.

de uma hora de atividade escolar no estudo e uso da língua estrangeira. Justamente as escolas italianas da capital não haviam cumprido esse quesito inicial. As medidas foram amplamente anunciadas na imprensa; e o prazo máximo estabelecido para o registro seria 23 de maio de 1938. Novo telegrama de Lojacono confirmou:

O perigo evidente que deriva da atitude de alguns Escritórios Consulares que têm acreditado bem em colocar alguma questão explícita às autoridades locais brasileiras sobre a vida de algumas de nossas instituições afetadas pelo decreto n. 383. É claro que qualquer autoridade, mesmo que esteja preparada para fechar um ou mesmo dois olhos em nossas organizações, não pode deixar de cumprir a estrita aplicação do decreto se for convidado por nós mesmos a abri-los para resolver uma questão. Portanto, é necessário evitar tais procedimentos e limitar-se a puxar para frente como se nada tivesse acontecido até que um ataque seja pronunciado. Contra esta última eventualidade, prescrevo que os Régios Escritórios respondam de maneira consequente, mas evasiva, dizendo que se reservam para se comunicar com a R. Embaixada.¹⁰³

Em maio de 1938, as escolas étnico-italianas foram fechadas por determinação do secretário de Educação. O novo diretor das escolas, o Prof. Mariano Berlingeri, recebeu com surpresa a medida, no dia 28.¹⁰⁴ Segundo o secretário, elas não haviam atendido às exigências da Secretaria Estadual de Educação. Manchete no jornal *Correio do Povo* e o comentário que a acompanhava sintetizavam um momento trágico para a educação étnico-italiana: “Fechadas, ontem, cinco escolas estrangeiras nesta capital. Não tendo sido cumpridas as disposições da lei de nacionalização do ensino, o secretário da Educação determinou aquela providência”.¹⁰⁵ O segundo secretário de estado, Dr. Ney Britto, discorreu sobre como encontrou as escolas, quando foi comunicar o fechamento:

Ao penetrar nas aulas, constatei, de imediato, que elas, pela sua orientação, fogem às disposições regulamentares, pois, segundo estas, nos estabelecimentos de ensino não pode haver sinais de

¹⁰³ Telegrama do régio embaixador Lojacono, de 10 de maio de 1938, in Asmae, AS 1936-1945, b. 64.

¹⁰⁴ Nota de Mariano Berlingeri, 25 de maio de 1938, in ASMAE, AS 1936-1945, b. 64, f. San Paolo, sf. *Propaganda straniera contro nostre scuole nel Brasile* cit.: Barausse e Luchese (2017, p. 469).

¹⁰⁵ Jornal *Correio do Povo*, 26 de maio de 1938, p. 10.

homenagens a chefes estrangeiros, nem nas paredes, máximas e sentenças em outro idioma que não seja o nosso. Em todas elas encontrei, porém, numerosas frases de Mussolini, uma das quais dizendo “Mussolini tem sempre razão, Mussolini não pode errar”.¹⁰⁶

Mesmo nos meses seguintes ao fechamento das escolas, a autoridade consular-italiana confiava na extensão concedida pelas autoridades brasileiras e continuava a expressar a convicção de que a disposição teria caráter temporário. Enquanto esperam por uma disposição mais clara da embaixada italiana, Santovincenzo tentou dar garantias através de entrevistas e comunicações cujos tons, no entanto, foram cada vez mais para um pessimismo.¹⁰⁷ Após o fechamento das cinco escolas, o cônsul Santovincenzo Magno manifestou sua crença de que “[...] tudo seria resolvido satisfatoriamente, pois outro não é o seu desejo, e nesse sentido, tomará todas as providências necessárias”.¹⁰⁸

Santovincenzo, em correspondência de 22 de junho de 1938, comunicou à Embaixada, no Rio de Janeiro, que o governo riograndense, após o fechamento das escolas, havia transferido as duas professoras de Português cedidas às escolas italianas. O cônsul atribuía tal fato a duas intenções da Secretaria de Educação. A primeira tendia a provocar uma resposta sobre o registro das escolas na Secretaria de Educação, como o Decreto n. 7.212 exigia, e a segunda, interpretava o cônsul, “[...] tendia, evidentemente, tirar das nossas escolas, se elas quisessem reabrir, um dos elementos necessários para o seu funcionamento”.¹⁰⁹

Para o cônsul, havia uma alternativa para as aulas de Português, se se quisesse reabrir as escolas ainda no segundo semestre de 1938. Propunha contratar professores de Português entre os filhos de italianos e pagar seu salário como ele já havia sugerido em outra correspondência ao *Ministero degli Affari Esteri*. Lembrava, ainda, que, se as escolas fossem reabertas, isso deveria ocorrer até o final das férias do inverno; caso contrário, “[...] seria desastroso, ao menos

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷ Para as reações das autoridades consulares italianas nos meses seguintes às medidas produzidas até o fim de 1938, ver Barausse e Luchese (2017, p. 469 ss).

¹⁰⁸ Jornal *Correio do Povo*, 26 de maio de 1938, p. 10.

¹⁰⁹ Telegrama do régio cônsul Santovincenzo Magno, de 22 de junho de 1938, *in* Asmae, AS 1936-1940, b. 62, f. Porto Alegre.

quanto à frequência dos alunos neste ano, pois nenhum ou quase nenhum retornaria para as nossas aulas".¹¹⁰

Em outra correspondência do cônsul Santovincenzo Magno, de 9 de dezembro de 1938, ele pondera que, com relação à manutenção das escolas em Porto Alegre, não recebera nenhuma decisão da embaixada nem do *Ministero degli Affari Esteri*. Na comunicação, o cônsul se mostra preocupado com o destino dos professores que ele mantinha: "[...] evidente que a sorte dos professores depende da manutenção ao menos das citadas escolas e, sobre este ponto, quanto me consta, nenhuma decisão foi tomada".¹¹¹

Na mesma comunicação, o cônsul retomou o processo vivido no fechamento das escolas e informava ao *Ministero degli Affari Esteri* que o consulado, à época, havia feito a solicitação de registro das escolas ao Ministério da Justiça no Rio de Janeiro, conforme solicitava o embaixador italiano, com base no Decreto Federal n. 383. Acrescentava que, mesmo que tivesse sido aceito o registro pelas autoridades federais, este seria negado no Rio Grande do Sul.

[...] dificilmente as nossas escolas teriam sido autorizadas a funcionar no Rio Grande do Sul, pois as autoridades deste Estado pretendiam que o registro fosse feito junto à Secretaria de Educação em base ao Decreto Estadual 7212 de 8 de abril de 1938 e relativo regulamento como já havia informado em correspondência n. 1520 datada de 25 de maio passado.¹¹²

Com esta comunicação, Santovincenzo se colocava em compasso de espera do *Ministero degli Affari Esteri* para encaminhamentos para o ano de 1939, ficando à disposição para conhecer as diretrizes que o Ministério pretendesse dar à questão escolar no Rio Grande do Sul. Mais adiante, em sua correspondência, salienta que, "[...] se as escolas primárias forem reabertas, todo o pessoal, sejam diaristas, locais ou de carreira, terão seu emprego; ao contrário, se permanecerem fechadas, uma parte deste pessoal será supérflua e, portanto, posta em liberdade".¹¹³

¹¹⁰ Telegrama do régio cônsul Santovincenzo Magno, de 22 de junho de 1938, *in* Asmae, AS 1936-1940, b. 62, f. Porto Alegre.

¹¹¹ Telegrama do régio cônsul Santovincenzo Magno, de 9 de dezembro de 1938, p. 1, *in* Asmae, AS 1936-1940, b. 62, f. Porto Alegre.

¹¹² Telegrama do régio cônsul Santovincenzo Magno, de 9 de dezembro de 1938, p. 2, *in* Asmae, AS 1936-1940, b. 62, f. Porto Alegre.

¹¹³ Telegrama do régio cônsul Santovincenzo Magno, de 9 de dezembro de 1938, p. 1, *in* Asmae, AS 1936-1940, b. 62, f. Porto Alegre.

De fato, as escolas não mais foram abertas. Um ciclo se fechara. Ao diretor didático, Prof. Mariano Berlingeri, coube o acompanhamento dos cursos de Italiano.

Considerações finais

A análise documental demonstra que a iniciativa de reorganização, iniciada em 1932, proposta por Mario Carli, chegou a ter cinco escolas, quase quinhentos alunos e cerca de dois terços dos alunos pertenciam à Organização da Juventude Italiana no Exterior, e que os cônsules se empenharam na manutenção de uma escola afinada à ideologia fascista a qual serviam. Para uma parte significativa da sociedade gaúcha chamou a atenção a função política das escolas ítalo-brasileiras reorganizadas pelo fascismo. No jornal *Correio do Povo*, de 3 de novembro de 1936, lê-se um trecho de um artigo longo e não assinado, que revela a crença do fascismo na atividade educacional:

O fascismo vê longe: forma a seu feitio as crianças de hoje que formarão o povo de amanhã, povo de operários, de empregados, de camponeses, povo são e consciente de seus deveres ao qual foi confiado o futuro da Itália. A escola é um campo fértil, onde podem nascer e prosperar plantações exuberantes. O regime fascista é um bom agricultor e terá uma abundante colheita do que semeia hoje.¹¹⁴

As ações de nacionalização, por parte do governo do Brasil, puseram fim a uma trajetória escolar que, pelas atividades e organização, destacava-se como uma iniciativa articulada e representativa na capital do estado e que estava em vias de ampliar sua organização para outras cidades do estado, como já havia feito em Caxias do Sul e Pelotas.

Já Trento (1989) observou que não obstante o esforço fascista, particularmente na década de 1930, o fenômeno da decadência das escolas étnico-italianas ou ítalo-brasileiras não ocorreu somente no Rio Grande do Sul, mas parece ter sido tendência no país inteiro. E diversos foram os fatores que, além daqueles ligados à nacionalização, ajudam a compreender tal fenômeno, não por último o desenvolvimento da rede escolar estadual brasileira, que oferecia a opção de escola pública e gratuita, como demonstrou Luchese (2015). Mas o processo de

¹¹⁴ As escolas italianas, jornal *Correio do Povo*, 3 de novembro de 1936, p. 6.

fechamento não foi homogêneo e linear. Muito há para ser investigado, para relevar a diferente evolução das escolas italianas ou ítalo-brasileiras nos estados da Federação brasileira, como já foi evidenciado (BARAUSSE; LUCHESE, 2017).

Referências

- BARAUSSE, A. From the Mediterranean to the Americas: italian ethnic schools in Rio Grande do Sul between emigration, colonialism and nationalism (1875-1925). *Sisyphus Journal of Education*, v. 4, p. 144-172, 2016a.
- BARAUSSE, A. Os livros escolares como instrumentos para a promoção da identidade nacional italiana no Brasil durante os primeiros anos do fascismo (1922-1925). *História da Educação*, v. 20, p. 81-94, 2016b.
- BARAUSSE, A. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017a. p. 195-248. v.1.
- BARAUSSE, A. Chamas da educação nacional e do sentimento pátrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul – da colonização ao final do século 19 (1875-1898). *História da Educação*, v. 21, p. 41-85, 2017b.
- BARAUSSE, Alberto. Le scuole italiane nel Rio Grande do Sul attraverso le carte consolari tra la fine dell'Impero e l'inizio della Repubblica (1875-1893). In: DE RUGGIERO, A.; HERÉDIA, V. B. M. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017c. p. 195-248. v. 1.
- BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. Â. Nationalisms and schooling: between italianness and brazility, disputes in the education of italian-gaucho people (RS, Brazil, 1930-1945). *History of Education & Children's Literature*, v. XII, n. 2, p. 443-475, p. 2017.
- BARAUSSE, A.; LUCHESE, T. Â. Uma história da educação dos (i)migrantes italianos entre o local e o transnacional: entrecruzando documentos e olhares investigativos. In: A. KARNSBURG, A.; VENDRAME, M. (org.), **Variações da micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios**. São Leopoldo: Oikos Editora (E-book), 2018. p. 171-203.
- BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001a.
- BERTONHA, João Fábio. Emigrazione e politica estera: la diplomazia sovversiva di Mussolini e la questione degli italiani all'estero 1921-1945. *Altreitalie*, v. 23, p. 39-60, 2001b.
- BASTOS, Maria Helena Câmara; TAMBARA, Elomar Antônio Callegaro. A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do

Sul. *In: QUADROS*, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga:** itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000 (1. ed. 1925).

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A construção da identidade no Brasil Meridional: italianos na capital do Rio Grande do Sul. **Revista Cordis**, n. 2, p. 1-14, 2009.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianos meridionais em Porto Alegre: estudo para a História Social. *In: DE BONI*, Luís Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1990. v. 2.

CORTE, Pascale. As colônias agrícolas italianas da Província do Rio Grande do Sul – 1884. *In: COSTA, R.; DE BONI, L. A.; SALVAGNI, N.; GRISON, E.C. As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992. p. 25-33.

FLORIANI Giorgio. **Scuole italiane all'estero:** cento anni di storia. Roma: Armando Editore, 1974.

FRANZINA, Emilio; SANFILIPPO, M. (org.). **Il fascismo e gli emigrati:** la parabola dei fasci italiani all'estero (1920-1943). Roma-Bari: Laterza, 2003.

GARZARELLI, B. Fascismo e propaganda all'estero: le origini della direzione generale per la propaganda (1933-1934). **Studi Storici**, 2, 2002.

GENTILE, Emilio. **Fascismo, storia e interpretazione**. Roma-Bari: Laterza, 2002.

GERTZ, Renè. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

GIRON, L. S Colônia Italiana e educação. **Revista História da Educação**, v. 2, n. 3, p. 87-106, set. 1998.

GIRON, L. S. **As sombras do littorio:** o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

KREUTZ, Lúcio. A educação dos imigrantes no Brasil. *In: LOPES, E. M.T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

LA ROVERE, L. Rifare gli italiani: l'esperienza di creazione dell'uomo nuovo nel regime fascista. **Annali di Storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche**, n. 9, p. 51-58, 2002.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

PRETELLI, Matteo. **Il fascismo e gli italiani all'estero**. Bologna: Clueb, 2010.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

RECH, Gelson Leonardo. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938):** a formação de uma rede escolar e o fascismo. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

RECH, Gelson Leonardo. O Instituto Ítalo-Brasileiro Augusto Menegatti de Porto Alegre. In: LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **Escolarização, culturas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018. p. 245-279.

RECH, Gelson Leonardo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

RECH, Gelson Leonardo; TAMBARA, Elomar Antônio Callegaro. Professor Gino Battocchio e as aulas gratuitas de italiano nos ginásios da capital do RS. In: HERÉDIA, V. B. M.; RADUNZ, R. (org.). **140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 116-133.

SALVETTI, Patrizia. Le scuole italiane all'estero. In: BEVILACQUA, P.; CLEMENTI, A. de; FRANZINA, E. **Storia dell'emigrazione italiana: arrivi**. Roma: Donzelli Editore, 2009. p. 535-549. v. 1.

TRENTI, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.



Os italianos nas cidades do Rio Grande do Sul: redes de sociabilidade e associativismo étnico (1870-1914)¹

Antonio de Ruggiero

Introdução

Este texto apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa mais amplo relativo à imigração italiana nas cidades do Rio Grande do Sul, às redes sociais que se formaram graças à inserção profissional dos peninsulares nos contextos urbanos, assim como à organização da educação, cultura e do lazer entre eles, desde a chegada dos primeiros italianos no século XIX, até as primeiras décadas do século sucessivo. Em particular, além de ampliar as perspectivas interpretativas, relativas à capital Porto Alegre, o esforço da pesquisa se dirige à análise do associativismo étnico nas realidades territoriais, que permaneceram alheias aos processos de colonização organizados pelas autoridades, incluindo as cidades da fronteira argentina e uruguaia, que se tornaram lugares de acolhimento para grupos numerosos de italianos, já no período anterior à “grande imigração” para o Brasil.

Imigrantes italianos e urbanização

Quando se analisa o grande tema da imigração italiana no Brasil, no período anterior à Grande Guerra, o pensamento vai diretamente para a esfera agrícola: na colonização dos estados meridionais e nas fazendas da região cafeeira. Os estudos sobre as repercussões dos processos de imigração e colonização, nas cidades brasileiras, continuam sendo

¹ Texto traduzido do italiano. Tradutora: Tamara Zambiasi.

poucos e fragmentados. Um artigo do historiador Vittorio Cappelli, a respeito do fenômeno migratório dos italianos no Brasil, forneceu dados mais precisos sobre o processo de urbanização ocorrido no País, nos anos mais intensos de fluxos europeus, e mostra como essa nova presença foi determinante, para alcançar um crescimento demográfico-exponencial (CAPELLI, 2007).

Na verdade, as indagações sempre privilegiaram o caso de São Paulo, que, pelo seu maciço fluxo de mão de obra para a lavoura de café e pela preponderante caracterização “italiana” da sua capital, se tornou o estereótipo da imigração no Brasil e obscureceu a importância dos demais estados (TRENTO, 1998). Há cidades que se encontram praticamente esquecidas pelos historiadores, mesmo tendo registrado a notável presença de imigrantes peninsulares, como as do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiro. Mesmo sobre o Rio de Janeiro, então capital do País, os estudos ainda são poucos, embora a cidade atraísse milhares de italianos, a ponto de Sidney Chalhoub afirmar que a marginalização de trabalhadores negros foi, em parte, resultado da presença desses estrangeiros (CHALHOUB, 1986). Giralda Seyfert também faz menção a esses imigrantes, destacando determinadas atividades exercidas pelos calabreses no Rio (SEYFERTH, 1990). Com relação a cidades do Nordeste, são raras as publicações e, se houve pequena expressão numérica da presença italiana nessas cidades, é, no entanto, reconhecida a sua importante influência econômica e cultural.²

A mesma coisa pode-se dizer a respeito das regiões meridionais do Brasil e, em particular, do Rio Grande do Sul. De fato, a partir de 1875, depois de uma experiência anterior com colonos alemães, o governo imperial brasileiro promoveu neste estado uma política populacional maciça, por meio das agências de emigração, que recrutavam camponeses italianos – predominantemente vênetos, mas também lombardos e trentinos –, que se tornaram o ícone de uma imigração de caráter quase exclusivamente rural. Em poucos anos, 100.000 italianos deram vida aos primeiros núcleos da assim chamada “Região Colonial Italiana”, hoje verdadeiros centros urbanos com vocação também industrial, os quais, não distantes da capital, preservaram e reivindicaram, através dos seus descendentes, uma identidade própria que remete à sua origem “italiana”. Não podemos esquecer que essa experiência representou, efetivamente, a principal reforma agrária realizada no Brasil, tendo reflexos significativos na inteira fisionomia política, social e econômica

² Algumas exceções são as recentes publicações de Cappelli (2013), Emmi (2008), Mazini (2012).

das regiões meridionais.³ A importância desse processo de povoamento rural, porém, fez com que quase todos os imigrantes acabassem sendo fossem confundidos com colonos.

A partir de 1990, Constantino foi, sem dúvida, a maior intérprete de uma revitalização dos estudos sobre a presença de italianos nas cidades gaúchas. Seus trabalhos insistiam relativamente à necessidade de preencher algumas lacunas nesse sentido, pois a maioria dos pesquisadores foi tradicionalmente atraída pela experiência da colonização agrícola, mais relevante sob o perfil quantitativo e de sucesso, até porque, estrategicamente, foi norteada pelos propósitos governamentais (CONSTANTINO, 2002).

No entanto, no Rio Grande do Sul muitas cidades renovaram-se nesse período e, além de exercerem grande atração sobre imigrantes, pela diversificação das atividades profissionais que podiam oferecer, tornaram-se lugares de interesse cultural, sempre mais dinâmicos e cosmopolitas. Essas localidades mudaram os próprios traços, ampliaram-se e participaram de uma alteração na estrutura da sociedade e até da mentalidade. No caso dos italianos, muitos centros urbanos do estado, e não somente a sua capital multiétnica, assistiram à dialética entre componentes sociais e regionais diversos, considerando que a coletividade dos peninsulares era ampla e heterogênea, com uma presença efetiva, desde os primeiros anos do século XIX. Atravessando as fases tortuosas da história político-gaúcha e brasileira em geral, os italianos, e sucessivamente seus descendentes, mantiveram por longo tempo as características da própria identidade originária, seus modelos, valores e costumes ligados mais às “pequenas pátrias locais” do que à pátria em geral, tanto nas colônias como nas cidades.

Em Porto Alegre

Relativamente à capital gaúcha, Constantino teve o mérito de analisar, através da sua tese de doutorado pioneira, que se tornou um livro em 1991, a formação, a organização e a construção de uma identidade dentro da coletividade italiana. Como se evidencia no texto, se é verdade que a imigração urbana fortaleceu-se graças às migrações

³ Para mencionar alguns trabalhos clássicos, tanto no Brasil quanto na Itália: Manfroi (1975), Costa (1977), De Boni e Costa (1982), De Boni (1983), De Boni e Costa (1987), De Boni (1987, 1990, 1996), Giron e Herédia (2007). Para um balanço historiográfico geral e atualizado sobre estudos italianos e brasileiros, referente às primeiras imigrações agrícolas no Sul do Brasil, consultar Franzina (2014).

internas daqueles colonos entrados no País, por meio da colonização oficial, depois de terem passado um tempo nas colônias de povoamento, não podemos esquecer que existiu um número elevado de imigrantes “espontâneos”, que desde a primeira metade do século XIX chegaram diretamente da Península ou de países fronteiriços da América Latina, em particular dos vizinhos Uruguai e Argentina. Este segundo grupo se caracterizava pela sua heterogeneidade social, que evidenciava dialetos, usos e costumes diversos, em função da proveniência regional diferenciada (CONSTANTINO, 1991).

Por isso, podemos afirmar que a data de 1875, escolhida em relação ao processo de colonização agrícola, como o início oficial da imigração italiana no Brasil, é enganosa, se considerarmos que existe uma imigração urbana precoce, que se consolidou já na primeira metade do século XIX, não somente em Porto Alegre, capital da então Província de São Pedro, ampliando-se e diversificando-se nos anos sucessivos, até o período da assim chamada “grande imigração”. É oportuno ressaltar a participação de italianos na Revolução Farroupilha, que, além de consolidarem o mito do maior herói nacional, Giuseppe Garibaldi, ao mesmo tempo permitiram o deslocamento de um bom número de compatriotas exilados políticos residentes no Rio de Janeiro – onde existia uma Congrega mazziniana –, para as cidades gaúchas, principalmente Porto Alegre. Outros chegaram de diferentes partes da Região Sul, depois de terem se alistado na Legião Garibaldina, que participou das lutas pela independência do Uruguai (FRANZINA, 2012; BARROS FILHO; SEELING; BOJUNGA, 2007).

A capital representava uma meta atrativa por ser o principal centro comercial da Província, pois estava localizada na confluência de cinco rios navegáveis, que atravessavam todo o território do Rio Grande do Sul. Já a partir de 1840, encontramos na imprensa local anúncios de estabelecimentos comerciais e de óbitos. Da mesma forma, outros estudos sobre os registros paroquiais em Porto Alegre permitiram demonstrar a existência de uma coletividade permanente de italianos que, em 1850, contava com pelo menos 41 famílias dentro de uma população de apenas 16.000 indivíduos. O número cresceu bastante nos anos seguintes, até porque a guerra contra o Paraguai favoreceu o comércio da cidade, com estímulo à produção e com o surgimento de novas indústrias, que alimentaram uma fase de modernização urbana sem precedentes (CONSTANTINO, 2007).

Já por volta de 1870, notamos indivíduos italianos que se distinguiam nas artes e no comércio. Ainda estamos na fase anterior à “grande

imigração”, quando a presença italiana era pequena, se comparada com aquela de alemães chegados ao Rio Grande do Sul, a partir da década de 20, do século XIX. Mas esse grupo começava a agregar-se e a tornar-se uma comunidade unida por laços identitários. Como tentei demonstrar por meio de um estudo sobre marmoristas provenientes da Itália, já existia uma presença urbana precoce de mão de obra qualificada nos principais centros sul-americanos, antes dos grandes fluxos de massa, que podiam oferecer oportunidades interessantes de emprego (DE RUGGIERO, 2014). Frequentemente, graças a essas vanguardas que estabeleceram enclaves comerciais, criaram-se as condições favoráveis para construir campos sociais que ligavam o país de origem com o de destino. Utilizando a categoria do “transnacionalismo”, a historiadora italiana Paola Corti evidenciou a tendência, desde as mais antigas migrações italianas, de reforçar tais laços que resistiam às restrições impostas pelas barreiras político-institucionais (CORTI, 2009). A partir desses pioneiros, criaram-se nos contextos urbanos formas de comunicação que facilitaram o nascimento das primeiras redes “empresariais”, sempre mantendo um vínculo transnacional com a sede originária. Não por acaso, nos anos sucessivos muitos italianos se afirmaram no comércio “étnico” de gêneros alimentícios, assim como estabeleceram “casas de despachos”, verdadeiros depósitos de produtos originários da Península (DE RUGGIERO, 2018).

Aos poucos esses indivíduos se tornaram uma elite local de comerciantes e artesãos que começaram a elaborar instâncias de articulação significativas, na defesa de uma identidade italiana, que se tornou sempre mais heterogênea e plural com as novas chegadas, nos anos posteriores. Os mais antigos se associaram, em 1877, à primeira sociedade italiana de Porto Alegre, a *Vittorio Emanuele II* que, fundada por um grupo de italianos patrocinados pelo vice-cônsul Alessandro Weingartner, e com Garibaldi presidente honorário, era uma associação composta por elementos de destaque nas atividades urbanas. Os inscritos eram, predominantemente, comerciantes, profissionais liberais, e artesãos, que manifestavam uma consciência política “nacional”; possuíam certa formação cultural e aplaudiam a Unificação Italiana, deixando de lado o excessivo regionalismo, como o que contrariamente ocorreu nos sucessivos fluxos migratórios. Originalmente, a agremiação se chamava simplesmente *Mutuo Soccorso e Benevolenza*, mas, em março de 1878, depois da morte do rei italiano Vittorio Emanuele II, os sócios resolveram homenagear o soberano protagonista do Ressurgimento italiano com a mudança do nome. Graças a doações de particulares brasileiros, obteve também um terreno específico para guiar um projeto ambicioso,

a construção de um hospital italiano intitulado *Regina Margherita*, cuja realização foi estimulada pelos compatriotas e patrocinada pelo cônsul italiano Pasquale Corte, a partir de 1884. Em 1888, foram até mesmo organizadas solenidades formais com a presença de autoridades civis e eclesiásticas para a colocação da pedra fundamental do edifício que permaneceu, porém, uma utopia. O sonho desses notáveis nunca se concretizou, devido à dificuldade em arrecadar fundos entre os compatriotas do estado (CINQUANTENARIO, 2000, v. I). Em 1892, a associação já contava com 400 sócios registrados e se afirmava como a principal instituição representativa da italianidade no Rio Grande do Sul (RAPPORTO, 1893). Colocava-se sempre no comando da organização das festividades cívico-patrióticas, como o “XX de Setembro” ou a celebração do centenário do nascimento de Giuseppe Garibaldi, no dia 4 de julho de 1907. No entanto, em 1904 inaugurava-se a nova sede, que foi construída com a colaboração de técnicos e arquitetos italianos, em um suntuoso palacete no centro da capital. Sobre a fachada erguia-se o busto de mármore do Rei *Galantuomo* e abaixo dele, os de Garibaldi, Cavour e Mazzini, as mais importantes – e muito diferentes entre si – almas do *Risorgimento* italiano, que, então, conviviam idealmente em paz e de acordo.

A partir 1890, de fato, a própria cidade de Porto Alegre foi palco de uma proliferação de várias outras associações, assim como estava acontecendo em todas as localidades do estado, afetadas pelo ingresso de italianos.

Já em 1892, o cônsul italiano em Porto Alegre sublinhava a importância da atuação de várias associações italianas de mútua assistência no Rio Grande do Sul, também nas cidades mais periféricas, que assistiam e forneciam a seus sócios médicos e medicamentos, em caso de necessidade. Ao mesmo tempo, o diplomata denunciava a excessiva dispersão entre as associações e aspirava à formação de uma sociedade de beneficência no estado que, assim como acontecia em outros países americanos, pudesse “ultrapassar as limitações da mútua assistência entre os sócios, para ajudar indistintamente todos os compatriotas” (RAPPORTO, 1893, p. 113).

Em 1895, o seu sucessor Angelo Legrenzi referia-se à presença de nove associações italianas na capital gaúcha, fundadas a partir de 1877, para atender às exigências dos 7000 peninsulares presentes no centro urbano. Entre elas, quatro tinham a finalidade de mútua assistência, duas de diversão, duas de artes dramáticas, e uma última era a loja maçônica *Ausonia*, fundada em 1894 e contando com 48 sócios (LEGRENZI,

1869). No ano sucessivo, o regente consular em Porto Alegre, Dall'Aste Brandolini, evidenciava certo pessimismo, devido ao lamentável fato de que as numerosas agremiações que contemplavam instâncias de mútua assistência, beneficência e educação, na realidade, eram caracterizadas por excessiva dispersão, devido à defesa dos particularismos e regionalismos, com pequenos capitais investidos e com escassa força numérica. Ele também lamentava a falta de uma única grande associação dedicada à beneficência, e de outra, unicamente dedicada à educação (LA COLONIA, 1898),

as quais deveriam reunir os melhores elementos da colônia para alcançar os nobres objetivos de ajudar os irmãos em dificuldade econômica, e para manter viva a cultura e a educação italiana. Mas o caráter e o gênio italiano corajoso nos empreendimentos, perseverante no trabalho e na economia, mal se presta aqui à associação e à cooperação. Por isso, a população italiana que vive no Rio Grande do Sul, enquanto é forte por número e por capitais, é eleita por qualidades morais, e não consegue formar uma coletividade que vive por sua própria vida [...] (LA COLONIA, 1898, p. 176-177).

Relativamente ao período da virada do século XIX para o século XX, quando o ingresso de italianos em Porto Alegre aumentou sensivelmente, já foram esclarecidas as dinâmicas que acompanharam uma forte imigração calabresa, no centro urbano. Esses italianos *meridionais* não conheceram a atividade rural, direcionando-se, imediatamente, para as cidades. Em particular, o maior grupo, que caracterizou, mais que os outros, a identidade da coletividade italiana na capital, provinha de Morano Calabro, pequeno centro de montanha perto da cidade de Cosenza. Os moraneses ocuparam o Bairro “Cidade Baixa”, logo definido como o “Bairro Italiano”, e abriram atividades na Rua dos Andradas, a principal artéria comercial da cidade. No começo do século XX era, sem dúvida, o grupo preponderante, que começava a assumir forte liderança dentro da colônia italiana, cada vez mais marcada por regionalismos e divisões internas. O cônsul italiano Ciapelli descreve a capital, em 1905, como um centro dinâmico e quase frenético, onde os italianos dedicados ao pequeno comércio se encontram “em todo lugar”:

Não existe rua na cidade ou nos arredores que não conte com uma ou mais lojas de proprietários italianos e, em todo momento,

se encontram vendedores de gêneros alimentícios e frutas e, principalmente, vendedores de bilhetes da loteria, que formam um verdadeiro exército. Hoteleiros, trabalhadores têxteis, barbeiros, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, ferreiros, pedreiros e carregadores são abundantes, e no mercado quase todas as bancas são ocupadas por italianos, os quais, provavelmente, parecem ser em maior número do que realmente são, pois se movimentam muito, o que contrasta com o comportamento calmo e compassado do restante da população; de todo modo, estão em número certamente relevante e ninguém está ocioso. Existem vários negociantes, quatro médicos, três farmacêuticos, alguns professores, muitos atendentes de loja e funcionários da área comercial (LO STATO, 1905, p. 65).

A coletividade italiana crescia progressivamente graças às cadeias migratórias e às dinâmicas de acolhimento de parentes e amigos, além da mobilidade interna do campo para a cidade. No fim de 1893, surgia na capital, com o nome de *Bella Aurora*, uma nova irmandade étnico-italiana, obra de um grupo de operários que reivindicavam, inicialmente, atividades de recreação e de aprendizagem, com o emprego de uma professora italiana. Três anos mais tarde, assumiu o nome de *"Elena di Montenegro"*, e incluiu, em seus objetivos principais, também a mútua assistência. Com o aumento do número de sócios e com o passar dos anos, a associação conseguiu recolher os fundos necessários, para construir uma sede social própria, que foi inaugurada em 1908, não por acaso no dia 20 de setembro, data na qual se celebrava o principal evento cívico-italiano naquela época (CINQUANTENARIO, 2000, v. I).

Em 6 de maio de 1900, se formou uma nova associação, a *Palestra di Recitazione*, com a finalidade de promover uma organização escolar e teatral dos jovens italianos, quase todos filhos de operários residentes nos primeiros bairros industriais da capital. Três meses depois, trocou o nome para *Umberto I*, imediatamente depois do assassinato do jovem rei italiano. Em 1904, conseguiu estabelecer sua própria sede social e definir mais concretamente sua identidade como "Sociedade de Beneficência e Instrução". No mesmo período, mais exatamente em 1902, formou-se a associação *Giovanni Emanuel*, com a finalidade de educar escolástica e teatralmente. Na periferia de Porto Alegre, já existia, desde 1895, a associação *Giuseppe Mazzini*, cujo escopo era dar auxílio médico e mútua assistência entre os sócios (CINQUANTENARIO, 2000, v. I).

Nesse mesmo período, grupos regionais menores, mas socialmente influentes na cidade, também reivindicaram uma autonomia associativo-

própria, criando já em 1899, por exemplo, a associação *Unione Lucchesi*, antecipando uma tendência regionalista, que se consolidaria nos anos sucessivos (DE RUGGIERO, 2014). Além disso, também foi importante a presença de círculos esportivos, como o *Club Italiano Canottieri Duca degli Abruzzi* que, com um claro objetivo de defesa identitária, já era ativo no início do século XX. No campo historiográfico mais atento às dinâmicas de organização pedagógica, nos núcleos urbanos de italianos, as pesquisas recentes de Gelson Rech e Terciane Luchese, assim como as de Alberto Barausse, nos mostram como, desde a sua fundação, muitas associações italianas em Porto Alegre tiveram a presença de uma escola subsidiada pelo governo italiano, como elemento significativo. Esse é o caso das mais conhecidas e já mencionadas *Vittorio Emanuele II, Principessa Elena de Montenegro, Umberto I e Giovanni Emanuel* (RECH; LUCHESE, 2018). Mas existem outras, até hoje ignoradas pela historiografia, talvez por sua vida efêmera, a respeito das quais sabemos que dedicaram um espaço específico ao ensino e à formação escolar étnica: uma pouco conhecida *Società Unione Meridionale* que, em 1905 – escrevia o viajante e escritor italiano Vittorio Buccelli (1906, p. 201) –, tinha “como único objetivo a educação, e era muito bem-concebida pelas autoridades brasileiras e italianas” e a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Fratellanza Italia*, que – como nos informa o jornalista Alfredo Cusano (1920), por meio de um relato de viagem naquele ano manteve por um período uma escola noturna para imigrantes italianos. Essas informações confirmam as considerações do cônsul italiano De Velutiis, que, em 1908, havia chamado a atenção para o papel decisivo das sociedades italianas, sob cuja aspiração haviam sido criadas tais escolas, beneficiando-se do local e da estrutura necessária. Mencionava ainda as numerosas escolas das colônias agrícolas tradicionais, e também aquelas “urbanas” criadas, por exemplo, em Porto Alegre, Pelotas e Bagé (LO STATO, 1908).

Em poucos anos se formaram novas agregações solidárias, esportivas ou recreativas, que aumentavam no mesmo ritmo em que crescia o número de italianos na cidade, alimentando também novas divisões e dissensos internos na comunidade.

Ao lado dos setentrionais, em boa parte provenientes das colônias agrícolas, e dos calabreses de Morano, em 1908, havia também, em Porto Alegre, um bom número “de operários, pequenos comerciantes e industriais oriundos da Toscana, em especial de Lucca, da Romanha, e de algumas províncias meridionais, como Salerno, Avellino e Potenza” (LO STATO, 1908, p. 305).

Com um tom conciliatório, escrevia Buccelli em 1905, relativamente aos compatriotas na capital gaúcha:

são, é verdade, um pouco divididos entre eles, mas os vários grupos são bem vistos pelos concidadãos, que não entram nas questões internas de suas organizações, e que apreciam o espírito de progresso e o objetivo principal que guia todas estas associações, ou seja: a solidariedade e a educação (BUCCELLI, 1906, p. 200).

Muito mais realísticas parecem as considerações do cônsul italiano, que evidenciava com ênfase as principais fragilidades do sistema associativo-italiano, incapaz de alcançar qualquer objetivo agregador entre os peninsulares. Além da falta de uma sociedade de beneficência centralizada, sublinhava a inexistência de um instituto italiano de crédito e de uma câmara de comércio, que pudessem garantir os interesses dos comerciantes e artesãos, sempre numerosos nas “colônias urbanas”, mesmo tendo diminuído, sensivelmente, o peso econômico das importações e exportações diretas com a Itália, nos últimos anos. O diplomata sublinhava as ótimas intenções relativas à mútua assistência, à filantropia e ao auxílio recíproco entre os sócios, à organização da vida cultural e da diversão, além da organização das principais festas patrióticas. Ao mesmo tempo, porém, lamentava que a proliferação de agremiações italianas, que ultrapassavam o número de quarenta em todo o estado, alimentava os “focos de discórdias e lutas entre os compatriotas” (LO STATO, 1908, p. 346):

Em geral, o espírito de associação não é muito pronunciado entre esses nossos emigrantes, chegados há mais de vinte anos, vindos de pequenas cidades que, naquela época, não tinham compreendido a importância e a utilidade das cooperativas e das sociedades populares; e as associações surgidas nesses centros não conseguiram alcançar o objetivo pelo qual se haviam instituído [...]. Em todo o caso, poucas das nossas associações dão sinal de vitalidade. Surgem, se unem e decaem facilmente, a depender da energia e da boa vontade de quem as dirige, dos humores dos sócios e das condições econômicas da localidade (LO STATO, 1908, p. 346-347).

Na análise de De Velutiis, as principais motivações, para compreender os pontos críticos de todo o sistema associativo-italiano

deveriam ser procuradas em dois elementos significativos. A primeira causa era relativa ao abandono, por parte dos pioneiros “notáveis”, os “titulares” mais antigos da comunidade italiana. Não participavam mais de bom grado da vida da colônia. Chegados na cidade com os primeiros fluxos migratórios urbanos, aos poucos foram “parentando-se com as pessoas do país” e “infiltrando-se na sociedade indígena”, até tornarem-se parte integrante. Com a sua ausência, faltava o papel fundamental do “elemento dirigente”. O vazio deixado por eles levava à segunda grande questão: a direção do associacionismo italiano era ocupada, então, por pessoas certamente dispostas e trabalhadoras, composta por pequenos comerciantes ou industriais, “todos pessoas sérias e de bom senso”, mas certamente pouco instruídas e preparadas para a função. O aumento exponencial de italianos nos centros urbanos do estado se dava, de modo geral, pela inserção de novos profissionais como: “médicos, farmacêuticos, dentistas, práticos sanitários, professores de Música e de Canto, padres, etc.”, mas também de numerosos artesãos como alfaiates, sapateiros, escultores, carpinteiros, tipógrafos, ourives, fabricantes de guarda-chuvas, trabalhadores de curtumes, tintureiros. Existiam ainda muitos negociantes varejistas de todo o tipo de gênero e mercadores ambulantes; muitos trabalhadores destinados ao trabalho em diversas obras públicas, aviadas com o início do novo século; poucos capitalistas empreendedores com modestas fábricas de chapéus de palha, guarda-chuvas, cerveja, licores, massas alimentícias e algumas refinarias de banha. Em menor número, operários divididos entre as fábricas de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Nenhum grande industrial, excluindo a direção da grande *Compagnia Italo-Brasiliana* que, empregando incontáveis operários italianos, produzia tecidos na cidade de Rio Grande, no Sul do estado. No seu longo e detalhado relatório, o cônsul sublinhava os importantes progressos “morais” dos italianos nos centros urbanos do Rio Grande do Sul, que, depois do fim da imigração subvencionada até 1885, se mostravam ainda mais saudáveis, trabalhadores e moderados. Também os operários em geral conseguiam economizar, assim como os artesãos que exerciam a profissão quase totalmente por conta própria. Muitos haviam feito fortuna, “comprando até mesmo imóveis” (LO STATO, 1908, p. 344). Tais dinâmicas, contudo, haviam consentido a ascensão de uma burguesia ambiciosa, porém pouco sábia e despreparada para liderar, sob uma única bandeira, com o interesse geral daquela comunidade italiana.

Certamente meritórios foram os esforços dos elementos de destaque na coletividade como, por exemplo, o do jornalista milanês Adelchi

Colnaghi, diretor do mais importante jornal étnico, bissemanal, em circulação no Rio Grande do Sul, desde 1902. No primeiro número se informava que era publicado, “sob os auspícios das Sociedades Italianas do Rio Grande do Sul: – Porto Alegre: Vittorio Emanuele I, Principessa Elena di Montenegro, Palestre Umberto I, Ausonia, Circolo Filarmonico Italiano; – Tristeza: Giuseppe Mazzini; – Caxias: Principe di Napoli”.

O jornal se tornou o porta-voz de um extenso programa para formar um “espírito cívico solidário” entre os indivíduos da comunidade italiana. Criticava o patriotismo individual e isolado. Considerava que o imigrante italiano no Exterior não devia pertencer a nenhum partido que não fosse aquele da pátria. O projeto era uniformizar e disciplinar o patriotismo dos imigrantes “para que as massas possam ser invencíveis” (L’IDEALE, 1902, p. 1). Colnaghi explicitava, ainda, que pretendia “construir uma coletividade com uma identidade homogênea com a Mãe Pátria, para contrastar a dispersão e isolamento em que vivia a comunidade italiana de Porto Alegre e do Estado”. Buscava promover uma identidade italiana entre as novas gerações nascidas no Brasil, que estavam mais afeitas à assimilação da cultura brasileira. Tinha como bandeira a nacionalização das massas imigrantes, e estava voltado para uma nascente burguesia liberal na comunidade étnica, refletindo a nova orientação da política italiana, no final do século XIX e princípios do XX. Nessa perspectiva, ressaltava a importância das comemorações de festas cívico-nacional- italianas, como veículo para construir um imaginário identitário-coletivo, fundado nas tradições da pátria. A verdadeira missão foi, porém, a de integrar as inúmeras sociedades autônomas em uma única “Federação”. Tornou-se, por isso, patrocinador de um comitê específico que trabalhou nesse sentido (BARAUSSE; BASTOS; DE RUGGIERO, 2019).

Chegou-se, assim, à data de 20 de setembro de 1911, quando, por ocasião do Cinquentenário da Unidade Italiana, reuniram-se na sede da associação *Vittorio Emanuele II*, na presença do cônsul Beverini, os representantes das 17 associações italianas de todo o estado. Outras adesões chegaram por via telegráfica, vindas de outras localidades do interior do estado, para constituir oficialmente a “Federação das Sociedades Italianas”, que, nas grandiosas palavras do diplomata, deveriam

conservar vivo no coração dos italianos o amor por sua Pátria; educar os próprios filhos quanto ao respeito a essa Grande Mãe da civilização que foi o berço de seus pais; manter firmes entre

os italianos os vínculos de solidariedade e de afeto, ajudando os novos irmãos que aqui chegam, e aqueles já estabelecidos que se encontram em necessidade; zelar pela instrução e educação da nossa colônia e olhar pelos seus múltiplos interesses materiais e morais; incentivar sempre mais os italianos e o povo dessa terra a uma relação de afeto fraterno e de estima recíproca (LA COSTITUZIONE, 1911, p. 1).

Conforme escrevia em 1925 o jornalista do *Stella d'Italia*, Benvenuto Crocetta, os ideais e as esperanças da Federação foram, porém, logo desfeitos perante os personalismos e egoísmos individuais, que, imediatamente, conduziram a um torpor estéril improdutivo. Lamentáveis foram a “incipiência” e a corrupção de alguns dos líderes, que não haviam compreendido a grande oportunidade que tal cooperativismo social poderia oferecer, como chave de defesa dos interesses políticos comuns, dentro da sociedade brasileira.

Diante do aumento da população italiana, na verdade, as mesmas associações haviam enfraquecido as próprias forças e esvaziado a fileira de sócios. Posteriormente, quando as condições da colônia melhoraram e foram reforçados os processos de assimilação, seja a lógica da mútua assistência, seja aquela do ensinamento da língua, perderam muito do seu apelo concreto entre os conacionais (CINQUANTENARIO, 2000, v. I).

Nas cidades do interior

Se o quadro de Porto Alegre vai se ampliando progressivamente, quanto ao aspecto da inserção social e da formação de redes e associações de defesa e solidariedade étni,⁴ muito ainda temos que fazer para compreender a composição social e as dinâmicas migratórias nos centros urbanos menores. Longínquos da capital, esses centros receberam uma imigração italiana não necessariamente relacionada com o êxodo interno das colônias agrícolas para a cidade, e se tornaram palco de um fenômeno de imigração espontânea, que transformou rapidamente seu próprio quadro social.

⁴ Graças, além dos estudos já citados de historiadores da educação, às pesquisas de Stella Borges, Rosemary Fritsch Brum, Renato Menegotto, Leonardo Conedera (BORGES, 1993; BRUM, 2009; MENEGOTTO, 2011; CONEDERA, 2012); também com novas abordagens que incluem as ocupações mais qualificadas, como os profissionais de arquitetura, marmoristas ou músicos (MENEGOTTO, 2014; DE RUGGIERO, 2014; CONEDERA, 2017); a inserção de homens e mulheres italianos no mercado urbano, até em períodos menos estudados, como o segundo pós-guerra (CHARÃO, 2015).

Concordo com as percepções do historiador e diplomata Ludovico Incisa de Camerana, quando afirma que muitas análises dos processos migratórios italianos alimentaram o grande equívoco de confundir, frequentemente, o camponês com o imigrante. A ambição de conquistar terras e a possibilidade de adquirir lotes coloniais não podem obscurecer aquela que foi uma vocação secular mercantil dos italianos (INCISA DI CAMERANA, 2003). Se, nas capitais maiores nem sempre conseguiram obter um predomínio comercial, nas cidades do interior superaram frequentemente os outros imigrantes. Não por acaso, o jornalista Francesco Bianco, em uma visita em 1922, escrevia que “o comércio estável, o comércio interno de toda a América Latina está nas mãos dos italianos. O pequeno comércio, aquele onde se tem contato direto com a grande massa de consumidores, tanto nas grandes cidades quanto nas pequenas vilas e nos campos remotos, está absolutamente nas mãos dos italianos” (BIANCO, p. 195). Isso porque foram capazes de construir redes sociais de proteção étnica, que encontram no associacionismo um dos campos mais favoráveis.

O relatório do cônsul italiano Compans de Brichanteau, de 1892, destacava a existência de uma emigração espontânea de súditos provenientes de várias províncias da Itália, direcionados para os numerosos núcleos urbanos do Rio Grande do Sul, evidenciando o fato de poucos trabalharem para patrões e esboçando um esquema de divisão social e de categorização entre eles: 1) um número limitadíssimo de grandes comerciantes abastados, “magnatas da colônia”, que exerciam frequentemente a presidência das principais sociedades italianas e proporcionavam trabalho a um número considerável de vendedores ambulantes; 2) esses vendedores ambulantes se reforneциam nas principais casas comerciais urbanas e trabalhavam carregando baús cheios de mercadoria, para vender na zona rural antes de retornarem à cidade. Eram chamados de *mascates* e, se em alguns casos foram protagonistas de uma imigração temporária, a maioria deles transformou-se em pequenos negociantes. Entre eles encontravam-se vários italianos do Sul, genoveses, toscanos e lombardos; 3) outra classe analisada é a dos artistas, como professores de Música e de Canto, que “frequentemente fazem ótimos negócios” nos centros urbanos, onde se começava a desenvolver um gosto pelas representações artísticas e culturais europeias; 4) a última categoria era constituída por artesãos em número considerável: marmoristas, alfaiates, sapateiros, ferreiros, pedreiros, além dos jardineiros, camareiros ou até proprietários de hotel, músicos ambulantes, etc. (RAPPORTO, 1893).

As estatísticas do cônsul Legrenzi, relativas ao ano de 1893, confirmavam um aumento de imigrantes espontâneos nos centros urbanos, com um crescimento correspondente das sociedades italianas de beneficência, que desenvolviam uma importante função de controle sobre as escolas étnicas, financiadas pelas autoridades italianas. O diplomata calculava haver 18.000 italianos presentes só nas cidades do Rio Grande do Sul. Os números são críveis, se considerarmos que, já em novembro de 1876, no início do processo de colonização agrícola, seu predecessor, Gerolamo Vitaloni, estimava ao menos 5.000 italianos presentes no estado, aos quais se deveria adicionar a mesma quantidade de conacionais chegados sem registro “das regiões do Prata, e também de outras partes do próprio Brasil”, além dos recém-chegados, dos ainda não contabilizados e dos que se encaminharam diretamente às colônias no ano precedente (ALCUNI, 1877). Com a necessária prudência na consideração desses números, ponderando também as dificuldades de registro, apresentamos uma listagem que nos fornece uma ideia geral dessa presença, distribuída nos diferentes municípios em 1893 (L'IMMIGRAZIONE, 1895):

Quadro 1 – Municípios e total de italianos residentes

Municípios	N. de italianos
Porto Alegre	6.000
Pelotas	5.000
Rio Grande	600
Bagé	1.000
D. Pedrito	200
São Gabriel	100
Livramento	100
Uruguaiana	300
Alegrete	200
São Borja	300
Itaqui	300
Cruz Alta	250
Cachoeira	400
Encruzilhada	1.000
Santo Antônio da Patrulha	800

O diplomata italiano Dall'Aste Brandolini, regente no Consulado de Porto Alegre em 1897, confirmava 20.000 italianos, dentre os 160.000

totais no estado, que não respondiam às lógicas da colonização agrícola e que se dispersaram, voluntariamente, nas cidades e nos vilarejos, em muitos casos afirmando-se com suas atividades comerciais (LA COLONIA, 1898).

Essas considerações de caráter quantitativo e qualitativo, por parte das autoridades italianas, que começaram a demonstrar um interesse até então quase inexistente, também pelos “colonos urbanos” que aumentavam, progressivamente, em paralelo aos processos de colonização agrícola, justificam, em nossa opinião, a necessidade de novos estudos e investigações acerca do fenômeno. O cônsul Ciapelli, em agosto de 1901, destacava o crescimento das assim chamadas “colônias urbanas”. Estimava-se um número de cerca de 200.000 italianos em todo o estado, considerando que muitos, por volta de 15.000, acrescentavam à população da capital, enquanto igual número teria se estabelecido no perímetro da cidade de Rio Grande, Pelotas, Bagé, Santa Maria e Uruguaiana (LO STATO, 1903).

Ainda mais interessante se torna a análise, observando, através dos dados apresentados no Quadro 1, de como também as cidades das regiões fronteiriças acolhiam imigrantes italianos em números significativos.

Os estudos pioneiros de Sérgio da Costa Franco evidenciaram a participação de italianos que controlavam a navegação interna e o comércio de cabotagem, nas regiões fronteiriças com o Uruguai, já há muito tempo. Isso explicaria por que as primeiras sociedades italianas do estado nasceram naquelas localidades, que, erroneamente, são consideradas periféricas em relação à imigração de italianos. A existência, até hoje, de vestígios relativos às associações étnico-ativas nas cidades do Rio Grande do Sul, já a partir da década de 70, nos ajuda muito a compreender essa presença selecionada, que se distinguiu bem antes da consolidação da imigração de massa no estado mais meridional do Brasil. Por exemplo, a mais antiga do estado, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Beneficenza*, nasceu em Bagé em 1870; depois, em Pelotas, a *Unione e Filantropia* (1873); em Sant’Ana do Livramento, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi* (1873); em Uruguaiana, a *Società Unione e Beneficenza* (1879); a *Società Benevolenza*, em Santa Victoria do Palmar, em 1880; três anos mais tarde, foi inaugurada em Alegrete a *Società di Mutuo Soccorso Unione Italiana* (CINQUANTENARIO, 2000, v. I). No mesmo período, associações menores encontravam-se também nas cidades de Quaraí, Jaguarão, São Gabriel. Muitas outras nasceram nos anos posteriores, nas

demais cidades do estado, quando os fluxos migratórios se tornaram intensos. Essas sociedades, cujas sedes eram frequentemente situadas em elegantes palacetes com gostos arquitetônicos refinados (infelizmente, quase sempre destruídos nos anos sucessivos), como se pode ver nas imagens dos principais almanaque que celebravam a imigração italiana, representavam a alma identitária dessas pequenas, mas incisivas comunidades de italianos espalhados em toda a região. Seria oportuno explorar novas fontes (como, na verdade, estamos fazendo por meio da imprensa étnica, fontes consulares e fontes ministeriais, além dos relatos de viajantes ou jornalistas que davam conta da experiência migratória), para investigar mais sobre as dinâmicas organizativas inerentes a esses espaços de sociabilidade, que, frequentemente, se tornavam centros escolares formativos para os filhos dos imigrantes italianos distribuídos nas várias localidades distantes dos principais centros coloniais.

Muitas vezes esses processos respondiam a dinâmicas diferentes, em relação à colonização agrícola, e podem ser compreendidos somente dentro do contexto mais amplo de uma mobilidade interligada aos países vizinhos do Cone Sul. A interpretação talvez mais interessante desse fenômeno encontra-se em um relatório que o cônsul italiano Pasquale Corte compilou em 1884.⁵ O diplomata lembrava que, depois de ter favorecido a introdução de milhares de colonos italianos no Rio Grande do Sul, com uma propaganda dirigida aos centros agrícolas do Vêneto e da Lombardia, o empreiteiro Serpa Pinto, contratado pelo governo brasileiro, voltou-se, em 1874 e 1875, também para Montevidéu e Buenos Aires, onde havia uma forte crise econômica e comercial, para atrair com menor despesa os imigrantes italianos. Pasquale Corte era, na época, cônsul em Montevidéu e se lembrava de ter expedido milhares de passaportes para imigrantes italianos residentes em Montevidéu e Buenos Aires seguirem para o Brasil e, em especial, para o Estado do Rio Grande do Sul. Estes, que em muitos casos não eram agricultores, “mostraram-se inábeis ao desmatamento e à cultura dos campos, (e) acabaram dispersando-se pelas vilas e cidades do interior [...]. Assim tiveram origem os primeiros núcleos de alguma importância em Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Rio Grande, Cachoeira, Rio Pardo, etc.” (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 29). O diplomata evidenciava a grande quantidade de trabalhadores italianos, principalmente negociantes que, além de Porto Alegre, animavam a vida comercial de Pelotas, Rio Grande,

⁵ As citações referentes ao cônsul Pasquale Corte foram retiradas de um relatório de 1884, relativo às colônias rurais italianas no Rio Grande do Sul, o qual foi parcialmente publicado em 1982 (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 28-60).

Bagé, Jaguáro, Santa Vitória do Palmar, Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento, São Jerônimo, Cachoeira e outras localidades menores. Em todos esses centros urbanos da fronteira argentina e uruguaia, escrevia o cônsul, “existem sociedades italianas de beneficência e de mútuo socorro, que contam atualmente com um pequeno capital e muitos sócios. Algumas possuem patrimônio estável e todas estão em via de desenvolvimento” (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 59).

Ressaltava, ao mesmo tempo, a importância da construção da estrada de ferro que conectava os centros do interior entre eles e com a capital. Alguns dos engenheiros eram italianos e davam ocupação quase exclusivamente a operários compatriotas, pagos por empreitada. Em 1884, calculava um número de “não menos de 10.000” italianos dispersos nos vários centros não agrícolas; difíceis de contabilizar, pois “a maior parte não possui domicílio fixo, nem permanência estável”. Enfatizava, porém, as boas condições da maioria dos trabalhadores nas cidades, comparando com o caso Uruguaio:

Que a nossa emigração encontra aqui profícua ocupação, deduz-se do fato que, com uma colônia não menor pelo número daquela que existe na República do Uruguai, este Consulado não dispõe em subsídios e repatriação a quinta parte do que dispõe, em média, o Consulado de Montevideu (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 60).

Os núcleos urbanos do interior, e em particular da região fronteiriça rio-grandense, infelizmente, ainda poucos estudados, apresentam, em suma, características peculiares em relação ao fenômeno clássico de imigração urbana, nos demais estados brasileiros. Nesses lugares se verificou uma presença europeia e, principalmente, italiana, que começou a ter certo peso já anteriormente a 1875, atraída pelas relações comerciais que, na fronteira, registravam sempre condições privilegiadas. Os artesãos em particular encontravam amplas possibilidades de inserção dentro de comunidades enriquecidas, através da pecuária ou com a indústria do charque, mas onde, ao mesmo tempo, faltavam quase todos os outros produtos. Perante esse rápido processo de urbanização, a procura por bens de consumo aumentou (FRANCO, 1975). Uma recente tese de doutorado de Márcia Solange Volkmer, focada sobre os franceses que ocuparam a fronteira oeste do estado, mostra a existência de imigrantes europeus na região entre Brasil e Argentina, nos anos de interesse. Essa população se tornava a intermediária econômica dos

fluxos entre os dois países, em um período de grande desenvolvimento comercial na região inteira. Entre eles era abundante a quantidade de italianos presentes nas três vilas mais representativas, Uruguaiana, Itaqui e São Borja (VOLKMER, 2013). Tais indicações são confirmadas pelas pesquisas de Antônio Marçal Bonorino Figueiredo, que evidenciou essa dinâmica de mobilidade circular dos italianos que transitavam da bacia do Prata, até o Paraguai e as fronteiras do Rio Grande do Sul.

Em Itaqui, principalmente, os italianos chegavam a representar 40% dos estrangeiros presentes. Nesse pequeno centro, que podia se beneficiar de um porto fluvial muito ativo e movimentado e que favorecia o tráfego comercial do Rio Grande do Sul para a Argentina, um núcleo de compatriotas conseguiu construir enorme fortuna.⁶ A maior parte deles, no entanto, se beneficiava de “ótimas condições econômicas” e desde os primeiros anos do século XX a comunidade tinha como ponto de referência associativo a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquienne*. Essa irmandade era considerada uma das mais ricas em todo o estado e, além de possuir como sede um elegante e caro edifício, tinha como anexo uma capela privada, que podia acolher os próprios associados (CUSANO, 1920, p. 90).

O mesmo se podia dizer de Uruguaiana, cidadezinha localizada na margem esquerda do rio Uruguai, onde a colônia italiana era uma das mais antigas e numerosas do estado e tinha sabido se beneficiar das ricas possibilidades comerciais locais, já a partir da segunda metade do século XIX. Dessa forma, em 1879 foi criada a *Società Italiana Unione e Beneficienza*, em um belo palacete que se diferenciava pelo estilo arquitetônico europeu, no centro dessa cidade *molto graziosa* (CUSANO, 1920, p. 89). O cônsul Ciapelli estimava, em 1903, uma população de 600 italianos além dos numerosos filhos desses imigrantes. A maioria eram artesãos e operários, como sapateiros, alfaiates, pedreiros, marmoristas, madeireiros, pintores, operários e jornaleiros; um bom número era comerciante ou profissional liberal. No mesmo ano, a associação mencionada contava com 130 sócios, enquanto cerca de sessenta animavam as atividades do *Circolo Democratico*, nascido mais tarde, em 1897 (LO STATO, 1905).

Também na vizinha Alegrete, as “poucas centenas de italianos” presentes deram vida a uma associação de socorro mútuo, a *Società Unione Italiana*.

⁶ Alfredo Cusano fala, em 1920, de alguns italianos que, iniciando no comércio tinham se tornado milionários, como Attilio Mondadori, Salvatore de Grazia e Andrea e Bernardo Schenini (CUSANO, 1920).

Na fronteira com o Uruguai, não podemos esquecer o centro de Bagé, onde foi erguida a primeira associação italiana do estado, em 1870. Com uma sede própria, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Beneficenza* manteve sempre um número elevado de inscritos e, por muito tempo, uma “boa escola italiana”. Já em 1877, a cidade recebeu uma agência consular italiana para atender à ampla região da fronteira. Em 1903, a jurisdição italiana atendia às demandas de 700 compatriotas, entre os quais muitos comerciantes e operários (LO STATO, 1905). Dentro do núcleo italiano se distinguiam, desde o início do século XIX, os irmãos Nocchi, toscanos de Pisa, com uma grande casa de importação e exportação direta com a Itália (CINQUANTENARIO, 2000, v. II).

Interessante também foi o centro de Santana do Livramento, que registrou um número significativo de comerciantes italianos, vindos principalmente da Ligúria, mas também de Salerno, que chegaram à América, bem antes do início da colonização no Rio Grande do Sul, tendo como porto de entrada as cidades de Buenos Aires e Montevidéu (CAGGIANI, 1991). Nos anos 20, do século XX, se contavam cerca de mil italianos entre os 11.000 habitantes do núcleo urbano. Nas palavras de Cusano, essa comunidade resultava economicamente muito florescente, em função da sua presença pioneira e de longa data no estado, que permitiu, desde o início, o desenvolvimento de pequenas atividades comerciais e industriais. Antiga era também a *Società Italiana de Mútuo Socorro*, intitulada com o nome do herói dos dois mundos, Giuseppe Garibaldi (CUSANO, 1920).

Em Santa Vitória do Palmar, município localizado no extremo sul do estado, próximo ao Chuí, cidade fronteiriça com o Uruguai, existia um grupo de peninsulares originários em grande parte do Sul da Itália. Amaral (2006) aponta que 50% da atual população da cidade é de origem italiana. Em 1869, chegou a Santa Vitória do Palmar o pioneiro calabrês Antonio Rotta, que se estabeleceu com um comércio próprio na cidade e deu início a uma cadeia de conterrâneos calabreses. As décadas de 70 e 90, do século XIX, registraram-se como o período de maior mobilidade de italianos no município. A maioria dos pioneiros que chegaram ao local eram calabreses, que se deslocaram inicialmente para Montevidéu ou Rio Grande, e “fizeram a América” começando como mascates (AMARAL, 2006). Muitos provinham da *comune* de Pedace, na província de Cosenza. Outras famílias eram oriundas do vilarejo vizinho de Maione, na *comune* de Grimaldi. Do *Mezzogiorno*⁷

⁷ Com a palavra italiana *Mezzogiorno*, são indicadas as regiões geográfico-meridionais da Península Italiana.

ainda havia a presença de originários da Campania (províncias de Avellino e Salerno) e Basilicata. Da Itália setentrional, havia indivíduos naturais da Ligúria e da Lombardia. A maioria dedicava-se ao comércio, embora alguns exercessem atividades artesanais, como carpinteiros, alfaiates ou mecânicos na assim chamada “Quadra dos Italianos”, ou seja, um bairro étnico que hoje em dia, na verdade, perdeu totalmente os aspectos peculiares de bairro italiano (BORGES, 2010).

Além dessas cidades “menores” fronteiriças, o centro de Rio Grande também recebeu italianos. Nesse porto marítimo, que se tornará um importante centro industrial, já há registro de um núcleo de peninsulares na primeira metade do século XIX. Em 1867, surgiu uma agência consular que se tornou Consulado em 1871. Em 1884 foi fundada por comerciantes e proprietários de fábricas a *Società Mutua Cooperazione* (ZAMBERLAN; CORSO; PINTO, 2012). A sociedade congregava representantes de antigas famílias radicadas na cidade, em grande parte originária do Sul da Itália, como, por exemplo, a de Raffaele Anselmi, pioneiro originário da Província de Cosenza, que conseguiu construir uma grande fortuna industrial. A mesma coisa pode-se dizer do ligure Santo Becchi, que fundou, em 1894, a “Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira”, com sede em Gênova, que empregava em Rio Grande 100 operários no começo do século, chegando a 700 trabalhadores e 15 administradores, dos quais muitos eram conterrâneos (CINQUANTENARIO, 1925, v. II). As estatísticas do cônsul Ciapelli, em 1903, nos fornecem um número muito superior àquele de dez anos antes. Os italianos seriam agora 2.000, muitos dos quais eram operários na grande fábrica italiana, e outros na próspera indústria nacional de tecidos Rheingantz (LO STATO, 1905). Em 1920, Cusano destacava a sólida presença de 3.500 italianos, muitos dos quais, diferentemente do que acontecia, nos demais municípios gaúchos, trabalhava como operários nos estabelecimentos industriais. Pela própria condição portuária, a cidade favoreceu também a inserção de comerciantes que exportavam e importavam diretamente com a Itália, como Raffaele Marsiglia, que, em poucos anos, acumulou uma notável fortuna econômica (CUSANO, 1920). Os dois círculos mais destacados eram a *Società Italiana Mutua Cooperazione*, de 1884, e a *Società Gioacchino Rossini* que, em 1890, resgatava com a sua banda a importância cultural da música italiana, em todo o Rio Grande do Sul.

Outra cidade portuária e limítrofe que precisa ser destacada é Pelotas. Esse centro urbano, assim como a capital do estado, apresentava desde o século XIX uma sociedade cosmopolita, com um número significativo

de residentes estrangeiros. Era um município forte do ponto de vista econômico pela produção e comercialização do charque. A cidade também tinha acesso ao mundo, através do seu porto, que a interligava com Rio de Janeiro, Bahia, Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Europa (ANJOS, 1996). Registrava uma imigração que se destinava em parte para as colônias criadas nas áreas rurais e, principalmente, outra, “espontânea”, mais antiga, que se fixou no meio urbano, ao longo de todo o século XIX. Apenas no perímetro urbano se contabilizavam, em 1900, 24 mil habitantes, dos quais muito mais que mil deveriam ser italianos. Em um relatório de 1889, o vice-cônsul italiano na cidade definida “A princesa do Sul”, Enrico Acton, falava de uma colônia urbana italiana trabalhadora e tranquila, “dedicada totalmente ao exercício das artes e artesanatos” (LA CITTÀ, 1890, p.165).

Entre os imigrantes que passaram a integrar a sociedade pelotense, os italianos destacavam-se em segundo lugar, em termos quantitativos, estando em primeiro lugar os portugueses. O elemento italiano, além de se destacar quantitativamente na população, também tinha notoriedade no setor comercial da cidade. No recenseamento urbano de 1899, evidenciam-se 352 estabelecimentos de peninsulares no perímetro urbano, dentre um total de 1.909. Ou seja, no final do século XIX, os italianos detinham aproximadamente 18% dos estabelecimentos comerciais do município, com um relevo na atividade hoteleira, a partir da metade do século XIX (ANJOS, 1996). Não faltavam profissionais liberais, tais como: alfaiates, barbeiros, carpinteiros, ferreiros, organizados em numerosas associações étnico- mutualísticas ou recreativas, como o *Circolo Garibaldi*, *Società 20 Settembre*, *Società Cristoforo Colombo*, *Corale Italiana*, *Corale Savoia*, *Filodrammatica Dante Alighieri*, *Banda Bellini* e, ainda mais, na segunda sociedade italiana mais antiga do Rio Grande do Sul, denominada *Unione e Filantropia*, fundada em 1873 (CINQUANTENARIO, 1925, v. II).⁸

Registra-se, também, a presença de arquitetos italianos que marcaram a paisagem urbana, através das novas técnicas e gosto estilístico-pelotense (PERES, 2008). A eles se associaram outros profissionais qualificados na escultura do mármore que, em um cenário de grande transformação, condicionaram o setor da construção civil, da arquitetura e das artes, trazendo para a cidade novos modelos europeus (DAMASCENO, 1971).

⁸ Recentes trabalhos de Alberto Barausse e Renata de Castro se aprofundaram muito mais e com novas fontes na análise dessas associações, que criaram projetos escolares em parte financiados pelo governo italiano, para atender à demanda da numerosa população oriunda (BARAUSSE; CASTRO, 2020).

Conclusões

Em conclusão, acredito que existam todos os elementos para afirmar que o fenômeno migratório italiano, nas cidades rio-grandenses, até nas geograficamente mais periféricas e não diretamente influenciadas pela colonização agrícola planejada, teve uma relevância significativa, porém ainda muito pouco esclarecida pela historiografia. Diferentes fontes disponíveis podem nos ajudar a compreender melhor as características desses fluxos espontâneos – frequentemente precoces e internos às regiões do Cone Sul – direcionados para territórios e cidades marginais privilegiados pela imigração de massa. Tais fluxos são, em grande parte, constituídos por correntes imigratórias oriundas de pequenas áreas da Itália, que perpetuam experiências de mobilidade, relacionadas, principalmente, à atividade do pequeno comércio e do artesanato, alcançando significativa contribuição à construção de modernas redes urbanas na América Latina.

Como recentemente evidenciado por Emilio Franzina, seria útil aprofundar um pouco mais aquela que se tornou, também na historiografia, uma representação (frequentemente uma autorrepresentação) idealizada e conciliatória da imigração italiana, baseada no modelo da colonização agrícola. Em muitos casos, se elaboraram reconstruções históricas, quase heroicas com a exaltação constante de um povo trabalhador, capaz e corajoso. Imagens essas muitas vezes repropostas também para os âmbitos urbanos onde, pelo contrário, a presença de italianos foi bastante diversificada e com dinâmicas paralelas às de âmbito rural (FRANZINA, 2014).

Nesse sentido, não podemos ignorar, enfim, a participação, no século XIX, daquelas vanguardas migratórias de italianos, que, junto com os exilados políticos, conseguiram estabelecer as primeiras bases comerciais em toda a região do Rio da Prata e do extremo Sul do Brasil. A partir desses pioneiros, criaram-se as primeiras redes migratórias e circuitos sociais, que encontraram, no associacionismo dos anos sucessivos, uma articulação mais orientada para responder à carência de instituições e de políticas sociais, que pudessem amparar minimamente os imigrantes em termos econômicos, de saúde e de educação para os filhos. Essa é a origem do caráter inicialmente mutualista da maioria das associações – a par do desejo, é claro, de reconhecimento do grupo na nova sociedade, na defesa de uma “consciência de italianidade”, que se transformou a partir das primeiras décadas do século XX, em um esforço das elites locais italianas para construir uma ideia de unidade cultural e linguística italiana, entre os peninsulares que provinham ou diretamente

da Itália, ou dos estados limítrofes de Uruguai e Argentina. Por enfim, resta ainda indagar as dinâmicas dos conflitos e as fortes divisões internas na comunidade, que se acentuaram com o aumento dos fluxos migratórios e com a definição cada vez mais nítida das diferentes características regionais e ideológicas, que acompanharam a vida associativo-italiana nessas localidades, por todo o período giolittiano e além.

Referências

- AMARAL, Anselmo Francisco do. **Santa Vitória do Palmar**: 150 anos. Santa Vitória do Palmar: Liberal, 2006.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. 1996.127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- BARAUSSE, Alberto; BASTOS, Maria Helena Câmara; DE RUGGIERO, Antonio de. **O jornal Stella d'Italia (1902-1925)**. Site TRANFOPRESS Brasil. Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stella-ditalia-1902-1925/>. Acesso em: 20 maio 2019.
- BARAUSSE, Alberto; CASTRO, Renata Brião. Algumas considerações sobre as escolas italianas em Pelotas (RS) entre o final do século XIX e o início do XX. In: ENCONTRO ASPHE. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: SENSIBILIDADES, PATRIMÔNIO E CULTURA ESCRITA, 24., p. 341-359. Disponível em: <http://aspheunisinos2018.wixsite.com/historiadaeducacao/anais>. Acesso em: 20 maio 2019.
- BARROS FILHO, Omar; SEELING, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Os caminhos de Garibaldi na América**. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.
- BATTISTEL, Arlindo; COSTA, Rovílio (org.). **Assim vivem os italianos**: vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1982. v. 1.
- BIANCO, Francesco. **Il paese dell'avvenire**. Roma-Milano: A. Mondadori, 1922.
- BORGES, Stella. Imigração italiana em região de fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar. In: SULIANI, Antônio (org.). **Etnias & carisma**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 1057-1065.
- BORGES, Stella. **Italianos**: Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. L'Italia fuori d'Italia: due secoli e tre Italie. In: BRAUDEL, F. **Storia d'Italia**. Torino: Einaudi, 1974. p. 2092-2248. v. II.
- BRICHANTEAU, Edoardo dei Conti Compans de. **Console in Porto Alegre**: rapporti di R.R. Agenti diplomatici e consolari. Roma: Ministero Affari Esteri, 1892.

BRUM, Rosemary Fritsch. **Uma cidade que se conta:** imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre nos anos 20-30. São Luis/MA: Edufma, 2009.

BUCELLI, Vittorio. **Un viaggio a Rio Grande del Sud.** Milano: Pallestrini, 1906.

CAGGIANI, Ivo. **100 anos de comércio:** Sant'Ana do Livramento. Sant'Ana do Livramento: Edigraf, 1991.

CAMERANA, Ludovico Incisa di. **Il grande esodo:** storia delle migrazioni italiane nel mondo. Milano: Corbaccio, 2003.

CAPPELLI, Vittorio. Immigrazione e urbanizzazione: la presenza degli italiani nelle “altre Americhe”. **Passato e Presente**, ano XXV, n. 71, p. 21-44, 2007.

CAPPELLI, Vittorio. **La belle époque italiana di Rio de Janeiro:** volti e storie dell'emigrazione meridionale nella modernità carioca. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARÃO, Egiselda Brum. **Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945-1965).** 2015. Tese (Doutorado em História) – PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2015.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000 (1925). v. I-II.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **Músicos no Novo Mundo:** a presença de musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950). 2017. Tese (Doutorado em História) – PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2017.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre:** memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976). 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A presença italiana no Uruguai e os italianos de Porto Alegre. **Hoy es Historia**, v. 29, p. 59-68, 1988.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar. In: RECKIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (org.). **História geral do Rio Grande do Sul.** República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 395-418. v. 3.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italiani a Porto Alegre: l'invenzione di un'identità. **Altreitalie**, p. 76-88, luglio-dicembre 2002.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina:** imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina:** imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 2008.

CORTE, Pasquale. **Le colonie agricole italiane nella Provincia di Rio Grande del Sud nel Brasile all'Esposizione Nazionale di Torino.** Montevidéu: Nación, 1884.

CORTI, Paola. Famiglie transnazionali. In: CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo (org.). **Migrazioni:** Annali Storia d'Italia, 24. Torino: Einaudi, 2009. p. 303-316.

COSTA, Rovílio. **Antropologia física da imigração italiana do Rio Grande do Sul e suas implicações religiosas.** Porto Alegre: EST, 1977.

CUSANO, Alfredo. **Il paese dell'avvenire.** Rio Grande do Sul. Roma, São Paulo, Buenos Aires: L'Italiano-Sudamericana, 1920.

DAMASCENO, Athos. **Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900).** Porto Alegre: Globo, 1971.

DE BONI, Luís Alberto. **A Itália e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1983.

DE BONI, Luís Alberto (org.) **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, 1990 e 1996. 3. v.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1982.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. **Gli italiani del Rio Grande do Sul.** Euroamericani. La popolazione di origine italiana in Brasil. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. 3.

DE RUGGIERO, Antonio. **Settù voi vienire ora è il tempo.** L'emigrazione toscana in Brasile (1875-1914). Pisa: Pacini, 2020.

DE RUGGIERO, Antonio. A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914). **Revista Prâksis**, n. 1, p. 121-138, 2018.

DE RUGGIERO, Antonio. Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875-1914). In: FAY, Claudia Musa; DE RUGGIERO, Antonio (org.). **Imigrantes empreendedores na história do Brasil:** estudos de casos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 75-90.

DE VELUTIIS, Francesco. **Console in Porto Alegre:** rapporti di R.R. Agenti diplomatici e consolari. Roma: Ministero Affari Esteri, 1908.

EMMI, Marilia Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950):** pioneirismo econômico e identidade. Belém: UFPA, 2008.

FIGUEIREDO, Antonio M. Bonorino. **Italianos e descendentes via rio da Prata na tríplice fronteira:** São Borja, Itaqui e Uruguaiana, RS 1834-1968. Curitiba: Editora CRV, 2012.

FRANCESCHINI, Antonio. **L'emigrazione italiana nell'America del Sud.** Roma: Forzani, 1908.

FRANCO, Sérgio da Costa. Imigração italiana na fronteira Rio-Grandense. **Boletim da Biblioteca Pública do Estado,** Porto Alegre, n. 1, v. 2, 1975.

FRANZINA, Emilio. **La terra ritrovata**: storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile. Genova: Termanini, 2014.

FRANZINA, Emilio. Emigrazione, esilio e unificazione italiana: i primi gruppi immigratori in America Latina e il Risorgimento. **Studi Emigrazione**, n. 49, p. 566-592, 2012.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania B. M. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

L'DEALE della Stella d'Italia. **Stella d'Italia**, 30 de março de 1902.

L'IMMIGRAZIONE nello Stato di Rio Grande del Sud (Brasile). Bollettino del Ministero degli Affari Esteri, anno 1895, indice, p. 84-86. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. (org.). **L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914)**: fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editore, 2018.

LA CITTÀ di Pelotas – Rapporto dell'avv. Enrico Acton, r. vice console a S. Francisco di Pelotas, trasmesso dal nob. Avv. Cav. Mario dei conti Compagnoni Marefoschi, r. console a Porto Alegre (Pelotas, 10 novembre – Porto Alegre, 25 novembre 1889). Bollettino del Ministero degli Affari Esteri, n. 28, v. 1, 1890. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania M. (org.). **L'emigrazione italiana nel Rio Grande del Sud Brasiliano (1875-1914)**: fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editore, 2018.

LA COLONIA italiana nello Stato di Rio Grande del Sud (Brasile). Rapporto del signor A. Dall'Aste Brandolini, reggente il regio consolato in Porto Alegre. Bollettino del Ministero degli Affari Esteri, n. generale 120, n. di Serie 49, febbraio 1898, p. 174-177. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. (org.). **L'emigrazione italiana nel Rio Grande del Sud Brasiliano (1875-1914)**: fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editore, 2018.

LA COSTITUZIONE della Federazione delle Società italiane. **Stella d'Italia**, 24 set. 1911.

LEGRENZI, Angelo. Istituti italiani nello Stato del Rio Grande del Sud (Brasile). Bollettino del Ministero degli Affari Esteri, Indice, 1896, p. 69. In: ROMANATO, G.; HERÉDIA, Vania B. M. (org.). **L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914)**: fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editore, 2018.

LO STATO di Rio Grande del Sud. Rapporto del cav. E. Ciapelli, R. console in Porto Alegre. Bollettino dell'Emigrazione, n.12, 1905. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. (org.). **L'emigrazione italiana nel Rio Grande del Sud Brasiliano (1875-1914)**: fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editore, 2018.

LO STATO di Rio Grande del Sud e la crisi economica durante l'ultimo quinquennio. (Da un rapporto del cav. Francesco De Velutiis, R. Console in Porto Alegre) (Febbraio 1908). In: MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI.

Commissariato dell'Emigrazione. **Emigrazione e colonie**: raccolta di rapporti dei RR. Agenti diplomatici e consolari. America, Parte I – Brasile. Roma: Manuzio, 1908. v. III.

LO STATO di Rio Grande del Sud (Brasile) e l'immigrazione italiana. (Da un rapporto del R. Console a Porto Alegre, cav. E. CIAPELLI, agosto 1901). **Bollettino dell'Emigrazione**, n. 4, 1903.

MANFROI, Olivio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações economicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MAZINI, Maria Izabel. **Nelle vie della città**: os italianos no Rio de Janeiro (1870-1920). 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.

MENEGOTTO, Renato. **Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre**: 1892-1930. 295 f. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2011.

MENEGOTTO, Renato. Habitação multifamiliar em Porto Alegre: anotações sobre obras de construtores italianos nos anos 1920. In: FAY, Claudia Musa; DE RUGGIERO, Antonio. (org.). **Imigrantes empreendedores na história do Brasil**: estudos de caso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 91-113.

PERES, Rosilena Martins. **Legado da tecnologia construtiva de imigrantes italianos ao patrimônio arquitetônico de Pelotas**. 300 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

RAPPORTO DEL R. Console cav. Avv. Edoardo dei conti Compans de Brichanteau (25 marzo 1892). In: MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Emigrazione e colonie: rapporti di RR. Agenti diplomatici e consolari. Roma, Tip. Bertero, 1893. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. (org.). **L'emigrazione italiana nel Rio Grande del Sud brasiliano (1875-1914)**: fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editore, 2018.

RECH, Gelson L.; LUCHESE Terciane Â. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

TRENTO, Angelo. L'immagine di São Paulo come città italiana (1890-1920). In: GIORCELLI, Cristina; CATTARULLA, Camilla; SCACCHI, Anna (org.). **Città reali e immaginarie del continente americano**. Roma: Associate, 1998. p. 557-570.

VITALONI, Girolamo, R. Alcuni cenni statistici sulla provincia di San Pedro do Rio Grande do Sul e sulla condizione dei coloni che vi si dirigono ad invito e a spese del governo del Brasile. Console a Rio Grande do Sul (Novembre 1876). **Bollettino Consolare**, v. XIII, parte II, luglio e agosto 1877.

VOLKMER, Marcia Solange. **Compatriotas franceses ocupam a fronteira:** imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX). 282 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni; PINTO, Raphael Colvara. **Passagem de Dom João Batista Scalabrini na cidade portuária de Rio Grande (1904):** os relatos da imprensa. Rio Grande: Solidus, 2012.





Os cursos de preparação para os professores “especiais” dos emigrantes na Itália do início dos Novecentos

Michela D'Alessio

Introdução

“A instrução dos emigrantes! Aí está uma nobre e difícil tarefa que a nação quer confiar aos professores e que, no particular momento histórico que atravessamos, assume uma importância excepcional.”
(Saraz, 1914, p. 8-9)

Estreitamente ligado ao tema do despertar de uma consciência nacional, naquele momento adormecido, para deixar “formada e gravada indelevelmente nas nossas jovens gerações”, se coloca a importância da difusão da instrução dos emigrantes nas escolas populares, nos primeiros decênios do Novecentos, na Itália. Novos órgãos de proteção estavam previstos pela lei fundamental de 31 de janeiro de 1901, n. 23: esta tinha o mérito de superar uma concepção de emigrante, fundada no controle policial e na beneficência, a favor de uma nova perspectiva, na qual o Estado manifestava, em muitos aspectos, o desenvolvimento de uma política de emigração diferenciada, na qual, semelhantemente à orientação mais geral de política escolar, na época *giolittiniana*, assumia em primeira mão a responsabilidade pela assistência, pela proteção e pela formação de quem deixava o país.

Em 1901, é instituído o Comissariado Geral para a Emigração, um escritório especial para a tutela dos emigrantes, que tinha a vantagem

de unificar os serviços até aquele momento organizados sob diversos ministérios (da Marinha, do Interior e das Relações Exteriores) e que, malgrado inaugurasse um período de difícil relação entre os cônsules do Ministério das Relações Exteriores e os adidos de imigração do Comissariado (como reconstruído por Ostuni e Orsini) em contínuas “controvérsias de competências” (Cabrini), que conduziria a sua supressão em 1927 (quando foi inaugurada a Direção Geral dos Italianos no Exterior com a Lei 1.6.1927). O Comissariado Geral para a Emigração deixou um sinal tangível de empenho conduzido no plano, tanto teórico quanto prático, na gestão do fenômeno migratório, como “emergência” do período. De fato, representou uma passagem significativa na legislação sobre o premente fenômeno da emigração, advertido por várias instâncias nesses anos, como “a característica mais saliente da nossa vida nacional” (ATTOLICO, 1912), nos efeitos e nas repercussões que a sua “progressão constante e, às vezes, impetuosa e esmagadora”, causava no País. Com efeito, as medidas legislativas precedentes (as circulares e os projetos de lei que se seguiram de 1883 a 1888) partilhavam do mesmo princípio informador: “proteger o emigrante antes da partida e preveni-lo das especulações”, disciplinando a escolha dos agentes recrutadores, controlando os arrolamentos, a salubridade e a segurança dos navios de transporte; porém, limitadas ao controle de “polícia”, não respondiam à exigência de caráter mais político, jurídico, econômico que a situação requeria.

A lei de 1901 foi a primeira lei orgânica sobre emigração que, assegurando uma unidade orientativa, deu uma resposta nesse sentido, no seu caráter eminentemente social e econômico, bem como colocou em evidência o problema da emigração, no mesmo patamar de outros problemas de índole internacional. Estabelecia, com efeito, uma forma de ingerência e de proteção do Estado antes da partida, durante a viagem, e depois da chegada do emigrante. De fato, segundo as palavras do primeiro-comissário-geral Luigi Bodio, em 1902: “A nova lei italiana pretende exercer a proteção dos emigrantes nas diferentes fases do movimento, ou seja, nas cidades de origem, nos portos de embarque, à bordo dos vapores que fazem a travessia do Oceano e, finalmente, nos países de destino”.¹

¹ BODIO, L. *Dell'emigrazione italiana e della legge 31 gennaio 1901 per la tutela degli emigranti*. Roma: Direzione della Nuova Antologia, 1902, p. 11.. Il Senatore Luigi Bodio fu il primo Comissario Generale dal 1901 al 1904, seguito tra il 1905 e il 1908 dall'Ammiraglio Leone Reynaudi; dal Deputato Luigi Rossi tra il 1908 e il 1911; dal Consigliere di Stato Pasquale Di Fratta tra il 1911 e il 1912; dal Senatore Giovanni Gallina dal 1912 al 1918; dal Senatore Mayor des Planches Barone Edomondo tra il 1918 e il 1919; dal 1919 e fino al 1927 dal Prof. Giuseppe De Michelis. Per

Reconhecendo claramente o princípio da liberdade de emigração, se objetivava assegurar, em primeiro lugar, uma tutela pessoal que se refletiria nos interesses da pátria de pertencimento.

Um papel crucial em tal espectro de intervenção estatal foi exercido pelo novo órgão governativo do Comissariado Geral para a Emigração que, no quadro das políticas migratórias também dos países de acolhimento, desenvolveu suas ações com interesse em três planos principais de “valorização do emigrante”: a alfabetização de base e a preparação cultural, profissional e geral dos emigrantes na pátria; a formação profissional e as iniciativas para favorecer a colocação dos emigrantes no Exterior; a especialização dos professores dos emigrantes.

Alfabetização, emigração e professores: as políticas estatais do início do Novecentos

A ação do Estado na preparação dos emigrantes constituiu um lado privilegiado de intervenção manifestada em algumas iniciativas maiores, ao longo das primeiras duas décadas do Novecentos. Além de assegurar uma tutela “extrínseca” do emigrante, por meio dos seus órgãos de proteção e defesa, tal orientação confluiu na consciência sensivelmente advertida nos debates animados por protagonistas de primeira viagem em tais acontecimentos, de forma de “autotutela intrínseca” do emigrante, que não poderia prescindir da preparação cultural e profissional dos expatriados.

Pretendia-se, de fato, que o emigrante tivesse,

[...] ele mesmo, os elementos a fim de que a sua determinação de deixar a Pátria para o exterior seja racional e bem pensada [...]. É necessário, portanto, que ele tenha noções, as mínimas possível, sobre tudo aquilo que se refere ao ato importantíssimo que ele planeja fazer; que saiba quais ajudas e socorros possa solicitar na Pátria, durante a viagem e no exterior, para superar os obstáculos que possa encontrar e para resolver todas as questões que lhe possam ocorrer de ter de resolver.²

alcuni profili del corpo burocratico del Commissariato si rimanda a GRISPO, F. (org). *La struttura e il funzionamento degli organi preposti all'emigrazione: 1901-1919*. Roma: Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, 1986..

² ICGE. *Il Commissariato generale della emigrazione: origini, funzioni, attività*. Roma: Grafia, 1924, p. 37.

O plano de intervenção foi desenvolvido, antes de tudo, por meio da abertura de novas escolas para os municípios do *Mezzogiorno*, que tinham o maior contingente de emigrados. Em 1904, com as além das 3.000 escolas noturnas e dominicais para adultos estipuladas pela lei Orlando de 1904, houve a criação de outras 450 escolas, graças à contribuição de 50.000 liras do Comissariado, conjuntamente àquela do Ministério da Educação: com o objetivo de assegurar uma remuneração extraordinária aos professores elementares para as lições noturnas e dominicais aos adultos analfabetos, nos centros de maiores correntes migratórias.

A tarefa de assegurar assistência, também por meio dos instrumentos de informação, levou, além disso, à publicação de uma série de *panfletos*, *guias* e *vademecum*, que tiveram ampla difusão. Um intermediário entre guia prático de utilização e estudos descritivo-geográfico-econômicos sobre os países de destinação, forneciam indicações úteis sobre os locais de chegada, sobre formalidades para adquirir os documentos para a expatriação, sobre os meios de transporte, sobre os preços de viagem, além das Companhias de Navegação e seus Agentes, de modo que o emigrante fosse “instruído” sobre todos os riscos de fraude e especulação por parte deles e adquirissem o mínimo de conhecimento indispensável, para saber o que fazer antes de partir. Frequentemente, de pequeno formato para ser conservado praticamente nos bolsos, e de escassa qualidade tipográfica, com caracteres grandes e claros, para facilitar a leitura, seguidamente desatenta do leitor, contribuíram para fazer circular uma série de instruções práticas de grande utilidade, e de todo gratuitas. Estão disponíveis diversos exemplares destes “livros-guia”, lançados a cargo, sobretudo, do Comissariado, mas também de outras instituições laicas ou religiosas, que comprovam sua dupla natureza de manual de advertência e de guia para fornecer ao emigrante aquele mínimo de cultura requerida pela sociedade moderna, percebida como “condição de autodefesa e autopreservação”. Serviam à superação da condição socialmente advertida e, cada vez mais, limitante dos analfabetos (sobretudo após a orientação restritiva dos Estados de acolhimento, que conduziram em 1917 a famosa lei Burnett Bill sobre a exclusão dos estrangeiros analfabetos da possibilidade de ingresso ultramar), e, ao mesmo tempo, especialmente no âmbito de trabalho, para a formação de uma consciência social e de classe.

Sobre esta produção informativa resulta de certa utilidade o catálogo da Mostra de 2003 sobre coleções conservadas pela Biblioteca Estatal de Lucca, para qual se remete. Também preciosas são as informações

provenientes do folheto editado diretamente pelo Comissariado, as quais são elencadas em todas as publicações de 1910: anuários estatísticos, relatos de agentes diplomáticos e consulares, relações, discussões, acordos internacionais, recomendações sobre o comportamento do emigrante, advertências e conselhos de higiene e de cidadania, leis e disposições, regulamentos para a tutela jurídica, princípios de legislação social e internacional trabalhista, nos diversos países de imigração.

Além dessa produção de prestação de contas da atividade desenvolvida pelo Comissariado e de natureza puramente prática, a partir de 1921 foram publicados alguns manuais de instrução ao emigrante, de maior prestígio editorial e conteudístico, com alguns textos de caráter didático, entre os quais principalmente uma *Cartilha*, especificamente voltada aos alunos das escolas para emigrantes, graças à contribuição dos entes delegados para a luta contra o analfabetismo, que muito se dedicaram também nas iniciativas em favor dos emigrantes. Em primeiro lugar, se coloca a intervenção da Sociedade Humanitária de Milão, movida por personalidades centrais daquela época, entre as quais o próprio Angelo Cabrini, nas regiões setentrionais da primeira onda das correntes migratórias dos fins do Oitocentos, junto àquelas operativas no Centro e no *Mezzogiorno* da Itália, entre as quais a ANIMI, criada depois dos tristes eventos do terremoto de Messina de 1908 e, posteriormente eleita, em 1921, ente delegado para o combate do analfabetismo, nas regiões da Basilicata, Calábria, Sicília e Sardenha, no Consórcio para a Emigração e Trabalho, criado em 1916, para as regiões da Puglia e de Abruzzo-Molise.

A instrução dos emigrantes e a obra dos professores

Um tema de particular relevância nas preocupações dos mais advertidos intérpretes das exigências de quem se afastava da Itália, no início do Novecentos, é representado pela questão da instrução do emigrante.

O tema conjuga dois espectros de atenção, aquele que se focaliza sobre as experiências de formação destinadas aos emigrantes, por um lado, que tiveram destinadas algumas escolas profissionais específicas (como aquela dos cimenteiros no Vêneto ou para a especialização em várias ocupações, as escolas de preparação colonial, nos cursos de instrução agrícola); por outro lado, aquele centrado nas experiências endereçadas aos professores dos emigrantes.

Sobre este segundo plano, se coloca a questão de maior interesse referente à preparação e formação de um corpo especial docente, chamado para desenvolver uma preciosa “tarefa de alta tutela social”, como recordava Attolico no seu discurso na conferência magistral transcorrida em 1912, em Bari:

Um dos órgãos principais de cada uma das formas de tutela dos emigrantes é, e poderá ser sempre mais, o próprio professor, verdadeiro centro da escola popular, capaz de uma sábia seleção e orientação das cognições a serem ensinadas nesta nova luta para a existência representada pelo expatrio na busca por trabalho.³

De fato, malgrado a cautelosa Lei de 1901 tivesse procedido à instituição também de comitês distritais ou municipais, como órgãos de tutela dos emigrantes, 4.000, rapidamente levados ao insucesso em razão das distorções ligadas ao seu funcionamento, que se previa gratuito, é precisamente o professor que é identificado como principal mediador da ação entre o Estado e os emigrantes:

Aperfeiçoando através destes cursos magistrais os próprios conhecimentos técnicos sobre a matéria, poderá ele iluminar os emigrantes sobre as condições dos países de destino, adverti-los sobre as inevitáveis amarguras do expatrio, acabando com as ilusões e corrigindo os erros, acolhendo eles próprios as queixas dos emigrantes contra quem tenha na pátria ou no exterior os enganado.⁴

A discussão em torno da obra dos professores foi incentivada desde o primeiro congresso para a educação popular, realizado em Milão, em 1906 (bem como nas convenções sobre a assistência laica aos emigrantes e no Congresso dos Emigrantes Friulanos de 1911). O tema da *instrução dos emigrantes*, muito importante para Cabrini, foi apresentado na ordem do dia, também no primeiro Congresso dos italianos no Exterior, em 1908, mas naquela ocasião não foi discutido. Não por acaso, reiteramos, a estes sinais, contudo, a viva preocupação pública acerca do papel central destinado aos professores, na obra

³ ATTOLICO, B. *L'Emigrazione e i maestri. Prolusione al Corso di Conferenze magistrali sull'Emigrazione, detta in Bari addi 8 settembre 1912*. Bari: Società Tipografica Barese, 1912, p. 22.

⁴ *Ibid.*, p. 27.

de preparação cultural e intelectual do emigrante, especialmente rural, em que ganhou vida uma nova iniciativa para solucionar essa questão. Em resposta à urgência do problema, por iniciativa privada de Angelica Devita Tommasi, em 1909 surge o primeiro curso Magistral para a emigração, em Roma, com o objetivo de difundir “uma cultura específica em matéria de emigração entre todos os professores da Itália e, especialmente, nas províncias mais periféricas que são aquelas com maior número de emigrantes”. o qual Teve andamento graças ao apoio primeiro do Comissário para a Emigração, Vincenzo Giuffrida, depois do próprio Cabrini e de Di Fratta, na época comissário-geral, por alguns anos, na própria sede central.

Logo depois, foi o próprio Cabrini, de modo a alcançar o objetivo em tempo menor, a promover a ideia de cursos de emigração locais: estes, apoiados tanto pela Direção Geral para a Instrução Primária quanto pelo Comissariado para a Emigração. O próprio Attolico reconstrói a dinâmica relacionada com o desenvolvimento do curso central romano, fechado no espaço de poucos anos, e os “concorrentes” cursos locais de “curta extensão”, com duração de oito dias, em algumas sedes designadas, com o pagamento de uma diária aos professores. Malgrado a ótima intenção dos seus promotores, além de apoiados pela sua própria participação em alguns desses cursos, em 1913 ele observa, com efeito, como estes cursos céleres,

Fatalmente, acabaram com o curso central e mais sistemático, e por quanto mais longo, gera na mesma medida menos diárias, instituídos em Roma em 1909, ainda mais que este curso perdeu todo o valor para efeito dos concursos para professores.⁵

Alguns destes cursos locais sobre emigração foram organizados, por volta da primeira quinzena do Novecentos, pelos professores rurais, sobretudo nas regiões meridionais com contingentes mais significativos de emigração.

Certamente dignas de notas foram as conferências organizativas sobre a iniciativa da Sociedade Humanitária também em Abruzzo, graças ao suporte de uma ativa seção docente local. Dos relatos do Prof. Postiglione sobre o terceiro congresso magistral de Abruzzo, que teve lugar em Chieti, em setembro de 1909, consta a obra desenvolvida na

⁵ ATTOLICO, B. *Dei Corsi magistrali per l'Emigrazione*. Roma: Tipografia dell'Unione Editrice, 1913, p. 1-2..

região pelos professores locais, na luta contra o analfabetismo. Esses tinham expressado subitamente a necessidade de instituir cursos de conferência tanto para divulgar aos emigrantes as noções elementares sobre instituições políticas, sociais, econômicas dos países de imigração quanto para incutir o dever de solidariedade e respeito às leis e às normas civis nos países de acolhimento. Nesse sentido se coloca, portanto, seu “empurrão” em direção a um envolvimento mais enérgico por parte do Estado, na obra da proteção e tutela das massas operárias migrantes. Com efeito, se reiterava que a classe docente “que sente fortemente a sua moderna missão educativa e social, tem o dever de dar aos nossos emigrantes toda a assistência civil”⁶ necessária.

Postiglione se torna, portanto, porta-voz de uma convicta consciência acerca do papel crucial representado pela instrução, defendendo como urgente o trabalho dos professores para a discussão das noções úteis aos emigrantes, em todas as situações no Exterior, indo ao encontro das necessidades do “proletariado emigrante”, através do ensinamento preparatório para aqueles que partem e da assistência dentro e fora do país. Para provar o campo de ação que pode e deve ser abrangido, o relator relembra a benéfica obra de instrução e assistência conduzida, primariamente, pela Sociedade Humanitária de Milão que, com espírito moderno, havia conseguido garantir, desde 1904, seu subsídio às escolas e aos secretariados, além da abertura de bibliotecas e da publicação de guias e manuais para a preparação dos emigrantes no Norte. O objetivo principal de tais atividades residiu na intenção de tornar os emigrantes “menos ignorantes sobre os lugares e conscientes das leis e dos deveres de solidariedade com os trabalhadores locais”.

Na esteira do que foi realizado pela Humanitária, que havia voltado seu olhar também para as regiões do *Mezzogiorno*, em dezembro de 1909 é promulgado o Estatuto do Secretariado para a Emigração em Áquila, contendo as normas-guia para os professores que trabalhavam em favor do proletariado. A atividade do Conselho era, inicialmente, conduzida com conferências sobre higiene, geografia e legislação de importantes relatórios, além da solicitação encaminhada para obter subsídios dos entes públicos e dar início a um boletim mensal-informativo. O trabalho específico dos professores nos secretariados e nas escolas previa um denso programa de ação em favor dos emigrantes, que levou ao desenvolvimento de 150 aulas, com 1.000 ouvintes, conferências públicas, propaganda e elaboração de diversas práticas de socorro aos

⁶ *Ibid.*, p. 7..

emigrantes. Para tanto, o professor vem a somar “à sua grande missão da escola redentora das massas”, este “novo ramo de trabalho de imediata utilidade prática para o bem econômico das pessoas deserdadas”⁷. Em face de tal ímpeto educativo em favor dos emigrantes, Postiglione expressava em nome do comitê abruzense, o pedido de abrir um curso anual noturno ou dominical para a preparação dos operários prestes a partir, subordinados à obrigatoriedade de frequência para a emissão do passaporte e dos outros documentos úteis.

As conclusões expostas levantam uma série de intervenções, para erradicar a “erva daninha” da ignorância, que vão desde a maior atenção às primeiras séries elementares, ao melhoramento do nível de remuneração dos professores chamados à nova tarefa, à pressão para estimular a intervenção do Estado na instrução popular. Esta é considerada, sem dúvidas, “a pedra angular de todo o edifício social”.

Todavia, além das conferências de Áquila e do debate por elas desencadeado, em torno da urgente questão da luta contra o analfabetismo, ainda mais sensível com relação às correntes imigratórias – vindo a saldar as preocupações sobre a instrução do povo, quanto às necessidades específicas dos trabalhadores fora do solo de origem –, poucas foram as iniciativas empreendidas nas demais regiões meridionais. Lembra o próprio Cabrini que, propriamente para favorecer também no *Mezzogiorno* maiores oportunidades formativas para os professores “especiais” dos emigrantes, promove, cursos acelerados sobre emigração.

Os cursos para os professores especiais dos emigrantes

Podemos entrar nos detalhes da modalidade organizativa destes cursos especiais locais, graças a alguns folhetos recuperados, que foram publicados por ocasião das experiências conduzidas em várias cidadezinhas do *Mezzogiorno* da Itália, entre as quais Ariano,⁸ na Puglia. Considerando os termos da Ordem Ministerial de 1913 que, com as Leis de 15 de julho de 1906, n. 383 de 30 de junho de 1910 e n. 464 que se destina à comissão central instituída pelo art. 73 da citada Lei de 15 de julho de 1906; reconhece a “conveniência de difundir entre os professores elementares os conhecimentos indispensáveis, a fim de

⁷ POSTIGLIONE, A. *Le scuole per gli emigranti. Relazione fatta al 3º Congresso Magistrale Abruzzese tenuto in Chieti il 5 settembre del 1909*. Sulmona: Premiata Tip. Angeletti, 1909, p. 19.

⁸ *Corso magistrale sull'emigrazione in Ariano di Puglia (20-27 settembre 1913)*. Ariano di Puglia: Prem. Tip. Raffaele Mariano e figli, 1913.

que possam, assim, dedicar-se com a desejável eficácia à instrução dos emigrantes", decretava o artigo.

No próximo mês de setembro, e precisamente nos dias que serão indicados a seguir, acontecerão os cursos magistrais sobre a emigração nas seguintes sedes: Frosinone, Fabriano, Avezzano, Ariano di Puglia, Aversa, Matera, Taranto, Monteleone cálabro, Cagliari e Caltagirone.

A duração do curso era fixada em oito dias e constituído por "lições orais, ministradas por pessoas competentes designadas pelo ministério, testes escritos e outros exercícios assistidos pela referida pessoa". A presidência de cada curso era mantida pelo inspetor escolar designado pelo Ministério. Dois professores escolhidos pelo inspetor exerciam as funções de secretário, recebendo uma razoável compensação. Também era descrito o conteúdo detalhado do programa previsto para o curso Magistral.

O inspetor Raffo, no discurso de inauguração do novo curso de conferência sobre emigração, endereçado a todos os professores presentes, que dão "reiteradas provas do [...] sincero e profundo apego à instrução popular e tudo aquilo que se relaciona direta ou indiretamente com a escola da qual grande parte deriva da grandeza econômica, intelectual e moral da Nação", se identificam algumas reflexões dignas de nota. Chamando a atenção ao grave e complexo problema da instrução popular, enfrentado pelas importantes leis escolares de 1903, de 1904, de 1906 e de 1911, o inspetor destaca como um dos argumentos mais debatido seja aquele da *reforma da escola normal*, ao qual se associa a interessante questão da melhor preparação do professor, "do qual depende em grande parte a maior eficácia da escola". Recorda, assim, como propriamente para enriquecer sempre mais a cultura do professor, o Ministério da Educação e a Comissão Central do Mezzogiorno, há alguns anos mantém cursos higiênico-pedagógicos e sobre a emigração. De fato, nos mesmos dias da conferência de Ariano, em 25 cidades da Itália central e meridional tiveram lugar cursos de pedagogia e de higiene, e em outras dez sedes aconteceram cursos especiais sobre a emigração. Chamado a participar das conferências de Ariano, foi o doutor Preziosi, diretor da Revista *A vida italiana no exterior*, que assim inicia:

Pensem que mais de seis milhões de italianos estão espalhados pelo mundo, e que a cada ano cerca de trinta mil dos nossos irmãos

emigram para a Europa e para a bacia do Mediterrâneo, e outros cinquenta mil vão para países transoceânicos. E onde não chega o trabalhador italiano? O Ministro Credaro, no recente Congresso da “Dante Alighieri”, ao fazer a apoteose dos nossos emigrantes, recordava que “nas instâncias argentinas, nas fazendas brasileiras, nas minas da Pensilvânia, do Colorado, existe toda uma rede de trabalho italiano. Da Austrália a Labrador, da Pérsia ao Brasil, é o braço dos nossos emigrantes que lavrou a terra, tornando-a florescente de produtos que alimentam os mercados de todo o mundo. E é ainda o braço italiano que abre à civilização novas vias para o transporte, para a indústria, para o comércio. A colossal ferrovia subterrânea de Nova Iorque, como o túnel da vizinha Sempione, como aquele de Loeschberg, foram executados com prevalência da mão de obra italiana. [...] Agora a todos estes milhares de energia humana deve ser voltado o nosso pensamento constante e fraterno, pois eles representam para o exterior, não apenas a força física, mas aquela intelectual e moral.⁹

Passa, assim, a exortar os professores requisitados:

A vocês, ó professores, foi confiada tal delicada e nobre tarefa, e é com tais propósitos que o Ministério da Educação e a Comissão Central do Mezzogiorno – da qual faz parte o Comendador Camillo Corradini – decidiram instituir estes cursos de emigração, pois destes vocês sairão com um arsenal mais vasto e mais profundo também neste complexo campo de atividade humana. Ao trabalho, pois, com uma mão no coração, pois o seu trabalho é feito de fé e de sacrifícios, para a redenção de tantos milhares de trabalhadores italianos!¹⁰

Preziosi aborda todos os argumentos ligados à emigração, definido “o fenômeno mais complexo que agita a terceira Itália”, antecipando com clareza, na abertura, que, no decorrer da conferência, não se ocuparia do estudo sobre o preceito se a emigração é boa ou ruim, o qual guiou amplamente o problema como causa, em vez de efeito. Enfrenta, portanto, o tema das leis criadas para prover a tutela dos emigrantes, à qual se deve, porém, conjugar a questão mais difícil sobre a formação dos próprios emigrantes na sua pátria, com a possibilidade de usar as leis

⁹ *Ibid.*, p. 11.

¹⁰ *Ibidem.*

contra os abusos e as opressões. De fato, se apresenta vasto o problema da ignorância dos emigrantes que, certamente, não poderia ser resolvido em pouco tempo, mas iniciando pelas gerações mais jovens, de modo a eliminar a bruta marca do analfabetismo que estigma a Itália há tempos. Propriamente para mitigar as consequências de tal situação, continua Preziosi, foram organizadas conferências magistras, que

devemos iluminar os professores para as escolas específicas dos emigrantes, a fim de prepará-los antes da partida, fornecendo-os, além da alfabetização, também aquele arsenal de informações, de orientações, de indicações que tornam o nosso emigrante informado sobre as condições econômicas, sociais, legislativas dos países para os quais se destina; advertem-no sobre os sistemas de exploração e adapta-os ao exercício dos próprios direitos e dos próprios deveres.¹¹

Com clareza, portanto, o relator sublinha como objetivo último das conferências aquele de preparar os professores à cooperação na tutela dos emigrantes, com a constituição de secretarias¹² e escritórios correspondentes que substituam a falência da ação do comitê distrital ou municipal. Ele sustenta:

É um campo novo de solidariedade humana que se abre diante da classe docente que, no exercício do próprio dever, até agora deu provas indiscutíveis de sacrifício e amor pelos mais modestos.¹³

Um incisivo apelo é feito, ainda, pelo próprio Preziosi ao “alerta da emigração” que, como fenômeno de retorno, determinou a necessidade de instrução promovida fora dos confins nacionais.

Os estímulos dos emigrados, os quais ordenam as suas mulheres para que mandem os próprios filhos à escola, são incessantes e se repetem em todas as cartas, e conseguiram praticamente em poucos anos ter tanta eficácia quanto foi ineficaz a aplicação da lei sobre o

¹¹ *Ibid.*, p. 14.

¹² MAZZONI, N. *Che cosa è il segretariato dell'emigrazione e come funziona*, (Società umanitaria, Ufficio dell'emigrazione). Milano: Tip. Degli Operai, 1908. Se veja também SEGRETARIATO DELL'EMIGRAZIONE DI BELLUNO, *Commissione per le scuole degli emigranti*, Relazione sulle scuole invernali per gli emigranti istituite nell'inverno 1908-1909. Belluno: Tipografia commerciale, 1909.

¹³ COLETTI, F. *Dell'emigrazione italiana*. Milano: U. Hoepli, 1912, p. 257.

ensinamento obrigatório. Os emigrados tendo compreendido o valor prático da instrução na luta da vida.¹⁴

Razão pela qual, conclui:

É um fato inegável que no *Mezzogiorno* o analfabetismo esteja lentamente diminuindo, muito pela emigração, mais do que pela política naturalmente melhorada do nosso governo.¹⁵

Outros atentos estudiosos expressam os mesmos argumentos sobre a emigração “como a melhor amiga da alfabetização”. Com efeito:

É o emigrante que forneceu a prova experimental de utilidade da instrução elementar, e com eficácia persuasiva que não se pode nem de longe comparar apelos de sempre, de caráter moral simples, e às penalidades impostas, mais que aplicadas, aos transgressores das obrigações escolares suas e de seus filhos.¹⁶

O programa das aulas

A partir das ordenanças ministeriais se obtém as lições inclusas nos *programas* dos cursos locais especiais, graças às publicações de relatórios impressos quanto ao desenvolvimento dos cursos, sendo localizados os de diversas localidades da Itália Central e Meridional.

Além da notícia sobre os objetivos e as modalidades de desenvolvimento dos cursos, resulta de acentuado interesse conhecer os conteúdos pormenorizados previstos pelos programas.¹⁷ Dos textos coletados, apreende-se que os cursos magistras previam dois planos de aula: o primeiro, relacionado às noções gerais sobre emigração dos trabalhadores. Neste âmbito, o programa previa lições sobre emigração italiana e seu desenvolvimento; emigrações internas e para o Exterior; emigração transoceânica ou continental; o balanço da emigração italiana para além dos opiniões e números sobre o assunto. Um amplo espaço é dedicado às repercussões da emigração na economia nacional, na demografia, na vida social, na família e na defesa militar.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Corso magistrale sull'emigrazione in Ariano di Puglia* (20-27 settembre 1913), cit., p. 36-37.

¹⁶ COLETTI, F. *Dell'emigrazione italiana*, cit., p. 257.

¹⁷ Um dado central reside na possibilidade de rastrear os nomes de todos os mestres que frequentaram o curso dos vários distritos do sul da Itália.

O segundo refere-se, mais especificamente, “àquilo que deve ser ensinado ao emigrante” e, igualmente, se aproxima da específica “cultura magistral” requerida aos professores dos expatriados. Os principais argumentos são os seguintes: organização dos serviços de emigração na Itália (Passaporte, assistência, guia para o emigrante, viagens e visitas sanitárias); notícias sobre o transporte marinho; a chegada nos países de destino (autoridade italiana, sociedades de assistência e patronais,¹⁸ escolas italianas); envio de remessas e economias dos emigrantes; notícias sobre os países de maior preferência da emigração italiana; escravidão branca, perigos e trabalho; elementos de economia. Um aspecto particular sobre o qual se apoiava o programa era dedicado à moral social. Neste se faz uma ampla referência à defesa da dignidade nacional, à importância de manter vivo o amor ao próprio país e ao patriotismo como “cimento” dos núcleos de emigrantes, de inquestionável utilidade. Apela, ainda, à importância da solidariedade com os trabalhadores dos países de imigração. O programa prevê, além disso, testes escritos e orais em alguns idiomas e sobre as diferentes ocupações do emigrante, bem como sobre práticas de vida operária.

Informa, ainda, que os professores chamados a estes cursos têm o direito de receber uma diária de oito liras para a viagem, alimentação e o alojamento. Sobretudo, especifica que, ao fim do curso, será emitido um atestado de frequência que constitui “título preferencial na nomeação de professores para as escolas dos emigrantes”.

A partir dos discursos de introdução ao curso de conferência, ocorrido em Benevento, em setembro de 1912,¹⁹ verificamos que a ordenação decretou as sedes selecionadas em Spoleto, Campobasso, Chieti, Teramo, Benevento, Salerno, Bari, Cosenza e Caltanissetta, com um número não superior a 100 frequentadores por sede, excluindo os professores, tema este de debate e discussão. Sob a direção do inspetor escolar Guglielmo Ciarla, o conferencista é o distinto Prof. Valar, de origem alemã e representante da Sociedade Humanitária de Milão.

Ao reafirmar a grande importância da instrução aos “exilados voluntários”, pois “quanto mais instruídos e ricos de conhecimento o nosso trabalhador conacional chega ao Exterior, tanto mais valor ele tem a respeito das outras Nações”, o prefeito de Benevento, dirigindo a

¹⁸ BODIO, L. *Sulla emigrazione italiana e sul patronato degli emigranti* (Relazione al Primo Congresso Geografico Italiano, Genova 1892). Genova: Tip. del R. Istituto sordo-muti, 1894.

¹⁹ *Corso magistrale sull'emigrazione in Benevento (17-24 settembre 1912)*. Benevento: Tip. Nazzareno Borrelli, 1913.

sua saudação a todos os presentes, reitera a necessidade de incutir nos emigrantes a defesa da dignidade nacional, mantendo vivo o apego à pátria distante, às suas tradições e à religião. E para tal razão assinala a tarefa fundamental à qual são chamados os professores, graças à organização dos cursos sobre emigração:

Se deveres políticos, portanto, se esperam do Estado, deveres morais se esperam dos professores. E este curso de conferências sobre Emigração é muito mais importante e decisivo para o futuro da nossa pátria do que possam ter sido os Cursos magistrais sobre higiene, sobre pedagogia, sobre doenças escolares [...].²⁰

Conclui, portanto, expressando a pura convicção de que se trata de uma “obra profundamente moral e altamente patriótica arrancar os nossos conacionais da ignorância que os torna menos aptos à luta pela vida”.²¹

Os mesmos sons ecoam nas palavras de Attolico, que reitera a urgência em tais cursos e nas escolas para os emigrantes de “criar uma consciência do emigrante, uma consciência feita de dignidade, de probidade e de audácia, juntas”. Significativas, portanto, figuram tais considerações, enquanto ajudam a melhor compreender qual cultura e qual papel moral é confiado aos professores, chamados “ministros de uma das mais santas formas de tutela social”. Os professores são cumprimentados como “apóstolos” da benéfica obra de divulgação da instrução entre os emigrantes, segundo uma visão na qual a escola entra em contato direto com o povo, respondendo às condições e às exigências sociais do tempo.

As críticas aos cursos locais

A partir de uma literatura secundária sobre o assunto (pequenos folhetos de reflexões sobre programas, professores e emigrantes), tiram-se algumas interessantes considerações sobre o modo pelo qual foram avaliados esses cursos locais acelerados. Malgrado seja geralmente aceita a função primária de suscitar um vivo interesse dos professores “servindo quase como um fermento e um estímulo”, não se pode deixar de fora os aspectos críticos a serem resolvidos.

²⁰ *Ibid.*, p. 16.

²¹ *Ibid.*, p. 18.

Nas palavras do próprio Attolico (1913) sobre o assunto, se colhem as principais observações e as consequentes sugestões para sua solução. É colocada em discussão a brevidade do curso, limitado a apenas oito, em contraste com a vastidão do programa, e que seria oportuno que durasse ao menos dez. Em particular, se sugere o fornecimento, nesses casos, de alguns materiais de utilidade prática aos futuros professores dos emigrantes, entre os quais documentações estatísticas e legislativas, com as relações sobre os serviços de Emigração do Comissariado. Um aspecto fortemente criticado é aquele dos testes necessários a preverem uma classificação de aproveitamento, e não a simples frequência, como critério preferencial para a concessão aos professores de encargos especiais para o ensinamento aos emigrantes.

Outro ponto espinhoso é representado pela exclusão do corpo docente feminino, cuja ausência não se justifica. Ainda, se impele a organização das bibliotecas especializadas no assunto e a integração do programa com aspectos da previdência. Demais sugestões provêm da possibilidade de reforçar o interesse dos professores à causa da emigração, por meio de algumas bolsas de estudo e passagens gratuitas. Certamente, estes elementos colaboraram para melhorar a qualidade de preparação dos professores especiais da emigração, endereçando-lhes, além disso, para uma verdadeira reforma das suas relações com as administrações locais, aos quais estavam submetidos. Era estimulada, assim, sua “progressiva maior independência”, que consistia em fazer do professor “o verdadeiro órgão de tutela local, em favor dos emigrantes”, em substituição aos comitês municipais.

Manuais e textos para os professores da emigração

Um terreno útil de pesquisa para o futuro se apresenta, em relação à preparação dos professores dos emigrantes, no estudo específico dos manuais a eles endereçados para a instrução de quem partia da Itália. Se uma atenção especial foi dada recentemente aos livros escolares, publicados para os emigrantes nos países de destino, confirmando a fertilidade de um âmbito de estudo como o dos manuais escolares, uma nova fenda de pesquisa é prospectada pela produção e circulação de todos os manuais destinados a consolidar a cultura dos professores chamados ao ensino especial para os emigrantes. Esta é a oportunidade para fazer um rápido aceno a alguns desses textos, entre os quais, em primeiro lugar, àquele que já anuncia no título o seu destinatário: *O professor dos emigrantes*, de Angelo Cabrini.²² O próprio Credaro

²² CABRINI, A. *Il maestro degli emigranti (Guida per lezioni e conferenze a preparazione degli*

manifestava, no prefácio do manual mais representativo desta produção – voltada ao corpo de professores para os emigrantes – a urgência de uma preparação “toda especial”, política, cultural e didática, para desenvolver uma tarefa tão difícil, mas de elevada urgência social.

O professor dos emigrantes, de Angelo Cabrini, é o verdadeiro *vademecum* do professor, e daquele rural em particular, ilustrando os objetivos do ensino, os métodos e as soluções didáticas, os conteúdos específicos e as referências aos mesmos livros utilizados para as lições, além de referências a todos os organismos escolares e aos livros gratuitos publicados pelo Comissariado. Publicado em 1912, reunia muitas ideias e contribuições apanhadas por um vivaz Cabrini, deputado, jornalista, animador cultural, em alguns dos seus escritos e intervenções, anteriormente desenvolvidas sobre os programas, escolas e professores, levados também aos congressos da União Magistral Nacional (entre os quais aquele de Ancona e de Roma, de 1910). Nestes congressos, destacava “ser o problema da tutela dos emigrantes, em grande parte, um problema de instrução dos próprios emigrantes”.²³ O analfabetismo, de fato, parecia a causa maior da fragilidade da política de emigração. Nesse sentido, um imperativo é expresso em voz alta:

A verdadeira instrução, capaz de agir sobre as grandes massas, deve ser ministrada aqui, dentro dos confins pátrios, trabalhando o emigrante de hoje e aquele de amanhã.²⁴

Estreitamente conectada ao argumento de que uma ação de interesse público seja ligada ao problema geral da difusão da instrução direta na erradicação do analfabetismo, se coloca a exigência da colaboração que o país espera dos professores.

Na sua contribuição, Cabrini passa em revista as primeiras experiências de assistência laica aos emigrantes – os secretariados laicos em particular, escolhidos em torno da Sociedade Humanitária de Milão. Assim, Cabrini menciona a abertura de escolas e cursos de lições para a instrução dos emigrantes organizados, predominantemente, na Itália setentrional, com poucas exceções (caso de Áquila, sobre a qual já nos detemos), com linhas programáticas próprias do seu volume *O professor dos emigrantes*.

emigranti italiani). Imola: Coop. Tip. Edit. Paolo Galeati, 1912.

²³ Id., *La preparazione dell'emigrante italiano. Programmi, scuole, maestri. Relazione e proposte dell'on. Angiolo Cabrini*. Milano: Stabilimento “La Compositrice” 1911 (Congresso dell’Unione Magistrale Nazionale di Torino, 5, 6, 7 settembre 1911), p. 3.

²⁴ *Ibid.*, p. 4.

Aqui, em particular, além de especificar os objetivos e a utilidade da preparação para aqueles que estavam de partida, Cabrini oferece com grande exatidão dois esquemas de lições, de 12 horas cada, a serem ministradas nos municípios com forte emigração, subdivididas por expatrio transoceânico e continental. Passa, assim, a ilustrar os conteúdos da instrução que, por um lado, mira, no convencimento do emigrante, a utilidade de conhecer as leis, os regulamentos, as instituições da pátria, durante a viagem e no Exterior; por outro lado, insiste na oportunidade de leitura descritiva de hábitos, usos nos países de acolhida, sem descuidar que “tudo seja animado e agitado por um senso vibrante de italianidade e solidariedade com os trabalhadores do país de emigração”.

O objetivo, portanto, ao qual responde à necessidade de desenvolver cursos de lições para os emigrantes, centra na oportunidade de suprir as lacunas das escolas populares e, ainda mais, por outro lado, de “armar o trabalhador emigrante de todos aqueles conhecimentos indispensáveis para sua orientação, para escapar dos intermediários e, em última análise, para autoassistência, no compreender e sentir o ambiente de chegada”.

Dessa premissa vem a constatação da diferença na distribuição, também em matéria de assistência aos migrantes, entre as zonas do Norte e aquelas do Sul, “onde é o deserto”: faltam os comitês, os secretariados, as escolas, os cursos. Malgrado em 1910, de fato, tenha sido o Sul que prestou maior contribuição à emigração, com um percentual de 46,6%,²⁵ e se possa dizer que, portanto, a emigração seja um fenômeno eminentemente meridional, faltam todos os meios previstos pela lei em favor desses. Daí deriva a necessidade de disciplinar a instrução dos emigrantes, sobretudo os provenientes das zonas rurais do *Mezzogiorno*, junto à ação requerida do Estado de maior difusão da cultura e de um reforço da escola popular nas práticas finalidades, entre as quais justamente a preparação do emigrante.

De tudo isto resulta a relevância do papel primordial que desenvolveriam os professores, cujo despreparo não se pode, todavia, desprezar. Nesse sentido, ele exorta: É, portanto, a preparação do

²⁵ Muitas das notícias estatísticas sobre o fenômeno migratório, nas análises de partida das diversas localidades italianas em direção aos países europeus e transoceânicos estão presentes nas lições precisas por alguns dos célebres cursos dos quais estamos nos ocupando. A exemplo considerar os dados fornecidos por PETROCCHI, C. *Riassunto delle conferenze sull'emigrazione tenute in Salerno dall'8 al 15 settembre 1912*. Salerno: Tip. Fratelli Jovane, 1912, tabela na p. 13.

professor que se necessita prover, antes de tudo,²⁶ segundo o que já havia expressado, em 1909, a Comissão Central do Mezzogiorno, dirigindo-se ao Ministério da Educação, a fim de abrir novas escolas para os emigrantes para combater “a falha de instrução” destes na Itália. Nesse sentido parte do ministro Credaro a decisão de nomear uma Comissão para a formulação do programa das Escolas para os Emigrantes, deliberada pela Central. Propõe que a preparação do professor de escola popular, no ensino aos emigrantes, seja perseguida de três formas principais: a escola normal masculina e feminina, com lições sobre emigração e sobre a instrução dos emigrantes, a serem desenvolvidas no último ano do curso; escola pedagógica e cursos de verão/outono voltados a desenvolver e renovar a cultura do professor e os cursos especiais magistrais sobre emigração.

O programa destes últimos, pensados no modelo das Escolas de Legislação Social de Londres, Berlim e Milão, segue de perto aquele desenvolvido no curso especial sobre emigração, organizado, como mencionado, em Roma, pela senhora DeVito Tommasi, e confiado a valentes personalidades, entre as quais Giuffrida e Petrocchi. Dessas fontes resgatamos, assim, como o programa previsto pelas diversas ordenações ministeriais, referentes aos cursos magistrais sobre a emigração, dispostas entre 1911 e 1913, retomam muito de perto aqueles primeiros estabelecidos em Roma por iniciativa privada, propriamente na onda do encorajamento e interesse sempre maior de Cabrini.

Na esteira dessas propostas, seguem algumas provisões da parte do Estado, que, em 1912 abre algumas escolas para emigrantes, em 200 províncias meridionais, encarregados de ensinar aos mesmos professores interpostos em setembro de 1911, nos breves cursos de lições sobre a instrução do emigrante, nas regiões da Umbria, de Abruzzo, no Lazio, na Campania, Basilicata e Calábria.

A obra do comissariado geral para a preparação dos adultos analfabetos, em vias de partir para ultramar, se exaure com a ação submetida aos entes delegados para a luta contra o analfabetismo, a partir de 1921.

Em 1921 seriam abertos, de fato, 800 cursos noturnos de 100/110 aulas de 2 horas, em 580 municípios do Sul e das ilhas (com 29.953 alunos e 15.184 promovidos). A proposta da Comissão Credaro, da qual faziam parte o próprio Cabrini; o deputado Corradini para o Ministério

²⁶ CABRINI, A. *La preparazione dell'emigrante italiano. Programmi, scuole, maestri. Relazione e proposte dell'on. Angiolo Cabrini*, cit., p. 12.

da Educação; Vincenzo Giuffrida para a Emigração; o advogado Mendoja como deputado; o Prof. Osimo para a “Humanitária”, e o comendador Pironi para o Ministério do Interior, teria posteriormente conduzido à formação, em 1922, de um verdadeiro “corpo especializado” de professores para os emigrantes, com os cursos voltados aos estudantes do último ano das escolas normais, que atingissem 10.000 ou já diplomados (6.000), que merecessem um suplemento de estudo e aprofundamento.

Logo depois, todavia, se exauriria o empenho educativo frequentemente em favor da instrução popular e da associada preparação dos emigrantes, e dos seus próprios professores, ao entardecer do fértil período liberal do início do Novecentos, preocupado com a “valorização do emigrante” na pátria e fora do seu solo. Em um clima político diverso, de fato, o Comissariado Geral, e “a obra testada com sucesso no passado”, foi suspenso e transformado no órgão de natureza política sancionado pela sua conversão, na Direção Geral dos Italianos no Exterior, em 1927, pelo Ministério das Relações Exteriores.²⁷

Conclusões: os temas historiográficos e as pistas futuras a serem investigadas

A conclusão do que foi ilustrado, e diante dos estímulos que daí surgem, me leva a enfatizar alguns temas historiográficos que se apresentam particularmente “dúcteis” sob o ferro da investigação dos historiadores da escola, para o futuro.

A relação entre alfabetização, emigração e professores constitui certamente uma estrada muito promissora para a historiografia histórico-educativa, até agora pouco evocada para sondar esses âmbitos e que pode, em particular, contribuir para melhor elucidar as políticas do Estado, especialmente na primeira quinzena do Novecentos – quando se desenvolveu o “cyclone migratório” – em favor da “falha de instrução” dos emigrantes e da sua tutela.

Do aprofundamento de fontes até aqui insondadas ou consideradas menores, como se tentou demonstrar, é possível recuperar a leitura de algumas páginas antes ignoradas das políticas escolares associadas ao fenômeno migratório italiano e, especificamente, aquelas voltadas, da parte de cá e de lá do oceano, à preparação dos professores e de

²⁷ Sobre a última fase de vida do Comissariato, ver Ministero degli affari esteri, Direzione generale dell’emigrazione e degli affari sociali; Archivio storico diplomatico, *Il fondo archivistico Commissariato Generale dell’Emigrazione (1901-1927)*. Inventario a cura di Piero Santoni, introduzione di Fabio Grassi Orsini. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1991, p. 62-63.

quem se preparava para partir: com particular atenção ao *Mezzogiorno* italiano, que até mesmo colocou em campo algumas tentativas de estar “à frente” das novas emergências sociais e do povo.

Nesta matéria, é ainda melhor esboçar os perfis de alguns comprometidos *protagonistas políticos e do mundo da escola*, que contribuíram para o debate e para a reflexão cultural, política e do mundo escolar, em torno do processo migratório, em todos os seus aspectos, dentro e fora das fronteiras nacionais.

O plano, assim, de uma *cultura magistral “especializada”*, responsável por preparar os emigrantes permite, mais próximo do centro do estudo proposto, adicionar ainda uma peça ao mosaico dos estudos sobre a profissão docente meridional, nos aspectos que concernem aos circuitos de formação e recrutamento dos professores, com o desenvolvimento de “ferramentas didáticas” específicas e, ao mesmo tempo, a percepção da tarefa social a eles confiada, em alguns momentos de emergência social, como aquele da primeira quinzena, retomando uma metáfora utilizada por Andreina De Clementi,²⁸ quando a emigração desabou como uma avalanche e tomou corpo como um rio.

Por fim, certamente é merecido serem retomadas e aprofundadas as estratégias teóricas e de realizações práticas dos serviços geridos pelo *Conselho Geral para a Emigração*, em relação aos instrumentos ofertados a quem abandonava o solo pátrio, com uma mala de conselhos morais e advertências úteis. Considero oportuno, ao mesmo tempo, reconstruir de modo sistemático a *produção editorial especializada*, entre as quais os guias periegéticos, *Vade Mecum* e manuais, no setor dos serviços para a emigração. Ainda, de forma especulativa, uma via bastante atrativa induz a considerar a possibilidade de recompor e examinar o segmento de *textos publicados para a preparação dos professores de emigração*, dentro e fora da Itália. Por fim, um amplo leque de faixas de conhecimento se desenha, portanto, quanto ao horizonte investigativo dos historiadores da escola e da educação, para o futuro: na direção de novas abordagens voltadas à relação entre circulação dos saberes e mobilidade humana.

²⁸ DE CLEMENTI A. *Di qua e di là dall’oceano. Emigrazione e mercati nel Meridione (1860-1930)*. Roma: Carocci, 1999.

Referencias

- ATTOLICO, B. **L'Emigrazione e i maestri. Prolusione al Corso di Conferenze magistrali sull'Emigrazione, detta in Bari addì 8 settembre 1912.** Bari: Società Tipografia Editrice Barese, 1912.
- ATTOLICO, B. **Dei Corsi magistrali per l'Emigrazione.** Roma: Tipografia dell'Unione Editrice, 1913.
- BODIO, L. **Dell'emigrazione italiana e della legge 31 gennaio 1901 per la tutela degli emigranti.** Roma: Direzione della Nuova Antologia, 1902.
- BODIO, L. **Sulla emigrazione italiana e sul patronato degli emigranti (Relazione al Primo Congresso Geografico Italiano,** Genova 1892). Genova: Tip. del R. Istituto sordo-muti, 1894.
- CABRINI, A. **Il maestro degli emigranti (Guida per lezioni e conferenze a preparazione degli emigranti italiani).** Imola: Coop. Tip. Edit. Paolo Galeati, 1912.
- CABRINI, A. **La preparazione dell'emigrante italiano. Programmi, scuole, maestri. Relazione e proposte dell'on. Angiolo Cabrini.** Milano: Stabilimento "La Compositrice" 1911 (Congresso dell'Unione Magistrale Nazionale di Torino, 5, 6, 7 settembre 1911).
- COLETTI, F. **Dell'emigrazione italiana.** Milano: U. Hoepli, 1912.
- CGE. **Il Commissariato generale della emigrazione: origini, funzioni, attività.** Roma: Grafia, 1924.
- CGE. **La preparazione culturale e professionale dell'emigrante in patria.** Roma: Stab. Poligr. Ed. Romano, 1924.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. **Elenco delle pubblicazioni del Commissariato dell'Emigrazione fino a tutto l'anno 1910.** Roma: Cooperativa tipografica Manuzio, 1911.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. **L'emigrazione italiana dal 1910 al 1923. Relazione presentata a S.E. il Ministro degli Affari Esteri dal Commissariato Generale sull'emigrazione.** Roma: Edizioni del Commissariato Generale dell'Emigrazione, 1926, vol. 1.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. **Sillabario per gli alunni delle scuole per emigranti organizzate dal Commissariato generale dell'emigrazione.** Roma: Scuole per i contadini dell'Agro Romano e delle Paludi pontine, [19?].
- CONSORZIO NAZIONALE DI EMIGRAZIONE E LAVORO. **Tredici anni di attività scolastica.** Roma: Tip. Consorzio Nazionale, 1934.
- Corso magistrale di conferenze sulla emigrazione transoceanica tenuto dal prof. Francesco Carlucci in Barletta, maggio-giugno 1912. Bari: Società tip. Editrice barese, 1912.
- Corso magistrale sull'emigrazione in Benevento (17-24 settembre 1912).** Benevento: Tip. Nazzareno Borrelli, 1913.

Corso magistrale sull'emigrazione in Ariano di Puglia (20-27 settembre 1913).
Ariano di Puglia: Prem. Tip. Raffaele Mariano e figli, 1913.

D'ALESSIO, M., L'ANIMI "per la scuola rurale". Un settennio di attività contro l'analfabetismo in Basilicata (1921-1928). In. BARAUSSE, A.; D'ALESSIO, M. (org). **Processi di scolarizzazione e paesaggio rurale in Italia tra Otto e Novecento. Itinerari ed esperienze tra oblio, rappresentazione, propaganda e realtà.** Lecce: Pensa MultiMedia, 2018. p. 155-190.

DE CLEMENTI A. **Di qua e di là dall'oceano. Emigrazione e mercati nel Meridione (1860-1930).** Roma: Carocci, 1999.

DELLA CAMPA M. (ed.). **Il modello Umanitaria: storia, immagini, prospettive.** Milano: Raccolto, 2003.

DI FRATTA, P. **La tutela dell'emigrante. Conferenza detta l'11 febbraio 1912 per l'inaugurazione del Corso magistrale romano dell'emigrazione.** Roma: Tipografia dell'Unione Editrice, 1912.

GALLO, S. Educare chi se ne va: i corsi statali di alfabetizzazione e formazione professionale per gli emigranti in Italia (1920-1926). **Rivista di Storia dell'Educazione**, a. 3, n. 1, p. 177-192, 2016.

GRASSI ORSINI, F. Per una storia del Commissariato dell'Emigrazione. **Le carte e la storia. Bollettino semestrale della Società per gli studi di Storia delle istituzioni**, a. III, n. 1, p. 112-138, 1997.

GRISPO, F. (org). **La struttura e il funzionamento degli organi preposti all'emigrazione: 1901-1919.** Roma: Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, 1986.

LIPPOLIS, P. **Emigranti, istruitevi! Corso di undici lezioni per gli emigranti transoceanici.** Putignano: Tip. A. De Robertis & Figli, 1914.

LUPI, C. Partano pure ma senza imprecare: le guide per gli emigranti fra ideologia e consigli pratici (1855-1927). In. FRANZINA, E. (org.). **Un altro Veneto. Saggi e studi di storia dell'emigrazione nei secoli XIX e XX.** Abano Terme: Francisci, 1983. p. 168-174.

LUPI, C. **Qualche consiglio per chi parte. Le guide per gli emigranti (1855-1927).** Movimento operaio e socialista, n. 1-2, p. 77-89, 1981.

MANFREDINI I. (org.), **"In viaggio all'estero": le guide dell'emigrante del primo Novecento nelle collezioni della Biblioteca Statale di Lucca.** Catalogo della Mostra: Biblioteca Statale di Lucca, Lucca, Just in time, s.l. s.n., [2003?].

MAZZONI, N. **Che cosa è il segretariato dell'emigrazione e come funziona,** (Società umanitaria, Ufficio dell'emigrazione). Milano: Tip. Degli Operai, 1908.

MAZZONI, N. **Vademecum pei corrispondenti (Società umanitaria,** Ufficio dell'emigrazione). Milano: Tip. Degli Operai, 1908

A. MICCI, A. **L'emigrazione. Testo destinato ai maestri, agli allievi maestri, ai sacerdoti e a tutti coloro che si occupano dell'istruzione degli emigranti.** Roma-Milano: Mondadori, 1925.

Ministero degli affari esteri, Direzione generale dell'emigrazione e degli affari sociali; Archivio storico diplomatico, **Il fondo archivistico Commissariato Generale dell'Emigrazione (1901-1927)**. Inventario a cura di Piero Santoni, introduzione di Fabio Grassi Orsini. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1991.

MURINO, R. **La scuola dell'emigrazione: per il corso popolare e per le scuole degli emigranti**. Guida e consigli utili agli emigranti. Napoli: Morano, 1921.

OSTUNI, M.R. Momenti della “contrastata vita” del Commissariato Generale dell’Emigrazione (1901-1927). In. BEZZA, B. (org). **Gli italiani fuori d’Italia. Gli emigrati italiani nei movimenti operai dei paesi d’adozione (1880-1940)**. Milano: Franco Angeli, 1983. p. 101-118.

PETROCCHI, C. **Riassunto delle conferenze sull'emigrazione tenute in Salerno dall'8 al 15 settembre 1912**. Salerno: Tip. Fratelli Jovane, 1912.

POSTIGLIONE, A. **Le scuole per gli emigranti. Relazione fatta al 3o Congresso Magistrale Abruzzese tenuto in Chieti il 5 settembre del 1909**. Sulmona: Premiata Tip. Angeletti, 1909.

PRIMICERI, E. Il Consiglio Superiore dell’Emigrazione dalla prima guerra mondiale all’avvento del fascismo. Problemi e prospettive di ricerca, **Bollettino storico della Basilicata**, n. 24, p. 257-272, 2008.

RICCI, D. **Scuole per gli emigranti. Relazione e programma didattico particolareggiato**. Rossano: Tip. della “Nuova Rossano”, 1911.

Q.C. L'ostracismo agli analfabeti negli Stati Uniti, **Rivista coloniale**, a. VIII, vol. I, n. 4, Roma. p. 113-124, 16-28 febbraio 1913.

SARAZ, A. **L'emigrazione e la scuola**. Pesaro: Premiata Officina d’Arti Grafiche del Cav. Gualtiero Federici, 1914.

SEGRETARIATO DELL’EMIGRAZIONE DI BELLUNO, **Commissione per le scuole degli emigranti, Relazione sulle scuole invernali per gli emigranti istituite nell'inverno 1908-1909**. Belluno: Tipografia commerciale, 1909.

TAROZZI, F. **L’alfabetizzazione degli emigranti. Manuali, guide, vademecum da mettere in valigia**. Storia e problemi contemporanei, v. IX, n. 18, p. 9-22, 1996.

Sobre os autores

ALBERTO BARAUSSE é Doutor em Educação pela *Università Cattolica del Sacro Cuore* de Milão e professor ordinário (titular) na *Università degli Studi del Molise*. Docente de História em escola e instituições educacionais; diretor do *Centro di Documentazione e Ricerca sulla Storia delle Istituzioni Scolastiche, del Libro per la Scuola e della Letteratura per L'infanzia* (CeSIS) e do *Museo della Scuola e della Educazione Popolare* (MuSEP).

E-mail: barausse@unimol.it

ANNA ASCENZI é professora titular de História da Educação e Literatura Infantil, na Universidade de Macerata. Suas principais áreas de pesquisa são história das disciplinas, práticas pedagógicas, identidade nacional e construção da cidadania entre os séculos XIX e XX, bem como a literatura na Itália. Ela é chefe editorial da série “História das Instituições Educacionais e Literatura Infantil” (Franco Angeli, Milano) e membro do Conselho Executivo do periódico “História da Educação e Literatura Infantil” (www.hecl.it); responsável e coordenadora de dois cursos de doutoramento, na Universidade de Macerata; presidente da “Sociedade Italiana para o Estudo do Patrimônio Histórico e Educacional” (SIPSE/ www.sipse.eu). Foi diretora do “Centro de Documentação e Pesquisa em História do Livro Escolar e da Literatura Infantil” e do “Museu Escolar Paolo e Ornella Ricca”, ativo na Universidade de Macerata.

E-mail: anna.ascenzi@unimc.it

ANTONIO DE RUGGIERO é professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS) e docente no curso de Graduação em História. Com Pós-Doutorado (programa PNPD/Capes) na PUC/RS (2013-2016), é Doutor em História Moderna e Contemporânea pela *Università degli Studi di Firenze* (2011). Formado em História pela mesma universidade, seus estudos têm ênfase em história político-

italiana (séculos XIX e XX) e história socioeconômica. Nos últimos anos, desenvolveu pesquisas sobre a história da imigração italiana no Brasil, com foco particular sobre os aspectos do transnacionalismo; imigração qualificada e empresarial; imigração e urbanização; imigração política, imprensa étnica.

E-mail: antonio.deruggiero@gmail.com

CLAUDIA PANIZZOLO é Pós-Doutora pela UCS e *Università degli Studi de Campobasso*, Itália; Doutora em Educação (2006) e Mestra em Educação (2001), ambos na PUC/SP. Graduada em Pedagogia pela USP (1991). Professora Associado II, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH /Unifesp). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Infância, Cultura, História (GEPICH); pesquisadora no GRUPHEIM (UCS) e pesquisadora do TRANSFOPRESS BRASIL – Grupo de Estudos da Imprensa em língua estrangeira no Brasil.

E-mail: claudia.panizzolo@unifesp.br

CRISTIANI BERETA DA SILVA é Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora titular no Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), atuando na graduação, no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: cristianibereta@gmail.com

ELAINE CÁTIA FALCADE MASCHIO é Doutora e Mestra em Educação pela UFPR; Licenciada em Pedagogia pela UFPR e em História pela UEPG. Realizou estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UCS. É membro da *Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina* (REHIAL) e da *Red de Estudios Rurales sobre Familia, Infancia y Juventudes* (RER-FIJ). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa História, Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM/UCS), do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepie/UFPR) e do Centro de Estudos Vênetos no Paraná (CEVEP/UFPR).

E-mail: elainefalcade@uol.com.br

ELIANE MIMESE PRADO é Mestra em História e Filosofia da Educação e Doutora em História da Educação pela PUC/SP. Efetuou estágios de Pós-Doutorado em História Social na PUC/SP e em Educação na USP. Pesquisadora nos Grupos de Pesquisa: Infância, adolescência e juventude da Universidade Estadual de Maringá e História da educação, imigração e memória, da Universidade de Caxias do Sul, coordena a seção Paraná do GT Infância e Juventude da Anpuh. Em 2021, ingressou no projeto sediado na Universidade Federal de Goiás, Arquipélago de Memórias: pandemia e vida cotidiana de professores/profissionais da educação, estudantes, pais/mães de alunos (famílias), como coordenadora estadual. *E-mail:* emimesse@hotmail.com

EMILIO FRANZINA é licenciado em Letras pela Facoltà di Lettere e Filosofia dell’Università degli Studi di Padova. Foi professor titular de Storia Contemporanea nell’Università di Verona até 2014. Trabalhou em institutos de pesquisa na Europa e América Latina. Atualmente está aposentado. Publicou inúmeros livros, capítulos e artigos, sendo reconhecido especialista em história dos processos migratórios italianos, entre outros temas relacionados à história contemporânea. *E-mail:* emilio.franzina@univr.it

GELSON LEONARDO RECH é Licenciado em Filosofia e Mestre em Filosofia; Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Atua como professor no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Concentra suas pesquisas em Filosofia da Educação e História da Educação, especialmente os processos escolares entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.

E-mail: glrech@ucs.br

451

MARIA HELENA CAMARA BASTOS é formada em História (UFRGS, 1972), Mestra em Educação – Planejamento da Educação (UFRGS, 1984), Doutora em Educação – História e Filosofia da Educação (USP, 1994), Pós-Doutora no *Service d’histoire de l’éducation/SHE-INRP* (2000, 2010). Professora titular em História da Educação UFRGS (1995). Professora visitante, no *Institut National de Recherche Pedagogique*/França (1996 e 2005) e na *Università di Macerata/Itália* (2016). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação e em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul/PUCRS (2002-2019). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq/Nível 1-B.

E-mail: mhbastos1950@gmail.com

MARIA TERESA SANTOS CUNHA é professora titular na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) pelo Departamento de História, com atuação no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutora em Educação/História e Historiografia pela USP/SP e Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq/Nível 1-D.

E-mail: mariatsc@gmail.com

MICHELA D'ALESSIO é professora de História da Pedagogia, na Universidade de Basilicata, Itália. Graduada em Literatura Moderna pela Universidade de Nápoles, Doutora em pesquisa na área histórico-educacional pela Universidade de Macerata. É membro do Comitê Científico Ministerial de História da Escola Italiana; do Conselho Diretivo da Sociedade Italiana para o Estudo do Patrimônio Histórico Educacional (SIPSE) e do Museu da Escola e da Educação Popular (Musep) da Universidade de Molise, Itália. Seus principais interesses de investigação incluem a história dos processos de escolarização e a profissão docente entre os séculos XIX e XX, a editoria escolar e o estudo do patrimônio histórico e educacional. Recentemente, publicou a monografia *O alfabeto no campo*.

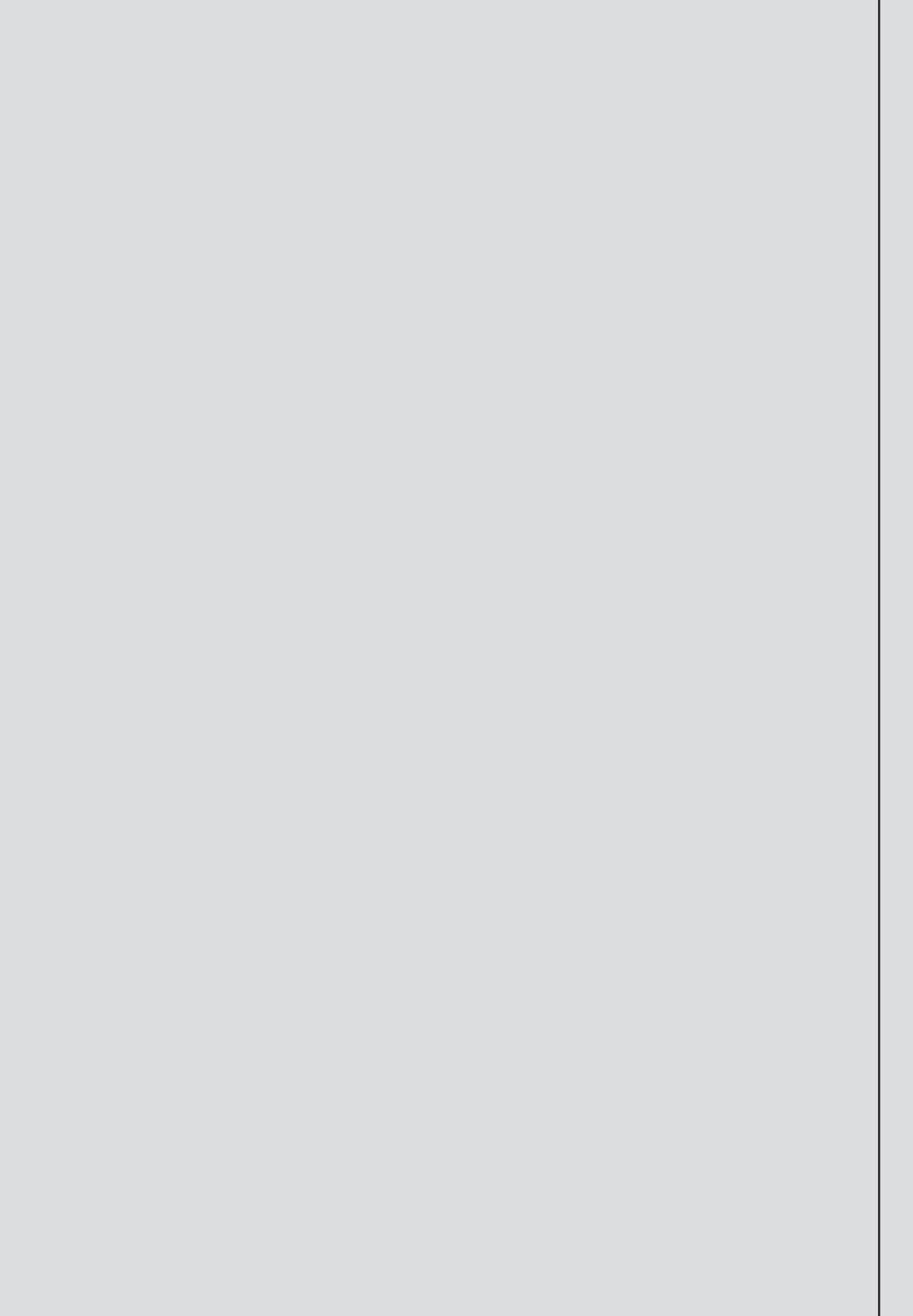
E-mail: michelina.dalessio@unibas.it

ROBERTO SANI é professor titular de História da Educação, no Departamento de Ciências da Formação, de Bens Culturais e Turismo da Universidade de Macerata, Itália.

E-mail: roberto.sani@unimc.it

TERCIANE ÂNGELA LUCHESE é licenciada em História (UCS), Mestra em História (PUC/RS), Doutora em Educação (Unisinos) e fez estágios de pós-doutoramento no campo da História da Educação. É professora na Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora PQ 2 do CNPq e pesquisador gaúcho Fapergs. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

E-mail: taluches@ucs.br



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 100 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1000 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:

O livro *Migrações e História da Educação: saberes, práticas e instituições, um olhar transnacional* contribui para compreender as iniciativas de educação entre imigrantes e filhos de (e/i)migrantes italianos no Brasil, iniciadas por instituições religiosas, público-estatais e da sociedade civil, nos séculos XIX e XX. Os processos educativos e escolares, os modelos educacionais e as ferramentas para a circulação do conhecimento, as práticas de ensino e aprendizagem, em espaços e tempos culturalmente distintos; as práticas de promoção da identidade étnico-cultural, relacionada ao pertencimento à italianidade, constituem campo de pesquisa inédita, em torno do qual, numa perspectiva transnacional, os estudiosos aqui reunidos apresentam perspectivas de investigação, que se abrem para o campo da História da Educação e para sua relação com as migrações.

